

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

ANDRÉ LUIZ GODOY PONCE

**Da Serra ao Vale: a trajetória da indústria bélica e estratégica
no projeto “Brasil Potência” (1964-1993)**

Versão Corrigida

São Paulo

2022

ANDRÉ LUIZ GODOY PONCE

**Da Serra ao Vale: a trajetória da indústria bélica e estratégica
no projeto “Brasil Potência” (1964-1993)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Assis de Queiroz

Versão Corrigida

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P792s Ponce, André Luiz Godoy
Da Serra ao Vale: a trajetória da indústria bélica e estratégica no projeto "Brasil Potência" (1964-1993) / André Luiz Godoy Ponce; orientador Francisco Assis de Queiroz - São Paulo, 2022.
488 f.

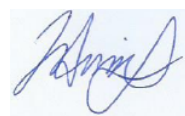
Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. História do Brasil - 1964-1993. 2. Desenvolvimento industrial. 3. História militar. 4. Relações internacionais. 5. Geopolítica. I. Queiroz, Francisco Assis de, orient. II. Título

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE**Termo de Anuência do orientador****Nome do aluno: André Luiz Godoy Ponce****Data da defesa: 03/06/2022****Nome do Prof. orientador: Francisco Assis de Queiroz**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18/07/2022



(Assinatura do (a) orientador (a))

PONCE, André Luiz Godoy. **Da Serra ao Vale: a trajetória da indústria bélica e estratégica no projeto “Brasil Potência” (1964-1993)**. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em:

Banca examinadora

Profa. Dra. Janina Onuki

Instituição: IRI-USP

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. Fernando Ribas de Martini

Instituição: Externo – Sem vínculo

Julgamento _____

Assinatura _____

Profa. Dra. Marilda Nagamini

Instituição: Externo – Sem vínculo

Julgamento _____

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Compreender o Regime Militar Brasileiro foi talvez o principal motivo de meu ingresso no curso de História; a mesma motivação orientou minha escolha no Mestrado e, como consequência lógica, orientou também minha escolha no Doutorado. Desta feita, ao abordar aspectos atinentes aos domínios do desenvolvimento das indústrias estratégicas e de meio militar, bem como a ação internacional do país, julguei que poderia ampliar as possibilidades explicativas daquele período, abordando, no conjunto de minha produção, aspectos políticos e econômicos deste particular recorte.

Espero que o leitor possa refletir comigo sobre os planos, os acontecimentos e as ideias presentes neste estudo; que possamos, juntos, lançar novas e mais potentes luzes sobre esse turbulento período de nossa História, e que novas possibilidades e novos desafios aflorem dessa leitura.

É sempre difícil externar a gratidão quando somos auxiliados por muitas pessoas, pois sempre existe o risco de esquecermos alguém. Assim, meu eterno agradecimento a todos aqueles que colaboraram com a minha jornada acadêmica.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Francisco Assis de Queiroz, por sua perene disposição em me socorrer nos momentos mais aflitivos de minha pesquisa, sempre receptivo ao diálogo e oferecendo plena liberdade na condução deste trabalho. Aos membros que formaram minha banca de qualificação, Alexandre Saes, por sua dedicação docente, pelos conselhos sempre valiosos e por toda a sua atenção, e Marilda Nagamini, que iluminou meu objeto com novos enfoques e com constante incentivo e motivação, além de compor também minha banca de doutorado. Para os integrantes de minha banca de defesa de tese, Marcos Napolitano, meu primeiro orientador, referência absoluta para uma compreensão aguçada da História, além de excelente professor; para Janina Onuki, dedicada docente e exemplo de capacidade acadêmica inovadora. Para as Professoras Maria Ligia Coelho Prado e Maria Helena Rolim Capelato, ambas fundamentais em minha formação pelo carinho, pelas aulas e pelo incentivo.

Agora, sem estabelecer hierarquias, pela ordem de emergência em minha vida. Ao meu avô, João Francisco, pelo carinho, torcida e pela sabedoria de vida. Para minha avó, Percedes, um colo sempre disponível e uma mentalidade à frente de seu tempo.

Para minha mãe, Nildes, pelo amor incondicional, pelo apoio e pelo exemplo de fibra e determinação. Para meu pai, Theodoro, meu especial parceiro, sempre próximo e disposto a

ajudar. Para minha querida irmãzinha, presente em todos os momentos, com seu carinho e confiança, que a vida transformou em minha melhor amiga.

Para Silvia, pela compreensão de minhas escolhas, pela inestimável colaboração durante toda minha caminhada acadêmica e pelo amor demonstrado. Para Dona Luiza, sempre com um sorriso disposto a nos animar. E para a Vó Tila, talvez o mais completo exemplo de sabedoria popular, mulher firme e ao mesmo tempo generosa e acolhedora.

A todos os professores que colaboraram com a minha formação, especialmente Flavio Saes, Lincoln Ferreira Secco e João Paulo Garrido Pimenta, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e ao Professor Nilton Cano da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

Para meu amigo, Fábio Cereda, pelas conversas fecundas e inteligentes, e, acima de tudo, por nossos compartilhados ideais. Para Alberto Fedel, amigo nas horas mais difíceis e grande incentivador.

Para Fernando de Martini (Nunão), colega de jornadas acadêmicas, amigo em todas as outras horas, com quem ainda espero fazer muitas parcerias, e, aproveitar o universo da música.

Agora, ao Grupo “Seguidores de Braudel”, nomeadamente: Natália Frizzo, companheira inestimável e fonte inesgotável de alegria; Ricardo Streich, amigo inestimável e prestes a colaborar em qualquer momento, e que, com sua aguda percepção, ajudou-me a “pensar fora da caixa”; Danilo Barolo, pelo incentivo e pelas fecundas conversas ao longo deste trabalho; Edson Pedro, não por acaso denominado “Rei”, Gustavo, que consegue reunir o Rock e a serenidade, sempre com aportes intelectuais instigantes; Raíssa uma inteligência aguda e inquieta, mas sempre precedida pelo carinho e acolhimento; e para Robson Bello, que com seu eclético conhecimento conseguiu mostrar-me uma nova maneira de encarar e perceber o mundo.

“Entre o pensamento e a realidade,
entre o impulso e a ação,
cai a sombra.”

T. S. Eliot, *The Hollow Men*

RESUMO

PONCE, André Luiz Godoy. **Da Serra ao Vale: a trajetória da indústria bélica e estratégica no projeto “Brasil Potência” (1964-1993)**. 488 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

Este trabalho pretende investigar a conexão entre a tentativa de construção do *Brasil Potência* e a implantação da indústria de defesa no país, em conjugação com o esforço de desenvolvimento científico e tecnológico em áreas sensíveis, bem como a motivação, as doutrinas e as ações empreendidas pelo governo brasileiro, entre os anos 1964 e 1993, para estimular tais setores, os resultados esperados e os efetivamente alcançados no curso de tal jornada. A partir de empresas “jovens”, a indústria armamentista experimentou momentos de extremo vigor, especialmente entre o final dos anos de 1970 e meados da década de 1980, caracterizada por sua incursão no mercado internacional, principal motivo de seu destaque, mas que, ao final período em foco, entrou em virtual colapso, assim como outras iniciativas representativas do “Brasil Grande”, que igualmente sucumbiram. Assim, nosso objetivo é compreender a atuação e estabelecer os vínculos dos diversos agentes políticos, entidades públicas e empresariais – nacionais e estrangeiros – envolvidos neste processo, bem como as razões do rápido sucesso e igualmente célere declínio da indústria bélica. Para explorar adequadamente o objeto desta pesquisa dedicaremos especial atenção ao Ministério das Relações Exteriores, uma vez que tais iniciativas impactam diretamente as Relações Internacionais, bem como as organizações de maior significação no período proposto, especialmente a ENGESA (Engenheiros Especializados S/A), principal agente privado a participar do projeto de inserção internacional do setor, dedicando atenção também à EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica), à AVIBRAS, Indústria Aeroespacial S/A e à Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL).

Palavras-chave: indústria de defesa brasileira, desenvolvimento industrial e tecnológico, regime militar brasileiro, relações internacionais, geopolítica.

ABSTRACT

PONCE, André Luiz Godoy. **From the mountain to the valley: the trajectory of the military and strategic industry in the project “Brasil Potência” (1964-1993)**. 488 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

This work intends to investigate the connection between the attempt to build the *Brasil Potência* and the implementation of the defense industry in the country, in conjunction with the effort of scientific and technological development in sensitive areas, as well as the motivation, doctrines and actions undertaken by the Brazilian government, between the years 1964 and 1993, to encourage these sectors, the expected results and those actually achieved in the course of this journey. From "startups" companies, the arms industry experienced moments of extreme vigor, especially between the late 1970s and mid-1980s, characterized by its foray into the international market, the main reason for its prominence, but which, at and, went into virtual collapse, as well as other representative initiatives of “Brasil Grande”, which also succumbed. Thus, our objective is to understand the performance and establish the links of the various political agents, public and business entities – national and foreign – involved in this process, as well as the reasons for the rapid success and equally rapid decline of the arms industry. To properly explore the object of this research, we will pay special attention to the Ministry of Foreign Affairs, since such initiatives directly impact International Relations and organizations of greater significance in the proposed period, especially ENGESA (Specialized Engineers S/A), the main private agent to participate in the project for the international insertion of the sector, also dedicating attention to EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica), AVIBRAS, Indústria Aeroespacial S/A and the Military Material Industry of Brazil (IMBEL).

Keywords: Brazilian defense industry, industrial and technological development, Brazilian military regime, international relations, geopolitics.

LISTA DE TABELAS, FIGURAS e IMAGENS

Figura 1	Mapa – Locais de Poder no Mundo	51
Figura 2	Mapa – Projeção azimutal equidistante com centro no Polo Norte	54
Figura 3	Mapa – A América do Sul e os Hemiciclos Interior e Exterior	62
Figura 4	Tabela de Gastos em P&D, P&D militar e produtividade	114
Figura 5	Configuração total do Sistema Astros II	301
Figura 6	PASSAT. Versão de “teste drive”	303
Figura 7	Tabela: Exportações Globais para o Irã 1977/1983	321
Figura 8	Tabela: Exportação de Manufaturados – Irã 1981/1983	321
Figura 9	Teste de suspensão do Osório	352
Figura 10	Capa da publicação iraniana <i>War Information</i>	359
Figura 11	Prospecto de divulgação – “míssil Leo”	375
Figura 12	Protótipo – “Ogum”	376
Figura 13	Versão final de teste – “Osório”	388

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDIB	Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base
AI	Ato Institucional
AMCHAM	<i>American Chamber of Commerce</i> (Câmara Americana de Comércio)
BADESP	Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
C&T	Ciência e Tecnologia
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CMTC	Companhia Municipal de Transportes Coletivos
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMDEFESA	Comitê de Segurança e Defesa
COPREDAL	Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DOS	<i>United States Department of State</i>
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EB	Exército Brasileiro
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ENGESA	Engenheiros Especializados S/A
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINAME	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
FINEP	Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos
FRESINBRA	Freios e Sinais do Brasil S/A
FUNDECE	Fundo de Democratização do Capital das Empresas

GPMI	Grupo Permanente de Mobilização Industrial
ICAF	<i>Industrial College of the Armed Forces</i>
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
METRÔ	Companhia do Metropolitano de São Paulo
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NISAT	<i>Norwegian Initiative on Small Arms Transfers</i>
NSC	<i>National Security Council</i>
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PNEMEM	Política Nacional de Exportação de Materiais de Emprego Militar
PNI	Plano Nacional de Informações
PR	Presidência da República
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RFA	República Federal da Alemanha
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informação
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UEM	Universidade Estadual de Maringá
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
VDT	Veículo de Dispersão de Tumultos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – Teses de Desenvolvimento, Desenvolvendo a tese.	41
1.1 – Geopolítica geral: a arena da estratégia.	46
1.2 – A Geopolítica ao sul do Equador.	55
1.3 – Tema e Justificativas.	73
1.4 – Recorte Cronológico.	77
1.5 – Hipótese e objetivos.	78
1.6 – Metodologia.	81
1.7 – O debate sobre militares e a indústria bélica no Brasil.	90
1.8 – Inserção Internacional: o outro enquanto parâmetro de referência.	93
1.9 – O debate sobre a “industrialização de defesa” brasileira.	98
CAPÍTULO 2: O divisar do horizonte, uma elaboração do porvir.	132
2.1 – Castelo Branco e o “Desenvolvimentismo Autoritário”.	132
2.2 – Rupturas e permanências: Costa e Silva e a decolagem do desenvolvimento.	167
2.3 – O Futuro faz uma breve visita: os milagres de Médici.	188
CAPÍTULO 3 – A Decolagem (1973- 1979).	213
3.1 – A hora de sair de casa.	214
3.2 – Conjuntura (Geo)Política I.	218
3.3 – Conjuntura (Geo)Política II.	222
3.4 – Só o possível: Geisel e o desenvolvimento para a permanência.	225
3.5 – A Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM).	229
3.6 – A decolagem dos fornecimentos externos: negócios comerciais e políticos.	237
3.7 – Transição: um novo cenário global.	241
3.8 – A indústria militar ganha altitude... e atritos.	243
3.9 – A contenção realizada.	247
3.10 – O Brasil está no jogo.	249
3.11 – Adeus às Fardas: Figueiredo e o melancólico fim.	264
3.12 – Os círculos se fecham.	265

CAPÍTULO 4 – Apogeu de um projeto e declínio de um regime.	269
4.1 – Além das armas.	270
4.2 – Ampliando a “opção árabe”.	274
4.3 – Alguns entraves e muitas possibilidades.	288
4.4 – Um pequeno alívio.	290
4.5 – Outros destinos.	303
4.6 – Austeridade interna e consolidação externa.	312
4.7 – África e Oriente Médio: consolidando a “correção de rumos”.	314
CAPÍTULO 5 – Transições.	339
5.1 – Questão nuclear: novas perspectivas para um projeto em crise.	340
5.2 – Opções promissoras (e alguns percalços).	348
5.3 – Nova República? A presidência de José Sarney.	364
5.4 – Holofotes.	367
5.5 – Cruzados.	372
5.6 – Brasil Constituinte.	385
CAPÍTULO 6 – Uma pá de cal: o fim de um projeto de potência.	389
6.1 – Últimas voltas.	390
6.2 – “Eu não quero nada com os milicos...”	399
6.3 – Sonhos de um plano de verão.	404
6.4 – Transição em transe.	412
6.5 – Com apenas um tiro: Fernando Collor e o liberalismo das oligarquias.	413
6.6 – A estratégia e os efeitos de um novo modelo.	419
6.7 – Uma iniciativa para a América.	431
6.8 – Detalhes não tão pequenos.	435
6.9 – A desconstrução nacional.	440
6.10 – Os indícios de resultados por uma outra ótica.	443
6.11 – O fim dessa história: “apenas mais uma falência”.	448
CONCLUSÃO	452

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	468
BIBLIOGRAFIA GERAL	478
GLOSSÁRIO	483

INTRODUÇÃO

“Um dia, vamos fazer a reforma agrária neste país; um dia, a classe trabalhadora vai controlar os meios de produção deste país e deixar de investir em armas.” (Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência da República, em entrevista concedida ao *Jornal da Tarde*, em janeiro de 1989¹).

“Nos anos 1970, tínhamos empresas modernas que produziam blindados. Porém, tudo isso foi desmantelado. O Brasil tem que retomar tudo o que já possuiu antes. Para voltar a construir nossas fábricas de material bélico, temos que comprar.” (Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, em entrevista concedida ao periódico *El País*, em setembro de 2007²).

A transcrição, de proêmio, dos dois enunciados acima não tenciona manifestar a aparente contradição de uma personalidade de vulto da política brasileira; tampouco discutir se é lícito pretender que se olvide tudo o quanto foi dito em avaliações ulteriores; menos ainda sugerir a legitimidade ou a pertinência de qualquer das proposições à oportuna condução dos destinos de um país. O que interessa a este autor é ilustrar, através dos referidos excertos, a oscilação do estado de espírito que animou diferentes fases do setor de produção armamentista no Brasil. Mais: assinalar que, não obstante seu *latente potencial polemizador*, o controverso tema “Indústria Bélica” está frequentemente presente nas considerações dos mandatários – ou postulantes a mandatários – da República. Outrossim, sugerir que a reflexão acerca desse tópico enseja uma inescapável e profícua aproximação entre Estado e empresa, esfera pública e iniciativa privada (mesmo em se tratando de companhias estatais). E, por fim, ressaltar que a hodiernamente denominada Indústria de Defesa não comporta apenas comunicações confidenciais, informações reservadas ou segredos e estratégias fabris (como pode supor o senso comum, ou fazer supor um argumento descontextualizado); tal domínio também abrange um aspecto público, relacionado à propaganda, à informação e ao debate, que igualmente contribui para a conformação das diretrizes de tal segmento da economia.

¹ SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Entrevista concedida ao Jornal da Tarde, em janeiro de 1989**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/frases.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2020.

² SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Entrevista concedida ao periódico El País, em setembro de 2007**. Disponível em: https://elpais.com/diario/2007/09/16/internacional/1189893602_850215.html. Acesso em: 15 maio 2019. No original: “En los años setenta teníamos empresas modernas que producían blindados. Pero eso fue desmantelado. Brasil tiene que volver a tener todo lo que tuvo. Para volver a construir nuestras fábricas de material bélico tenemos que comprar”.

Avançando em nossa elaboração, uma vez divisado o fôlego da temática, julgamos que essa perene relevância estimula sobremaneira sua consideração em perspectiva, ou, mais propriamente, reivindica de seus entusiastas (digo, pesquisadores) a identificação dos alicerces teóricos e dos referenciais empíricos a ela subjacentes.

Partindo, então, deste ângulo de abordagem, cumpre-nos, preambularmente, assentar que a História da Indústria de Material de Emprego Militar no Brasil (caso adotemos um sentido estrito acerca de qualquer tipo de manufatura para fins militares) remonta à criação do Arsenal de Guerra e do Arsenal do Trem, ambos no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII; ou, com uma conotação industrial, já sinalizando o esforço de construção de capacidade militar autônoma, à criação da Fábrica Real de Pólvora, em data coincidente à chegada da Família Real ao Brasil (1808)³.

Que o leitor não se exaspere, todavia, em face de tamanha abrangência; não pretendemos aqui elaborar uma narrativa de dois séculos, mas apenas posicionar cronologicamente o setor. Nosso foco central situa-se entre meados da década de 1960 e início da década de 1990: um interregno – supomos – mais acolhedor. Especificamente, abordaremos o interstício que abrange os primórdios do regime militar brasileiro e culmina com sua *aparente* negação. Noutros termos, partiremos da gênese do sistema implantado em 1964 a fim de contemplar e distinguir, através de suas especificidades, o momento fundante da ideia de edificação do *Brasil Potência* (e uma das mais notórias proposições a ela associadas, o conceito de *Segurança e Desenvolvimento*), passando, a seguir, à consideração dos dois governos subsequentes aos militares, que apresentam a marca do rompimento, ao menos discursivo, com seu legado político e – máxime na gestão Collor – o desmonte do modelo de desenvolvimento outrora adotado.

Tendo em vista, portanto, as referidas balizas temporais, insta salientar que o ponto de partida de nossa pesquisa remete a um momento de extrema turbulência política no país, mas também de intenso debate sobre as possibilidades de desenvolvimento nacional, o papel do Brasil no cenário internacional e os rumos de nossa sociedade. O regime autoritário então instalado proporcionava *liberdade* ao Estado para investir recursos, ditar regras e promover ações que permitiriam o florescimento de um projeto industrial militar, de base tecnológica, beneficiado por um momento histórico específico, cuja produção alcançaria dezenas de países através de adequadas estratégias de exportação. E é precisamente essa *projeção internacional* que fará com que empresas do setor alcancem significativo reconhecimento, a ponto de se

³ Para mais sobre o tema, ver: PIM (2007), AMARANTE (2004), CONCA (1997), FRANKO-JONES (1992).

tornarem objeto de estudo de diferentes campos do conhecimento e sob variadas abordagens teóricas e metodológicas.

Conhecedor de suas limitações, não reunindo plenas condições de garantir, tão somente por seus próprios meios, a manutenção e a continuidade das propostas consentâneas aos fins almejados, tratou o regime de articular alternativas de apoio e cooperação. À luz desta diretiva, empresas foram criadas, estimuladas e reunidas em torno do propósito de criar um país desenvolvido, um *Brasil Potência*, com capacidade de projetar seu poder – ao menos no cenário regional e atlântico (sul). A sobrevivência dessas iniciativas, contudo, dependeria de variáveis de complexo e custoso manejo para o Estado brasileiro.

Os sucessores das décadas dos gerais, por seu turno, não divisariam um panorama tão auspicioso. Envolvidos, como no período inicial examinado em nossa pesquisa, por um contexto político turbulento – premidos, de um lado, por uma sociedade que exigia direitos e mudanças, uma economia estrangulada por crises financeiras e econômicas (dívidas interna e externa) e um imenso déficit social; e, de outro, por um sistema internacional em profunda transformação, que não permitia grandes espaços de manobra para além do Consenso de Washington –, buscaram manter, dentro de suas possibilidades, iniciativas anteriores. Mas, à época, já não possuíam condições – principalmente políticas, mas também econômicas – para cultivar o desejo de alçar o país à condição de potência. As empresas envolvidas, outrossim, também não dispunham dos recursos necessários para prosseguir sozinhas. Assim sendo, para compreender essa dinâmica, apurar fatos, verificar argumentos e sopesar hipóteses que permitam inferir se outro caminho era possível, aceitamos o desafio de conduzir o presente estudo.

O exposto nos parágrafos precedentes, por sinal, foi o inspirador do título desta tese. Da “Serra ao Vale” pode indicar características geográficas de todo pertinentes aos principais atores e agentes do segmento aqui abordado; afinal, as ações desenrolam-se a partir de ambientes “serranos” (capital de São Paulo, Minas Gerais) e espriam-se até o Vale do Paraíba (sede das principais empresas presentes em meu estudo). Mas também pode ilustrar, simbolicamente, o processo ora abordado, a ascensão e declínio deste projeto (e das empresas a ele conectadas), aos gráficos de valores e negócios do setor... Enfim, é um quadro da trajetória aqui escrutinada. Voltemos ao curso de nossa investigação.

Destarte, este trabalho propõe analisar, em perspectiva histórica e mediante averiguação interdisciplinar, a tentativa de construção do *Brasil Potência* e os respectivos esforços a tanto envidados, francamente atrelados à economia e refletidos na esfera industrial

militar e em seu desenvolvimento tecnológico. Dispõe-se, ainda, a examinar o imbricamento entre ações do Estado e ações de empresa, os estímulos promovidos pelo Poder Público e sua recepção nas atividades empresariais (considerando, inclusive, as iniciativas do setor logo ao alvorecer do regime instaurado em 1964, no sentido de aproveitar o momento que prenunciava novas possibilidades de negócios relacionados ao fornecimento de material e serviços de aplicação militar), bem como a relação estabelecida entre esses agentes, buscando, finalmente, assimilar e perquirir os resultados de tais estratégias e procedimentos.

Para a consecução dos referidos objetivos, será fundamental promover um detido exame acerca dos sucessivos governos que compõem o período sob enfoque, suas linhas de força e impulso, suas continuidades e rupturas, as políticas interna e externa, entre outros tópicos concernentes ao Estado. De forma análoga, imperativo será escrutinar o ambiente de negócios selecionado, os reflexos das mencionadas ações estatais em tal área e as decisões táticas concebidas a partir dessas intervenções, procurando, ademais, identificar se o espaço da experiência afetou o horizonte de expectativas dos tomadores de decisão.

Ainda no que concerne aos intentos perseguidos por esta investigação, tendo em vista a singularidade do quadro contemplado e o perfil das atividades desenvolvidas nessa estrutura, nossa proposta também almeja verificar como se processaram as conexões e eventuais transferências entre a indústria bélica e instâncias civis⁴, bem como os meandros e os impactos das demais operações governamentais orientadas pelo propósito do desenvolvimento, notadamente aquelas dirigidas aos setores nuclear, aeroespacial e de informática.

Outro de nossos intuitos centrais será identificar se o mercado exportador constituiu uma resposta previsível – embora não direcionada – à busca por possibilidades de negócios ou uma calculada disposição do plano original de investimentos na indústria bélica. Em campo adjacente, também integrarão o espectro de temas por merecer particular exame a dimensão da influência norte-americana, tanto nos momentos de maior aproximação, como nas fases de distanciamento, assim como a índole e a extensão das relações empreendidas com o continente sul-americano; panorama este que, como se verá, conduziu nosso esforço de pesquisa, durante e após o processo de busca por orientações e subsídios, às instâncias de um órgão governamental estreitamente envolvido com questões tais: o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

⁴ Referimo-nos, aqui, a transferências de tecnologia, procedimentos e até mesmo de produtos resultantes de pesquisas militares. Um caso clássico deste tipo de transferência envolve as indústrias bélica e espacial dos EUA, que viabilizaram o surgimento de diversos produtos de aplicação civil.

Em adendo, cabe ressaltar que, não obstante a centralidade ocupada pelas empresas produtoras de armas pesadas na presente narrativa, nosso olhar não será dirigido tão só aos equipamentos dessa natureza. Também merecerá espaço de análise as demais vendas relacionadas às atividades exportadoras de material militar, bem como os possíveis *efeitos facilitadores* decorrentes do fornecimento desses produtos na conquista de novas oportunidades por outros setores da atividade econômica.

Uma vez definido o cenário a ser perscrutado e, neste ambiente, identificados dois de seus mais influentes protagonistas, quais sejam, o comando do Executivo Federal e o MRE, para que a passagem atinente às empresas produtoras de “armamento pesado” seja adequadamente interpretada, selecionamos uma das mais destacadas representantes do elenco competente a tanto: a ENGESA – Engenheiros Especializados S/A. Com apoio na consistente base proporcionada por essa qualificada tríade será desenvolvida nossa argumentação.

Por fim, convém assinalar que a análise aqui delineada pretende ultrapassar as explicações pontuais no que se refere às políticas adotadas (por vezes sistematizadas unicamente em torno da conjugação entre impulsos momentâneos e resultados circunstanciais), partindo da premissa de que o desenvolvimento de um setor industrial de tão complexa conformação compreende procedimentos multifacetados, que superam a simples dotação de recursos ou a *vontade política* e demandam a coordenação articulada dos diversos agentes envolvidos em perspectiva histórica. Por conseguinte, nossa explanação encontrará suporte no processo histórico; afinal, não nos é lícito ignorar que a caudalosa experiência aqui observada – como, aliás, os fluxos sociais em geral – longe de consubstanciar o resultado inevitável de um dado evento, impõe-se, em verdade, como resultante da escolha entre diversas alternativas históricas possíveis.

Exercitemos a síntese.

Fundamentalmente, esta tese tem por **objeto a dinâmica do desenvolvimento da indústria de material de emprego militar durante o regime implantado no Brasil em 1964, com ênfase em sua inserção internacional**; uma experiência veemente, associável a um movimento em parábola, que congregou agentes públicos e privados, promoveu acelerada e substancial evolução, angariou significativa notoriedade e alcançou considerável repercussão, aproximando-se, contudo, da total desarticulação ao final do período investigado.

Pretende-se, com amparo nos dados e informes coletados ao longo de nossa pesquisa, refletir criticamente sobre esse segmento de destaque na trajetória do desenvolvimento industrial pátrio, analisando sua conexão com o desígnio de construção do *Brasil Potência*, a

postura dos principais envolvidos na estruturação e continuidade dos negócios levados a efeito, bem como os aspectos que ensejaram sua expansão ou concorreram para o seu declínio, considerando: 1) os **objetivos estratégicos e geopolíticos** do grupo instalado no poder; 2) o comportamento da **economia brasileira** frente aos projetos ventilados durante o regime militar sob o mote do desenvolvimento e mediante a adoção de manobras administrativas e legais convenientes à *modernização nacional*; 3) as **demandas militares** direcionadas ao reequipamento das Forças Armadas e de Segurança, advindas dos esforços de *contenção do inimigo subversivo* e relacionadas à pretensão de estabelecimento de uma hegemonia regional; 4) a **alusão ao imperativo político como expediente legitimador** da ação militar; 5) a **premência do aperfeiçoamento industrial e tecnológico**, no contexto de afirmação do binômio Segurança & Desenvolvimento, e os consecutivos investimentos em C&T (inclusive no âmbito acadêmico) e importação de tecnologias sensíveis; 6) **as relações internacionais**, no contexto da Guerra Fria, com a escalada, na primeira metade do período aqui esquadrihado, dos movimentos de esquerda no subcontinente, e a atuação no MRE nas diversas negociações empreendidas para a consecução dos objetivos de inserção externa.

As diligências preambulares, que franquearam o acesso primevo ao repertório material, teórico e conceitual elementar à elaboração da presente tese, apontaram para uma premissa básica: **o objetivo de edificação do *Brasil Potência* foi responsável pela definição do modelo de indústria de material de aplicação militar no Brasil e por seu rápido desenvolvimento**; suscitando, subsequentemente, a seguinte hipótese principal: **as condições políticas – internas e externas – oportunizadas pelo golpe civil-militar de 1964 foram determinantes para a estruturação do setor no Brasil, mas a continuidade dos projetos concebidos na esfera desse segmento demandava a manutenção de um modelo que se tornou insustentável com a transformação do ambiente político.**

Antecipamos que, no Capítulo 1, haverá ensejo para que discorramos mais detalhadamente sobre as **indagações iniciais do presente estudo, os temas a ele concernentes, o objeto e os objetivos** da pesquisa, **as questões** que tencionamos responder e **as hipóteses** alinhavadas. Por ora, dado o caráter introdutório desta seção, avancemos no registro de outros tópicos que julgamos pertinentes à uma compreensão mais distanciada – e, justo por isso, mais abrangente – de nossa proposta de abordagem.

Quanto ao **aparato teórico-metodológico** mobilizado para a concepção e a efetiva elaboração desta tese, tendo em vista o intento de articulação das perspectivas antes referidas – quais sejam, da economia, da política, das relações internacionais e da corporação militar –,

adotamos como ponto de partida a análise coordenada de decisões emblemáticas promulgadas pelos entes implicados na dinâmica em foco, dos ambientes interno e externo que influenciaram os contextos de emergência das oportunidades e dos obstáculos, e, também, das potencialidades e dos limites dos projetos e das ações em curso no período sob enfoque. Destarte, em face da evidente conexão guardada com a História Econômica, a História Política, a História das Relações Internacionais/Diplomática, a História Militar e a História da Ciência e Tecnologia, priorizamos os conceitos, as categorias e as proposições desses domínios para orientar nossa produção.

Por conseguinte, assim como ocorrera nos limites de minha dissertação de mestrado⁵, admitiu-se como referência teórica basilar do presente trabalho a Teoria das Relações Internacionais proposta por Jean-Baptiste Duroselle⁶, a saber, baseada nos acontecimentos concretos e na dimensão evolutiva; ou, nos termos do próprio autor: “uma teoria baseada na história”. Dentre as principais razões a justificar essa nova incursão à obra, destacamos (como o fizemos antes, no bojo da mencionada dissertação) a pertinência dos conceitos apresentados pelo historiador francês ante o teor de nossa pesquisa, nomeadamente os conceitos de sistema de finalidades (que abrange as pretensões do grupo de poder e as estratégias selecionadas pelos tomadores de decisões) e sistema de causalidades (que corresponde ao conjunto de forças sociais, econômicas e políticas atuantes nas determinações de governo). Outrossim, sendo razoável supor que iniciativas de cariz militar ou que envolvam a produção de materiais pertinentes a tal seara terão impacto no cenário externo – e serão por este afetadas –, parece-nos igualmente plausível à sua perquirição a assunção de um historiador das relações internacionais como referencial teórico. Associada a esta referência, integrando o alicerce basilar de nossa elucubração, mencione-se o clássico “Introdução à História das Relações Internacionais”⁷, de Pierre Renouvin e Duroselle, através do qual melhor compreendemos a abrangência desse campo do conhecimento, inclusive no que tange à interpretação das “forças profundas” descritas pelos autores, que, por sua vez, contribui de forma crucial para a inteligência das posturas dissonantes ou aderentes – manifestadas na arena internacional – em relação a desígnios governamentais locais.

⁵ PONCE, André Luiz Godoy. **Florão da América: o projeto do Brasil Grande, a política externa e a diplomacia presidencial durante o regime militar (1964-1973)**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15072015-122800/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

⁶ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora Unb, 2000.

⁷ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

Ainda no que se refere ao suporte teórico e metodológico, invocaremos as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, propostas por Reinhart Koselleck⁸, visto que, associadas aos conceitos minudenciados por Duroselle, serão de todo convenientes ao propósito de distinguir a construção mental dos sujeitos atuantes nos contextos analisados e, também, à avaliação das decisões suscitadas no *presente* (ou seja, ao tempo em que externadas) com vistas ao desenvolvimento *futuro* (aqui entendido como a esfera de ação esperada ou possível).

Em síntese, parece-nos apropriado deduzir que as características do segmento para o qual convergiram, primordialmente, nossos esforços de pesquisa e análise, bem como a disposição e a substância das ações públicas perpetradas em favor de seu aperfeiçoamento e expansão, tornaram não apenas legítimo mas também conveniente o recurso às doutrinas e conceitos teóricos acima elencados, haja vista a consistência de seus argumentos e suas definições para a apreciação de projetos com vastos e variados investimentos, além de prolongados prazos de maturação.

Avançando no detalhamento do arcabouço teórico e historiográfico, releva abordar, ainda que sucintamente, os demais autores e a bibliografia subsidiária manejados em prol de um consentâneo tratamento das informações, conjunturas e ocorrências apuradas em nossa pesquisa. Antes, porém, registre-se que o acervo relativo à indústria bélica no Brasil é de produção relativamente recente, elaborado sobretudo por economistas, cientistas políticos, engenheiros, geógrafos e, claro, militares, destacando-se, nesse conjunto, os trabalhos de Renato Dagnino, Clóvis Brigagão, Domício Proença Júnior, Ken Conca e José Drummond Saraiva. Ressalvando, de antemão, que o necessário debate bibliográfico será apresentado ao longo dos capítulos, passemos, nas próximas linhas, às obras de maior repercussão em nossa experiência.

Sobre a História do Regime Militar Brasileiro – fundamental à proficiente condução dos temas selecionados por este doutorando –, tomamos por referência as obras de Napolitano (2018)⁹ e Reis Filho, Ridenti & Motta (2004)¹⁰, que promovem tanto a síntese quanto a análise do período; e, também, Alonso & Dolhnikoff (2015)¹¹ e Reis Filho (2014)¹², que

⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC Rio, 2006.

⁹ NAPOLITANO, Marcos. **1964. História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

¹⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

¹¹ ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam (comp.). **1964. Do golpe à democracia**. São Paulo: Hedra, 2015.

¹² REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ultrapassam o estágio ditatorial e refletem sobre a redemocratização, o processo constituinte e eventos posteriores. A historiografia econômica concernente ao regime militar estará representada (entre outras fontes constantes da Bibliografia) pelas teses de Marly Job de Oliveira (2007), *A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964-1985)*¹³; Contador (2007), *Modelo econômico e projeto de nação-potência: Brasil 1964-1985*¹⁴; e Carlos Giannasi (2011), *A doutrina de segurança nacional e o Milagre Econômico (1969/1973)*¹⁵, que, conforme antecipam os respectivos títulos, oportunizam o cotejo entre as orientações gerais preconizadas pelo regime militar, a definição de suas diretrizes econômicas, o projeto de desenvolvimento pátrio formulado em conformidade com tais preceitos e os reflexos advindos das políticas então adotadas. Também digna de nota, relacionando os militares e a Indústria de Defesa sob a ótica da Geopolítica, temos a dissertação de Wagner Costa Ribeiro (1994) *Os militares e a defesa no Brasil. A indústria de armamentos*¹⁶.

Além da consulta à bibliografia específica, a incursão em outros domínios adjacentes do conhecimento e a manutenção do diálogo entre ambas as linhas de referências será fundamental, tendo em vista, inclusive, o adensamento argumentativo proporcionado por tal articulação. Para tanto, no âmbito das relações internacionais, contaremos com o supedâneo da monumental obra organizada em quatro volumes por José Guilhon Albuquerque¹⁷, que oferece um vastíssimo conteúdo acerca de diversas questões de natureza diplomática,

¹³ OLIVEIRA, Marly Job de. **A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964-1985)**. 2007. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-07022008-114141/publico/TESE_MARLY_JOB_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

¹⁴ CONTADOR, Vicente. **Modelo econômico e projeto de nação-potência: Brasil 1964-1985**. 2007. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-01022008-104912/publico/TESE_VICENTE_CONTADOR.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

¹⁵ GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o Milagre Econômico (1969/1973)**. 2011. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30092011-170055/publico/2011_CarlosAlbertoGiannasi.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

¹⁶ RIBEIRO, Wagner Costa. **Os militares e a defesa no Brasil. A indústria de armamentos**. 1994. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

¹⁷ ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura Editores; NUPRI; USP, 1996. v. 1. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): diplomacia para o desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Editores; NUPRI; USP, 1996. v. 2. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP, 2000. v. 3. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP, 2000. v. 4.

geopolítica, econômica e comercial, entre outras, viabilizando, assim, a consideração de um panorama abrangente do período compreendido entre os anos de 1930 e 1990. Não deixaremos de recorrer, ainda, a Cervo & Bueno (2008)¹⁸, que detalham as principais iniciativas de política externa desde os idos imperiais, bem como a Rubens Ricupero (2017)¹⁹, que elabora um quadro elucidativo das ações diplomáticas brasileiras entre 1750 e 2016, contextualizando os ambientes domésticos político e econômico. No que tange à participação dos militares brasileiros na política e à estruturação do pensamento correlato, desde os primórdios da República até o golpe de 1964, encontraremos esteio na produção de José Murilo de Carvalho (2005)²⁰, e, centrado até o período Vargas, na obra de Frank McCann (2007)²¹. Finalmente, invocaremos os ensinamentos facultados pelo recente trabalho de Paulo Fagundes Visentini (2020)²², que descreve e analisa o regime militar, o ideal de *Nação Potência* e a projeção internacional do Brasil no período de 1964 a 1985.

Por viés outro, para alicerçar o manejo de circunstâncias alusivas à economia brasileira, destacamos a obra organizada por Fábio Giambiagi (2005)²³ e, ainda, o exemplar de Luna & Klein (2016)²⁴, que fornecem um painel do período republicano até a primeira gestão de Dilma Rousseff; e BAER (2003)²⁵, que discute os impactos do processo inflacionário, os diversos planos econômicos e o programa de privatização nas administrações Itamar Franco/Fernando Henrique Cardoso. No que concerne ao pensamento econômico formulado na temporalidade eleita, Bielschowsky (1988)²⁶. Como obras de referência, temos Wilson Cano (1985)²⁷ e (2008)²⁸, além de João Manuel Cardoso de Mello (1982)²⁹. Por fim,

¹⁸ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

¹⁹ RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

²¹ MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²² VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O regime militar e a projeção mundial do Brasil. Autonomia nacional, desenvolvimento econômico e potência média (1964-1985)**. São Paulo: Edições 70, 2020.

²³ GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

²⁴ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **História Econômica e Social do Brasil - O Brasil desde a República**. São Paulo: Saraiva, 2016.

²⁵ BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2003.

²⁶ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

²⁷ CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

²⁸ CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Unesp, 2008.

²⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ainda no campo da economia, a produção de formuladores do período e seus críticos: Campos (1963)³⁰, Simonsen & Campos (1974)³¹, Loureiro (1997)³² e Bresser Pereira (2003)³³.

E, aqui, julgamos pertinente consignar – não obstante o citado acervo sobre a indústria de armamentos no Brasil – que é perceptível a ausência de uma investigação ampla sobre as relações estabelecidas entre os diversos agentes envolvidos em tal alçada, de um exame acurado a propósito de suas condicionantes específicas e, sobretudo, de uma análise pontual, por empresa, que elucide os aspectos negociais identificáveis na trajetória do setor. Em nossa avaliação, igualmente emblemática é a quase inexistência de trabalhos acerca das indústrias produtoras de armamentos leves e de uso pessoal ou daquelas dedicadas a explosivos. Também não identificamos nenhum estudo em profundidade sobre o papel do MRE na consecução do objetivo de inserção internacional da indústria de material de emprego militar – o que não condiz com a inquestionável importância desta divulgação para a expansão do setor, nem com a dimensão daquele organismo em tal processo de difusão, responsável por tornar o segmento relevante, inclusive, em âmbito acadêmico.

Enfatizemos (pois assim convém ao nosso arrazoado) este aspecto. Crucial à notoriedade alcançada pela área de produção de material militar foi, justamente, a ênfase conferida à exportação e à penetração de seus artigos em diversos países, com ampla utilização em situações reais. É certo que o Brasil voltou a produzir armamentos; mas, na atualidade, não atrai uma centésima parte da atenção obtida no período contemplado por esta tese. Destarte, identificar e perquirir como se processou a dinâmica que permitiu a uma indústria jovem conquistar, em tão exíguo espaço de tempo, visibilidade e reputação, tanto no cenário doméstico quanto na arena internacional, afóra o já citado potencial exportador, significa, enfim, desvendar a essência do objeto aqui apreciado.

Quanto às **fontes mobilizadas**, registramos que a presente pesquisa coligiu uma base documental de natureza variada – primordial, há que se ressaltar, ao amplo estudo que aqui enfrentamos. As diversas nuances que matizaram o quadro contemplado por este pesquisador demandaram não apenas significativa amplitude teórica para sua precisa compreensão, mas também um igualmente abrangente levantamento de dados, derivados de múltiplos ambientes, posto que a almejada análise somente encontraria o alicerce necessário ao seu pleno

³⁰ CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Economia, planejamento e nacionalismo**. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

³¹ SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

³² LOUREIRO, Maria Rita (org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

³³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.

desenvolvimento na solidez proporcionada por uma substancial interseção de informações. Nesse sentido, salientamos que nosso trabalho encontra suporte especialmente em fontes primárias, documentação oficial e inventários estatísticos de organizações governamentais e não governamentais, bem como em conteúdos publicados em mídia impressa ou digital. Isto posto, destacamos, a seguir, algumas peculiaridades da pesquisa documental empreendida e, sem delonga, passamos ao rol de arquivos interrogados.

Em primeiro lugar, cabe distinguir a consulta realizada junto aos Arquivos do Ministério das Relações Exteriores, que reúnem um instigante acervo, provedor de recursos fundamentais à apuração de nossos argumentos e hipóteses, constituindo, ao fim e ao cabo, um dos principais pilares documentais sobre os quais se assenta a presente tese. Justamente em virtude desta centralidade – percebida, aliás, paulatinamente, à medida que novos repositórios eram compulsados ao longo da trajetória ora descrita –, entendemos por reservar algumas linhas para relatar tal experiência.

A totalidade dos documentos pertinentes ao período focado em nosso trabalho está armazenada no Arquivo Central do MRE, em Brasília (assim como os registros posteriores a esse interregno; os anteriores, por sua vez, datados entre 1575 e 1959, estão abrigados no Arquivo Histórico da cidade do Rio de Janeiro³⁴). Considerando o teor dos impressos, vale lembrar que, durante o regime militar e até a regulamentação do acesso à documentação, em 1997³⁵, adotou-se, em relação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, a seguinte classificação:

- 1) **Secretos-Exclusivos:** documentos mantidos em altíssimo grau de sigilo, cujo conhecimento deveria ser restrito aos destinatários; normalmente dirigidos ao Presidente da República, ao primeiro escalão do governo e aos chefes de missão diplomática (um padrão muito próximo ao modelo *Eyes Only*, utilizado pelo Departamento de Estado dos EUA). Documentos inclusos nesta categoria teriam o sigilo assegurado por 30 anos (renováveis);

³⁴ Nos exatos termos do *Plano de Integridade do MRE – Ciclo 2020/2021*: “(...). Desde 1942, o Itamaraty possui um arquivo histórico, atualmente aberto a público de pesquisadores, cuja missão é proteger, preservar e difundir o patrimônio documental brasileiro sob sua custódia, contribuindo, desse modo, para a preservação da memória institucional bem como para a defesa do patrimônio histórico nacional. Documentos produzidos entre 1575 e 1959 encontram-se disponíveis no Arquivo Histórico localizado no Rio de Janeiro. Os documentos datados a partir de 1960 estão custodiados pelo Arquivo Central do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.” Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/etica-e-integridade/programa-de-integridade/planos-de-integridade/arquivos/plano-de-integridade-do-mre.pdf/view>. Acesso em: 18 fev. 2021.

³⁵ BRASIL. Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2134.htm. Acesso em: 16 set. 2020.

- 2) **Secretos:** documentos preservados em alto grau de sigilo, que deveriam ser acessados apenas pelo destinatário e pelo grupo encarregado dos assuntos em pauta, cuja divulgação poderia acarretar dano grave à Segurança Nacional. Com circulação bastante restrita, esses documentos contariam com 20 anos (renováveis) de sigilo assegurado;
- 3) **Confidenciais:** documentos com informações consideradas de grande importância, que deveriam circular entre setores e órgãos (internos e externos), visando a tomada de decisões, e cuja divulgação poderia causar prejuízos e danos leves ou moderados a ações administrativas planejadas. Documentos assim identificados teriam o sigilo assegurado por 10 anos (renováveis);
- 4) **Reservados:** documentos que, embora não conservassem natureza extremamente sensível, poderiam, caso revelados sem autorização, comprometer projetos, negociações e operações em curso. Documentos desta classe contariam com 5 anos (renováveis) de sigilo assegurado.
- 5) **Ostensivos:** documentos aos quais não seriam atribuídos quaisquer graus de sigilo, por não encerrarem, intrinsecamente, potencialidade de dano às ações de Estado. Este tipo de documentação seria, ao menos em tese, integralmente liberado para consulta.

Especialmente no decorrer do período militar, em virtude do viés autoritário e repressivo do regime, muitos documentos receberam classificação *algo mais* rigorosa do que o presumivelmente recomendável; o que nos parece, de todo modo, compreensível, até mesmo para a preservação dos agentes responsáveis pela produção dos respectivos conteúdos. Todavia, sem embargo dessa constatação, cumpre-nos asseverar que os arquivos aqui mobilizados guardam características que se coadunam, ao menos em tese, com as classificações que lhes foram atribuídas.

O acervo do Itamaraty compreende diversas séries temáticas, definidas por países ou tópicos (dentre os quais podemos citar, como exemplo autêntico de nossa busca, a *Política Nacional de Exportação de Materiais de Emprego Militar – PNEMEM*), e é constituído por

telegramas, cartas-telegrama, ofícios, relatórios de análise e tantos outros papéis explorados em publicações e pesquisas acerca da diplomacia e das relações internacionais do Brasil. Em nossa particular investigação, fizemos largo uso de um conjunto documental pouco mobilizado em trabalhos sobre o tema: as **Informações para o Senhor Presidente da República**. Esta coletânea é composta por documentos produzidos pelo Ministro das Relações Exteriores e endereçados, exclusivamente, como é possível inferir de sua legenda, ao chefe do Poder Executivo Federal.

Algumas dessas notificações ostentam caráter eminentemente protocolar, como os pedidos de *agrément*³⁶, que devem dispor de aprovação presidencial, enquanto outras trazem referências *um tanto inusitadas* no contexto das formalidades procedimentais, como as permissões para exposições culturais, festas agrícolas e circunstâncias afins. Essa categoria de documento, contudo, também pode envolver discussões sensíveis e sigilosas, que demandam, em face do grau de comprometimento implícito, ciência direta e autorização presidencial. No que tange ao objeto de nossa pesquisa, conforme se verá, as *Informações ao Presidente* são muito elucidativas e, em assim sendo, de todo relevantes, porquanto descortinam ações, diretrizes, óbices e até mesmo disputas interburocráticas que favorecem a ampla compreensão dos assuntos manejados.

Outra sequência documental de significativo valor à análise empreendida nos limites da presente tese abrange as **Mensagens ao Congresso Nacional**. Cuida-se a espécie de uma obrigação constitucional, de alçada do Presidente da República, a quem compete apresentar um balanço do período anterior, relatar as atividades previstas para o exercício seguinte e sugerir eventuais providências futuras, dirigindo-se às duas casas do Congresso, via de regra, na abertura de cada ano legislativo. Estatuída, inicialmente, pela Constituição Federal de 1946 (artigo 87, item XVIII³⁷), e mantida na Constituição de 1967 (artigo 83, item XIX³⁸), mesmo

³⁶ O pedido de *agrément* corresponde a uma consulta formal, por meio da qual o “Estado acreditante” submete a indicação de um Embaixador ao crivo do “Estado acreditado”. Do sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, consta, ainda, a expressa advertência: “A Convenção de Viena garante ao Estado receptor o direito de não aceitar a indicação. Por esse motivo, o costume internacional é que todo o procedimento se faça de forma sigilosa: assim evita-se que, em caso de recusa, crie-se constrangimento tanto para as relações bilaterais quanto para a pessoa indicada. Somente em caso de aprovação o pedido e a concessão de *agrément* tornam-se públicos.” Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/o-itamaraty-e-as-carreiras-do-servico-exterior#vinte>. Acesso em: 20 jul. 2020.

³⁷ BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

³⁸ BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 jan. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

após a promulgação da Emenda Constitucional nº 1 (artigo 81, item XXI³⁹), permanece prevista na Constituição Federal de 1988 (artigo 84, item XI⁴⁰).

Além de consistir em valioso instrumento para a identificação e a particularização de ações governamentais de índoles diversas, as *Mensagens ao Congresso Nacional* ainda reverberam os sinais que o Poder Executivo deseja enviar aos agentes políticos e à sociedade em geral (a título de ilustração, consoante demonstrei em minha dissertação de mestrado, por meio das *Mensagens* de 1971 e 1972, compreende-se que o governo federal já sabia da instalação das bases guerrilheiras no Araguaia⁴¹). Outrossim, esses comunicados também nos informam quanto ao *humor* do Poder Executivo Federal, quanto à sua percepção a propósito das ações passadas e quanto às suas expectativas vindouras. Em síntese, oferecem subsídios a interpretações, diagnósticos e prognósticos, orientando conjecturas ou a elas agregando substância e intensidade.

Restando, assim, consignados os esclarecimentos prévios que julgávamos necessários ao entendimento da seleção bibliográfica e documental promovida, prossigamos em nossa resenha introdutória com um breve inventário das fontes efetivamente mobilizadas durante a elaboração da presente tese. Nesse sentido, mencione-se:

- Arquivo Central do Ministério das Relações Exteriores (Brasília-DF): além da documentação mencionada alhures, os repositórios do MRE reúnem tratados internacionais, notas, memorandos e relatórios de embaixadas, constituindo-se em importante instrumento à checagem e elucidação de questões mui sensíveis, tanto no que tange a aspectos particulares do setor focalizado em nosso estudo, quanto no que toca a tensões observáveis nas interações entre o Brasil, seus consumidores e concorrentes. De forma análoga, auxiliaram na identificação e na compreensão das posturas assumidas, das oportunidades delineadas e, também, dos óbices enfrentados em diferentes momentos da conjuntura política internacional. Sublinhamos que alguns acervos suscitaram particular interesse, como as “pastas especiais” referentes a transações concretizadas na órbita do PNEMEM. Especificamente em relação às alternativas de acesso, registramos que a maior parte dos documentos sob custódia do MRE ainda não está digitalizada, excetuando-se alguns tratados e acordos bilaterais e multilaterais,

³⁹ BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Brasília, 17 out. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

⁴⁰ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

⁴¹ PONCE, 2015, pp. 128-129.

que podem ser acessados, virtualmente, através da plataforma *Concórdia* (<https://concordia.itamaraty.gov.br/>).

- **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)**: os arquivos conservados pela entidade permitiram a este consulente distinguir as singularidades da perspectiva de seus representados com respeito ao segmento alvo de nossa perquisição e, em sentido mais amplo, seu posicionamento político no lapso temporal eleito. Viabilizaram, especialmente, a detecção dos primeiros movimentos do *staff* que viria a constituir o importante Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI-FIESP).

- **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio**: a documentação oriunda deste ministério propiciou a apuração de dados qualitativos e quantitativos relativos às atividades econômicas em geral, e, também, àquelas afeitas ao específico setor analisado. Sua base de informações digitais oportunizou, ainda, a compilação de referências, tabelas e gráficos aptos a compor um expediente analítico consistente; adequado, inclusive, ao delineamento dos processos que interferiram no panorama estratégico da economia brasileira.

- **Presidência da República do Brasil**: os discursos presidenciais e as mensagens dirigidas ao Congresso Nacional, disponibilizados no sítio eletrônico da Biblioteca da Presidência da República (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>), bem como Decretos, Portarias, Leis e Regulamentos exarados pelo Poder Executivo Federal permitiram divisar não apenas os estímulos, as restrições e os direcionamentos que afetaram, direta e indiretamente, o segmento analisado, mas também as disposições políticas que balizaram as decisões dos agentes envolvidos.

- **Biblioteca Digital do Planejamento**: no âmbito deste repositório, merece destaque a seção dedicada a documentos históricos, que proporcionou o acesso a planos e programas governamentais voltados à gestão e ao desenvolvimento, oportunos, portanto, ao aperfeiçoamento de inferências e conclusões tangentes à esfera econômica.

- **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**: tendo em vista que as mais notáveis empresas da área perquirida por nosso trabalho constituíram-se sob a forma de Sociedades Anônimas, muitas delas com capital aberto em Bolsa de Valores, buscou-se, através de

consulta aos arquivos da CVM, a obtenção de dados emblemáticos constantes de comunicados, auditorias e outros expedientes e informativos sobre o mercado. Como exemplo paradigmático desse conjunto documental, citamos o pedido de investigação sobre a ENGESA, formulado pelo General Golbery do Couto e Silva.

- **Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (DOS); Conselho de Segurança dos Estados Unidos (NSC); e Agência Central de Inteligência Americana (CIA):** em que pese a possibilidade de acesso remoto a parte significativa dos documentos tutelados por esses órgãos, considerando-se o avançado estágio de digitalização de seus respectivos acervos, procedemos, também, à consulta de repositórios preservados em meio físico, em visitas de pesquisa ao *National Archives*, em Washington DC. Dentre os arquivos examinados, destacamos memorandos, relatórios e atas de reuniões dos comandos desses organismos. Por sua especial relevância, mencione-se, a título exemplificativo, o “Panorama sobre o Brasil” (*Outlook for Brazil*): um conjunto de pareceres e avaliações acerca dos marcos históricos sob enfoque. Também demandam pontual menção, ante a veemência de seus termos, os arquivos das subsecretarias voltadas ao “controle de armas e à “segurança internacional”, ao “comércio estratégico” e ao “regulamento de exportação de material bélico”, que nos permitiram não apenas divisar a movimentação internacional de equipamentos de emprego militar, mas também identificar as diferentes nuances da postura norte-americana ao longo de todo o período selecionado para minucioso escrutínio.

- ***Norwegian Initiative on Small Arms Transfers (NISAT)*:** os registros mantidos por esta organização evidenciaram particularidades do comércio de armas leves (militares e não militares) e delinearam, ao menos parcialmente, as transações envolvendo equipamentos de tal jaez.

- ***Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*:** a documentação reunida por este instituto versa sobre o comércio relacionado à indústria bélica, com indicação de pontos de entrada e saída dos materiais em diversos países. Ainda que os dados e informes disponíveis à consulta mereçam ser problematizados (como no caso dos arquivos preservados pela entidade antes referida), seus padrões permitem um acompanhamento das movimentações então ativas. A propósito, cumpre-nos observar que os questionamentos direcionados a estes dois últimos acervos (*NISAT* e *SIPRI*) serão discutidos no corpo da tese;

por ora, limitamo-nos a destacar: conquanto ostentem ponderável êxito ao captar as transações oficiais, tais organizações não alcançam as operações ditas “encobertas” (como o fornecimento de viaturas da ENGESA para a Guatemala – que, formalmente, nunca aconteceu) e as eventuais “triangulações” entre fornecedores e consumidores finais.

- ***Brown University Library Digital Repository***: como resultado de parceria firmada com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), o portal da universidade norte-americana disponibiliza uma série de documentos primários concernentes às relações EUA-Brasil, de grande interesse para a pesquisa empreendida, em: https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/?selected_facets=mods_role_addressee_ssim%3AS%C3%A3o+Paulo+%28Brazil%29.

- **Mídia impressa e digital**: várias incursões foram realizadas aos acervos disponibilizados em meio físico ou em plataformas eletrônicas pelos periódicos Folha de S. Paulo (FSP), O Estado de São Paulo (OESP), Gazeta Mercantil e Exame (edições semanais e anuários “Maiores e Melhores”). Outrossim, estendeu-se a pesquisa aos arquivos do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã, acessíveis através do sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/>). Cabe enfatizar que o suporte conferido pelo patrimônio documental desses veículos mostrou-se decisivo ao rastreo e à efetiva detecção das ações governamentais e empresariais de divulgação de projetos e produtos relacionados à nossa área alvo. Mas não só. Concluída a referida etapa de investigação (previamente definida, considerando os objetivos de nosso estudo), observamos com interesse a oscilação da postura da imprensa em relação ao setor estudado, que acompanhou, em grande medida, a trajetória da própria indústria de defesa, em sua escalada e, mais adiante, em seu declínio. Os principais debates sobre o segmento e seus correlatos (como os campos da informática e da energia nuclear, por exemplo) transparecem nessas publicações. Em adendo, apenas a menção a um tangível diferencial: enquanto os jornais FSP e OESP proporcionaram uma observação mais apurada das questões política e de opinião pública, a Gazeta Mercantil e a revista Exame pareciam privilegiar as discussões especificamente comerciais.

Com o rol acima, buscamos evidenciar os repositórios documentais mais constantes dentre os selecionados para a consecução de nossa pesquisa. Não obstante, muitos outros compuseram o conjunto de fontes consultadas – como sói acontecer, a propósito, em demandas tais. Assim sendo, em que pese os apontamentos referenciais constantes do texto

que se seguirá, em reconhecimento à sua inegável contribuição, não poderíamos deixar de destacar as diligências empreendidas junto aos arquivos da **Escola Superior de Guerra**, que preservam dados relevantes sobre o GPMI e evidenciam a visão geopolítica do período; do **Congresso Nacional Brasileiro**, que possibilitam o acompanhamento dos debates pertinentes aos temas de interesse da pesquisa; do **Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV/digital)**, que fornecem consideráveis subsídios sobre personagens e instituições prestigiadas do período; e da **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**, que, além dos já referidos materiais provenientes do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã, disponibiliza uma série de publicações de incontestável relevância, aptas a compor um competente mosaico de informações oriundo da imprensa brasileira e de outros meios de divulgação pública.

Assim sucintamente delineadas as linhas mestras de nossa proposição, bem como o aparato teórico e historiográfico mobilizado a tanto, passamos a discorrer – também de modo conciso – acerca de cada um dos capítulos que compõem nossa tese.

O Capítulo 1 será dedicado ao delineamento do tema e do objeto da pesquisa, às explicações e justificativas que determinaram nossas escolhas, bem como aos objetivos da investigação, à abordagem teórica e metodológica e à bibliografia de base articulada para o encaminhamento do trabalho. Enunciaremos, em suma, os aspectos formais expectáveis de uma tese.

Ainda nessa seção, teremos oportunidade de apresentar alguns antecedentes importantes para a configuração de nossa perspectiva, como aqueles que informaram o pensamento estrutural dos agentes históricos mobilizados a partir de nosso marco cronológico inicial e, por extensão, o arcabouço teórico que fundamentou seus critérios e respaldou seus atos. Também buscaremos oferecer um breve histórico sobre a evolução das questões políticas mais inquietantes no período observado, tanto as afeitas à órbita interna quanto aquelas associadas à arena internacional. No mais, reservaremos espaço à aproximação dos temas que tangenciam o escopo central de nosso projeto ou com ele interagem – o que se aplica, *verbi gratia*, à Geopolítica – e dos conceitos que serão explorados para abordá-los e discuti-los ao longo de nossa narrativa.

O Capítulo 2 contemplará os primeiros momentos de nosso recorte cronológico, a consolidação do regime então instaurado e as iniciativas destinadas a estruturar o Estado

conforme os desígnios dos artífices do golpe de 1964. A reflexão analítica começa, enfim, a exhibir seus contornos e adquirir consistência. E, para o manejo de tal substância, considerando os padrões suscitados pelo gênero discursivo ao qual estamos subordinados, nossa exposição disporá de *marcos temporais demarcatórios* – obviamente, na acepção didática desta expressão; afinal, embora formalmente definível por grandezas matemáticas (1964-1972), a temporalidade, tal como admitida em nosso campo de estudo, não se expressa de modo estanque e segmentado, mas enquanto eloquente, significativa e motivada sequência de eventos históricos.

Tencionamos, assim, contextualizar o processo de articulação das medidas de caráter institucional ou legal que informaram o arranjo *supostamente* necessário à viabilização dos modelos de administração pública e aparato jurídico condizentes com o objetivo de desenvolvimento consistente do país. De forma análoga, pretendemos examinar a conjuntura internacional que recepciona tais iniciativas, os principais dilemas delas advindos e os encaminhamentos da Política Externa Brasileira (PEB).

Outros aspectos serão sucintamente alcançados, notadamente aqueles ligados à política econômica, à política interna e ao meio militar, assim como as orientações endereçadas ao avanço tecnológico e industrial. Também abordaremos a instalação das primeiras unidades de produção de material bélico, o surgimento das principais empresas do setor e o início da atuação governamental, idealizada e conduzida na órbita do MRE, com vistas à inserção internacional do Brasil no mercado de material militar.

O Capítulo 3 compreenderá o período entre 1973 e 1979, auge do milagre econômico brasileiro e espaço de ensejo aos primeiros sinais de transição da economia mundial. Ultimam-se os golpes na América do Sul, mas também os processos de descolonização da África. No mesmo íterim, tem início a escalada da indústria de material militar no Brasil e sua efetiva internacionalização. Será momento, portanto, de aprofundar a investigação dos fatores intrínsecos à dinâmica doméstica, que atuaram na conformação do referido segmento, e das condições externas que, em alguma medida, afetaram seu curso. Nesse sentido, acompanharemos o átimo de maior aproximação do Brasil com os EUA, e, em seguida, o princípio de um longo intervalo de distanciamento e atrito; a parceria Médici-Nixon e a dissensão Geisel-Carter; e, ainda, a eclosão da revolução iraniana e a emergência da Guerra Irã-Iraque (este último evento, particularmente, de manifesta importância na evolução do parque industrial militar brasileiro).

Este capítulo também registrará os primeiros movimentos em outras indústrias estratégicas então estimuladas pelo governo militar, a profissionalização do aparato comercial diplomático, os ajustes de condução no campo internacional, e as tentativas de estabelecimento de alianças atinentes ao setor bélico.

O Capítulo 4 cinge-se ao interstício de 1980 a 1983, quando a indústria nacional de material militar caminha para o seu apogeu, especialmente com o impulso dos produtos fabricados pela ENGESA e pela AVIBRÁS, amplamente utilizados na guerra entre Irã e Iraque. À parte deste destaque, o capítulo percorrerá outros mercados internacionais da área em questão, além de apurar as conexões estabelecidas entre a venda de material bélico e fornecimentos de ordem diversa, direta ou indiretamente vinculados àquela. De outro lado, observará o incremento do volume de críticas dirigidas ao regime militar e o declínio do ciclo dos generais-presidentes.

Esta passagem da tese refletirá, ainda, sobre como as tensões acerca da produção industrial militar brasileira começam a ganhar corpo no cenário internacional e registra o anúncio argentino de domínio do ciclo completo de combustível nuclear – um novo motivo à preocupação regional. Todavia, a despeito das vicissitudes observadas, o balanço do período suscitará avaliações positivas da perspectiva brasileira; afinal, os alvos prioritários de nossa Política Externa (Oriente Médio, África e América do Sul) serão alcançados com sucesso, especialmente no que se refere às exportações e à internacionalização de empresas.

O Capítulo 5 circunscreve o período de 1984 a 1987, quando o regime militar não mais se sustém e a transição política, à época denominada “redemocratização”, assoma como auspicioso corolário. A volátil aura da mudança bafejava e, como autoriza supor o título desta seção da tese, imiscuía-se em diferentes estruturas. Por ora, contudo, impende tão só anotar que, conquanto alcançada por tal aragem, a produção militar ainda seria divisada com otimismo durante a primeira metade do citado interregno, malgrado as pesadas críticas recebidas do exterior, especialmente em virtude do potencial nuclear que poderia ser acrescido ao desenvolvimento de vetores armamentistas no Brasil. A propósito, vale rememorar que o projeto nuclear brasileiro encontra aqui seu momento crítico, abalado pelas dificuldades de investimento resultantes da crise econômica que acometia o país, colocando em risco, inclusive, o acordo de cooperação firmado com a *então* República Federal da

Alemanha (RFA) e a continuidade do programa autônomo (paralelo) – ocorrências percebidas pela chancelaria brasileira como deletérias aos interesses nacionais.

A segunda metade do íterim contemplado por este capítulo acompanha o fim do regime instaurado em 1964 e, com a posse de José Sarney na Presidência da República, o início do processo conhecido como “a Nova República”. Este impulso de transição que movimentava a esfera política também acionaria a percepção do modelo de desenvolvimento patrocinado pelos militares, especialmente em sua vertente armamentista e nuclear, que passa a ser sistematicamente questionada. Por outro viés, a crise econômica se intensifica, motivando o lançamento de um *plano heterodoxo* para a economia brasileira, que, após um breve momento de euforia, trará consigo frustração e problemas ainda mais agudos para o setor industrial, com reflexos sensíveis na área de material militar e ao conjunto das estatais e repercussão negativa junto à opinião pública.

Os reveses que, a essa altura, atingiam a produção de artigos de pendor bélico prenunciavam tempos difíceis... Mas ainda havia esperança, manifesta sobretudo no fornecimento desses equipamentos ao Oriente Médio e direcionada à nova estrela da indústria nacional: o blindado *MBT Osório*, que sugeria uma revitalização do setor, o advento de um novo ciclo produtivo, com a fabricação de um artefato de maior valor agregado e avançada capacidade combatente.

O Capítulo 6 percorre os anos de 1988 a 1993, ocupando-se, assim, dos eventos que interessam ao desfecho de nossa narrativa, justamente por modularem o epílogo do projeto maturado na ESG e nos altos escalões governamentais em Brasília, quando do assalto ao poder em 1964.

Transcorrendo em meio a pressões provenientes de uma severa crise econômica (que se impunha, inclusive, pelos efeitos da hiperinflação então vigente) e de uma contextura política ainda mais delicada, essa etapa da trajetória pátria tangencia a anomia, com o governo Sarney constantemente “nas cordas” e, ainda, tendo de gerir a ebulição coletiva fomentada pela perspectiva de eleições presidenciais diretas – que deveriam, em tese, concluir o processo de transição iniciado ao tempo referenciado no capítulo precedente. As indústrias estratégicas e de material militar sofriam seus mais fortes abalos e já não mais podiam contar nem com a benevolência da opinião pública (especialmente por parte da imprensa), nem com a disposição administrativa para sustentar seus projetos.

O brandir dos veementes acontecimentos que convulsionam e remodelam o cenário externo, dentre os quais sobressai a emblemática *queda do Muro de Berlim*, reverbera um ânimo extensivo e abrangente em favor da mudança e da renovação, identificável em diferentes paragens. Em solo brasileiro, um ímpeto afim se faz sentir na primeira eleição direta para a Presidência da República em mais de duas décadas, que culminará com a vitória de Fernando Collor de Mello, o mais jovem a ocupar o cargo em questão, embalado por um discurso deliberadamente associado ao vigor e à modernidade – convenientes aos seus 40 anos e à perspectiva de efetiva transformação dos quadros político e econômico e de consistente inserção internacional.

Para o setor de maior interesse à presente análise, servindo-me de *tonalidades dramáticas*: esse é o período de sua agonia e morte. Ainda que divisemos alguns esforços extremos na tentativa de “restabelecer o enfermo”, além de o rigor do momento não favorecer a tomada de decisões, o próprio discurso em prol da mudança impedia, de certa forma, a administração dos “remédios” necessários à “recuperação do moribundo”. Esse íterim representa, como bem ilustraria o presidente eleito logo no início de seu mandato, uma pá de cal sobre o programa brasileiro de desenvolvimento de indústrias estratégicas e de material militar⁴²; a *melancólica alegoria* da dissolução de um ambicioso projeto interno de aperfeiçoamento industrial e tecnológico (ou, em perspectiva ampliada, apenas outra de nossas desditas).

A Conclusão retomará os eventos, os referenciais e os argumentos mobilizados no decorrer da narrativa para, então, divisá-los à luz das hipóteses alhures concebidas. Analogamente, ainda nesta seção, encontraremos ensejo para o resgate dos impulsos iniciais à realização do presente trabalho a fim de cotejá-los com as ilações alcançadas em seu desfecho, atentando, naturalmente, aos fatos e às informações decisivos a tanto, obtidos por meio da pesquisa empreendida, e minudenciando, sempre que possível e conveniente, o raciocínio a unir os dois limiares.

Como pressupõe o modelo discursivo ao qual estamos adstritos, o registro das impressões e inferências deste autor se fará presente com a recorrência e o rigor necessários à definição de um arrazoado crítico consistente. Neste segmento da tese, contudo, a intervenção analítica – antes articuladora – passa a ser estruturante, na medida em que conduz, enfim, a

⁴² Conforme descreve artigo de Rubens Santos para O Estado de S. Paulo, publicado na edição de 20 de setembro de 1990, sob o título “Collor enterra construção de bomba”. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900920-35460-nac-0020-999-20-not>. Acesso em: 11 fev. 2019.

avaliação derradeira dos conteúdos mobilizados, das referências professadas (ou desacreditadas), da abordagem dispensada a ambos os aspectos e dos resultados obtidos a partir dessas ponderações. Em conformidade com tal entendimento, faremos consignar no espaço em pauta a inteligência deste doutorando a propósito do período examinado (e de seus respectivos temas e pensadores), não nos furtando, inclusive, de sinalizar potenciais paralelos com o tempo presente, buscando compreender as rupturas e permanências processadas, em um movimento que, organicamente, suscita novas indagações. Afinal, não seria este um dos mais legítimos compromissos do historiador: propor novos questionamentos com apoio em experiências antecedentes revisitadas por força de inquietações atuais?

Ainda sobre o plano geral deste trabalho, registramos, em sua porção derradeira, a apresentação de um Glossário, contendo os termos técnicos e os conceitos que, pela centralidade ostentada ao longo da narrativa, merecem (ou requerem) esclarecimentos adicionais.

Finalmente, antes que nosso leitor trave efetivo conhecimento com a trajetória percorrida, os saberes apreendidos nesse percurso e os significados a eles atribuídos, e, assim, possa *apreciar* (em toda a amplitude significativa deste termo) nossa proposta à luz de suas próprias convicções, permita-nos um breve esclarecimento acerca da sistematização das obras consultadas. Optamos pela apresentação – amplamente utilizada em ambientes análogos – de dois corpos distintos: o primeiro, sob a designação “Referências Bibliográficas”, relaciona os autores e os títulos diretamente citados no transcorrer da tese; o segundo, denominado “Bibliografia Geral”, elenca, por sua vez, os estudiosos e as composições que, em alguma medida, instruíram nossa pesquisa ou aperfeiçoaram nossas reflexões por meio de dados, informes, fundamentos, proposições coincidentes ou avaliações dissonantes (e, justo por isso, desafiadoras e estimulantes). Se, por um lado, tal menção estrita perfaz requisito formal à submissão deste estudo a abalizado e idôneo parecer, por outro, busca refletir a não menos imperativa honestidade intelectual. A estas obrigações *protocolares*, acresça-se, por nossa parte, que a nominata será oportuna àqueles que eventualmente se interessarem pelos temas discutidos e, acima de quaisquer justificativas, contempla o reconhecimento devido por este observador à segura influência exercida pelos referidos especialistas sobre nossa erudição e nosso discernimento – não apenas no que respeita diretamente à concepção desta tese e o correspondente itinerário acadêmico então percorrido, mas, sobretudo, no que tange ao estabelecimento de conexões significativas entre as elaborações formuladas em ambiente

intelectivo e a cognição dos enredos correntes de nossa vivência *ordinária*, extraindo destes e daqueles subsídios convenientes ao refinamento de ambos.

Esperamos, enfim, que as páginas a seguir possam concorrer para o entendimento de uma das múltiplas facetas de nossa História, aqui selecionada à detida inquirição em virtude do teor dos contratempos e avanços, dos êxitos e embaraços, dos reveses e triunfos que a pontuaram e, assim, singularizaram seus contornos, transformando-a em legítimo paradigma à reflexão sobre aspectos fulcrais ao posicionamento operativo, articulado e estratégico de uma nação, tais como influência, soberania, determinação, pragmatismo, autoridade e nacionalismo. E que possamos, dado o potencial repercutivo dos temas abordados, também oferecer ensejo à ponderação acerca dos dias que correm e de perspectivas futuras.

Por ora, renunciemos ao primado das ideias e acolhamos a tangibilidade dos fatos. Ao nosso audaz leitor, que a experiência avive seu interesse e contemple sua sagacidade. Sigamos!

CAPÍTULO 1:

Teses de Desenvolvimento, Desenvolvendo a tese.

Neste capítulo, abordaremos as questões formais compulsórias a uma tese com os padrões de delineamento aqui adotados, tais como teoria, método e historiografia, buscando explicitar o rigor dedicado – e, naturalmente, exigível – ao tratamento acadêmico dos fatos históricos. Por viés diverso, também traremos a lume as circunstâncias e as disposições que, de maneira mais expressiva, contextualizam o panorama a ser exposto; e, nesse sentido, levando-se em conta a vasta dimensão do elemento militar em tal quadro, promoveremos enquanto tarefa inescapável uma sucinta exposição das matrizes e produções intelectuais que informaram os formuladores de políticas administrativas e os tomadores de decisão atuantes no período em que vigente o regime militar implantado no Brasil em 1964. Ainda sob tal perspectiva, dedicaremos algumas linhas a considerações específicas acerca do papel das Forças Armadas nas composições estratégicas e na concepção de um projeto estruturado para o país, inclusive em face da contextura internacional e a assimilação desta pela Política Externa Brasileira (PEB). Ampliando nosso campo de visão a fim de abranger aspectos fundamentais a interpretações vindouras, estabeleceremos um panorama geral da política brasileira até o momento mais remoto de nosso recorte cronológico.

Logo de início, cumpre lembrar que a ideia de um “Brasil Grande”, destinado a figurar entre as célebres potências mundiais, informa as mentalidades de várias gerações de brasileiros, desde, ao menos, o alvorecer da República. Não raro, proporções de ordem continental, demografia e recursos naturais são aclamados como indicadores de nossa vocação a um futuro radiante. “Porque me ufano do meu país”, de Afonso Celso (1900)⁴³, o Modernismo *nacionalista* de Cassiano Ricardo⁴⁴, “Brasil, um país do futuro”, de Stefan Zweig (1940)⁴⁵, ou a música “Eu te amo meu Brasil”, da dupla Dom & Ravel⁴⁶, que atinge extraordinária popularidade no início dos anos 1970, indicam a longevidade desta maneira de pensar o Brasil. Também não se desconhece que significativa parcela da corporação militar acreditava ser o vetor para a consecução desse nobre intento. Contudo, a edificação de um

⁴³ CELSO, Afonso. **Porque me ufano do meu paiz:** right or wrong, my country. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, [19--]. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4127/1/021730_COMPLETO.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.

⁴⁴ Autor de produção com temática variada, destaca-se enquanto exemplo da vertente nacionalista/ufanista do Modernismo por sua obra “Martim Cererê”. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000023968&bbm/7041#page/6/mode/2up>. Acesso em: 30 nov. 2016.

⁴⁵ ZWEIG, Stefan. **Brasil, País do Futuro.** São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1941. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/paisdofuturo.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

⁴⁶ Composição integral disponível em <https://www.lettras.mus.br/dom-ravel/979917/>. Acesso em: 30 nov. 2016.

país relevante no concerto das nações pressupõe, naturalmente, uma economia pujante e diversificada, o domínio de tecnologias avançadas e a presença de forças armadas capazes de operar em qualquer cenário beligerante, inclusive com capacidade para atender suas próprias demandas de aparelhamento e municiamento.

Conforme sugerimos adrede, compreender o período que nos compete exige observar em retrospecto o arcabouço teórico que, produzido por autores dedicados à temática nacional, animou aqueles que conduziram o país tendo como norte o intuito de “construção da potência”. Será uma incursão breve, mas necessária.

Os primórdios da República, no século XX, apresentaram desafios de ordem interna e externa para os que se interessavam pela consolidação do país. No *front* internacional, debruçavam-se os diplomatas, enquanto militares ocupavam-se das definições que julgavam adequadas à pátria. O horizonte sinalizava a inevitável interseção de ambas as esferas. Começamos pelos militares.

A partir da Primeira República, a presença da corporação castrense nos ambientes políticos começa a ganhar fôlego, seja pela autopercepção de sua importância na resolução dos problemas nacionais, seja por força de aspectos relacionados à sua atividade fim⁴⁷. Para o entendimento acerca do quanto ora tratado, tomemos o ano de 1913 como um marco simbólico, quando oficiais do exército retornados de estágio na Alemanha reúnem-se em torno da revista “A Defesa Nacional”, produzindo diversos diagnósticos e propostas de ação para o encaminhamento das *questões nacionais*.

Destacava, então, o editorial da primeira tiragem do referido periódico que, “nas nacionalidades nascentes” como a brasileira, o Exército seria “a única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente”, e, à vista disso, deveria ultrapassar os limites de suas funções estritamente profissionais, convertendo-se em “fator decisivo de transformação política ou de estabilização social”⁴⁸; afinal, como sugeria o texto, os interesses militares refletiam os próprios interesses nacionais. Nesse mesmo período, conforme demonstra Renato Dagnino (1989)⁴⁹, distinguia-se, em sentido convergente, o

⁴⁷ Anote-se, a propósito, que Murilo de Carvalho (2005) apresenta importantes subsídios para a compreensão do período.

⁴⁸ LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **Verbetes: Jovens Turcos**. In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). FGV CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

⁴⁹ DAGNINO, Renato Peixoto. **A indústria de armamentos brasileira: uma tentativa de avaliação**. 1989. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1576717>. Acesso em: 21 jun. 2016.

desejo de estruturação de uma indústria qualificada, apta a suprir as necessidades das Forças Armadas (FA).

Em favor de nossa argumentação, importa anotar que esses jovens oficiais rumaram para estágio junto ao Exército Alemão por sugestão do então Ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos Jr., o Barão do Rio Branco, o que, por si só, já aponta para o encontro entre a diplomacia e as FA. Lado outro, também vale observar a identidade dos “princípios” advogados pelos jovens tenentes da década de 1910 e pelos articuladores do pensamento exarado a partir da Escola Superior de Guerra (ESG). Nos termos de Paulo Visentini: “em certo sentido, os Generais de 1964 representavam os Tenentes das décadas de 1920 e 1930 (alguns eram os mesmos)”⁵⁰.

Na arena internacional, o Brasil enfrentava uma série de ações políticas sensíveis, como a negociação do Acre com a Bolívia, além de questões fronteiriças e tensões diretas com a Argentina. O espaço sul-americano, em sentido amplo, assiste aqui à uma nova escalada de atritos e intrigas, com Brasil e Argentina assumindo o protagonismo de uma disputa regional, ilustrável através do episódio conhecido como “telegrama nº 9”⁵¹. Além disso, a primeira década do século XX presencia o advento de uma nova configuração da Política Externa Brasileira (PEB), que repercute nas críticas e debates acerca de nosso posicionamento no campo das Relações Exteriores: a opção pelo vínculo preferencial com os Estados Unidos da América (EUA), que ficará conhecida como a “aliança não escrita”. Estabelecida por Rio Branco e Nabuco, essa disposição será tomada como *paradigma*, constituindo o cerne da PEB a partir de então e, ao menos, até o início da década de 60. Cumpre anotar que a questão do relacionamento preferencial com os EUA atrairá aguda controvérsia, sobre a qual, todavia, não nos compete discorrer, justamente por exigir uma discussão teórica à parte, com o devido aprofundamento sobre o correspondente *modelo*.

Do conjunto de informações apresentado nos parágrafos precedentes, o destaque deve recair sobre uma simples (ainda que mui funcional) constatação: os temas mais caros e significativos ao escopo de nosso estudo emergem já nesse momento histórico. As tensões, as aproximações e os atritos com os países vizinhos, a “aliança não escrita” com os EUA e a preocupação com o estabelecimento de um parque de material militar ganham, àquela altura,

⁵⁰ Visentini, 2020, p. 12.

⁵¹ O telegrama nº 9 corresponde à divulgação, promovida pelo Chanceler argentino Estanislao Zeballos, em 1908, acerca da atuação do Brasil junto a países do subcontinente em desfavor da Argentina. A exposição de Zeballos, embora comprovadamente falsa, reverberava a preocupação portenha com o rearmamento brasileiro, especialmente em função dos esforços de potencializar nossa Armada. Sobre o tema, ver HEINSFELD (2008). Sobre as tensões a propósito do crescimento da Marinha, ver MARTINI (2014).

novos contornos e iniciativas originais. Diplomacia e Forças Armadas, em que pese o discurso de índole pacifista proposto por nossos operadores e estudiosos de política externa⁵², estabelecerão vínculos cujos desdobramentos serão estreitados nas décadas seguintes. Em tom solene, afirmaria o Barão do Rio Branco: “[um país] não pode ser pacífico sem ser forte.”⁵³

Os anos que se seguiram após a passagem de Rio Branco não se descolaram do signo da ascensão da inquietude interna e externa. Também a participação dos militares nos assuntos nacionais, para além dos aspectos estritamente profissionais e operacionais das FA, aumentou sensivelmente. Com a neutralidade inicial em face da Primeira Grande Guerra e a consequente aplicação de restrições comerciais por parte da Europa, os EUA granjeiam ainda mais acentuada relevância, tornando-se o principal parceiro comercial do país. Com o ingresso do Brasil na Guerra, militarmente pouco relevante, eleva-se a notoriedade internacional do país segundo Cervo e Bueno (2008). Para Vinhosa (1990), contudo, o conflito apenas expôs o atraso político e econômico do país, além de revelar que teria sido uma decisão mais sensata e compensadora a opção pela Alemanha. À evidência, não cabe, em nosso escopo, ponderar sobre este debate. Importa-nos, sim, registrar que o Brasil participou da Conferência de Paz de Versalhes, por meio de delegação integrada e posteriormente chefiada por João Pandiá Calógeras, que, ao retornar ao país, foi nomeado para o cargo de Ministro da Guerra⁵⁴.

Com respeito ao Exército, Calógeras promoveu uma série de reformas, empreendendo, de fato, para a modernização da indústria militar. Todavia, não obstante referido esforço, consolidou a preferência pela compra de material francês e pela instalação da Missão Francesa de Treinamento, mediante contrato firmado pelo governo brasileiro em 1919 e renovado sucessivas vezes até 1940 (quando, então, se encerra o ciclo em virtude da rendição da França na Segunda Guerra Mundial). Possivelmente, em sua época, Pandiá Calógeras foi o maior defensor da proposta de instalação de um “Curso de Altos Estudos para o desenvolvimento do potencial da Nação”. Dois decênios depois, a ESG atribuirá a si o encargo de atender ao apelo do ex-ministro da Guerra.

O exposto até aqui procura elucidar, de modo sucinto e objetivo, os principais reflexos provenientes de ações de política externa e de preocupações afetas ao ambiente castrense que fundaram os alicerces e balizaram os critérios de futuros tomadores de decisão no Brasil. As

⁵² Sobre o pacifismo e a cordialidade presentes nos domínios da diplomacia brasileira, ver Cervo e Bueno (2008).

⁵³ RIO BRANCO, Barão do. **Discursos**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948.

⁵⁴ João Pandiá Calógeras será o único civil a comandar essa pasta no período republicano. Somente a partir de 1999, com a criação do Ministério da Defesa, civis voltariam a ocupar um cargo de comando de tal envergadura.

duas décadas que sucederam a Primeira Guerra Mundial levaram os militares ao primeiro plano da política e, via de consequência, iluminaram suas ideias para o país. Nesse mesmo ínterim, Getúlio Dorneles Vargas é conduzido ao poder e a produção nacional de armamentos adquire novo impulso, com a criação de unidades industriais estatais, tais como a Fábrica do Andaraí (1932; dedicada à produção de granadas), a Fábrica de Juiz de Fora (1933; concebida à produção de munição de grande calibre), a Fábrica de Itajubá (1933; destinada à produção de armas leves), a Fábrica de Bonsucesso (1933) e a Fábrica de Comunicações e Eletrônica (1939).

Cumpre-nos ressaltar, novamente recorrendo a Renato Dagnino (1989), que já se ouviam nos domínios do Exército vozes que advogavam em favor da importância da produção autóctone de material bélico, a ser preferencialmente conduzida pela iniciativa privada. Quanto ao papel que caberia à força terrestre no país, emblemático se mostra o título da obra assinada pelo General Almério de Moura, “As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil”⁵⁵, que parece indicar a existência de uma conexão *quase metafísica* entre o futuro do país e os militares. Seguramente, as FA influiriam nos desígnios do Brasil, mas sem exigir dos intérpretes de suas ações esforço hercúleo de abstração, como se verá. Por ora, ampliemos nossa perspectiva e guiemos nosso leitor em direção aos acontecimentos que trarão consequências diretas ao nosso objeto de estudo.

A Segunda Guerra Mundial conduzirá o Brasil ao combate em território europeu e servirá de ponto de partida para uma nova fase de atuação dos comandantes fardados, convictos da urgência quanto à adoção de novas doutrinas militares e políticas. A experiência da guerra ensinará aos militares brasileiros, entre outras questões, o papel crucial da Ciência e Tecnologia para o aprimoramento da capacidade estratégica do país e, em alçada contígua, a importância da consolidação de um setor produtivo capaz de contemplar as demandas de defesa e desenvolvimento.

Os tempos subsequentes ao fim do segundo grande conflito mundial, marcados pelo embate bipolar da Guerra Fria, acolherão, sob o aspecto teórico, consistentes elaborações geopolíticas sobre o Brasil, sobretudo com Golbery do Couto e Silva. Do ponto de vista institucional, assistirão ao surgimento daquela que será considerada a *Sorbonne Militar*: a Escola Superior de Guerra (ESG). Vejamos em detalhe.

⁵⁵ Esta obra compõe a série “Brasileira”, da Companhia Editora Nacional e foi publicada em 1937.

1.1 – Geopolítica geral: a arena da estratégia.

“A política de um Estado está na sua geografia.”

(Napoleão Bonaparte)

Em notável evidência na agenda mundial contemporânea, conexões eloquentes entre geografia e política percorrem o pensamento mais acurado desde tempos remotos. Sejam reveladas em considerações de filósofos, estrategistas, estudiosos e políticos da Grécia Clássica, sejam pontuando, amiúde, os noticiários dos dias atuais, exprimem argumentos e hipóteses de particular consistência tática ao privilegiar a compreensão do desenvolvimento dos negócios humanos, das sociedades e da atividade política em um dado lugar, espaço, território e momento.

Esse modelo de recorte espacial pode contemplar a totalidade do globo terrestre (afinal, não teria sido o Tratado de Tordesilhas um grande acordo geopolítico global?) ou pequenas extensões territoriais (constituindo-se em uma estreita faixa, o Canal do Panamá adquire caráter geopolítico e geoestratégico ao ultrapassar sua diminuta dimensão para afetar o espaço marítimo do Atlântico e do Pacífico): duas referências que, não obstante o fato de guardarem entre si considerável distância cronológica, consubstanciam, igualmente, a relevância de um pensamento político com base geográfica, que abrange e articula interesses e ações de indivíduos, governos, nações, e reflete um dos pilares nos quais se apoia esta tese – a Geopolítica.

Contudo, ainda que se possa identificar um “espírito” geopolítico e geoestratégico em recuados períodos, como nas campanhas de Júlio César, entendo que a Geopolítica somente passa a ser plenamente aplicada com o estabelecimento do Estado Nacional Moderno, quando o panorama conjuntural permite a tal campo do conhecimento encontrar a base de suas elaborações. Para o nosso específico caso, as fronteiras desse amplo domínio serão naturalmente estreitadas, cingindo-se o exame mais detido à Geopolítica do Brasil, máxime a gestada por volta da segunda metade do século XX. Como ponto de partida deste percurso analítico, propomos a identificação das linhas gerais que informam as elaborações intelectuais dos artífices da geopolítica local.

Antes, porém, uma ressalva. Neste restrito íterim, não pretendemos adentrar com minúcia o debate que envolve as definições de geopolítica e geografia política, posto não

afetar nosso objetivo o conflito entre as duas denominações⁵⁶. Contudo, uma vez defrontado com a questão, não pretendo me esquivar da controvérsia, mas, antes, destacar e acompanhar o proposto por Everardo Backheuser⁵⁷, anuindo que a geopolítica figura como parte integrante dos estudos da política, vinculada aos aspectos dinâmicos. Desse modo, partindo dos Estados Nacionais, procura identificar tendências e panoramas possíveis para, então, determinar as oportunas ações, considerando o desenvolvimento do poder nacional e a estratégia local, tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra.

Feita essa breve advertência, tornemos, enfim, aos autores que inspiram e norteiam a produção geopolítica. Segundo Octavio Tosta (1984), informa uma quase unanimidade a indicação de Friedrich Ratzel como o precursor da Geopolítica, muito embora este autor jamais tenha se utilizado do termo em suas obras. Para o geógrafo alemão, a posição e o espaço ocupados por um Estado têm influência decisiva em seu destino, preconizando, por conseguinte, que tais aspectos são historicamente construídos e, portanto, mutáveis. Ratzel delineava, assim, o conceito de *espaço vital*, que, particularmente mobilizado pela Alemanha Nazista, estará implícito no pensamento geopolítico em geral. Adotando a concepção organicista, esta perspectiva propõe que o Estado pode atingir a condição de potência dominante e, tal como qualquer organismo, tender ao crescimento, atingir o auge e experimentar o declínio, exprimindo uma contextura que também permite distinguir a condição mutável dos espaços nacionais.

Os princípios estabelecidos por Friedrich Ratzel irão inspirar muitos analistas, dentre os quais o holandês-americano Nicholas John Spykman, que, estabelecendo íntima conexão entre geografia e política externa, será considerado um prenunciador da “estratégia de contenção” ao comunismo internacional, a qual deitará profundas raízes nos estrategistas brasileiros da ESG e do regime militar de 1964. Reservando, mais adiante, especificamente ao trabalho de Spykman, nova e detida oportunidade de referência, prossigamos, por ora, com Ratzel e nossa breve incursão em seu pensamento, considerando a pertinente e elucidativa reflexão de Luciene Canoa⁵⁸:

O território, segundo Ratzel (1982), é algo físico, orgânico, afinal o Estado não pode existir sem um solo. Desta forma, é fundamental que o Estado controle suas fronteiras e alargue-as quando assim for necessário. A sociedade deve ser entendida como a população, mas Ratzel utiliza a estrutura da família para entender as relações entre a população e o território.

⁵⁶ Sobre o tema, ver COSTA (2016) e TOSTA (1984).

⁵⁷ BACKHEUSER, Everardo. **Geografia Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

⁵⁸ in COSTA & VASCONELOS, 2019, p. 307.

A observância da população será então um elemento importante para que o Estado mantenha o território coeso.

Repercutindo as proposições de Ratzel, mas avançando em análises inéditas, Juan Rudolph Kjellén, autor que efetivamente cunhou a expressão *geopolítica*, também identifica uma natureza orgânica e histórica no Estado Nacional. O cientista político sueco defende a existência de um “Poder do Estado”, que, em momentos específicos, se avoluma, invadindo o espaço do indivíduo, e, em outros, retrai-se, ampliando, desta feita, as possibilidades de iniciativas individuais. Assim sendo, a ação estatal se torna perceptível tão somente em circunstâncias determinadas, muito embora o Estado atue regularmente sobre o indivíduo (por meio de expedientes diversos, tais como a tributação ou o serviço militar, dentre outros). Será ele – o ente estatal – cada vez mais um *executor*, promovendo obras públicas, empreendendo no âmbito da educação ou estruturando e assegurando o fornecimento de serviços. Por este viés, Kjellén apregoa que o Estado Moderno transcende os limites das atribuições jurídicas, ingressando, também, nos campos econômico e social; e mais: que o Estado não deve ser analisado exclusivamente à vista do seu *interior*, mas perquirido e compreendido também a partir do *exterior*. Outrossim, admitindo a prevalência de cinco elementos formadores (território, povo, economia, sociedade e governo) e relacionando sua posição e dimensão geográficas aos fatores externos, postula o estudioso que, para ser percebido como detentor de um grande poder, deverá o Estado possuir grande espaço, liberdade de movimentos e coesão interna. As formulações de Juan Rudolph Kjellén terão significativa influência na produção de Everardo Backheuser e, por extensão, na obra dos geopolíticos brasileiros que o sucederam.

A propósito, é possível observar que as reflexões e os argumentos aqui referidos, em certa medida, encontram eco, inclusive, em autores de filiação diversa. Confira-se, a propósito, o que diz José Luís Fiori sobre a competição entre nações: “alguns Estados podem modificar sua posição relativa dentro [do] sistema, dependendo do seu território, recursos e da sua coesão social”⁵⁹.

Prosseguindo em nossa concisa abordagem acerca da Geopolítica – enquanto privilegiado campo de discussão sobre o poder, sua conquista, ampliação e manutenção –, relacionamos, a seguir, alguns dos mais notáveis estudiosos do tema e as teorias suscitadas sob tal orientação.

⁵⁹ FIORI, 2014, p. 109, grifos nossos.

O Poder Marítimo: Alfred Mahan.

Desenvolvendo uma linha argumentativa baseada na História, o Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) é considerado o grande mentor da *Teoria do Poder Marítimo*. Sua produção intelectual se desenvolve em sincronia com o período de “domínio britânico dos mares”, num contexto que, inexoravelmente, terá influência em suas formulações.

Como ocorre, via de regra, com autores vinculados ao estudo da Geopolítica, a preocupação central de Mahan prioriza o incremento do Poder Nacional, sua projeção extraterritorial e, em vista disso, a manutenção das posições alcançadas. Com particular distinção, sua obra propõe que o poder de um país encontra respaldo em sua expansão política, econômica e cultural, e que o domínio dos mares provê o substrato que garante tal crescimento. Por conseguinte, visto que um programa consistente de expansão pressupõe a acumulação de riqueza, e que esta, por sua vez, vincula-se ao comércio exterior, oportuna e de todo conveniente se mostra a gestão de uma vigorosa e bem estruturada Marinha. Contudo, para o almirante estadunidense, poder marítimo não é sinônimo de poder naval, pois mais do que uma Armada poderosa, deve-se dispor de uma robusta frota mercante – apoiada e protegida pelo dispositivo militar naval. Deste modo, Mahan propõe uma estreita relação entre comércio e poder marítimo, que demandará, por óbvio, a presença de bases e portos distribuídos nas mais distantes localidades. Para ele, no controle das rotas marítimas de comércio, encontra-se a chave do poder mundial⁶⁰.

Em poucas palavras, o *Poder Marítimo* viabiliza e promove a efetiva capacidade de comercializar livremente, amparada pelo Comando e pela Estratégia Naval, que devem assegurar a continuidade do comércio, ao mesmo tempo em que obstam, quando necessário, a exploração do mar a eventuais contendores. Mobilizado em tempos de paz, com objetivos militares, este aparato pode, inclusive, contribuir com o estabelecimento de uma estratégia de contenção direcionada a potenciais adversários, como a praticada pelos EUA durante a Guerra Fria, quando se buscava “cercar” a URSS e seus aliados – um expediente, aliás, verificável ainda hoje, como na configuração das bases norte-americanas no sudeste asiático.

⁶⁰ Conforme TOSTA, 1984, p. 40.

O Poder Terrestre: Halford Mackinder.

Precursor no reconhecimento da importância da visão global para a análise geopolítica e um dos mais influentes autores a discorrer sobre o tema – mormente no período aqui abordado –, o inglês Halford John Mackinder (1861-1947) apresenta uma teoria francamente ancorada na geografia e na história.

Conforme preceitua o autor, é possível identificar uma interdependência crucial entre eventos da esfera da economia, questões militares e aspectos físicos concernentes às nações; raciocínio este que provocaria, pela primeira vez, a percepção de que movimentos originados em uma determinada região podem repercutir em zonas distantes (antípodas) e, reflexivamente, atuar sobre o ponto inicial da ação. Baseado nesta constatação, Mackinder elabora sua principal teoria, a do “pivô geográfico da história”.

A ideia do “pivô geográfico da história” foi apresentada em 1904, perante a Real Sociedade Geográfica de Londres, e, nos termos de Charles Kruszewski (1954):

(...) provavelmente poucos que leram a palestra em 1904 imaginaram que a figura 5, “os lugares naturais de poder”, se tornaria um dos mapas mais famosos do nosso tempo. Ele incorporou uma das visões mais instigantes do mundo no século XX e exerceu profunda influência nos assuntos externos e na história.

Como podemos observar abaixo, na Figura 1 (Mapa - Locais de Poder no Mundo), o geopolítico britânico, partindo de uma carta em projeção Mercator, deslocou o tradicional “centro europeu”, destacando a posição das Américas e da Rússia, de modo a demonstrar sua “visão global de mundo”. Essencialmente, a proposta considerava uma *área pivô* (depois da Primeira Guerra Mundial, denominada *heartland*, que correspondia à Rússia – URSS), um *crescente interior* (que, margeando o *heartland*, englobava Áustria, Alemanha, Turquia, Índia e China) e um *crescente exterior* (que compreendia a Grã-Bretanha, os EUA, o Canadá, o Japão e a África do Sul).

Figura 1 – Mapa - Locais de Poder no Mundo



Para Mackinder, havia um notável desequilíbrio de poder em favor da *área pivô*. Em assim sendo, caso a Rússia se unisse à Alemanha (MACKINDER, 1942), a conformação de um verdadeiro “Império Mundial” encontraria ensejo, posto que tal posição geográfica constituía uma fortaleza para o poder terrestre, capaz de anular, pela conquista, o poder marítimo adversário. A manobra para frustrar esta configuração passaria pela criação de uma barreira de Estados entre a Alemanha e a Rússia, um “cordão sanitário”, que, como sabemos, foi, de certa forma, implementado após a Segunda Guerra Mundial.

Os conceitos e as propostas de Mackinder, muito mais de caráter geoestratégico do que geopolítico, tiveram grande influência sobre os teóricos brasileiros, e a ideia de uma *área pivô* será perceptível tanto na produção intelectual desses estudiosos quanto nas ações do Estado no espaço sul-americano. Aliás, como também asseverou Kruszewski (1954): “Hoje, estadistas, generais, marinheiros e aviadores de toda parte veem o mundo através dos olhos de Mackinder. E eles veem a União Soviética no controle do que ele descreveu como seu coração”.

Haushofer e a Geopolítica Alemã.

Ao general alemão Karl Nikolas Haushofer (1869-1946), é possível atribuir não apenas uma consistente, prolongada e profícua atividade militar (tendo exercido importantes funções de comando durante a Primeira Guerra Mundial, além de integrar a Academia de Guerra e a Escola de Estado Maior do Exército alemão), mas também um igualmente fecundo

desempenho intelectual (integrando a Universidade de Munique, inclusive na condição de diretor do Instituto de Geopolítica). Influenciado por Ratzel, Kjellén e, especialmente, por Mackinder, Haushofer preocupou-se, sobremaneira, com a conquista do *heartland* pela Alemanha.

São cinco os tópicos considerados por Haushofer como fundamentais para o Estado: a *autarquia* (autossuficiência econômica nacional), o *espaço vital* (o “direito” de uma nação a ampliar seu espaço, que repousa em duas premissas: o crescimento desigual dos Estados e o Estado enquanto “organismo sujeito a leis biológicas”), as *pan-regiões* (conceito que, comportando uma noção supranacional, permitiria a realização do ideal de *autarquia*), a relação *poder terrestre versus poder marítimo* (tributária das concepções de Mackinder, esta perspectiva, sob o prisma germânico, permitiria à Alemanha, em “parceria” com a URSS, dominar o *crescente interior* e, em seguida, o *crescente exterior*) e, finalmente, as *fronteiras* (uma “parada temporária” a ser observada antes de novas conquistas).

Haushofer é usualmente identificado com o ideário nazista, dada a aparente influência de suas proposições sobre a definição estratégica do III Reich. Não obstante, em que pese a legitimidade do debate sobre o tema, neste momento, frente ao escopo do presente trabalho, interessa-nos, em síntese, identificar referências e alusões a argumentos e propostas do geopolítico alemão em autores brasileiros.

Spykman e a Geoestratégia de Contenção.

Dos autores até este ponto mobilizados, Nicholas John Spykman (1893-1943) pode ser apontado como aquele de maior destaque no horizonte de nosso recorte cronológico. A despeito do nítido direcionamento de sua obra para a Geoestratégia e a Política de Segurança dos Estados Unidos da América, as ideias e os conceitos por ele formulados constituíram as bases das análises e das decisões que impactaram as relações internacionais de modo geral durante o período da Guerra Fria. Nesse contexto, para além da influência nas questões norte-americanas, dois aspectos da obra de Spykman interessam, particularmente, ao nosso objetivo: a análise do papel da geografia na política externa e os fundamentos da *geoestratégia de contenção*, conceito este que encerra a marca indelével do mundo ocidental⁶¹ no pós-Segunda Guerra Mundial.

⁶¹ Utilizo a expressão “mundo ocidental” em sua acepção no âmbito do senso comum. Sabemos dos debates acerca desta locução, mas julgamos não competir a este espaço uma abordagem mais detida. Entenda o leitor como os EUA e seus aliados.

No que tange à abordagem que propõe o estudioso quanto ao primeiro dos referidos tópicos, sublinhamos a inequívoca distinção conferida a fatores como a extensão territorial, os recursos naturais, a estrutura econômica e a densidade populacional dentre os determinantes na elaboração de uma política nacional consistente e eficaz. Outrossim, acompanhando o enunciado por Mackinder, o filósofo neerlandês-americano entendia que, para conservar/conquistar uma posição de poder, o Estado deveria conceber seu planejamento em escala mundial. Ademais, ainda nesse sentido, propunha que, para ser efetiva, uma análise geopolítica não poderia prescindir de um mapa-múndi apto a oferecer uma perspectiva mais abrangente e, portanto, diversa daquela proporcionada pelas antigas cartas, que centralizavam a Europa em relação ao resto do mundo e já não serviam aos novéis propósitos então perseguidos. Mais adiante, veremos que Golbery do Couto e Silva também adotará essa visão ampliada ao estudar o *Brasil e o Mundo*.

No que tange ao segundo tópico, releva notar que a *geoestratégia de contenção* – tal como proposta por Spykman – concebe que o cerco aos países rivais dos EUA (especificamente a União Soviética) parte de uma Europa aliada, federalizada, mas não unificada. O controle, por aliança, desse espaço, permitiria a utilização de bases de apoio capazes de garantir o suporte marítimo e aéreo do Poder Terrestre, transformando esse notável laço em autêntica “corda de enforcado”. Ademais, coerente com sua visão global, Spykman observa os centros de poder e avalia a postura estadunidense em relação a eles. Desse ângulo, além de divisar a importância de um “poder equilibrado” na Europa, concebe que a China seria, em um futuro não muito distante, uma potência com penetração econômica e militar no sudeste asiático, apta a desencadear consequências sensíveis aos interesses norte-americanos e que deveria, à vista disso, preocupar os estrategistas envolvidos. Quanto ao espaço hemisférico, calculava que os EUA, muito provavelmente, conservariam sua hegemonia, em especial na América do Sul (mas, também, na África e na Austrália), não suscitando tal esfera maiores inquietações.

Quanto a este último aspecto, contudo, é possível depreender que o prognóstico de continuidade não se operou – conforme o previsto – *sem maiores preocupações*. Em verdade, o golpe civil-militar de 1964, no Brasil, foi considerado em Washington a “maior batalha da Guerra Fria” até então. A importância geoestratégica deste país revela-se, assim, de forma manifesta, ao menos até a primeira metade dos anos 1970, quando, na esteira de outros golpes no subcontinente, também aquele ambientado em solo brasileiro passa a ser entendido como, enfim, “pacificado”.

Sem embargo, em que pese a aventada ressalva, é preciso destacar que Spykman registra suas hipóteses e conclusões antes do desfecho da Segunda Guerra Mundial, evidenciando, por conseguinte, uma acurada percepção dos cenários possíveis ao fim do conflito. Há que se distinguir, ainda, a definição de uma *nova visão* do globo, refletida na “cartografia geopolítica” apresentada por este autor, conforme sugere a Figura 2 (**Mapa – Projeção azimutal equidistante com centro no Polo Norte**), que facultava uma análise mais equilibrada e eficiente das questões geopolíticas e geoestratégicas da *nova era*, que assomaria após a conflagração mundial⁶². Vale notar que o símbolo da ONU adota, justamente, esta projeção azimutal em sua bandeira.

Figura 2 – Mapa - Projeção azimutal equidistante com centro no Polo Norte



Fonte: Projeções cartográficas, Robert Sichmann, disponível em <http://robertsichmann.blogspot.com>

Ultimando esta seção, na qual procuramos abordar, de modo conciso, os principais e mais influentes autores que inspiraram a produção brasileira sobre geopolítica e estratégia, uma inevitável reflexão se impõe. Evidentemente, ainda muito poderia ser referido e explorado sob tal influxo, como uma alentada incursão em questões de ordem geográfica e política atinentes ao poder aéreo, que impactaram uma série de decisões militares no Brasil, considerando sua situação geopolítica e sua proposta geoestratégica. Posto isso, malgrado a ventilada advertência, ao abrigo das compulsórias escolhas inerentes a todo processo de

⁶² A propósito, merecem particular referência duas obras consideradas fundamentais na produção de Spykman, ambas constantes da Bibliografia. São elas: *Estados Unidos frente al mundo* (1944) e *A Geografia da paz* (*The geography of the peace*, 1942).

desenvolvimento argumentativo e, destarte, em face do conteúdo efetivamente selecionado à exposição, cumpre-nos, sobremaneira, enfatizar que as diversas teorias apresentadas – não apenas aqui, mas também na seção específica sobre os autores brasileiros – tratam, ao fim e ao cabo, da Política de Segurança Nacional e do próprio Poder Nacional, elementos formadores e definidores das ações que foram empreendidas no Brasil, ao menos no período sob escrutínio⁶³.

1.2 – A Geopolítica ao sul do Equador.

A Geopolítica no Brasil, especialmente fora do circuito acadêmico, é, não raro, associada ao regime militar e, em vista disso, ao mais “célebre” de seus autores: Golbery do Couto e Silva e, coerente com uma visão que identifica o golpe de Estado no país com a manutenção de uma proposta liberal, a geopolítica estaria atrelada necessariamente ao modelo capitalista. Sintetiza tal leitura da geopolítica brasileira o pensamento de José Vesentini⁶⁴, escrevendo no terço final de nosso recorte cronológico:

A geopolítica, então, é o discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico; é o conhecimento (sempre voltado para a ação) que visa a assegurar e fortalecer a soberania de um Estado Nacional tanto em relação aos demais Estados como sobre seu território, no seio da sociedade onde ele encontra sua razão de existir.

Contudo, é possível afirmar que os estudos empreendidos nessa área remontam já ao início da década de 1920, angariando maior relevo nos anos 1930, com o início da Era Vargas, e semeando um legado que será apropriado por mais de uma geração de estrategistas e agentes afins, ligados ao Poder Executivo Federal.

Desde Everardo Backheuser, que concede a si mesmo o epíteto de pioneiro no estudo do tema no Brasil, e, máxime, a partir de Mário Travassos, observa-se o alvorecer de uma tradição de autores que buscou organizar um projeto autóctone, de base geopolítica, preocupado com a integração nacional, o desenvolvimento econômico e o fortalecimento do poder central. Conforme examina Simone Affonso da Silva (in Costa & Vasconcelos, 2019, p. 87):

⁶³ Cremos não ser exagerado afirmar que as elaborações geopolíticas brasileiras impactaram os tomadores de decisão para muito além do regime militar brasileiro; mas este espaço, dado o escopo do projeto, desautoriza-nos a avançar nessas considerações.

⁶⁴ VESENTINI, José William. A capital da geopolítica. São Paulo: Ática, 1986 – p. 57.

O “Projeto Nacional Brasileiro” repousaria, entre outros aspectos, na busca pela ocupação de “vazios territoriais” e sua conexão com o núcleo geopolítico do Estado sob o prisma econômico, a fim de aumentar as interdependências e complementaridades regionais e garantir a unidade territorial e a coesão política do Estado.

Todavia, o projeto acima referido só encontrará uma expressão verdadeiramente orgânica quando do surgimento da Escola Superior de Guerra (ESG)– instituição de inspiração militar, mas que agregou agentes públicos civis (ao MRE cabia, por exemplo, a indicação de membro para quadro diretivo) e quadros oriundos da sociedade civil -; a ESG aparecerá em vários momentos da presente tese. Por ora, convém à sistematização e à inteligibilidade da presente narrativa uma breve incursão aos autores fundantes⁶⁵ da Geopolítica Brasileira, iniciando tal levantamento pelo engenheiro Everardo Adolpho Backheuser (1879-1951).

Perceptivelmente influenciado pelas obras de Kjellén e Ratzel, entre outros autores de “raízes germânicas”, Backheuser foi um dos poucos geopolíticos de expressão (levando-se em conta nosso recorte temporal) não oriundos do meio militar⁶⁶, circunstância esta que não desprestigiaria, em absoluto, os assuntos de defesa em suas reflexões.

Em congruência com a referida vinculação teórica, adota a visão “orgânica” de Estado, conferindo significativo destaque aos aspectos físicos de cada país. À luz de tal disposição, o alvo primário de suas preocupações corresponde, particularmente, às questões de fronteira, as quais, na perspectiva do estudioso, deveriam permanecer diretamente subordinadas ao Poder Executivo Federal, uma vez que os governos locais poderiam não compartilhar da mesma aguda sensibilidade em relação às necessidades estratégicas nacionais. Aliás, ainda nesse sentido, importa destacar que, para Backheuser, o Brasil demandava uma nova divisão territorial, que não se pautasse pela tradição, considerando imperioso, inclusive, combater o regionalismo.

⁶⁵ Alguns estudiosos apontam Mário Travassos como o primeiro autor geopolítico brasileiro. Todavia, cremos ser de todo oportuno e conveniente registrar que Everardo Backheuser inicia sua produção intelectual antes do citado militar.

⁶⁶ Therezinha de Castro, a quem se deve importante contribuição, sobretudo no tocante a assuntos relativos à Geoestratégia (tendo sido a grande defensora da presença brasileira na Antártica), além de Delgado de Carvalho e Bertha Becker, embora relevantes no meio acadêmico, não terão suas obras abordadas nesta seção ante os objetivos aqui perseguidos. Sem embargo, ressaltamos constituir leitura inequivocamente valorosa por parte de todos aqueles que se interessam pelo tema. Registro, ainda, que esses autores – bem como o próprio Backheuser – são apontados por alguns estudiosos como “geógrafos políticos”. Contudo, ainda que entendamos merecer referência, tal discussão não concorre, propriamente, para os declarados propósitos deste trabalho, fato que nos leva, via de consequência, a não entrarmos em seus detalhes.

Pontue-se, a propósito da temática ora abordada, que questões de tal natureza – relacionadas a divisão territorial e fronteiras – foram objeto de amplo debate e atenta reflexão nos anos 1930/1940, e, no curso de nosso trabalho, consubstanciam o ponto de partida para a discussão de caráter geopolítico que se seguirá; desta feita, na companhia do Marechal Mário Travassos.

Segundo Carlos de Meira Mattos⁶⁷, o Marechal Mário Travassos (1891-1973) exerceu grande influência sobre os militares (considerado um “homem de tropa”, foi nomeado comandante do 4º Escalão da Força Expedicionária Brasileira – FEB) e, também, sobre estudiosos de sua geração. “Projeção Continental do Brasil” (1935), a obra mais impactante, foi estudada e referida em boa parte dos países sul-americanos, notadamente na Argentina. Nas palavras de Meira Mattos, “as propostas geopolíticas sugeridas por Travassos, visando a articulação vital do território, foram, quase todas, incorporadas aos projetos de sucessivos governos”⁶⁸.

E, de fato, parece-nos lícito afirmar que *Projeção Continental* lança as bases do que viria a ser denominada “Geopolítica Brasileira”, na medida em que elabora diretrizes para um *Projeto Nacional*, que, ao menos na visão de seus adeptos, seria capaz de conduzir o país à condição de maior potência da América do Sul.

Na esfera da análise geopolítica de Mário Travassos, o espaço sul-americano distingue-se por dois grandes antagonismos, a saber, o espaço do Atlântico e o espaço do Pacífico, tendo a Cordilheira dos Andes como importante divisor desta confrontação e os pontos de passagem (“nudos”) andinos a permitir uma ligação mais acessível entre as citadas dimensões oceânicas. Outrossim, identifica o autor dois outros antagonismos geográficos relevantes, considerando, particularmente, a posição ostentada pelo Brasil: a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica. Tal conformação, por conseguinte, evidencia a principal questão geopolítica por se cogitar, qual seja, o confronto com a Argentina.

Ainda de acordo com Travassos, a disputa pela hegemonia no subcontinente tendia para a Argentina, dada a atratividade da Bacia do Prata, que possibilitava uma “via natural” de comunicação com o Cone Sul e o interior da América do Sul, a ser ampliada com o estabelecimento de um sistema de integração ferroviária com o Paraguai e a Bolívia. Face a este quadro, impunha-se, de modo peremptório, um diligente esforço no sentido de neutralizar a “atração” portenha. E, para tanto, defendia o militar carioca a importância de se implantar uma política de transportes capaz de convergir para os portos brasileiros – através de uma

⁶⁷ Mattos, 2002, p. 64.

⁶⁸ Idem, p. 64.

sólida malha ferroviária – o movimento comercial dos países limítrofes. Do contrário, nos termos do próprio Marechal Travassos: “a expansão política por meio das comunicações levaria o Estado da Argentina à luta imediata com o Estado Brasileiro” (Travassos, 1935, p. 19).

Reverberando as teorias de Mahan sobre a importância das massas oceânicas à projeção de poder e, em especial, as propostas de Mackinder sobre o *heartland*, Mário Travassos concebe uma perspectiva que, por um lado, dedicava particular atenção ao estabelecimento do predomínio brasileiro sobre o Paraguai e, por outro, destacava o “triângulo geopolítico” boliviano (Santa Cruz de la Sierra – Cochabamba – Sucre), o qual não apenas permitiria barrar eventuais pretensões da Argentina, mas também seria fundamental para assegurar o domínio no subcontinente e garantir o controle da região da Bacia Amazônica. Por sua vez, esta extensão do Amazonas evidenciaria um outro vetor de relevância destacado por Travassos: além do espaço amazônico estar aberto ao transbordamento dos interesses norte-americanos, a infiltração estadunidense se daria pela “via andina” e por sua orla costeira do Pacífico.

Em suma, através dessa concisa explanação acerca das concepções advogadas pelo Marechal Mário Travassos – que salientam sua inequívoca preocupação com as dimensões oceânicas, as comunicações, a integração territorial e o espaço de manobra imediato, inclusive com atenção direcionada para o “círculo externo” ao subcontinente – é possível antever alguns dos mais pronunciados traços de influência que permearão as obras dos autores subsequentes. Mais do que isso: tal relato evidencia que a construção de um “Projeto de Brasil Potência”, ao menos em nível regional, já estava ali delineada.

Adiante, melhor identificaremos os reflexos teóricos e práticos advindos das considerações desse respeitado estudioso, cuja contribuição foi descrita por Friederick Vieira (2008) como o “Modelo Travassiano” – um referencial que orientou a Geopolítica Brasileira tanto no período ditatorial quanto na democracia. Repercutindo o teor do quanto aqui exposto, ao abordar as propostas do geopolítico em tela, Tatiana Garcia e Bianca de Jesus⁶⁹ observam que:

Brasil e Argentina são os eixos geopolíticos na Bacia do Prata, enquanto os outros países [Uruguai, Paraguai e Bolívia] oscilam de forma pendular, especialmente Bolívia e Paraguai que dependem da bacia hidrográfica como única via natural de acesso ao oceano. No entanto, o Paraguai tem posição estratégica como amortizadora dos países platinos e as águas da Bacia do Prata passam por toda extensão do território paraguaio; por isso, teóricos

⁶⁹ In Costa & Vasconcelos, 2019, pp. 339-340.

geopolíticos apontam que o Paraguai é a “região pivô”, o “prisioneiro geopolítico” e a “área de soldadura”. Já a Bolívia está localizada no centro do continente sul-americano, que lhe possibilita uma posição estratégica também. Travassos (1935) transpôs o conceito geopolítico *heartland* de Hadolf Mackinder para a América do Sul, e apontou que estaria na Bolívia, especialmente no triângulo estratégico e econômico que corresponde à área entre os municípios de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Sucre. (...). Diversas disputas por fronteiras e por independência de Estados ocorreram na Bacia do Prata (...). Convém mencionar que na década de 1970, com a ascensão do Brasil como potência industrial e o retrocesso da Argentina à condição agro-pastoril, as correlações de forças e o equilíbrio de poder mudaram na Bacia do Prata. A política pendular bifrontal dos outros três países platinos foi afetada, ao ponto de propiciar um alinhamento com a política regional do Brasil. Para sustentar tal política de liderança, o Brasil investiu em relações bilaterais com os vizinhos platinos e sua geoestratégia voltou-se para a neutralização da Argentina e satelitização da Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Ao que tudo indica, portanto, a orientação *lato sensu* de Mário Travassos foi aceita e, no geral, produziu os efeitos desejados.

Golbery do Couto e Silva.

O amadurecimento dos estudos acerca da Geopolítica no Brasil permitiu, quando da tomada do poder pelos militares, em 1964, que estes não fossem apenas fiadores de um projeto de poder, mas os próprios gestores de tal plano. Conforme observa Berta Becker: “organizados, e dispendo de um projeto, os militares desta feita conquistaram o Estado.”⁷⁰. E, a partir dessa *conquista*, intentaram a realização de seu projeto geopolítico, sobre o qual assim anota Geraldo Cavagnari⁷¹:

Houve um projeto geopolítico para o Brasil, cujo objetivo era construir uma poderosa unidade sob a hegemonia brasileira, abrangendo a América do Sul, o Atlântico Sul e o Pacífico sul-americano. Essa possibilidade era admitida na perspectiva de que o país viesse a ser uma grande potência no século XXI. A partir da década de 70, o discurso geopolítico enfatizava o argumento de que ele já poderia ser candidato a esse status – o de grande potência regional. Tendo em vista sua base de recursos naturais e o crescimento de alguns indicadores econômicos, o Brasil poderia ser considerado uma potência média, capaz, dada a dinâmica de seu desenvolvimento de desempenhar um papel internacional de crescente autonomia – o que poderia acelerar sua ascensão na hierarquia das potências. No auge do chamado “milagre econômico” já se admitia a condição de potência emergente para o Brasil.

⁷⁰ BECKER & EGLER, 1994, p. 128.

⁷¹ CAVAGNARI, 2005, p. 18.

À luz dessa perspectiva, é possível distinguir uma figura em particular como o “grande idealizador” ou “pai fundador” da proposta em questão. Uma das mais emblemáticas e controversas personalidades da Geopolítica Brasileira (e, em certo sentido, da política local), o General-de-Divisão Golbery do Couto e Silva (1911-1987) angariou para si epítetos como “o Bruxo” e “o Mago da Abertura” (conforme assinala a Revista Veja, de 14 de julho de 1980) ou “o gênio da raça” (nas palavras de Glauber Rocha). De outro ângulo, no interior das Forças Armadas, também seria identificado como ente público “midiático”, muito embora considerado pouco relevante em termos práticos.

Oficial de Infantaria do Exército Brasileiro (instituição na qual serviu por 34 anos), desempenhou encargos em diversas unidades, atuando, após estágio em *Fort Leavenworth*, como oficial de informações na Segunda Guerra Mundial, como membro da Comissão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e, finalmente, como chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, seu último posto na corporação, durante a gestão de Jânio da Silva Quadros. Logo após a renúncia deste, Golbery pede transferência para a reserva, onde passa a integrar o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

Mas estas linhas não pretendem ser biográficas. Antes, o breve histórico tem por objetivo esclarecer a trajetória pouco conhecida desse militar gaúcho, que se notabilizou como teórico fundamental da Geopolítica Brasileira, medular expoente da Escola Superior de Guerra, idealizador e dirigente do Serviço Nacional de Informações, além de Ministro nas administrações Geisel e João Figueiredo⁷². No âmbito do presente trabalho, interessa-nos, sobremaneira, sua atuação enquanto teórico geopolítico e as relevantes implicações desta produção junto à Doutrina de Segurança Nacional, formulada a partir da Escola Superior de Guerra.

“Planejamento Estratégico” (1981, original de 1955) e, especialmente, “Conjuntura Política, o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil” (1981, original de 1967) são as duas obras que veiculam a proposta de Couto e Silva para a análise do país e seu prognóstico para o futuro, revelando, por conseguinte, o cerne dos estudos geopolíticos empreendidos pelo autor. Nesses livros, percebemos a preocupação com o “perigo vermelho” e com a busca da “modernidade” em benefício do Brasil, além de um olhar atento para o território nacional, seu entorno estratégico e o mundo em geral. Em sua avaliação, ostensivamente influenciada pela Guerra Fria, é possível identificar um forte sentimento anticomunista e um perceptível viés

⁷² Golbery foi, ainda, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), entre 1967 e 1968, presidente da Dow Química do Brasil, entre 1968 e 1973, e Consultor Geral do Banco Cidade de São Paulo, a partir de agosto de 1981.

elitista. Suas ideias, direta ou indiretamente, contribuem para a estruturação do Estado edificado a partir do golpe civil-militar de 1964 e constituem, ainda hoje, objeto de estudo nas escolas de alto comando das Forças Armadas, tendo, inclusive, influenciado seus pares no subcontinente, como aponta Rodolfo Rojas⁷³:

La geopolítica aplicada en Brasil, por otro lado, sin duda fue un ejemplo importante para el Alto Mando chileno que advertía con inmensa atención la obra del general Golbery (CAVALLA, 1977; CASTRO, 2006). Para Pittman (1981, p. 29) este hecho significaba que “En Chile emerge un patrón más claro; hay menos teorización, pero más evidencia de aplicación”.

Uma das inquietações centrais de Golbery envolvia a garantia de controle e domínio do ecúmeno nacional, a ser viabilizada por meio de um detalhado plano de ocupação do espaço por ele denominado de “Império Brasileiro” (Silva, 1981, p. 108); um projeto que permitiria a plena utilização dos recursos locais, a soberania nacional e a segurança interna; uma iniciativa de integração oportuna e adequada tanto às pretensões de desenvolvimento quanto ao planejamento da segurança nacional – ou, em outras palavras, congruente com o binômio “segurança e desenvolvimento”. Consoante anota Alex Vasconcelos da Silva (2013, p. 4):

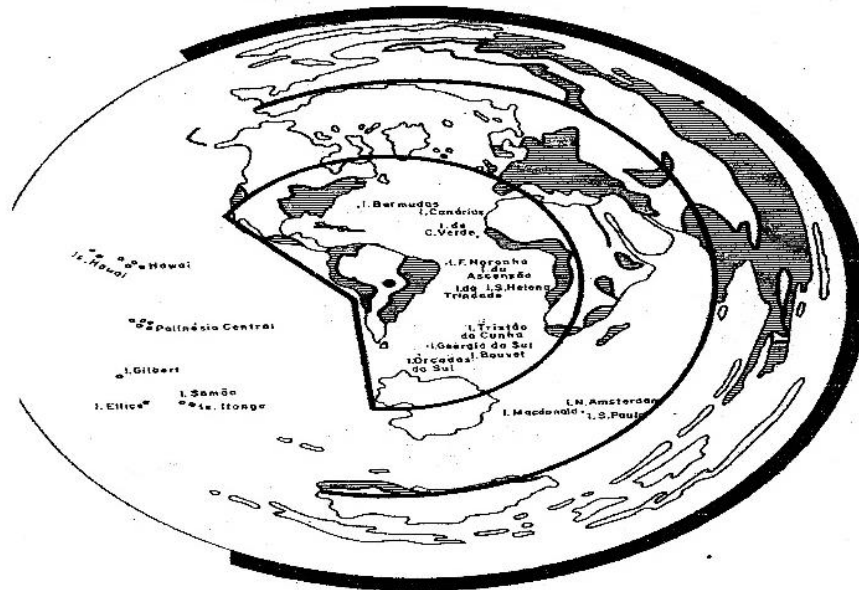
Golbery sustentou a tese que vinculou um projeto global de desenvolvimento a um planejamento de segurança nacional. Tal estratégia dá à obra o caráter de um planejamento capaz de levar o Brasil a condição de país desenvolvido, objetivo de época equissonante à sua inserção no chamado “Primeiro Mundo”. A viabilidade desse projeto dependeria da capacidade político-administrativa do Estado em organizar uma elite tecnocrática civil e militar para orientar este desenvolvimento com o auxílio da iniciativa privada e o apoio financeiro internacional.

De outro lado, Golbery adota como premissa fundamental a ideia de uma guerra inevitável, de caráter “total, permanente e global”, que oporia o Ocidente cristão e democrático ao Mundo comunista e ateu. Por conseguinte, caberia ao Brasil a preparação para o inesquivável confronto, que se desenvolveria, em um primeiro momento, no campo psicossocial, transbordando, em seguida, para os campos político, econômico e militar. Ante tal contextura, o país se consolidaria como um lídimo “baluarte anticomunista” no espaço do Atlântico Sul (conforme podemos observar na Figura 3 – **Mapa – A América do Sul e os Hemisférios Interior e Exterior**), cerrando fileiras com os países ocidentais. Em face do conflito que se aproximava, Couto e Silva distinguia, ainda, um novo tipo de inimigo,

⁷³ In Costa & Vasconcelos, 2019, p. 223.

servindo a interesses forâneos e que atuava a partir do próprio território: o “inimigo interno”. Este, por sua vez, ao proceder de forma organizada internacionalmente, encerraria o principal risco ao interesse nacional.

Figura 3 – Mapa – A América do Sul e os Hemiciclos Interior e Exterior



Fonte: Geopolítica do Brasil, Golbery do Couto e Silva, 1981, p. 81

Para dar conta da tarefa de *defender a democracia ocidental* e, ao mesmo tempo, tutelar o interesse nacional, o criador do SNI concebe uma série de *dimensões geopolíticas*, dentre as quais – em vista de nosso particular interesse – destacam-se “geopolítica de expansionismo para o interior e projeção pacífica para o exterior”, intimamente vinculadas ao já aludido “Império Brasileiro”; “geopolítica de contenção ao longo das linhas de fronteira”, que ensejou uma rápida atuação com respeito aos principais pontos de atrito no subcontinente; e “geopolítica de colaboração continental”, que, evidentemente relacionada à ação em conjunto com as “forças democráticas” hemisféricas, remete, de modo direto, aos EUA. Sob tal perspectiva, os países latino-americanos deveriam se aliar com os Estados Unidos, ao norte, e com o Brasil, ao sul, em prol do desenvolvimento e da segurança interna. Sem embargo, vale salientar que Golbery nunca advogou um *alinhamento incondicional* com os EUA. Sua percepção estratégica identificava a potência do bloco ocidental como fundamental para acelerar o desenvolvimento e garantir a defesa e a contenção, sem, contudo, deixar de

salientar o caráter interdependente da sugerida aliança, evidenciando a importância geopolítica do Brasil no contexto global⁷⁴.

Para além do combate de coalizão ao *inimigo vermelho*, conforme antecipamos linhas atrás, Golbery cuidou de analisar e propor caminhos para o desenvolvimento nacional, colocando em perspectiva a questão central da guerra contra o comunismo e, por extensão, nossa política externa. Uma abordagem satisfatória acerca do posicionamento advogado por este geopolítico, portanto, implica, necessariamente, conhecer em detalhe o teor de suas propostas rumo à modernidade e ao desenvolvimento.

Nesse sentido, comecemos por uma elaboração basilar (contida, inclusive, nas formulações da Doutrina de Segurança Nacional), a qual concebe que “o liberalismo é uma insensatez que leva diretamente aos problemas estudados por Marx”⁷⁵ – assertiva emblemática a propósito do caráter impresso ao projeto de desenvolvimento na matriz de Golbery do Couto e Silva. Em poucas palavras, condenar o liberalismo, admitir a hipótese do planejamento em favor do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, negar a importância das liberdades políticas e individuais nos remete a um caminho já conhecido. Mais uma vez recorrendo a Alex da Silva⁷⁶, observamos que, na visão de Golbery, o desenvolvimento nacional demandaria:

o surgimento de uma nova elite que agisse politicamente e administrativamente de forma centralizada, restringindo ou suspendendo liberdades individuais para evitar atitudes contestatórias que pudessem pôr em risco o planejamento para o desenvolvimento econômico.

A ideia de planejamento vicejava nas propostas de desenvolvimento correntes no período em que Golbery produzia seus artigos e externava suas ideias para o Brasil, refletindo uma opinião que tendia à hegemonia. Tal planificação, a ser realizada por um Estado centralizado e forte, também não constituía uma novidade. Stálin, na União Soviética, e Hitler, na Alemanha Nazista, delinearão soluções afins e que também indicavam, por caminhos diversos, a condenação do liberalismo clássico. Dado o cenário e as especificidades dos atores nele dispostos, como realizar tal intento e, concomitantemente, defender a democracia e certos valores de liberdade relacionados e em permanente diálogo com as propostas liberais?

⁷⁴ Para mais sobre questões internacionais e de política externa em Golbery e, também, nos primeiros governos do regime militar brasileiro inaugurado em 1964, ver a dissertação do autor (PONCE, 2015).

⁷⁵ Esta citação, de inspiração em Golbery (1981a), encontra-se em Alves, 2005, p. 60.

⁷⁶ Alex da Silva, 2013, p. 5.

Golbery responderá a esse questionamento com um exercício retórico.

Consoante a visão do general, a sociedade brasileira possuía, em seu espírito, apego aos valores democráticos; contudo, tratava-se, ainda, de uma democracia frágil, imatura, sujeita a apelos “demagógicos” e tentações que contrariavam sua essência. Outrossim, ao pleno desenvolvimento dos potenciais da nação, opunham-se “amarras”, em especial o individualismo – incompatível com o engrandecimento do país. Assim sendo, a tarefa precípua de uma nova elite governamental envolveria, simultaneamente, a promoção do desenvolvimento econômico e o fortalecimento da disciplina e da vontade de transformação nacional rumo à condição de potência. Somente depois de transposta esta crucial etapa, uma “democracia plena” teria condições de se estabelecer no Brasil. E neste ponto, mais uma vez, identificamos ecos de tal perspectiva junto ao “Manual de Fundamentos da Doutrina”. De acordo com a publicação da ESG⁷⁷:

[...] o desenvolvimento do Brasil vinha sendo retardado por motivos suscetíveis de remoção, à espera que se utilizasse a energia motriz contida nas elites capazes de assumir os encargos de direção do esforço nacional, e, mais adiante, [propor] a substituição de um dos traços mais peculiares (e dos mais arraigados) do Caráter Nacional – o individualismo – que se desejava superar.

O binômio “segurança e desenvolvimento” será a matriz da Doutrina de Segurança Nacional, com suas metas de planejamento e desenvolvimento econômico, ordenação social e defesa, estabelecendo o sentido mesmo de administração estatal da sociedade. Tal inferência nos permite, em adendo, afirmar que, essencialmente, a DSN é fruto e manifestação das propostas de Golbery do Couto e Silva, que deitaram profundas raízes no cenário nacional pós 64 e talvez, ao menos em seu sentido autoritário, sejam perceptíveis ainda hoje.

Meira Mattos e o futuro: geopolítica, destino e modernidade brasileira.

O General de Divisão Carlos de Meira Mattos (1913-2007), um dos mais notáveis formuladores da geopolítica no Brasil, alcança relevo e interesse já no decorrer do regime militar implantado em 1964⁷⁸. Elaborando sua produção a partir dos autores anteriormente

⁷⁷ ESG, 1981, pp. 16-17.

⁷⁸ Entre outros cargos, Meira Mattos ocupou, na vigência do regime militar brasileiro instaurado em 1964, a interventoria federal do Estado de Goiás, o comando do contingente brasileiro enviado para a República Dominicana, o conselho da Escola Superior de Guerra e a vice-diretoria do Colégio Interamericano de Defesa. Foi, ainda, colunista do jornal *Folha de São Paulo*, entre 2002 e 2006.

mencionados, adota uma perspectiva de futuro, considerando implantadas as etapas necessárias ao desenvolvimento do “Brasil Potência”.

Doutor em Ciência Política⁷⁹, autor de diversas obras (as mais relevantes, enumeradas na Bibliografia do presente trabalho) e apontado por Philip Kelly⁸⁰ como a mais destacada autoridade em geopolítica na América do Sul, Meira Mattos formula suas considerações com apoio em dados coligidos e analisados por seus antecessores, salientando a influência da Geografia no destino humano e identificando a Geopolítica como produto deste domínio, conjugado com a Política e a História. À vista de tal entendimento, distingue um país preparado para alçar voos de maior envergadura, com novos olhares direcionados não apenas para o entorno regional mas também para questões de natureza global, sopesando suas possibilidades de projeção internacional, num primeiro momento, enquanto “Potência Regional”, e, já no século XXI, enquanto força militar articulada e apta a garantir a segurança em todo o Atlântico Sul.

As referências a autores geopolíticos e de relações internacionais acumulam-se na produção de Meira Mattos, sendo perceptível em seu bojo a influência do pensamento realista de Hans Morgenthau, conforme podemos observar em *A Geopolítica e as Projeções do Poder*: “[embora] poder e moralidade sejam inseparáveis (...) e devam ser considerados pelos Estadistas (...) dos dois, o poder é o preferível”⁸¹. Também são inequívocas em sua obra a importância de Spykman (quanto à contenção e à avaliação do quadro político geral) e de Ratzel (e sua tese organicista de Estado). E, em assim sendo, em que pese os traços de originalidade identificáveis na produção de Carlos de Meira Mattos, não se pode deixar de admitir que referidas influências foram de fato incorporadas ao modelo de Estado implantado após 1964.

Para Mattos, o Brasil já ostentava as condições necessárias à projeção internacional; contudo, a efetivação deste potencial demandaria um consistente e amplo projeto de desenvolvimento, que priorizasse o espaço amazônico (e, nisto, diferia sua abordagem daquela apregoada pelos autores que o precederam), assimilando-o nesse desafio desenvolvimentista enquanto importante polo de integração com os países fronteiriços da região. A propósito, vale pontuar que a questão das fronteiras constitui tema sensível no

⁷⁹ Doutorou-se pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com a tese “Geopolítica e Trópicos”, defendida e publicada em 1984.

⁸⁰ A referência foi apresentada pelo Professor Philip Kelly no evento *Meeting of Social Science* (Londres, 1982). Ainda de acordo com o cientista político, Meira Mattos gozava de grande “conceito junto aos altos escalões governamentais”. A íntegra de sua conferência pode ser consultada em Mattos (2002; anexo).

⁸¹ MATTOS, 1977, p. 38.

âmbito das análises do militar paulista. Acompanhando a reflexão tradicional da Diplomacia, presente também no Itamaraty, Meira Mattos observa que países com múltiplas fronteiras são os que sofrem as maiores ameaças internacionais, e que tais conformações geográficas podem, inclusive, envolver as nações em conflitos internos com tendências fragmentárias. Desse modo, estabelecer uma estratégia de ocupação para estes espaços, com densidade populacional e presença militar, configuraria missão essencial para o Estado.

Conforme antecipamos alhures, o autor aqui retratado ampliou o escopo da Geopolítica Brasileira, agregando novos horizontes. Sob tal viés, defendia que o país dispunha de “todas as condições para aspirar a um lugar entre as grandes potências do mundo”⁸² e que o desenvolvimento do Brasil implicaria o aumento de sua responsabilidade no campo da segurança externa, asseverando, à vista disso: “devemos estar preparados para [exercer o poder], protegendo nossos interesses, cujas dimensões em termos de economia e geoestratégia adquirirão amplitude mundial”⁸³.

Tal ampliação de poder na esfera das relações internacionais representaria, ainda, uma expansão dos interesses geográficos brasileiros, nomeadamente a quase totalidade da “bacia do Atlântico Sul” e da região amazônica (lembrando, aqui, a ênfase que *sua geopolítica* frequentemente atribui à condicionante da influência tanto das massas continentais quanto das marítimas).

Distinguindo a importância do Poder Marítimo, Mattos defendia um ambicioso programa de expansão da Marinha Mercante e da Marinha de Guerra, uma vez que, na visão desse General, uma ameaça fundamental impunha-se com respeito ao Atlântico Sul: a União Soviética. Em face de tal risco, adverte, em “A Geopolítica e as projeções de poder”: “Devemos chegar ao fim do século XX com um dispositivo militar de segurança, garantindo nossa utilização das rotas marítimas e aéreas do Atlântico Sul e aí criando uma dissuasória força estratégica de alta mobilidade.”⁸⁴

Tal “dispositivo militar” deveria envolver os países do Cone Sul e da costa africana; esta última, aliás, passível de ser divisada em um contexto ainda mais abrangente. Afinal, é interessante notar a especial relevância que a África adquire na ótica de Meira Mattos, para quem as relações com os países desse continente constituíam as “mais importantes para o Brasil”⁸⁵.

⁸² MATTOS, 1979, p. 71, grifo nosso.

⁸³ MATTOS, 1979, p. 143.

⁸⁴ Idem, p. 142.

⁸⁵ MATTOS, 1979, p. 122.

Se, por um lado, alertava o autor para o risco da penetração soviética em solo africano – uma ameaça potencial à Segurança Nacional brasileira – e para o significativo abalo que o desenvolvimento econômico da África poderia representar no que tange às pautas tradicionais de exportação do Brasil, salientava, por outro, que o continente em questão também poderia configurar uma boa estratégia para a exportação de produtos industriais brasileiros. Nesse quadro, sugeria que a melhor alternativa ao país seria, justamente, uma redução na dependência da exportação de produtos primários, estabelecendo, com isso, uma nítida defesa do processo de industrialização. E, aqui, vemos repercutida uma das questões tratadas por Golbery ao ponderar sobre as relações mediadas “com a outra margem do rio chamado Atlântico”⁸⁶.

Avançando rumo à conclusão desta brevíssima síntese das proposições externadas por Meira Mattos, não poderíamos deixar de mencionar a advertência do general paulista acerca do que considerava “perigos estratégicos” para o Brasil, presentes, sobretudo, em seu interior, e, especialmente, na região do Amazonas: a rebelião interna. Dizia este militar: “o inimigo está agora localizado dentro do Brasil, não é uma ameaça de ataque direto através de nossas fronteiras (...). A verdadeira ameaça internacional é a guerra revolucionária.”⁸⁷.

Curioso notar que, décadas depois, em 2013, o General Alberto Mendes Cardoso, comentando o livro *Estratégias Militares Dominantes – sugestões para uma estratégia militar brasileira* (MATTOS, 1986), recupera e reelabora o que considera a sabedoria do mestre geopolítico⁸⁸:

[a] ideologia comunista passou a servir a partidos políticos nacionais na disputa pelo poder (...) seguindo a cartilha gramscista revitalizada (...). A estratégia revolucionária com base na guerrilha perdeu preeminência e sua natureza paramilitar cedeu a prioridade para a eleitoral. Convém repetir: prioridade; tendo em vista que em alguns países é fácil perceber a existência de “reservas estratégicas” diante da guerrilha como alternativa de manutenção do poder em face do risco de perda pela via legal. (Grifos nossos).

Mais uma vez, já na segunda década do século XXI, o inimigo interno...

O principal objetivo desta seção foi informar o cerne da produção geopolítica brasileira, conferindo ênfase às propostas identificáveis em ações concebidas ou

⁸⁶ Para as ponderações de Golbery do Couto e Silva sobre o continente africano em *Geopolítica do Brasil*, ver: Silva, 1981, pp. 92-94 e 195-197.

⁸⁷ Esta afirmação consta de artigo publicado na *Revista Brasileira de Política Internacional*, de 1973, e está reproduzida em Mattos, 2002, p. 126.

⁸⁸ ESG, 2013, pp. 18-19.

empreendidas pelo Estado brasileiro, especialmente durante o regime militar implantado em 1964. Ao longo do presente trabalho, teremos oportunidade de discutir os aspectos coincidentes no cotejo entre tais ações e aquelas propostas. Por ora, recorreremos à avaliação de Bertha Becker⁸⁹, que convenientemente sintetiza o quanto aqui exposto:

A geopolítica se tornou uma doutrina explícita, sendo ao mesmo tempo uma justificativa para e um instrumento da estratégia e da prática do Estado. Em concordância com os objetivos do projeto, a estratégia do governo concentrou as suas forças em três espaços-tempo com práticas específicas: 1) a implantação da fronteira científico-tecnológica na ‘core’ área do país; 2) a rápida integração de todo o território nacional, implicando a incorporação definitiva da Amazônia; 3) a projeção no espaço internacional.

De outro lado, para uma adequada compreensão de seu alcance, não poderíamos nos furtar a reconhecer que, ainda hoje, reverberam ecos das referidas elaborações. Vejamos, a propósito, o teor do excerto abaixo, extraído da contracapa da publicação *Defesa e Segurança do Atlântico Sul*, da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)⁹⁰:

nele [na publicação da ABED] encontramos um riquíssimo painel sobre o Brasil contemporâneo do ponto de vista da política e estratégia de defesa nacional, examinando sua posição, interações, rumos e desafios nas relações internacionais globais e regionais, com destaque para o Atlântico Sul, a África Ocidental e a América do Sul”.

Sem embargo, uma vez presentes – no âmago das elaborações tanto dos autores aqui reunidos quanto dos artífices do período dos generais – o exercício do poder, a integração, o desenvolvimento econômico, o estímulo à ciência/tecnologia, a projeção e a contenção, parece-nos de todo admissível ponderar que a busca pela autossuficiência relativa em poder bélico configuraria uma consequência lógica.

Mas a geopolítica foi a base em que se assentou outra fundamental instância do poder militar brasileiro que, em larga medida, dialoga com a Segunda Guerra Mundial; esta conflagração, que levou o Brasil ao combate em território europeu, foi catalisadora de uma nova fase de atuação dos comandantes fardados, especialmente para a compreensão da urgência da adoção de novas doutrinas militares e políticas. A guerra demonstrou aos militares brasileiros o papel crucial da Ciência e Tecnologia para a capacidade estratégica do país e, dela derivada, a necessidade de organizar um setor produtivo capaz de atender as

⁸⁹ BECKER & EGLER, 1994, p. 126.

⁹⁰ WINAND, RODRIGUES & AGUILAR (orgs.). 2016.

demandas de defesa e desenvolvimento, elementos intimamente conectados com a ideia de Segurança Nacional. O pós-guerra, marcado pelo confronto bipolar da Guerra Fria, produziu, do ponto de vista institucional, aquela que seria considerada a “Sorbonne” militar: a Escola Superior de Guerra (ESG).

Curso Superior de Guerra... entre outras atribuições: a ESG.

Não tecerei uma alongada explanação sobre a Escola Superior de Guerra (ESG)⁹¹, mas apontarei algumas de suas características históricas e doutrinárias, pela importância na tecitura, especialmente inicial, do lapso temporal aqui abordado, bem como as ligações existentes entre os objetivos perseguidos pelos agentes políticos e as emanções da Escola.

A percepção da necessidade de um curso de Alto Comando já estava presente na Lei de Ensino Militar, de 1942, que indicava a criação de um curso para a alta oficialidade (coronéis e generais da Força Terrestre), com objetivo estrito de preparar adequadamente os comandantes de grandes unidades e departamentos do EB na elaboração de estratégias para a guerra moderna. Tal curso, entretanto, não chegou a ser efetivado, sendo posteriormente acolhido na ESG e disponibilizado para oficiais das três forças; por sinal, o nome Escola Superior de Guerra é tributário desta primeira destinação prevista, um curso voltado ao preparo e aprimoramento de oficiais de alta patente para eventuais conflagrações.

A ESG foi instituída por Decreto Presidencial (nº 25.705, de 1948) e constituída de acordo com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949 e, segundo o diploma legal, em seu artigo 1º, fora criada como “instituto de altos estudos, subordinada diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinada a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e planejamento da Segurança Nacional”, funcionando como um centro permanente de estudos e pesquisas.

O Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado pelo Decreto nº 27.264, de 28 de setembro de 1949, estabeleceu sua estrutura geral (seu corpo permanente, os critérios para admissão ao corpo discente, entre outros temas) e ecoa, em linhas gerais, seus Princípios Fundamentais.

Para a direção da Escola ficou definida uma estrutura de cinco cargos, composta por um comandante (obrigatoriamente de patente correspondente a General de Divisão)

⁹¹ Diversos autores trabalharam o tema em profundidade sob diversas óticas. Entre eles, SILVA, Eça (2016), PUGLIA (2006), OLIVEIRA (1987), ARRUDA (1980); em minha dissertação de mestrado (PONCE, 2015) também abordei a ESG, focando sua atuação na elaboração da política e da doutrina de contenção ao comunismo.

assessorado por um gabinete formado por três oficiais gerais (um de cada força) e por um representante de categoria equivalente oriundo do Ministério das Relações Exteriores. Esta informação é relevante pois deixa claro, como não poderia deixar de ser, a importância conferida ao serviço exterior na elaboração das “teses esguianas”. Também importante destacar esta configuração diretiva pois, para alguns analistas, os diplomatas brasileiros não tomaram conhecimento de teses geopolíticas mas, observando tanto a participação do MRE na Escola Superior de Guerra, quanto a documentação proveniente dos arquivos do Itamaraty, percebemos que o pensamento geopolítico estava, ainda que subsidiariamente, presente nas análises diplomáticas, especialmente a partir de 1969, quando da posse do General Emílio Garrastazu Médici.

Quanto aos Princípios Fundamentais que norteariam a ESG, temos, partindo de sua própria regulamentação legal e documentos por ela exarados, como “problemas principais” que deveriam ser estudados: os Assuntos Nacionais (problemas que interesses ao desenvolvimento do potencial nacional), Assuntos Internacionais (política exterior e sua coordenação com a Segurança Nacional) e Assuntos Militares (emprego de forças combinadas, execução da política nacional na paz e na guerra, planejamento e mobilização nacional). Em linhas gerais, a ESG adotou os seguintes princípios básicos (apud ARRUDA, 2013, p. 18)⁹²:

- 1) A Segurança Nacional é uma função mais do Potencial Geral da Nação do que de seu potencial militar;
- 2) O desenvolvimento do Brasil era retardado por motivos suscetíveis de remoção;
- 3) A obtenção dessa aceleração [do desenvolvimento] exige a utilização de uma energia motriz e de um processo de aplicação dessa energia;
- 4) O impedimento até agora existente contra o surgimento de soluções nacionais para os problemas brasileiros é devido ao processo de aplicação de energia adotado e à falta de hábito de trabalho em conjunto (...).

A partir dos princípios acima, a lei que regulamentou o funcionamento da ESG determina, em seu artigo quarto que “A ESG, através dos assuntos que lhe são peculiares, procurará obter uma convergência de esforços no estudo e solução de problemas da segurança nacional, mediante (...)”:

⁹² A lista, aqui parcialmente reproduzida, foi desenvolvida pelo Coronel Ítalo Sardenberg, em 1948, no interior do grupo de trabalho responsável por elaborar o anteprojeto de Regulamento da ESG.

- a) Um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico.
- b) Um ambiente de ampla compreensão entre os grupos nela representados, de forma a desenvolver o hábito do trabalho em conjunto e de colaboração interdepartamental.
- c) Um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que sirva de base à coordenação das ações de todos os órgãos, civis e militares, responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do país.

As balizas norteadoras apresentadas apontam para um pensamento crítico em relação a postura individualista (entendida como um dos principais problemas da sociedade brasileira), a necessidade de planejamento (centralizado) e o envolvimento de todas as esferas sociais e da administração pública para alcançar o objetivo principal, a Segurança Nacional. Tais diretrizes foram os componentes da mais conhecida – e importante – produção da Escola Superior de Guerra: a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN).

A DSN é usualmente entendida como tributária da doutrina francesa de contra insurgência (doutrina de Guerra Revolucionária), especialmente a executada durante a Guerra da Argélia e, portanto, uma doutrina de caráter eminentemente militar e repressiva⁹³. De fato, a participação de militares franceses na concepção da doutrina brasileira é inegável e, como veremos na tese, tal presença foi marcante já avançado o regime militar, inclusive como observadores e “aliados” no processo de repressão aos movimentos de luta armada em território brasileiro. Mas devemos salientar que a influência francesa não foi a única e, além disso, as forças brasileiras de segurança (e repressão) desenvolveram seus métodos próprios de combate (nas trevas e também à luz do dia); não é demais destacar que, no tocante ao combate à guerrilha rural, o EB é antes mestre que aprendiz. Além disso, a DSN não foi uma doutrina preocupada apenas com a repressão política.

A Doutrina que emanou da ESG compreendia também um destacado elemento de planejamento e, especialmente a partir de 1973, focada no Desenvolvimento (por sinal, o termo Desenvolvimento foi oficialmente acrescentado neste ano); neste particular, a doutrina francesa não tinha o que acrescentar e a inspiração estava conectada a outro local, mais apropriado para os objetivos perseguidos pela Escola.

⁹³ João Roberto de Martins Filho desenvolveu interessantes estudos sobre a influência francesa na ESG e na DSN. Ver artigos do autor (2008 e 2012), constantes da bibliografia.

Inspirada inicialmente no *National War College* dos EUA, tal instituto serviu antes como imagem (e como narrativa) do que propriamente como modelo operacional. Ainda em fase de estruturação, os dirigentes responsáveis pela constituição da ESG perceberam que a referida “escola” americana não se adequava ao perfil e as necessidades brasileiras. Na verdade, o *NWC* foi mesmo uma inspiração para um centro de estudos de estratégia, mais que uma idealização a ser reproduzida. Para os idealizadores da Escola Superior de Guerra, para atender aos seus princípios e objetivos, a instituição deveria estar aberta para civis e produzir um diálogo constante e permanente com os diversos setores sociais de interesse, como os estamentos civis e militares do Estado, as forças empresariais e, também, as intelectuais.

Veremos, no capítulo que abrirá nossa narrativa específica, que a ESG conseguiu conjugar esses diversos setores e estimular os primeiros passos para edificar o que chamamos aqui “Projeto de Brasil Potência”. Tais articulações produziram outros olhares e modelos, menos conhecidos entre nós, mas que estão muito mais próximos do que pretendiam estabelecer os fundadores da ESG. Um dos institutos norte-americanos pouco explorado na bibliografia brasileira é o *Industrial College of the Armed Forces (ICAF)*, na sigla em inglês, atualmente denominado *The Eisenhower School for National Security and Resource Strategy*, e é parte integrante da *National Defense University*).

Este instituto estadunidense fez parte das visitas de elementos vinculados ao esforço de constituição da ESG e do parque industrial militar brasileiro e é, em verdade, muito mais parecido com a proposta da Escola brasileira, pois congrega funcionários militares, da administração pública civil (notadamente do Departamento de Estado) e agentes da sociedade civil, via de regra ligados ao parque industrial. Chegou-se mesmo a cogitar, ainda na década de 1960, em criar um instituto como o norte-americano, evoluindo a ESG para algo próximo ao que hoje é denominado Universidade Nacional de Defesa, nos EUA. Tal intento não prosperou, especialmente por ser antes do interesse da corporação industrial brasileira do que dos formuladores esguianos e, igualmente importante, também nesse caso não temos uma reprodução de um modelo, mas uma inspiração com muitas elaborações próprias.

O que devemos reter é a importância da Escola Superior de Guerra em diversas instâncias do projeto de poder que se materializaria após o golpe civil-militar de 1964. A ESG de fato impulsionou uma série de atividades, de natureza política repressora, mas também de âmbito desenvolvimentista e, além disso, participou ativamente na divulgação da ideia de necessidade de um pensamento estratégico baseado na Segurança Nacional, ancorado tanto em princípios sociais, quanto militares e econômicos. A Associação dos Diplomados da

Escola Superior de Guerra (ADESG) foi uma das correias de transmissão da Doutrina, especialmente para a sociedade civil.

As breves páginas apresentadas sobre a ESG são uma necessária advertência sobre a importância de considerar este instituto quando nos debruçamos sobre o regime militar brasileiro, seja no seu caráter político, seja em sua dimensão de planejamento e objetivos nacionais. Muito já se produziu sobre a Escola Superior de Guerra e novos pesquisadores aprofundam o estudo deste local de produção intelectual brasileiro; alguns já apareceram e aparecerão no curso desta tese, e constam das referências bibliográficas; outros, não mencionados diretamente nesta narrativa, foram objeto de meu estudo e constam da bibliografia geral.

Devemos, porém, nos ater ao quanto aqui informado neste espaço, caminhando agora para outras áreas de interesse que embasam o presente trabalho. Vamos a eles.

1.3 – Tema e Justificativas.

A presente tese de doutorado em História Econômica reflete, em primeiro lugar, a continuidade lógica de um projeto de estudos que toma forma já na segunda metade do meu curso de graduação em História e foi consolidado em meu trabalho de mestrado. Representa também algumas inquietações pessoais que, em grande medida, motivaram meu ingresso no curso acima citado: o interesse em ampliar minha compreensão do período conhecido como regime militar brasileiro (1964-1985). Acompanhando o intercurso temporal aludido sobre minha trajetória de investigação, conciliaram-se a pesquisa sobre relações internacionais e Política Externa, sobre o objetivo propalado pelo grupo que empalmou o poder em abril de 1964, ou seja, a construção do “Brasil Grande” (e “Brasil Potência”, fundado no binômio “Segurança e Desenvolvimento”) e sobre a dimensão dos reflexos dessas iniciativas na política interna brasileira (em particular o “desmonte do Estado Getulista”, as políticas públicas e, evidentemente, o aspecto repressivo do regime).

Neste doutorado procurei articular tais temas, destacando o aspecto econômico, refletido nas dinâmicas do investimento público para a constituição de um parque de material bélico, mais precisamente de material de uso militar, bem como o apoio estatal/governamental de natureza não estritamente financeira, especialmente a atuação do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Subsidiariamente, outras iniciativas que podem ser vinculadas ao esforço de Segurança e Desenvolvimento – como a energia nuclear e a indústria eletrônica e de

tecnologia da informação – foram observadas, pois tal inquirição permite conjugar o aspecto “desenvolvimentista” (tema de todo relevante no interregno cronológico eleito na pesquisa, mas que começa bem antes dele), a busca implacável pela edificação de um “Estado de Segurança Nacional” e, em virtude da natureza do setor focalizado, os impactos na Política Externa Brasileira e em suas relações internacionais.

Não posso deixar de registrar aqui as importantes sugestões de minha banca de qualificação (Marilda Nagamini e Alexandre Saes), que alertaram sobre a pertinência de ampliar o foco investigativo, tanto no tocante ao tamanho do universo empresarial quanto pela ampliação do período; inicialmente busquei identificar apenas o período 64-83, em que se constituíram e fortaleceram as empresas do setor e o foco recaía sobre três empresas – ENGESA, EMBRAER E IMBEL. Com o subsídio da banca, percebi que poderia ultrapassar minha proposta inicial e, o mais importante, identifiquei que já era o momento de ampliar o escopo de minhas investigações, deixando o regime militar já surgindo no retrovisor de minha trajetória de pesquisa sem, contudo, jamais esquecê-lo. Finalizando este (longo) parágrafo de justificava pessoal e, permitindo-me um arroubo de sentimentalismo, diria que este doutorado reflete, sobretudo, minha imensa paixão pela História do Brasil. Espero que possa contribuir condignamente com ela.

Consumadas as ponderações de ordem geral e individual, adentremos aos aspectos específicos. O recorte cronológico proposto (1964-1993) abrange a totalidade do regime militar brasileiro, a “transição democrática” e boa parte da denominada “Guerra Fria”, especialmente os principais transbordamentos deste “conflito velado” entre as duas superpotências para o “Terceiro Mundo” em geral e para a América do Sul em particular. Estes eventos estão intimamente relacionados, embora, na avaliação deste autor, devemos manter presente que tal relação deva ser encarada com cautela pois, como o breve histórico traçado da participação militar brasileira nos assuntos nacionais nos permite afirmar que o golpe que depôs João Goulart não pode ser creditado apenas a interesses forâneos, pois, como vimos, existia também uma agenda própria dos artífices do golpe de 64. Do ponto de vista político, o cenário propiciado pelo citado confronto permitiu o estabelecimento de um discurso que soava coerente (a verossimilhança entre eventos gerais e a situação brasileira) e de uma ação concreta baseada, entre outras alegações, naquele discurso, mas também em argumentos contra a corrupção, a incompetência dos políticos tradicionais, a falta de zelo e patriotismo de parte das elites dirigentes... Alegações que, como sabemos, soam bastante atuais.

O período também é marcado, especialmente em sua primeira metade, por grandes obras, realizações - ao menos aparentemente - espetaculares, de um país que purgava seu “atraso”, enfim, a sensação de um futuro que finalmente chegara. Nesse contexto, surgem as iniciativas para o estabelecimento de um parque de produção bélica e atividades correlatas ou acessórias que, dadas sua magnitude e características tecnológicas, reforçavam ainda mais a ideia – e o discurso – do “Brasil Grande”. O investimento nas indústrias militares atendia, a um só tempo, ao reclamado reequipamento e modernização das Forças Armadas, aos proclamados desafios do país no plano interno e externo, a busca pelo domínio tecnológico e ao antigo desafio da industrialização. Ao mesmo tempo, configurava necessidade imprescindível para a construção do “Poder Nacional” e conquista dos “Objetivos Nacionais”, metas caras aos integrantes da corporação fardada alinhados com os desígnios da “revolução de 64”. Assim, a atuação no setor militar da economia atenderia a diversos interesses; aqui já adentramos de modo mais agudo no detalhamento e delimitação do tema, mas também abordamos algumas premissas importantes, que solicitam esclarecimento.

Os “Objetivos Nacionais” (que Golbery dividia em “Atuais” e “Permanentes”), na visão da ESG e na prática compartilhada pelos adeptos destes objetivos, constituem os interesses da sociedade, consubstanciadas na Nação e, a partir da identificação destes, aplicar o “Poder Nacional”. Podemos resumir a proposta como sendo os “Objetivos Nacionais” os fins e o “Poder Nacional” os meios para atingir o objetivo. Por sua vez, o “Poder Nacional” se expressa nas seguintes dimensões: política, econômica psicossocial e militar⁹⁴. Segundo os “Fundamentos da Doutrina”⁹⁵:

Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe efetivamente a Nação, numa época considerada, para promover, sob a direção do Estado, no âmbito interno e externo, a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais.

Assim, construir o “Poder Nacional”, em nosso estudo, resume todas as dimensões apontadas até aqui, especialmente ao pensarmos no componente militar acima referido, pois, poder pressupõe a imposição da vontade a “outro”. Tal imposição pode ser efetivada por convencimento, é verdade, mas também pelo uso da violência ou a ameaça efetiva de uso da mesma; resumidamente, compomos uma relação persuasão-coerção-dissuasão. Mas, o exercício desse poder pressupõe ainda a capacidade de usar efetivamente a força; nesse caso,

⁹⁴ Modernamente foi acrescida uma quinta dimensão em que se manifesta o “Poder Nacional”, a científica e tecnológica, conforme os “Fundamentos do Poder Nacional”, ESG, 2019, p. 33.

⁹⁵ ESG, 1981, P. 58.

poder exige a capacidade de projeção do mesmo. E projeção de poder é uma das funções das FA, só possível quando disponível material e equipamento adequado e suficiente para tanto; assim, o investimento no setor é justificativa e condição necessária para a construção do “Poder Nacional”, para a edificação da “Potência”.

Discutiremos mais adiante sobre estas importantes questões. Por ora, vamos deixar em aberto uma tripla questão: projetar o poder para onde, contra quem, por qual motivo?

Como vimos até agora, ainda que abrigado sob o domínio da História Econômica, nosso tema dialoga com outros campos de estudo, como a História das Relações Internacionais (e com a História Diplomática), História Militar, Geopolítica e, subsidiariamente, com a História da Ciência e Tecnologia e a História Política. Assim, a relação estabelecida entre a economia, o desenvolvimento industrial e tecnológico (via investimentos internos e a absorção de tecnologias estrangeiras), as demandas militares e políticas, bem como as relações internacionais e a política externa possibilitam o enquadramento e permitem contribuições para mais de uma área de conhecimento, especialmente aquelas abrigadas sob o domínio da História.

Além disso, outra justificativa para o estudo do tema é que, não obstante a considerável produção (nacional e estrangeira) sobre a indústria bélica brasileira, bem como da política externa brasileira em geral e, mais recentemente, da atuação do Itamaraty no projeto de projeção mundial do Brasil, não encontramos na bibliografia um estudo dedicado especificamente ao papel desempenhado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil no desenvolvimento – e mesmo na gênese - do esforço exportador deste segmento industrial e nas possibilidades abertas para outros setores produtivos a partir das exportações de material militar. Por sinal, ainda menor relevância é conferida para o fornecimento destes outros equipamentos, pois o foco é quase sempre o de armamentos de grande porte, fundamentais no processo aqui estudado, mas que obliteram outros importantes elementos do portfólio do fornecimento de defesa e segurança.

Adicionalmente, como mais uma justificativa para a escolha de nosso objeto de pesquisa, temos que o foco no desenvolvimento industrial e tecnológico não é dependente apenas da “vontade política”, embora esta constitua a ignição para tal processo. Outros fatores – de ordem externa, mas também de interesse interno - intervém diretamente na sua consecução. Por fim, este trabalho permite visualizar que o MRE foi também agente no projeto de construção de potência gestado nos estabelecimentos militares (ou a eles vinculados) e posto em execução durante o regime militar brasileiro.

1.4 – Recorte Cronológico.

Marcos Temporais. Até aqui discutimos as condições que motivam o investimento na indústria militar, mas como ela se concretizou? Estabelecer limites entre “tempos” é sempre uma atividade discricionária, mas fundamental no estudo da História e permite identificar processos mais claramente; para nosso objeto e recorte cronológico é razoavelmente “pacificado” que podemos, em linhas gerais, dividir o processo discutido neste trabalho em três fases: (1) organização, constituição e produção – entre 1964 e 1975, (2) expansão, ápice e exportação (1976-1989), e, finalmente (3) desestruturação e falência (1989-1993).

A primeira fase (1964-1975), que coincide com o início do ciclo dos generais-presidentes, foi marcada pelos primeiros movimentos de “modernização” das FA, início da aplicação dos ditames da “Segurança Nacional” e da escalada repressiva do regime militar. Estes elementos impactaram diretamente as inversões no setor de material militar, atraindo empresas para atuação na indústria, dinamizando outras já existentes e criando novas organizações produtivas. Para citar apenas as organizações que destacamos nesta tese, lembramos que, neste período, a ENGESA inicia seus projetos para atender a demanda militar, a AVIBRÁS percebeu a possibilidade de oferecer soluções para o setor aeroespacial, foram criadas e instaladas a EMBRAER e a IMBEL, sem falar nas demais iniciativas governamentais e privadas. Não obstante os percalços iniciais, é o período de auge da euforia com o “Brasil Grande”, e os gastos governamentais, inclusive no setor de defesa, são vistos como veículos propulsores do desenvolvimento do país e plataforma para o cumprimento do “Destino Histórico do Brasil”. Ainda nesse momento são estabelecidas as parcerias comerciais e de transferência tecnológica, os investimentos em pesquisa, logística e infraestrutura que deveriam, ao mesmo tempo, permitir e justificar os dispêndios na área e, ainda, foi inaugurada a primeira iniciativa governamental para a exportação de material de emprego militar.

A segunda fase (1976-1989), é o período em que o desenvolvimento de novos produtos, ancorados em novos desafios e patamares tecnológicos são experimentados; os projetos de desenvolvimento e “modernização” nacional estão quase “maturados” e, conseqüentemente, a aquisição de bens e serviços são demandados. Ao mesmo tempo, transformações no cenário internacional, que exigiram mudanças na condução dos negócios

de Estado (e das empresas); tais transformações contribuem para que o mercado exportador fosse eleito como uma possibilidade para o crescimento das empresas e das divisas para o país e, assim, esforços são direcionados para a conquista de consumidores em diversas partes do globo, ao mesmo tempo em que foram procuradas novas possibilidades de parceria estratégica para o setor. A segunda metade desta fase será marcada por agudas crises políticas e econômicas, mas, ao que tudo indicava, o setor bélico passava incólume pela “Década Perdida”⁹⁶, celebrando diversos contratos de fornecimento para diversos países e participando, em parceria com agências governamentais, de novos projetos para o setor.

A terceira fase (1989-1993), a fase final, que coincide com a última baliza temporal desta tese, corresponde a um momento de aprofundamento das contradições e crises gestadas pelo modelo implantado a partir de 1964, sincronicamente, as profundas transformações no cenário internacional representadas pelo “Consenso de Washington”, o “fim” da Guerra Fria” e as mudanças provocadas no mercado por tais eventos escancaram a fragilidade das empresas do setor. Nesta derradeira etapa, a maior parte das empresas buscará desesperadamente alternativas para sua sobrevivência, mas não lograram êxito e o setor foi quase totalmente esfacelado no segmento de equipamentos militares, sobrevivendo, até os dias de hoje, tão somente a EMBRAER e a AVIBRAS.

Antes de prosseguirmos, é necessário que ressaltemos uma observação sobre a cronologia aqui apresentada. Ela é uma divisão geral, normalmente aceita pelos estudiosos do setor. Porém, minha pesquisa sugeriu alguns reparos em algumas datas tidas como fulcrais no estudo do tema, como será destacado no curso desta tese.

1.5 – Hipótese e objetivos.

Quanto aos objetivos da tese, procuramos analisar a formação das indústrias brasileiras de material de defesa, com foco em seu segmento armamentista (notadamente os equipamentos terrestres e aeronáuticos/aeroespaciais), com ênfase na conquista de mercados de exportação para os referidos produtos, bem como a participação do Ministério das Relações Exteriores neste processo e, finalmente, as determinantes do virtual esfacelamento

⁹⁶ “Década Perdida” foi a expressão cunhada para a crise econômica que afligiu a América Latina em geral, mas muito utilizada no Brasil. O termo hoje é relativizado, pois avanços em alguns setores sociais e políticos foram alcançados. Mesmo do ponto de vista das empresas, Stephen Kanitz (1994) questiona o termo.

do segmento ao final do período eleito, compreendido entre 1964 e 1993. Também constituem objetivo deste trabalho, ainda que em dimensão bem inferior ao intento já declarado, investigar o interesse do Estado brasileiro, mormente durante o regime militar brasileiro, no desenvolvimento de outras áreas conectadas ao Desenvolvimento, à Segurança e à Defesa, bem como o objetivo de inserção internacional do Brasil.

Essa análise tem como pano de fundo a busca pela construção do “Brasil Potência” – o “Brasil Grande” na propaganda governamental - e, conectado a este projeto, os esforços de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, as reformas da administração pública e as mudanças institucionais e legais “modernizadoras da economia”, medidas consideradas indispensáveis pelo Alto Escalão do Poder Executivo Federal para o sucesso de tal empreita; para tanto, é fundamental iluminar os processos e atos governamentais para o desenvolvimento de um arcabouço técnico, jurídico-legal e de incentivo (fiscal e financeiro) que prepararam o terreno para as iniciativas aqui escrutinadas. O capítulo 2 da tese é o que trabalhará mais atentamente estas questões, de grande importância para o início das operações das empresas e instituições que atuarão no segmento bélico e de segurança.

Nesse procedimento analítico precisamos levar em conta a influência norte-americana nas relações internacionais, especialmente durante a segunda metade do Século XX e as relações desta potência com o Brasil. Também obrigatório a observação da movimentação diplomática brasileira nos diversos foros internacionais e no estabelecimento de relações bilaterais de interesse político e econômico. Não obstante a preponderância estadunidense nos assuntos aqui tratados, a relação com as outras potências e regiões específicas do globo precisam ser levadas em alta conta no trabalho ora apresentado, pois fundamental para o devido tratamento do objeto eleito para análise.

A importância das relações internacionais e da política externa no estudo do setor de material militar e de defesa, no caso brasileiro, reveste-se ainda de substancial relevância pois, uma vez que a celeridade impressa – em certa medida exigência do próprio projeto de construção de Potência imaginado pelos militares – ao desenvolvimento de vetores de poder (indústria bélica, aeroespacial, eletrônica/informática e nuclear), obstou a alternativa de produção totalmente nacional de tais recursos e conduziu a necessidade de importação de insumos, bem como a um processo de aquisição (via transferência) de tecnologias, muitas das quais consideradas sensíveis que, quando do progresso da inserção no mercado externo, demandaram constante mobilização da diplomacia brasileira. Devemos anotar que a questão

de importação e transferência *versus* produção autóctone foi (e ainda é) motivo de debate, como veremos adiante na discussão bibliográfica e será abordada também no curso da tese.

Cabe ressaltar ainda que durante todo o recorte cronológico definido para nosso estudo o planeta esteve sob os efeitos da Guerra Fria, que, para o nosso caso, apresenta-se cindido em dois momentos distintos: o primeiro vai do início de nosso período (1964) até meados da década de 1970, e o segundo, com a eleição do presidente norte-americano Jimmy Carter e mais especialmente com a posse de seu sucessor (Ronald Reagan) até o ano de 1993 (ponto final de nosso recorte cronológico). O primeiro momento permitiu uma razoável tranquilidade para o desenvolvimento do projeto brasileiro, inicialmente pelo óbvio interesse e apoio ao movimento militar anticomunista de 1964 e atinge seu ápice com a eleição e posse de Richard Nixon, quando o Brasil foi classificado como um país chave na contenção ao comunismo na América do Sul. O segundo momento trouxe consigo, em primeiro lugar, a oposição norte-americana baseada no desrespeito aos direitos humanos do regime brasileiro (Jimmy Carter) e, posteriormente e muito mais agudo, a ação estadunidense diretamente contra a insinuação brasileira em setores críticos, já aqui ancoradas em interesses comerciais, mas também estratégicos, dos EUA. Era o momento em que o baluarte meridional do Ocidente já não tinha mais a mesma relevância enquanto tal.

Estes e outros assuntos relevantes precisam ser considerados com maior profundidade, e serão abordados nos debates teóricos e durante o restante da tese, e retomaremos, sempre que possível e necessário, aos autores que se debruçaram sobre o tema. Neste momento, contudo, precisamos considerar as questões que nortearam minha investigação, bem como as hipóteses que procuram responder aos questionamentos.

A primeira pergunta que despertou o início da pesquisa sobre o tema foi: qual a motivação para o maciço investimento no estabelecimento de indústrias de equipamento bélico de grande porte no Brasil? Tributárias desta primeira indagação, outras três se impõem: considerando o grau de dificuldade de implantação de indústrias de armamentos, como elas conseguiram, em tão reduzido espaço de tempo, obter sucesso? Como esta jovem indústria obteve significativo crescimento no mercado exportador? E, finalmente, qual a razão, ou razões, para o igualmente célere processo de desarticulação da indústria de armamentos brasileira? Por fim, considerando que a tarefa foi empreendida pelo espaço de mais do que uma geração, qual o legado dessa experiência tecnológica e industrial?

A primeira indagação apresentada conduziu a uma premissa básica: o objetivo de construção do *Brasil Potência* foi responsável pelo modelo de indústria bélica brasileira e por

seu rápido desenvolvimento. Desta constatação, elaboramos nossa **hipótese principal**: *as condições políticas – internas e externas - advindas com o golpe militar de 1964 foram determinantes para o estabelecimento do setor bélico no Brasil, mas sua continuidade dependia da manutenção de um modelo que a transformação do ambiente político e econômico tornou insustentável*.

A hipótese apresentada encontra apoio em premissas originadas na pesquisa preliminar realizada para esta tese (como a primeira já apresentada), e que buscaram responder às perguntas anteriormente elaboradas. Pontuando os quesitos aqui estabelecidos:

- O investimento na indústria bélica esteve vinculado às necessidades de garantir condições de abastecimento das forças terrestres e aérea para a segurança interna, especialmente no início do período estudado;
- Além do aspecto interno, esperava-se criar as condições de conduzir, no espaço sul-americano a contenção ao avanço do comunismo, a liderança regional brasileira e bloquear as mesmas pretensões observadas principalmente na Argentina.
- A urgência em estabelecer o parque armamentista estabeleceu a busca por tecnologias de países “avançados”, mas não apenas dos EUA.
- A existência de centros de excelência em ensino e pesquisa, como o Instituto Militar de Engenharia do Exército e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, por exemplo, permitiram a absorção da tecnologia importada (e, em alguns casos, desenvolver tecnologia autóctone) para uso bélico, gerando novos produtos com potencial exportador.

Derivada desta hipótese principal, uma **hipótese secundária** se estabelece: o horizonte de expectativas das empresas envolvidas no processo ensejou as ações administrativas e de projetos que nortearam as decisões de tais organizações. Tais expectativas baseavam-se na premissa de continuidade esperada do modelo implantado pelos militares e de uma aparente força e convergência de propósitos entre os novos atores que surgiram no cenário nacional.

1.6 – Metodologia.

Esta pesquisa, em seu método de análise, mobiliza as propostas presentes na Teoria das Relações Internacionais apresentada por Jean-Baptiste Duroselle em “Todo Império

Perecerá”⁹⁷: uma teoria baseada na História, uma vez que, nos dizeres do historiador francês: “o estudo científico das relações internacionais só pode ser baseado na matéria fornecida pela história”⁹⁸, ancorada, portanto, nos acontecimentos concretos e na dimensão evolutiva. Nossa opção pela acentuada base empírica e, conseqüentemente, de investigação em grande escala da documentação primária, dialoga diretamente com a proposta do referido autor. Além disso, os conceitos de sistema de finalidades (os objetivos do grupo de poder e a estratégia calculada de tomada de decisões, entre outras características) e sistema de causalidades (a rede de forças sociais, econômicas e políticas que intervém nas determinações de governo) registrados por Duroselle apresentam-se como importantes ferramentas ao desenvolvimento do trabalho.

O objeto aqui examinado, repercute, como poucos, na Política Externa e nas Relações internacionais do país e, por estar vinculado diretamente a decisões que impactam a mobilização de recursos nacionais, a própria base de produção e atuação local, permite ainda a aproximação com as forças profundas percebidas por Renouvin e Duroselle⁹⁹, possibilitando a assimilação das tensões e das adesões com respeito aos desígnios governamentais e, recorrendo a uma passagem de “Todo Império Perecerá”, em sentido mais amplo: “tratando-se de diplomacia, de estratégia, de gestão de comércio e de investimentos internacionais, o processo de decisão não deriva de forças únicas.”¹⁰⁰.

Ademais, como anotado também por Jean-Baptiste Duroselle¹⁰¹: “não existe nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna”, afirmação ainda mais presente em nosso tema, uma vez que a gênese do investimento nos setores militares e de segurança está umbilicalmente conectada ao planejamento nacional e estabelece, bastante claramente, o que Thales Castro identificou como “a linha tênue que separa os assuntos domésticos dos assuntos da seara externa”, que estabelece “o chamado eixo de conexão de delineamento da política interna e externa”¹⁰².

Em nosso recorte, a ênfase na construção de potência, traduzida no discurso do Brasil Grande, determinou a busca pelo desenvolvimento industrial e tecnológico e, a partir desta, o investimento no setor de material militar e de segurança. Decisão política de cunho eminentemente interno, mas que afetaria diretamente a Política Externa e as Relações Internacionais brasileiras. Não podemos perder de vista que, subjacente a ideia de potência,

⁹⁷ *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: UNB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

⁹⁸ DUROSELLE, 2000, p. 23.

⁹⁹ RENOUVIN e DUROSELLE (1967).

¹⁰⁰ DUROSELLE, 2000, p. 24.

¹⁰¹ DUROSELLE, 2000, p.57.

¹⁰² CASTRO, 2012, p. 157.

está o de projeção de poder, objetivo que não poderia ser declarado – dado o tradicional discurso pacifista (caro para a opinião pública nacional) e a ausência de riscos (de segurança externa) claramente perceptíveis para o país – mas que, ao empreender o esforço exportador que o caracterizaria, não passaria imperceptível pelos demais *players* do sistema internacional, influenciando o comportamento e reações de outros países e do nosso próprio, ao longo do decurso temporal aqui escrutinado.

Esta questão – o desenvolvimento econômico e a exportação de material de emprego militar – nos remetem a outro ponto identificado por Duroselle como fundamental: a “**economia como força**” (p.171); a construção de potência repousava, também, na aquisição de consideráveis recursos econômicos, baseados na industrialização com razoável agregado tecnológico (aspecto interno) e na mudança dos termos de intercâmbio vigentes (aspecto externo), algo que, de certa forma aproxima a análise dos tomadores de decisão de nosso período a ideia de dependência, a uma noção de exploração, que se conecta, por sua vez, a uma relação de forças e explica, em larga medida, a aparente contradição da diplomacia do regime militar alinhando-se, nesse caso específico, a agendas que poderiam sugerir um posicionamento convergente com propostas terceiro-mundistas ou “não-alinhadas”. Veremos, no correr da tese, que a PEB não seguiu uma trajetória absolutamente linear neste quesito, mas, em linhas gerais, comportou-se de maneira condizente com o aqui exposto.

Outra questão trazida à tona por Jean-Baptiste Duroselle diz respeito ao problema de escolha entre *quantitativo* e *qualitativo*. Advertindo que, ainda que o historiador (a exceção daqueles que optam pela História Econômica), possua menos recursos (e bases de dados) quantitativos, ou seja menos estimulado que outros para quantificar, é necessário que sejam reconhecidas algumas regras. Assim, a primeira regra a ser observada, segundo o historiador francês é que¹⁰³:

É necessário quantificar tudo o que seja mensurável, quer dizer, que possa ser relacionado com unidades de grandeza (assim os preços, a tonelagem dos navios, a potência de fogo dos canhões, os fluxos comerciais, entre outros).

Já adiantamos que nosso trabalho não terá por objetivo e, menos ainda, por método, a análise quantitativa; mas Duroselle chama a atenção para aspectos *numéricos*, de *quantificação*, que consideramos importantes. O que perseguimos aqui é a explicação para um fenômeno que vincula a ação do Estado, com repercussões na Economia e no

¹⁰³ DUROSELLE, 2000, p. 25).

desenvolvimento de um setor específico (Defesa e Segurança), que atendia a um imperativo de ordem política, logo, um tema que facilmente pode ser identificado como de análise *qualitativa*. A própria natureza dessa *decisão política*, remete também a informações *mensuráveis*, que podem ser comparadas e classificadas em relação a estas próprias comparações (por exemplo, o crescimento da indústria de material militar ao longo do tempo, ou seu grau de participação no mercado mundial de armamentos); porém, como também observa Duroselle¹⁰⁴:

É um quantificável mais incerto, que deve ser manipulado com prudência, derivado da analogia (...). Alguns fenômenos (...) coletivos (por exemplo: a greve, as batalhas, ver o estado da opinião pública sobre um determinado caso) podem ser submetidos a um tratamento quantitativo. Mas os resultados estão longe de apresentar um caráter de certeza absoluta.

Além do exposto acima, Jean-Baptiste Duroselle estabelece outra observação fundamental: “o qualitativo não contável, imensurável, pode algumas vezes ser *avaliado*. Porém, nesse campo, as cifras não representam quase nada.” (DUROSELLE, 2000, p. 26. Destaque no original). As duas advertências, sobre o *quantificável incerto* e o *qualitativo passível de avaliação* constituem, no meu modo de ver, fundamentais para uma análise adequada de temas como os aqui abordados; ainda mais especial cuidado devemos ter quando tais grandezas serão tomadas como explicativas de um processo ou fenômeno, quando elas estabelecem relações causais e conclusivas. Conhecemos a frase (talvez anedótica) atribuída ao professor e economista Delfim Netto: os números, sob tortura, confessam qualquer coisa...

Mas, é importante que se diga, não nos manifestamos contrariamente ao uso do arcabouço estatístico nas ciências humanas – muito menos o professor Duroselle a ele se opunha. Advertimos para os cuidados necessários com o que o historiador francês chamou de “**matematicismo** [que] consiste em confundir o máximo possível de casos com a totalidade dos casos”¹⁰⁵, uma operação que pode reduzir, ou mesmo suprimir, o singular, justamente o aspecto qualitativo que pode representar o detalhe que faz a diferença, que explica determinado fenômeno ou evento e é, em última instância, o que pode diferenciar as ciências humanas.

Por outro lado, o recurso a dados numéricos permite que observemos a evolução de determinados fenômenos e eventos no tempo. Sua progressão – assim como sua interrupção – fornecem combustível para aquilo que considero nossa missão fundamental: elaborar boas

¹⁰⁴ DUROSELLE, 2000, p. 26, destaques no original.

¹⁰⁵ DUROSELLE, 2000, p. 37.

perguntas, além dos já tradicionais *onde*, *quando*, *como* e *por quê*. Também possibilitam o confronto de informações, averiguar justificativas e, em alguns casos, compreender a natureza de determinados resultados como, por exemplo, os proporcionados pela análise contábil de demonstrativos e relatórios econômicos e financeiros. Nesta tese, diversos números serão apresentados, mas não com objetivos finalísticos, mas para melhor iluminar nosso objeto e como base para novas inquirições.

Como já afirmamos, durante o regime militar instaurado em 1964, consolidou-se a busca pela construção de potência, baseada em mudanças do perfil produtivo brasileiro, apostando na capacidade de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Entre os objetivos perseguidos nesta esfera estava o domínio completo da tecnologia nuclear e aeroespacial, o que nos permite uma aproximação ao que Duroselle considera “qualitativo não contável”, no qual “as cifras não representam nada”. Veremos que essa dupla intenção (nuclear-aeroespacial) foi identificada como potencialmente perigosa por diversos estrategistas estrangeiros e foi por diversas vezes alvo de críticas e tentativas de boicote; mas, mesmo que ao final de nosso período, qual seria a probabilidade de conseguirmos conjugar essa iniciativa dual para produzir um artefato capaz de influir decisivamente no cenário mundial? Não é preciso grande esforço para responder: quase nula.

No entanto, as vozes que se levantaram contra tal possibilidade pareciam anunciar a proximidade do Armagedon. Aqui, mais uma vez recorremos a Duroselle: a ordem de grandeza, o percentual esperado de êxito brasileiro na construção de uma arma nuclear não era relevante; por outro lado, a percepção do risco potencial guia a decisão nesses casos e, portanto, não se deve esperar para agir. Um bom exemplo do quanto exposto podemos encontrar no memorando do general Vernon Walters sobre o risco de negligenciar a situação política no Brasil. Afirmou o militar estadunidense que: “dissociar-se do governo brasileiro, esperando agir sobre o grupo opositor, é um erro que cometemos em Cuba, cujos resultados são bem conhecidos (...) se perdermos o Brasil, não será outra Cuba. Será outra China.”¹⁰⁶. Também aqui podemos questionar: qual a probabilidade real da ocorrência do exposto por Walters? Qual a possibilidade de uma revolução comunista de inspiração castrista, por exemplo, ocorrer no Brasil? Mais uma vez, como sabemos, ínfima. Contudo, a decisão não se daria por uma régua probabilística; mesmo a mais remota possibilidade de sucesso indicaria a opção por demandar esforços que impedissem a possibilidade de sucesso da ocorrência. Aqui,

¹⁰⁶ Memorandum from Vernon Walters to Kissinger. U.S. Foreign Relation, doc. 116. Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments>.

o *espaço da experiência* criou um *horizonte de expectativas* (voltaremos a estes conceitos) primordial para a tomada de decisão.

No caso citado, estamos diante de um exemplo do “sistema de finalidades” proposto por Duroselle; o *interesse nacional* norte-americano exigia uma determinada conduta, quase independente dos custos (políticos, financeiros) que determinava a ação. Antes de prosseguir, considero necessária uma ressalva: não obstante o cativante debate sobre o que significa o termo *interesse nacional*, não adentraremos em suas particularidades neste espaço. Para Duroselle, o *interesse nacional* traduz uma escolha, “é um ato subjetivo [que], mesmo tendo por regra favorecer o maior número possível [de grupos]”, trata-se, “na realidade de saber quais grupos privilegiaremos e quais sacrificaremos.”¹⁰⁷. Para nossas necessidades, creio suficiente a definição do historiador francês.

Mas o mesmo *interesse nacional* conduz, segundo Duroselle, a “busca da *potência*”¹⁰⁸. Tal demanda, vinculada também ao desejo de segurança, importa na busca dos *meios* necessários para garantir a satisfação dos ditos interesses e, como tal, não se confunde exclusivamente com um ou outro aspecto particular dos esforços do Estado. Mas, para o historiador francês, o *interesse nacional* e a *busca da potência* são manifestações do objetivo do líder (ou do grupo no poder), o que nos conduz a outra abordagem importante para nosso estudo: a Diplomacia Presidencial.

Empregaremos aqui o conceito de “Diplomacia Presidencial” (ou de cúpula), com apoio na obra “Diplomacia Presidencial: História e Crítica” (DANESE, 1999), já mobilizado em minha dissertação de mestrado. Tal conceito é utilizado para revelar o afastamento da política tradicional, mister de diplomatas profissionais, e ganha destaque a condução pessoal dos assuntos de política externa pelo presidente (em consonância com os objetivos do grupo no poder). Tal conceito ajudará a perceber a influência do comando central do Poder Executivo Federal no processo ora examinado.

Para Danese, uma diplomacia de cúpula obedece “a uma intensa lógica extra diplomática, ligada ao papel e ao projeto político do presidente [ou do grupo no poder]”¹⁰⁹ e está intimamente conectada a política interna, constituindo mesmo um dos eixos da Diplomacia Presidencial, ligada à liderança política e tributária de suas fontes de poder (pp. 85-98). Não custa recordar que a ideia de *Brasil Grande*, eficiente eufemismo para *Brasil Potência*, só se realiza quando em relação ao outro, é uma medida necessariamente relativa.

¹⁰⁷ DUROSELLE, 2000, p. 134.

¹⁰⁸ *Idem*, 2000, p. 132.

¹⁰⁹ DANESE, 1999, p.21.

Assim, as medidas atinentes ao plano político interno estão, sob o conteúdo do conceito aqui tratado, vinculadas a existência de um Grande Projeto Nacional – que também se reflete, obviamente, na satisfação de interesses de grupos e na adesão (consensual/coercitiva) da população aos objetivos propostos – projeto este que vincula necessariamente a política externa e no âmbito do qual tal política reveste-se em fator de poder e a um plano efetivo de liderança (interna, regional e/ou mundial).

A lógica da Diplomacia Presidencial pode ser observada inúmeras vezes nas relações entre Estados durante nosso período, especialmente no ciclo dos generais-presidentes, quando, a decisão do mandatário contrariou, em mais de uma oportunidade, as posições exaradas da diplomacia profissional. A própria palavra final concedida ao Presidente da República sobre a autorização para a exportação de material militar, para qualquer material militar, já denota que cabe ao Chefe de Estado, representante do grupo no poder, a primazia na definição de objetivos e na tomada de decisões. Aliás, mesmo os ministérios de outras áreas, como Fazenda e Planejamento, não possuíram, de fato, poder de veto quando os objetivos ligados ao projeto nacional proposto estavam em jogo. É verdade que, em muitos assuntos, as pastas da área econômica influíram decisivamente nas decisões de governo, mas, como dito linhas atrás, não tinham força para obstar as demandas vinculadas ao projeto de potência delineado na esfera militar¹¹⁰.

Dialogando diretamente com os autores acima, que fornecem o substrato metodológico e teórico desta tese, mobilizamos as propostas de Reinhart Koselleck, presentes na coletânea de ensaios “Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos”¹¹¹, com especial ênfase ao proposto na seção final da obra, onde o autor apresenta duas categorias históricas (meta-históricas, para ser preciso com o texto do autor alemão): o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*, possibilidades explicativas que poderiam, por si, comporem o arcabouço metodológico no trabalho aqui apresentado.

Tais categorias foram mobilizadas por Koselleck como ferramentas que, estabelecendo a conexão – e o entrelaçamento – entre o futuro e o passado, permitem capturar o que denominou o “tempo histórico” (questão seminal na reflexão do historiador alemão), em cada época ou período. Elucidando sua hipótese sobre o conceito, esclarece que:

¹¹⁰ Podemos encontrar uma alentada incursão sobre a relação entre o MRE, as FA e o Ministério da Fazenda, que anota a força deste último no período de 1965-1979, na dissertação de Eduardo Lucas de Vasconcelos Cruz (2009).

¹¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

No processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’. É próprio das circunstâncias biologicamente determinadas do ser humano que, com o envelhecimento, também a relação com a experiência e a expectativa se modifiquem, seja por meio do recrudescimento de uma e o desaparecimento da outra, seja por meio de um mecanismo em que ambas se compensem mutuamente, seja ainda pela constituição de horizontes situados além da biografia de cada um, que ajudem a relativizar o tempo finito de uma vida individual. Mas a relação entre passado e futuro alterou-se, de forma evidente, também na sequência de gerações históricas.¹¹²

Assim, Koselleck anota que não podemos excluir as unidades de tempo derivadas da compreensão físico-matemática da natureza ao tentar tematizar o *tempo histórico*, uma vez que “a duração da vida de indivíduos e instituições, os momentos críticos de uma sequência de acontecimentos políticos ou militares (...) só pode ter seu peso histórico avaliado se for medido e datado com o recurso a divisão natural do tempo.” (KOSELLECK, 2006, pp. 14-15). Mas o autor adverte que:

No entanto, a interpretação das circunstâncias produzidas a partir dos fatores acima citados conduz para além das determinações temporais compreendidas de maneira física ou astronômica. As decisões políticas tomadas sob a pressão de prazos e compromissos, o efeito da velocidade dos meios de transporte e de informação sobre a economia, ou sobre ações militares, a permanência ou instabilidade de determinadas formas de comportamento social no âmbito das exigências econômicas e políticas temporalmente determinadas, tudo isso conduz obrigatoriamente – seja através de um processo de atuação e ação recíproca ou de uma relação de dependência – a um tipo de determinação temporal que, sem dúvida, é condicionada pela natureza, mas que também precisa ser definida especificamente sob o ponto de vista histórico.”¹¹³

Estabelecida a questão de fundo que instigou a reflexão de Reinhart Koselleck, passemos aos elementos que se configuram como instrumento de análise para nossa tese.

Derivada das categorias apresentadas, podemos estabelecer uma perspectiva dos diversos personagens envolvidos nos processos aqui pesquisados, uma perspectiva de presente para os tomadores de decisão de então. Uma concepção formulada a partir de um passado, mas um “passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”¹¹⁴. Este passado, reelaborado no presente, oferece um *diagnóstico* para dada situação – e aqui já estamos no terreno do *espaço de experiência* – que permite

¹¹² KOSELLECK, 2006, p. 16, grifos nossos.

¹¹³ KOSELLECK, 2006, p. 15.

¹¹⁴ KOSELLECK, 2006, p. 309.

traçarmos um painel das informações disponíveis e que animavam o pensamento e o raciocínio daqueles agentes históricos.

Neste *espaço de experiência*, buscamos respostas às angústias e incertezas que o futuro sempre nos impõe, eliminando, ou ao menos suavizando, a insegurança do porvir com algo que possa ser esperado através desta, por assim dizer, *presentificação do passado*. Assim, se o passado nos oferece um diagnóstico, ele também embasa nosso prognóstico, representado pelo *horizonte de expectativa*. Conforme anota Koselleck¹¹⁵:

A verossimilhança de um futuro previsto decorre, em primeiro lugar, dos dados anteriores do passado, cientificamente organizados ou não. O que antecede é o diagnóstico, no qual estão contidos os dados da experiência. Visto desta maneira, o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro. As experiências liberam os prognósticos e os orientam.

Uma abordagem menos atenta da postulação de Koselleck poderia nos conduzir ao já conhecido (e superado) provérbio “a História é a mestra da vida”; porém, se nos aprofundarmos na concepção do autor, veremos que não é este o caso. Em nosso estudo, identificamos agentes – o Estado, as empresas e a arena internacional – que, ainda que compartilhassem um mesmo cenário de atuação, estavam sujeitos a diferentes condicionantes no tempo. E nem sempre a experiência satisfaz a expectativa, pois, como nos lembra Reinhart Koselleck: “sempre as coisas podem acontecer diferente do que se espera: esta é apenas uma formulação subjetiva daquele resultado objetivo, de que o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico.”¹¹⁶

Neste sentido, a tensão entre a experiência e a expectativa não constitui uma resultante inequívoca, ela define e ao mesmo tempo faz aflorar – e transforma - o *tempo histórico*. “Expectativas baseadas em experiências não surpreendem quando acontecem. Só pode surpreender aquilo que não é esperado.”¹¹⁷ nos adverte o historiador alemão. Teremos oportunidade de acompanhar, no curso da tese, tanto expectativas confirmadas na experiência quanto as frustrações inesperadas; podemos mesmo dizer que o próprio surgimento de uma indústria de defesa e iniciativas vinculadas ao desenvolvimento e segurança compõem um exemplo de inauguração, por assim dizer, de um tempo histórico, algo inesperado, mas que

¹¹⁵ KOSELLECK, 2006, p. 313.

¹¹⁶ KOSELLECK, 2006, p. 312.

¹¹⁷ KOSELLECK, 2006, p. 313. Grifo nosso.

aconteceu. Da mesma forma, seu ocaso constitui um exemplo de expectativas frustradas, após um período razoavelmente longo de decisões acertadas com base na experiência.

Talvez não por acaso as maiores “estrelas” do setor industrial militar viessem a ser companhias recentemente fundadas, composta por jovens empreendedores e executivos (hoje as chamaríamos de *startups*) e não por empresas mais tradicionais, mesmo as que já, de alguma forma, atuavam no segmento. O *espaço de experiência*, mesmo que composto também pela experiência alheia, provoca um impacto muito menor nas iniciativas “juvenis”; a ousadia é tanto mais plausível quanto menor a idade. Mas mesmo instituições já consolidadas, como o Ministério das Relações Exteriores experimentaram, em certos momentos, uma postura que poderia ser tida como arrojada, mas, nesse caso, baseada na experiência. Quanto a esta última observação, parece-nos bastante elucidativo o título do discurso de posse de Antonio Azeredo da Silveira, ao assumir o posto de Chanceler sob a presidência do general Ernesto Geisel: “A melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se”¹¹⁸.

Assim, a análise busca, amparada na proposta de Reinhart Koselleck, compreender o “mapa mental” dos personagens de nossa narrativa, quadros que se estabelecem na relação entre as dimensões de passado e futuro, entrelaçados ao presente. Dimensões cruzadas que produziram o “novo”, explicaram as permanências para, novamente, criar um outro tempo histórico.

1.7 – O debate sobre militares e a indústria bélica no Brasil.

Já observamos que, malgrado o enquadramento da tese no campo da História Econômica, ela dialoga, necessariamente com outras áreas da disciplina e do conhecimento, pois as decisões de natureza política, militar, tecnológica, de política externa/relações internacionais e empresarial necessárias para a implantação de um “complexo industrial-militar” e as iniciativas tributárias de tal estabelecimento compõem um mosaico obrigatório para a compreensão adequada do objeto eleito. Adicionalmente, as características do tema permitem uma análise abrangente do período definido para escrutínio, assim como lançam luzes sobre interregnos anteriores.

Também a observada preponderância governamental das atenções dispensadas para o setor terrestre e aeroespacial, e mesmo o sucesso relativo de tais empreitadas, possibilita a

¹¹⁸ Discurso de posse de Antonio Francisco Azeredo da Silveira no MRE. Disponível em: www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-elacoes-exteriores/153-antonio-francisco-azeredo-da-silveira, acesso em 25/02/2017.

reflexão sobre diversas questões atinentes ao estudo da História do Brasil, como a preponderância do Exército nas decisões, o aspecto geopolítico e geoestratégico das ações empreendidas, os efeitos das resoluções e iniciativas, entre outras indagações relevantes. Importa ressaltar que o setor naval também foi alvo de interesse governamental e privado, mas o impacto foi menos significativo e, também nesse caso, permite uma série de outras ponderações igualmente significativas.

A bibliografia específica sobre indústria bélica, como já informado, é obra preponderantemente de militares, profissionais das ciências exatas, políticas e geógrafos. Também já nomeamos, na Introdução, autores que dedicam sua atenção ao tema. Para o momento, teceremos alguns comentários sobre o debate corrente, reiterando que, no transcurso dos capítulos, muitos deles (como dos estudiosos de outras áreas que serão adiante citados) serão mobilizados, quando a oportunidade permitir novos diálogos e confrontações de ideias e argumentos.

Em primeiro lugar, devemos observar que os trabalhos sobre indústria bélica, especialmente os de recorte acadêmico, podem ser divididos em duas fases e grupos distintos. A publicação desenvolvida durante o período de nosso trabalho e nos anos seguintes, mas ainda próximos temporalmente, tendem a adotar uma postura crítica, via de regra apontando falácias e mesmo mentiras divulgadas pela indústria e pelo governo, estabelecendo associação clara entre a incompetência do regime militar e a inépcia das empresas do setor. No mais das vezes, tratavam de desqualificar o desenvolvimento técnico e tecnológico, apontar o baixo índice de nacionalização dos produtos seu baixo poder operacional real, apontando inclusive que as exportações, objeto de admiração daqueles dias era, também, uma assertiva falsa.

Renato Dagnino (que merecerá destaque mais adiante), seguido por outros autores e jornalistas do setor, informa que é falsa a afirmação de que por volta de 350 empresas atuaram no setor, com mais de 100.000 pessoas ocupadas; suas análises apontam para a existência entre 10 e 40 companhias atuando com um emprego máximo de 36.000 pessoas. Tais questões serão discutidas, mas não devemos nos furtar a comparações, por exemplo, com outras indústrias e setores de capital e/ou tecnologia intensiva; será que seus números e resultados são muito mais expressivos? Também é bastante importante considerar qual o tipo de emprego, o nível de formação exigido, bem como as externalidades possíveis.

Sob outros ângulos de análise econômica, igualmente são apontados falseamentos, especialmente sobre o valor exportado, desinformação e pouca relevância do setor. Alertando para a baixa participação no total da produção industrial brasileira (inferior a 0,9%), o ínfimo

saldo (para alguns até mesmo negativo) entre componentes importados e valor exportado (Ken Conca alerta para que 20% do preço do “treinador” Tucano, da EMBRAER, era derivado da importação de sua turbina) e, ademais, com insignificante participação no mercado mundial de armamentos, pois 95% de toda a exportação e aquisição de material bélico correspondia aos países centrais de industrialização avançada, revelando ainda que a porcentagem de vendas para o mercado do subcontinente foi de meros 4% do total de compras, indicando que esse número é muito inferior ao observado na indústria automobilística, que possuíam intensidade tecnológica semelhante. Também tais afirmações merecem debate, mas, quanto ao quesito exportação, seria interessante ser mais preciso: em primeiro lugar, não se mistura exportação e aquisição pois, obviamente, na Guerra Fria, os países centrais tinham condições de comprar mais; segundo, o mercado era, virtualmente, dividido entre EUA e URSS; quanto a comparação entre as indústrias, parece-me que comparar a venda de um “passat 82” ao “EMB-120 Brasília”, no mínimo, problemático.

Da mesma forma, no que diz respeito ao desenvolvimento científico e tecnológico (C&T), este é apontado como pouco relevante, dado seu elevado grau de dependência externa, sem contar o continuado (e elevado) gasto necessário para manter, em alto grau de competitividade no mercado internacional, demandado pelas indústrias de armas. Essas informações, como as demais apresentadas são, sem sombra de dúvida, relevantes. Mas, como toda a produção intelectual, devem ser devidamente escrutinadas, comparadas e analisadas; tal empenho talvez mostre que o quadro não é tão desolador quanto procuram demonstrar os críticos da indústria de defesa brasileira.

Mas o adequado tratamento das indagações e inquietações desta pesquisa pede a colaboração de outras áreas. Assim, uma vez que o estamento militar é personagem fundamental para este trabalho, precisamos agora observar um pouco a participação dos militares na política nacional, especialmente a atuação do Exército Brasileiro. A ação do EB na política foi (e ainda é) objeto de estudos, sob múltiplas abordagens, por historiadores e outros profissionais das ciências políticas e sociais, dado o inegável e expressivo papel político desempenhado pela “caserna” na História do Brasil Republicano. Vamos avançar sobre algumas dessas produções.

Alfred Stepan (1975) possui um importante (diria precursor) trabalho sobre a atuação política do Exército Brasileiro como objeto de estudo. Stepan sustenta que tal atuação deriva da posição que a corporação ocupa dentro do próprio sistema político. Relevando o “intervencionismo militar”, alegando que os sucessivos golpes militares observados fazem

parte da lógica do jogo político brasileiro, atraídos pelos próprios civis para a arena política, para que o Exército assuma um papel de “padrão moderador”. Este “padrão/poder” moderador seria conclamado para dirimir os impasses políticos e institucionais. Para o cientista político norte-americano tal modelo foi “inaugurado” com a deposição de Vargas e perdurou até o golpe de 1964, quando os militares mudam o regime político vigente, baseado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), gestada na ESG.

O autor ainda apresenta um pródigo estudo sobre as relações entre civis e militares no Brasil entre os anos finais dos setentas e a década de 1980, buscando compreender a política de “distensão” de Ernesto Geisel e a transição democrática, que será igualmente abordada com o devido rigor na tese. Por ora, adiantamos que a análise de Stepan não está isenta, como nenhuma outra, de críticas elaboradas por outros observadores, bem como não escapa de observações deste doutorando. Contudo, é inegável a contribuição de Stepan e, nesse sentido, consideramos importante sua presença nesta seção do trabalho.

O recurso a Stepan também é importante pois nos fornece o elemento de ligação para a discussão do papel da Escola Superior de Guerra na doutrina que inspirou a atuação do regime militar brasileiro. De rigor anotar que não postulamos aqui que a ESG foi absolutamente hegemônica e livre de restrições e controvérsias no seio das elites dirigentes do período; aliás, importa ressaltar que não existe um pensamento monolítico dentro das corporações militares, ainda que o rigor e a disciplina típica de tais organizações possam transparecer a sensação de coesão e unidade inabaláveis. Mas, que premissas e postulações emanadas daquele Centro de Estudos, bem como teses geopolíticas conectadas, contribuíram para o processo ora estudado parece-nos inquestionável.

1.8 – Inserção Internacional: o outro enquanto parâmetro de referência.

Já identificamos que a ideia de país *abençoado, gigante pela própria natureza*, presente no imaginário brasileiro, foi assimilada e nutrida pela corporação castrense, integrando, inclusive, sua propaganda oficial. Mesmo nos dias de hoje, tal percepção subsiste, bastando a ilustrá-la as recentes manifestações pró-intervenção militar. Entretanto, os qualificativos elogiosos, indicadores de grandeza e proeminência, só têm sua significância percebida e apreendida em horizontes de confronto, quando reputados em relação “ao outro”. Transposto para a esfera das relações internacionais, esse movimento semântico revela contornos tangíveis à luz dos variados cenários de intercâmbio e interação, que, por sua vez,

são renovados através do contínuo esforço, empreendido pelos envolvidos, na busca por um estado de consonância entre demandas internas e anseios de projeção. Afinal, como já citado, adverte Jean-Baptiste Duroselle, “não existe nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna”¹¹⁹. Como a articulação da Política Externa Brasileira (PEB) buscou equacionar essas pretensões em prol da afirmação do país em âmbito global é o tema sobre o qual passamos a nos debruçar.

A inserção internacional, seja ela de índole comercial ou política, é tenazmente perseguida por nossos sucessivos governos, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Antes deste período, no contexto regional, a questão premente cingia-se ao estabelecimento de fronteiras, enquanto o comércio exportador de primários refletia a principal preocupação em nível mundial. Contudo, no que tange particularmente à Indústria de Armamentos – abordada com destaque no presente trabalho –, a arena internacional adquire ainda maior relevância, pois tal segmento precisa buscar o mercado externo para fazer frente aos seus elevados custos. Afinal, poucos países podem, em verdade, absorver integralmente a capacidade instalada de suas plantas, além de ser patente, no contexto desse setor, a demanda para o estabelecimento de parcerias de produção. De outro lado, há, ainda, as inexoráveis e sucessivas variações observadas quanto à conjuntura global, que ora suscitam momentos favoráveis aos respectivos produtores da área, ora erigem entraves aparentemente incontornáveis à consecução de suas atividades. Aspectos conjunturais e nuances multifacetadas, enfim, a demonstrar que as hoje denominadas Indústrias de Defesa mantêm estreito vínculo com a Política Externa e as Relações Internacionais.

No entanto, em favor de uma compreensão mais rigorosa e consistente, previamente à abordagem das especificidades concernentes ao lapso temporal focalizado nesta tese, julgamos apropriado considerar uma imagem panorâmica, uma tomada em grande angular sobre a Política Externa Brasileira, notadamente quanto às interpretações e aos argumentos formulados a este título, acerca dos quais não nos furtaremos a refletir e com os quais buscaremos, sempre que oportuno ao nosso propósito, dialogar.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que existe uma interpretação padrão da PEB, predominante entre boa parte de historiadores e internacionalistas, tais como Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno, Flávio Sombra Saraiva e Paulo Vizontini, para citar apenas alguns nomes, que compreende nosso direcionamento internacional enquanto fruto de um corpo diplomático profissional, inspirado pelas propostas de Rio Branco, cuja política, focada em

¹¹⁹ Duroselle, 2000, p. 57.

satisfazer demandas de natureza mercantil e econômica, se expressa, essencialmente, pelo pacifismo e pela não intervenção em assuntos domésticos de outras nações. Nas palavras de Vizentini¹²⁰:

(...) a Casa de Rio Branco manteve com criatividade a defesa de princípios próximos ao ideário de Bandung, que forjou muito antes dessa Conferência. Mudanças de regime [...] não chegaram a interromper uma linha diplomática que tem sido, predominantemente, de Estado, e não de governo.

Do brevíssimo excerto acima reproduzido, parece-nos emanar o entendimento de que nossa diplomacia adotou um posicionamento inédito em oportunidade única e, de modo surpreendente, muito antes da configuração da ordem bipolar mundial, já professava um ideário de resposta a esta conformação. Ou seja, observada tanto na longa duração quanto na curta duração – exceção feita a episódios esporádicos e, quando considerados em perspectiva, desprezíveis –, nossa política externa revela-se estável e praticamente imutável. À vista de tal raciocínio, estaríamos autorizados a supor que o conceito de estrutura não integrava o arcabouço teórico dos referidos autores, pois, vale lembrar, a estrutura não é estática. Por conseguinte, de acordo com a argumentação desses teóricos, os movimentos conjunturais seriam, ao fim e ao cabo, irrelevantes.

Salientamos que, a despeito das considerações aqui tecidas, não priorizamos, de antemão, uma análise estruturalista de quaisquer das questões suscitadas no decorrer desta pesquisa; apenas assinalamos os fundamentos que entendemos adequados à ampla compreensão das propostas ora mobilizadas, incluindo seus aspectos (potencialmente) controversos.

Porém, na hipótese de se admitir, incondicionalmente, a conveniência e a insuspeição do postulado acima aludido, despiciendo seria o estudo das relações internacionais para a discussão que aqui intentamos empreender, uma vez que tal postura seria incompatível com a flexibilidade e a transigência exigidas em face de oportunidades (inéditas ou contingenciais) que fugissem ao paradigma adotado. Pretendo demonstrar, todavia, que o enunciado em questão não deve ser tomado sem muitas ressalvas e tantos cuidados. Avalio, em verdade, que ponderações desse jaez refletem, antes, uma ideia de diplomacia, uma representação elementar, expressão do que Hurrel descreve como uma ideologia informal da Política Externa Brasileira. Conforme sustenta o autor em sua análise¹²¹:

¹²⁰ CERVO, 2008, p. 8.

¹²¹ HURREL, 2004, citado em Pinheiro e Vedoveli, 2011, tradução livre do autor.

[...] é possível identificar um padrão ortodoxo de entendimento do lugar do Brasil no mundo, que une formuladores de política externa, historiadores e analistas [...]. Dois elementos podem ser observados: Um é [...] a ideia de que o Brasil é um país geopoliticamente satisfeito, a ideia de que o Brasil possui uma vocação para a resolução pacífica dos conflitos, a ideia de que o Brasil é um mediador natural. O segundo elemento está centrado na ideologia de autonomia nacional e desenvolvimento.¹²²

Outro enunciado de expressivo destaque, recorrente nos estudos de nossas Relações Internacionais, diz respeito às conexões e aos vínculos estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos. Este também, vale ressaltar, é um ponto para o qual boa parte dos citados analistas convergem, máxime para aquiescer que, em momentos sensíveis de nossa história recente, em especial os marcadamente negativos, tiveram os EUA papel central e determinante nos desfechos de ordem política e em nosso destino “subdesenvolvido”. Mais uma vez, sem negar a existência de interesses palpáveis e as ações concebidas para influenciar resultados em nossos assuntos internos, julgo prudente relativizar o grau de efetividade desse empenho. E, aqui, acompanho o pensamento de Eugenio Vargas Garcia ao advertir que essa “interpretação-padrão [...] falha quando superestima a influência norte-americana e tende ao determinismo e à generalização simplista”¹²³. Garcia ainda acresce que mesmo a tomada de poder pelos militares, em 1964, seguiu uma dinâmica política interna própria, derivada do projeto de nação amadurecido na ESG. Em nosso sentir, o raciocínio mais consentâneo com a dinâmica em questão implica distinguir que as posturas advogadas de parte a parte repercutiram nas decisões perpetradas por ambos os países embora, como veremos, as ações estadunidenses contribuíram, sem dúvida, para o debacle das iniciativas brasileiras no setor em estudo, principalmente no período final do recorte cronológico eleito para a nossa tese.

Um último tópico geral que entendemos deva ser ressaltado concerne ao lugar de elaboração e de definição dos movimentos de política externa. No que tange a este aspecto, verificamos que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) ainda figura na literatura afim como o *locus*, por excelência, da formulação da PEB. Via de regra, os autores que abordam essa temática consideram a atuação dos Presidentes da República pouco relevante, limitando-se, por vezes, a questões protocolares. Esta percepção sofrerá significativa mudança somente

¹²² No original: “[...] it is possible to identify an orthodox framework for understanding the history of Brazil's place in the world that unites many foreign policymakers and many historians and analysts [...]. Two elements can be noted. One is [...] the idea of Brazil as a geopolitically satisfied country; the idea of Brazil as having a vocation for peaceful conflict resolution; the idea of Brazil as a natural mediator. The second element is focused around the ideology of national autonomy and development”.

¹²³ GARCIA, 1997, pp. 22-23.

a partir da gestão de Fernando Henrique Cardoso, e, principalmente, ao longo da administração de Luiz Inácio Lula da Silva, quando estudiosos identificam um direcionamento de foco e energia por parte dos mandatários, que passam, então, a responder enquanto principal instância de deliberação e empreendimento a propósito dos assuntos externos, corporificando a denominada Diplomacia Presidencial.

Discordo dessa interpretação, especialmente com referência aos presidentes militares pós-1964. Sem me alongar em considerações sobre o conceito da Diplomacia de Cúpula (denominação alternativa à Diplomacia Presidencial, rapidamente visitada em seção precedente sobre abordagem metodológica), justifico o teor de tal divergência, recorrendo à diretriz geral apontada por Sérgio Danese¹²⁴. Segundo o ex-Secretário-Geral do Itamaraty, a Diplomacia Presidencial apoia-se em dois eixos: o primeiro corresponde à política interna, conectada à liderança política e tributária de suas fontes de poder; o segundo diz respeito à política externa e exige um grande projeto nacional, vinculado a um igualmente substancial e efetivo plano de liderança, seja esta interna, regional ou internacional. E, se assim o é, a perspectiva que ora advogamos se legitima justamente em face da manifesta presença de tais pressupostos no horizonte de planos e expectativas dos generais-presidentes contemplados na presente tese.

Por fim, julgamos oportuno lembrar que, diversamente do quanto observado nos dias que correm, o MRE foi, em tempos passados, o local privilegiado (talvez único) para o debate de assuntos, expedientes e ações internacionais. Já no período abordado em nossa pesquisa, é possível acompanhar a gradativa perda da prevalente centralidade do referido órgão, com o surgimento de novos espaços e possibilidades de negociação. Contudo, em que pese tal dispersão, é preciso salientar que o Ministério das Relações Exteriores contribuiu – e ainda contribui – com os interesses comerciais brasileiros, além de apoiar as iniciativas empresariais em curso fora do território nacional; em alguns casos atuando, inclusive, como lícito agente de tais esforços, máxime através de nossas legações no exterior.

Destarte, uma vez enunciadas as considerações preambulares e elencados os aspectos mais abrangentes acerca do tema, tencionamos, na seção subsequente, ajustar o foco de nossa lente, desativar o *modo panorâmico* em busca de particularidades, retratando, por diferentes ângulos e em detalhe, o objeto de análise desta tese, especialmente no que se refere às discussões e às estratégias promovidas sob a égide governamental (mas também empresarial) e aos consequentes movimentos levados a efeito ao longo do interregno aqui contemplado.

¹²⁴ DANESE, 1999, pp. 85-102.

1.9 – O debate sobre a “industrialização de defesa” brasileira.

O termo “industrialização de defesa” pode soar estranho. Estamos mais habituados com o amplo debate acerca da industrialização, cuja bibliografia é já bastante extensa, mas o complemento aqui proposto é, se não inédito, raríssimo para autores brasileiros (ao menos nas leituras sobre o tema, não identifiquei nenhuma obra no Brasil que adotasse tal expressão). Considerei importante destacar, no debate específico sobre a indústria de armamentos no Brasil, a obra de dois autores, mais precisamente a tese de doutoramento de ambos, apresentadas e defendidas no espaço temporal que fecha nosso recorte cronológico. E, a data das defesas é o primeiro motivo da escolha: eles mobilizaram os autores nacionais e estrangeiros mais importantes que até então haviam produzido a literatura sobre o tema; além disso, trabalharam no calor dos acontecimentos. São trabalhos produzidos por uma norte-americana e um brasileiro, o que demonstra que a trajetória do Brasil na indústria bélica despertava o interesse e a atenção de estudiosos não só no país, mas em outros importantes centros de pesquisa e, por fim, são de grande qualidade intelectual; seus autores ainda trabalham na órbita dos estudos de defesa, embora, tal qual em suas teses, com diferentes abordagens e direcionamentos.

Mas chamei a atenção logo no início do parágrafo anterior sobre a pouco usual utilização do complemento que qualifica o substantivo, que é justamente a locução utilizada por um dos dois trabalhos citados acima: o título da tese de doutoramento da cientista política Carol Vervain Evans – “*Defence Industrialisation in the NIC’s: Case Studies from Brazil & India*”. Atualmente professora e diretora do Instituto de Estudos Estratégico e de Publicações do United States Army War College (USAWC), sua tese, defendida em 1993 (e publicada em 1994) na London School of Economic and Political Science, explorou o desenvolvimento das indústrias de defesa nos Países de Industrialização Recente (NIC’s, na sigla em inglês)¹²⁵.

A expressão “industrialização de defesa” carrega, a meu ver, alguns sentidos relevantes: denota, em primeiro lugar, uma relação ao mesmo tempo tributária e complementar ao processo conhecido, de modo genérico, como “industrialização”; em segundo lugar, demonstra que ela possui elementos singulares suficientes para ser tratada como um tema apartado dos estudos sobre desenvolvimento e indústria e, por fim, indica a

¹²⁵ A autora adota alguns critérios, como tamanho da economia, parque industrial e competitividade internacional para definir os países de industrialização recente. Os mais significativos, na proposta de Carol Evans são: Argentina, Brasil, Índia, Coreia do Sul, China, Cingapura, Indonésia e Taiwan.

ocorrência de uma decisão política com viés ofensivo em relação a determinada condição do sistema internacional.

Em essência, a tese de Carol Evans procurou explorar como esses *países emergentes* desenvolveram sua produção de equipamentos militares, assim como explicar a variação na capacidade produtiva e sua competitividade no mercado internacional de armamento. Anunciando a conclusão de seus questionamentos, afirma a autora que¹²⁶:

Embora a tecnologia obviamente tenha desempenhado um papel importante na modelagem desta transformação na indústria de defesa dos NIC's, o que está no cerne desta transformação são as estratégias e políticas dos principais atores participantes desta geração e difusão de tecnologia: nomeadamente, empresas e Estados.¹²⁷

A tese de Carol Evans reveste-se, assim, de dupla importância para nosso estudo. Primeiro, num sentido amplo, por sinalizar que o Brasil não era considerado um ator desprezível no concerto das nações no que tange a produção de armamentos e, subsidiária desta constatação, um tema caro ao estudo das relações internacionais: os efeitos que transformações nas parcelas de riqueza e força provocam no equilíbrio de poder; segundo a própria autora, “os efeitos que as mudanças na distribuição de poder e riqueza exercem sobre o conflito e a cooperação entre os Estados.”¹²⁸. Em segundo lugar, em sentido mais estrito, como essas mudanças ocorrem, como a vantagem competitiva é criada e “muda de lado”, apontando para, também objeto de nosso interesse, a importância das empresas e do Estado, especialmente a relação entre ambas as esferas, para alcançar tais transformações, pois, ainda conforme a professora norte-americana “embora a intervenção estatal seja crítica para a criação dessas indústrias”, sugere que “as empresas são também determinantes cruciais da competitividade dessas indústrias e da posição do Estado na hierarquia internacional.”¹²⁹

Porém, antes de prosseguirmos com o trabalho de Evans, convém apresentar o outro autor que cotejaremos nesta seção da tese.

¹²⁶ EVANS, 2014, p.11.

¹²⁷ EVANS, 1994, p. 15. Tradução livre do autor. No original: While technology obviously has played an important role in shaping the defence-industrial transformation of the NICs, what lies at the heart of this transformation are the strategies and policies of the main actors participating in the generation and diffusion of technology; namely, firms and states.

¹²⁸ Tradução do autor. No original: what are the effects of changes in the international distribution of power and wealth on inter-state conflict and cooperation

¹²⁹ EVANS, 1994, p. 15. Tradução do autor. No original: While state intervention is critical in the creation of these industries, this section suggests that firms too are crucial determinants of the competitiveness of these industries and of a state's position in the international hierarchy.

A Tese de Doutorado em Ciência Econômica de Renato Peixoto Dagnino: “A Indústria de Armamentos Brasileira: uma tentativa de avaliação”, defendida e publicada em 1989, e que constitui consulta obrigatória para todos aqueles que se debruçam sobre o estudo da indústria militar no período escrutinado neste trabalho, cujo autor é atualmente professor titular na Universidade de Campinas (UNICAMP), nas áreas de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e de Política Científica e Tecnológica. Designado “pacifista” por alguns analistas do setor, como o jornalista Roberto Lopes (LOPES, 1993), Dagnino, ao contrário de Carol Evans, foca sua atenção no papel do Estado no desenvolvimento do segmento bélico e suas relações pouco republicanas com as empresas do setor e, destas, com a imprensa. A aludida tendência “pacifista” do professor da UNICAMP está muito relacionada com a postura profundamente crítica da própria opção pelo desenvolvimento militar-industrial brasileiro proposto pelos governos do regime militar, equivocada, pois, segundo Dagnino “a menos que me provem a existência de uma ameaça à nossa soberania, não vejo por que manter a indústria bélica”¹³⁰; além disso, identifica em sua tese que o investimento estatal designado não trouxe nenhum dos aludidos benefícios expressos pelos defensores de tal alocação orçamentária e, além disso, nunca teve a pujança propalada.

Apresentados os autores elencados como centrais desta sessão, voltemos a professora Evans. Promovendo um estudo comparativo das iniciativas desenvolvidas no Brasil e na Índia, sua pesquisa adotou uma abordagem de economia política internacional, estabelecendo o estudo das “firmas” que, segundo a autora “desempenham um papel crucial na geração, utilização e difusão de tecnologia, que é essencial para a produção de armas e sua capacidade exportadora”¹³¹, arguindo ainda que:

uma conceitualização mais perspicaz e poderosa da relação entre ‘defesa’ e ‘industrialização’ envolve necessariamente uma discussão das empresas e suas capacidades tecnológicas e como seu comportamento é influenciado por sua interação estratégica com o Estado.¹³²

Para a autora, tal quadro explica também os diferentes níveis da produção e da performance exportadora entre os diferentes países de “industrialização recente”, asseverando

¹³⁰ Encontro do jornalista Roberto Lopes com Renato Dagnino, ocorrido em outubro de 1989. (LOPES, 1994, p. 22).

¹³¹ EVANS, 1994, p.3. No original: *firms play a crucial role in the generation, utilisation and diffusion of technology, which is essential to the attainment of arms production and export capabilities.*

¹³² No original: *a more insightful, powerful conceptualisation of the relationship between "defence" and "industrialisation" necessarily involves a discussion of firms and their technological capabilities, and how their behaviour is influenced by their strategic interaction with the state.*

que a política governamental sugere o sucesso relativo da indústria de armamentos do Brasil; aponta também para o impacto de “longo alcance” que o desenvolvimento bem-sucedido dos programas de material bélico nos NIC’s nas relações internacionais e os “perigos” a ela associadas. Para a autora, o sucesso destes empreendimentos, além de contribuir para a criação de um excedente no mercado internacional de armamentos, diversificando a possibilidade de fornecimento de equipamentos bélicos, com tais iniciativas “os NIC’s degradaram a capacidade das maiores potências de usar a transferência de armas como um instrumento de política externa.”¹³³. Esta constatação de Carol Evans é fundamental, pois indica sua filiação a um pensamento realista que, como veremos no curso desta tese, era compartilhada por tomadores de decisão dos países centrais.

Vinculada a esta última observação, Evans anota também que o aumento da capacidade da indústria de defesa pelos países de industrialização recente acelerou a proliferação de armas convencionais e balísticas, além da tecnologia associada, indicando que: “Os perigos do incremento da proliferação foram claramente demonstrados na recente Guerra do Golfo Pérsico¹³⁴, na qual a invasão do Kuwait foi claramente auxiliada pela transferência de armas e tecnologia de mísseis do Brasil e da China.”¹³⁵ “Degradaram” e “os perigos”, verbo e substantivo que denotam mais que a opinião – ou conclusão - da professora estadunidense; implicam um lugar de fala e uma percepção de risco potencial, compartilhada também por estrategistas alocados nos centros de poder mundial e, por fim, cabe destacar que um dos equipamentos fornecidos pela indústria brasileira – o Sistema de Artilharia de Saturação Astros II, fornecido pela AVIBRÁS – foi apontado como um dos alvos prioritários das forças da coalizão estadunidense logo ao início da “Operação Tempestade no Deserto”. Aqui, novamente, temos uma informação importante a reter.

Ressaltando este evento (a invasão do Kuwait pelo Iraque), que representa o último grande momento da aplicação de recursos bélicos produzidos no Brasil durante nosso recorte cronológico, Carol Evans destaca que o Brasil, em termos de exportação e produção de defesa, era o primeiro ou segundo no ranking dos países de industrialização recente e, nesse sentido, comparável apenas com a China. Em sua avaliação, o Brasil construíra, por meio de

¹³³ EVANS, 1994, p. 9. Tradução do autor. No original: the NICs have degraded the ability of the major powers to use arms transfers as an instrument of foreign policy.

¹³⁴ A autora faz referência ao conflito travado entre forças de coalizão lideradas pelos EUA e o Iraque, motivada pela invasão deste ao Kuwait. O conflito desenrolou-se entre agosto de 1990 e março de 1991 e a missão ficou conhecida como “Operação Tempestade no Deserto”.

¹³⁵ EVANS, 1994, pp. 9-10. Tradução do autor. No original: The dangers of increased proliferation were graphically demonstrated by the recent Persian Gulf War, in which the Iraqi invasion of Kuwait was demonstrably aided by the transfer of arms and missile technology by Brazil and China.

recursos internos em P&D e acordos internacionais de cooperação, uma indústria de defesa altamente diversificada e produziu sofisticados equipamentos militares, fornecendo não apenas para o terceiro mundo (com destaque para o Oriente Médio e África), mas para países centrais. Situação oposta à da Índia que, na ótica da professora do USAWC, falhou em sua política de autossuficiência, dependendo de substanciais importações de armamento, o que antecipa a conclusão de maior sucesso relativo brasileiro, êxito este vinculado também a um projeto mais amplo e arguto, vinculado ao Poder Nacional.

Estabelecendo uma conexão entre a competitividade dos Estados no sistema internacional com a “necessidade de manter uma capacidade de defesa nacional (poder) e promover a industrialização (riqueza), [acrescenta que] a competição entre Estados centrou-se no desenvolvimento de indústrias militar e economicamente estratégicas”¹³⁶; a argumentação de Evans fica muito próxima de amparar nosso conhecido binômio “Segurança e Desenvolvimento” e dialoga diretamente com o proposto por Robert Gilpin quanto a eficiência na produção de poder e riqueza dos arranjos entre Estado e mercado.

De fato, ao menos desde o final da Segunda Guerra Mundial e especialmente a partir da década de 50, atravessando quase todo o nosso recorte cronológico, é possível observar uma percepção, quase generalizada, de que existe um grupo de indústrias fundamentais para promover tanto a industrialização como um todo quanto a inserção econômica internacional e, conseqüentemente, a posição relativa de um país no concerto das nações; tal linha de raciocínio assevera ainda que tais setores deveriam ser objeto de políticas públicas e investimento estatal.

Carol Evans, ecoando o debate sobre a importância das políticas industriais e de C&T, define que “essas indústrias transformadoras estratégicas compreendem os setores de defesa e bens de capital”, asseverando que “a importante relação entre a defesa e as indústrias de bens de capital na determinação da posição hierárquica de um Estado no Sistema Internacional, tem sido amplamente discutido e aceito na literatura de relações internacionais e história econômica.”¹³⁷

Que a indústria de bens de capital reveste-se de importância crítica no processo de industrialização e desenvolvimento é quase um axioma, se não para todos, ao menos para os

¹³⁶ EVANS, 2014, p. 15. Tradução do autor. No original: to the need to maintain a national defence capability (e.g. power) and to promote industrialisation (e.g. wealth). It then explains how competition between states has centred on the development of industries that are militarily and economically strategic.

¹³⁷ EVANS, 1994, p. 16. Tradução do autor. No original: These strategic transformative industries comprise the defence and capital goods sectors. The important relationship between the defence and capital goods industries, indetermining a state's hierarchical position in the international system, has been widely discussed and accepted in the literature from international relations and economic history.

que advogam teses desenvolvimentistas e constitui matéria já bastante discutida. Menos usual, contudo, é a vinculação entre o setor de defesa e a indústria de bens de capital. Conforme proposto pela Diretora do USAWC¹³⁸:

A indústria de defesa é nitidamente essencial para as capacidades militares e de poder de um Estado (e, portanto, para a “capacidade de buscar riqueza”). De modo mais abrangente, contudo, tal indústria também estimulou o desenvolvimento do setor de bens de capital, influenciando, desse modo, a forma e o ritmo da própria industrialização.

E, recorrendo a Nathan Rosenberg¹³⁹, a autora lembra que:

Rosenberg nos mostrou como os requisitos da indústria de armamentos moldaram o desenvolvimento inicial das máquinas de costura, bicicletas, máquinas-ferramenta e, mais tarde, as indústrias de veículos automotores, em virtude de um processo de convergência tecnológica.¹⁴⁰

Nathan Rosenberg entende que o “processo de convergência tecnológica” suporta uma dupla significação, consistindo em empresas que fabricam bens e serviços diferenciados, mas que são convergentes por utilizar máquinas e equipamentos idênticos ou similares nos diversos processos produtivos, mas a convergência também aponta para os processos manufatureiros baseados em peças intercambiáveis, técnicas aplicadas, por exemplo, na fabricação de armas e máquinas têxteis¹⁴¹. O que o conceituado economista norte-americano nos lembra é a própria origem do que conhecemos como produção em massa, amplamente baseada na utilização de máquinas-ferramenta e na intercambialidade de peças¹⁴² e que repercute até os dias de hoje no processo denominado “Produção Enxuta” (*Lean Manufacturing*)¹⁴³.

Esta passagem nos permite uma pequena digressão, mas útil para refletirmos sobre alguns aspectos da decisão de investimento no setor militar. De fato, ainda antes da Guerra de Secessão dos EUA, a necessidade de fornecimento de armas para o exército em prazo não

¹³⁸ EVANS, 1994, p. 16-17.

¹³⁹ ROSENBERG, Nathan. *Perspectives on Technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

¹⁴⁰ *Apud* Evans, 1994, p.17. Tradução do autor. No original: Rosenberg has shown how the requirements of the firearms industry shaped the initial development of the sewingmachine, bicycle, machine tools, and later, the motor vehicle industries owing to a process of technological convergence.

¹⁴¹ ROSENBERG, *Perspectives on Technology*, p. 16, in EVANS, 1994, p.17.

¹⁴² Sobre o tema, ver: HOUNSHELL, David A. *From the American system to mass production, 1800-1932*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984.

¹⁴³ A produção enxuta é um método desenvolvido na Toyota que, em última análise, pretende aliar a flexibilidade da produção artesanal com algumas características da produção em massa. Sobre o tema, ver: WOMAC, James P.; JONES, Daniel T.; ROSS, Daniel. *A máquina que mudou o mundo: baseado no estudo do Massachusetts Institute of Technology sobre o futuro do automóvel*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 5ª ed.

compatível com a produção tradicional deu impulso a ideia de fabricação de máquinas-ferramenta e componentes intercambiáveis, processo que foi adotado por fornecedores do exército prussiano após 1871 (o objetivo era criar uma indústria adaptável, apta a, por exemplo, transformar a produção de máquinas de costura à fabricação de armamentos); tal iniciativa conduziu a produção de diversos outros itens industriais para a produção em massa alemã¹⁴⁴.

Os parágrafos precedentes nos mostram que existia um embasamento teórico – e empírico –, além da geopolítica, mas coerente com ela, para o investimento no setor de material bélico e militar. A possibilidade de produção dual, baseada na capacidade de, sob uma mesma plataforma, desenvolver bens de uso civil e militar podem ser conferidas nas “famílias” de produtos EMBRAER E ENGESA, bem como na aplicação de componentes, como o sistema de “Tração Total” da mesma ENGESA (utilizados, por exemplo, em caminhões de uso civil e veículos militares) ou até mesmo, utilizando a mesma base técnica utilizado em carros de combate, oferecer automóveis para o mercado civil, como foi o caso do utilitário *Camper*, produzido pela Envemo¹⁴⁵, sob a base do jipe Engesa 4X4 (atualmente tais utilitários recebem uma denominação muito mais charmosa: *SUV* - outro exemplo, este estrangeiro, de grande sucesso da adaptação de veículos militares para uso civil são as *SUV Hummer*, da empresa norte-americana AM General¹⁴⁶).

Encerrado o rápido afastamento da autora, retornemos ao estudo apresentado por Carol Evans. Uma vez que o trabalho da professora norte-americana versa sobre a competitividade internacional brasileira no setor, voltemos nossa atenção para esta faceta fundamental na conquista de tal capacidade de concorrência: as políticas industriais, de ciência & tecnologia e, ainda, de promoção comercial.

Um dos indicadores que nos chama a atenção no período em estudo é a evolução das exportações de produtos industrializados. Entre 1965 e 1980, a participação dos manufaturados na pauta brasileira saltou de menos de 20% para mais de 50% e, entre os vinte e cinco maiores exportadores de produtos manufaturados não vinculados ao setor alimentício encontramos duas das empresas objeto de nossa análise: a ENGESA e a EMBRAER. Ainda que possamos argumentar que a participação no comércio mundial fosse diminuta, não há

¹⁴⁴ Conforme LANDES, MOKYR & BAUMOL, 2010, pp. 289-290 e pp. 352-353.

¹⁴⁵ A Envemo – Engenharia de Motores e Veículos LTDA foi fundada em 1966 e foi adquirida pela ENGESA em 1983. Era especializada na “transformação” (customização) de veículos produzidos em série, como o Opala/E e o Chevette Minuano e, já sob controle da Engenheiros Especializados S/A lançou uma linha de veículos de relativo sucesso nos anos 80: os “*baja bugs*”, elaborados a partir dos “*Volkswagen Fusca*”.

¹⁴⁶ A versão militar do Hummer era o HMMWV (acrônimo de High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle, viatura de grande destaque na Guerra do Golfo.

como negar o expressivo avanço, num espaço de apenas 15 anos, de uma economia essencialmente agroexportadora para uma pauta diversificada e (também) industrial e ainda, segundo dados do Banco Mundial, com elevada participação de bens de capital e defesa, constituindo a maior parcela comparativamente a Argentina, Índia, Coréia e México¹⁴⁷.

Mas um crescimento dessa magnitude e na velocidade em que se deu nos remete, necessariamente, a questionar os meios que propiciaram tal incremento. Em geral a performance industrial e exportadora do Brasil no período sob escrutínio é vinculada diretamente – e em grande medida – às políticas governamentais de fomento à exportação, bem como aos programas de incentivo industrial e tecnológico, um apoio estatal indispensável e que explica o “sucesso” verificado. Não abordaremos o ferramental utilizado pelo governo brasileiro nesta seção da tese; veremos, nos capítulos que seguem, os principais instrumentos de incentivo e estímulo de natureza fiscal e financeira oferecidos pelo Estado para a indústria em geral e os especificamente voltados para o setor de defesa, tanto para o desenvolvimento industrial e tecnológico quanto para o fomento e apoio a atividade exportadora.

Em sua tese de doutorado, Carol Evans¹⁴⁸ informa que, desde o início dos anos oitentas, o governo brasileiro procurou aumentar sua receita de exportações, como um mecanismo para mitigar os efeitos negativos dos dois “choques do petróleo” e da elevação do serviço dívida externa no balanço de pagamentos, destacando os esforços promovidos pela CACEX no financiamento dos exportadores e, recorrendo a Venilton Tadini, anota que:

O apoio governamental tornou-se indispensável, através de uma política consistente e estável, que visa prover o setor dos instrumentos necessários para a promoção de seus produtos no mercado internacional. Esta política teve como objetivo reduzir as dificuldades e minimizar os altos custos da procura por novos mercados que as empresas enfrentam quando agem isoladamente¹⁴⁹.

Contudo, Carol Evans aponta, com base no modelo econométrico desenvolvido em sua tese de doutoramento (modelo este elaborado especificamente para o setor de defesa)¹⁵⁰,

¹⁴⁷ Conforme Evans, 1994, pp. 264-265.

¹⁴⁸ EVANS, 1994, pp. 270-271.

¹⁴⁹ TADINI, Venilton. *O Setor de Bens de Capital Sob Encomenda: Análise do Desenvolvimento Recente (1974/1983)*. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, 1986, p.107. Apud Evans, 1994, 0. 270. Tradução do autor. No original: Government support becomes indispensable, through a consistent and stable policy, that aims to provide the sector with the necessary instruments for the promotion of its products in international trade. This policy would like to have as its objective reducing the difficulties and minimising the high costs of finding new markets that confront firms when they act in isolation.

¹⁵⁰ Para o modelo econométrico proposto pela autora, suas interpretações e conclusões, ver: EVANS, 1994, pp. 97-109.

para o “efeito insignificante das políticas governamentais de promoção de exportações sobre as empresas produtoras de defesa.”¹⁵¹ A autora compilou dados de 94 empresas exportadoras de bens de capital e defesa, identificando que a demanda mundial, seguida da reputação dos produtos exportados, foram os principais motivos do êxito empresarial exportador, estabelecendo baixíssima relevância para o papel do Estado em tal missão.

Para corroborar os resultados de sua análise quantitativa, recorreu a estudos do Banco Mundial e de William Tyler¹⁵², que analisam o desempenho das exportações brasileiras em geral, sugerindo que “esses incentivos [governamentais], por si só não são suficientemente fortes para explicar o crescimento das exportações de bens de capital.”¹⁵³ Ainda segundo tais análises, a política de exportação brasileira havia basicamente compensado a moeda nacional sobrevalorizada, estabelecendo que o incremento exportador de bens de capital foi produto antes do aumento da produtividade e competitividade do que de iniciativas governamentais, sendo que tais políticas não forneceriam uma explicação adequada da competitividade internacional do setor.

Para Evans (1994, pp. 272-275), o debate sobre a relação causal entre as políticas públicas de fomento e o aumento na exportação de produtos industriais obscureceu uma questão mais importante: a ênfase na diretriz governamental em prol das exportações atuaram como um instrumento para o desenvolvimento industrial e tecnológico, criando um ambiente empresarial favorável, mas não apenas pelos benefícios da inserção em mercados internacionais, mas porque tal participação “exige que as empresas brasileiras ampliem e aprofundem sua capacidade tecnológica.”¹⁵⁴

Tais argumentações merecem questionamento. Em primeiro lugar, considerar que a demanda mundial é o primeiro e principal motivo para o êxito exportador é uma proposição contingente e, sendo assim, é variável incontrolável para qualquer agente (ignorando aqui as propostas que defendem a possibilidade de “criar mercado” ou “criar necessidade”, algo que, para o nosso estudo, pode ser descartado). Mas, como toda condicionalidade, uma vez

¹⁵¹ EVANS, 1994, pp. 270. Tradução do autor. No original: negligible effect of government export promotion policies on defence producing firms. However, international trade economists have tried to demonstrate the linkage of these policies to Brazil's broader manufactured export performance.

¹⁵² Respectivamente The World Bank, *Brazil: Protection and Competitiveness of the Capital Goods Producing Industries*, Report No. 2488 (Washington, D.C.: The World Bank, 1980) e William G. Tyler, *Advanced Developing Countries as Export Competitors in Third World Markets: The Brazilian Experience* (Washington, D.C.: CSIS, 1980).

¹⁵³ EVANS, 1994, p. 271. Tradução do autor. No original: “these incentives by themselves have not been sufficiently strong to explain the growth of capital goods exports.”

¹⁵⁴ EVANS, 1994, p. 275. Tradução do autor. No original: “requires Brazilian firms to broaden and deepen their technological capabilities.”

verificada a possibilidade do evento, ou seja, existir a dita demanda, não seriam justamente os programas governamentais, tidos como quase irrelevantes no processo, o plano de contingência que permite, ou ao menos subsidia consideravelmente, o êxito exportador?

O dilettante exercício de lógica apresentado no parágrafo precedente precisa ser testado. Considerando que a demanda mundial precede a condição de exportar, temos que, preliminarmente, constatar tal necessidade e a possibilidade de atendê-la, algo que, a rigor, não está necessariamente identificado, ao menos não de modo indiscutível. E, uma vez comprovada a satisfação das duas variáveis (necessidade e capacidade) – e aqui temos que sair do domínio da abstração lógica – resta concretizar tal possibilidade, ou seja, criar as condições para que o potencial seja realizado. No capítulo 2 desta tese, teremos a oportunidade de acompanhar uma iniciativa que reproduz, na prática, o raciocínio aqui elaborado, quando poderemos refletir se a ação do Estado foi tão irrelevante quanto os estudos apresentados nos sugerem; o mesmo caso servirá também para verificarmos a relevância do Ministério das Relações Exteriores no processo de inserção internacional da indústria de armamentos brasileira.

E, ainda que concordando com a análise do Banco Mundial, quando afirma que a política de exportação brasileira tenha apenas compensado o câmbio sobrevalorizado, resta ainda a questão: sem tal compensação, as exportações seriam viáveis? Caso a resposta seja negativa, tal política não seria importante, mas indispensável; por outro lado, caso afirmativa, significa que os exportadores em potencial aguardavam algum estímulo para iniciar o processo de vendas externas e, nesse caso, mais uma vez, a proposta estatal de promoção comercial teria sido o elemento decisivo. Ao que tudo indica, sem a presença do Estado, dificilmente teríamos vivenciado o exponencial incremento do comércio exterior brasileiro na pauta industrial.

Pontuamos que, para a professora do USAWC, o debate acerca da relação causal entre as políticas de incentivo e o incremento da exportação de manufaturados ofuscaram a importância que tais políticas tiveram na criação das condições favoráveis para o desenvolvimento industrial e tecnológico, provocando as empresas brasileiras no sentido de ampliar e aprofundar sua capacidade tecnológica, o que conduz ao segundo ponto apontado como fundamental para o êxito exportador: a reputação dos produtos exportados.

Adicionalmente, Evans identifica que os programas de Ciência e Tecnologia emanados do poder central foram, efetivamente, a chave para a decolagem das indústrias brasileiras do setor. Concordamos com a importância das políticas públicas de C&T, embora

elas continuem a corroborar a centralidade da participação estatal no sucesso dos empreendimentos abordados; continuemos com a tese de Carol Vervain Evans.

A autora destaca a competitividade das empresas brasileiras e, para introduzir sua análise sobre o tema, busca amparo no Relatório do Comitê para Ciência, Política e Tecnologia da OCDE (de 1983), asseverando que:

A competitividade internacional de uma economia nacional está baseada na competitividade das empresas que operam dentro e exportam a partir de seus limites, e é, em parte, uma expressão do dinamismo e da vontade de competir das empresas, de sua capacidade de investir e de inovar, ambas sendo tanto uma consequência de sua própria P&D quanto da apropriação bem-sucedida de tecnologias externas.¹⁵⁵.

Assim, Carol Evans sustenta que “o bem-sucedido surgimento e a competitividade internacional das indústrias de defesa [brasileiras] foi um subproduto quase acidental das atividades de manufatura e P&D das empresas de bem de capital.”¹⁵⁶ Para esta autora, as empresas surgidas neste processo planejaram conscientemente a combinação de recursos nacionais e estrangeiros, estratégia que contribuiu para, progressivamente, aumentar a sofisticação tecnológica de seus produtos e ampliar suas exportações. Para a professora do USAWC “o impacto do Estado brasileiro em promover um ambiente propício para suas empresas tem se limitado às suas políticas de tecnologia e comércio.”¹⁵⁷, acrescentando que:

De fato, o desenvolvimento das empresas de defesa do Brasil não têm sido nem totalmente independente de políticas governamentais, nem elas evoluíram principalmente como consequência de tais intervenções governamentais diretas.¹⁵⁸.

Podemos concordar que o desenvolvimento das empresas do setor militar possa estar de acordo com a proposta da autora, embora seja importante anotar que sua gênese foi quase que exclusivamente de inspiração estatal, como veremos nos próximos capítulos. Mas,

¹⁵⁵ EVANS, 1994, p.19. Tradução do autor. No original: The international competitiveness of a national economy is built on the competitiveness of the firms which operate within, and export from, its boundaries, and is, to a large extent, an expression of the will to compete and the dynamism of firms, their capacity to invest, to innovate both as a consequence of their own R&D and of successful appropriation of external technologies.

¹⁵⁶ EVANS, 1994, p. 262. Tradução do autor. No original: the successful emergence and international competitiveness of the defence industries was an almost accidental byproduct of the manufacturing and R&D activities of the capital goods firms.

¹⁵⁷ EVANS, 1994, p. 262. Tradução do autor. No original: The impact of the Brazilian state in shaping a conducive environment for its firms has been limited to its technology and trade policies.

¹⁵⁸ EVANS, 1994, p. 262. Tradução do autor. No original: Indeed, the development of Brazil's defence firms has been neither fully independent of government policies, nor have they evolved primarily as a consequence of such direct government intervention.

embora a afirmação de Evans sobre o impacto da intervenção estatal seja passível de críticas – de fato, precisamos ter cuidado com a observação da autora – é importante lembrar que seu estudo é comparado (com a Índia principalmente, embora, em alguns momentos, faça incursões em outros países em desenvolvimento). Nesse sentido, Evans sustentou que o desenvolvimento tecnológico bem-sucedido requer o acesso a recursos tecnológicos estrangeiros e, citando como exemplo a EMBRAER, assevera que a utilização complementar da tecnologia estrangeira, “através de acordos de licenciamento e coprodução, permitiu o estabelecimento precoce de produtos competitivos internacionalmente, o que não foi possível com a estratégia mais autárquica da Índia.”¹⁵⁹

O que a cientista política norte-americana destaca, e isso é importante, é que não obstante o interesse estratégico das companhias aqui abordadas, bem como as demandas e solicitações exigidas pelo Estado, a capacidade de pesquisa, seleção, absorção e domínio das tecnologias estrangeiras – o modo de *como e o que fazer* – partiu de esforços conscientes das próprias empresas. De fato, ainda que em muitas ocasiões os equipamentos e produtos desenvolvidos tivessem origem nas necessidades internas (e aqui cabe antecipar que o principal produto da AVIBRÁS, o Sistema *Astros*, só foi demandado pelas FA muito depois das vendas internacionais, como veremos no curso da tese), houve relativa liberdade nos métodos para atender ao solicitado.

É provável que a percepção da necessidade de buscar o mercado externo como único meio de adquirir escala suficiente para o sucesso dos projetos – uma vez que o consumo doméstico era sabidamente insuficiente – tenha colaborado para a, ainda que parcial, autonomia decisória das empresas. Para Carol Evans, tais estratégias, especialmente as de cunho tecnológico, tornaram as “empresas brasileiras muito mais inovadoras e competitivas do que suas contrapartes, pois proporcionam aprendizagem de longo prazo.”¹⁶⁰

A professora norte-americana sustenta ainda que, no Brasil, “políticas de absorção e desenvolvimento de tecnologia têm sido promovidas (...) em grande medida pela consciência da importância estratégica da tecnologia para a autonomia política e econômica”¹⁶¹, concluindo que a conjugação:

¹⁵⁹ EVANS, 1994, pp. 262-263. Tradução do autor. No original: via licensing and coproduction arrangements, permitted the early establishment of internationally competitive products, which has not been possible under India's more autarkic strategy.

¹⁶⁰ EVANS, 1994, p. 263. Tradução do autor. No original: Brazilian firms are far more innovative and competitive than their counterparts because their technology strategies provide for longer-term learning.

¹⁶¹ Tradução do autor. No original: In Brazil, technology absorption and development policies have been promoted (...) largely out of an awareness of the strategic importance of technology for political and economic autonomy,

de uma política de tecnologia explícita, com consequências tecnológicas implícitas nas políticas industriais e de comércio, levaram a ampliação das exportações de manufaturados brasileiros com tecnologias relativamente avançadas incorporadas.”¹⁶²

Prosseguindo na relação entre firmas e C&T, Evans identifica que as empresas brasileiras utilizaram o licenciamento e outros *acordos de transferência de conhecimento* pela sua utilidade e, em alguns casos, como “condição necessária para a diversificação e transferência para linhas de produtos mais complexas, mas tecnologicamente relacionadas.”¹⁶³ (EVANS, 1994, p. 309). Segundo a autora, as empresas brasileiras focaram claramente na “assimilação das tecnologias estrangeiras adquiridas” e, com base nelas, construíram novas aplicações e moveram-se paulatinamente para níveis mais elevados e específicos de uso, movimento extremamente importante, uma vez que tal estratégia de absorção tecnológica “realmente condiciona o uso bem-sucedido de uma licença”¹⁶⁴.

Tal estratégia, para Carol Evans, é benéfica para as empresas por vários motivos, destacando três: 1) diminui as incertezas técnicas e econômicas próprias ao desenvolvimento de novos produtos, permitindo que elas se concentrem no seu negócio principal; 2) se uma empresa tem capacidade tecnológica independente, ela pode transferir o conhecimento para outras áreas da indústria e, 3) redução de prazos, uma vez que o desenvolvimento de um projeto novo é, via de regra, um processo demorado, principalmente quando o produto final está sujeito a requisitos de alto desempenho.

A centralidade do papel das “firmas” no processo de constituição do parque industrial militar brasileiro, especialmente em seu segmento de armas, conduz a autora a conclusão de que: “o rápido surgimento e sucesso de exportação das indústrias brasileiras de armamento durante a década de 1980 resultou das próprias estratégias das empresas”¹⁶⁵ (EVANS, 1994, p. 79), entendimento contrário ao que a autora considerou a “sabedoria convencional”, expressa por alguns autores e que sustentava a centralidade do papel governamental nos resultados alcançados pelo setor; como veremos no decorrer dos capítulos, a autora subestimou a importância da promoção comercial e a intervenção do governo, embora as

¹⁶² EVANS, p. 283. Tradução do autor. No original: The coupling of an explicit technology policy, with implicit technological consequences of industrial and trade policies, has led to the expansion of exports of Brazilian manufactured goods incorporating relatively high technologies.

¹⁶³ Tradução do autor. No original: “a necessary condition for diversification and shifting into more complex, but technologically related product lines.”

¹⁶⁴ EVANS, p. 310.

¹⁶⁵ Tradução do autor. No original: the rapid emergence and export success of Brazil's arms industries during the 1980s resulted from firms' own strategies.

empresas, particularmente a ENGESA, tenham contribuído significativamente para o êxito do esforço exportador.

Para Evans, a dependência do auxílio estatal surgiria apenas a partir do início da década de noventa, quando:

Algumas empresas de defesa do país começaram a passar por severas restrições econômicas, em alguns casos tornando-as mais suscetíveis e abertas à assistência governamental. O motivo da recente mudança em direção à coordenação e a cooperação nas relações empresas-governo decorre do fato de, em virtude do destaque internacional adquirido, muitas das empresas de defesa são consideradas agora ativos estratégicos nacionais.¹⁶⁶

A cientista política norte-americana sustenta ainda que, para Brasília:

o valor dessas empresas era mensurado em termos do potencial de sua receita exportadora, elevada capacitação tecnológica, força de trabalho sindicalizada e altamente qualificada e por estar majoritariamente concentrada no industrializado e politicamente poderoso estado de São Paulo.¹⁶⁷

A autora concluiu sua pesquisa em 1993, ano em que o projeto de construção de potência brasileira imaginada quando da implantação do regime militar, em sua manifestação de segurança e defesa, foi solapada, em grande medida, pelos acontecimentos políticos internos e externos, mas que ocorreu também em virtude da inabilidade das próprias empresas, tanto na leitura da mudança no ambiente político institucional quanto por equivocadas decisões estratégicas e gerenciais. Mas devemos considerar que, no prazo em que a professora norte-americana encerrou seu trabalho, tais fatos ainda não estavam claramente delineados.

Contudo, a tese defendida por Carol Vervain Evans nos mostra que as iniciativas brasileiras no setor bélico não eram tão insignificantes para os agentes externos quanto seus detratores gostam de proclamar. Sua pesquisa tem ainda o mérito de iluminar aspectos negligenciados nos estudos sobre o tema, como os apontados pela própria autora:

¹⁶⁶ EVANS, 1994, pp. 79-80. Tradução do autor. No original: some of the country's defence companies began to experience severe economic contractions, in some cases making them more susceptible and open to government assistance. The reason for the recent shift towards coordination and cooperation in firm-government relations stems from the fact that, having gained international prominence, many of the defence firms are now considered national "strategic" assets by the Brazilian government.

¹⁶⁷ Tradução do autor. No original: These companies' perceived value to the government in Brasilia is measured in terms of their export revenue potential, high technology capability, large and highly skilled, unionized workforce, and huge concentration in the industrial and politically powerful state of Sao Paulo.

Nem os argumentos político-estratégicos, nem os fundamentos da economia explicam satisfatoriamente o ímpeto e os traços distintivos da produção brasileira de defesa. A interpretação da [ciência] política, ainda que procure introduzir uma visão pluralista do “Estado” (por exemplo, militares, indústria e multinacionais) é indiscutivelmente reducionista. Ou seja, presume que as preferências do Estado e da indústria de defesa são uniformes e que existe grande homogeneidade dentro do próprio setor de defesa. Essas explicações, portanto, negligenciaram qualquer análise do comportamento da empresa e assumiram que as políticas governamentais afetaram igualmente as várias indústrias – aeronáutica, construção naval, mísseis e veículos blindados¹⁶⁸.

Renato Dagnino, refletindo a partir da mesma base de Carol Evans – o estabelecimento da indústria militar no Brasil – centra sua análise nos efeitos socioeconômicos que o estabelecimento de tal segmento produziu no país, ponderando ainda sobre sua real dimensão e, ao contrário da professora da USAWC, entende que o Estado é o real artífice da trajetória ascendente do setor, minimizando a importância das firmas no processo.

Crítico severo do que denominou Indústria de Armamentos Brasileira (IAB), nomenclatura adotada para negar a existência de um Complexo Industrial Militar no país, Dagnino apresenta, logo ao início de sua tese, o cerne de sua análise¹⁶⁹:

O gasto militar diferencia-se de qualquer outro gasto na medida em que os bens e serviços que gera não contribuem em si mesmos para aumentar o nível de vida da população, e tampouco para uma expansão da capacidade produtiva, ao contrário, por exemplo, dos bens de capital, com os quais se assemelha do ponto de vista material e tecnológico. Seu efeito econômico se dá através da arrecadação de impostos subtraídos do potencial de consumo e de poupança da economia, e da mobilização desses recursos para o pagamento dos salários do pessoal das Forças Armadas, dos empregados da indústria de armas, e dos dividendos dos seus acionistas, assim como dos bens de capital e das matérias primas. Por isso, o seu efeito, restringe-se ao curto prazo.

E, adequando sua crítica comparativamente ao modelo de Keynes assevera que¹⁷⁰:

¹⁶⁸ EVANS, pp. 85-86. Tradução do autor. No original: Neither the strategic/political arguments nor the economic rationales, however, satisfactorily explain the impetus behind Brazilian defence production and its distinctive features. The political interpretation, while it attempts to introduce a pluralist view of the "state" (e.g. military, industry and MNCs), is arguably reductionistic. Namely, it presumes that state and defence industry preferences are uniform, and that there exists great homogeneity within the defence sector itself. Such explanations have thus neglected any analysis of firm-level behaviour, and have assumed that government policies affect equally the various industries -- aircraft, shipbuilding, missiles, and armoured vehicles.

¹⁶⁹ DAGNINO, 1989, p. 31 -Grifo nosso.

¹⁷⁰ DAGNINO, 1989, p. 32.

Na medida em que não gera capacidade produtiva adicional no longo prazo (a não ser a da própria indústria de armamentos), o investimento realizado na aquisição de armamentos, não produz o “efeito acelerador keynesiano” que poderia levar, a longo prazo, a uma crise de superprodução ou de falta de demanda efetiva. Assim, melhor que qualquer outra despesa pública (cavar e tapar buracos à parte), o gasto militar satisfaz os requisitos do esquema keynesiano. Ele tem apenas um efeito de curto prazo, tornando desnecessária qualquer preocupação com eventuais desajustes futuros. Essas características tornaram evidente o seu potencial de utilização como regulador anticíclico.

Estes excertos já permitem que façamos uma primeira observação: fica claro que a tese de Dagnino utilizará considerações eminentemente econômico-financeiras para avaliar o resultado (e as motivações) da decisão de investimento nas indústrias de material de emprego militar. Em sua tese, o professor da UNICAMP assevera que o dispêndio em produção de material militar (em qualquer país) é, em última análise ineficiente, não produz externalidades justificáveis para a “economia civil” e, por fim, poderia conduzir a uma queda no desempenho econômico. ‘Recorrendo a autores (críticos e defensores da manutenção do gasto militar ou do estímulo à indústria de armamentos), procurou demonstrar, em bases comparativas, que os “indicadores de desempenho apresentados pelas economias japonesa e alemã, *vis-à-vis* à norte-americana ou britânica, são apontados como elementos comprobatórios dessas análises.’¹⁷¹

Mais adiante, ainda vinculando os dispêndios em P&D militar com o desempenho econômico dos países, nota que ganhava corpo a ideia de relação causal entre a parcela do gasto público de C&T em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias bélicas e a retração das economias centrais. Nas palavras de Dagnino¹⁷²:

a queda da vitalidade das economias dos países centrais massivamente produtores de armamentos não estaria determinada apenas por uma razão ‘econômica’, entendida esta como relativa a manipulação dos recursos destinados às distintas categorias de gasto (consumo, investimento, etc) ou aos distintos setores para os quais se orienta (educação, infraestrutura, etc). Mais importante do que esta, a condicionante crucial da tendência a ‘degenerescência’ seria o esforço dedicado a P&D militar e o tipo de tecnologia desenvolvida a partir do mesmo.

Estabelecendo que ganhos de produtividade são um indicador-chave para a “vitalidade” das economias nacionais, o autor em tela apresenta uma comparação entre dados

¹⁷¹ Dagnino, 1989, p. 55.

¹⁷² DAGNINO, 1989, p. 79. Grifo nosso.

de selecionados países que sugeriria “a existência de uma relação inversa entre o esforço em P&D militar e o crescimento da produtividade”¹⁷³. Observemos a tabela abaixo (Figura 7), cotejando os elementos indicativos citados por Dagnino.

Figura 4 – “Tabela de Gastos em P&D, P&D militar e produtividade”

	P&D/PIB -1970/79 (%)	P&DMil/PIB 1970/79 (%)	Crescimento da Produtividade (1970=100)
Japão	1,9	0,1	190
RFA	2,3	0,3	160
França	1,8	0,5	155
Inglaterra	2,1	0,6	125
EUA	2,3	1,0	125
URSS	3,5	1,2	180

Fonte: De Grasse, 1983, apud Dagnino, 1989, p. 81

Com base nos parâmetros apresentados, realmente parece existir a correlação expressa, mas convém refletirmos um pouco mais sobre as conclusões daí advindas. Devemos recordar que a tese aqui estudada foi publicada em 1989, portanto sujeita a imperativos próprios daquele momento e dos movimentos dele tributários; feita a ressalva, passemos aos pontos abordados. De fato, a reação aos dispêndios governamentais com o denominado Complexo Industrial-Militar dos EUA avolumava-se, desde o final dos anos sessentas, junto à opinião pública norte-americana. Uma geração que crescera na oposição a Guerra do Vietnã e reagia aos usos destrutivos da tecnologia patrocinada pelo Estado, bem como o temor com as consequências da suicida escalada nuclear entre as superpotências¹⁷⁴, provavelmente impulsionou produções que orientavam seu discurso no sentido oposto aos gastos com segurança e defesa.

¹⁷³ DAGNINO, 1989, p. 81.

¹⁷⁴ Sobre o tema, ver: ROLAND, Alex. *The military-industrial Complex*. Washington, DC: American Historical Association, 2001.

Quanto as vantagens do não investimento em indústria de defesa no Japão e na Alemanha, também cabem algumas ponderações. Em primeiro lugar, no bojo da derrota na Segunda Guerra Mundial, a Constituição do Japão (Capítulo, art. 9) renunciava “para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação”, acrescentando que “as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida.”; foram estabelecidas Forças de Autodefesa e os EUA como “garantidores” da integridade nacional (e financiadores da reconstrução, através do Plano Colombo), mas, e isto é importante destacar, a renúncia era sobre ações de guerra ofensiva e de conquista; vale frisar, ainda, que as Forças de Defesa do Japão eram bem equipadas, contando com uma das maiores marinhas e força aérea do Pacífico (o Exército, de fato, era bem reduzido) . Porém, nos últimos anos, cada vez mais empresas japonesas direcionam investimentos e atividades na indústria de material militar; a joint-venture entre a *Mitsubishi* e a *Lockheed Martin*, na produção de aviões de caça e as iniciativas da *Toshiba* no setor de defesa e sistemas eletrônicos são apenas dois exemplos do citado e, adicionalmente, já são ventiladas notícias dando conta de que o Japão planeja entrar no mercado exportador de armamentos de grande porte.

Quanto a República Federal Alemã (RFA), de fato, assim como no Japão, a confiança no guarda-chuva norte americano também influenciava o nível dos gastos de defesa, com as suas Forças Armadas chegando mesmo a ser consideradas, atualmente, dotada de equipamentos obsoletos e insuficientes¹⁷⁵. Porém, como teremos oportunidade de ver no curso da tese, não podemos dizer que o investimento em materiais de emprego militar e segurança estivessem fora da pauta da “Alemanha Ocidental”, embora, por força de lei, o país impusesse uma série de restrições e proibições para a exportação de equipamentos bélicos. Mas a situação vem se alterando e, em maio de 2017, a chanceler Angela Merkel afirmou que “os tempos em que poderíamos depender totalmente dos outros estão acabando.”¹⁷⁶. E, em 2019, a Alemanha lidera o aumento de gastos militares do continente europeu¹⁷⁷.

Por fim, sempre recordando que a tese de Dagnino foi defendida em 1989, temos o quadro que relaciona proporção dos gastos em P&D militar e produtividade, considerada esta, acompanhando o estudo apresentado, indicador-chave da vitalidade econômica. De imediato,

¹⁷⁵ Com a conflagração entre Rússia e Ucrânia, deflagrada em 24 de fevereiro de 2022, elevaram-se consideravelmente as previsões de gastos militares na Alemanha.

¹⁷⁶ Portal BBC News Brasil, 6 de maio de 2018. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-43992211, acesso em 30/12/2018.

¹⁷⁷ Vale ressaltar que as capacidades de fabricação local de navios, submarinos, carros de combate e caças eram bastante conhecidas já na época da publicação da tese de Dagnino; no correr desta tese teremos condições de avaliar um caso específico de tal capacidade.

talvez seja fundamental para a vitalidade econômica, mas, talvez, não garanta a sobrevivência; o Estado apresentado na tabela com maior índice de investimento em P&D (civil e militar) foi também o que apresentou o segundo melhor “crescimento de produtividade” mas, menos de cinco anos após a publicação já não existia mais. Por outro lado, o Japão, naqueles idos da década de 80 (e parcialmente nos primeiros anos da seguinte) era considerado o grande exemplo e futura maior potência do mundo, com o “estilo japonês” ganhando fama e adeptos nas principais escolas de administração; as relações entre gasto com P&D militar e PIB, durante boa parte deste período não foi alterada, mas o país já não é mais considerado um modelo a seguir. Outro país, a China, neste momento, é apontada como o novo “gigante asiático”, aumentou, pelo 25º ano consecutivo, consumindo aproximadamente 2% do seu PIB em gastos militares¹⁷⁸ (pelos dados oficiais, contestados por diversas fontes), lembrando que o PIB chinês acelerou fortemente nos últimos anos, o que seguramente reduz o impacto percentual e a percepção do incremento. Os gastos mundiais para 2019 representaram aproximadamente 2,2% do PIB planetário¹⁷⁹; o Brasil dispendeu 1,5% de seu produto interno no mesmo ano.

O aparte apresentado nos parágrafos acima procurou colocar em perspectiva diacrônica relações que estão sujeitas a mudanças significativas, chamando a atenção para o cuidado que devemos ter ao estabelecer uma análise numérica (ou quantitativa) como forma de corroborar conclusões qualitativas, especialmente quando relacionadas a decisões políticas e vinculadas ao sistema de poder mundial, e a precaução deve ser redobrada quando reduzimos as variáveis a poucos - no caso a um ou dois - elementos. Por vezes, uma informação baseada em números escamoteia outros relevantes dados e, sobretudo no campo da História, modelos devem ser – não obstante sua importância enquanto baliza analítica – tomados com redobrada precaução.

Mas a tese de Renato Dagnino é dedicada ao Brasil. Direcionemos nossa atenção ao eixo central de seu alentado trabalho.

Para Dagnino “a primeira vez que foi analisada de maneira sistemática a questão da produção de material bélico no país é em 1916, por ocasião de debates promovidos pelo Clube Militar”¹⁸⁰. Recorrendo às observações do general Castro e Silva nos aludidos debates,

¹⁷⁸ Base de dados do SIPRI, disponível em: basedosdados.org/dataset/sipri-military-expenditure-database, acesso em 8/12/2020.

¹⁷⁹ Conforme comunicado de imprensa do SIPRI, em 27 de abril de 2020. Disponível em: www.sipri.org/media/press-release/2020/global-military-expenditure-sees-largest-annual-increase-decade-says-sipri-reaching-1917-billion, acesso em 18/09/2020.

¹⁸⁰ DAGNINO, 1989, p. 128.

em que este militar elabora a questão da aquisição de “material de guerra” e a importância da produção nacional dos mesmos, tanto para as necessidades das FA quanto para aprimorar outros ramos industriais beneficiados pela implantação dos produtores nacionais de armamentos (hoje o general diria *spin off*). Insistindo que tal indústria deveria ser realmente nacional e, preferencialmente, privada; Castro e Silva, de fato, concebeu um modelo um tanto adiante do seu próprio tempo que, para o professor da UNICAMP, apresentavam conceitos realmente inovadores e sensibilizaram parte considerável da corporação castrense: “a ponto de se constituírem, mais de sessenta anos depois, nas normas que pautaram o desenvolvimento recente da indústria de armamentos brasileira.”¹⁸¹

Podemos concordar que o General Castro e Silva tenha elaborado um pensamento e uma proposta de ação um tanto avançada para sua época e, muito provavelmente, suas ideias inspiraram – direta ou indiretamente – formuladores e teóricos das gerações que o sucederam; muitas das propostas exaradas da ESG e a própria execução das iniciativas de estabelecimento das indústrias de defesa no regime militar parecem corroborar a tese defendida no Clube Militar. Contudo, Renato Dagnino afirma que tais propostas constituíram “mais de sessenta anos depois” a pauta que norteou o desenvolvimento da indústria de armas militares no Brasil e tal afirmação incorre, a meu ver, um equívoco recorrente nas análises do período: estipulam que o desenvolvimento da indústria de material militar observável durante o regime militar, notadamente no quesito armamento, é tributária da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEN, instituída, como veremos, em 1975). Por sinal, o próprio Dagnino define a data aqui aludida, quando, explorando um pronunciamento de Theobaldo de Nigris (presidente da FIESP), identifica o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) com foco específico no suprimento das forças de segurança (portanto, mercado interno), afirmando que o mercado exportador não era, no âmbito da FIESP, importante. Ainda segundo Dagnino¹⁸²:

o mercado externo não era considerado pelos empresários como um instrumento importante para o estabelecimento da IAB. É numa fase bastante posterior, que denominamos “fase da exportação”, e que se inaugura em 1975, que se estabelece claramente o papel crucial das exportações nesse processo.

Não temos como conferir o que era importante para a FIESP, mas uma coisa podemos afirmar: a entidade industrial paulista não controlava todas as ações empresariais em curso e,

¹⁸¹ DAGNINO, 1989, p. 130, grifo nosso.

¹⁸² DAGNINO, 1989, p. 153 – grifo nosso.

menos ainda, o que era planejado nos escalões militares em Brasília. Mesmo considerando o GPMI, sem dúvida muito importante enquanto aglutinador para o golpe e na organização de uma célula industrial para o setor de material militar, devemos atentar para o fato de que as principais empresas que atuaram no setor não eram integrantes originais do Grupo Permanente de Mobilização Industrial.

Teremos oportunidade de acompanhar que a ideia de constituir um parque industrial militar é muito anterior e as ações para construí-lo foram iniciadas quase uma década antes do estabelecimento daquela política de exportação; a bem da verdade, como também veremos, a PNEMEM é antes fruto que semente da constituição de uma Indústria Nacional de Equipamento Militar com interesse exportador; além disso, considero que o quesito “Segurança” (do já conhecido binômio “segurança e desenvolvimento” presente na DSN) ultrapassa a produção de equipamentos militares e armas.

Nesse sentido, acompanho o proposto por Renato Dagnino, que elaborou uma linha de raciocínio que remete a decisão de constituir um parque fabril de armamentos no Brasil a “hipóteses de guerra (aparentemente) aceitas pelos militares brasileiros”¹⁸³, associando a construção de tais cenários de conflitos aos pressupostos presentes na DSN, mais especificamente aos “objetivos nacionais” incorporados naquele corpo doutrinário; de fato, definir situações de conflito potencial é parte do trabalho de estrategistas militares, ainda que não sejam, na ótica do economista da UNICAMP, integrantes dos citados “objetivos nacionais”. Dagnino elenca as conjecturas de confronto que, na sua avaliação, fariam parte preocupações do Estado Maior brasileiro; destaco as que considero mais importantes e que transparecem claramente na documentação consultada para esta tese¹⁸⁴:

- 1) a guerra revolucionária interna (de guerrilhas);
- 2) conflitos entre países da América Latina;
- 3) entre países da América Latina, caso algum deles fosse “ameaçado, a nível interno, por um movimento ‘subversivo’ ‘anti-norte-americano’; ”
- 4) “guerra com potências médias”, [neste caso Dagnino evoca o caso das Malvinas];
- 5) “guerra no Atlântico Sul. A presença soviética no sul da África e a cada vez maior importância dessa zona para transporte de mercadorias a torna sensível, principalmente do ponto de vista das grandes potências.

Para o professor da UNICAMP as concepções geopolíticas que conduzem a tais “hipóteses de guerra” fazem com que a Doutrina de Segurança Nacional se apresente como

¹⁸³ DAGNINO, 1989, p.138.

¹⁸⁴ DAGNINO, pp. 139-140.

elemento fundamental na orientação dos esforços de desenvolvimento, conferindo importância central para a Escola Superior de Guerra e do pensamento de Golbery do Couto e Silva no enfrentamento de tais questões, refletidas na ênfase para a criação e aprimoramento da indústria de material bélico brasileira. Assim, Renato Dagnino anota que¹⁸⁵:

Embora o conceito de ‘segurança e desenvolvimento’ já tivesse sido formulado e levado à prática anteriormente, é com os ensaios escritos por Golbery do Couto e Silva, desde 1952, e compilados no célebre livro Geopolítica do Brasil (Silva, 1967). que adquire sua forma ‘acabada’, ou pelo menos mais conhecida.

Para o professor da UNICAMP a ESG foi o organismo que, além desenvolver e difundir a Doutrina de Segurança Nacional, foi o “formador da consciência das elites militares e civis brasileiras” (Dagnino, 1989, p. 147), aproximando-se, neste sentido, ao proposto por José Murilo de Carvalho¹⁸⁶, que identificou a sistematização de um projeto de nação, elaborado pelo estamento militar e apoiado principalmente pela elite civil urbana e industrial, mas também por políticos e intelectuais¹⁸⁷. Para Murilo de Carvalho¹⁸⁸:

A aliança das Forças Armadas com setores da burguesia, apenas esboçada antes, agora se tornou nítida. A ESG e órgãos como o IPES serviram de instrumentos ideológicos e práticos na aproximação da elite militar com as elites econômicas. Seria exagero dizer que as Forças Armadas se tornaram instrumentos dos interesses empresariais, mas pela primeira vez os empresários encontraram nelas um parceiro confiável.

Compartilho em grande medida com a avaliação dos autores, notadamente com Murilo de Carvalho, no papel desempenhado pela Escola Superior de Guerra (e ao pensamento geopolítico a ela subjacente), não exatamente como “formadora da consciência”, mas como integradora de uma concepção de Estado e sociedade, elitista, sem dúvida, mas voltada para um certo tipo de desenvolvimento econômico e de posição do Brasil no mundo. Por outro lado, Renato Dagnino destaca o que, em sua avaliação, “constitui um aspecto contraditório da atuação da ESG, no que se refere a implantação da indústria de armamentos no Brasil.”¹⁸⁹,

¹⁸⁵ DAGNINO, 1989, p. 147. Grifo no original.

¹⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

¹⁸⁷ CARVALHO (2005), pp. 38-90.

¹⁸⁸ CARVALHO, 2005, p. 117.

¹⁸⁹ DAGNINO, 1989, p. 147.

distinguindo uma situação paradoxal de “subordinação aos EUA, por um lado, e da realização de esforços visando a autonomia, por outro (...)”¹⁹⁰.

Segundo o autor da tese aqui discutida, um dos polos da contradição presentes nas formulações da ESG, é a que advogava a tese de aliança preferencial com os EUA (e, na opinião de Dagnino, constitutiva da corrente mais importante do pensamento militar brasileiro), fato que determinou “uma política de aproximação e influência deste país na definição dos rumos do desenvolvimento brasileiro”¹⁹¹, sendo o segundo polo da contradição implícita:

no ideário da ESG [a que] se relaciona às implicações que o pensamento geopolítico, a Doutrina de Segurança Nacional e o ‘binômio segurança e desenvolvimento’ têm sobre a constituição das bases para a consecução do objetivo de transformar o Brasil na ‘grande potência’ do futuro e, especialmente, sobre o do aparelhamento das FFAA. (DAGNINO, 1989, p. 149).

Explicitando a contradição do pensamento *esguiano*, Dagnino entende que o esforço modernizador presente nas formulações da ESG pressupunha a adoção de modelos que conduziam ao tratamento privilegiado das indústrias e do capital multinacional, bem como a adoção de tecnologias estrangeiras, mas que, por outro lado, “o ‘projeto de Brasil grande potência’ supunha um grau de autonomia e uma preocupação com a constituição de uma infraestrutura local de atendimento à demanda tecnológica significativamente maiores.”¹⁹². Asseverando que tal “contradição” foi encontrada em outros domínios que não faziam parte da indústria de material bélico, concluiu que:

O caso do impulso concedido pelos militares, principalmente durante a década de 1970, à constituição da estrutura científica e tecnológica do país, ao mesmo tempo que era estimulada a importação de tecnologia, inclusive pelas empresas estatais, constitui uma manifestação inequívoca dessa contradição.”¹⁹³

É interessante notar como, nesse caso (como em quase todos os outros), a tese de Dagnino vai de encontro ao proposto por Carol Evans. Para a autora norte-americana, a transferência de tecnologia (ou mesmo sua importação) foi um mecanismo bem calibrado e eficiente para a eficiência da indústria de armamentos brasileiras e para o desenvolvimento

¹⁹⁰ DAGNINO, 1989, p. 148.

¹⁹¹ DAGNINO, 1989, p. 147.

¹⁹² DAGNINO, 1989, p. 149.

¹⁹³ DAGNINO, 1989, p. 149.

autóctone de novos produtos, superando etapas que consumiriam muito tempo para serem desenvolvidas autonomamente; por seu turno, Renato Dagnino entende o mecanismo de aquisição de conhecimento e conteúdo tecnológico pela via de importação como contraditório com a alegada busca de autonomia propalada pela ESG. São concepções diversas, mas que não se anulam; são variáveis que dependem da decisão e da urgência do agente e, neste ponto, ambos autores não levaram em consideração exatamente o componente *tempo*, fundamental para um regime que buscava constantemente sua legitimação *via realizações*, pois, além de um projeto para o país, uma ditadura não se sustenta apenas pela coerção a ela inerente: tão importante quanto a força, o convencimento da opinião pública de que está produzindo mais e melhor do que uma alternativa “democrática” compõe, igualmente, um alicerce legitimador.

Poderíamos afirmar que, na concepção dos generais-presidentes, *o Brasil tinha pressa* e, assim, projetos de longa maturação não atenderiam a seu interesse. No caso da indústria de armamento, os processos de desenvolvimento e produção são usualmente dilatados, como observa Dagnino¹⁹⁴:

O processo de aquisição de um armamento (...) é composto por uma série bem determinada de eventos. Trata-se de programas de execução complexa, nos quais podem estar envolvidos milhares de pessoas, que abarcam uma grande quantidade de atividades de caráter bastante diversificado, e que costumam ter uma duração de 10 a 15 anos [entre o desenvolvimento de um novo sistema de armas e sua efetiva produção].

Os prazos apresentados no excerto coincidem com os estimados pela maioria dos autores que trabalham o tema e nos permite aduzir que são, em geral, intervalos temporais corretos. Assim sendo, forçoso seria reconhecer que o lapso temporal entre as principais iniciativas da ENGESA (oito anos entre o início de projetos de VBR's e sua primeira venda externa) e, ainda mais da EMBRAER (em média seis anos entre a fundação da empresa e a produção/entrega bem-sucedida de aeronaves) foram realizações muito acima da média mundial; porém, tais métricas seriam inatingíveis sem a importação e processos de transferência de tecnologia adotadas na estratégia dessas empresas e parecem confirmar que este mecanismo, ao menos na lógica da *pressa em realizações*, constituiu decisão acertada.

Em sua tese, Renato Dagnino tece contundentes críticas ao estabelecimento da Indústria de Armamentos Brasileira (IAB), ainda que reconheça:

¹⁹⁴ DAGNINO, 1989, p.64.

O êxito que o Brasil parece ter alcançado na produção e, principalmente, na exportação de armamentos [e que], tem causado surpresa em todo o mundo, mesmo entre as pessoas familiarizadas com as típicas contradições dos processos de desenvolvimento de países do terceiro mundo.¹⁹⁵

Tais contradições, para Dagnino, configuram-se no domínio dos setores mais importantes da economia pelas empresas transnacionais e pelo desenvolvimento tecnológico baseado na importação, fatos que, segundo o autor, determinam o modelo de desenvolvimento vigente à época, no Brasil e no conjunto dos países periféricos e que, no setor de armamentos vinha apresentando um modelo atípico. Conforme o professor da UNICAMP: “empresas nacionais, dotadas de um razoável grau de autonomia tecnológica, são as responsáveis pelo suprimento das FFAA brasileiras e por exportações realizadas para mais de 50 países.”¹⁹⁶

Prosseguindo em sua análise, Dagnino pondera que:

Este resultado não seria tão inesperado se se tivesse presente o conjunto de determinantes políticas, e as consequentes medidas governamentais, relativas à produção de armamentos presentes nas quatro últimas décadas. De fato, (...) toda uma política bem articulada, continuada e realista, foi implementada visando a viabilização de uma estratégia tecnológica, produtiva e comercial.¹⁹⁷

Elencando a série de ações estatais levadas a efeito para constituir a IAB, tais como o investimento em recursos humanos (citando explicitamente o CTA, portanto fora da alçada do regime militar), incentivos fiscais para capitalização de empresas, benefícios tributários, reserva de mercado e poder de compra governamental, todas essas iniciativas, segundo o autor “centralizada ao nível do Conselho de Segurança Nacional”, produziram a:

consecução de uma invejável sintonia entre o estabelecimento de mecanismos de apoio, a elevação da capacidade tecnológica do setor, a “complementação” da estrutura industrial do país, e a manutenção de uma atmosfera política de não contestação, e até de apoio, ao setor foram os principais fatores que explicam o sucesso alcançado.¹⁹⁸

Mas tais sucessos, para Dagnino, escamoteavam outras questões que os responsáveis pelo segmento não divulgavam, tais como a sua real dimensão e os custos inerentes aos projetos militares, negando informações que permitissem a análise de custo-benefício

¹⁹⁵ DAGNINO, 1989, p. 284.

¹⁹⁶ DAGNINO, 1989, p. 284-285.

¹⁹⁷ DAGNINO, p. 285.

¹⁹⁸ DAGNINO, 1989, p. 285.

(econômicos e sociais) advindos dos investimentos realizados na indústria armamentista e, ainda mais, para prevenir-se de eventuais críticas, os agentes responsáveis pela IAB orquestravam, desde “meados da década de 1970, uma campanha sistemática para inflar os números das exportações brasileiras de seus produtos.” (DAGNINO, 1989, p. 285). Acrescentando sua observação acerca dos números inflados, assinala que “muito ao gosto dos habitantes do ‘país do futebol’ – explora-se o natural viés sensacionalista da imprensa” e destaca que:

Declarações são capciosamente fornecidas pelas empresas, fazendo com que, por exemplo, a imprensa tenda a noticiar o valor de contratos de fornecimento para outros países, a serem cumpridos durante vários anos, como sendo o valor das exportações daquele ano. Desta maneira, têm sido publicados nos jornais brasileiros em primeira mão, e depois com a ‘criatividade e responsabilidade’ costumeiras, pela imprensa internacional, cifras de exportação que chegam a superar três bilhões de dólares.¹⁹⁹

De fato, as notícias jornalísticas podem ser enquadradas no que Dagnino qualifica como “sensacionalista”; porém, tal situação é exclusividade das notícias acerca da indústria bélica? E, da mesma forma que a cobertura foi positiva, também se mostrou, quando conveniente, igualmente destruidora, replicando inclusive muito dos argumentos presentes em sua tese. Mas o recurso ao material de imprensa nos ajuda, realmente, a ter uma percepção do *estado de espírito* do momento, assim como nos fornece pistas sobre caminhos a seguir, razão pela qual consideramos importante a utilização deste tipo de fonte.

Ademais, ao qualificar o noticiário, creio ser prudente evitar, também de nossa parte, um julgamento que favoreça nossas intenções, algo que seria similar ao suposto viés apresentado pela imprensa; obviamente sabemos que os meios de comunicação procuram colorir sua apresentação de acordo com seus interesses, mas temos de nos cercar de alguns cuidados. Por exemplo, ao criticar a apresentação sobre o valor da exportação “de vários anos” como o montante de um único ano, podemos, de fato, arguir sobre a natureza *ardilosa* da matéria; por outro lado, também podemos anotar que o “valor das exportações” refletem adequadamente o valor dos contratos firmados; nesse caso, o problema não está no valor total da exportação contratada, mas na adequada maneira de **reconhecimento da receita** pela empresa que, nesse caso, deve obedecer às normas geralmente aceitas da contabilidade.

Assim, deveríamos nos pautar pela investigação da veracidade da informação, antes de mais nada, pois, se é verdade que foram apresentadas de maneira imprecisa receitas ainda não

¹⁹⁹ DAGNINO, 1989, p. 286.

realizadas, também é verdade que, em alguns casos, não foram noticiados adiantamento de clientes recebidos pelas exportadoras. *Leads* ou manchetes, via de regra, chamam a atenção para um fato sem, necessariamente, primar pela precisão. Mas é fundamental, para uma boa interpretação, observar o corpo da matéria de imprensa que, muitas vezes, podem nos oferecer subsídios que possibilitam evitar certos enganos.

Como já adiantamos, o cerne da tese de Dagnino é comprovar que a IAB constituiu um caso de aplicações erradas de recursos financeiros do Estado e que, mesmo naquilo que poderia ser apontado como sua contribuição – o incremento das exportações - os resultados foram ínfimos. Sobre isso, focalizando especialmente a ENGESA, diz que:

A ideia sistematicamente divulgada pelo “Czar” da IAB, que a Engesa está orientada e se sustenta via o mercado externo, embora aceitável, sobretudo se a comparamos com o panorama internacional, não é totalmente verdadeira. As encomendas colocadas das FFAA brasileiras, visando suplementar os pedidos externos, naqueles anos que se previa sua diminuição, tiveram até agora e, ao que tudo indica, continuarão tendo um papel central.”²⁰⁰

Este trecho concorda que é “aceitável” a tese de um modelo *export oriented* da IAB, destacando especialmente a comparação internacional; mas, não reside justamente na comparação a medida do êxito? E, “não ser totalmente verdadeira” torna a afirmação falsa? São questões que merecem reflexão ao tomar o caminho analítico proposto; mas, continua o autor:

Isso corrobora, uma vez mais, nossa opinião de que o setor funciona com uma lógica não-empresarial, apesar das declarações de seus responsáveis (...). Além dos favores explícitos e “implícitos” que recebem, de quantificação praticamente impossível, e que se direcionam, inclusive, para a exportação (cujo comportamento é aparentemente autônomo) sempre existe a possibilidade dos “socorros” indicados.²⁰¹

A questão que Dagnino coloca é: “Há que formular a indagação de se este tipo de atividade industrial é de fato economicamente interessante para o país.”²⁰², argumentando ainda:

Note-se que ao fazermos esta indagação não estamos levando em conta os subsídios e “favores” propiciados ao setor, uma vez que eles ainda

²⁰⁰ DAGNINO, 1989, p. 320 – grifo nosso.

²⁰¹ DAGNINO, 1989, p. 320, grifo no original.

²⁰² DAGNINO, 1989, p. 324.

permanecem envoltos por um manto de sigilo que, seguramente, a julgar pelo que conseguimos desvendar, relativo aos valores de produção, exportação e importação, **escondem operações e manipulações contrárias aos interesses nacionais**. Por outro lado, a “ponta do iceberg” de subsídios que nos foi possível explicitar **no caso da Embraer**, dada a menor opacidade desta empresa, **dá ainda maior sentido e reforça a indagação**.²⁰³

E conclui sua assertiva considerando que:

O desempenho da Engesa em relação a capacidade de produzir um certo grau de atividade econômica interna e, ao mesmo tempo, gerar um excedente líquido de recursos externos, não é tão excepcional como se quer fazer crer. Entretanto, ele ainda é maior do que a do outra maior empresa do setor, a Embraer.²⁰⁴

Especificamente sobre a EMBRAER, Dagnino considera que:

A simples consideração da alta proporção das importações no valor da produção (da ordem de 50% em média) seria suficiente para questionar o argumento da importância do setor a nível do comércio exterior brasileiro. Na realidade, essa proporção é consideravelmente subestimada.²⁰⁵

Mais uma vez, alguns comentários se fazem necessários. A própria indagação, sobre o “economicamente interessante para o país” poderia ser ampliada para quase qualquer iniciativa estatal pois, se por interesse econômico entendermos o quanto se ganha monetariamente, poderíamos simplesmente condenar qualquer esforço de industrialização; aliás, poderíamos fazer coro com a proclamada “vocalização agrícola brasileira” e, nesse caso, estender a crítica a todos quanto pleitearam um processo de desenvolvimento baseado no incentivo ao setor industrial e tecnológico. Ainda que a pergunta sobre o que seria interessante para a economia seja uma locução bastante ampla, os exemplos elencados para a crítica apontam exatamente para a perspectiva de ganhos financeiros (sempre considerados no curto prazo), algo também passível de questionamento.

Quanto ao resultado das vendas externas, ainda que “não tão excepcionais”, existiram, confirmado pelo próprio grau comparativo exarado do excerto apresentado e, caso o objetivo seja apenas os ganhos excepcionais, mais uma vez poderíamos refletir sobre a validade de qualquer atividade que não gerasse tais expressivos lucros. Para finalizar os comentários sobre as passagens em tela, temos mais um ponto importante: a EMBRAER, outro grande erro de

²⁰³ DAGNINO, 1989, p. 324 – grifo no original, destaque nosso.

²⁰⁴ DAGNINO, 1989, p.324. Grifos nossos.

²⁰⁵ DAGNINO, 1989, p. 349. Grifos nossos.

investimento nas considerações de Dagnino, oferece subsídios “para questionar a importância do setor” para o “comércio exterior brasileiro”. Talvez a intenção fosse a de pensar em termos de saldo de balança, ingresso líquido de divisas; mas, comércio exterior não é sinônimo de tais indicadores financeiros ou cambiais, o termo abrange outras questões, inclusive a capacidade de penetração em mercados externos e seria interessante apreciar o efeito não diretamente econômico do investimento naquela empresa aeronáutica. Inclusive para os “interesses nacionais”.

Em dado momento de sua tese, Dagnino aproxima-se da nossa observação, indicando, também para o setor aeronáutico brasileiro, que sua lógica não é econômica e que é sua intenção “colocar claramente nossa opinião de que os critérios que devem presidir uma avaliação em última instância da Embraer não são econômicos” e que “o não reconhecimento deste fato pelos seus responsáveis obriga-os a tentar justificar de forma pueril e inadequada (...), um empreendimento que está ‘fadado’ a ter que legitimar-se pela via estratégico-militar”, concluindo que “ao tentarem convencer a opinião pública do êxito econômico do setor (e aqui estendemos o juízo ao conjunto da IAB) estão desempenhando um papel um tanto ridículo.”²⁰⁶. Talvez nenhum dos setores em pauta sejam justificáveis estritamente do ponto de vista econômico, em qualquer país analisado; por outro lado, do conforto da visão retrospectiva, não nos parece que a EMBRAER só tenha logrado êxito pela “via estratégico-militar”. Na verdade, é ainda menos adequado vaticinar que ela estaria “fadada” a se justificar apenas por tal via... Vaticínios são sempre perigosos...

Deixando de lado os presságios, passemos a outro tema presente na tese em estudo. Um dos pontos usualmente destacados nas análises do setor industrial bélico é a importância da P&D militar para o conjunto do sistema de ciência e tecnologia, procurando estabelecer que a sofisticação tecnológica dos países centrais – notadamente os EUA – é em grande medida tributária dos investimentos nas pesquisas desenvolvidas para finalidades de defesa. Que ciência e tecnologia caminham lado a lado com as necessidades de guerra é algo que podemos reputar como patente, ao menos, desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918); porém, é a partir do segundo conflito (1939-1945) e o subsequente período da “Guerra Fria” que a conexão entre cientistas e militares se tornou uma “obrigação” para os estrategistas.

Para Renato Dagnino, estabelecer o modelo norte-americano como indicado para os países da América Latina (Dagnino não incluiu outros países não desenvolvidos ou de industrialização recente em sua análise) é uma decisão equivocada, uma vez que as realidades

²⁰⁶ DAGNINO, 1989, p. 350, grifo nosso.

entre os dois espaços são extremamente desiguais. Conforme assinala em sua tese, o relacionamento estreito entre o setor de P&D militar norte-americano e a pesquisa científica e tecnológica (incluindo universidades, empresas e centros independentes) só se materializou durante a Segunda Guerra Mundial, quando cientistas conseguem convencer os militares norte-americanos da importância da pesquisa na melhoria dos sistemas de armas, sendo que tal associação provocou uma radical alteração não apenas na modo pelo qual “se faz ciência”, mas também na sua concepção e financiamento.

Apontando que a ligação estabelecida pelo “senso comum” entre gastos militares, desenvolvimento tecnológico e econômico constituem um erro de avaliação, aponta que “o surgimento de vínculos entre o sistema de P&D e o industrial militar ocorreu posteriormente à existência e consolidação do primeiro, que se havia dado para atender demandas do setor civil da economia norte-americana”²⁰⁷, acrescentando que:

Sua implantação em moldes autônomos a partir de uma sólida estrutura de recursos humanos, e de uma estreita e funcional ligação com a atividade industrial, é bastante anterior ao vínculo sugerido. Não há como, portanto, apontar a ligação entre o P&D e o setor militar – que apenas começou a ocorrer no início da década de 1940 – como responsáveis pelas suas características atuais, de pujança e produtividade. Isso apesar do impulso que têm recebido (...) as atividades de P&D militar norte-americanas.²⁰⁸

De fato, podemos situar o processo de Pesquisa & Desenvolvimento dos EUA em momento muito anterior, embora seja importante lembrar que até próximo ao final do século XIX não constituía uma característica marcante das grandes empresas o investimento em laboratórios de P&D (na verdade nenhuma delas possuía o que poderíamos chamar de um departamento de pesquisas), algo que só se tornaria usual a partir da década de 1920. Uma avaliação sobre este tema demandaria uma seção exclusiva, que envolveria também a gestão de patentes, a iniciativa individual de invenções, entre outros aspectos, tópicos importantes, mas que não contribuiriam decisivamente com o nosso objetivo.

O que surge na década de 1940, em virtude do esforço de guerra, foi a necessidade de produção com elevada tecnologia agregada, além da capacidade de substituição de matérias primas não disponíveis em solo americano por materiais artificiais, gerando um Sistema de Inovação que ultrapassaria a Segunda Guerra Mundial e perduraria durante boa parte da Guerra Fria. Neste novo sistema, o governo dos EUA, principalmente, mas não

²⁰⁷ DAGNINO, 1989, p. 428.

²⁰⁸ DAGNINO, 1989, p.428.

exclusivamente, por intermédio do Departamento de Defesa foi o grande financiador da ciência e tecnologia, promovendo de fato inversões que, uma vez mobilizadas pela indústria de material militar, transbordava para o civil; assim, boa parte das patentes industriais voltadas ao atendimento da demanda do consumidor comum eram tributárias de desenvolvimentos de interesse militar. O incensado Vale do Silício raramente é conectado ao interesse do governo americano no desenvolvimento da Costa Oeste, pela distribuição dos centros de P&D militar e os investimentos do Departamento de Defesa no que hoje conhecemos como TI (não é por acaso que a Intel surgiu nesta região geográfica). Assim, o que escapou a Dagnino foi que o investimento no aparato militar não determinou o surgimento da P&D de modo geral, mas encaminhou os novos paradigmas de desenvolvimento com base em ciência e tecnologia, que desaguarda no que hoje denominamos Indústrias 4.0; mas, como já salientamos, esta é uma outra história.

Contudo, este debate nos proporciona o gancho para uma questão importante para nosso estudo. O mecanismo de financiamento da grande ciência para fins militares, a formação de um tripé Estado-Empresa-Universidade, com vultosos recursos e aquisições governamentais baseados na remuneração por custo acrescido (*cost plus reimbursement*, surgido no bojo da mobilização para a Segunda Guerra), levaram ao temor, manifesto pelo presidente Eisenhower, quando, em seu discurso de despedida, lembrava que “até a nossa última guerra mundial, os Estados Unidos não tinham uma indústria de armamentos” e alertava sobre a “influência indevida (...) do complexo industrial-militar.”²⁰⁹.

Ao afirmar que “é possível distinguir diferenças marcantes e fundamentais entre o complexo industrial-militar norte-americano, considerado como paradigmático na literatura sobre o tema, e o seu pretenso correspondente brasileiro.”²¹⁰, Dagnino estabelece, na verdade, uma questão importante: existiu um complexo industrial-militar brasileiro? A resposta do professor da UNICAMP é um categórico não. Para ele, o que o Brasil criou foi algo que denominou Indústria de Armamentos Brasileira (IAB), que será adiante explicitada; mas, antes, é importante esclarecer os quesitos que embasam a afirmação de Renato Dagnino.

A primeira – e crucial diferença – apontada pelo autor é que o Brasil nunca precisou “enfrentar uma mobilização massiva e profunda”²¹¹ como a que ocorreu nos EUA em virtude da Segunda Guerra Mundial, obrigando o país a converter e comprometer todo seu aparato produtivo para os objetivos militares; tal mobilização forneceu o estímulo para a implantação

²⁰⁹ *Eisenhower's Farewell Address*, release de imprensa, publicado em 17/01/1961. Disponível em: www.eisenhowerlibrary.gov/research/online-documents/farewell-address, acesso em 18/07/2019. (Grifo nosso).

²¹⁰ DAGNINO, 1989, p. 452.

²¹¹ DAGNINO, 1989, p. 452.

do complexo industrial-militar dos EUA, tornando-a mesmo “natural, ou pelo menos, necessária, legítima e consensual”²¹².

Por outro lado, o Brasil não viveu tal ameaça externa, determinando, ao contrário do verificado no caso dos EUA, o: “relativamente pequeno gasto militar e a fraca demanda interna por material bélico, fruto da escassa possibilidade ponderada pelo pequeno dano potencial associados às hipóteses de conflito visualizadas”²¹³ e, conseqüentemente:

A legitimação a nível de sociedade como um todo das atividades relacionadas à produção de armamentos, foi, sempre, muito mais restrita. Nada semelhante à “coalização keynesiana” que originou o complexo industrial-militar norte-americano, entre industriais, militares, burocratas, setores da intelectualidade e trabalhadores verificou-se no Brasil. A este respeito cabe destacar o não envolvimento da universidade brasileira, salvo exceções muito pouco significativas, na pesquisa militar.²¹⁴

Assim, Dagnino aponta para uma diferença que tem origem no nascimento da constituição dos esforços industriais-militares entre EUA e Brasil, e tal distinção provocara “um distinto nível de apoio no âmbito da sociedade” (p. 453, grifo no original) e este foi o principal motivo, na ótica de Dagnino, para que o Brasil não tivesse o poder relativo e a pujança que o observado no caso norte-americano.

Ainda segundo o professor da UNICAMP, enquanto a preocupação estratégica estadunidense tinha motivações externas, no caso brasileiro a demanda pela formação de uma estrutura industrial-militar tinha fundamento em estímulos internos e que “não decorreram de uma situação de mobilização consensual ou pelo menos amplamente aceita”²¹⁵. Para Dagnino:

A dinâmica de implantação do setor obedeceu a motivações de uma “coalizão” bem mais restrita do que a norte-americana. Como se viu, as ações que impulsionaram a implantação da IAB foram sustentadas por apenas dois polos que conformam um complexo industrial militar: os militares e os empresários.²¹⁶

Essa passagem deixa claro que Dagnino confere grande centralidade ao aspecto econômico e ao conluio entre a classe – ou fração de classe – industrial e o governo militar. Que os interesses privados mesclaram-se ao público no contexto da implantação da IAB parece-nos certo; porém, o viés reducionista desta proposição não é o mais adequado. Ainda

²¹² DAGNINO, p. 453 – grifo no original.

²¹³ DAGNINO, 1989, p. 453.

²¹⁴ DAGNINO, 1989, p.453.

²¹⁵ DAGNINO, 1989, p. 453.

²¹⁶ DAGNINO, 1989, p, 453.

que tal colusão exista, com todos os esperados problemas a ela vinculados – corrupção, falta de controle, gigantismo estatal, desvio de recursos que seriam melhor empregado em áreas sociais (por sinal critica presente também nas avaliações de autores norte-americanos para o seu próprio caso) – ela oblitera objetivos realmente perseguidos de desenvolvimento, projeção de poder e influência nacional, propósitos que podem ser questionados, mas que não cabem apenas na ideia de *mais um esquema tipicamente brasileiro*.

Em linhas gerais, a avaliação de Dagnino sobre a existência ou não de um complexo industrial militar brasileiro, respondida pelo próprio como negativa, contém observações com a qual concordo parcialmente. De fato, ao contrário de suas congêneres norte-americanas, as FA brasileiras não são pensadas enquanto Força Expedicionária regular, que podem ser mobilizadas a qualquer momento que o interesse do país – sejam comerciais, políticos ou ambos - esteja em jogo fora dos limites territoriais, quando a capacidade de suprir os contingentes de combate é absolutamente vital para o sucesso das missões; talvez a ênfase dada ao interesse exportador resida justamente no fato de que, conquanto nossas tropas não se projetassem para fora, nossos equipamentos o fariam.

Mas, de fato, até o momento em que terminamos nosso período, nossas FA não estavam, a rigor, em prontidão para a ação externa. Assim sendo, as forças armadas brasileiras operaram muito mais no controle e combate do inimigo interno e, robustece-las pode significar um maior enfraquecimento da já debilitada democracia brasileira; é interessante que, neste ponto, ocorre o inverso da preocupação de Eisenhower com o poder do complexo industrial militar; segundo o ex-presidente dos EUA: “Nós nunca devemos permitir que o peso desta combinação [um imenso estamento militar e grandes indústrias militares] coloque em risco nossas liberdades ou nosso processo democrático.”²¹⁷. No Brasil, o estamento militar solapou as *liberdades democráticas* antes de tentar construir um complexo industrial-militar.

Mas, seja como for, a própria ideia, ou tentativa, de constituir tal complexo industrial, denota o desejo de projeção de poder, de construir o Brasil Potência, que ultrapassava o simples interesse pessoal e pecuniário. Mesmo entre as empresas vinculadas ao setor, obviamente focada em lucros e ganhos, não se pode imputar a mera troca de favores, em *que nada se faz e muito se ganha*. Sejam privadas, como ENGESA e AVIBRAS, ou públicas, como a PROLOGO e a IMBEL, ou ainda as mistas, como a EMBRAER, na maioria dos casos os produtos foram entregues e utilizados, com resultados eficientes, dentro do limite de suas

²¹⁷ *Eisenhower's Farewell Address*, release de imprensa, publicado em 17/01/1961. Tradução do autor. No original: we must never let the weight of this combination endanger our liberties or democratic process. Disponível em: www.eisenhowerlibrary.gov/research/online-documents/farewell-address, acesso em 18/07/2019.

possibilidades e atribuições; se tal proposta era correta, se constituía o melhor caminho, é uma discussão em aberto. Mas não devemos subestimar sua importância e capacidade de realização. Foram projetos brasileiros, do Estado e de profissionais brasileiros que, apesar de suas limitações, superaram expectativas e a tradicional conclusão de que *ciência e tecnologia não são “coisas” para brasileiros*.

Considero importante uma consideração final acerca dos dois principais autores aqui mobilizados. Não obstante as críticas que construí sobre seus trabalhos, estes são de reconhecido vigor e alentada dedicação e pesquisa, contribuindo significativamente com os questionamentos e reflexões que estabeleci durante toda a jornada para compreender este episódio da história brasileira. Minhas ponderações são, antes de tudo, demonstração do quanto instigaram e provocaram minhas convicções; assim, a ambos, meus sinceros agradecimentos.

CAPÍTULO 2:

O divisar do horizonte, uma elaboração do porvir.

Ao assumir a Presidência da República, em 1964, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco teve de se preocupar, em primeiro lugar, com a legitimação do regime que se instalava e, de modo coerente com tal esforço legitimador, sinalizar a inauguração de um período de profundas mudanças econômicas e sociais, aptas a justificar o movimento que havia deposto o Presidente João Belchior Marques Goulart. Outrossim, ao mesmo tempo em que esta dinâmica crucial precisava ser gerida e orientada, demandava similares empenho e perspicácia o igualmente fulcral encargo de lidar com as tendências hodiernas e os grupos de interesse apoiadores do golpe civil-militar que o havia conduzido ao poder.

O golpe militar, chamado revolução por seus artífices, teria, ainda segundo seus perpetradores, duração efêmera no comando dos destinos do país. Mas o tempo, sabemos, é um conceito relativo. E essa “curta duração” inaugurou um novo período na História do Brasil, diferente de outras intervenções militares já presenciadas em nosso continente; um interregno marcado por repressão, mas também sob o signo de mudanças em quase todas as dimensões da vida nacional. Vamos adentrar à nova fase.

2.1 – Castelo Branco e o “Desenvolvimentismo Autoritário”.

Admitindo-se, então, que um ciclo original tem início na esteira desse primeiro governo militar, significativo e emblemático se revela o preâmbulo do documento formal e oficial que anuncia a *nova era* – o Ato Institucional que, posteriormente, será numerado como primeiro, ou AI-1:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. [...] Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a

restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. [...].

[...]. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas.²¹⁸

A leitura do AI-1, em sua integralidade, por certo enseja uma ampla e profícua discussão, que admite desde aspectos técnicos e objetivos, de cunho político, jurídico, ideológico e institucional, até a flagrante percepção de que os militares já nutriam o intento – ainda que não abertamente declarado – de permanecer no poder por um longo interregno. Ressalvada, portanto, tal expressiva abrangência, para o propósito imediato da presente análise, importa-nos, sobretudo, depreender a argumentação deflagrada nos trechos acima transcritos, notadamente a ligação que se estabelece entre “a revolução” e “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica” e “financeira”, estas precedendo as esferas “política” e “moral”, em uma sequência reveladora acerca da prioridade de *saneamento* no registro discursivo de sujeitos balizadores do movimento vitorioso em 1964. Mas não só. Endossando o quanto antecipado alhures, privilegiar a reconstrução da economia e das finanças aponta para um mister que demanda certo intercurso temporal dilatado, dada a natureza e a intrínseca complexidade desse tipo de empreendimento. Trocando em miúdos, é razoável supor que, quando divisadas no panorama de um regime de força, as alterações políticas sejam executadas com relativa presteza, e as reformas morais, implantadas de forma igualmente célere, bastando a tanto a elaboração de mecanismos de operacionalização, controle e acompanhamento que, por um lado, assegurem sua eficiência e, por outro, garantam-nas no tempo. Esse mesmo ritmo, entretanto, não seria aplicável ao âmbito fazendário. De fato, cremos ser possível afirmar que os militares pretendiam, desde o início, ocupar o aparelho de Estado por um extenso íterim – o que efetivamente se verificou – sob um discurso solene e eloquente de grandeza e aspiração de potência.

Mas entre declarações de vontade e a efetiva consecução de metas impõe-se um longo percurso a cumprir, que, por certo, não se apresentará sem tensões, inclusive entre apoiadores civis e mesmo militares. Ainda que, idealmente, a cúpula militar procurasse evitar a *partidarização* dentro das Forças Armadas – estabelecendo um processo de normalização e

²¹⁸ BRASIL. Ato Institucional n. 1, de 09 de abril de 1964. Rio de Janeiro, GB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 28 jul. 2020. Grifos nossos.

disciplina (esta fundamental àquela) e observando a cautela de transferir para a reserva os principais nomes que adentrassem o serviço *palaciano*, sem descurar da adoção de um discurso de coesão no tocante à corporação e à profissionalização das FA –, tal objetivo nunca foi realmente alcançado.

Logo nos momentos iniciais de consolidação do golpe de 64, verifica-se a disputa pelo comando do governo entre o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e o General de Exército Artur da Costa e Silva, com o confronto de grupos internos ao Exército. Em outras oportunidades, novas ameaças de cisão são vivenciadas, tais como os movimentos articulados pelo General Albuquerque Lima por ocasião das eleições de 1965 e, também, quando da sucessão de Costa e Silva, ou as ações engendradas pelo General Sylvio Frota em 1977 (motivadoras daquela que será considerada a maior e mais grave crise político-militar do regime) e, ainda, os atentados deflagrados nos estertores da ditadura, para citar apenas casos mais conhecidos²¹⁹.

No campo civil, além da oposição política e de setores formadores de opinião, uma parcela do empresariado nacional também manifestaria seu descontentamento com os rumos da *revolução*, especialmente no tocante à política econômica do regime. A perspectiva destes empresários encontrará ressonância na figura do Senador José Ermírio de Moraes, que, por seu turno, usará a Tribuna do Senado Federal para desferir severas críticas ao modelo proposto por Castelo Branco²²⁰. A insatisfação desta fração dos *homens de negócios* brasileiros guardava relação com o direcionamento adotado pelo primeiro governo militar na área internacional; não propriamente quanto à Política Externa então patrocinada, mas, sobretudo, com respeito à abertura ao capital estrangeiro e às empresas multinacionais. Vale sublinhar que tais setores empresariais receberiam o apoio do mesmo General Albuquerque Lima, que, demissionário do Ministério do Interior justamente por sua discordância a propósito da política econômica de Delfim Neto-Beltrão, denunciava o aumento do poder de

²¹⁹ Limitamo-nos, aqui, a citar os casos mais emblemáticos e rumorosos, uma vez que, para os objetivos da presente tese, julgamos despiendo um maior aprofundamento acerca da questão. Para mais sobre o tema, ver: NAPOLITANO (2018 e 1998), CHIRIO (2012), MARTINS FILHO (1996) e D'ARAUJO, SOARES e CASTRO (1994).

²²⁰ O Senador José Ermírio de Moraes (1963-1971) foi eleito pela coligação PTN-PTB (Partido Trabalhista Nacional -Partido Trabalhista Brasileiro) no estado de Pernambuco, filiando-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) após a edição do AI-2. Era identificado como integrante do grupo dos “empresários nacionalistas” e sua oposição ao governo pode ser aferida em discursos consignados nos Anais do Senado Federal (República), entre os anos de 1964 e 1968, disponíveis em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/RP_AnaisRepublica_digitalizados.asp. Contudo, já em 1970, Ermírio de Moraes fará uma avaliação favorável acerca do modelo de desenvolvimento advogado pelo regime, considerando positivos para o país os frutos do Movimento de 64, como ilustra o registro disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1970/1970%20Livro%208.pdf. Acessos em: 10 jul. 2020.

grupos econômicos estrangeiros de notória influência, que inviabilizaria, por conseguinte, o pleno desenvolvimento das empresas nacionais.

Todavia, não obstante as críticas e alguns sinais episódicos de instabilidade, o estamento que chegou ao poder parecia reunir condições de manter o curso que desejava para implantar sua visão de Estado. “No que diz respeito à vida do povo, que é a preocupação máxima do governo, **podemos assegurar que o pior já passou**” (negrito no original) – afirmaria Castelo Branco na primeira entrevista exclusiva concedida a um órgão da imprensa brasileira, publicada no início de 1965²²¹. Na avaliação do presidente, o avanço alcançado e a perspectiva de êxito futuro encontrariam amparo na dinâmica renovadora implementada pelo governo sob o influxo da *revolução*:

Salvo alguns elementos reacionários, que ainda não conseguiram colocar-se dentro do seu tempo, todos compreendem ser indispensável mudar a estrutura nacional, que em muitos aspectos **é não somente antiquada, mas também óbice** ao próprio desenvolvimento do país.

Nesse contexto dual, em que o empenho de afirmação forçosamente interagiu com os desafios da gestão, o primeiro governo militar, ainda que consciente sobre o papel do crescimento econômico enquanto fator de relevo no âmbito da já mencionada legitimação, não conseguirá concentrar esforços consideráveis em questões diretamente ligadas a tal incremento, optando, antes, pela reformulação da Administração Pública, considerada fundamental para o aumento da eficiência técnico-administrativa, e por ações que buscavam, numa concepção liberal, criar as melhores condições para o desenvolvimento, ancorado principalmente na iniciativa privada. Destarte, afora o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), de autoria de Octavio Bulhões e Roberto Campos, normas são elaboradas a fim de viabilizar o Sistema Financeiro Nacional, inclusive com a reestruturação do mercado de capitais²²², além de outras iniciativas de natureza fiscal, que, na ótica dos formuladores do regime, promoveriam a ampliação da poupança interna e possibilitariam sua alocação em setores eleitos como cruciais para a economia.

²²¹ Entrevista concedida ao jornalista Murilo Melo Filho – à época diretor da sucursal da revista *Manchete* em Brasília – e publicada sob o título *O pior já passou*, na primeira edição do periódico no ano de 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=60778>. Acesso em: 25 set. 2020. Revista *Manchete*, Ano 1965 - Edição n. 0663, p. 4, negritos no original.

²²² Uma boa referência sobre a questão do estímulo ao mercado de capitais entre 1965 e 1970 é a obra de TRUBEK; VIEIRA e SÁ (2012), *Direito, planejamento e desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro: 1965-1970*.

Esses atos administrativos e dispositivos legais fortaleciam o Poder Executivo Federal, procuravam desmontar um modelo de Estado implantado a partir do governo Vargas e cogitavam atrair a iniciativa privada para o esforço de desenvolvimento. Tinham como escopo central a *modernização* do país, num movimento designado por Guido Mantega – entre outros autores – de “desenvolvimentismo autoritário” (MANTEGA, 1997). Aqui, no entanto, entendo necessária uma advertência: a ideia de *desmonte da herança getulista*, apresentada inicialmente por Alfred Stepan (STEPAN, 1975), não é unânime na Ciência Política. Em princípio, concordo com Stepan em sua avaliação concernente ao afastamento da *herança getulista*, bem como no que toca ao papel da ESG durante todo o processo que conduz ao golpe e a seus desdobramentos; mas guardo restrições a outras hipóteses concebidas pelo citado cientista político, particularmente quanto ao proposto “padrão moderador”, que, no limite, tende a não considerar o ideário próprio da corporação castrense, bem como a divisão entre militares ligados à ESG e aqueles apartados da Escola²²³.

Feita a ressalva e tornando às ações empreendidas pelo Poder Executivo no panorama em tela, destacamos, dentre os atos oficiais exarados pela Administração Federal, aquele que adquire especial relevo na perspectiva de nosso enfoque; justamente um dos últimos apresentados no governo de Castelo Branco. Sua singular importância deriva do fato de representar o marco legal que não apenas direcionará a reforma administrativa propugnada pelo regime, impactando na conformação do Estado, mas que também afetará, em certa medida, a organização das empresas mais significativas retratadas no presente estudo. Refiro-me ao Decreto-Lei n. 200/67²²⁴.

Constituído por 215 artigos, o Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, formaliza a intenção de promover sensíveis mudanças estruturais na Administração Pública, ultrapassando, inclusive, a esfera estritamente governamental ao abrir caminho à paulatina transferência de atividades exercidas pelo setor público ao setor privado. Todavia, em que pese tal índole, o objetivo da ampla reforma administrativa, aventada em seu *caput*, só será tratada com destaque no artigo 145, que registra: “A Administração Federal será objeto de uma reforma de profundidade para ajustá-la às disposições da presente lei e, especialmente, às diretrizes e princípios fundamentais enunciados no Título II (...)”.

²²³ Abordo muito sucintamente as questões relativas ao pensamento de Stepan a fim de evitar inoportuno distanciamento do objetivo aqui perseguido. Registro, todavia, que a leitura de QUARTIM DE MORAES (2001) apresenta uma importante crítica ao modelo apresentado por aquele autor.

²²⁴ BRASIL. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

Já o referido Título II, como nos autoriza depreender o excerto acima, corresponderá, precisamente, à seção central do diploma em apreço no que tange ao propalado intuito de expressiva reformulação. Em poucas palavras, esse segmento define e regulamenta a dinâmica de migração dos serviços e encargos até então de alçada pública à égide da iniciativa privada. E, nesse sentido, dispõe que as funções da administração terão por preceitos fundamentais a descentralização e a delegação de competências, parâmetros estes – vale ressaltar – essenciais às propostas de modernização concebidas pelos teóricos mobilizados na presente tese. Não devemos perder de vista que, até aquele momento, tais princípios não eram considerados elementares, sendo corriqueira no âmbito da administração pública a execução direta de obras e serviços.

No que se refere ao aspecto pontual do planejamento, destaque-se, por oportuno, que o decreto assinala, textualmente, em seu artigo 7º: “A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional (...)”. E, ao assim fazê-lo, recupera, com distinção, o binômio *desenvolvimento e segurança*, que ilustra vivamente, conforme já tivemos oportunidade de assinalar, a tônica do regime.

Ainda com relação ao teor da norma, avançando um pouco mais na análise de seus termos – e sem olvidar do escopo da presente tese, notadamente a propósito dos estudos de caso, reunidos em segmento próprio –, não podemos nos furtar a discutir, ainda que brevemente, as balizas propostas pelo artigo 10, máxime aquelas dispostas em seu parágrafo 7º, as quais encontrarão eco no processo de estruturação, desenvolvimento e gestão de negócios de empresas paradigmáticas do setor bélico nacional. Rezam os citados dispositivos:

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

(...)

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. (BRASIL, 1967).

Observe-se, inicialmente, que o trecho acima reproduzido preceitua a descentralização, especificando que sua abrangência deve compreender as atividades de execução. Em assim sendo, permaneciam fora do alcance dessa diretriz legal as formulações e decisões político-

administrativas – dado este de inquestionável significância. Afinal, os militares assumem o controle do Poder Executivo Federal com o anunciado objetivo de combater a corrupção e os agentes subversivos, além de *desenxovalhar* a Administração e estabelecer as bases para o crescimento do país, sendo de todo compatível com a estrutura castrense a lógica de centralizar o comando e delegar tarefas. Ao mesmo tempo, é justamente na órbita dessa cúpula dirigente que gravitarão os formuladores responsáveis pelo desenvolvimento de estratégias aptas a fortalecer de modo consistente a atividade privada, considerada fundamental para superar o *atraso brasileiro*.

À vista de tal perspectiva, adquire especial distinção o quanto preceituado no referido parágrafo 7º do artigo 10 do Decreto-Lei ora em comento, notadamente no que tange à manifesta priorização da execução indireta – via iniciativa privada – sempre que possível. O objetivo, aqui, é categórico: cuida-se de definir e promover a *privatização* de setores da economia até então tutelados pela administração pública. Advirto, por estrita cautela, que utilizo o termo *privatizar* por simplificação discursiva; obviamente, não se trata do mesmo processo, de corte neoliberal, verificado nos anos de 1990 (ainda que, numa análise ampla, seja possível identificar similitudes no cotejo entre essas duas abordagens).

Destarte, a reforma e a racionalização administrativas estavam, ao menos nos limites do diploma legal em foco, vinculadas à assunção, por organizações privadas, de atividades desempenhadas, via de regra, ao abrigo da gestão pública. Em abono a tal entendimento, além dos dispositivos antes referidos, identificamos no artigo 178 do Decreto-Lei n. 200/67 uma nova e significativa referência à esfera privada – desta feita, expressamente conectada ao propósito de reestruturação da máquina estatal, por meio de um movimento de desoneração. Preceitua a norma:

Art. 178. As autarquias, empresas ou sociedades em que a União detenha a maioria ou a totalidade do capital votante e que acusem a ocorrência de prejuízo continuado, poderão ser liquidadas ou incorporadas a outras entidades por ato do Poder Executivo, respeitados os direitos assegurados aos eventuais acionistas minoritários, se houver, nas leis e atos constitutivos de cada entidade.²²⁵

²²⁵ BRASIL, 1967. Este artigo terá sua redação posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n. 2.299, de 1986, passando a vigorar nos seguintes termos: “Art. 178. As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem assim as fundações criadas pela União ou mantidas com recursos federais, sob supervisão ministerial, e as demais sociedades sob o controle direto ou indireto da União, que acusem a ocorrência de prejuízos, estejam inativas, desenvolvam atividades já atendidas satisfatoriamente pela iniciativa privada ou não previstas no objeto social, poderão ser dissolvidas ou incorporadas a outras entidades, a critério e por ato do Poder Executivo, resguardados os direitos assegurados, aos eventuais acionistas minoritários, nas leis e atos constitutivos de cada entidade”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12299.htm#art178. Acesso em: 20 jun. 2020.

Finalizando nossa sucinta incursão à temática que permeia esse importante comando normativo e às diretrizes por ele preconizadas – sem perder de vista seu impulso e sua vocação –, não poderíamos deixar de referir o artigo 191, que prevê, expressamente, a criação de uma empresa pública para o gerenciamento do Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP), concebendo, inclusive, a possibilidade de obtenção de empréstimos de fontes externas, nos seguintes termos:

Art. 191. Fica o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral autorizado, se o Governo julgar conveniente, a incorporar as funções de financiamento de estudo e elaboração de projetos e de programas do desenvolvimento econômico, presentemente afetos ao Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP), criado pelo Decreto nº 55.820, de 8 de março de 1965, constituindo para esse fim uma empresa pública, cujos estatutos serão aprovados por decreto, e que exercerá todas as atividades correlatadas de financiamento de projetos e programas e de prestação de assistência técnica essenciais ao planejamento econômico e social, podendo receber doações e contribuições e contrair empréstimos de fontes internas e externas.²²⁶

Registre-se, dada a sua relevância, que a alternativa de financiamento externo, contemplada pelo Decreto-Lei sob enfoque, de fato seria observada pouco tempo depois da entrada em vigor desse regramento, com a transferência de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *United States Agency for International Development* (USAID) ao FINEP, fundo este amplamente mobilizado pelas gestões presidenciais subsequentes, até mesmo para financiar a iniciativa privada.

Nas páginas que se seguirão, teremos oportunidade de aquilatar o reflexo dos expedientes, atos e recursos abordados neste segmento da tese no que tange ao setor industrial militar, atentando, particularmente, à questão da dinâmica do investimento na área. Por ora, todavia, prossigamos em nossa análise, focalizando outro aspecto fundamental e distintivo do primeiro governo do regime militar – a política exterior.

A Revolução inaugura a sua diplomacia.

À Política Externa Brasileira, Castelo Branco conferiu duas tarefas fundamentais: ratificar o novo regime no concerto das nações e, sobretudo, atrair o capital estrangeiro e as

²²⁶ BRASIL, 1967.

empresas transnacionais, conforme antecipamos linhas acima. Mas não só. A agenda de política externa também guardava um vínculo umbilical com seu projeto geopolítico, além de se mostrar sensível aos planos de desenvolvimento econômico e ao setor de produção de material militar. Outrossim, nessa mesma dimensão (o cenário da política externa), impunha-se o manejo da indeclinável necessidade de imprimir uma marca de distinção em relação às gestões precedentes. Por conseguinte, a fala da Presidência adotará um tom crítico ao *neutralismo* da Política Externa Independente (PEI) e encaminhará, em contrapartida, a proposta conhecida como “A Política Externa da Revolução”, que sinalizaria o alinhamento político e cultural com o bloco ocidental, acompanhando suas fronteiras ideológicas e a defesa do *mundo livre*. Não obstante, cumpre-nos ressaltar que, em nenhum momento, referida adesão será preconizada como *incondicional*, mas, antes, enunciada apenas enquanto um dos ângulos do novo enfoque atribuído às relações exteriores.

Em oportuna abordagem sobre o tema, por ocasião da solenidade de entrega de diplomas aos então ingressantes na carreira diplomática, em julho de 1964, reverberando as expectativas adjacentes a esse novel posicionamento, o presidente descreveria nossa diplomacia como “um dos grandes meios operacionais do País para a conquista dos objetivos nacionais”²²⁷ (grifo nosso). Na mesma oportunidade, elencando as diretrizes que deveriam pautar a Política Externa Brasileira (PEB), o discurso presidencial ainda distinguiria, entre os objetivos consignados no âmbito de sua formulação, “o robustecimento do poder nacional e, em particular, o dos instrumentos que nos permitam alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social” (BRANCO, 1964). Em arremate, perfazendo uma síntese do quanto asseverado ao longo de sua exposição, Castelo Branco salienta:

(...) a política externa [brasileira] não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro dessa condicionante geral, a nossa independência se manifestará na aferição de cada problema específico, estritamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial, técnica e financeira com países socialistas, desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica (BRANCO, 1964).

²²⁷ Discurso proferido pelo presidente Castelo Branco, em 31 de julho de 1964, no Instituto Rio Branco, durante solenidade de entrega dos diplomas aos alunos que concluíram o Curso Especial do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/copy_of_25.pdf/view. Acesso em: 15 jan. 2020. Especificamente quanto à passagem transcrita, destaque-se que o alcance da expressão “objetivos nacionais”, como já tivemos oportunidade de pontuar, é fundamental tanto para a Geopolítica quanto para a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), constituindo o eixo central e articulador dessas instâncias.

Destarte, após a expressa referência à “opção básica” perfilhada pelo país, concede o dirigente que não estariam vedadas eventuais relações com o bloco socialista, cabendo a tanto, todavia, a análise caso a caso. Consoante afirmei em minha dissertação²²⁸, a partir de seu ângulo de observação e análise, Castelo Branco cria uma *cláusula de barreira*, que poderia ser mobilizada “para justificar outras posturas na esfera internacional, como o rompimento de relações diplomáticas com Cuba” ou, ainda, a negativa de negociações com a Coreia do Norte ou com a China – restrições estas que viriam a ser, de fato, concretizadas.

Ademais, esse mesmo discurso presidencial (que referencia as diretivas fundamentais da política nacional e da PEB) incorpora substância ao cerne de sua manifestação ao destacar que “a política externa, em completa associação com a interna, tem objetivos atualizados que se enquadram nos objetivos nacionais” (BRANCO, 1964), assim retomando, vez mais, a vinculação entre pressupostos geopolíticos (objetivos nacionais atuais), política interna e política externa.

Obviamente, no plano político, Castelo não tencionava declinar da opção pelo bloco ocidental, liderado pelos EUA. Porém, de uma perspectiva mais abrangente, o primeiro presidente do ciclo militar buscava aparatos alternativos para pavimentar o caminho da aceleração do crescimento da economia e do incremento técnico e tecnológico, sem eleger os Estados Unidos da América como aliado exclusivo, muito embora este país figurasse, inevitavelmente, como parceiro preferencial. Salientamos que, à vista da perspectiva adotada no presente estudo e em favor da objetividade a tanto demandada, nossa abordagem não contemplará quaisquer pontuais debates acerca do mérito político ou ideológico de tais ações; mas, por viés outro, examinará a contextura tática dessas disposições, a fim de interpretar – com o devido rigor – sua direção e seus efeitos.

Dentre as iniciativas articuladas sob o influxo dessa visão extensiva, destacamos o envio de uma missão econômica e comercial para a Iugoslávia e para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (União Soviética, URSS), em 1966, posto que representativa da dimensão do estímulo conferido aos negócios e às parcerias internacionais àquela altura. Desta conferência, resultará a assinatura de protocolos de intenções com a URSS para o fornecimento de máquinas e equipamentos, além de cooperação econômica e técnica para a instalação industrial junto ao setor petroquímico, com transferência de tecnologia. Por seu turno, com a Iugoslávia, estabelecem-se negociações cujos resultados perdurariam até meados dos anos 1970. Reiterando o quanto já asseverado, avaliamos que tais entendimentos com

²²⁸ PONCE, 2015, p. 71.

países do bloco socialista não ecoavam uma proposta “independentista”, refletindo, em verdade, uma veemente inteligência (veiculada desde os primeiros pronunciamentos de Castelo Branco) acerca das ações de Política Externa, as quais deveriam estar em *completa associação com a política interna e enquadrada nos objetivos nacionais*.

De outro lado, para se mensurar o alcance de nossa aliança prioritária, vale lembrar, de antemão, que uma necessidade premente do governo envolvia a demanda por capitais, não apenas ante a urgência do combate ao processo inflacionário, mas também porque a revitalização do cenário econômico promoveria a legitimação da ação governamental. Neste contexto, o robustecimento da economia reclamava investimentos em variados setores, inclusive o de Ciência e Tecnologia (C&T), em relação ao qual a aproximação com os EUA mostrou-se assaz profícua, especialmente por força dos programas de empréstimos, financiamentos e auxílio oferecidos pelo governo norte-americano²²⁹.

Todavia, em que pese a relevância dos vínculos estabelecidos, é engano considerar que o Brasil, mesmo no primeiro governo militar, cedia a todas as pressões da administração norte-americana. Um caso exemplar desta assertiva diz respeito à questão nuclear. Afinal, não obstante todo o interesse de Washington nos trabalhos da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina (COPREDAL), consoante ordens expressas de Castelo Branco, os integrantes da missão diplomática brasileira foram orientados a condicionar a adesão do país a qualquer acordo de suspensão de experimentos nucleares à sua assinatura por todas as nações localizadas dentro de um perímetro delimitado por determinadas coordenadas geográficas, as quais incluíam Cuba – que, obviamente, não chancelaria tal compromisso. Desse modo, em algumas questões sensíveis, especialmente militares, o Brasil estava disposto a refutar as diretrizes da Casa Branca.

Conforme adverte Rubens Ricupero²³⁰: “uma das fontes inspiradoras da diplomacia castelista era a doutrina dos ‘três círculos concêntricos’ do general Golbery, que indicava, de dentro para fora, as prioridades brasileiras”. Com efeito, nossos militares seguiam uma lógica e uma racionalidade próprias, que não podem ser catalogadas mecanicamente ou definidas mediante avaliações simplistas, como a narrativa proposta nesta tese buscará demonstrar. Em vista de tal inferência (e seus possíveis desdobramentos), partindo da visão abrangente proporcionada pelo enfoque panorâmico até aqui priorizado, prosseguimos em nosso

²²⁹ Dentre outras fontes, informações sobre os aportes norte-americanos constam de arquivos disponíveis no site do Departamento de Estado dos EUA, em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/frus/johnsonlb/xxxii/36293.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

²³⁰ RICUPERO, 2017, p. 488.

exercício de perquirição, doravante privilegiando a observação mais detida e centrada nos aspectos que singularizam o período em questão.

A Mobilização do binômio *Segurança e Desenvolvimento*.

A “Mensagem ao Congresso Nacional”, enviada por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1965²³¹ e que recebeu o emblemático (ou irônico, a depender da perspectiva do leitor) título: *A revolução democrática de 31 de março*²³², exibe um tom de moderado triunfalismo ao longo de suas 192 páginas, transmitindo a ideia de *dever a cumprir*. Tal missão, segundo o documento, consistia no restabelecimento da normalidade democrática, que se viu ameaçada pelos agentes subversivos “com a participação ou tolerância do Governo anterior”, então desmontado pelo denodo do “movimento de 31 de março”. Esta era a razão de ser da *revolução*: retomar o trabalho (com estabilidade e confiança), o saneamento do país, seu ritmo de desenvolvimento e a “normalidade constitucional e legal”. Àquela altura, o êxito desta primeira *obrigação revolucionária* se faria notar no respeito às decisões judiciais e “na mais ampla liberdade de imprensa”, franquia esta refletida, por sua vez, “na paixão e na violência das críticas” endereçadas ao novo governo. Nos termos do comunicado de Castelo Branco, estas *avaliações desfavoráveis*, “por mais que se [afastassem] da verdade e [perturbassem] o julgamento sobre fatos, pessoas e valores” constituíam o “preço” que a Nação teria de pagar em prol da manutenção da ordem democrática “enquanto não [houvesse] corretivo legal” (grifo nosso). Como se sabe, o *corretivo legal* para bem lidar com os posicionamentos críticos surgiria em poucos anos...

Enquanto instrumento oficial de comunicação e divulgação, o documento transita entre a análise de resultados e a projeção de metas, buscando atribuir distinta relevância a ambos. Propriamente quanto à temática abordada, cabe observar que, se o recurso a tópicos como corrupção, subversão e democracia é, via de regra, útil e oportuno enquanto expediente discursivo e legitimador de ações políticas (ou *revolucionárias*, ou *golpistas*) direcionadas à conquista de poder, uma vez alcançado tal objetivo, a expectativa se volta a argumentos

²³¹ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1965/view>. Acesso em: 4 de jun. de 2019.

²³² Na “ordem do dia”, enviada para as unidades do EB em 30 de março de 2020 (para ser lida no dia 31), o então Ministro da Defesa, General de Exército Fernando Azevedo e Silva, em alusão ao golpe civil-militar de 64, afirma que “o movimento de 1964 é um marco para a democracia brasileira”, sinalizando que a representação mental de uma *revolução democrática* perdura, ao menos sob a ótica de alguns setores da sociedade e da corporação. Referida mensagem provocou forte reação e somente foi autorizada a permanecer nos anais do Exército por força de ação judicial.

menos vinculados a ideias ou valores morais e mais condizentes com propósitos materiais, normalmente atrelados a questões pertinentes à economia.

À luz desta perspectiva, na mensagem sob análise – assim como, não raro, observamos em outras manifestações de Castelo Branco –, destaca-se a preocupação com a “crise econômico-financeira”, fruto do grave revés que arruinara o PIB brasileiro e “cuja consequência imediata se manifestava pela descontrolada ascensão dos preços” e pelo expressivo déficit público que se prenunciava; um “descalabro financeiro e econômico, que trazia no bojo a agitação social e o crescente descrédito no estrangeiro” e que exigia um consistente plano de recuperação e “a adoção de drásticas medidas que, na sua fase inicial, se [apresentavam] como pesado encargo para toda a população nacional”. Frisando reiteradamente a importância da dimensão econômica, adverte o presidente que, muito embora a complexidade da situação na qual se encontrava o país fomentasse um momento de sacrifícios, a efetiva execução de “um amplo conjunto de providências” evidenciava “a preocupação do Governo no sentido de obter, em prazo relativamente curto, a recuperação financeira e econômica”, de forma a viabilizar o caminho do desenvolvimento e do “desejado bem-estar”.

Também pela constância com que emerge nos discursos castelistas, inclusive nas três mensagens enviadas ao Congresso²³³, merece destaque a expressão “democratização das (ou de) oportunidades”, por vezes vinculada ao amplo tema do desenvolvimento. Segundo o presidente, notadamente no pronunciamento sob enfoque neste subcapítulo, a locução traria em si “o sentido de revelar a insuficiência do formalismo democrático, que assegura aos indivíduos certos direitos, sem dúvida essenciais, mas não necessariamente a participação no progresso e bem-estar nacional”. Em outra oportunidade (a saber, na “Mensagem ao Congresso Nacional” encaminhada em 1966²³⁴), após relacionar a mesma expressão à ideia de “proporcionar a uma grande parte da população, até agora marginalizada, meios hábeis para produzir, enriquecendo o País ao mesmo tempo em que também se enriquece”, Castelo Branco assegura: “o princípio de democratizar é velho, mas a vontade de executá-lo é nova”. E a concretização da desejável “democratização de oportunidades”, conforme sinaliza a

²³³ Disponíveis no site da biblioteca da Presidência da República, em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1965/view>; <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1966/view> e <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1967/view>. Acessos em: 4 de jun. de 2019.

²³⁴ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1966/view>. Acesso em: 4 de jun. de 2019.

“Mensagem ao Congresso Nacional” de 1967²³⁵, passaria pelo imperativo de resgatar o “autêntico trabalhismo” – outra combinação de vocábulos potencialmente relacionável a uma gama diversa de significados.

É certo que, em momento algum, esclarece o governante os exatos parâmetros de sua definição de *trabalhismo autêntico*; não obstante, mui provavelmente, tal conceituação situava-se *qualquer coisa* longe do “getulismo”, ainda mais distanciada do ideário socialista, mas deveras contígua ao pensamento evocado através da clivagem sutilmente sugerida entre “democracia formal” e “bem-estar” (raciocínio este também expresso por Golbery), no sentido de que a democracia liberal não forneceria as ferramentas adequadas à concretização do propósito concebido pelos novos ocupantes do poder.

Lado outro, de todo convenientes à efetivação dos planos delineados pelos *comandantes da revolução*, figuravam as estruturas forjadas com apoio em seu *caríssimo* binômio “Segurança e Desenvolvimento”. Significativamente, o primeiro termo do dístico *materializa-se* em 13 de junho de 1964, por meio da Lei n. 4.341²³⁶, com a criação do Serviço Nacional de Informação – SNI (posteriormente regulamentado pelo Decreto n. 55.194, de 10 de dezembro de 1964²³⁷). Para compreender sua dimensão sob a perspectiva da Presidência, tornemos às palavras de Castelo Branco ao abordar a constituição e a finalidade da agência na “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1965:

De grande utilidade para o Governo foi a criação, pelo Congresso Nacional (Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964), do Serviço Nacional de Informação, que ficou situado no mesmo nível dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República. Como é natural, a gestão dos negócios do Estado requer seguras informações, oportunas e convenientemente analisadas, que colaborem nas múltiplas decisões a serem tomadas com frequência. Impunha-se, pois, a criação desse órgão, do qual se ressentia a estrutura governamental, que exige seguro conhecimento sobre ocorrências em todos os campos da atividade nacional. (BRANCO, 1965)

²³⁵ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1967/view>. Acesso em: 4 de jun. de 2019.

²³⁶ BRASIL. Lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14341.htm. Acesso em: 02 jul. 2020.

²³⁷ BRASIL. Decreto n. 55.194, de 10 de dezembro de 1964. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55194-10-dezembro-1964-395529-publicacaooriginal-49663-pe.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

O SNI, que teve como primeiro Chefe²³⁸ o general Golbery do Couto e Silva, tornou-se o principal órgão e coordenador das atividades do Sistema Nacional de Informações (SISNI), estrutura esta contemplada no Plano Nacional de Informações (PNI), por sua vez aprovado pelo Decreto n. 66.732, de 16 de junho de 1970²³⁹. O SISNI congregava todos os órgãos de informação dos ministérios civis e militares e, assim como o SNI, estava “isento de quaisquer prescrições que [determinassem] a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamento e efetivos”²⁴⁰. Como é de amplo conhecimento, o *Sistema* foi responsável pela condução das principais ações repressivas nos âmbitos doméstico e externo, cujos alcance e teor não apenas refletiam sua “grande utilidade para o Governo”, mas também evidenciavam o caráter dos informes coletados e manejados por seus órgãos afins.

Definido o componente inicial do emblemático enunciado, com o balizamento de parâmetros e diretrizes pertinentes à “Segurança”, o ano inaugural do regime militar buscará contemplar o elemento remanescente, encaminhando demandas de natureza diversa, desta feita relacionadas à questão do “Desenvolvimento”, visando a plena consecução do ideal tornado lema.

Para alcançar resultados exitosos na esfera do “Desenvolvimento”, a reestruturação administrativa do Estado, bem como a criação ou a reformulação de órgãos e programas eram consideradas essenciais. Nesse contexto, por meio da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964²⁴¹, é criado o Banco Central da República do Brasil (posteriormente denominado Banco Central do Brasil, por meio do Decreto-Lei n. 278/67²⁴²), que substituiria a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), definitivamente extinta em 31 de março de 1965. Sob o mesmo ímpeto, dois outros atos são encaminhados pelo Executivo Federal rumo à desejada prosperidade econômica: o Decreto n. 54.105, de 6 de agosto de 1964²⁴³, que dispõe sobre o FUNDECE (Fundo de Democratização do Capital das Empresas), e o Decreto n. 55.275, de

²³⁸ *Chefe* era a denominação legal conferida ao detentor do mais importante cargo de comando na estrutura do Serviço Nacional de Informação – SNI.

²³⁹ BRASIL. Decreto n. 66.732, de 16 de junho de 1970. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

²⁴⁰ Conforme previsão constante do parágrafo 2º do artigo 4º da Lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964.

²⁴¹ BRASIL. Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

²⁴² BRASIL. Decreto-Lei n. 278, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0278.htm#art1. Acesso em: 10 jul. 2020.

²⁴³ BRASIL. Decreto n. 54.105, de 06 de agosto de 1964. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54105-6-agosto-1964-394232-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

22 de dezembro de 1964²⁴⁴, que sistematiza o FINAME (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais).

Vale observar que não se pretende, aqui, um detalhamento exaustivo das características dos citados mecanismos governamentais de financiamento e fomento, concebidos no âmbito do PAEG; o destaque apresentado busca, tão só, reconstituir os primeiros passos em direção à almejada edificação de um Estado apoiado no mote “Segurança e Desenvolvimento”, evidenciando seus termos seminais e a *curiosa* precedência cronológica na estruturação da agência por excelência vinculada à preocupação com a “segurança” em detrimento de atos direcionados à promoção do “desenvolvimento” – o que, *talvez*, não denote uma banal casualidade.

Mas a *construção da potência* não poderia alicerçar-se unicamente no SNI e na definição de burocracias administrativas da moeda e do crédito. Tangenciando um dos vértices da questão, a “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1965 assinala que:

Em 1964, ponderáveis auxílios e subvenções foram entregues aos institutos vinculados ao Conselho Nacional de Pesquisas e à Comissão Nacional de Energia Nuclear, bem como a outros estabelecimentos universitários ou autônomos, beneficiando pesquisas puras e tecnológicas no campo da Física, Matemática, Geologia, Agricultura, Biologia e Medicina; bolsas de estudo foram concedidas nesses mesmos setores, para o Brasil e o exterior; promoveu-se a vinda, ao nosso País, de especialistas de renome internacional, com a finalidade de promover cursos, participar de Congressos e reuniões ou tomar parte em pesquisas aqui iniciadas; realizaram-se esforços de articulação para estender a atividade de pesquisa às regiões menos desenvolvidas de nosso território. (BRANCO, 1965)

Outrossim, afiançava o Comunicado que “importantes medidas [seriam] adotadas para revitalizar a pesquisa no Brasil”, destacando, nesse cenário, que “o Conselho Nacional de Pesquisas [duplicaria] o número de pesquisadores em formação” e que “a Comissão Nacional de Energia Nuclear [incrementaria] seu apoio à Física, à Engenharia e à Química, quando relacionadas essas atividades com as de Energia Nuclear” (grifo nosso). Prosseguindo nessa exposição de medidas, a Mensagem noticia, ainda, que, ao longo do ano de 1965, teria início “a planificação” – junto ao Instituto de Energia Atômica – “visando construir uma usina-piloto para preparação de elementos combustíveis para reatores”, e, em outro momento, assegura que “a preocupação básica da CNEN” seria “a de reativar os estudos sobre a instalação de centrais atomo-elétricas, em especial na Região Centro-Sul”. De fato, como será

²⁴⁴ BRASIL. Decreto n. 55.275, de 22 de dezembro de 1964. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55275.htm. Acesso em: 02 jul. 2020.

pontuado (quando pertinente) ao longo da tese, intensificaram-se os dispêndios com pesquisa à época, nomeadamente com a pesquisa nuclear – tema caro aos militares.

Ainda no horizonte dos esforços governamentais sob a epígrafe “Segurança e Desenvolvimento”, as Forças Armadas, naturalmente, também seriam contempladas. Nesta área, conforme registra a “Mensagem” de 1965, além de assegurar o “saneamento” e o “enquadramento disciplinar das respectivas forças”, bem como o expurgo dos quadros indesejáveis através da “aplicação das sanções do Ato Institucional”, tratou o governo federal de corrigir os “níveis de salários da classe que vinha sofrendo longo processo de proletarização e de rebaixamento do nível social” (grifos nossos), instituindo, para tanto, um novo Código de Vencimentos Militares, além de providenciar o encaminhamento de soluções para uma antiga demanda do exército: a questão da promoção de oficiais²⁴⁵.

De outro lado, no segmento da “Mensagem” que arrola as projeções para as FA, após asseverar, enfaticamente, que “a Revolução” teria “uma missão inarredável a cumprir – a de transformar este país grande em uma grande Nação”, Castelo Branco pondera:

Possuímos as condições essenciais a essa transformação, e o empenho do atual Governo se concentrará em transformar tais perspectivas em realidades. E essa imensa tarefa não se pode encetar sem que seja também promovida a integração das Forças Armadas, entendendo-se tal integração como a incorporação de meios variados, peculiares a cada uma das forças singulares, concorrendo para um objetivo comum e não, apenas, meios completando a atividade de outros. (BRANCO, 1965)

Em nosso entendimento, dessa breve seção do Comunicado (que, sob o título *Diretrizes na Área das Forças Armadas*, ocupa menos de 2 páginas do total de 192), ao menos dois aspectos merecem pontual referência, dado o simbolismo do qual se revestem. O primeiro deles diz respeito à vinculação discursiva que se estabelece entre a transformação do “país grande em uma grande Nação” e a sucessiva alusão ao papel das FA nesse processo. O segundo ponto a se destacar também decorre de um escopo associativo, desta feita buscando relacionar a “integração das Forças Armadas” à “vitalização do Estado-Maior das Forças Armadas” (EMFA), *in verbis*:

²⁴⁵ Nos exatos termos da “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1965: “A Lei n. 4.375, de 17-8-64, que regula o Serviço Militar, a 4.476, de 12-11-64, que estabelece a precedência funcional entre Oficiais-Generais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro, e a 4.448, de 29-10-64, que regula as promoções dos oficiais do Exército, são algumas das leis de iniciativa do Executivo de grande significação para as Forças Armadas.” Os textos das leis referidas no trecho ora transcrito podem ser consultados em meio eletrônico e estão disponíveis, respectivamente, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4375.htm; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4476.htm; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4448.htm. Acessos em: 20 nov. 2019.

A vitalização do Estado-Maior das Forças Armadas constitui o marco inicial de integração, apoiado nos conhecimentos comuns e na mentalidade de Forças Armadas integradas que ensaia a Escola Superior de Guerra, principalmente no Curso de Comando e Estado-Maior Combinado. (BRANCO, 1965)

Desse modo, ao divisar o referido *revigoramento* enquanto “marco inicial de integração”, a ser então concebido a partir da “Escola Superior de Guerra, principalmente no Curso de Comando e Estado-Maior Combinado”, o pronunciamento atribui à ESG a faculdade de definir a atuação do EMFA a partir de sua perspectiva doutrinal, viabilizando um direcionamento que extrapola os limites estritamente militares.

O pressuposto *esguiano* de guerra total e permanente estimulava a condição de perene mobilização²⁴⁶, que, por conseguinte, exigia o desenvolvimento de um parque industrial entrosado com os objetivos dessa disposição, constituindo mesmo um fator vital para o sucesso do *Estado de Segurança Nacional*. Assim, já em seus primeiros anos, a Escola Superior de Guerra cuidava da necessidade de estruturar uma capacidade industrial militar específica, uma indústria bélica, ao mesmo tempo em que promovia a integração dos diversos setores da sociedade aos imperativos da “Segurança Nacional”. Em verdade, mais do que um estado de mobilização, pretendia-se uma militarização permanente.

Por fim, ainda no bojo do reduzido – porém emblemático – segmento ora abordado, destaca-se a informação acerca da conjuntural impossibilidade de a “economia nacional” prover as Forças Armadas “com os recursos necessários para lhes permitir um reaparelhamento eficiente e completo e lhes oferecer autonomia em relação à produção do material bélico”. Malgrado tal circunstância, atendendo a uma longeva reivindicação da Força Terrestre, registra o general-presidente que estaria em elaboração Projeto de Lei voltado à criação do Fundo do Exército, “de vez que só ele [poderia] prover os recursos necessários ao seu reequipamento indispensável”. Dada a funcionalidade do instituto, largamente utilizado na aquisição de material militar nos anos subsequentes, tornaremos a abordar o Fundo do Exército e sua gestão mais à frente.

Doravante, considerando o repertório de dados objetivos e conjunturais até este ponto amalhado, para que perspectivas outras aperfeiçoem o quadro que se busca explicitar, propomos um afastamento estratégico (e temporário) das *falas presidenciais*, no intuito de

²⁴⁶ A *Mobilização Nacional* transformou-se em curso oficial da ESG por força do Decreto n. 40.835/57, assinado pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d40835.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

favorecer uma aproximação das indagações *mais ordinárias* da vida nacional. Sob este prisma, em sentido amplo, é possível afirmar que os assuntos políticos constituem um dos principais problemas – se não *o principal* – a resolver nos primeiros anos do regime implantado em 1964. Enquanto as questões sensíveis de política internacional seriam manejadas sob o signo do pragmatismo, mesmo antes da presidência de Ernesto Geisel (como será possível acompanhar no curso desta tese), no plano doméstico, a conciliação dos diversos grupos de interesse demandaria engenhosidade e cautela. Impunha-se, afinal, a articulação de uma textura em que concorriam uma parcela do empresariado, que dirigia agudas críticas ao governo federal, setores que se sentiam plenamente seguros para prosseguir com seus negócios (como sempre o fizeram), além dos que identificavam – naquele momento e sob o manto discursivo do interesse nacional – oportunidades para incrementar atividades já sistematizadas ou, ainda, explorar novas possibilidades. No cerne do interesse expresso por estes últimos, importa-nos, particularmente, discutir a atuação de um grupo que se mobilizou para estabelecer uma comunicação direta entre o empresariado e o Estado: trata-se do Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP.

O Grupo Permanente de Mobilização Industrial.

Logo nos primórdios da gestão de Castelo Branco, uma das iniciativas de maior relevo, voltada ao estreitamento de relações entre as esferas governamental e privada (por iniciativa desta e com o aval daquela) foi a instalação formal, em 30 de abril de 1964, do Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (GPMI-FIESP). Para além deste ato normativo, os quadros reunidos sob os auspícios da organização industrial paulista rapidamente estruturaram uma via de relacionamento com o novo regime, que perduraria por vários anos²⁴⁷ (perfazendo uma conjuntura ainda a demandar estudos consistentes).

Gestado no interior da FIESP, esse organismo passa a atuar de forma organizada nos primeiros meses de 1963, sob a denominação de “Grupo de Mobilização Industrial”. Quase uma década depois, aos 30 de julho de 1973, em conferência proferida na Escola Superior de Guerra²⁴⁸, Quirino Grassi registraria:

²⁴⁷ Atualmente, a FIESP abriga o COMDEFESA (Comitê de Segurança e Defesa), o qual, guardadas as devidas distinções contextuais e históricas, pode ser considerado sucedâneo do GPMI.

²⁴⁸ Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/poder/2014/05/31/image2014-05-31-112614.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

É nosso desejo através desta palestra transmitir [...] da melhor maneira possível a experiência acumulada em Mobilização Industrial, desde o preparo logístico executado no âmbito da FIESP com vistas ao preparo da Revolução de 64 na área de São Paulo, durante o período em que, como Vice-Presidente do GPMI, prestamos nossa colaboração ao então Presidente Victório W. R. Ferraz, e, até o presente momento, como Presidente do Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP.²⁴⁹

Enunciadas logo no início da exposição, as palavras do industrial paulista revelam, com inequívoca nitidez, a premente motivação do grupo que se reunira há dez anos: o apoio ao movimento de 1964. Permite-nos, ainda, perceber a replicação da iniciativa, no tempo e em outras Federações Estaduais de Indústria, evidenciando que a parceria entre o regime e as entidades representativas do setor manufatureiro perdurou para além da contextura política imediata ao golpe.

Ainda com respeito ao apoio dedicado à “Revolução de 64”, tão expressivas quanto as considerações de Grassi junto à ESG foram as declarações de Vitório Ferraz durante reunião plenária do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), reproduzidas em matéria publicada no início do ano de 1965, pelo diário carioca *Jornal do Commercio*. Na ocasião, o então presidente do GPMI-FIESP afirmaria: “97% das requisições assinadas na revolução foram doadas às Forças Armadas, (...) dentro em breve a totalidade das requisições serão doadas”²⁵⁰. De acordo com Ferraz, constavam do rol de “firmas paulistas que doaram material para o movimento de 31 de março de 1964”, dentre outras, Armações de Aço Probel, Acumuladores Vulcânia S/A, Companhia de Cigarros Souza Cruz, Companhia Atlântica de Petróleo, Duratex S/A, Esso Brasileira de Petróleo S/A, Eucatex S/A, Cremer S/A, Pfizer Corporation do Brasil, General Electric, Shell Brasil Ltda., Vicari S/A Indústria e Comércio e Ultragaz (para citar apenas algumas das mais conhecidas).

Oportuno, portanto, aos preparativos para o *31 de março*, esse grupo de mobilização mantém-se relevante subsequentemente – inclusive com sua formalização institucional – como se verá.

O GPMI da FIESP era constituído por civis e militares, característica esta que garantia a fluidez no diálogo entre instituição e governo, favorecendo o trânsito de interesses. Dentre os dirigentes civis que atuaram na esfera do “Grupo” em sua formação original, entendemos

²⁴⁹ GRASSI, 2020, grifo nosso.

²⁵⁰ JORNAL DO COMMERCIO (RJ). **Indústria colabora com Forças Armadas**. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 05 e 06 jan. 1965. 1º Caderno, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_15&pasta=ano%20196&pesq=Vit%C3%B3rio%20Ferraz&pagfis=34533. Acesso em: 27 ago. 2020.

merecer nominal referência, além do presidente da federação industrial paulista (Raphael de Souza Noschese):

- **Vitório Walter dos Reis Ferraz:** presidente do GPMI em seus anos iniciais, vinculado ao Grupo Industrial Soma e membro da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES);
- **Quirino Grassi:** empresário do setor automotivo (produtor de carrocerias e pioneiro no transporte público urbano sobre rodas), forneceu, em 1964, quatro veículos blindados para controle de distúrbio civil, denominados VDT (Veículo de Dispersão de Tumultos);
- **Theobaldo De Nigris:** empresário do setor gráfico e presidente da FIESP entre 1967 e 1980, foi um fervoroso apoiador do movimento militar, mesmo quando, no início dos anos 1980, boa parte do empresariado se afastava do regime;
- **Mario Amato:** presidente da FIESP entre 1987 e 1992;
- **Paulo Mariano dos Reis Ferraz:** ligado ao setor automotivo, foi conduzido à Presidência da Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo (CMTC), em 1973;
- **João Gustavo Haenel:** ligado ao setor siderúrgico, diretor da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), membro do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT-USP) e colaborador da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB), além de diretor dos Bancos FINASA e Mercantil de São Paulo;
- **Oswaldo Palma:** diretor-presidente da Freios e Sinais do Brasil S/A (FRESINBRA), vice-presidente da FIESP e Secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia na gestão Paulo Maluf (e com este condenado no “caso Paulipetro”);
- **Vicente Chiaverini:** professor da Escola Politécnica, colega de Haenel no IPT-USP, importante referência na área da metalurgia, fundador da Brassinter S/A, presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ) e diretor do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A (BADESP);
- **Décio Fernandes Vasconcellos:** fundador da D. F. Vasconcellos S/A, único empresário vinculado diretamente à produção bélica na formação diretiva inicial do GPMI.

Dentre os militares integrantes do “Grupo” – muitos dos quais viriam a desempenhar importantes funções nos diferentes governos do regime militar²⁵¹ –, destacam-se o Brigadeiro Márcio de Souza Melo e o General Edmundo Macedo Soares e Silva, além outros oficiais, inclusive de menor patente.

Cumpre-nos esclarecer que optamos pelo registro da nominata acima por sua singular precisão em ilustrar a aura de prestígio e poder que envolvia o GPMI, com integrantes desempenhando significativos papéis na economia e nos negócios do Brasil e, por vezes, também ocupando posições-chave nas administrações públicas do período. Neste cenário, julgamos interessante, ainda, notar que nenhum dos futuros “grandes nomes” da Indústria de Material Militar compunha o “Grupo” em sua primeira formação, à exceção de Décio Vasconcellos (da empresa D. F. Vasconcellos S/A), que se envolverá, posteriormente, em projetos concebidos *sob o guarda-chuva* da ENGESA (muito embora a D.F. Vasconcelos tenha integrado outras iniciativas, as mais relevantes foram as estabelecidas com a citada fabricante de blindados).

Alfred Stepan (1988)²⁵² assevera que “o regime militar brasileiro passou por três fases distintas em seu esforço consciente para construir um complexo industrial-militar autônomo” (p. 88; tradução nossa²⁵³), a saber: de 1964 a 1967; de 1967 a 1975; e de 1975 em diante. Ressalve-se que, no momento da publicação em foco, Stepan não poderia antever os problemas que se avizinhavam, nem dispunha de acesso a informes e registros que, em tese, afetariam a segmentação cronológica então apresentada. Sem embargo, para a discussão proposta nesta seção, importa examinar, fundamentalmente, as observações lançadas quanto ao primeiro dos referidos ciclos:

De 1964 a 1967, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em consonância com as autoridades militares, criou o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), que se concentrou explicitamente na formação de uma indústria de armamentos. Tal era de interesse mútuo porque, à época, havia uma grande capacidade ociosa na deprimida economia brasileira. O GPMI foi manifestamente apoiado pelo Centro de Tecnologia Aeroespacial (CTA), pelo Instituto Militar de Engenharia e pelo Centro de Pesquisa Naval.²⁵⁴

²⁵¹ As informações pertinentes aos integrantes do GPMI foram obtidas em consulta a BORTONE (2018) e LEMOS (2016).

²⁵² STEPAN, Alfred. **Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

²⁵³ No original: “The Brazilian military regime passed through three distinct phases in its conscious effort to build up a more autonomous military-industrial complex”.

²⁵⁴ STEPAN, 1988, p. 88, tradução nossa. No original: “From 1964 to 1967 the private industrial federation of São Paulo (FIESP), in consultation with the military authorities, created a Permanent Group for Industrial Mobilization (GPMI) that focused explicitly on forging an arms industry. This was of mutual interest because at

Em sua proposta, o professor da *Columbia University* oferece uma judiciosa sistematização acerca das etapas vivenciadas pela indústria de armas (até o momento da publicação de seu livro, já referenciado), além de bem discernir a relevância do GPMI, mormente nos estágios iniciais do regime militar, a ponto de relacionar a primeira fase daquele processo com a estruturação e o empenho do Grupo da Federação Industrial de São Paulo. Todavia, apontamentos e subsídios documentais ulteriores indicam que a atuação do Grupo Permanente ultrapassou esse período inaugural, denotando mais do que um acordo de *interesse mútuo* na área econômica. Consoante sinaliza a coordenação articulada previamente ao estabelecimento formal do GPMI, o compromisso em tela também compreendia uma instância de ordem política.

Com efeito, no desempenho de suas funções, a FIESP não apenas atuava enquanto representante na defesa de interesses de classe, mas, através do GPMI, também mobilizava seus associados no intuito de adensar tal perspectiva coletiva, sem, obviamente, descurar de aspirações empresariais específicas. Naquele momento – assim como se verificará em outros²⁵⁵ –, as justificativas apresentadas combinavam motivações de cunho nacional e de índole empresarial. A ilustrar tal amálgama, temos a primeira reunião plenária, realizada concomitantemente ao estabelecimento formal do Grupo, quando se define com nitidez a incumbência do organismo então fundado, qual seja, prover as Forças Armadas de recursos consentâneos “ao resultado da principal equação da guerra moderna: onde obter material, quando obter material e como receber o material necessário”²⁵⁶, de modo a viabilizar a consecução de respostas eficientes a eventuais conflitos.

Nesses anos iniciais, pelo que pudemos apurar, coube ao GPMI estimular e coordenar a indústria paulista no sentido de assegurar a reposição e o recondicionamento de

the time there was great excess capacity in the depressed Brazilian economy. The GPMI was explicitly supported by the air force's Center for Aerospace Technology (CTA), the army's Institute of Military Engineering, and the navy's Center of Marine Research”.

²⁵⁵ Em matéria veiculada pela Revista ISTOÉ, datada de 29 de agosto de 2007, Paulo Skaf é descrito como “um entusiasta da recriação da indústria de defesa nacional”. Comemorando os indicativos de retomada do investimento público no setor, o então Presidente da FIESP declara que “a Defesa não é uma indústria normal, como qualquer produto que se compre ou se venda (...). Quando falamos de Defesa, estamos falando de soberania nacional.” Disponível em: https://istoe.com.br/2249_POR+QUE+O+BRASIL+PRECISA+DE+DEFESA/. Acesso em: 23 maio 2019.

²⁵⁶ GPMI/FIESP, ata da 1ª reunião plenária, 30 de abril de 1964. In: SILBERFELD, Jean-Claude Eduardo. **O grupo permanente de mobilização industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - 1964-1967**. 1984. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

equipamentos e materiais de aplicação militar das FA²⁵⁷ (como no já citado caso do fornecimento de Veículos de Dispersão de Tumultos – VDT). Por outro lado, concorreu a entidade de forma significativa para o surgimento das primeiras indústrias nacionais civis especificamente dedicadas à produção, em escala industrial, de equipamentos de aplicação militar (antes restrita aos setores fabris das unidades militares e a iniciativas civis independentes), além de articular a conexão com empresas que, mesmo não direcionadas ao setor, pudessem estabelecer linhas de fabricação compatíveis com o emprego na função bélica.

Jean-Claude Silberfeld, que abordou o GPMI em sua dissertação de mestrado²⁵⁸, relata que o Grupo surge da conjugação entre a compreensão dos entraves operacionais das Forças Armadas, a conveniência do momento político e o respaldo das organizações militares instaladas no estado de São Paulo (estas, por sua vez, avalizadas pelos ministérios militares e pelo Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA).

Todavia, julgamos pertinente ressaltar que as atividades do GPMI não ficaram restritas ao intervalo apontado por Stepan (1964-1967). No terceiro governo do ciclo militar, liderado por Garrastazu Médici, continuamos a acompanhar a movimentação do Grupo Permanente, já completamente institucionalizado e ainda mais afinado com as propostas – e a propaganda – governamentais, a ponto de preconizar: “cabe a todos os brasileiros e, principalmente às classes produtoras, a responsabilidade de manter as classes armadas do país suficientemente bem equipadas, dentro de um alto padrão de eficiência.”²⁵⁹ E, aqui, vale o destaque: ao integrar, em um mesmo enunciado e com uma mesma intenção discursiva, “todos os brasileiros” e “as classes armadas do país”, atribuindo aos primeiros a *responsabilidade de bem equipar* as últimas, revigora-se a vinculação que se buscou estabelecer desde o governo inaugural do regime militar, iniciado em 1964, entre a edificação de uma *grande Nação* e o inexorável papel das Forças Armadas nesse desígnio, a ser desempenhado com o suporte da perene mobilização de todas as instâncias sociais (aqui incluído, com especial deferência, o setor industrial).

²⁵⁷ GPMI/FIESP, ata da 6ª reunião ordinária, 23 de junho de 1964 *In*: SILBERFELD, Jean-Claude Eduardo. **O grupo permanente de mobilização industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - 1964-1967**. 1984. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

²⁵⁸ SILBERFELD, Jean-Claude Eduardo. **O grupo permanente de mobilização industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - 1964-1967**. 1984. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

²⁵⁹ FIESP/CIESP. **GPMI da FIESP: definições e diretrizes**. São Paulo, 1970, *apud* SILBERFELD, 1984.

Cotejando a avaliação de Stepan, que aponta a *capacidade ociosa da indústria na combatida economia brasileira* enquanto elemento aglutinador de interesses; a *intermediação promovida pelo GPMI entre Indústria e Forças Armadas*, anotada por Silberfeld, e seu papel impulsionador da simbiose produtiva verificada entre essas instâncias; e, ainda, a manifesta diretriz do “Grupo” quanto à necessidade de amplo engajamento social, com vistas a garantir *um alto padrão de eficiência das classes armadas*, podemos compor um quadro interpretativo mais amplo e abrangente. Em nossa avaliação, todas as citadas reflexões e inferências são pertinentes e contribuem para a compreensão da dinâmica instaurada, mas não se extinguem em si mesmas: existia, seguramente, o interesse de classe; a capacidade ociosa, sem dúvida, facilitou o direcionamento do esforço de produção para setores antes quase inexistentes no âmbito do parque industrial brasileiro; e, não menos importante, nutriam os militares o desejo de garantir uma capacidade de mobilização nacional – com a imperativa participação do segmento fabril – capaz de aprestar de forma rápida e eficiente as forças de segurança para o enfrentamento de qualquer conjuntura adversa que se fizesse presente. Assim sendo, em favor de um entendimento consentâneo, nenhuma linha de análise deve se pautar por uma explicação unidirecional, pois, no cenário em questão, coexistiam ímpetos e aspirações de múltipla natureza.

Ante a vitória em 1964 e o íntimo relacionamento estabelecido com a Escola Superior de Guerra e o comando das Forças Armadas, o grupo de mobilização paulista parecia apto a avançar em direção a projetos maiores e mais ambiciosos. Nesse sentido, com o intuito de estabelecer uma produção racional para as Forças de Segurança (as FA e as Forças Públicas Estaduais), o GPMI concebe a criação de *comissões especiais* por ramo de atividade, confiando sua organização aos respectivos sindicatos patronais. Entre as associações mais relevantes figuravam: a Comissão Especial de Artigos Têxteis, voltada à padronização de fardamentos e uniformes; a Comissão de Medicamentos e Equipamentos Hospitalares; e a Comissão de Viaturas e Autopeças, especialmente direcionada à fabricação, no Brasil, de um veículo 6X6. Para além da concepção desses comitês de estudo, o GPMI atuava em demandas mais concretas, passando a centralizar, logo no primeiro ano de sua existência, as solicitações de concorrência e licitação das três Forças, atividade que se estenderia até os primeiros anos da década de 1970, auxiliando, ainda, na estruturação do modelo de mobilização industrial idealizado pelo Estado-Maior do Exército (EME) e, posteriormente, pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Mas essas ações representariam tão só o princípio de uma trajetória que, na expectativa dos integrantes do GPMI-FIESP, seria grandiosa.

Alcançados os objetivos primevos do movimento civil-militar de 1964, quais sejam, a deposição do presidente João Goulart e a *presumível* consolidação de um regime de força, o GPMI – sempre com a anuência (embora não unânime) da FIESP – buscava ampliar seu raio de ação e compor uma parceria sólida e duradoura com o novo sistema político. Sob tal perspectiva, o Grupo acreditava que seria possível conformar mais uma instituição, que, por sua vez, sacramentasse a interdependência entre as FA brasileiras e a elite industrial do país. Em nota veiculada sob o intertítulo “Armas”, no Correio da Manhã (RJ) de 25 de novembro de 1966²⁶⁰, que noticiava a visita de um grupo de oficiais da Diretoria de Armamento da Marinha ao GPMI-FIESP, registra-se que:

(...) o sr. Vicente Chiaverini, um dos diretores do grupo permanente de mobilização industrial, afirmou que a indústria paulista vai fabricar armas, munições e veículos destinados às Forças Armadas. Depois de discorrer sobre o GPMI e suas finalidades, o orador informou que São Paulo terá brevemente uma Escola Superior para oficiais, nas bases da existente nos Estados Unidos, através da qual os alunos podem conhecer profundamente os processos industriais.

A organização que se propunha à época seria uma correspondente brasileira do *Industrial College of the Armed Forces* (ICAF)²⁶¹, que congregava oficiais militares e contingentes civis atuantes no Setor de Defesa, figurando entre suas incumbências o estabelecimento das bases da mobilização industrial e seu gerenciamento. Todavia, a proposta anunciada pela direção do GPMI guardava uma diferença fundamental em relação àquela gestada nos EUA: a *versão brasileira* partia da iniciativa privada, gestada no seio de uma instituição civil, representante dos interesses dos industriais paulistas; diversamente do quanto observado com respeito ao modelo norte-americano, elaborado a partir da percepção militar a propósito da Segurança Nacional. Isto posto, para o regime *local*, que se encaminharia para soluções autárquicas e que enxergava as forças produtivas brasileiras como organismos carentes de direcionamento e determinação necessários para atingir os Objetivos Nacionais, o projeto aventado por Chiaverini não teria lugar, especialmente por inverter, na prática, a linha de comando considerada essencial pelo governo implantado. A indústria poderia – e deveria – agir como parceira na construção do *Brasil Potência*, mas não assumiria a liderança nesse

²⁶⁰ CORREIO DA MANHÃ (RJ). **Operação Gorila reúne cinco mil. Armas.** Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 25 nov. 1966. 1º Caderno, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1966_22589.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

²⁶¹ Posteriormente renomeada *Dwight D. Eisenhower School for National Security and Resource Strategy*, em homenagem ao 34º Presidente dos Estados Unidos.

processo. Como sabemos, o sugerido empreendimento não prosperou, permanecendo a Escola Superior de Guerra como a instância aglutinadora dos esforços de mobilização nacional.

Além do mencionado projeto, um outro ensaio de atuação do GPMI, de contornos ainda mais complexos e audaciosos, muito provavelmente contribuiu para que o Grupo fosse acompanhado com ressalvas pelo Poder Central e perdesse, paulatinamente, sua capacidade de influir nas decisões de Brasília. Por tangenciar mui sensível questão sob o prisma do governo instaurado e, conseqüentemente, o panorama sob análise das oportunidades/possibilidades, dediquemos mais algumas linhas sobre este fato específico.

Atendendo ao convite do Departamento de Defesa dos EUA, uma comitiva do GPMI, chefiada por Vitório Ferraz, esteve em Washington, entre os dias 6 e 13 de dezembro de 1965, ocasião em que reuniram-se com oficiais do Pentágono e industriais do setor de defesa norte-americano. Oficialmente tratava-se de uma visita técnica, com o objetivo de conhecer as iniciativas estadunidenses de mobilização industrial, bem como visitar as instalações de produção de armamentos daquele país; contudo, os desdobramentos desta “missão” foram além do objetivo oficial.

Em notícia do diário carioca *Correio da Manhã*²⁶², publicada em 14 de janeiro de 1966, somos informados que:

O presidente do Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP, sr. Vitório Reis Ferraz, informou que o governo norte-americano está interessado em importar manufaturados brasileiros. Nesse sentido, as autoridades estadunidenses estão mantendo contatos com industriais de São Paulo, procurando saber quais os produtos suscetíveis de serem empregados no atual esforço de guerra daquele país no Vietnam.

Considerando a documentação primária pesquisada, a notícia veiculada pelo *Correio da Manhã* é parcialmente correta. Segundo telegrama enviado no dia primeiro de abril de 1966 pelo chefe do Consulado dos EUA em São Paulo (Richard Desmond)²⁶³ para o Departamento de Estado, no qual o Cônsul norte-americano relatou as conversas entre aquela legação diplomática e o presidente do GPMI-FIESP, foi informado sobre o “interesse do Dr.

²⁶² *Correio da Manhã*, sexta-feira, 14 de janeiro de 1966, 1º caderno, p. 13.

²⁶³ Aerograma do Consulado dos EUA em São Paulo para o Departamento de Estado, enviado em 1/04/1966 (A-228 – ALD(BRAZ) 10 VIETS POL BRAZ). Disponível em repository.library.brown.edu, consultado em 18 de março de 2020.

Victório Ferraz e do GPMI no fornecimento de material para ajudar os EUA na Guerra do Vietnã²⁶⁴, esclarecendo ainda que:

Desde que o Dr. Ferraz retornou de sua visita aos Estados Unidos, em dezembro, houve considerável publicidade jornalística acerca das reuniões do grupo, nas quais foram discutidas as possibilidades de fornecimento de material de guerra pela Indústria Brasileira.²⁶⁵

Ao contrário do ventilado na imprensa nacional, sobre o interesse norte-americano no suprimento brasileiro, o telegrama torna explícito que partiu do GPMI a pretensão em fornecer materiais ao Pentágono. Tal desejo dos industriais paulistas, por outro lado, poderia bem ser mobilizado para um interesse concreto dos EUA, que podemos conhecer por meio de outro telegrama, desta feita enviado pelo Departamento de Estado dos EUA para a Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro²⁶⁶, em 13 de dezembro de 1965 (portanto no último dia da estada do grupo do GPMI em Washington).

A referida comunicação norte-americana antecipava ao Embaixador dos EUA no Brasil²⁶⁷ que ele seria autorizado a prosseguir as negociações sobre um programa de financiamento na ordem de US\$ 150 milhões para o governo brasileiro e que, concomitantemente às negociações com Roberto Campos, a Embaixada deveria agendar um encontro privado com Castelo Branco, informando a particular atenção que o Presidente dos EUA dedicava ao Brasil e que:

nesta mesma conversação, mas sem condicionar ao financiamento, você deve dizer a Castello Branco que, por sua vez, o Presidente quer que ela saiba a enorme importância do Vietnã e da grande necessidade da ajuda de Castello Branco para lidar com esta situação.²⁶⁸

²⁶⁴ Tradução livre do autor. No original: *The attached memorandum of conversation discusses the interest of Dr. Victorio Ferraz and the GPMI (Permanent Group for Industrial Mobilization) in supplying material to assist the US in the war in Viet-Nam.*

²⁶⁵ Tradução livre do autor. No original: *Since Dr. Ferraz return from a visit to the US in December, there has been considerable newspaper publicity giving to meetings of the group at wich the possibility of Brazilian Industry supplying war material has been discussed.*

²⁶⁶ Outgoing Telegram Department of State to Amembassy Rio de Janeiro, Dec 13/9/65 (07030 – secreto), conteúdo transmitido como recebido da Casa Branca. Disponível em repository.library.brown.edu, consultado em 18 de março de 2020.

²⁶⁷ Lincoln Gordon era, naquele momento, o chefe da diplomacia estadunidense no Brasil, mas já em transição para o sucessor, John Tuthill.

²⁶⁸ Tradução livre do autor. No original: *In same conversation but without tying it to loan, you should tell Castello Branco that President in turn wants him to know of the enormous importance of Viet Nam ando f his great need for Castello Branco's help in dealing whit this problem.*

O telegrama prossegue com as considerações de praxe, nas quais o representante diplomático norte-americano deveria alertar o Presidente brasileiro sobre a importância do Vietnã para as “democracias do mundo”, e do “sacrifício do povo americano para a defesa do mundo livre” e, ainda dentro das orientações ao Embaixador dos EUA, esclarece que:

A mais alta autoridade autorizou o programa de empréstimo com o entendimento de que todo o esforço será feito para obter a participação militar brasileira no Vietnã. A aprovação do empréstimo não está condicionada ao comprometimento militar brasileiro, mas, antes da autorização para o início das negociações do financiamento com as autoridades brasileiras, precisamos urgentemente do seu conselho sobre qual a melhor abordagem para obter de Castelo Branco a contribuição militar para o Vietnã. Os EUA provavelmente podem arcar com os custos da força expedicionária, bem como prover algum incremento em equipamento para os militares brasileiros, além dos previamente programados.²⁶⁹

Em seguida, o despacho da Secretaria de Estado detalha a contribuição, provavelmente inicial, esperada:

Um batalhão de fuzileiros navais ou do exército seria a contribuição mais desejável; entretanto, um batalhão de engenheiros militares ou ainda uma contribuição naval ou aérea seria aceitável na ordem indicada, embora menos desejável.

Estamos dirigindo solicitações semelhantes para a Argentina e para a Venezuela, bem como a países de outras áreas. (...) Tudo o que precede é para sua informação somente e não deve, repetimos, não deve ser discutido nesse momento com os brasileiros.²⁷⁰

O objetivo americano parecia coincidir com o dos industriais agrupados em torno do GPMI e, de fato, várias foram as viagens para os EUA, bem como a consulta de representantes do Departamento de Estado e de Defesa dos EUA junto ao Grupo de Mobilização da FIESP, procurando estabelecer vínculos e parcerias com os empresários paulistas.

Desde o final de 1965 e com mais intensidade a partir de janeiro de 1966, a imprensa noticiava as possibilidades de fornecimento de material aos EUA, através do GPMI e foi

²⁶⁹ Tradução livre do autor. No original: *Highest authority has authorized \$150 million program loan with the understanding that Every effort will be made to obtain Brazilian military participation in Viet-Nam. Approval of the loan is not tied to military commitmen, but before authorizing you to begin negotiations with Brazilian authorities on loan, we need your advice urgently on how best to approach Castelo Branco to obtain military contribution to Viet-Nam. U.S. can probably absorb support costs of expeditionary force as well as consider providing som increase in equipment for Brazilian military above those previously programmed.*

²⁷⁰ Tradução livre do autor. No original: *A marine or army unit of battalion size would be most desirable contribution; however, a combat engineer battalion or naval or air contribution would be acceptable in order named although less desirable. Similar requests are being made to Argentina and Venezuela, and to contries in Other areas. (...) All of the foregoing is for your information Only and not, repeat, not to be discussed at this time with Brazilians.*

veiculado inclusive a intenção de construir, sob a coordenação do Grupo Paulista, uma fábrica para a produção de aeronaves militares, o OV-10C *Bronco*, um equipamento multimissão, especialmente projetado para operações antiguerrilha, apoio aéreo aproximado, reconhecimento armado, escolta e controle aéreo avançado, altamente manobrável e capaz de realizar pouso e decolagens em pistas curtas e mesmo em estradas não pavimentadas. Era um avião moderno, lançado em 1965 e largamente utilizado na Guerra do Vietnã (a última missão militar do Bronco foi durante a operação “Tempestade no Deserto”, sendo retirado do serviço ativo das FA estadunidenses em 1995).

A movimentação em torno da proposta de fabricação da aeronave foi intensa, sendo inclusive cogitado que o local ideal para a unidade fabril seria em algum estado do Nordeste do Brasil, contando inclusive com reuniões junto a empresários daquela região; também foi bastante noticiado a presença de representantes do Departamento de Defesa na FIESP, o que reforçava a sensação de colaboração entre os dois países.

O envolvimento militar direto, em termos humanos, não transpareceu em nenhum veículo de comunicação, mas vozes discordantes surgiam, inclusive no parlamento brasileiro. Na sessão plenária da Câmara dos Deputados de 28 de abril de 1968, o Deputado Noronha Filho (MDB-Guanabara) apresentou “Requerimento de Informações ao Ministério da Justiça”, “sobre as medidas cabíveis para fazer cessar a propaganda de guerra do Brasil no Vietnã, feita pelo Grupo Permanente de Mobilização Industrial, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.”, vedada constitucionalmente e asseverava que “a publicidade em torno desses objetivos de participação numa guerra estranha ao país constituía, ainda que indiretamente, a participação do Brasil no conflito em curso no país asiático.”²⁷¹.

Porém, tão rapidamente quanto surgiu, as notícias envolvendo qualquer tipo de participação do Brasil no conflito desapareceram já ao final do primeiro semestre de 1966. A tentativa de atrair o governo brasileiro, bem como de outros países, para o esforço de guerra no sudeste asiático é uma passagem já conhecida dos historiadores e, a julgar pelas informações disponíveis, foi um movimento norte-americano que, mais do que a necessidade estritamente militar, buscava legitimar as ações militares no Vietnã, que poderia ser configurada através de uma coalizão de nações em luta pela “democracia” e em defesa do “mundo livre”.

Contudo, para o Brasil, além do nítido inconveniente para a política interna, o ingresso na guerra asiática divergia frontalmente das já citadas conceituações geopolíticas (os círculos

²⁷¹ Coleção Anais da Câmara dos Deputados, 55ª Sessão, em 28 de abril de 1968. Disponível em: imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv, consultado em 18 de abril de 2019.

concêntricos) e foi publicamente rechaçada pelo futuro presidente Costa e Silva. Mesmo ao aproximar-se o fim da Guerra do Vietnam, em 1973, o Brasil foi sondado por Washington e pelo Vietnam do Sul para compor a “Comissão de Controle e Supervisão da Paz no Vietnam” e, mesmo com a proximidade entre os presidentes Nixon e Médici, tal proposta foi também peremptoriamente recusada; para o Chanceler Gibson Barbosa²⁷² tal participação significaria “envolvimento em uma área do mundo distante de nossos interesses imediatos [portanto fora de nosso *círculo concêntrico*]” e, além disso, “representaria um ônus político considerável, sem que se percebam vantagens políticas a contrabalança-lo”. O presidente Médici aceitou imediatamente a argumentação do Chanceler brasileiro.

Para nós, contudo, o mais importante desta passagem é apontar a disposição do empresariado e do regime na elaboração de uma política de material bélico. As precoces ligações entre os industriais paulistas, notadamente os vinculados ao GPMI e os artífices do movimento militar de 1964, bem como as íntimas conexões estabelecidas após a deposição de Goulart sugerem que a ideia de estabelecer, se não um complexo industrial militar, ao menos um vigoroso parque fabril com objetivos de defesa e segurança já estava posto desde os primeiros dias do regime militar; a articulação entre as duas esferas (industrial e militar), contudo, não seria de sociedade, mas de parceria.

A interpretação possível, considerando os fatos narrados, é que o GPMI acreditou que constituiria uma instância maior e mais influente do que poderia ser, de fato, no novo arranjo político-institucional estabelecido após o golpe de 1964 e a excessiva publicidade, particularmente junto a autoridades estrangeiras, provavelmente desagradou os ocupantes do poder. Ainda que a associação permanecesse, especialmente com a ESG, ao longo da década de 1970 o Grupo de Mobilização Industrial da FIESP foi perdendo relevância e centralidade nas questões pertinentes ao aparelhamento bélico das forças de segurança brasileiras, deslocados por uma configuração construída por outros atores que, embora pertencentes ao mesmo perfil industrial, não representavam as forças já consolidadas no cenário empresarial paulista; esses jovens atores eram mais condizentes com a estratégia estabelecida no regime militar.

Entretanto, conforme mencionamos *an passant* linhas acima, a despeito do notável cenário no qual se insere, a atuação do GPMI da FIESP ainda é discretamente iluminada. Tanto no que concerne à História da Indústria de Defesa quanto no que tange à História do Regime Militar Brasileiro – e até mesmo no quadro das Relações Internacionais –, poucos

²⁷² AHMRE-BSB. Informação para o Presidente da República, n. 0048, secreto, Índice: Participação do Brasil na Comissão de Controle e Supervisão da Paz no Vietname, 18 de julho de 1973.

estudos abordam os meandros de uma trajetória de inegável influência, como atestam, inclusive, os *Grupos Permanentes de Mobilização Industrial* estruturados subsequentemente, junto às Federações de Indústria do Paraná, do Rio Grande do Sul²⁷³, de Minas Gerais²⁷⁴ e, em setembro de 1971, o de Pernambuco (constituídos no bojo de uma campanha da FIESP para estimular outras federações a organizar seus próprios grupos de mobilização).

Uma vez exposta essa incursão inicial na preparação de um esforço industrial-militar, retornemos a outras ações empreendidas no primeiro governo do regime militar, estas de maior alcance e longevidade e que foram largamente utilizadas no setor objeto desta tese.

Fundos para o Desenvolvimento.

Ainda na gestão de Castelo Branco, em meio às estratégias concebidas com o intuito de estimular o desenvolvimento, distingue-se a criação de “Fundos” para financiamento de setores específicos, direcionados tanto a empresas privadas quanto a instâncias da Administração Pública. Nesse horizonte de planejamento e definição de ações, foram implementados os seguintes instrumentos²⁷⁵:

- Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME): criado pelo Decreto n. 55.275, de 22 de dezembro de 1964, e gerenciado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE)²⁷⁶, destinava-se a financiar operações de compra e venda de máquinas e equipamentos de produção

²⁷³ “Junto à Federação das Indústrias de São Paulo funciona o Grupo Permanente de Mobilização Industrial: seu objetivo é atender à demanda de matérias-primas e produtos manufaturados por parte das Forças Armadas, em moldes modernos e eficientes. (...) A Federação das Indústrias do Paraná e a do Rio Grande do Sul procuram integrar-se no esquema da GPMI, ampliando assim a rede de interligação industrial do País.” *Jornal do Brasil*, 25 de jul. de 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=71607>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

²⁷⁴ “O comandante da IV Região Militar, General Alfredo Souto Malan, instalou ontem à noite, no Auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, o *Grupo Permanente de Mobilização Industrial*, destinado a possibilitar às autoridades militares o imediato acesso aos meios de produção em caso de emergência e em defesa da segurança nacional. (...) O GPMI de Minas é o segundo no gênero que se instala no país e foi o resultado de estudos feitos pelo Coronel Pedro Augusto Tavares Sisson, chefe da sessão de mobilização industrial da IV Região Militar.” *Correio da Manhã*, 12 de dez. de 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=gpmi&pagfis=67332>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

²⁷⁵ As informações pertinentes aos Fundos e Programas de Financiamento aqui referidos foram obtidas através de pesquisas realizadas junto ao acervo digital do BNDES (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>) e ao *website* do SEBRAE (<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>).

²⁷⁶ Apenas em 1982 a denominação da entidade será alterada para *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* (BNDES). Em seu sítio eletrônico, na aba *Nossa História*, a mudança é registrada nos seguintes termos: “O início dos anos 80 foi marcado pela integração das preocupações sociais à política de desenvolvimento. A mudança se refletiu no nome do Banco, que, em 1982, passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”.

nacional, além de projetos de implantação de novas indústrias de pequeno porte ou de expansão das já existentes, com prazo de pagamento entre dois e cinco anos. Constituído como fundo de natureza contábil, era abastecido por meio de empréstimos e doações de entidades internacionais, nacionais ou estrangeiras (dentre as quais figuravam os recursos provenientes da “Aliança para o Progresso”) e de recursos disponibilizados pelo Banco do Brasil ou mobilizados pelo BNDE nos mercados de capitais interno e externo. Em 2 de setembro de 1966, através do Decreto n. 59.170, passa à denominação de Agência Especial de Financiamento Industrial, conservando, contudo, a sigla FINAME e grande parte das características conferidas pela legislação primeva. Ao portfólio original, são acrescentadas novas modalidades de obtenção de recursos e, ao conjunto de itens financiáveis, agregadas a exportação e a importação de máquinas e equipamentos²⁷⁷.

· Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE): outro fundo de natureza contábil, criado através do Decreto n. 54.105, de 6 de agosto de 1964, era provido por recursos similares aos observados em relação ao FINAME, inclusive os oriundos da “Aliança para o Progresso”, e destinado a fornecer capital de giro para a indústria. Priorizava o empréstimo a empresas que aceitassem abrir seu capital, aplicassem os valores obtidos na produção de bens para a exportação e colaborassem para sanar pontos de estrangulamento na rede industrial do país. Buscava, sobretudo, estimular a dispersão do capital, na expectativa de, com isso, promover a ampliação do mercado de capitais brasileiro. Todavia, não conseguiu se impor enquanto ferramenta oportuna a tal intento, tendo seus objetivos parcialmente absorvidos pelo FINAME (quanto à oferta de capital de giro). Com propósito análogo, em 1967, por meio do Decreto-Lei n. 157, são concedidos estímulos fiscais a contribuintes do IRPJ e do IRPF que reservassem parte de seu imposto devido à aquisição de *Certificados Bancários* para compra de ações²⁷⁸.

²⁷⁷ O FINAME, ainda hoje ativo, recebeu considerável ampliação em 2014, durante o Governo Dilma Rousseff, no âmbito da então denominada *Nova Matriz Econômica* (NME), sendo responsável por quase metade dos recursos do *Programa de Sustentação do Investimento* (PSI). Sobre este interessante tema – que, todavia, foge ao nosso recorte cronológico –, ver: CARNEIRO, BALTAR & SARTI (orgs.), 2018, bem como CARVALHO, 2018.

²⁷⁸ Viabilizados pelo Decreto-Lei n. 157, de 10 de fevereiro de 1967, os chamados *Fundos 157* eram geridos por diversas instituições financeiras. Em tempos recentes, teve ensejo um movimento para que cotistas destes fundos pudessem resgatar os valores aplicados, estimados em aproximadamente R\$ 1,5 bilhão (em 2012). Não obstante a promoção de iniciativas de tal jaez, a esperada dispersão de capital nunca se operou de modo efetivo no Brasil, ainda que ressalvado o recente aumento do número de “pequenos investidores” na Bolsa de Valores. Sobre as tentativas de dispersão de capital, ver OIOLI (2014).

- Programa de financiamento à pequena e média empresa (FIPEME): considerando a recomendação formulada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa é concebido a partir de determinação emanada do Poder Executivo para que o BNDE estruturasse uma operação de financiamento direcionada a pequenas e médias empresas. O sugerido Programa – formalizado através da Resolução n. 166, de 5 de março de 1965, e aperfeiçoado por atos normativos posteriores – era composto por recursos nacionais, do BID e do *Instituto de Crédito para Reconstrução* (da Alemanha Ocidental) e operava sob a tutela do Conselho Monetário Nacional. Formará, juntamente com o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC)²⁷⁹, o Departamento de Operações Especiais do BNDE²⁸⁰.
- Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEPE): criado pelo Decreto n. 55.820, de 8 de março de 1965, também como um fundo de natureza contábil, operacionalizado pelo BNDE e supervisionado pelo Ministério do Planejamento, era composto pelas mesmas fontes de recursos dos Fundos supracitados e destinado a fomentar projetos e programas de desenvolvimento econômico. Em 1967, já na gestão de Costa e Silva, será transformado em Empresa Pública vinculada ao Ministério do Planejamento.

Seguindo, em certa medida, a lógica aplicada aos Fundos acima descritos, Castelo Branco também procurou direcionar recursos para as Forças Armadas. Nesse sentido, em 15 de abril de 1965, é sancionada a Lei n. 4.617, que institui o “Fundo do Exército”, a ser administrado pelo Conselho Superior de Economias da Guerra (então renomeado para Conselho Superior do Fundo do Exército²⁸¹), com o propósito de “auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento do Exército e para realizações ou serviços inclusive de programas de assistência social que, a juízo do Ministério de Guerra, se façam necessários”²⁸². O mesmo diploma ainda previa que, durante os cinco primeiros anos a contar da data de sua promulgação, “no mínimo dez por cento (10%) do total do Fundo do Exército” fossem destinados à construção de moradias para oficiais e sargentos. Todavia, não obstante a

²⁷⁹ Criado através da Resolução n. 146, de 29 de maio de 1964.

²⁸⁰ Em 1972, o Departamento de Operações Especiais do BNDE e o Ministério do Planejamento estruturaram o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE), que será transformado, em 1990, no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), desvinculado da Administração Pública.

²⁸¹ Em 18 de junho de 1969, o Decreto n. 64.717 extinguirá o Conselho Superior do Fundo do Exército, transferindo para o Conselho Superior de Economia e Finanças (CCNSEF) a função de “*assessorar o Ministro do Exército na formulação da política econômico-financeira e nas atividades de planejamento, orçamentação financeira do Exército e na administração do Fundo do Exército*”. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/487353/publicacao/15823888>>. Acesso em: 13 de abr. de 2019.

²⁸² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4617.htm>. Acesso em: 13 de abr. de 2019.

abrangência legalmente admitida, sua principal aplicação refletiu, de fato, o esforço de reaparelhamento e modernização da Força Terrestre (e constituiu, anos depois, praticamente sua única fonte de recursos).

Ainda de acordo com a letra da referida lei, afora as dotações anualmente consignadas no Orçamento da União, o Fundo do Exército dispunha de uma verba extraorçamentária de vinte bilhões de cruzeiros no exercício fiscal de 1965 (aproximadamente US\$ 9.200.000,00, na cotação do ano de 1965; e US\$ 62.000.000,00, atualizados), e de vinte e cinco bilhões de cruzeiros a partir de 1966 (aproximadamente US\$ 11.000.000,00, na cotação do ano de 1966; e US\$ 74.000.000,00, atualizados)²⁸³, valores estes que seriam monetariamente corrigidos a partir de 1967. Outrossim, o Fundo também estava autorizado a realizar operações de crédito em seu nome “com estabelecimentos nacionais ou estrangeiros” a fim de “apressar a realização de programas previamente aprovados pelo Presidente da República” que tivessem por escopo “atender ao aparelhamento do Exército e à assistência social de seu pessoal” (grifo nosso).

Vale ressaltar: os recursos *extraordinários* reservados ao Fundo não eram de pouca monta. Prova disso advém do simples confronto entre os valores apontados e o capital social inicial previsto para a EMBRAER, no montante de NCR\$ 50.000.000,00 (lembrando que a Reforma Monetária de 1967, que instituiu o *Cruzeiro Novo*, “cortou” três zeros da moeda brasileira²⁸⁴). Ademais, denotando outra importante peculiaridade do Fundo do Exército no cenário em questão, havia a possibilidade de os saldos apurados em final de exercício retornarem automaticamente – como crédito – no exercício seguinte. De outro lado, também era facultado ao Fundo a realização de empréstimos (sobre os quais incidiriam juros) para financiar empreendimentos de caráter industrial ou comercial.

Em face de tal singularizada exposição, para que não remanesça indesejável lacuna, registre-se que também os Fundos da Aeronáutica e da Marinha perceberam subsídios regulamentares; todavia, os repasses a estes últimos se efetivaram com abrangência e dotação extraordinária significativamente mais discretas do que aquelas observadas em relação ao Fundo do Exército.

²⁸³ Utilizamos a cotação do dólar oficial (do Banco Central) para os anos citados; a correção para valores atuais (referência: março de 2020) foi realizada com base em tabelas do IPEA. Sabemos das possíveis discrepâncias ao utilizar o “dólar oficial” *versus* a inflação, que, caso considerada, elevaria significativamente o resultado da atualização; contudo, para os fins aqui propostos, tais diferenças podem ser desconsideradas. Apenas a título de cotejo, vale registrar que o preço médio do barril do petróleo no período de implementação do Fundo era de US\$ 1,80 (fonte: *ChartsBin*).

²⁸⁴ Nos termos do Decreto n. 60.190, de 8 de fevereiro de 1967 (que regulamenta o Decreto-Lei n. 1, de 13 de novembro de 1965). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60190-8-fevereiro-1967-401727-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 de abr. de 2019.

Em linhas gerais, apresentamos – no que tange ao nosso interesse específico - os aspectos mais importantes do período inicial do regime implantado em 1964, restando uma última informação: neste momento, a empresa que será a principal protagonista da aventura industrial-militar brasileira merece, pela primeira vez, uma distinção presidencial. Em 1967 o sistema “Tração Total” da ENGESA, foi considerado de “interesse para a Segurança Nacional”, ainda sob a gestão Castelo Branco, com base no Decreto n. 27.583/49, que preconizava como sigilosos, entre outros, “dados de engenharia” que estariam sob controle e jurisdição do Conselho de Segurança Nacional e necessitariam de autorização deste órgão para sua comercialização fora do território nacional, vedando a transferência ou divulgação de “desenhos, cálculos, fórmulas e processos e tudo que possa ser reduzido à forma documentária.”.

Passemos agora ao segundo presidente do ciclo militar, inaugural do pretense “milagre brasileiro” e de consolidação do regime.

2.2 – Rupturas e permanências: Costa e Silva e a decolagem do desenvolvimento.

Estivesse nosso estudo centrado no cenário político do regime militar, a sucessão de Castelo Branco mereceria um capítulo integralmente a ela dedicado, dada a profusão e a substância de fatos e argumentos merecedores de interesse e amplo debate nesse ínterim. Não constituindo este, todavia, o cerne do presente trabalho, prossigamos em nossa linha analítica tão somente pontuando, a propósito, que a chegada de seu “rival” desde os tempos da Escola Militar, o Marechal Artur da Costa e Silva, marca o que muitos analistas consideram a vitória dos *duros* sobre os *moderados* – avaliação esta possível apenas em retrospectiva, como veremos.

Eleito indiretamente em 3 de outubro de 1966, Costa e Silva fez reverberar, desde o início de seu governo, o timbre da liberalização, com a promessa de implementação de expedientes político-representativos contínuos e de respeito ao processo democrático, promovendo um movimento de articulação que ficaria conhecido como a *política de alívio*, “fruto de uma visão liberal da Constituição repressiva de 67, que oferecia concessões limitadas à oposição, em troca de um apoio limitado e de sua legitimação” (ALVES, 2005, p.137-138). Conforme pondera Carlos Fico (2008, p. 187-192), esse presidente procurou, mesmo antes de sua eleição, apresentar-se como um mandatário humano e democrático (chegando mesmo a declarar que “lugar de militar é no quartel”), disposto a governar sem

recorrer a atos institucionais ou poderes especiais e adotando um viés nacionalista e autônomo. Sem embargo, desnecessário anotar que o epílogo de seu mandato (que coincide com o fim de sua vida) dimensiona o quão distante se esteve de tais aspirações.

Seu governo tomou como prioritária a meta de acelerar o crescimento econômico, consoante reflete a “Mensagem ao Congresso Nacional”, enviada quando da abertura da sessão legislativa de 1968²⁸⁵, a qual dedica a maior parte de seu proêmio a questões diretamente relacionadas ao desenvolvimento ou, quando não, a temas a ele vinculados. O caminho a percorrer rumo à prosperidade passava, necessariamente, pela indústria, como prenunciava o segmento da Mensagem reservado à exposição da *Nova Estratégia de Desenvolvimento*, nos seguintes termos:

A prioridade assegurada à indústria, nos aspectos de consolidação dos setores industriais básicos e de modernização dos tradicionais, decorre da verificação de que, não obstante o impulso a ser dado à agricultura e infraestrutura, a retomada de uma trajetória de desenvolvimento acelerado só será viável com a intensificação do crescimento das indústrias de transformação até alcançar 7 a 8% ao ano, bem acima do crescimento do Produto Interno Bruto.

Para reger o entoado objetivo de franco desenvolvimento, a ser alcançado por meio de iniciativas substanciais e bem orquestradas, designou-se como seu principal maestro o jovem economista e professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Antonio Delfim Netto – presença marcante durante todo o regime militar e voz influente para muito além deste período. Sobre tal conjuntura, não nos parece desarrazoado supor que o círculo de amigos de Costa e Silva junto à esfera empresarial tenha influenciado, em alguma medida, a escolha de Delfim, até mesmo em face do atendimento prioritário ao interesse da indústria nacional. Mas a longevidade do poderoso ministro, então chamado de *Czar da Economia*, deve ser mormente devotada aos impressionantes resultados obtidos no que tange às taxas de crescimento econômico, cujos reflexos perdurariam até meados da década de 1970, quando chega a termo o período conhecido pela sugestiva alcunha de “Milagre Econômico Brasileiro”.

Em linhas gerais, a gestão Costa e Silva/Delfim Netto expandiu o crédito ao consumidor (inclusive com forte estímulo ao setor de construção civil e habitação), aproveitou com perspicácia a possibilidade – viabilizada pelo PAEG – de financiamento não monetário

²⁸⁵ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-costa-e-silva-1968/view>>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

do *deficit* federal via mercado da dívida pública e combinou, de modo pragmático, o discurso liberal com intervenções do Estado na ampliação de subsídios, incentivos e isenções fiscais, num movimento que, elegendo algumas áreas como estratégicas, renunciava o que hoje conhecemos como “política das campeãs nacionais”. Tais medidas foram aprimoradas no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e favorecidas, evidentemente, pelo arrocho salarial, também este tributário do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Ainda no horizonte das estratégias perfilhadas pela administração ora em debate, distinguimos o estabelecimento de minidesvalorizações cambiais (que chegaram à frequência de duas intervenções por semana), promovidas através do cotejo entre as taxas inflacionárias do Brasil e dos EUA. De outro lado, não seria lícito deixar de mencionar que, para o sucesso das propostas delineadas sob o governo Costa e Silva, também contribuiu peremptoriamente a Constituição de 1967.

Por certo, para quem divisasse o cenário de uma perspectiva circunscrita ao período, impressionaria, sobremaneira, o crescimento econômico que então desabrochava, acompanhado de um processo de declínio, ainda que moderado, das taxas inflacionárias. As armadilhas que estavam se estabelecendo, contudo, ainda não eram visíveis... Sobre estas circunstâncias e seus desdobramentos teremos assegurada oportunidade de discussão mais à frente, ainda no bojo da presente tese, em momento oportuno. Por ora, o que convém pontuar, para que não se perca de vista a relevante conexão entabulada àquela altura, diz respeito à indiscutível contribuição das medidas até então implementadas para o desenvolvimento das empresas analisadas com maior diligência em nossa pesquisa. Em poucas palavras, enquanto a ENGESA vê-se imediatamente beneficiada pelas referidas deliberações, conforme pretendemos evidenciar em espaço próprio, é também na administração Costa e Silva que se concederá autorização para o *take off* da EMBRAER, em relação à qual ainda incidirá o estímulo de um oportuno afastamento norte-americano, a ser minudenciado em seção voltada ao ambiente internacional.

A autonomia de circunstâncias.

Conforme apontamos anteriormente, o presidente Costa e Silva assume seu mandato acenando com a possibilidade de significativas mudanças em relação ao seu antecessor. Especificamente com respeito à Política Externa Brasileira, o dirigente adota um tom distinto – não só sob o ângulo discursivo, mas também quanto ao prisma operacional – daquele

registrado por Castelo Branco; uma mudança que se pretendia perceptível já no *nome de batismo* da novel proposta: “Diplomacia da Prosperidade”. Congruente com esta ambiciosa denominação, a estratégia subjacente seria orientada no sentido do pleno desenvolvimento econômico e social. Nos exatos termos do discurso que lança a proposta, proferido em 5 de abril de 1967²⁸⁶, no Palácio do Itamaraty: “a solução dos problemas do desenvolvimento condiciona em última análise a segurança interna e a própria paz internacional”. À vista de tal perspectiva, portanto, a “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” não apenas respondia a questões domésticas, mas também contemplava os assuntos externos.

Ainda no que tange à retórica professada pelo segundo presidente do ciclo militar inaugurado em 1964, entendemos merecer particular referência a estreita afinidade que seus argumentos guardam com relação às elaborações formuladas por Golbery em suas análises geopolíticas. Apenas a título de ilustração, tornemos ainda uma vez à fala que apresenta a “Diplomacia da Prosperidade”, dedicando especial atenção aos trechos que transcrevemos com destaque:

Por força do condicionamento geográfico, coerente com as tradições culturais e fiel à sua formação cristã, o Brasil está integrado no mundo ocidental e adota os modelos democráticos de desenvolvimento. Estaremos, porém, atentos às novas perspectivas de cooperação e de comércio resultantes da própria dinâmica da situação internacional, que evoluiu da rigidez de posições, características da “guerra fria”, para uma conjuntura de relaxamento de tensões.

Ante o esmaecimento da controvérsia Leste-Oeste, não faz sentido falar em neutralismo nem em coincidências e oposições automáticas. Só nos poderá guiar o interesse nacional, fundamento permanente de uma política externa soberana. (grifos nossos)

Se a recorrência à contextura geográfica para distinguir a postura internacional de uma nação aciona um pressuposto geopolítico, salientar o legado cultural e a herança cristã nessa mesma chave analítica implica estabelecer um franco diálogo com o quanto proposto na referencial obra *Geopolítica do Brasil*. E, por nosso viés *necessariamente* perquiridor, atentar para esses incontroversos traços de correspondência evidencia a debilidade do argumento que exclui a disciplina aqui aludida dentre os parâmetros norteadores das decisões do regime militar. Aliás, mesmo hodiernamente, não raro a discussão em torno de sua pertinência e acuidade é retomada e ampliada. Bem a propósito, em novembro de 2017, o quinto e último

²⁸⁶ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/costa-e-silva/costa-e-silva-pronunciamentos-do-presidente-1-semester-1967/view>>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

painel temático a compor a VI Conferência sobre Relações Exteriores (CORE), promovida pelo próprio MRE, atualizou o debate ao abordar “o retorno da geopolítica e os principais focos de tensão globais”²⁸⁷.

Outro dos aspectos dignos de registro envolve a perspectiva adotada pelo emissor da mensagem, que parece apontar para a assunção de uma postura independente, sobretudo em relação aos EUA. De fato, o governo Costa e Silva experimentaria um dos inúmeros momentos de tensão entre os dois países. Contudo, a impossibilidade de se precisar a intelecção de um agente histórico desautoriza por completo qualquer esforço tendente a mensurar quanto deste distanciamento seria fruto de uma avaliação pessoal e quanto seria tributário das circunstâncias. Não obstante, especificamente sobre o afastamento em questão, entendemos que alguns eventos pontuais podem ter fomentado certo impulso reativo.

Inicialmente, deve-se assinalar que a condução de Costa e Silva ao cargo de Presidente da República recebeu uma avaliação negativa por parte dos analistas de Washington, ainda que, num primeiro momento, houvesse a crença na possibilidade de o governante prosseguir, em linhas gerais, com o programa de 64. Tal sentimento refratário não seria amenizado com a chegada do novo embaixador dos EUA ao Brasil, John Tuthill, e a subsequente redução do apoio norte-americano ao país no qual fora acreditado. Ademais, a essa altura, o governo brasileiro começava a estabelecer iniciativas políticas junto a países vizinhos, notadamente ao Uruguai, algo *indesejável* para o Departamento de Estado.

Outro pomo de discórdia amadurece à sombra da questão nuclear. Isso porque Costa e Silva mantém a linha iniciada com Castelo Branco, de intransigência quanto à plena liberdade para o desenvolvimento do ciclo completo da respectiva tecnologia, defendendo o direito da América Latina de realizar suas pesquisas, de forma irrestrita, no aludido campo. Além disso, na segunda gestão do ciclo militar, acompanhamos um real incremento na área de desenvolvimento em C&T com bases nacionais, muito embora a parcela prevalente de estímulo ainda estivesse precipuamente vinculada ao investimento estrangeiro e a parcerias estratégicas. Neste sentido, vale lembrar que, em 1969, será assinado com a República Federal da Alemanha o “Acordo Geral de Cooperação nos setores da Pesquisa Científica e de Desenvolvimento Tecnológico”²⁸⁸, no âmbito do qual figurava com distinção os estudos

²⁸⁷ Realizada em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), entre os dias 8 e 10 de novembro, em Brasília, sob o título “O Brasil e as Tendências do Cenário Internacional”, a Conferência ainda discorreu sobre os seguintes temas: I) O futuro da integração na América do Sul: desafios políticos e econômicos; II) Estratégia de inserção do Brasil na economia global; III) A liderança brasileira em desenvolvimento sustentável e o futuro do Acordo de Paris e IV) A reforma da ONU e o futuro do multilateralismo.

²⁸⁸ Aprovado pelo Decreto-lei n. 681, de 15 de julho de 1969 (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10681.htm), e promulgado pelo Decreto n.

concernentes ao campo da energia nuclear. Registre-se, por fim, que, a despeito da recorrência ao discurso da unidade latino-americana, inclusive com regularidade superior àquela observada por seu antecessor, Costa e Silva pouco realizou, efetivamente, em favor do estreitamento das relações com os países vizinhos, salvo as ações direcionadas ao aproveitamento hidrelétrico da região das cataratas e a construção da Usina de Itaipu.

De fato, desde meados da gestão em comento, mas especialmente após a publicação do AI-5, Washington inicia um distanciamento de Brasília, restringindo ou suspendendo os programas de auxílio e negando o suprimento de material bélico, especialmente a venda de aeronaves militares. Talvez não seja mera coincidência, afinal, que a promulgação do AI-5 e a autorização presidencial para a criação da EMBRAER guardem brevíssimo lapso temporal entre si. Por óbvio, não tencionamos propor que a postura dos EUA foi a única responsável por tal mobilização, mas seria no mínimo impreciso excluí-la do conjunto de variantes que influíram na decisão do Presidente. As tensões entre os dois países persistem ao longo de todo o mandato de Costa e Silva, mas, como se verá, a sucessão presidencial nas duas capitais viabilizará uma nova *correção de rumos*, desta feita no sentido da reconciliação com o “irmão do Norte”, dando início a outro capítulo dessa história.

Um novo ciclo: as estratégias de desenvolvimento.

Para o presidente Costa e Silva constituía questão-chave notabilizar sua administração, particularizando-a – por força de seu comando – num horizonte sucessório; e, neste contexto, urgia adotar medidas concretas em direção ao desenvolvimento econômico. Assim sendo, em 31 de maio de 1967, o Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, distribui nota à imprensa, anunciando a “elaboração de um documento destinado a estabelecer as diretrizes gerais de governo e um programa estratégico de desenvolvimento”, com vistas a “fortalecer o setor privado, abrir os caminhos do desenvolvimento, atacar diretamente as causas da elevação de custos e aumentar a eficiência do setor público”²⁸⁹. Esta nota prenunciava as bases do “Programa Estratégico de Desenvolvimento” (PED, também conhecido como “Plano

65.160, de 15 de setembro de 1969 (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65160.htm).

²⁸⁹ “Beltrão confirma novo programa de desenvolvimento”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º de jun. de 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=82684> Acesso em: 15 de maio de 2019.

Estratégico de Desenvolvimento”)²⁹⁰, que deveria ser a principal obra do Executivo Federal e marca distintiva da administração em curso. Afinal, nas palavras de Costa e Silva: “como segundo Governo da Revolução, o atual Governo tem por missão consolidar a obra revolucionária e, sobretudo, promover a aceleração do desenvolvimento”²⁹¹ (grifo nosso).

Oficialmente aprovado pelo Presidente da República em reunião ministerial ocorrida em 14 de julho de 1967, o PED²⁹² apresentava os objetivos básicos do governo, as diretrizes da política econômica e o programa estratégico propriamente dito, enfatizando o desenvolvimento regional e urbano e estabelecido em torno de diretrizes setoriais: para a infraestrutura econômica (energia, transporte e comunicações), agricultura e abastecimento, indústria e mineração, infraestrutura social (educação, cultura, C&T, saúde, saneamento, habitação, trabalho e previdência social), relações exteriores e Forças Armadas, contando ainda com um apêndice que trazia um diagnóstico do comportamento recente da economia brasileira.

Não é nosso objetivo analisar os diversos planos econômicos e de desenvolvimento executados (ou propostos) no período de nosso trabalho²⁹³, mas é importante situá-los cronologicamente, apresentar suas linhas gerais e apontar os elos que eles eventualmente tenham estabelecido com nosso objeto de estudo. No caso do programa em tela, cujo objetivo declarado era incrementar a taxa de crescimento econômico para, no mínimo, 6% ao ano e, concomitantemente, reduzir as taxas inflacionárias, vemos o padrão clássico de planejamento para desenvolvimento: a decisão (política) de planejamento, o diagnóstico da economia, a definição clara de objetivos, a alocação explícita de recursos públicos que estimulem a atividade privada e eliminem os eventuais gargalos do processo produtivo e, veladamente, estimular a criação de novos valores afinados com a proposta; sobre este último aspecto é elucidativa a passagem do Programa Estratégico de Desenvolvimento, quando sustenta que:

(...) para o êxito de uma política de governo, não basta que seus objetivos sejam teoricamente desejáveis; é preciso que sejam efetivamente *desejados*

²⁹⁰ No final da gestão de Castelo Branco, sob a coordenação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), é formulado o “Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social”, que, todavia, não chegou a ser implementado. Em momento posterior, a elaboração do “Orçamento Plurianual de Investimentos”, de pretensões mais modestas (abrangendo o triênio 68-70), servirá de plataforma para a implantação do PED.

²⁹¹ Entrevista coletiva à imprensa, concedida em 27 de outubro de 1967, em Belo Horizonte (MG). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/costa-e-silva/costa-e-silva-pronunciame>

ntos-do-presidente-2- semestre-1967/view>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

²⁹² Disponível em: www.bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/123456789/1070, consultado em 28 de janeiro de 2017.

²⁹³ Sobre o tema, ver: Bresser Pereira (1998); Bielschowsky (2000).

pela opinião pública. É indispensável, portanto, que além de um clima de confiança e de esperança, se estabeleça o *consenso nacional* em torno de objetivos básicos, econômicos e sociais, da política governamental²⁹⁴. (Grifos no original).

Assim, este programa de desenvolvimento - que pode ser considerado a plataforma de lançamento do que viria a ser denominado “milagre econômico brasileiro” – estabelece uma mudança em relação ao governo de Castelo Branco, com a aceleração de projetos de iniciativa estatal e um novo padrão de relacionamento com a iniciativa privada, aproveitando a capacidade ociosa desta e os estímulos daquela. Para nosso estudo, importa observar que as Forças Armadas foram consideradas parte integrante deste planejamento, tanto no que tange ao desenvolvimento tecnológico quanto industrial. Nesse sentido, destacamos do PED as seguintes passagens:

Em relação ao Exército (p. 125-126):

- Colocar na indústria civil as encomendas de recuperação, estudo e fabricação dos equipamentos necessários ao Exército, de modo a que, dentro de alguns anos, possa estar equipado com material predominantemente nacional;
- empregar a indústria militar, de preferência, para o estudo e desenvolvimento de protótipos de equipamentos necessários ao Exército, para a pesquisa científica (...) e, ainda, para o atendimento dos empreendimentos industriais de base, pelo emprego de sua capacidade ociosa;
- (...) intensificar sua participação no esforço da retomada do desenvolvimento, modificando a composição do seu orçamento anual, com o aumento progressivo das despesas de investimento. [o texto salienta a participação do Fundo do Exército nesta questão].

Para a Marinha (p. 127-128):

- desenvolver a indústria nacional de eletrônica mediante a execução da política de nacionalização de equipamentos eletrônicos;
- continuar as pesquisas no campo nuclear para o desenvolvimento de rádio-isótopos.

E na Aeronáutica (p. 130-131):

- incentivar e efetivar o desenvolvimento das pesquisas tecnológicas ligadas a assuntos aero-espaciais (...) dando ênfase aos projetos em curso no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Técnico de Aeronáutica;

²⁹⁴ PED, 1967, p. 14.

- ativar ou instalar escolas de formação de pessoal técnico, aptas a atender as necessidades da administração dos aeroportos, de proteção ao voo e da manutenção e operação das aeronaves civis.

É significativa a menção explícita das Forças Armadas como elemento importante no bojo do Programa Estratégico de Desenvolvimento proposto, algo que conecta o desenvolvimento e transformação do país intimamente conectados com a corporação militar. Destacamos aqui apenas algumas linhas das atividades que deveriam ser empenhadas pelas FA, e veremos, no curso da tese, que as propostas se materializaram, especialmente no tocante ao material de emprego militar; os resultados de tais iniciativas serão objeto das considerações finais da tese.

Coerente com o plano exposto, o ano de 1967 inaugura o ciclo de reaparelhamento e modernização das FA, prometido desde a presidência de Castelo Branco e que conheceria, a partir de então, um longo período de aquisições governamentais de material bélico e militar. Na “Mensagem de Ano Novo”, transmitida através de uma cadeia de emissoras de rádio e televisão na noite de 30 de dezembro de 1967, ao enumerar os feitos alcançados – sob sua liderança – nos diversos setores da Administração Pública, Costa e Silva informa, durante passagem dedicada à Aeronáutica, a compra de seis aviões *C-130*, doze *Búfalo* e quarenta *T-37*, “para adaptação dos equipamentos às novas necessidades”; a contratação, “com firmas brasileiras”, de trinta aviões *Uirapuru A-122A* (da Sociedade Aerotec Ltda.) “para a instrução na Escola de Aeronáutica” e quarenta e cinco aviões *Regente* (da Sociedade Aeronáutica Neiva) “para missões de ligação e observação”; o encaminhamento de estudos, junto ao Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), “para a construção de um avião turbo-hélice”; a “implantação definitiva da indústria aeronáutica nacional” (lembrando que, à época, a EMBRAER ainda estava sendo concebida); além do desenvolvimento de projetos no CTA, em conjunto com a iniciativa privada, “para a construção de um foguete capaz de elevar uma carga útil de 5 quilos a 70 quilômetros de altura”²⁹⁵. Pouco depois, na abertura da Sessão Legislativa de 1968, em sua “Mensagem ao Congresso Nacional”, o presidente torna à questão do reaparelhamento, enfatizando a aquisição de duzentos e vinte e sete aviões de treinamento, de fabricação nacional, em favor da Força Aérea Brasileira (FAB); o aprimoramento do “poder combatente da Esquadra” com a incorporação do contratorpedeiro *Piauí* pela Marinha, bem como a construção de quarenta e uma lanchas e embarcações de

²⁹⁵ “Costa diz que cumpriu sua missão”. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 31 de dez. de 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=88609>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

pequeno porte, do navio-tanque *Marajó*, de quatro avisos hidrográficos e de seis navios-patrolha.

A marcha para a construção da indústria de material militar no Brasil havia de fato começado, como demonstram as falas presidenciais. Mas a iniciativa que seria, em futuro próximo, a grande estrela da indústria de armamentos brasileira também recebe seu primeiro grande impulso no ano inaugural do PED; vamos a ela.

O berço dos blindados *Made in Brazil*.

No Exército, uma iniciativa promovida na esfera do Parque Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar (PqRMM/2, integralmente incorporado, anos mais tarde, pelo Arsenal de Guerra de São Paulo²⁹⁶), teria expressivos reflexos na futura produção brasileira de material bélico. Trata-se do Grupo de Trabalho formado por oficiais engenheiros e instalado em 1967, cuja missão precípua compreendia o desenvolvimento e o apuro de estudos direcionados à fabricação nacional de carros de combate e blindados²⁹⁷. Os primeiros resultados concretos e exitosos obtidos pela equipe foram o repotenciamento de um Carro Blindado de Reconhecimento sobre Rodas (M-8 *Greyhound*), produzido pela Ford Motor Company para atuar no teatro de operações da Segunda Guerra Mundial, e a modernização de um veículo meia-lagarta M-2 *Half-track*²⁹⁸.

A atuação do 2º PqRMM teve seu início marcado pela firme disposição em realizar a tarefa que lhe fora atribuída, não obstante a carência de recursos ainda existente. Como solução para ampliar as receitas disponíveis para o projeto, o Parque abriu uma específica “frente de negócios” com o CGC²⁹⁹, que viabilizava a execução de serviços remunerados para

²⁹⁶ O Arsenal de Guerra de São Paulo foi criado através do Decreto n. 41.545, de 21 de maio de 1957, por Juscelino Kubitschek e Henrique Lott, tendo como escopo a fabricação, a manutenção e a revitalização de material de uso militar. Atualmente, a organização está sediada na cidade de Barueri (SP).

²⁹⁷ As informações concernentes ao projeto aqui referido, seus resultados e desdobramentos foram obtidas através de pesquisas realizadas junto ao *website* do Arsenal de Guerra de São Paulo (<http://www.agsp.eb.mil.br/>) e, também, por meio de consulta a artigos e outras publicações sobre a temática (devidamente referenciados na Bibliografia desta tese), elaborados pelo pesquisador de assuntos militares da Universidade Federal de Juiz de Fora, Expedito Carlos Stephani Bastos.

²⁹⁸ A alcunha *Greyhound* (galgo) foi dada pelos operadores ingleses deste carro de combate. Utilizado pela FEB na campanha da Itália, constituiu a primeira experiência prática – para o EB – na utilização de veículos blindados em combate. O M2, largamente utilizado na Segunda Guerra Mundial, operou em alguns países até a primeira década dos anos 2000.

²⁹⁹ Cadastro Geral de Contribuintes, registro de pessoa jurídica, criado em 1964, com denominação posteriormente modificada para Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

órgãos da administração pública e, também, para a iniciativa privada³⁰⁰. Esta dinâmica permitiu o repotenciamento do acervo de blindados e carros de combate do EB, oriundos, em sua grande maioria, de equipamentos em serviço desde a Segunda Guerra Mundial.

Por certo, a história do PqRMM/2 é outra das que mereceria um capítulo à parte, dadas a criatividade e a eficiência singulares das atividades conduzidas por seus engenheiros e técnicos; especialmente se considerarmos a relevante exiguidade de recursos financeiros à disposição do empreendimento. Sendo assim, se nosso objetivo, por um lado, não permite tal elaboração, exige, por outro, que enfatizemos ao menos um aspecto crucial derivado da experiência levada a efeito pelo Grupo de Trabalho em questão: a proficuidade do encontro entre a engenharia do Exército e a iniciativa privada (que dava seus primeiros passos na constituição de um setor industrial militar). Àquela altura, empresas que, por sua fundada notoriedade, instruirão argumentos centrais desenvolvidos ao longo de nossa tese, iniciavam uma importante parceria com as FA, com características, desdobramentos e implicações – em nosso particular sentir – ainda pouco ou não convenientemente explorados por pesquisas que abordam o período ou tangenciam seus temas. Como observa Renato Quintal³⁰¹:

Os projetos nasceram e se desenvolveram nas instalações do Exército, com recursos financeiros oriundos da própria força. O resultado foi o desenvolvimento de uma classe de blindados sobre rodas, ainda em atividade no país e no estrangeiro. O primordial foi a integração entre os desenvolvedores do produto e as indústrias nacionais e multinacionais que viabilizaram comercialmente aquela ideia inovadora.

Dentre as resultantes desse encontro entre o EB e a indústria, ressaltamos a criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Blindados (CPDB) e a formação de Centros de Projetos do Exército no interior das empresas interessadas no fornecimento aos militares, com dedicação parcial de oficiais – ou, em alguns casos, até mesmo integral – a atividades instaladas em unidades privadas de desenvolvimento e fabricação, e, ainda, com o apoio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), por meio da celebração de convênios. Empresas como Novatração, Bernardini, Biselli, Motopeças, DF Vasconcelos e ENGESA, entre outras, fizeram ampla utilização desse expediente para projetar e produzir seus equipamentos. A título de ilustração, mencione-se um dos primeiros exemplos de aplicação prática desse modelo, que envolveu a concepção e o fabrico, pela Novatração Ltda.,

³⁰⁰ Criou-se, à época, uma “seção comercial”, que realizava a retífica de motores, atingindo uma média de trezentos recondiçõamentos ao mês. Todo o recurso angariado era, então, reinvestido no projeto do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento de Blindados (GTDB).

³⁰¹ Quintal [et al], 2012, p.224.

de reservatórios de combustível à prova de balas para os veículos repotenciados do Exército Brasileiro.

Antes de avançar em nossa linha discursiva, adensando o repertório de fatos e processos a ela consentâneos, cumpre salientar que o referido intercâmbio entre empresas e Forças Armadas constitui um procedimento rotineiro em países que fomentam a indústria de material militar; ou, de modo mais preciso, erige-se como verdadeira condição *sine qua non* – ao menos em Estados que adotam o regime de iniciativa privada – para que se contemple as exigências e os objetivos do setor militar. No caso brasileiro, tal direcionamento foi, inclusive, regulamentado, como vimos, pelo Decreto-Lei n. 200/67, que preconizava a transferência para o setor privado das atividades até então operadas pela esfera pública; a coincidência de interesses estava, assim, legalmente amparada e seus reflexos corroboravam metas caras ao Regime. Podemos ponderar, todavia, que não obstante tal encontro de intenções fosse atingido, algum retorno financeiro pela pesquisa e desenvolvimento deveria ser contemplado; recorrendo mais uma vez ao artigo de Renato Quintal³⁰²:

O problema surgiu quando todo o conhecimento foi repassado, inclusive os protótipos, por ocasião da assinatura dos contratos de produção das unidades iniciais. Não houve a contrapartida de que os direitos sobre os desenhos e patentes disponibilizados às empresas trariam algum benefício direto ao Exército. No continente europeu, existe a prática comum do repasse à força armada responsável pelo projeto de um percentual sobre os exemplares exportados pela fabricante. Essa medida poderia aqui ser vislumbrada como uma importante fonte de complemento ao orçamento das Forças Armadas.

De fato, a contrapartida financeira poderia, posteriormente, alavancar novos desenvolvimentos e justificar inclusive o investimento empenhado; a bem da verdade, nem os créditos intelectuais foram devidamente divulgados, outra ação que poderia ser útil em momentos posteriores. Mas, retomemos aos fatos. Ainda sobre esta fase primeva, vale mencionar que, além da citada interação com a instância militar, verificou-se o estabelecimento de vínculos cooperativos exclusivos entre empresas. E nesse amplo contexto dialógico, a modernização de veículos ensejou a conclusão de que mais interessante e oportuna seria, enfim, uma produção nacional de viaturas, não apenas em virtude da internalização do conhecimento, mas também em razão da maior disponibilidade de suprimentos e capacidade de manutenção, afora os aspectos de ordem econômica que também poderiam advir de uma fabricação local. Neste ponto, tem início o emblemático estágio, que

³⁰² Quintal [et al], 2012, p.224.

se estenderá por praticamente todo o lapso abordado na presente tese e evidenciará, nesse mesmo íterim, o avanço do protagonismo das empresas privadas que adentraram o ramo bélico. Mas não só. O período também será marcado por algumas decisões equivocadas – tanto por parte do setor empresarial quanto do lado da Força Terrestre –, conforme se verá no curso deste estudo. Por agora, todavia, retomemos a diretriz acima suspensa, inventariando os desdobramentos da iniciativa implantada em São Paulo.

O trabalho de modernização da frota revelou, para as autoridades militares, a capacidade de produção autóctone de peças, acessórios e mecanismos de engenharia (como o já citado “reservatório de combustível blindado”), e mesmo de processos inovadores ou itens originais. Exemplo marcante desse trabalho empreendedor foi a denominada “Tração Total”, patenteada pela ENGESA; um sistema de suspensão que permitia a transposição de obstáculos complexos, já em utilização na frota civil, em caminhões produzidos por companhias estrangeiras. A ligação da ENGESA com o Parque de Motomecanização abre espaço para que a invenção seja oficialmente considerada, como vimos ao final da seção dedicada ao governo de Castelo Branco, *de interesse para a Segurança Nacional*, e, por conseguinte, sua fabricante alcance posição de relevância aos olhos do comando militar.

Assente nessa relação cooperativa e colaborativa e, também, no já aludido desejo de produzir carros de combate brasileiros, surge a possibilidade de criação da “Viatura Blindada Brasileira” (VBB-4x4), que contou com a participação de diversas empresas (tais como Engesa, Aliperti e DF Vasconcelos, para citar apenas as mais importantes), e da “Viatura Blindada sobre Rodas 2” (VBR-2 6x6). Este último projeto original, por sua vez, consubstanciará, em breve espaço de tempo, a base da produção do “EE-9 Cascavel”, da ENGESA, que viria a ser o maior sucesso da indústria de carros de combate brasileiros, e do projeto “Carro Transporte de Tropas Anfíbio” (CTTA), ulteriormente conhecido como o “EE-11 Urutu”, também produzido pela Engenheiros Especializados S/A. Em face de tais resultados – talvez a eles intrínseco – entendemos vigorar um aspecto cuja centralidade merece ao menos uma breve reflexão: o senso de oportunidade (alguns dirão *oportunismo*, como veremos mais adiante) da empresa capitaneada por José Luiz Whitaker Ribeiro.

Ao perceber que a oferta de alternativas tangíveis e consistentes, que integrassem carros de combate e blindados com projeto e produção nacionais, seria a opção preferencial do Alto Comando, posto que consentânea com a proposta de modernização advogada pelo Palácio do Planalto, Whitaker buscou estruturar, com a devida presteza, o desenvolvimento de novas soluções *genuinamente brasileiras*. Conveniente a tal postura, não se deve perder de

vista que a ENGESA havia sido constituída por um grupo de jovens engenheiros que, além da formação em comum, também compartilhavam, no momento em questão, a experiência profissional conjunta de quase uma década, oportunizando a definição de um perfil empresarial menos conservador e reticente ao risco, e, conseqüentemente, adepto de uma gestão mais dinâmica e de procedimentos inovadores e atualizados.

Mais à frente, em momento e espaço reservados a tanto, tornaremos à significativa experiência desta empresa em detalhe. Previamente a tal abordagem e aos temas a ela afeitos, contudo, é preciso que ainda nos detenhamos, por mais algumas linhas, nos desdobramentos da ação iniciada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento de Blindados (GTDB). Nessa direção, tem-se que, uma vez definida pelo Comando do Exército a necessidade de produção de um CBR 6X6 (“Carro Blindado de Reconhecimento”, tração 6X6), o 2º PqRMM passa a mobilizar e conduzir todos os estudos e conceitos aplicáveis à hipótese, optando por utilizar o novo sistema de tração projetado e produzido pela ENGESA, conhecido como “bumerangue” (o qual podemos considerar, simplificaradamente, como uma evolução do “Tração Total”). Tão logo concluídos os trabalhos, a DPET (Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico do Exército) e a Engenheiros Especializados S/A celebram um contrato para a construção dos protótipos e futura produção *em série*, com a transferência integral dos projetos para a empresa – algo corriqueiro para o setor, conforme antecipamos, em outras partes mundo, mas ainda percebida como novidade no Brasil. Com isso, sedimenta-se a ascensão da empresa de Whitaker nos meios militares, e a ENGESA é alçada à condição de símbolo da indústria bélica brasileira.

As ações empreendidas para a produção de *veículos sobre rodas* pela citada unidade militar resultaram em soluções bem-sucedidas, assim distinguidas tanto por analistas do Exército dos EUA³⁰³, como por estudiosos civis do assunto, dentre os quais o professor do *Imperial College of Science, Technology and Medicine*, Richard Ogorkiewicz, reconhecida autoridade no estudo sobre tanques³⁰⁴. Por certo, não ignoramos as opiniões divergentes, tampouco pretendemos silenciar quanto às críticas posteriormente endereçadas aos equipamentos sob enfoque, buscando, antes, integrá-las à discussão no decorrer deste trabalho. Neste momento, contudo, à vista de manifesta oportunidade, julgamos imperioso pontuar, com a devida contextualização, que as atividades promovidas pelo Parque Regional

³⁰³ Cf. *Technical Report* n. 12.735, 1983 – *US Army Tank-Automotive Command (U.S. Army TACOM)*.

³⁰⁴ Sobre a questão, ver: Ogorkiewicz, R., *Tanks: 100 Years of Evolution*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2015. Ver ainda: *Armor Magazine*, *May/June* 1972. Disponível em: <<https://mcoepublic.blob.core.usgovcloudapi.net/library/CavalryArmorJournal/1970s/1972Jan-Jun.pdf>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

de Motomecanização da 2ª Região Militar impressionaram observadores nacionais e forâneos, indistintamente.

Finalmente, é importante compreender que as ações entabuladas pelo 2º PqRMM demonstraram, ainda, que uma antiga e persistente crença – a de que o Brasil não disporia das condições necessárias ao desenvolvimento de veículos militares/blindados – estava sepultada. Entre os anos de 1967 e 1978, essa instalação militar envidará consideráveis esforços com o objetivo de dinamizar a produção de viaturas nacionais de combate, trabalhando em cooperação com as empresas supracitadas.

No radar.

Os meses transcorridos entre a edição do PED e o final de 1968 são pródigos em iniciativas para o setor objeto de nossa análise; também no campo da política (interna e externa) mudanças significativas construíram um quadro geral propício para o crescimento econômico e para o desenvolvimento da indústria de material militar.

Instalado formalmente em 13 de setembro de 1967, o “Projeto SECOR” (Coleção Sucessiva de Distâncias)³⁰⁵, em parceria com a NASA e sob o comando (no Brasil) do EMFA, para executar atividades de rastreamento, recepção e controle de satélites, estimulou mais de 20 lançamentos a partir do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno e parecia justificar a convicção de que o país adentrara na “era espacial”.

No setor nuclear, diversas foram as parcerias propostas, sendo a mais interessante a soviética, que informou ao Itamaraty, em janeiro de 1968, que estava “disposta a colaborar na eventual construção de usinas átomo-elétricas no Brasil, encontrando-se para esse fim em condições de oferecer qualquer tipo de reator (urânio natural, enriquecido ou tório)”³⁰⁶. A União Soviética procurou envolver-se em projetos no Brasil, inclusive com forte interesse no setor energético, chegando mesmo a propor participação na construção da Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira, parceria esta vista com bons olhos pelo governo do estado de São Paulo, o “dono da obra”. Tais iniciativas, contudo, foram obstadas pelo governo federal.

A intenção, por parte da empresa alemã *Dornier GmbH*, de instalar uma fábrica de aviões no país, bem como uma “Escola Técnica de Aeronáutica”, foi outra possibilidade de

³⁰⁵ *Sequential Collation of Range*, na sigla em inglês.

³⁰⁶ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Informação para o Presidente da República, n. 0023, Índice: Participação da URSS na construção de usinas átomo-elétricas no Brasil. 15 de janeiro de 1968.

parceria internacional que despertou o interesse da imprensa e de alguns setores oficiais. Em fevereiro de 1968 a empresa alemã constituiu a *Dornier do Brasil S/A* (posteriormente transformada em companhia limitada), tendo como atividades declaradas a fabricação de aeronaves, turbinas, motores e outros componentes e peças para aviação.

A *Dornier* elegeu como local para a instalação de sua unidade fabril a região de Três Marias, no estado de Minas Gerais, alegando ser a região propícia em virtude da abundância de água e capacidade elétrica, bem como a possibilidade da utilização de incentivos fiscais, conforme o prescrito no artigo 18 da lei que instituiu a SUDENE. A empresa pretendia produzir, no Brasil, os modelos *Do 28 B* (transporte leve) e *Do28 D Skyservant* (carga ou transporte para 10 passageiros, próprio para operação em pistas curtas); além desses, cogitava produzir um helicóptero de quatro lugares (modelo *Do 132*).

Como seria de se esperar, a notícia da implantação da planta animou o governo – e o empresariado – mineiro, pois representava a implantação de uma indústria que poderia agregar valor tecnológico e demandar produtos e serviços do estado, sem contar o investimento, orçado em US\$ 25 milhões (25% integralizados diretamente pela matriz e o restante do capital através dos citados incentivos, subscritos por empresas alemãs já instaladas no Brasil); a Escola Técnica de Aeronáutica, com valor de implementação orçado em torno de US\$ 4 milhões, seria suportado com recursos da própria empresa e pelo governo alemão, no bojo do Acordo de Cooperação Técnica e Científica celebrado com o Brasil em 1963.

Também a imprensa brasileira repercutiu com empolgação a possibilidade da vinda da *Dornier*, merecendo diversas matérias tanto no noticiário de Minas Gerais quanto de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Inicialmente tratada como certa, ao longo do ano de 1968 e 1969, o noticiário começou a reverberar os óbices que a proposta alemã enfrentava nos círculos oficiais, principalmente militares, para a instalação da fábrica de aviões; o governo mineiro, auxiliado pelo chanceler Magalhães Pinto (ex-governador de Minas Gerais), procurou demonstrar ao Palácio do Planalto a importância do empreendimento, que iria além da “simples” produção de aeronaves em solo nacional.

O Chanceler brasileiro, em comunicação para a Presidência da República datada de 27 de julho de 1968³⁰⁷, assim encaminhou a questão:

³⁰⁷ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Informações para o Presidente da República, n. 00184, secreto. Índice: Projeto DORNIER. Escola Técnica de Aeronáutica e Fábrica de Aviões, 27 de julho de 1968.

Trata-se de tradicional empresa alemã no ramo aeronáutico, com pesquisa própria e avançada tecnologia (...). No momento está desenvolvendo um modelo, em fase experimental, de avião a jato de transporte com decolagem vertical³⁰⁸. (...).

A Dornier se compromete a prestar toda a colaboração técnica para a construção do avião “Bandeirante”, projetado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos.

Magalhães Pinto informou ainda que:

Os representantes da empresa indicaram o desejo de a mesma colaborar, também, no terreno dos mísseis e no da Energia Nuclear, através da prospecção de minerais atômicos e – o que é de grande importância – na instalação da fábrica de água pesada e de usina de enriquecimento de urânio. A Dornier é responsável pela descoberta recente de revolucionário processo de ultracentrifugação para concentração de urânio, que poderá competir com grandes vantagens com o custosíssimo processo de difusão gasosa, utilizado nos EUA e na URSS.

E, manifestando seu parecer, afiança o Ministro das Relações Exteriores:

A amplitude e a significação das propostas da Dornier poderão dar uma feição inteiramente nova às relações de cooperação entre o Brasil e a República Federal da Alemanha e ao desenvolvimento tecnológico do Brasil. Justificam, por isso mesmo, uma consideração global e em alto nível dos diversos aspectos do problema, desde o aeronáutico e espacial até o nuclear.

Claro está que o Chanceler formulava sua avaliação no sentido de favorecer os interesses de seu estado, afinal ele ainda teria uma vida política depois de sua passagem pelo MRE. Também fica claro, pelo teor do último parágrafo apresentado, que o núcleo do poder não parecia empolgado com a presença da empresa de aeronáutica alemã, tanto que, em 24 de agosto de 1968, o Ministro das Relações Exteriores envia novo comunicado ao Presidente da República, reforçando as observações destacadas no documento anterior, enfatizando com

³⁰⁸ Esta aeronave, a Dornier Do31, é até hoje o único jato de transporte de pessoal e carga de decolagem e pouso vertical produzida no mundo. Foram construídos dois protótipos, mas o projeto foi cancelado em 1970, sem entrar em produção comercial.

ainda mais vigor os elementos vinculados ao programa nuclear; para Magalhães Pinto³⁰⁹: “Essas vinculações entre os diversos aspectos da Dornier em relação ao Brasil reforçam-me a convicção (...) de que os projetos (...) devem ser objeto não apenas de apreciação técnica (...)”, sugerindo que: “A constituição de um Grupo Interministerial, (...), poderia ser o mecanismo apropriado para uma decisão global sobre todos os aspectos do programa da Dornier.”.

Oficialmente, a proposta da *Dornier* não obteve apoio do governo federal por objeção do Ministério da Aeronáutica, uma vez que os equipamentos que se pretendiam fabricar no Brasil eram considerados já obsoletos e com pouca demanda. Além disso, os projetos do CTA já se encaminhavam para a produção local, dispensando o tipo de colaboração que a empresa alemã poderia prestar, embora ainda fossem necessários dois anos para o início da produção de aeronaves pela EMBRAER. No setor espacial, já estava bem encaminhada a parceria com os EUA e, sobretudo, ficava claro que o principal interesse da fabricante germânica estava nas possibilidades no setor nuclear, algo ainda mais estratégico e sensível. A estratégia de Magalhães Pinto ao usar as possibilidades de parceria nesse campo não foi a mais indicada, especialmente por retirar do comando central do executivo a iniciativa e a centralidade de decisão; talvez esse tipo de interesse político tenha sido o responsável pela escolha por funcionários de carreira no comando do MRE nos governos seguintes. Um nome de fora dos quadros do Itamaraty só reapareceria no governo de José Sarney, quase vinte anos depois.

Os exemplos acima foram selecionados por indicar que as iniciativas para o desenvolvimento eram, de fato, consideradas exequíveis. O Brasil entrava no radar do desenvolvimento de setores estratégicos e estava aberto o caminho para uma nova etapa da inserção internacional brasileira, que pretendia superar a tradição agroexportadora do país. A decretação do Ato Institucional n. 5 (AI-5) conferiu os poderes que faltavam para que este planejamento fosse implementado praticamente sem oposição e a mudança no cenário internacional, notadamente em função da eleição de Richard Nixon, completaram o quadro que permitiu o avanço brasileiro nos projetos do regime militar. Vamos acompanhar o desenrolar desses fatos.

³⁰⁹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Informações para o Presidente da República, secreto, n. 00200. Índice: Projetos da Dornier no Brasil, 24 de agosto de 1968.

Uma opção definitiva? Desenvolvimento autárquico e autonomia.

A “Mensagem ao Congresso Nacional”, enviada em 22 de outubro de 1969³¹⁰ pelo *triumvirato* Rademaker - Lyra Tavares - Souza e Mello, em nome de Costa e Silva, aborda o intenso e convulso ano de 1968, em que obviamente prevaleceram os aspectos políticos sobre todos os demais. Envoltas por esta singular atmosfera, suas palavras introdutórias, ditas em tom de advertência, são dirigidas a um Congresso Nacional que estivera *em recesso* por longo período. E a este distanciado destinatário, diversamente do quanto observado em Mensagem anterior, encaminhada por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1968, o teor do comunicado é precedido pela marcante elisão da locução identificativa “O Segundo Governo da Revolução”³¹¹, e por reflexões preliminares austeras (quando em vez permeadas de sutilezas retóricas) como no excerto que segue:

Podendo ter dissolvido o Congresso, já que fora compelida a retomar o seu impulso de origem, a Revolução preferiu declará-lo em recesso, mantendo-o vivo, e legitimando-o como instituição vital do sistema democrático. E ficando a meu alcance utilizar o recesso como instrumento para enfeixar em minhas mãos todas as parcelas do poder, sinto-me estimulado pela Revolução, decorridos alguns meses, a tomar a iniciativa de devolver a Vossas Excelências a parcela que lhes cabe, para que possa o Legislativo avaliar, inclusive, se a usei, enquanto dela dispus, para outros fins senão o resguardo da tranquilidade pública e da segurança nacional, a boa ordem na administração, a correta distribuição e aplicação dos recursos orçamentários, o impulsionamento do progresso e a defesa intransigente dos interesses do Brasil.

Nesses termos elaborada a perspectiva a partir da qual o discurso seria proferido, o enunciador avança em sua linha argumentativa, num esforço simultâneo de justificação e anuência, para concluir – sem facultar ao seu interlocutor a possibilidade de qualquer eventual *mal-entendido* – que “o Brasil fez em 1964 uma opção definitiva no rumo indicado por sua tradição liberal e cristã” e que “o 13 de dezembro nada mais foi que a confirmação do 31 de março” (grifos nossos), assim entoando em um só fôlego e unindo em uma só intenção o

³¹⁰ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-costa-e-silva-1969/view>>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

³¹¹ A “Mensagem ao Congresso Nacional”, datada de 1º de março de 1968, subdivide-se em cinco partes, sendo a primeira delas nomeada “O Segundo Governo da Revolução”. Os demais segmentos são identificados pelos títulos: “Execução do Programa Estratégico de Desenvolvimento” (Parte II), “Política Externa e Comércio Internacional” (Parte III), “Justiça e Forças Armadas” (Parte IV) e “Palavras Finais (Parte V). Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-1968/view>>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

marco inicial do regime então estabelecido e o ato institucional mais emblemático promulgado durante a sua vigência.

Transpondo o exercício oratório para a práxis administrativa, com as forças políticas de oposição *oficiais e legais* devidamente enquadradas (visto que a oposição armada ainda conheceria a *veemente autoridade* do regime) e o “milagre brasileiro” delineando-se com consistência, o governo avalia que poderia, enfim, atuar sem o embaraço das amarras formais, inclusive a fim de ampliar os gastos públicos em geral e incrementar os investimentos nas FA em particular.

Com o fito de estimular o aprimoramento e a efetividade em todas as áreas, os ministérios são mobilizados para agenciar as necessidades identificadas em seus respectivos campos de atuação, em um movimento sintomático da inclinação ao “desenvolvimento autárquico”. Nesse sentido, um exemplo que dialoga precisamente com o cerne de nosso estudo reside na demanda da agricultura por aviões pulverizadores, utilizados na deposição de fertilizantes, pesticidas e defensivos agrícolas. Esta prática reverberava padrões consagrados pela chamada “Revolução Verde”³¹², francamente apoiada pelo regime militar, pois consentânea com seu intuito de ampliar a gama de produtos exportáveis do Brasil. Sobre a questão, Ozires Silva (SILVA, 2005, p. 229) informa que “em 1969 o Ministério da Agricultura imaginou produzir no Brasil um avião de fabricação nacional, capaz de atuar nas lavouras brasileiras e o PAR [Departamento de Aeronaves do IPD-CTA³¹³, embrião da EMBRAER] foi designado para projetá-lo.”

Do anseio do Ministério da Agricultura às pranchetas do CTA, concebe-se o projeto do avião agrícola “EMB-200 Ipanema”. Considerado de médio porte, o modelo será produzido a partir de 1970 – pela EMBRAER – e se tornará um dos sucessos de vendas da Companhia, mantendo sua relevância através dos anos, inclusive por meio de adequações e melhorias aplicadas a versões ainda hoje comercializadas. Para a definição deste cenário, alguns movimentos se destacam não apenas pela centralidade exercida e reconhecida à época dos fatos, mas também por sua longa reverberação. A criação da EMBRAER, em 1969, enquadra-se com precisão na referida dinâmica.

³¹² Contextualizada no período pós-Segunda Guerra Mundial, a “Revolução Verde” preconizava, em linhas gerais, a ampla mobilização de instrumentos científicos, soluções tecnológicas e procedimentos industriais voltados ao incremento exponencial da produção agrícola. Não obstante, em que pesem os presumíveis reflexos positivos advindos de tal potencialização, as críticas aos seus respectivos modelos produtivos são uníssonas ao enumerar os nocivos impactos de ordem socioambiental promovidos a reboque dessa orientação, relacionados, sobretudo, à sustentabilidade ecossistêmica e econômica.

³¹³ Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento do Centro Técnico de Aeronáutica.

Acalentado por décadas, o desiderato de criar uma empresa local para fabricação de aviões foi tenazmente perseguido pelos integrantes do complexo CTA/ITA³¹⁴ e, sob o comando do Coronel-aviador (e engenheiro) Ozires Silva, finalmente começa a adquirir contornos palpáveis com a efetiva instalação da Indústria Aeronáutica Brasileira. Após diversas tentativas (frustradas) de obter capital junto a investidores privados para constituir o empreendimento, seus idealizadores concluem que a única forma de concretizá-lo seria através da fundação de uma sociedade de economia mista, com forte participação do Estado, utilizando os mecanismos previstos no Decreto Lei n. 200.

A despeito da discordância de Hélio Beltrão e da relutância de Delfim Neto quanto à empreitada em questão, com a anuência de Costa e Silva, têm início as conversações para a regulamentação da proposta; afinal, conforme aponta Ozires Silva, quando os militares decidiam, eram obedecidos (SILVA, 2005, p. 43). Assim *apaziguadas* as pontuais resistências, em reunião com o Ministério da Fazenda, restam definidos o nome da empresa, os termos de sua constituição e as medidas de incentivo fiscal concebidas como estímulo à participação acionária de pessoas jurídicas, entre outros detalhes, subsequentemente formalizados por meio do Decreto-Lei n. 770, de 19 de agosto de 1969³¹⁵, um dos últimos assinados pelo Presidente Artur da Costa e Silva. Com este ato fundante, inaugura-se a trajetória da EMBRAER e, por via reflexa, também o processo de formação do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA).

Valendo-se do entusiasmo público e do ensejo proporcionado pelas demandas da Força Aérea, Ozires Silva (SILVA, 2005, p. 235-237) relata que, já em 1969, segue para a Europa, acompanhado por outros dois integrantes da Embraer, com o objetivo de intermediar a aquisição de aviões supersônicos para a modernização da FAB. No continente europeu, entendimentos encaminhados com a empresa italiana Aeronáutica Macchi avançam, redundando, enfim, na opção pelo jato “Aermacchi MB-326G”, a ser fabricado em solo brasileiro, sob licença, com a previsão contratual de ajustes ao modelo original para operações técnicas e militares. Vale mencionar, que a busca pelo supersônico encontrava justificativa na decisão governamental de organizar o Sistema de Defesa Aérea (célula original do CINDACTA), além de responder diretamente à negativa norte-americana quanto ao fornecimento de aviões da categoria para o Brasil, conforme o observado em nossa avaliação do período pós-AI-5.

³¹⁴ Centro Técnico de Aeronáutica (atual Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA) e Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

³¹⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/1965-1988/Del0770.htm>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

O mandatário que tutelara a iniciativa, contudo, não acompanharia a concretização do produto final e seus desdobramentos. Costa e Silva morre aos 17 de dezembro de 1969, em decorrência de complicações do acidente vascular cerebral sofrido no último dia do mês de agosto daquele mesmo ano. Instados por esta lacuna – e a fim de evitar a ascensão (constitucionalmente prevista) do vice-presidente, o civil Pedro Aleixo –, os ministros militares editam o Ato Institucional n. 12³¹⁶, de modo a viabilizar o estabelecimento da Junta Governativa Provisória. Presidida pelo almirante Augusto Rademaker, este comitê articula a promulgação da Emenda Constitucional n. 1³¹⁷ e, com a autoridade e a anuência derivadas de seus termos, destitui Aleixo e empossa, como sucessor na presidência do país, o general Emílio Garrastazu Médici.

2.3 – O Futuro faz uma breve visita: os milagres de Médici.

O epílogo da administração Costa e Silva é escrito, portanto, por um triunvirato militar, que se auto-incumbe de *transferir* a Presidência da República ao General de Exército Emílio Garrastazu Médici, em outubro de 1969. À vista do panorama com o qual se relaciona, aqui optei pelo verbo *transferir* por evidente ironia; muito embora não devamos deixar de conceder que o sentido mais ordinário do termo também seria aplicável ao contexto, considerando, especialmente, a medular área econômica do novo governo e a manutenção do Ministro da Fazenda atuante desde a gestão precedente. Por outro lado, no horizonte das dessemelhanças, distingue-se o fato de Médici ter conquistado o que seu antecessor não logrou alcançar: grande popularidade – conferida, sobretudo, pelo espetacular desempenho da economia e dos negócios no período. Não bastasse, ao tricampeonato mundial de futebol seguramente cabia o emblema de um augúrio muito favorável, bem explorado pelo “torcedor número um da seleção brasileira”: o próprio Médici.

Ironias de lado, passemos aos fatos. Muito embora a temática não reflita, propriamente, nosso objetivo direto, entendemos convir ao seu adequado delineamento lembrar que, durante o terceiro governo do ciclo militar instaurado em 1964, tão extraordinários quanto os resultados obtidos na área econômica foram os mecanismos repressivos então instituídos ou aprimorados. Com efeito, o que restava de ação direta contra o regime militar foi desbaratado nesse quadriênio. Aliás, por pouco o ano de 1970 não assiste

³¹⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

³¹⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

até mesmo ao fim da *oposição consentida*, o MDB. Reiteramos: não integra o escopo imediato do presente trabalho a completude dos assuntos afeitos à dinâmica desta gestão (ou daquelas que a precederam ou a sucederam); mas não devemos nos abster de consignar – justamente à luz de nosso enfoque – que a constituição de um Estado armado repressor contribuiu com a estruturação e o desenvolvimento das empresas aqui estudadas. Feitas as necessárias ressalvas, tornemos à economia.

Diversos indicadores oferecem um prenúncio claro desse ciclo, tais como o PIB real, que crescia à taxa média superior a 11% ao ano, e a Formação Bruta de Capital Fixo, que apresentava uma elevação bastante favorável, com ligeiro incremento da participação do setor público, mas ainda dentro da distribuição 1 para 3. Adicionalmente, estes fatores também promoviam o alívio da pressão demográfica, que, já nesse interregno, apresentava curva descendente.

A combinação entre crescimento acelerado, ambiente externo propício (com o retorno da *boa vontade* dos EUA para com o Brasil, como veremos em seção dedicada a assuntos tais) e detenção de amplos poderes conferidos pelo regime autoritário permite ao governo Médici expandir, de forma significativa, a presença do Estado em todos os setores da vida nacional, especialmente – mas não exclusivamente – através de investimentos em infraestrutura, do incentivo ao mercado exportador e da adoção de medidas de fomento dirigidas a empresas privadas e estatais.

Do repertório de documentos produzidos durante a administração Médici, um dos que melhor expressam a ênfase no desenvolvimento e a confiança no futuro é o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)³¹⁸, instituído por meio da Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971³¹⁹, com propostas de ação para o triênio 1972-1974. Explorado à exaustão pela bibliografia econômica, o plano editado sob a forma de lei não merecerá alentada análise nesta tese, pois prescindível à consecução dos objetivos aqui perseguidos. À vista destes, todavia, reservamos algumas poucas linhas para, tão só, destacar os aspectos do I PND que dialogam com nosso objeto de estudo ou contribuam com sua interpretação.

O teor do capítulo inicial do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento é precedido do título “A Revolução e os Objetivos Nacionais”, que coaduna o termo alusivo da ideia de transformação, por excelência, com um conceito central da Geopolítica Brasileira. Evidenciamos esta seleção de palavras e acepções porque, conforme já aventamos em

³¹⁸ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

³¹⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

momento anterior neste estudo, não raro identificamos a recusa quanto à importância da referida disciplina na condução dos negócios de governo no período militar. Mas, entre outras circunstâncias, também a eleição de tal terminologia demonstra, em nosso entendimento, que seus conceitos circulavam naquele cenário, integravam o arcabouço de informações mobilizadas pela cúpula governamental e a inspiravam. Com esta postura em mente, vejamos os tópicos por abordar na busca pela consecução dos “Objetivos Nacionais”, consoante o I PND:

- Ampla disseminação dos resultados do progresso econômico, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões.
- Transformação social, para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta.
- Estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático.
- Segurança nacional, interna e externa.

Mas, para além da identificação com o mencionado conceito e de sua potencial repercussão material, há de se notar a inserção de diretrizes claras e bastante assertivas no texto do Plano. Considerando o momento em que elaborado o documento, via de regra reservado à indicação dos caminhos percorridos – e a percorrer – pela administração em curso, entendo de todo pertinente que se tenha feito consignar os intentos de “implantação de novos instrumentos para modernizar a empresa nacional”, “mobilização ainda mais intensa do Sistema Financeiro Nacional e do mercado de capitais, para maior participação no financiamento da formação real de capital do setor privado”, “utilização dos instrumentos financeiros já criados, no BNDE e em outros organismos oficiais, para a **grande empresa** ou **grandes empreendimentos nacionais**” (com destaques no texto oficial) e “implementação de Política Tecnológica Nacional” (inclusive no campo da energia nuclear). No mesmo sentido, no início do Capítulo I, logo após um brevíssimo balanço das principais realizações das duas administrações anteriores, vimos emergir a grandiloquente afirmação de que o terceiro governo do período militar “vem realizando o objetivo de elevar o Brasil à categoria dos países de alto nível de desempenho em todos os setores”. Reconhecemos, por óbvio, que as exposições de propósitos costumam anunciar muito mais do que efetivamente entregam; todavia, no caso em apreço, é preciso conceder que os direcionamentos ventilados foram, de fato, perseguidos, gerando consideráveis impactos na economia nacional e nos negócios em geral, especialmente naqueles considerados estratégicos.

Os diálogos fraternais.

Não nos parece exagerado concluir que o auge do regime militar brasileiro foi alcançado durante a presidência do general Emílio Garrastazu Médici, embalado por uma excepcional fase de crescimento e confiança, denominada de “Milagre Econômico”, e pela exacerbada euforia ufanista, que anunciava o “futuro que chegou” e a certeza do “Brasil Grande”. Refletindo a índole e a percepção matizadoras de tal cenário, ao discorrer sobre a teoria que designou “Diplomacia do Desenvolvimento” (também conhecida como “Diplomacia do Interesse Nacional”), Médici concebe que a função de nossa diplomacia envolve “não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para antecipar o que seremos”³²⁰. Entretanto, em que pese a ênfase conferida ao *desenvolvimento* no título de sua proposição, a principal marca desse governo será, de fato, a preocupação central com a segurança e a repressão política, tanto no plano interno quanto nas ações internacionais.

Ainda sob tal orientação, particularizadora da gestão em pauta, observamos que Médici opta por inverter a ordem de um postulado até então característico das falas presidenciais ao defender que o desenvolvimento está subordinado à Segurança Nacional, como é possível depreender do pronunciamento acima referido, notadamente em trecho dedicado às expectativas acerca da condução diplomática, que, de acordo com o general, deveria atuar “no interesse da própria segurança nacional, **dentro da qual** transformamos em realidade as nossas potencialidades como país e empreendemos a nossa empolgante escalada para o desenvolvimento” (grifos e destaques nossos).

De nossa parte, em face dos princípios declarados e da postura que fundamentam, entendemos que a aceleração do desenvolvimento – com o objetivo de edificar o “Brasil Potência” – lança bases sólidas para o avanço em muitos setores da economia e dos negócios; influenciando até mesmo na possibilidade exportadora que se concretizará, a partir desse impulso, para a Indústria Bélica brasileira, conforme veremos mais adiante. Em apoio à nossa conjectura, também não é desprezível que, no período em questão, o Brasil houvesse mais que dobrado o valor de suas exportações em relação ao ano de 1962, com cerca de 25% da pauta total composta por bens industriais.

³²⁰ Discurso proferido no Palácio do Itamaraty, no “Dia do Diplomata”, em 20 de abril de 1970). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/10>>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

Considerada de uma perspectiva ainda mais ampla e distanciada, verifica-se que, no interregno sob sua regência, a administração Médici realmente enfrentará antigos e novos reveses relativos a demandas políticas e comerciais do Brasil no cenário internacional, especialmente nos planos hemisférico e regional, advogando posições que desagradarão, em particular, os EUA e alguns países de América do Sul. Cômico do ambiente de interação no qual inserido, o mandatário brasileiro, inclusive, advertiria que o conflito de interesses no plano internacional seria natural, cabendo ao país “exigir, com singeleza, mas sem hesitação, o reconhecimento e o respeito às novas dimensões de nossos interesses”³²¹. Assim sendo, decisões, intervenções e posicionamentos críticos e polêmicos seriam, deveras, adotados no quadriênio em tela, tais como a ampliação do Mar Territorial Brasileiro, a persistente busca pela assimilação da tecnologia nuclear, o enfrentamento da questão do café e a conclusão do acordo com o Paraguai para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre outros não menos relevantes.

Em adendo ao quanto até aqui observado, particularmente no que tange ao perfil articulatório do gestor em foco, consoante aponte em minha dissertação de mestrado, o discurso de Médici é elaborado em tom otimista, asseverando, ainda que indiretamente, os acertos das políticas implementadas a partir da “Revolução de 64” e apostando em um porvir grandioso para a nação, mediante ações assertivas e planejamento integrado entre os setores interno e externo do governo federal. Contemplado por outro viés, nos termos sugeridos por Eugênio Vargas Garcia (GARCIA, 2000, p. 150), no início da década de setenta “a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), com ênfase no ‘fortalecimento do Poder Nacional’, e estudos sobre geopolítica, convergem em torno de transformar o Brasil em ‘Grande Potência’ até o ano 2000”.

Sem olvidar, destarte, das circunstâncias postas em âmbito doméstico e das pretensões a partir deste projetadas, avancemos um pouco mais na análise das conexões estabelecidas em arena internacional, posto que não apenas elucidativas quanto ao período em comento, mas também fundamentais à instrução de nossa pesquisa e à compreensão de seu alcance. Para tanto, selecionamos um excerto do memorando que detalha a conversa entabulada entre o general Médici e o presidente Richard Nixon, em dezembro de 1971, nas dependências da Casa Branca; encontro este realizado por iniciativa do primeiro e – importante sublinhar –

³²¹ Discurso proferido no Palácio do Itamaraty, no “Dia do Diplomata”, em 20 de abril de 1970). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/10>>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

fortemente desaconselhado pelo MRE³²². No momento em tela, Médici informa ao chefe de Estado dos EUA que:

(...). Recentemente recebeu a visita de um Ministro boliviano que pedia 30.000 toneladas de açúcar, com pagamento a começar após um período de três anos, estendido por mais dez. O Presidente Médici respondeu que aquela proposta era totalmente contrária à prática nos negócios de açúcar, em que se entrega um saco do produto e se recebe o pagamento. O Ministro boliviano disse, então, que aquela não era uma venda normal; se houvesse escassez de açúcar na Bolívia, o governo cairia e os extremistas de esquerda assumiriam o poder. Era realmente uma questão política. O Presidente Médici, então, deu instruções para que o açúcar fosse disponibilizado nesses termos aos bolivianos. Imediatamente, o Ministro boliviano disse que tinha outro pedido na mesma toada: dez caças brasileiros Xavante. O Presidente Médici recusou a solicitação, dizendo que era ridículo para uma nação que estava em situação econômica tão delicada comprar caças de combate. (...) (tradução livre do autor³²³)

O modelo Xavante (EMBRAER EMB-326) foi o primeiro avião de treinamento a jato (subsônico, para formação de pilotos de caça³²⁴) fabricado no Brasil, sob licença da empresa italiana Aermacchi, após tratativas pessoalmente conduzidas por Ozires Silva, em episódio relatado linhas acima. Cuidando-se de uma aeronave biposto (ou seja, para dois pilotos), foi inicialmente utilizada para treinamento. Todavia, quando da solicitação descrita no referido memorando, a versão em uso era operacional, notadamente para ataque de superfície. Por incabível, não nos estenderemos, aqui, em uma descrição pormenorizada do equipamento, que incluía detalhes funcionais e tecnológicos, uma vez que, ao nosso escopo, interessa sobretudo identificar e contextualizar sua importância no desenvolvimento e na internacionalização das empresas do setor. A ênfase, portanto, deve recair sobre o fato de, ainda no primeiro ano da década de 1970, o Brasil demonstrar capacidade para fornecimento de material bélico a outras

³²² “White House Memorandum. Meeting with President Emilio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10:00 a.m., in the President's Office, the White House”. Realizada a portas fechadas, a reunião contou com a presença do General Vernon Walters (adido militar dos Estados Unidos no Brasil entre os anos de 1962 e 1967), que atuou como intérprete. A íntegra do relatório da conferência, disponibilizada pelo National Security Archives, pode ser acessada em: <<https://nsarchive.gwu.edu/dc.html?doc=20533180-04>>.

³²³ No original: “(…). Recently he had received a visit from a Bolivian Cabinet Minister who was asking for 30,000 tons of sugar, payment to begin after a three-year period of grace and extend over ten years. President Médici had replied that this was quite contrary to practice in the sugar business, where you handed over a bag of sugar and received payment. The Bolivian Minister had then said that this was not a normal sale; if there was a sugar shortage in Bolivia, the government would fall and the Far left, extremists would take over. It was really a political matter. President Médici then issued instructions for the sugar to be made available on these terms to the Bolivians. Immediately, the Bolivian Minister had said that he had another request on the same terms and this was for ten Brazilian Xavantes jet fighters. President Médici had refused, saying that it was ridiculous for a nation which was in desperate economic straits to be buying jet fighters. (...)”

³²⁴ Chegou a ser empregado, como avião de caça, no *Primeiro Grupo de Aviação de Caça*, enquanto este aguardava a compra e a chegada dos caças supersônicos F-5.

nações. Em verdade, ainda a esse propósito, como veremos em seção própria, a disponibilização de armamentos para países vizinhos não será desprezível; especialmente em apoio aos regimes ditatoriais do subcontinente – pode-se dizer – será mesmo fundamental.

A Indústria Militar se apresenta.

Dentre as mensagens enviadas ao Congresso pelos ocupantes do Executivo Federal durante o regime militar, as de menor extensão foram aquelas subscritas pelo presidente Médici. E, dentre estas, a Mensagem de 1970³²⁵ figura como a mais concisa; evidentemente, por se referir à gestão do antecessor, mas, em especial, pelas características singulares desse processo de sucessão.

Expresso ao longo de 84 páginas, o conteúdo do pronunciamento é divulgado – não por acaso – no dia 31 de março daquele ano, registrando, logo no parágrafo de abertura, que “não mais se contestam os êxitos logrados, em sua obra renovadora, pelo processo revolucionário, em marcha faz hoje exatamente seis anos”. De inédito em relação às precedentes, vale registrar que essa “Mensagem ao Congresso Nacional” é a primeira que destina um capítulo exclusivo ao tema “Política Interna e Segurança”, precisamente em sua parte final, reunindo informações concernentes ao Ministério da Justiça e às Forças Armadas. Previamente a este, o Comunicado ainda aborda os tópicos: “Política Econômica e Financeira”, “Política Social” e “Política Externa”.

Proclamado em tom otimista, o preâmbulo da peça em foco opera com uma retórica baseada na conciliação entre direitos individuais e sociais, na relativização da *democracia tradicional* – em prol da consonância de “nossa ordem política” com um “modelo democrático” que supere “os padrões da democracia clássica ou liberal” – e na cooperação “de todos” com o esforço empreendido pelo Estado em sua atuação enquanto agente real de transformação nas *sociedades complexas*. Outrossim, ainda nas páginas iniciais, pouco antes de argumentar pela continuidade da “missão revolucionária” mediante a manutenção de suas “conquistas básicas” e “a implantação de um processo permanente de planejamento governamental”, o emissor do texto pondera que:

O intervencionismo estatal não se caracteriza, entretanto, unicamente pela distensão, cada vez maior, do seu campo de incidência, mas ainda pela forma

³²⁵ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-garrastazu-medici-1970/view>>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

segundo a qual a ação do poder público se desenvolve. A complexidade crescente da vida moderna obriga, realmente, a que se abra espaço sempre mais largo à competência discricionária da administração, a fim de se assegurar aos mecanismos estatais mais agilidade de movimentos e maior eficiência no desempenho de suas tarefas.

Sintomático de sua relevância para a gestão que o corrobora, esse entendimento que preconiza os potenciais benefícios advindos da conjugação de um “processo permanente de planejamento” com a continuada ampliação da discricionabilidade administrativa será repisado – ainda que indiretamente – em outros momentos da Mensagem. Nessa direção, segue o anúncio do presidente acerca do encaminhamento ao Congresso Nacional, no ano de 1971, do “I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social” (I PND)³²⁶, com vigência prevista para o período de 1972 a 1974. No bojo de tal orientação, em conformidade com os Atos Complementares n. 43³²⁷ e n. 76³²⁸, a cada novo governo cabia executar o derradeiro ano do “Plano Nacional de Desenvolvimento” concebido por seu predecessor e articular um plano próprio, o qual permaneceria em vigor até o primeiro ano de mandato de seu sucessor. Para o quadriênio a transcorrer sob sua regência, como resultado dos programas e das ações governamentais, Médici estimava que o PIB alcançaria uma taxa mínima de crescimento entre 7 e 9%, enquanto o índice de expansão do emprego chegaria a 3,5% ao fim do período. À consecução de tais incrementos, previa-se a destinação de investimentos anuais entre 36 e 43 bilhões de cruzeiros novos (“a preços de 1970”).

A confiança demonstrada pelo presidente quanto ao crescimento e à possibilidade de estabelecer propostas de desenvolvimento encontrava esteio nos dados econômicos verificados em relação ao biênio precedente, a saber: majoração do Produto Interno Bruto em torno de 9%, expansão das reservas internacionais, elevação das produções industrial (10,9%) e agrícola (7%), além de considerável aceleração das exportações. Acresça-se, a propósito, que o aumento das vendas para o exterior integrava o rol de objetivos declarados do governo Médici, o qual, para tanto, adotou medidas voltadas à implementação de políticas de financiamento e isenções fiscais, à disponibilização de seguros de crédito, bem como ao balizamento de um sistema de comercialização de caráter não estatal. No decorrer deste e do próximo capítulo, não faltará ensejo para que incluamos outros detalhes com respeito ao

³²⁶ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

³²⁷ Ato Complementar n. 43, de 29 de janeiro de 1969. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-43-69.htm#art5>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

³²⁸ Ato Complementar n. 76, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-76-69.htm>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

estímulo conferido pelo governo central ao setor exportador e à participação da indústria de material militar nessa dinâmica, inclusive no que tange à constituição da “rede externa e privada de comercialização”, nomeadamente referida no comunicado presidencial em tela.

Mas esse ânimo desenvolvimentista não permaneceria adstrito a atividades afetas à área econômica, atingindo também o setor militar, que passaria a ser melhor aquinhoado pela nova administração do regime. Na última seção da “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1970, precisamente em passagem dedicada às Forças Armadas, o presidente sublinha a relevância da continuidade das ações empreendidas em prol do “Objetivo Prioritário”, qual seja, “acelerar o reequipamento material do Exército, nos setores críticos, estimulando a participação da indústria nacional”. Nessa perspectiva, são citadas como iniciativas por merecer reconhecimento e apoio:

(...) o aperfeiçoamento das Redes Rádio, de níveis nacional e regional, inclusive pela ampliação do uso do sistema de microondas. [A produção de] conjuntos-rádio e sistemas telefônicos para uso em campanha.
 (...) o desenvolvimento de um carro blindado de reconhecimento, o de um sistema de tração para veículos comerciais, que permite seu uso para fins militares, e a recuperação de viaturas blindadas e de combate.

As denominadas “Redes Rádio”, sob a coordenação da Embratel, foram responsáveis pela conexão das telecomunicações no país e pela significativa nacionalização da indústria de transmissão de rádio (em torno de 80%). A Fábrica de Comunicações do Exército (hoje FMCE – Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica da IMBEL), já em 1965, recebe a incumbência de produzir rádios de campanha aptos a substituir os exemplares americanos, logrando êxito em iniciar a fabricação do modelo nacional entre os anos de 1968 e 1969. A transmissão por micro-ondas – outra meta proposta ainda na gestão de Castelo Branco – recebe forte impulso no início dos anos 1970 e contará com expressiva atuação da AVIBRAS para o desenvolvimento de antenas e de subrefletores, ambos resultantes de projeto e produção nacionais³²⁹.

Prosseguindo na órbita das Forças Armadas, aqui retomamos, inclusive a fim de corroborar o relevo de sua contribuição, o trabalho realizado a partir do Parque Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar, bem como o alcance e a pertinência de tal empreendimento na perspectiva do governo vigente e em face de seus interesses e objetivos. E, a tanto, basta mencionarmos a profícua convergência entre o “Projeto Especial de

³²⁹ Registre-se que a cobertura por rádio aqui aludida configura um exemplo do emprego do modelo de tríplice hélice.

Reaparelhamento do Exército”, que, abrangendo o período 1970-1973, priorizava as aquisições provenientes de empresas brasileiras, e as atividades promovidas na esfera do 2º PqRMM, fundamentais à consecução dos intentos naquele previstos. De fato, conforme atesta a “Mensagem ao Congresso Nacional”, direcionada à abertura da Sessão Legislativa de 1971, apenas no primeiro ano do referido projeto, foram “consignados e efetuados dispêndios correspondentes a 16% do total previsto para os quatro anos” e “dos recursos aplicados em aquisições no ano de 1970, apenas cerca de 8,4% corresponderam a compras no exterior.”³³⁰

De forma análoga, esperava-se, no tocante à alçada do Ministério da Marinha, um esforço de nacionalização do material da Esquadra, tanto em relação ao Programa de Construção Naval quanto com referência ao Plano Básico de Comunicações e Eletrônica da Força Naval. Outrossim, em harmonia com esse extensivo encaminhamento, os objetivos de nacionalização também deveriam ser perseguidos pelo Ministério da Aeronáutica, que, à época, já dispunha de projetos condizentes com tal expectativa, mencionando-se, por todos, sua mais *preciosa criação*: a EMBRAER.

Ainda no início da gestão Médici, precisamente em 02 de janeiro de 1970, o país acompanha a inauguração oficial das operações da Empresa Brasileira de Aeronáutica, com as instalações sediadas em São José dos Campos prontas para iniciar a fabricação de aeronaves. Assiste, ademais, à primeira operação comercial da nova estatal, correspondente à venda de um avião Bandeirante para a Comissão Nacional de Atividades Espaciais – CNAE. Tratava-se do terceiro protótipo produzido, mas com plenas condições operacionais, preparado para receber equipamentos de sensoriamento e imagem e adaptado para missões de detecção remota. Este protótipo voou por quase dez anos a serviço do CNAE e, posteriormente, do INPE (Instituto Nacional de Atividades Espaciais, sucessor do CNAE)³³¹.

Para além da referida venda, no entanto, a empresa, em seu primeiro ano de existência, obtém um robusto estímulo governamental. Através do Ministério da Aeronáutica, recebe um pedido de compra de oitenta aviões “Bandeirante”, além de finalizar a contratação para a produção de cento e doze aeronaves “Xavante”. Por parte do Ministério da Agricultura, a encomenda alcança o número de cinquenta aviões leves. Segundo Roberto Bernardes (BERNARDES, 2000, p. 169-173), esses pedidos representavam “aproximadamente oito anos de atividade da companhia, produzindo duas aeronaves por mês, totalizando pedidos na ordem de US\$ 600 milhões (em dólares de 1993)”. Vale observar que a Força Aérea

³³⁰ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-garrastazu-medici-1971/view>>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

³³¹ Informações sobre as negociações em SILVA (2005), p. 281-284.

Brasileira tinha pressa em conseguir aeronaves modernas, pois estava sendo demandada no combate à guerrilha. Conforme o próprio presidente Médici faz consignar na Mensagem ao Congresso de 1971, era necessário dotar o Poder Aéreo de “recursos materiais e humanos compatíveis com os imperativos da Segurança Nacional”, uma vez que a FAB executara “operações reais contra guerrilhas, em conjunto com as demais forças singulares, nas áreas de Registro, São Mateus e Jacupiranga³³².”

Os imperativos da Segurança Nacional, no caso do Poder Aéreo, consubstanciavam-se legalmente no Decreto n. 66.314, de 13 de Março de 1970³³³, que aprovou o Regulamento de Comando Aéreo e instituiu as *Forças Aerotáticas* – unidades destinadas ao apoio das demais forças e constituída, basicamente, pelas Unidades de Ataque (aviões caça), Unidades de Destruição (aviões de bombardeio médio e/ou patrulha) e Unidades Mistas de Atuação Antiinsurrecional (aviões de reconhecimento armado, aviões de ligação e helicópteros de combate), estas últimas especialmente importantes para o regime àquela altura.

As *Forças Aerotáticas*, através do 2º Esquadrão de Reconhecimento e Ataque (2º ERA), entram em ação já no mês de abril de 1970, participando, em apoio aos combatentes em solo, da operação de cerco do grupo da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), comandada por Carlos Lamarca, em Registro. Segundo relatório do II Exército³³⁴, o Esquadrão foi utilizado na “inquietação do inimigo, através de bombardeios e tiros diretos de metralhadora”³³⁵; muito embora o mesmo documento aponte a baixa efetividade dos expedientes. Lado outro, em que pese a lacuna na narrativa oficial, há relatos que descrevem a realização de bombardeios com *Napalm* na região, corroborados por veículos de imprensa da época (em particular pelo *Jornal do Brasil*), e por relatório dos adidos militares franceses junto ao Estado Maior do Exército Brasileiro³³⁶ – circunstância provável, considerando as características do teatro de operações.

A Operação Registro foi considerada um fracasso por muitos observadores por não ter resultado na captura de todos os integrantes da VPR, ativos na área, especialmente seu

³³² A comunicação em foco está diretamente relacionada ao combate a integrantes da VPR, quando esta organização tentava estabelecer um centro de treinamento guerrilheiro na região.

³³³ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66314-13-marco-1970-407752-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2019. Este diploma legal foi revogado, em todas as suas disposições, pelo Decreto n. 92.881, de 2 de julho de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92881impresao.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

³³⁴ Relatório da Operação Registro, Comando do II Exército, Ministério do Exército.

³³⁵ Relatório da Operação Registro, fl. 04. As aeronaves (helicópteros e aviões) também efetuaram missão de patrulhamento e reconhecimento, sem informe de disparos (fls. 03 e 04).

³³⁶ A idealização de bombas incendiárias, para produção nacional, foi iniciada logo após o fim da Segunda Guerra, pelo Coronel Jorge da Silva Prado.

principal comandante militar, Carlos Lamarca. Todavia, considero que neste, como em muitos outros casos, sucesso ou frustração não podem ser tomados em sentido absoluto. De um viés político, os que simpatizam com as ações armadas podem considerar um êxito a retirada da maioria dos militantes da Vanguarda, especialmente Lamarca, ainda que sob o cerco de significativo contingente de forças militares e policiais presentes no sítio. Por outro enfoque, a experiência forneceu aos responsáveis pela missão de contra insurgência valiosas lições para operações reais em face de focos guerrilheiros, além de apontar diversos problemas por sanar, tais como o adestramento da tropa, a dificuldade no setor de comunicações e a mobilização de armamentos pouco eficazes para o tipo de combate empreendido. Entretanto, apesar do malogro da tentativa de capturar todos os guerrilheiros, a área destinada ao treinamento foi desbaratada, boa parte do armamento mais sofisticado da VPR (como os fuzis FAL) foi perdida e algumas prisões, efetuadas. Também cabe lembrar que as denominadas *Zonas de Defesa Interna* e seus braços operacionais e de planejamento, os *Destacamentos de Operações e Informações* e os *Centros de Operações e Defesa Interna* (DOI-CODI), foram implantados com significativa celeridade após os eventos de Registro, ultimando uma conjuntura que deve, ao menos, relativizar o fracasso dos órgãos de repressão.

Talvez não seja mero acaso, afinal, que a mesma Mensagem ao Congresso declare a urgência da ampliação e da modernização das Redes Rádio e do reaparelhamento das FA, sem descurar do registro das operações reais por estas realizadas. A avidez em combater o inimigo interno pelo ar justificava a premência do reequipamento da Força Aérea, e este contexto, enfim, convertia-se em mais um elemento impulsionador da busca pelo avanço tecnológico aplicado ao setor da indústria nacional de material militar.

Mas o espaço aéreo brasileiro também conheceria, em 1970, atividades de menor densidade bélica, ainda que *explosivas* em seu potencial fomentador da produção de armamentos. Nesse ano, no Campo de Lançamento da Barreira do Inferno, acontecem os testes experimentais dos foguetes SONDA I e SONDA II, para pesquisa meteorológica. No total, são executados setenta lançamentos a partir da Barreira do Inferno (inclusive em função de outros projetos, além da referida pesquisa), dos quais quarenta e um envolviam equipamentos de fabricação nacional³³⁷. Convém sublinhar que os avanços técnicos e tecnológicos alcançados pelos integrantes do *programa espacial brasileiro* viabilizariam até mesmo a produção, em futuro próximo, de foguetes e mísseis pela AVIBRAS, afora o desenvolvimento local de instrumentos concernentes à área das telecomunicações.

³³⁷ Informações colhidas junto à Agência Espacial Brasileira e, também, extraídas da “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1971.

Acrescendo-se a tal quadro o ânimo suscitado por efeito das possibilidades fomentadas pela EMBRAER (e materializadas, por exemplo, através da aquisição do então moderníssimo sistema IBM-360³³⁸), torna-se factível o vislumbrar de um porvir alvissareiro para a C&T nacional e a conseqüente expectativa de uma contribuição substancial da atividade científica para a edificação do *Brasil Potência*. Por fim, com o desenvolvimento de vetores aéreos e a criação da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear – C.B.T.N., por força da Lei n. 5.740, de 1º dezembro de 1971³³⁹, os objetivos geopolíticos igualmente pareciam estar próximos de sua concretização.

A década que se encerrava parecia concluir também a primeira fase de “ajustes” do regime militar, e o novo decênio que se inaugurava deveria consolidar o projeto “Brasil Grande”; vamos a ele.

Inserção e intervenção: projeção comercial e política.

A “Mensagem ao Congresso Nacional”, encaminhada em 31 de março de 1971³⁴⁰, mantinha, ao longo de suas 132 páginas, o tom otimista do governo, particularmente em virtude dos resultados eleitorais obtidos pela ARENA. De início, cumpre observar que o texto presidencial antecipa algumas das linhas de ação que serão abordadas na presente tese, em especial as que tangenciam o interesse na inserção internacional do Brasil e na expansão de seu comércio exterior, bem como, naturalmente, as que contemplam questões de segurança interna e desenvolvimento – estas sempre apresentadas, no bojo do comunicado sob análise, como interdependentes e conectadas, indistintamente, a todas as áreas de governo. Quanto a esta última marcante característica, a título de ilustração, selecionamos um breve trecho da seção dedicada ao tema “Transportes”:

³³⁸ O IBM-360 foi um *mainframe* produzido pela célebre companhia norte-americana de computadores, que obteve enorme sucesso comercial. Pioneiro na utilização de circuitos impressos e com alta capacidade matemática, possibilitou, inclusive, a – até então inédita – expansão do sistema. Posteriormente, novas aquisições pela EMBRAER serão vetadas pelo governo dos EUA, em um ambiente internacional já bastante modificado.

³³⁹ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15740.htm>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

³⁴⁰ Disponível no site da biblioteca da Presidência da República, em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-garrastazu-medici-1971/view>>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

[...]

As necessidades relativas à Segurança Nacional e à Integração Territorial têm sido atendidas, levando-se em conta os objetivos fixados pelas políticas de Desenvolvimento e de Segurança e considerando-se a interdependência e interligação entre elas existentes.

A relação entre *Segurança Nacional*, *Integração* e *Desenvolvimento* pressupõe capacidade bélica e militar, ocupação e controle territorial, tendo como substrato para garantir as duas primeiras, uma significativa capacidade produtiva e de investimento, e, enfatizando a conexão entre as partes que abrem este parágrafo, temos o relatório do Ministério do Exército, que estabelece como “Meta Estratégica” para a pasta “acompanhar a evolução econômico-social da Nação a fim de compatibilizar a segurança com as necessidades do desenvolvimento”³⁴¹ e como “Objetivos Gerais” o “reaparelhamento do Exército e as atividades ligadas ao desenvolvimento”³⁴², destacando ainda as ações da Força Terrestre na construção e reparação de rodovias e ferrovias e o esforço no sentido da integração territorial. Mas estas são ações para o plano interno. Além disso, estava no horizonte a inserção internacional, e, nesse sentido, a PEB deveria estar afinada com os mesmos propósitos alinhados acima, como demonstra a afirmação “busca, toda a ação externa do Brasil, preservar sua integridade territorial, sua identidade nacional, sua segurança política e seu crescimento econômico.”³⁴³.

Na verdade, como o correr deste trabalho pretende demonstrar, as diretivas governamentais procuraram, e em larga medida conseguiram, conectar as diversas instâncias estatais para a consecução de seus objetivos que, por sinal, dialogavam diretamente com a proposta geopolítica: dominar o espaço interno e projetar-se para o exterior. A questão envolvendo os resultados de tais iniciativas, sob a perspectiva deste autor, serão avaliadas e analisadas ao longo da tese e em sua conclusão.

O período iniciado com o segundo ano da presidência de Emílio Garrastazu Médici inaugura também a ampliação da ação brasileira no plano internacional, principalmente, mas não exclusivamente, com interesse comercial. Nesse sentido, é enviado em missão internacional o chanceler Mário Gibson Barbosa, acompanhado do diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) e outros representantes de órgãos governamentais, com o objetivo de visitar uma série de países do norte da América do Sul e

³⁴¹ Mensagem ao Congresso Nacional, 1971, p. 121.

³⁴² *Idem.*

³⁴³ Mensagem ao Congresso Nacional, 1971, p. 108.

da América Central. Foram visitados os seguintes países: Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Trinidad e Tobago, Guiana e Suriname.

Este périplo empreendido por Gibson Barbosa, primeira vez na história de um chanceler brasileiro a este conjunto de países, ocorre em meio a uma série de contenciosos internacionais brasileiros, notadamente com os EUA, envolvendo a questão do Mar Territorial e o comércio do café; a ampliação para duzentas milhas levou a apreensão de um pesqueiro de bandeira norte-americana³⁴⁴ pelas autoridades navais brasileiras, com a ameaça de apreensão de qualquer embarcação estrangeira que explorasse comercialmente o referido espaço marítimo, o que reforçava a oposição no Capitólio à decisão brasileira. A questão da Organização Internacional do Café (OIC) também envolvia o legislativo estadunidense, que pressionava em favor dos interesses de empresas americanas produtoras de café solúvel. Outro item que compôs a pauta da viagem foi o combate conjunto ao terrorismo, este último ponto vinculado também a Organização dos Estados Americanos (OEA) e tinha na Argentina o maior obstáculo.

A missão diplomática brasileira tinha como objetivo oficial justamente organizar uma frente de pressão com os países listados em favor dos interesses comerciais comuns, pois no período da viagem do Chanceler Brasileiro seria discutida, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, a questão do mar territorial e, concomitantemente, seria aberta XIX Sessão do Conselho da OIC; era uma missão política para atingir fins econômicos mas, como veremos mais adiante, a defesa do pleito brasileiro pelas duzentas milhas, a tese brasileira antiterrorista e o café formavam a parte visível das conversações, as duas primeiras contando com a adesão ou concordância de todos os governos visitados e a segunda de mais difícil convergência. Outras conversas, de caráter não revelado nas notas oficiais, surgiram a partir dos encontros do Ministro Gibson Barbosa, que serão oportunamente esclarecidas neste trabalho. Apresentamos nas linhas precedentes o que transpareceu publicamente; contudo, o objetivo primordial e que suscitou a preparação desta primeira visita da chancelaria brasileira guardava relação mais íntima com as questões políticas e de “segurança nacional”, conforme explicitaremos a partir da própria manifestação do Ministro das Relações exteriores do Brasil.

³⁴⁴ Tratava-se do *King West* que adentrou o mar territorial brasileiro. Foi considerado um ato de provocação, uma vez que a embarcação não tinha, em seu poder, nenhum vestígio de pescado.

Em comunicação ao Presidente da República³⁴⁵, em novembro de 1970, Gibson Barbosa avaliou que:

A consolidação de um governo marxista no Chile gerará inevitavelmente um clima de constante crise nas relações interamericanas. Não só o Chile assumirá atitudes de dissonância em relação ao resto do continente, mas servirá de santuário a militantes da insurreição armada de outros países e poderá vir mesmo, à medida que for tomando consistência um eixo político Havana-Santiago, a exercer um apostolado agressivo.

E, em seguida, dispunha o Chanceler brasileiro que:

A instalação de governos esquerdizantes no Peru e na Bolívia e a crescente insegurança no Uruguai indicam a necessidade de discreta, mas ativa política de resposta à presença e à atuação marxista no Chile e, mais do que isso, da retomada da iniciativa diplomática, para construir um sistema de forças capaz de responder, se necessário, ao desafio de um eixo Havana-Santiago.

A narrativa do Chanceler parecia confirmar os riscos para a Segurança Nacional, ao menos na ótica dos formuladores do regime brasileiro e, como país chave, serviriam para acelerar algumas ações já em curso. Os documentos apontam para uma série de ações de caráter intervencionista do governo brasileiro nos países citados, mas que não cabem na discussão aqui proposta; por outro lado, informam que a ação brasileira atendia a demandas de natureza política que seriam também mobilizados para a inserção comercial e econômica.

Mas não deixamos claro o porquê da menção deste documento. A estratégia prevista para combater o eixo – imaginário ou real – vislumbrado pelo Itamaraty previa a aproximação diplomática e a abertura de diálogos bilaterais com os países do subcontinente; a atenção dedicada para a América Central visava exatamente a consecução deste projeto. Assim, através de sucessivas aproximações com os países da América do Sul e, no “intervalo dessas visitas, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil iria, pela primeira vez na história de nossa diplomacia, aos países da América Central e Caraíbas, entre esses se incluindo a Guiana.”. Também importante destacar que, para o MRE, os instrumentos de financiamento ao comércio exterior brasileiros não deveriam ser tratados apenas sob a ótica comercial; conforme sugerido por Gibson Barbosa, seria imprescindível “subordinar um eficiente instrumento de poder econômico, concebido com motivações estritamente comerciais, aos

³⁴⁵ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Informação para o Presidente da República, n. 00228, secreto. Índice: Ação diplomática brasileira na América Latina, 13 de novembro de 1970.

superiores interesses nacionais, situando-o na sua correta perspectiva de expressão do Poder Nacional.”³⁴⁶.

Também aqui podemos perceber o binômio Segurança e Desenvolvimento presente, pois ao mesmo tempo em que cuidavam de pautas comerciais, não se descuidou dos aspectos típicos da contenção e repressão aos movimentos de oposição. Mas as ações empreendidas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores no quadriênio de Médici atendiam, na verdade, a múltiplos objetivos. Reduzir o relativo isolamento internacional brasileiro, contando inclusive com a participação presidencial em diversos encontros de mandatários, constituiu uma das marcas do período; ampliar a esfera de influência no entorno geopolítico sul-americano e africano, mediante ações oficiais ou encobertas, bem como projetar a imagem de um país com importância crescente no cenário internacional foram objetivos claramente perseguidos, tendo como principal cartão de visitas o “Milagre Econômico Brasileiro”.

Uma vez que a economia era a carta de abertura da apresentação brasileira, de rigor anotar que, tão importante quanto as metas políticas aludidas, foram os objetivos comerciais e exportadores da empreitada, como exalta Emílio Médici em sua comunicação ao Congresso Nacional, afirmando que em seu primeiro ano de governo deu início ao “desencadeamento de ofensiva econômica externa, principalmente no tocante às exportações, acentuando-se a atuação de bancos brasileiros no exterior como canalizadores de recursos para empreendimentos prioritários (...)”³⁴⁷. A CACEX, representada pelo seu diretor na viagem centro-americana de Gibson Barbosa, doravante atuaria como um destes canalizadores em diversos momentos. De fato, este período marcou uma decisiva intenção de ampliar o mercado exportador, que levaria ao desenvolvimento ou aperfeiçoamento de inúmeros mecanismos para alcançar tal intento; novamente recorrendo aos informes para o Congresso, vemos que:

para conquista de novos mercados a produtos brasileiros, adotaram-se várias medidas que possibilitam mais expressiva participação do Brasil no comércio mundial. Destacam-se, entre elas, a criação e o aperfeiçoamento do sistema de financiamento à exportação, o pré-financiamento à produção para exportação, maior flexibilidade para utilização do DRAWBACK, e simplificação do processo de exportação.³⁴⁸

³⁴⁶ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Informação para o Presidente da República, n. 00106, confidencial. Índice: Concessão de financiamento com objetivo de promoção comercial, 28 de junho de 1971.

³⁴⁷ Mensagem ao Congresso Nacional, 1972, p. 15.

³⁴⁸ Mensagem ao Congresso Nacional, 1972, p. 43.

Como veremos, a indústria de material militar será chamada a participar do esforço de internacionalização dos negócios brasileiros, pela exportação de seus produtos, mas também como agente de interesses nacionais, aproveitando os *canais especiais* que o setor normalmente propicia, especialmente em países que não compunham o centro do poder mundial da época. Tanto que, já em 1971, esperava-se que a munição naval então produzida no Brasil pudesse “contribuir para a obtenção de divisas externas em benefício do nosso país, dado o interesse já demonstrado por nações amigas na aquisição de vários tipos de tal munição.”³⁴⁹. Desta primeira aparição oficial de uma fala presidencial sobre o potencial exportador da indústria militar brasileira convém destacar algumas observações que serão perceptíveis ao longo da tese.

Em primeiro lugar, e esta será a tônica durante todo o período proposto, será cada vez mais propalado que o principal objetivo do desenvolvimento e investimento na indústria de defesa era a exportação e sua consequente contribuição na balança comercial brasileira e na formação de reservas em moeda estrangeira; em segundo lugar, também presente ao longo da história aqui abordada, o investimento em material militar será considerado um aliado fundamental na modernização, industrialização e no desenvolvimento econômico do Brasil, sendo o resultado da aplicação de tais recursos em capacidade combatente, quando vinculadas ao seu aspecto inerente, justificadas com o apelo um tanto genérico da *Segurança Nacional*. É realmente interessante perceber que em nenhum momento a ênfase recai sobre ampliar a capacidade bélica do país, foi uma constante o recurso a elementos não estritamente militares, como os acima aludidos, como se procurasse demonstrar que a soberania e o desenvolvimento nacional levassem à necessidade do investimento no tipo de indústria aqui focalizada. Já próximo ao fim do nosso interstício cronológico, perceberemos uma mudança no discurso das Forças Armadas; neste momento, o dispêndio com a indústria militar será justificado como necessário ao desenvolvimento e a soberania nacional, inversão semântica e discursiva de significativa importância para a análise e que será retomada em momento oportuno.

Por fim, cabe destacar que as exportações de material naval não constituiriam, em nenhum momento, motivo de euforia e grande expectativa real no que diz respeito às possibilidades de venda no mercado externo, não alcançando, apesar de projetos anunciados e objetivos definidos em planos governamentais, como aqueles definidos nos *PND's*, uma posição de destaque e efetividade como o observado em outras empresas e setores da indústria de armamentos brasileira. Na própria “Mensagem ao Congresso Nacional de 1971”, fica

³⁴⁹ Mensagem ao Congresso Nacional, 1971, p. 119.

patente que a Marinha vinha procurando “acompanhar o desenvolvimento industrial do país, não só auxiliando nossa indústria (...), como também procurando interessá-la nos campos de atividades militares específicos”, sempre em busca da nacionalização de sobressalentes e desenvolvimento de protótipos. Os óbices apresentados como restritivos à nacionalização foram pontuados como “a complexidade e segurança exigidos para equipamentos militares [e] o alto índice de nível técnico exigido e a necessidade de financiamentos vultosos”³⁵⁰, que impediam a satisfatória utilização das indústrias navais instaladas no país. As adversidades dos programas de construção naval no Brasil remontam ainda ao período imperial; em suas produções de mestrado e doutorado, Fernando Ribas de Martini aponta que tais problemas já são perceptíveis desde a Guerra do Paraguai, que constituiu o primeiro de quatro ciclos de construção naval militar brasileira identificados pelo autor³⁵¹.

A outra questão que emerge do exposto é que, inevitavelmente, a exportação de produtos, especialmente no setor em tela, depende da produção e utilização local dos equipamentos que se pretende exportar; não é de se esperar que se exportem projetos, salvo quando o produtor já tenha algum portfólio que o credencie como parceiro confiável (como veremos nos dois últimos capítulos desta tese). O emprego em situação real, ou mesmo simulada, também podem contribuir para o interesse do comprador de armamentos, como poderemos ver nas exportações da ENGESA e da AVIBRAS; para a indústria naval militar, porém, é muito mais difícil a reprodução das condições observáveis nas duas empresas citadas. No caso da ENGESA, o apoio governamental deveria garantir um ganho de escala que permitiria a prospecção do mercado externo e interno; como atesta a mensagem presidencial, ao afirmar que “já se fazem sentir os primeiros efeitos do fornecimento às unidades de equipamentos fabricados no país, na indústria civil e militar (...).³⁵²”, indicando que a empresa de Whitaker Ribeiro já estava no radar de Brasília. Da mesma forma, o início da produção dos pedidos da FAB para a EMBRAER (os cento e vinte *Xavante* e oitenta *Bandeirantes*), bem como os cento e cinquenta *Universais* encomendados junto à Construtora Neiva, constituíam estímulo não desprezível para a Indústria Aeronáutica.

E, já que estamos tratando de alocações otimistas do Poder Executivo, avancemos em nossa narrativa cronológica, já próximos ao momento em que o Brasil acelerava rumo a uma maior inserção em projetos de natureza estratégica. A Mensagem ao Congresso Nacional de 1972, novamente enviada na sugestiva data de 31 de março, é composta de 104 páginas e, tal

³⁵⁰ As citações do parágrafo constam da Mensagem ao Congresso Nacional, de 1971, p. 116-117.

³⁵¹ Ver MARTINI (2014 e 2020) e, para questões mais atuais, abrangendo o período Lula e Dilma, o livro de LOPES (2014) que, embora de cunho jornalístico, apresenta interessantes indicações sobre o tema.

³⁵² Mensagem ao Congresso Nacional, 1972, p. 96.

qual a anterior, foi redigida em tom notadamente otimista, salientando a “diligência com que o *Governo Revolucionário* promove a prosperidade, o bem-estar e a segurança do País (...).³⁵³”. Nestes tempos, falar em otimismo com o “governo revolucionário” ainda era possível e a diligência do poder executivo seria perceptível, embora não possamos dizer que tenha promovido a prosperidade e o bem estar duradouro para o conjunto da sociedade.

Embalado pelo crescimento do PIB superior a 11%, exportações próximas a três bilhões de dólares, com mais de 20% do total oriundos da venda de manufaturados, o discurso grandiloquente encontrava eco nos resultados, estimulando a aposta no sucesso do Plano Nacional de Desenvolvimento, que, esperava-se, poderia “manter elevado o ritmo de crescimento econômico, reduzir a taxa de inflação e obter aumento nas exportações.³⁵⁴”. Este primeiro PND, apresentado pela Lei n. 5727, de 4 de novembro de 1971, pode ser lido como o documento que oficializa o projeto de construção do Brasil Potência, ainda que sob o rótulo de desenvolvimento, pois, como foi destacado na primeira frase do Capítulo I deste documento, “a revolução foi feita para construir”, edificação esta que vinculava “A Revolução e os Objetivos Nacionais³⁵⁵” e, não é despidendo lembrar, *Objetivos Nacionais* constituem expressão fundamental das propostas geopolíticas. No documento em tela, o *Objetivo Nacional* por excelência era, “no período de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida³⁵⁶”, propósito que seria atingido através de uma fórmula original e autóctone de “organizar o estado e moldar as instituições [constituindo] o modelo brasileiro de desenvolvimento.³⁵⁷”. Era um projeto de modernização que adotava, como pressupostos anunciados, “ampla disseminação dos resultados do progresso econômico; transformação social, para modernizar as instituições; estabilidade política e *segurança nacional, externa e interna*.”. Mas, para além da coincidência semântica, outros pontos do Plano merecem destaque, uma vez que guardam conexão direta com o objeto desta tese e com os desdobramentos que serão observados no correr do trabalho.

Ainda que sob a égide da Economia, o PND apresenta sobretudo um projeto de integração entre o Estado e a iniciativa privada cujo principal objetivo era posicionar o país entre as grandes potências do mundo, alcançando, ainda na gestão de Médici, a posição de oitava maior economia do planeta. E, para realizar tal meta, elenca uma série de dez medidas,

³⁵³ Mensagem ao Congresso Nacional, 1972, p. 7.

³⁵⁴ Mensagem ao Congresso Nacional, 1972, p. 14.

³⁵⁵ I PND, Lei n. 5727, p. 13; “A Revolução e os Objetivos Nacionais” é a frase que nomeia o primeiro capítulo desta Lei.

³⁵⁶ I PND, p. 14.

³⁵⁷ I PND, p. 14. Embora alegasse o caráter genuíno do projeto brasileiro, podemos notar diversas semelhanças com as ações estatais que contribuíram para o que ficou conhecido como o “milagre japonês”.

adotadas a partir do Poder Executivo, que compreendiam a implantação de instrumentos para a modernização da empresa nacional (capacitando-a para enfrentar a concorrência estrangeira), a mobilização intensa do Sistema Financeiro Nacional e o Mercado de Capitais, a efetivação dos *Grandes Programas de Investimentos*, a implementação da *Política Tecnológica Nacional* e a adoção de uma *Estratégia Econômica Externa*, para citar as mais relevantes para nosso estudo. Do ponto de vista empresarial o PND opta pelo caminho da abertura de capital como meio de vitalizar o setor privado e, em certa medida coerente com a ideia de grandes empreendimentos e promoção de empresas *campeãs nacionais*, estimula o processo de fusões e incorporações entre empresas. Tais incentivos, que seriam revalidados no II PND, contribuíam obviamente para o fenômeno de concentração empresarial, em tese condição necessária para a criação de grandes empresas nacionais; contudo, não obstante o aparente êxito de muitas das medidas propostas, o principal resultado das ações implementadas foi a concentração de renda que, talvez escapando a percepção dos formuladores das propostas, conduz mais ao imobilismo que a modernização.

Das medidas citadas acima, que visavam o estabelecimento do Brasil entre as nações mais desenvolvidas, duas merecem ser destacadas. Inicialmente, a *Política Tecnológica Nacional*, pois, segundo o primeiro Plano de Desenvolvimento, o esforço em ciência e tecnologia “repercute profundamente sobre o desenvolvimento industrial e o comércio internacional”, estando o crescimento econômico “cada vez mais determinado pelo progresso tecnológico³⁵⁸”. Porém, dada a impossibilidade de cobrir todo o espectro de avanços tecnológicos, prevê o documento que a política brasileira para este campo seria a de assegurar a presença em “setores de ponta, altamente intensivos de tecnologia, em transformação acelerada e com perspectivas de altas taxas de crescimento.³⁵⁹”, selecionando como áreas tecnológicas prioritárias a indústria química, eletrônica, siderúrgica e aeronáutica, além de – e destacadamente – a incorporação de tecnologia em energia nuclear e pesquisa espacial, ambas apresentadas separadamente no capítulo dedicado a C&T.

No campo da energia nuclear, o documento salienta o investimento de significativos recursos para a pesquisa de urânio, a implantação da primeira central nuclear do país e diversas aplicações nomeadamente na agricultura, medicina, engenharia e indústria; também destaca um objetivo potencialmente menos inofensivo: o “ingresso do País no ciclo do combustível atômico, com implantação de complexo destinado a obter o combustível nuclear

³⁵⁸ I PND, p. 52.

³⁵⁹ I PND, p. 56.

e o seu reprocessamento (...) ³⁶⁰”. Este ponto, nevrálgico nas Relações Internacionais, não foi ocultado no documento, em que pese o argumento sempre presente de fins pacíficos; sabemos hoje que o reprocessamento foi pensado também para a construção de artefatos explosivos, mas, mesmo na época, a intenção já era tida como certa. Quanto a pesquisa espacial, deveriam ganhar maior dimensão com a implantação da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), que funcionou como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional e, neste setor, além de aprofundar e ampliar os projetos em andamento, propunha o desenvolvimento de novos campos de pesquisa, tendo como principal órgão executor o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), deixando claro, contudo, que o objetivo neste campo não era apenas civil, ressaltando que “as pesquisas espaciais de interesse militar serão conduzidas pelos órgãos especializados dos Ministérios Militares.” ³⁶¹”.

A segunda medida que nos interessa realçar é a *Estratégia Econômica Externa*. Vinculando a economia mundial ao progresso tecnológico/gerencial e seu efeito sobre o desenvolvimento industrial e o comércio internacional, a ideia central do plano era que, ao integrar-se no circuito econômico internacional, o Brasil poderia crescer mais rapidamente. Assim, a manutenção do “milagre” foi vinculada a uma inserção externa mais arrojada e, para tanto, além da retórica sobre a solidariedade com os países em desenvolvimento, fidelidade ao sistema interamericano e no *estabelecimento de posições definidas* na relação bilateral e nas agências multilaterais, o PND propunha uma série de medidas de ação para - como anotado na “síntese das realizações nacionais” do Plano, em sua página nove – garantir “a realização dos *objetivos nacionais* no campo externo.”.

O objetivo de manutenção do crescimento exigiria da área externa:

- a ampliação das importações para atender às necessidades, principalmente, de bens de capital e de matérias primas industriais;
- expansão da receita total de exportações a taxas superiores a 10% ao ano, com aumento das de manufaturas a taxas anuais acima de 20% (...). [Afirmado que] a conquista de mercados externos é vital ao aumento de eficiência do setor produtivo nacional;
- Limitação do hiato de recursos reais no balanço de pagamentos;
- Manutenção de nível adequado de reservas externas.

Essencialmente, o que o primeiro PND denominou *Estratégia Econômica Externa* foi uma preocupação com a exportação, procurando, contudo, dotar tal esforço exportador de diretrizes qualitativas, ampliando a gama de produtos e serviços no portfólio brasileiro de

³⁶⁰ I PND, p. 59.

³⁶¹ I PND, p. 60.

vendas externas. Nesse sentido, o Plano é direto ao anunciar que a *Estratégia de Exportação* tinha por objetivo: “diversificar a pauta de exportações, criando duas categorias capazes de competir com a posição do café: a de manufaturados (...) e a de minérios/produtos agrícolas não tradicionais (...)”³⁶². Importante ressaltar que, para atingir o objetivo de comercialização dos bens industriais e *commodities* “não tradicionais” foi desenvolvida uma base de suporte que envolvia, entre outros mecanismos, um sistema de incentivos fiscais, de financiamento (abrangendo todos as etapas do processo exportador), a simplificação tributária e significativa participação do Itamaraty, tanto através de seu Departamento de Promoção Comercial quanto de sua área política. Complementando esta rede de apoio, que já estava em condições de operação, propunha o PND consolidar a política de exportação “por meio de infraestrutura a ser estabelecida no exterior, para apoio à conquista de mercados.”³⁶³ (destaque no original). O novo sistema repousaria, sinteticamente³⁶⁴:

1. Na constituição dos consórcios de exportação;
2. Na ampliação da rede de agências de bancos nacionais no exterior;
3. Na ampliação do volume e prazo de financiamento às vendas, particularmente de bens de capital;
4. No alargamento da rede de entrepostos comerciais, no exterior, e no aumento substancial do número de representações e escritórios das nossas principais empresas;
5. Na realização de contratos de exportação a longo prazo,
6. Na associação a empresas de países desenvolvidos que já disponham de mecanismos de comercialização de âmbito internacional, a fim de colocar produtos brasileiros, nos seus países, ou em áreas em que nosso acesso seja ainda limitado.

Além dos itens elencados, o PND ainda previa o “aumento da participação da empresa estrangeira no esforço nacional de conquista de mercados externos”, dispondo que as subsidiárias destas empresas deveriam estipular acordos de complementação, com suas organizações matriz, para comercializar componentes ou produtos finais em que tivessem poder de competição no mercado internacional. Preconizava ainda que as referidas empresas deveriam “orientar os seus investimentos, principalmente, para áreas de tecnologia mais refinada, onde se torne relevante a transferência, para o País, de nova tecnologia e métodos gerenciais modernos”, asseverando ainda que seria essencial que contribuíssem também “para o balanço de pagamentos, promovendo exportações ou substituindo importações (...)”³⁶⁵.

³⁶² I PND, p. 34.

³⁶³ I PND, p. 35.

³⁶⁴ I PND, p. 35-36.

³⁶⁵ I PND, p. 36.

Por fim, dentre os pontos que cabem destacar do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento para nosso interesse, ainda no capítulo dedicado a Estratégia Econômica Externa, citamos o derradeiro item desta seção do PND. Reza o documento que, seria estabelecida uma “política de absorção de tecnologia, que seja compatível com a aceleração e orientação de transferência de tecnologia para o País, e que, ao mesmo tempo, intensifique a elaboração tecnológica autônoma.³⁶⁶”.

Podemos extrapolar que, paralelamente a uma “política de substituição de importações”, pretendia-se criar uma *política de produção para a exportação*, argumento que, como veremos, será constantemente mobilizado pela indústria de material militar, notadamente nas empresas de produção de armamentos. O próprio PND salienta que:

Realizar-se-á política de produção para o exterior, aumentando-se a capacidade com base na rentabilidade das exportações, e não apenas para escoar excedentes. Selecionar-se-ão certos ramos industriais com tecnologia mais refinada, em que o Brasil possa atuar com empreendimentos de **escala internacional**³⁶⁷. (grifo nosso, destaque no original).

Em primeiro lugar, é conveniente abordarmos a questão da substituição de importações. Já na gestão de Costa e Silva foi considerado que este mecanismo de desenvolvimento apresentava sinais de arrefecimento³⁶⁸ e que a nova política de fomento, definida no Programa Estratégico de Desenvolvimento, não estaria mais baseada exclusivamente na *política de substituições de importações*, mas no “desenvolvimento de um conjunto de setores dinâmicos.³⁶⁹”. A proposta do PND enviado por Médici, nesse sentido, parece conduzir a confirmação do diagnóstico do governo anterior e indicar os passos para a efetiva implantação de um projeto desenvolvimentista que agregasse novos vetores selecionados, com especial atenção ao movimento exportador e, adicionalmente, contemplasse os segmentos de negócio, especialmente industriais, que estivessem em linha com o projeto geral do regime.

Não pretendo aprofundar a análise dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, pois fogem ao objetivo proposto, mas anotar as questões que dialogam com nosso tema, identificar se é possível estabelecer conexões entre as propostas e ações, estatais e/ou privadas que apontem para a tentativa real de implementação das medidas imaginadas. Esta é a principal

³⁶⁶ I PND, p. 37.

³⁶⁷ I PND, p. 35.

³⁶⁸ Mensagem ao Congresso Nacional, 1968, p. 19.

³⁶⁹ Mensagem ao Congresso Nacional, 1969, p. 15.

razão pela qual entendi oportuna uma rápida incursão neste PND, da mesma forma que abordarei, quando do momento do lançamento do segundo Plano em 1974, aspectos relevantes ao nosso interesse. As ações (e intenções) do governo federal procuravam estabelecer a comunhão entre desenvolvimento tecnológico e científico, integração nacional e projeção externa, coerentes com o objetivo do *Brasil Potência* e com as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. As Relações Exteriores foram mobilizadas intensamente, tanto no aspecto político quanto econômico e constituíram componente importante da estratégia geral do regime, repercutindo de maneira aguda no segmento industrial militar, como teremos oportunidade de avaliar a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: A Decolagem (1973- 1979).

O ano de 1973 pode ser considerado o “auge do regime militar”, ao menos em termos de popularidade, otimismo governamental, resultados econômicos, políticos e de projeção da imagem de um *país que encontrou seu rumo*. De fato, os números apontavam para dados animadores, ao menos em muitos setores de atividade (e na totalidade das planilhas governamentais) e a administração federal transmitia a sensação de movimento em suas áreas mais visíveis. Na Mensagem ao Congresso Nacional enviada em 1973, com 100 páginas e desta vez enviada no dia primeiro de março³⁷⁰, Médici pontua que: “a nova sessão legislativa, que hoje se inaugura, encontra a comunidade brasileira entregue ao labor produtivo, graças ao qual se registram, no País, índices de crescimento que lhe conferem posição singular entre as nações.” (o ano de 1972 constituiu o quinto consecutivo a registrar crescimento do PIB superior a 9%).

Além do perceptível tom triunfalista da mensagem, observamos, mais uma vez, a comparação com “o outro”, com o Brasil destacando-se no cenário internacional, marchando rumo a seu destino de potência, o “Brasil Grande”, assim como pela definição dos alvos prioritários de nossa PEB: o aprofundamento das relações com a América Latina e a África. Também se destacava como sistema capaz de garantir a contenção ao comunismo tanto internamente quanto no continente, assimilando seu papel de país-chave para tal mister, tudo, segundo os arautos do regime, com a aprovação da *comunidade brasileira* que labutava pelo progresso do país.

Mas, enquanto no Brasil a proposta de contenção e intervenção aproximam-se do auge, nos Estados Unidos ampliam-se os debates acerca da presença norte-americana no mundo e sua vinculação com países que desrespeitam os direitos humanos, especialmente na América Latina. Em Brasília, a parceria com os EUA no sentido de coibir o “surgimento de novos Castros e Allendes” e para debelar os avanços da esquerda no espaço sul-americano era fundamental e qualquer movimento deveria ser rapidamente informado. Assim, em 22/02/73 a Embaixada em Washington reproduz artigo do “Christian Science Monitor”, assinado por

³⁷⁰ Além da data de envio não ser mais alusiva ao dia do golpe de 1964, as Mensagens ao Congresso foram, até então, as que menos utilizavam o termo Revolução para referir-se ao Golpe Militar de 31 de março de 1964. Na mensagem de 73 o termo foi utilizado apenas 2 vezes; nos anos anteriores, a expressão foi usada em média 11 vezes. Somente na gestão de Figueiredo a palavra deixou de ser usada, aparecendo somente na Mensagem enviada em seu último ano de governo, uma única vez, apresentada como “inevitável”. Por outro lado, a expressão golpe só apareceu, em nosso recorte cronológico, também uma única vez, na última mensagem do governo Sarney.

Herbert Scoville, “um dos críticos mais ativos do Programa de Armamentos dos EUA”, que apontava a contradição entre os postulados da “Doutrina Nixon” e “as dotações para pesquisa e aperfeiçoamento do arsenal estratégico americano”.

Segundo o informe diplomático³⁷¹, tal postura representava “um recrudescimento das manifestações da corrente intelectual liberal no sentido de reabrir o debate sobre os rumos da Política de Defesa nos Estados Unidos” e confirmava o recuo na presença física militar americana no mundo e, nesse sentido, os EUA estariam apostando na tecnologia como mecanismo de manutenção de poder. Porém, os entraves que dificultavam a liberdade de ação do executivo norte-americano abriam possibilidades de ação para os condutores da política externa brasileira, que poderiam atuar com tranquilidade, especialmente no apoio aos países que estavam formalmente vedados, pelo Congresso norte-americano, a receber colaboração estadunidense.

Tal liberdade de ação facilitou a busca pela inserção internacional - um dos eixos centrais do regime brasileiro no período e premissa para a constituição do “Brasil Grande” - que só se tornaria mais do que um lema, com a presença nacional no mundo composta por elementos estatais e privados, notadamente, neste último caso, com o avanço de negócios da indústria e dos serviços. A Indústria Brasileira de Armamentos ainda tinha participação tímida, para não dizer quase inexistente, no comércio global de armas e materiais de emprego militar, fato que iria se alterar em pouco tempo. Podemos afirmar que a data focal de *virada* nessa situação ocorre a partir deste momento e, admitindo que este período configurou o ápice do *milagroso sucesso* do regime, para a indústria bélica ele representou sua decolagem.

3.1 – A hora de sair de casa.

Até este momento as compras governamentais atuavam – como é de se esperar – enquanto propulsora das empresas produtoras de material militar, uma vez que o “milagre” permitia atender aos antigos anseios das corporações militares por modernização e reequipamento, bem como ao aumento de efetivos. Com a utilização do Fundo do Exército, acrescido de novos créditos para o orçamento, os projetos considerados essenciais foram estimulados e acelerados, oferecendo sinais para as empresas do setor ampliarem seu esforço produtivo; nesse sentido, prosseguiram os estudos para o desenvolvimento dos carros de

³⁷¹ AHMRE-BSB, 621(313), 22/02/1973.

reconhecimento e transporte sobre rodas (os já citados em parceria com a Engesa, embora, como veremos nas próximas linhas, já seriam fornecidos ao Exército, em 1973).

Além disso, presenciou o ingresso na pesquisa de mísseis, através da constituição do projeto da Usina de Propelentes e no *sistema de armas anticarro Cobra e Roland*, bem como provas de novos sistemas de *Lançadores Múltiplos* e o *Foguete X-40* (com participação das fábricas do EB – posteriormente IMBEL - e da Avibrás), sendo que tais programas foram testados no Campo de Provas de Marambaia (também implantado em 1973, com financiamento do BNDE); foram reforçadas, ainda, as pesquisas no campo da Energia Nuclear, neste momento ainda incipiente e interno ao quadro próprio das FA, desenvolvendo estudos de reator, aceleração linear de elétrons e preservação de alimentos e, por fim, intensificou-se a parceria com a indústria civil nacional para a produção de fardamento, calçados e outros itens de intendência.

Além das pesquisas, o reaparelhamento foi também contemplado com o aumento da disponibilidade de numerário. Apenas no exercício de 1973 foram adquiridos pela Força Terrestre duzentos e um carros de combate e quinhentas viaturas blindadas de transporte de pessoal (fornecimentos iniciais da ENGESA, *Cascavel* e *Urutu*), além de 1.500 viaturas para uso militar e administrativo, todas adquiridas junto a indústria nacional, bem como operou-se a recuperação de 1.450 viaturas sobre rodas e 330 viaturas sobre lagartas, enquanto avançavam os trabalhos para o desenvolvimento de projeto de carro de reconhecimento sobre rodas.

A recuperação de veículos sobre lagartas merece uma breve pausa em nossa narrativa. O Exército Brasileiro possuía diversos carros de combate sobre esteiras de origem norte-americana, já bastante antigos (Segunda Guerra e Guerra da Coreia) e, para o repotenciamento destas viaturas foi mobilizado um “consórcio” de empresas privadas, sob a orientação e supervisão de técnicos da força terrestre. Inicialmente, a liderança dos trabalhos coube a *Biselli Viaturas e Equipamentos Industriais LTDA*, com a participação de outras empresas que figurariam, em diferentes níveis de atuação, no mercado produtor de material de emprego militar brasileiro, como a *Bernardini S/A*, *Novatração LTDA*, *Moto-peças S/A* e ENGESA, entre outras fornecedoras de menor expressão. Destas atividades de repotenciamento, uma série de novos equipamentos surgiram, desde veículos militares até utilitários de uso geral, com diferentes resultados operacionais e comerciais.

Desta mesma época temos o crescimento de outra iniciativa, bastante emblemática do sentimento de “ninguém segura esse país”. Trata-se da *Gurgel Indústria e Comércio de*

Veículos LTDA, ousada e idealista iniciativa que pretendia ser a primeira montadora de veículos 100% nacional que, não obstante seu caráter inovador, não sobreviveria. A *Gurgel* forneceu para as forças armadas brasileiras o Xavante X-12, um utilitário fora-de-estrada com carroceria composta de resina e fibra de vidro, um produto desenvolvido pelo fundador da empresa, João Augusto do Amaral Gurgel. De fato, o “Brasil Grande” parece ter inspirado muitas iniciativas que, como o próprio projeto do regime militar, não resistiria à prova do tempo.

Mas não era apenas no setor de veículos militares que avançava a promoção de tecnologias dedicadas, algumas de uso dual. No setor aeronáutico/aeroespacial, o desenvolvimento do foguete SONDA III (dois estágios e alcance de 500 km, com estrutura e propelente nacionalizados) encontrava-se em fase final, com lançamento previsto para 1974 no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. Embalada pelo esforço de reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, notadamente no Exército e na Força Aérea, bem como pela ênfase governamental em apoiar a exportação e a inserção externa do Brasil, as indústrias que produziam material militar (exclusivas ou não) receberam o estímulo necessário para iniciar sua incursão no mercado internacional.

Nesse sentido, no final do primeiro semestre de 1973 um oficial reformado, representante da ENGESA, visitou a capital do Equador que, segundo informação do adido militar brasileiro ao chefe daquela legação:

Trouxe filmes de propaganda [sobre blindados da empresa], aliás em inglês, mas não conseguiu despertar maior interesse das autoridades locais, que não fizeram qualquer solicitação no sentido de adquirir esse tipo de veículo no Brasil³⁷².

As poucas linhas e o estilo pouco apurado das palavras denunciam relativo desdém do representante diplomático brasileiro com o fato, relatando, como dever de ofício, a visita do emissário da fabricante brasileira de blindados. Poucos meses depois, o mesmo diplomata voltou ao tema, desta vez já com uma transmissão mais elaborada, porém traindo alguma incredulidade. Relata o servidor do MRE:

Esteve em Quito nos últimos dias um representante da empresa brasileira ‘Engesa’ para tentar vender veículos blindados brasileiros ao Exército e à Marinha equatorianos. O adido das forças armadas, Cel. Léo da Silva, acompanhou-o em entrevistas com o Comandante Geral do Exército e com o Comandante Geral da Marinha, que irá ao Brasil no início de dezembro. **O oficial reformado que representa a Engesa informou ao adido militar de**

³⁷² Arquivo Central do Itamaraty-BSB, telegrama recebido, 626.02 (B40) (B46)

vultosas vendas que teria feito no Chile. As autoridades equatorianas demonstraram interesse pela oferta e haveria possibilidade de uma encomenda. Pessoalmente não estou muito otimista, pois aqui desembarcam diariamente vendedores de armamentos de vários países e as encomendas feitas até agora têm sido insignificantes. Caso o adido das forças armadas me comunique mais algum fato decorrente dessa visita, apressar-me-ei a transmitir... (grifos e destaques nossos)³⁷³.

Este telegrama permite algumas observações. Em primeiro lugar, percebemos que o diplomata responsável pela notificação adota uma postura mais “preocupada” em relação ao seu primeiro telegrama; em segundo lugar, soa estranho, decorridos apenas três ou quatro meses da informação diplomática sobre a iniciativa que não conseguira “despertar maior interesse das autoridades locais”, tornar-se, em tão exíguo espaço de tempo em “as autoridades equatorianas demonstraram interesse pela oferta e haveria possibilidade de uma encomenda”. Algum *fato novo* deve ter se apresentado para tal mudança de postura das autoridades equatorianas ou, alternativamente, o referido representante diplomático não tinha ciência do que estava sendo realmente negociado. Um último detalhe: o autor do telegrama informa que “caso o adido militar das forças armadas” comunicasse mais alguma informação, esta seria transmitida para Brasília; tal nota demonstra que a ENGESA não estava se reportando a Embaixada em Quito, mas apenas ao seu adido militar, que comunicaria uma nova ocorrência caso considerasse necessário.

Apenas cerca de uma quinzena após este telegrama, o representante diplomático do Brasil envia novo telegrama, informando, desta vez nomeadamente, que o representante da ENGESA, Danilo dos Zerves, acompanhado do adido militar da embaixada (Cel. Leo Nunes da Silva) e pelo coronel equatoriano reformado Antonio Abarca Arce, que fora nomeado “representante da ENGESA neste país”, estiveram novamente na sede da legação, com novidades. No parecer do remetente:

desta feita haveria possibilidade de sucesso nas negociações em andamento, que incluem também a adaptação da ‘tração ENGESA’ [o sistema bumerangue] em caminhões do tipo ‘Reus’ e a recuperação de carros M3AL [o termo correto é M3A1, blindado leve de fabricação americana]. A fim de que possa melhor orientar-me e tendo em vista o tipo de gestão em que está empenhada aquela firma, que implica a discussão de tópicos bastante reservados, muito agradeceria esclarecimentos sobre a ‘idoneidade’ da ENGESA, bem como até que ponto a Embaixada poderá apoiar, através do SECOM, os entendimentos em curso. (grifos nossos).³⁷⁴

³⁷³ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, telegrama recebido, secreto, 28/11/73, 665.15 (B46)

³⁷⁴ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, telegrama recebido, secreto, 14/12/73, 665.15 (B46), 626.02 (B40).

Antes de prosseguir, cabe uma observação: a citada recuperação do M3-A1 equivalia ao repotenciamento do mesmo veículo, citado parágrafos atrás, e que estava a cargo, no Brasil, da *Biselli*; a Engenheiros Especializados S/A sabia, como poucos, tirar vantagem de situações comerciais propícias. Mas, voltemos ao comunicado da Embaixada.

Neste telegrama é nítida a mudança de postura do diplomata em Quito. Aparentemente perplexo com o possível êxito da negociação, demonstra que, naquele momento, a ENGESA não era ainda uma companhia conhecida do grande público e nem mesmo no círculo do Estado, ao menos não amplamente. Também o nome José Luiz Whitaker Ribeiro não era familiar. O que o referido diplomata não sabia, e não poderia saber, é que, como veremos adiante, tanto a empresa quanto seu presidente não estavam sozinhos nesta empreitada; também não representavam mais um dos “vendedores de armamentos de vários países” que lá desembarcavam diariamente. Na verdade, nem mesmo seus superiores imediatos em Brasília sabiam exatamente o que estava em curso; assim mesmo, a resposta do Departamento de Promoção Comercial informa que a ENGESA “é tida como firma idônea e são boas as referências quanto ao equipamento que produz”, informando ainda que aquela SECOM deveria prestar a assistência cabível, mas evitar “envolvimento oficial”, alertando ainda que daria ciência “as autoridades competentes”.

A partir deste ponto a ENGESA foi “levada a sério” pela Embaixada, tanto que já em janeiro de 1974, o mesmo diplomata que, há até muito pouco tempo desconhecia a empresa, solicita a “vinda urgente de representante credenciado da ENGESA”, em virtude de “informações recebidas” que davam conta do “interesse da Mercedes-Argentina no fornecimento ao Exército equatoriano.”³⁷⁵. Há algumas linhas dissemos que a presença da ENGESA e de Whitaker Ribeiro não constituiu ocorrência isolada; na verdade, as andanças do presidente da empresa de blindados estavam conectadas com as intenções do núcleo do poder em Brasília, como veremos em momento oportuno.

3.2 – Conjuntura (Geo)Política I.

Tanto o projeto político (e geopolítico) do regime quanto os interesses das indústrias do setor militar, notadamente em seu segmento armamentista, demandavam, como já foi dito, a expansão de suas atividades para o exterior. Contudo, estas duas esferas nem sempre podiam caminhar na mesma velocidade. A conjuntura continental apresentava-se

³⁷⁵ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, telegrama recebido, secreto, 29/1/74, 665.15 (B46), 626.02 (B40).

potencialmente complexa, exigindo cuidado na movimentação do país e uma abordagem seletiva dos alvos prioritários, uma vez que o contorno territorial demandava uma estratégia que, não obstante o interesse em estabelecer uma forte ascendência regional, não deveria suscitar reações de competidores vizinhos, especialmente a Argentina, que estava em processo eleitoral - e o centro do debate era justamente a expansão das ligações entre Brasil e EUA, bem como a ofensiva brasileira na América do Sul³⁷⁶. Por outro lado, extrapolando o espaço latino-americano, a liberdade de ação poderia ser maior, uma vez que não representavam risco de atritos imediatos e desnecessários para o projeto geopolítico em curso.

É importante deixar claro que a cautela com a vizinhança sul-americana não significava renunciar aos planos de contenção e ao planejamento de inserção ativa no subcontinente; como destacamos no parágrafo anterior, era imperioso estabelecer as prioridades e reduzir a exposição nos espaços de menor relevância.

Uma das provas mais expressivas do quanto exposto é a atuação brasileira no Chile. Além da já identificada relevância geopolítica deste país, o governo de Salvador Allende era considerado como uma das maiores ameaças à estabilidade política na região (nos termos da segurança nacional em voga, ou seja, contenção ao comunismo) e foi um dos temas centrais do encontro entre Nixon e Médici, já citado no capítulo 2. Neste ponto, reagindo a afirmação do mandatário estadunidense de que era necessário “impedir novos Castros e Allendes” e questionando o presidente brasileiro sobre sua opinião sobre a possibilidade de derrubar o presidente chileno, recebe de Médici a seguinte resposta: “vai cair pelos mesmos motivos que derrubaram Goulart, e já estamos trabalhando nisso.”. A alocução de Emílio Médici não era uma bravata; o Brasil estava atuando, tanto diplomaticamente quanto por meio de operações encobertas para a desestabilização e queda do líder chileno³⁷⁷.

O Chile, um dos mais intensos postos diplomáticos brasileiros do período, talvez o principal em termos de mobilização, mantém constante comunicação entre a Embaixada em Santiago (Embaixador Câmara Canto) com o comando diplomático em Brasília, descrevendo desde questões atinentes ao que podemos denominar alta política até detalhes da organização cotidiana e de iniciativas corriqueiras do governo chileno, não raro eivados de avaliações alarmistas sobre a ameaça e infiltração comunista promovido desde a Presidência da República do Chile. Para deixar apenas um exemplo do afirmado, recorremos a comunicação

³⁷⁶ Para mais sobre esta mais que secular rivalidade e especulação expansionista, sob o ponto de vista argentino, ver a alentada obra de Alessandro Candéas, “A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na ‘visão do outro’” (FUNAG, 2006), que aborda a questão sob uma perspectiva histórica, desde a independência dos dois países.

³⁷⁷ Para mais sobre o tema, ver: PONCE (2015) e HARMER (2011).

reservada de Câmara Canto para a chancelaria brasileira, enviada em abril de 1973. Nela, o Embaixador brasileiro informava que o Brigadeiro Bachelet Martinez assumira a “Secretaria do Conselho Nacional de Distribuição e Comercialização” (distribuição equitativa de alimentos essenciais) e que “este oficial dificilmente poderia prescindir das agremiações comunitárias criadas pelo eixo comunista-socialista e dos militantes esquerdistas que dirigem as repartições estatais do setor.” Anota ainda a forte reação do Partido Nacional que divulga panfleto com o destaque “Até quando os comunistas vão se amparar nos militares?”.³⁷⁸

Observar as comunicações e ponderações da Embaixada brasileira no Chile é conveniente para esclarecermos o nível de articulação com as propostas emanadas pela cúpula do regime militar e a prevalência das decisões exaradas pela Presidência da República sobre considerações de outros ministérios. A ação de apoio ao movimento militar chileno que depôs o presidente Allende resultará em muitos outros desdobramentos, com participação brasileira em assuntos diretamente relacionados ao nosso objeto (e outros marginalmente conectados), além, é claro, das consequências políticas de tal suporte e sustentação ao golpe e ao regime que o sucedeu.

Dissemos que o entorno sul-americano exigia cautela, enquanto outros espaços permitiam uma liberdade de ação mais assertiva e, sob tal perspectiva, consideramos de todo pertinente realçar o movimento em direção a outro espaço geográfico, que será também relevante na trajetória do setor objeto desta tese.

Como vimos, o continente africano estava na “alça de mira” do governo brasileiro, e as diversas embaixadas e repartições diplomáticas deveriam estar atentas e informar Brasília sobre qualquer acontecimento que envolvesse o conjunto de países da região, bem como eventuais movimentos em direção a África. Nesse sentido, em fevereiro de 1973 a representação da Costa do Marfim informa sobre reunião de peritos militares de 14 países da Organização da Unidade Africana (OUA) “para analisar um novo sistema de defesa regional integrada para a África, projeto que será submetido à apreciação do conselho de ministros daquela entidade”³⁷⁹. A possibilidade da criação de tal sistema regional de defesa era relevante pois, além do risco de influência soviética no mesmo, apresentava a possibilidade de uma ação conjunta na luta anticolonial, que repercutiria diretamente nas colônias portuguesas e nas pretensões brasileiras no continente africano. O Brasil, não obstante a boa receptividade

³⁷⁸ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, comunicação reservada, 621.1(339), 22/04/1973. É extenso o acervo documental sobre a atuação brasileira no Chile, tanto nos anos Allende quanto posteriormente, já sob a ditadura de Pinochet.

³⁷⁹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, comunicação reservada, brasembabidjan para Secretaria de Estado, 621(060), 19/02/73.

de sua presença naquele continente, com desejo manifesto de incremento de relação em todos os setores, ainda era visto, dada as relações especiais mantidas entre Lisboa e Brasília, tolerante com o colonialismo português. Tal situação confirmava que havia chegado o momento de mudarmos nossa orientação geral para a África.

Nesse sentido, em comunicação reservada do Conselho de Segurança Nacional para a Presidência da República (CSN, relatório produzido em janeiro de 1974), o General João Baptista Figueiredo (Secretário do Conselho de Segurança Nacional) comenta a relação Brasil-Portugal. E afirma que estudos realizados em anos anteriores pelo CSN ressaltavam que:

As condições especiais do relacionamento entre o Brasil e Portugal, em face do aumento da influência dos países da África no contexto internacional e da expansão dos interesses econômicos do Brasil naquele continente, vêm se constituindo, progressivamente, em pesado ônus para os interesses nacionais. (grifo nosso).

Asseverando que os votos favoráveis a Portugal, ou mesmo a abstenção do Brasil nos temas relativos ao conflito luso-africano, vinham sendo considerados como um apoio irrestrito à política portuguesa na África, nota que tal postura poderia acarretar:

- Óbice para a desejada penetração político-econômica do Brasil no continente africano;
- Restrições impostas pelos países africanos e seus aliados ao comércio brasileiro, inclusive no delicado setor de importações de petróleo.

O General Figueiredo adverte ainda que a “questão envolve aspectos intimamente relacionadas com a Segurança Nacional”, elencando-as:

1. A propalada presença da esquerda internacional nos movimentos de libertação das províncias ultramarinas portuguesas;
2. Limitação, em ampla faixa do mercado internacional, da possibilidade de venda de material de interesse militar, cuja fabricação encontra-se em franco desenvolvimento no Brasil;
3. Problemas relativos à segurança do Atlântico Sul, dependentes, em parte, da posição dos países africanos confrontantes, geograficamente, com o Brasil.

Lembrando que esta comunicação é de janeiro de 1974, e relativa a debates que vinham se desenvolvendo desde 1972, podemos observar, num único trecho do relatório, duas

questões aqui trabalhadas: a importância dedicada a expansão da produção militar (lembramos que ainda não havia sido criado o PNEMEM) e a importância geopolítica e estratégica do Atlântico Sul e da costa ocidental africana.

Importa também lembrar que tais observações do CSN ocorrem antes da posse de Azeredo da Silveira e constituem, caso aprovados pela PR, uma orientação ao MRE. Como anota, finalmente o futuro presidente Figueiredo, “ao submeter o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, [esta Secretaria Geral sugere que], caso aprovada as conclusões acima, delas tenham conhecimento o MRE”.

O Brasil passava a estabelecer uma orientação extremamente pragmática e realista para suas relações internacionais e, como vimos no relatório do Conselho de Segurança Nacional, o segmento de produção de material de emprego militar estava presente nessas considerações. Por sinal, a perspectiva aberta durante a gestão de Gibson Barbosa (portanto ainda na presidência de Médici) suscitou o pedido do MOLIMO (Movimento de Libertação de Moçambique), de intervenção brasileira em prol dos Estados Africanos junto a Portugal; vale ressaltar ainda que o chanceler brasileiro revelou (com autorização presidencial), ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (Rui Patrício) a já referida mudança no eixo diplomático brasileiro.

Mas, atravessemos novamente o Atlântico Sul, para o terreno mais delicado de nossas relações políticas naquele momento.

3.3 – Conjuntura (Geo)Política II.

Os primeiros passos rumo à internacionalização da indústria de armamentos brasileira, que buscou constituir, como já dissemos, uma “ponta de lança” para a exportação de outros produtos e serviços, não poderia ser, evidentemente, fácil ou tranquila. Além dos óbices normais para a expansão dos negócios internacionais, o setor bélico envolve ainda sensíveis questões de ordem política e estratégica. Como vimos, o Equador constituiu um dos alvos da estratégia em tela, e por um motivo óbvio: as tensões fronteiriças envolvendo este país e o Peru, parcialmente solucionado pelo Protocolo do Rio de Janeiro de 1942 (que tinha como garantes o Brasil, a Argentina, o Chile e os Estados Unidos da América). Questão mais que secular, estava, no quadrante temporal explorado, prestes a tomar, novamente, a direção do conflito armado, em virtude da possibilidade de existência de petróleo em áreas definidas como peruanas e contestadas pelo Equador.

O provável êxito nas negociações da ENGESA junto ao Exército equatoriano chamou a atenção do Conselho de Segurança Nacional que, em conjunto com o MRE, encaminhou à Presidência da República parecer sobre as operações. O Secretário-Geral do CSN, General de Brigada João Baptista Figueiredo, observou que “a emergente crise política entre o Peru e o Equador e as negociações para a venda de material bélico ou qualquer outro tipo de apoio de natureza militar às partes (...)” seriam “assuntos interrelacionados” no que dizia respeito “aos interesses da Segurança Nacional.”³⁸⁰. Figueiredo lembra também que, para os litígios fronteiriços que se encaminhassem para solução armada no continente, existia a orientação governamental que “prevê a não intervenção”, excluídas as participações impostas pela OEA e ONU.

O Secretário do CSN entende que, salvo no caso de atendimento (se solicitado) da convocação para reexame do assunto dos Estados Garantes do Protocolo de 1942, seria “conveniente que nenhuma iniciativa isolada neste sentido deve ser tomada pelo Brasil”, uma vez que “considerando (...) a presente conjuntura continental, cabe adotar medidas acauteladoras, guardando, em relação ao problema, atitude de expectativa e evitando qualquer interferência, mesmo que indireta”, ainda que o Governo Brasileiro, “em princípio (...) não tem colocado óbices à venda de material bélico e à colaboração com as Forças Armadas dos países amigos da América Latina.”.

Assim, coerente com a linha de atuação apresentada, entende João Figueiredo que, acompanhando as recomendações do MRE, deveriam ser impedidas “atividades que possam dar entendimento de apoio oficial do Brasil às negociações entre empresas privadas nacionais e as Forças Armadas Equatorianas”, no caso da venda e recuperação de material militar; assim, “na conjuntura atual (...), parece ser aconselhável que as referidas negociações sejam obstadas temporariamente, até que se normalizem as relações entre os dois países (...)” e que “a oportunidade para o prosseguimento das gestões a respeito poderá ser definida pelo Ministério das Relações Exteriores (...)”, mas que, tendo em vista a situação existente, a efetivação das transações deveria ser “precedida de autorização presidencial”. Como veremos, em pouco tempo as negociações retomariam seu rumo, com outras empresas também participando das possibilidades de negócio abertas pela iniciativa da ENGESA. Um ponto importante a ser destacado aqui é a observação do General Figueiredo sobre o “prosseguimento das gestões” definida pelo Itamaraty; tal detalhe é importante pois, em geral, a bibliografia centraliza no Conselho de Segurança Nacional o verdadeiro órgão liberador dos

³⁸⁰ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, exposição de motivos, secreto, 29/01/1974, 900(B40) (B45).

negócios de armamento. Nossa pesquisa demonstra que o MRE, no período militar, gozava de muito prestígio e era consulta obrigatória, muitas vezes sendo a voz definitiva sobre o assunto.

De fato, a “conjuntura continental” devia inspirar cuidados na ótica dos comandantes do regime brasileiro. A situação no Chile não estava plenamente resolvida; Argentina e Uruguai ainda contavam com movimentos de esquerda revolucionária em atividade (apenas para citar três países dignos de preocupação para o governo), a Guerrilha do Araguaia tinha sido recentemente controlada e, no caso de Peru e Equador, a equação era particularmente complexa. O Presidente peruano Juan Velasco Alvarado (1968-1975), com sua proposta de *reformismo militar* e seu lema “nem capitalista, nem socialista” soava, aos formuladores da DSN brasileira, apenas mais uma *forma disfarçada do comunismo internacional* tal qual o “movimento não alinhado” em anos anteriores; além disso o Presidente do Peru não escondia sua *insatisfação* com o regime chileno, suscitando inclusive rumores sobre uma preparação de invasão do território chileno, uma “revanche” da Guerra do Pacífico.

A aproximação peruana com o bloco soviético, acompanhada de perto por oficiais de inteligência do Brasil e do Chile mostra que a preocupação era real; em documento secreto obtido no MRE vemos que um oficial chileno transmite, via embaixada em Lima que “o Peru havia adquirido mísseis russos ‘SAM’”³⁸¹; bem como “amplos fornecimentos de armas belgas (...) e viagem de instrução de militares peruanos para aquele país (...)”³⁸²; ao mesmo tempo, denunciando o que constitui uma perceptível falha de comunicação, telegrama enviado em outubro de 1973 pela Embaixada em Lima informava sobre a intenção do Exército Peruano na aquisição de “jipes na Argentina”, levando o encarregado do setor de promoção comercial a “ponderar que poderia haver boa oportunidade de venda se as nossas condições de financiamento fossem excepcionais” e que fosse “reconsiderada a possibilidade de que se enviem um ou dois ‘jipes’ e uma viatura blindada de transporte de pessoal fabricada pela [ENGESA]”, veículos que, segundo o diplomata teriam “despertado interesse nos meios militares peruanos”³⁸³.

Por outro lado, o Equador também não poderia ser considerado um país com condições *seguras* para os estrategistas no Brasil. A presença, nas Forças Armadas equatorianas, de setores que poderiam ser consideradas *progressistas* (uma alegada tradição herdada do passado de movimentos “seculares e liberais” no Equador), a recente aproximação

³⁸¹ Apenas como informação complementar, o Peru adquiriu, em 1976, 36 jatos de ataque soviéticos Su-22.

³⁸² Arquivo Central do Itamaraty-BSB, telegramas recebidos, secreto, 23/02/74, 626.02 (B45) (F45); 626.02 (F21); 953 (B2).

³⁸³ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, 26/10/73, telegrama recebido, secreto, 626.02 (B45) (B29).

com a “experiência revolucionária cubana” na gestão de José María Velasco Ibarra, as experiências de reforma agrária de 1964 e 1973 e, não menos importante, a presença de movimentos e organizações de caráter popular, constantemente confrontando fisicamente as forças de segurança, tudo isso não permitia que as tensões entre os países fossem tratadas apenas sob o signo do interesse comercial.

Com efeito, naquele momento a “conjuntura continental” era desfavorável, politicamente, a uma insinuação comercial no setor de material militar. No entanto os documentos parecem apontar que, para José Luiz Whitaker Ribeiro, as considerações de natureza geopolítica ou de segurança nacional não eram tão imperiosas; a possibilidade mesmo de um atrito entre Peru e Equador eram vistas, antes, como uma “possibilidade de negócio”. Talvez o empresário paulista tenha percebido que, em pouco tempo, tais questões seriam solucionadas favoravelmente aos que postulavam um caminho mais condizente com os “interesses brasileiros” no continente; o fato é que, em breve, equipamentos e profissionais brasileiros desembarcariam em todos os países aqui citados, contribuindo para a expansão da indústria bélica nacional no cenário externo. Adentremos agora ao período do quarto presidente do regime militar brasileiro.

3.4 – Só o possível: Geisel e o desenvolvimento para a permanência.

Quando falamos de Ernesto Geisel na Presidência da República, temos como primeira lembrança sua promessa de “distensão lenta, gradual e segura”, mas normalmente esquecemos que, dentre as assertivas do presidente, constava também que a renúncia aos instrumentos de força se daria “quando fosse oportuno”. O desenrolar de seu mandato exibiu mostras de ambas as afirmações.

O discurso apresentado registra uma dimensão política importante, relativa ao Estado de Segurança Nacional e liberdades democráticas. Mas existe outra dimensão, igualmente política, que devemos destacar: Delfim foi substituído na pasta da Fazenda por Mário Henrique Simonsen, ato que aparenta sinalizar para a prioridade no ajuste da economia brasileira, mas, por outro lado, João Paulo dos Reis Veloso permaneceu no governo, agora como Secretário Especial da PR, defensor, como sabemos, da ação em prol da manutenção das elevadas taxas de crescimento observadas até então. O caminho perseguido foi o proposto por Reis Veloso e tal se deu, em meu entendimento, pelo surpreendente resultado eleitoral do MDB em 1974, especialmente a vitória do partido opositor em São Paulo. Mesmo em

regimes de exceção, a política pode realmente determinar as decisões econômicas. Mas este é um assunto para outro espaço.

De fato, enquanto a maioria dos países acionava os freios, em resposta aos condicionantes de natureza externa, o Brasil pressionou o acelerador, confiante na abundante liquidez internacional e na sua aposta de superação do momento delicado através de sua estratégia de crescimento. Não convém, neste momento, explicar sobre os resultados de médio e longo prazo do plano adotado, mas observar que a aposta materializou-se em duas propostas concretas: a edição do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974) e as políticas de estímulo ao mercado exportador, da qual fará parte a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM); de notar que o material bélico integra, aqui, uma Política de Estado e, conseqüentemente, adquire status de política pública.

A análise do PNEMEM é um tanto complexa, pois diz respeito, por um lado, à avaliação no horizonte dos assuntos externos e, por outro lado, impacta necessariamente os assuntos internos, pois, uma vez definida a intenção de atuar em tal setor, espera-se que autoridades governamentais propiciem apoio, estímulo e, principalmente, financiamento para estas atividades. Igualmente complexo é determinar quantas e para onde foram exportadas armas, assunto que terá tratamento adequado em capítulo próprio; por ora, apenas um pequeno exemplo do afirmado: no final da década de 1970, o governo da Guatemala manifestou interesse ao departamento comercial da ENGESA em adquirir carros de combate, o Cascavel, o Urutu e o caminhão médio de uso múltiplo E-25. O Itamaraty, órgão com poder de veto para tais exportações, negou autorização para o negócio que, ao menos oficialmente, não foi concretizado.

Porém, ao menos as viaturas Urutu e Cascavel foram identificadas naquele país, inclusive com registro fotográfico da utilização dos referidos veículos no contexto do conflito interno guatemalteco em 1982. Outro dado relevante refere-se à duplicação dos gastos no setor de Defesa e Segurança – no período, os gastos com forças armadas e de segurança somam 12% do orçamento federal –, com redução drástica das compras externas, demonstrando que “a substituição de importação” continuava a ser perseguida, assim como uma agressiva iniciativa sobre mercados externos potenciais. A partir deste momento, ampliam-se significativamente os subsídios para a Indústria de Armamentos, que também será fortemente auxiliada pelo PNEMEM.

Já o II PND é apresentado em tom bem menos otimista que o primeiro, como podemos depreender neste trecho da fala presidencial: “é certo que não pode haver lugar para otimismo exagerados, num universo de profecias sinistras que vão da estagnação inflacionária à depressão econômica arrasadora (...)”. Como é de conhecimento geral, a profecia realizada, que recebeu o nome de estagflação, aproximava-se do país. Mas, dispensando os oráculos, quero chamar a atenção sobre a importância de utilizarmos um pouco da análise de discurso, mesmo em trabalhos que envolvam economia e empresas: a mudança de tom na apresentação dos dois enunciados sobre o mesmo objeto – um plano de desenvolvimento – pode revelar muito do que transcorre no íntimo dos agentes que o representam. A apresentação de Geisel trai um sentimento de incerteza, de dubiedade na decisão tomada frente a possibilidades distintas e excludentes. Parece confirmar a avaliação sobre qual caminho tomar – ajuste ou aprofundamento – citado em parágrafo anterior. Não deve ser desprezado o alerta sobre tempos sombrios em um discurso político.

Não pretendemos nos alongar sobre os detalhes do período, mas é importante destacar que o II PND constituiu uma ousada estratégia de investimentos públicos e privados que foram implementados ao longo do período, atacando os chamados pontos de estrangulamento da economia, sendo um deles, o energético, essencial naquele momento. Neste, em particular, foram estimulados os setores de exploração e produção de petróleo, de energia elétrica e desenvolvimento de fontes alternativas de energia – o Proálcool constituindo o mais polêmico dos programas que, a despeito das críticas, conseguiu ser bem-sucedido, ao menos do ponto de vista da capacidade de produzir um combustível substituto da gasolina. Com altos e baixos, o governo Geisel representou o último momento em que o modelo adotado no regime militar pôde, ainda que mitigado, transmitir alguma sensação de crescimento e aposta no futuro. Seu sucessor, um oficial da cavalaria, recebeu a missão de apear o regime do poder enquanto assistia ao cumprimento das sombrias profecias de 1974.

Manter o rumo e ampliar os círculos.

A posse de Ernesto Geisel coincidiu - como já exposto - com um momento, ainda não hegemônico, mas sensível, de inflexão para baixo da força e do poder político dos militares e, da mesma forma, aponta para o esgotamento do modelo de desenvolvimento proposto. Por isso mesmo, sua política externa será nomeada com um título bem mais sóbrio: será a gestão da “Diplomacia do Pragmatismo Responsável e Ecumênico”, que estaria a serviço do

“interesse do comércio exterior, do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada” e promoveria “com prudência e tato as opções e realinhamentos necessários”.

A PEB desta gestão realizará de fato uma série de “realinhamentos”. Também já observamos que é impossível saber exatamente o que pensa um agente, mas podemos afirmar com boa dose de certeza que as mudanças seguiram um tanto de elaboração própria, mas, sobretudo, de inevitáveis reações à conjuntura muito distinta de seus antecessores. Assim, alguns movimentos denotariam mudanças em direção a uma política externa mais “independente”, como o movimento de reconhecimento explícito da luta anticolonial na África, bem como o reconhecimento das independências naquele continente, inclusive aqueles que adotaram direcionamento marxista quando chegam ao poder. Além disso, é nesta administração que ocorre a denúncia ao acordo militar com os EUA e o voto favorável na ONU em favor da resolução antissionista.

Mas, se nos é impossível adentrar ao pensamento dos formuladores, alguns dados indicam que a conjuntura seguramente obrigava uma mudança no padrão de comportamento. Além da questão do petróleo, provavelmente o “suprimento adequado de matérias primas” citado na fala presidencial – devemos lembrar que Geisel assume na esteira da primeira grande demonstração internacional de força da OPEP –, assim como da eleição de James Earl Carter Jr (Jimmy Carter), na sequência da traumática renúncia de Nixon, promoveria uma sensível mudança nas relações dos EUA com o Brasil, uma vez que este presidente norte-americano procura distanciar-se da imagem de apoiador de ditaduras e golpes, com insistente cobrança acerca do respeito aos direitos humanos. A arena internacional oferecia, assim, a possibilidade de demonstrar independência e novos rumos políticos que combinavam, no plano interno, com a prometida abertura “lenta, gradual e segura”.

Porém, tais movimentos de propulsão conjuntural não devem minimizar a astúcia e o poder de análise de seus executores; também devem mostrar que tais decisões provocam impactos para além da esfera política e diplomática. Para citar apenas um exemplo conhecido, com impacto empresarial: a posição do Brasil em relação ao processo de independência de Angola e o reconhecimento do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) como governo legítimo muito provavelmente repercutiu no posicionamento da empreiteira Odebrecht como a principal construtora de infraestrutura neste país do continente africano.

Acompanhando o voto que considerava o sionismo como similar ao racismo e a discriminação racial, o Brasil dedicou consideráveis esforços à ampliação das relações com o

Oriente Médio e os países árabes. Cercado de grandes expectativas, tal aproximação facilitou a abertura de um promissor canal de vendas de material bélico para estes países, que será amplamente explorado, significando ao mesmo tempo o combustível para seu rápido crescimento e fonte de seus principais problemas, como veremos no decorrer desta tese.

Finalizando a breve síntese da gestão de Ernesto Geisel no âmbito das relações exteriores, devemos considerar o resultado da política denominada “pragmática” que inevitavelmente conduz à percepção de ações com aplicação ou utilidade prática, logo, algo que tem o objetivo de solucionar um problema ou aprimorar um processo existente. Parece-nos lícito supor que as principais questões a enfrentar eram a crise energética, a solvência financeira e as inversões externas que pudessem manter o ritmo de desenvolvimento econômico. Do conforto de nossa visão retrospectiva, podemos dizer que tais intentos ficaram muito aquém do esperado, que tais iniciativas foram mal planejadas.

3.5 – A Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM).

Um dos tópicos mais abordados no estudo das indústrias bélicas brasileiras, especialmente quando abordadas no quadro do regime de 1964 é, sem dúvida, a “Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar” (PNEMEM), instituída em 1974 por decreto presidencial de Ernesto Geisel. Mas a gênese deste programa não se encontra na administração do quarto presidente do ciclo militar; para encontrá-la, precisamos retroceder dois anos em nossa narrativa cronológica, na esteira das viagens do Chanceler Mário Gibson Barbosa, que, como vimos, buscava ampliar e diversificar a inserção internacional brasileira, realizadas já sob o signo do pragmatismo e do “interesse nacional”.

Em 1973 o Chanceler Gibson Barbosa estruturou uma operação com José Luiz Whitaker Ribeiro, presidente da ENGESA, para que a empresa de veículos militares atuasse como *ponta de lança* de operações comerciais brasileiras no exterior, além, é claro, de prospectar possíveis mercados para equipamentos militares fabricados no país; uma vez que o empresário paulista já tinha experiência na exportação de bens industriais de sua fabricação e tinha uma reconhecida habilidade em estabelecer laços comerciais.

Importa anotar que tal iniciativa estava contida nos planos de estimular a exportação da Indústria Bélica, e sua estruturação constituiu a “célula *mater*” do que viria a se materializar, já no governo de Ernesto Geisel, na “Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar”. Conforme acervo consultado no Arquivo Central do Itamaraty,

em Brasília³⁸⁴, acessamos relatórios que esclarecem a referida associação entre o MRE e a ENGESA. Vamos nos alongar um pouco neste documento, pois além de marcar cronologicamente o primeiro ano do que consideramos ser a fase de crescimento e auge dos negócios da indústria militar brasileira, sugere uma relação ainda pouco explorada entre o poder público e privado nacionais, bem como lança luzes sobre diretrizes da política externa brasileira³⁸⁵ no período.

Consoante relatório entregue por José Luiz Whitaker Ribeiro ao Ministro das Relações Exteriores, registra o empresário:

Honrados com a missão a nós atribuída, do estabelecimento de contatos para a venda de material bélico especializado a países estrangeiros, sobretudo àqueles visitados durante sua última viagem ao exterior, procuramos desincumbir-nos da melhor forma possível dentro das condições requeridas, sobretudo as de sigilo e discricão. (Grifo nosso).

Conforme indicam os relatórios pesquisados, inicialmente o presidente da ENGESA estabeleceu contatos preliminares com algumas empresas brasileiras “para esta primeira fase, com os seguintes fabricantes de material militar, todos ainda na ignorância do exato significado da nossa missão”. O objetivo primário desta rodada era estabelecer um “pacote básico” de produtos que pudessem ser oferecidos em curto prazo para os países alvo da investida. As empresas abordadas para montar tal “portfólio de produtos básicos” foram (sempre conforme o relatório): “EMBRAER, Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), Beretta S/A Indústria e Comércio, Amadeo Rossi S/A Metalúrgica e Munições, Forjas Taurus S/A e AVIBRAS Indústria Aeroespacial S/A” (além, obviamente, da própria ENGESA). Destes primeiros contatos, na avaliação de Whitaker Ribeiro, “ficou claro que”:

- 1) os preços brasileiros são muito competitivos,
- 2) o Brasil é muito bem visto, mas ainda desconhecido como nação industrial,
- 3) o material bélico constitui-se em excelente veículo para a venda de outros produtos e serviços brasileiros, principalmente levando-se em conta que a maioria dos países em foco tem regimes militares, e o acesso aos outros mercados é enormemente facilitado pelo contato “de cima para baixo”,

³⁸⁴ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Arquivo PNEMEM, “Empresas – ENGESA”.

³⁸⁵ Até onde alcançou a pesquisa bibliográfica para esta tese, não identifiquei nenhum autor que mencionasse a operação desenhada pelo Chanceler Gibson Barbosa, aqui referida; igualmente, não encontrei autores que mencionassem o anteriormente aludido Programa de Exportação de Armamentos iniciado na gestão de Garrastazu Médici.

- 4) há um imenso mercado para obras de infraestrutura a serem executadas no sistema de “*turn key job*”³⁸⁶ por brasileiros, como estradas de ferro, de rodagem, portos, projetos habitacionais, agrícola e pecuários,
- 5) há necessidade imperiosa de continuidade nos contatos estabelecidos,
- 6) é cedo para uma estimativa precisa do valor do mercado para produtos e serviços brasileiros nestes países abordados, mas pode-se já dizer que se bem trabalhados poderá ultrapassar a casa do bilhão de dólares por ano. Como amostra, trouxemos consultas firmes (por escrito, em anexo) de mais de US\$ 120 milhões no primeiro contato.

Como veremos, a avaliação não estava superestimada; tanto o potencial de faturamento com o fornecimento internacional brasileiro (lembramos que o relatório não visava apenas as vendas militares) quanto a “venda casada”, sugerida no “item 3” acima foi eficazmente utilizada (por sinal também em anos recentes). Outro ponto que devemos destacar é que, para Whitaker, merecem menção especial os diplomatas Paulo Tarso Flecha de Lima, “(...) cujo dinamismo está mudando o conceito dos empresários quanto as possibilidades de exportação (...)” e

o Embaixador [General de Exército] Aurélio de Lyra Tavares, Embaixador do Brasil na França cuja inteligência, cultura, dignidade e operosidade transformaram a Embaixada de Paris em uma base sólida de onde podem partir as incursões dos exportadores na conquista do mercado.

Destacava ainda o diplomata Paulo Dias Pereira sediado em Lagos (Nigéria) “(...) cujo bom senso e coragem possibilitaram as entrevistas necessárias (...)”. O general Lyra Tavares recebeu um excelente prêmio por sua participação na Junta Militar que sucedeu Costa e Silva e, ao que tudo indica, continuava a atuar para a conquista dos “objetivos da Revolução”; já Flecha de Lima é uma menção realmente importante, pois foi um diplomata de grande destaque e estará presente em grande parte desta tese, como o principal idealizador e articulador da Promoção Comercial do MRE, negociador das principais operações do Ministério e um dos mais importantes diplomatas brasileiros por mais de duas décadas, inclusive em missões de “proteção a brasileiros” (o resgate de 450 operários da Construtora Mendes Junior, feitos reféns por Saddam Hussein para eventual utilização como “escudos humanos” na Guerra do Golfo é uma das passagens mais notórias da atuação de Flecha de Lima fora do circuito das negociações comerciais).

³⁸⁶ Ver Glossário.

A citação dos dois diplomatas servindo em pontos geograficamente distantes nos permite imaginar que a “excursão” do presidente da ENGESA percorreu mais de um continente e, ao que tudo indica, rendeu “bons frutos”. Ainda segundo Whitaker:

Foram convidados para vir ao Brasil, e darão resposta dentro de 60 a 90 dias, alguns dos cidadãos que ocupam postos-chave nos governos contactados. Aceitaram em princípio, e deverão vir extraoficialmente para facilitar as visitas, tornando-as inclusive discretas.

O relatório inclui um anexo, referente a viagem efetuada entre 5 e 21 de abril de 1973. Nele Whitaker Ribeiro descreve os pontos considerados mais importantes de seu périplo, noticiando reunião anterior, realizada em Londres, com representantes da Chrysler Corporation e da Triad International Marketing Corporation. A “Triad” era representante de indústrias de defesa e aeroespacial (nomeadamente: Lockheed, Rolls Royce, Raytheon e Northrop), além de possuir instituições nas áreas de finanças, seguro, imobiliário e petrolífero em diversos países; gozava ainda de grande influência junto ao governo saudita³⁸⁷ e havia constituído, em 16 de março de 1973 a primeira trading multinacional brasileira, em associação com o Grupo União e com o Grupo Sadina, sob a denominação “União-Triad”, em que a empresa árabe buscava inserção no mercado da América do Sul, por um lado e, por outro lado, promover exportações brasileiras para a Europa e Oriente Médio.

Nesta reunião foram estabelecidos os primeiros contatos para fornecimento de veículos da ENGESA (portanto fora da parceria estabelecida com a União-Sadina) para a Arábia Saudita, que mantinha um programa quinquenal de compras para seu exército, e introduzido o objetivo da missão de que fora incumbido nosso produtor de blindados que, segundo ele, produziram “grande interesse” no executivo da “Triad”. A “Triad” ainda entabularia a contratação da ENGESA para a conversão de caminhões “Chrysler”, de uso civil para militar, destinados a Força Aérea da Líbia.

Portugal foi outro alvo da visita de Whitaker, aproveitando a escolha da ENGESA, em concorrência internacional, para suprir o exército português de trezentas viaturas EE-15 especialmente adaptadas para o combate à guerrilha; além disso, ficaram agendados testes para o EE-11 Urutu, com “interesse imediato para 100/200 unidades e mais 100 veículos por ano durante 5 anos”. A força terrestre lusitana ainda pretendia adquirir mais de 50.000

³⁸⁷ Conforme HOBDA, Peter. *Saudi Arabia Today: an introduction to the richest oil power*. London: Macmillan Press, 1978, pp. 84-85

unidades de foguetes para “bazuca” que, segundo constatado pelo líder da missão, poderia ser fornecido pela AVIBRAS ou pela Valparaíso.

Ainda no “tour”, a próxima parada seria o Gabão, momento da viagem que pode denotar que a movimentação da “missão brasileira” já estava sendo monitorada, ao menos, pela França. A primeira advertência veio do General-Embaixador Lyra Tavares, que alertou sobre as íntimas relações entre Gabão e França (com a manutenção dos “laços” entre os dois países e, convenientemente, de uma base militar francesa) e, quando da chegada da comitiva ao Gabão, inclusive com retardo de entrega de bagagens no aeroporto (que ficaram retidas por algum tempo em aeronave francesa). As tensões com a França sobre a venda de material militar aparecerão outras vezes na trajetória futura da exportação militar brasileira.

No Gabão, ainda segundo o relatório, a recepção foi anotada como surpreendente, tendo “reunião marcada com o Chanceler do país para a mesma tarde da chegada da comitiva e [a atenção e carinho da acolhida] refletem o apreço pelo nosso país e o acerto de nossa política externa”. Sobre a “linha militar do pacote” proposto, a chancelaria gabonesa solicitou que explorassem mais com a equipe vinculada ao setor militar (naquela época o Gabão ainda não possuía forças armadas, apenas uma “guarda presidencial”, que foi o núcleo base de criação do Exército Nacional). No entanto, demonstraram grande interesse pelo avião “Bandeirantes” e por equipamentos agrícolas, interessando-os as possibilidades de financiamento que “[dependeria] do volume a ser pedido”. A reunião com o ministério do exterior do Gabão foi longa (dois dias, a julgar pelo descrito) e foi solicitado que o “dossiê sobre o pacote” fosse deixado para que o encaminhassem para os técnicos militares.

O encontro com o comando da Guarda Presidencial do Gabão provocou nova “surpresa” para a missão brasileira. Acompanhando os militares do Gabão, dois oficiais franceses carregavam o “dossiê” entregue anteriormente, que entabularam uma longa discussão técnica sobre os diversos itens do “catálogo” brasileiro. Contudo, a presença dos militares europeus não implicou em negativa comercial; a cúpula militar demonstrou interesse particular por “caminhões, revólveres e mísseis” e, pediram “cotação firme” para “6 blindados Urutu com armamento, 5 Jeeps (ambos com peças de reposição para dois anos), kits de modificação de viaturas blindadas M8 e M20, conforme as executadas para o exército brasileiro e 30 mil unidades de ‘balas’ (sic) para revólver calibre .38”.

O próximo destino da missão foi a Nigéria, país cuja “primeira impressão é penosa. Pobreza não é novidade, mas miséria nessa escala é sem dúvida alguma algo de inesperado (...)” e que “o caminho do aeroporto para o hotel é um desfile aterrador de miséria dantesca,

nunca antes presenciado por nós (...)” mas “em contraste, posteriormente visitamos bairros industriais em crescimento e bases militares de boas proporções (...)”; além disso, “a distribuição de renda (grande) é aparentemente de uma ineficiência espantosa.”. Advertindo que o país atravessava o que lá chamavam de “nigerização”, observa que as empresas estrangeiras estavam sendo adquiridas por “valor aviltante”. Concluindo sua análise *sociológica*, Whitaker observa que “os elementos locais não têm preparo suficiente para assumir o controle técnico dos negócios. Como exemplo simples podemos citar o hotel principal da cidade” que, sob gerência britânica até um ano antes, estava agora “nigerizado” e, “consequentemente”, ineficiente, insalubre e com péssimas condições sanitárias e de higiene, movido basicamente por propinas dos visitantes. Aliás, ainda segundo Whitaker Ribeiro, “a corrupção na Nigéria é generalizada, dos mais altos aos mais baixos escalões da vida nacional. Todos querem as propinas ou comissões depositadas em contas numeradas na Suíça (...)”.

Recebido pela cúpula das FA, do judiciário e de outros órgãos do governo nigeriano, destaca que o principal interesse foi pela participação do Brasil nas concorrências internacionais para a construção de estradas de ferro (inclusive material rodante), estradas de rodagem, planos de habitação e projetos agropecuários, informando ainda que recentemente o país havia adquirido aviões L29 pela “incrivelmente baixa quantia de 100.000 libras” . Lembra ainda, no relatório, que a Nigéria tinha “acabado de entrar em grande escala na produção de Petróleo e que pode significar um magnífico mercado para produtos e serviços brasileiros”. Observa também que os nigerianos têm grande simpatia pelo Brasil, mas que “encontram-se completamente desorganizados (...) como consequência da Guerra da Biafra e da colonização defeituosa que não unificou nem a língua”. Enfim, para o chefe da missão brasileira a Nigéria “não se constitui em ‘Pátria’, mas sim em um conglomerado de tribos diferentes que nem a língua têm em comum.”.

Finalizando o relatório, o presidente da ENGESA afirma que estava muito satisfeito em “poder participar da gigantesca obra deste Governo, colaborando com um Brasil realmente Grande.” O tom bajulatório, ao que tudo indica marca do grande vendedor que foi José Luiz Whitaker Ribeiro, faz parte, evidentemente, de uma estratégia de negociação (destaque para as iniciais em caixa alta Governo, Brasil, Grande). Por outro lado, permite-nos compreender melhor as relações da ENGESA com os sucessivos governos (e comandantes militares) nas sucessivas administrações, que, mesmo não gozando de unanimidade, conseguiu, quase sempre, ter suas expectativas atendidas.

O relatório não é claro quanto ao montante gasto, tanto pelo MRE quanto pela ENGESA, nas referidas operações, mas, segundo seu redator “ainda quer nos parecer um investimento barato para os resultados surpreendentes que se poderão obter.”. Segundo Whitaker “o mercado constituído pelos países visitados por nós nesta viagem é vasto e relativamente inexplorado. Não só para o mercado de equipamento bélico, mas também o civil, de produtos e de serviços.” Considero importante ressaltar que fica claro, por este trecho, que a possibilidade de expandir os negócios da indústria de material militar estava presente nas considerações governamentais já neste quadrante temporal, bem antes, portanto, da edição do PNEMEM; também denota que o esforço para a internacionalização de empresas brasileiras estava presente, que rendeu frutos, posteriormente, especialmente para as empresas ligadas ao setor de construção civil, que recebeu significativo auxílio das negociações iniciadas pelo setor bélico.

Das iniciativas levadas a cabo pelo ministro Gibson Barbosa é sugerido ao Presidente da República a adoção de medidas para a implementação de uma política de vendas de material bélico e, já na gestão Azeredo da Silveira, informa o ministro que: “O senhor Presidente da República acolheu sugestão do Itamaraty para que fosse constituído Grupo Interministerial encarregado de estudar e formular diretrizes no que diz respeito às exportações de armamentos e equipamento militar em geral. Do grupo em apreço participam os Ministérios: das Relações Exteriores, da Marinha, do Exército, da Fazenda, da Aeronáutica, da Indústria e do Comércio, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e o Estado Maior das Forças Armadas.”³⁸⁸. Tal iniciativa foi determinada pelo Presidente Médici em 1973 e constituída com o nome de “Grupo Interministerial sobre Política de Exportação de Armamentos”³⁸⁹, instituída oficialmente pelo Presidente Geisel em 26 de março de 1974. A urgência em definir as regras do jogo tinha por objetivo explorar rapidamente as possibilidades de ingresso de divisas num mercado que parecia promissor e tinha também a intenção de não permitir mais que casos como o do Equador, em que a ENGESA estabeleceu negociações com as Forças Armadas daquele país sem prévio assentimento governamental fossem evitadas, e o “grupo interministerial” elaborou o que viria a ser denominada Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM)³⁹⁰.

³⁸⁸ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, comunicado 182, 16 de maio de 1974, 626.02 (B40) (B 46)

³⁸⁹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Exposição de Motivos 626.03 (00) (B46). O grupo foi autorizado por despacho presidencial em 19 de junho de 1973, em reunião do Conselho de Segurança Nacional.

³⁹⁰ Conforme Arquivo Central do Itamaraty-BSB, comunicação interna – Gabinete do Ministro para Promoção Comercial, 07 de maio de 1974, 626.02 (B39) (B46)

Importante notar que tais documentos apontam a gênese do PNEMEM ainda no governo Médici, como aliás a própria prospecção da possibilidade de exportação de produtos brasileiros; conquanto não agradassem ao comando do Executivo as ações da ENGESA no Equador, a empresa de blindados, ainda que não gozando da total confiança de alguns elementos ligados ao Presidente Ernesto Geisel, continuou, pelos próximos anos, agindo como emissário brasileiro e, em breve, como *trader*. Também importa anotar que, apesar de não compor o mesmo “grupo político” dentro do Exército (e coloco as aspas para distanciar-me das propostas que preconizam um antagonismo entre o denominado “grupo dos duros” e “grupo moderado” entre os artífices do golpe e condutores do regime militar), os governos militares constituíram, nos seus aspectos mais importantes, uma continuidade de propósitos, especialmente os de caráter geopolítico e de desenvolvimento.

A Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar estabeleceu um relativamente intrincado processo governamental de autorização para a venda de equipamentos e materiais bélicos, composto pelo que podemos considerar um sistema de licenças. Antes de iniciar as tratativas de comercialização, as empresas interessadas solicitavam autorização para o MRE, que deveria expedir seu parecer sobre o impacto nas relações exteriores do país e, em seguida, submeter ao CSN, que faria sua avaliação com base nos riscos que tal prospecção poderia trazer (ou não) para a Segurança Nacional. Caso ambos os pareceres fossem favoráveis ao pleito, dava-se início ao processo propriamente dito.

Caso as empresas conseguissem um contrato de fornecimento, novamente era necessário o recurso ao Itamaraty, neste caso solicitando a autorização para a venda, quando novamente seria acionado o Conselho de Segurança Nacional (podendo ocorrer ainda a interveniência de outros órgãos, como os ligados a área econômica) e, ocorrendo a concordância de todos os envolvidos, a negociação era encaminhada para o Presidente da República, que autorizaria ou vetaria a exportação.

É importante ressaltar que apenas produtos que pudessem ser mobilizados para operações reais, com potencial ofensivo (de uma lista de produtos de exportação restrita) deveriam necessitar das aprovações e autorizações anteriormente descritas, algo que, em algumas situações, permitiu o fornecimento de material de natureza “livre”, mas com possibilidade de conversão para equipamentos de ataque, como veremos posteriormente neste trabalho. Em tese, apenas as exportações envolvendo materiais sensíveis (incluídos na já citada lista de produtos restritos) deveriam ser submetidas ao Presidente da República, mas, na prática, pelo que pudemos observar, todas as operações acabariam por passar pela

apreciação do mandatário supremo da nação. Em resumo, todo o processo exportador de material militar começava no MRE, passava pelo CSN e terminava com a sanção presidencial.

Não nos alongaremos mais na análise detalhada do PNEMEM, uma vez que nosso objetivo é acompanhar a evolução do setor de material militar e sua inserção no mercado mundial, não a legislação a ele atinente. O objetivo dos sucessivos governos, desde Médici até José Sarney era o de constituir e ampliar a participação do Brasil nesse mercado, dentro dos parâmetros por nós já elencados; a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar não surgiu, como advogado muitas vezes, como um estímulo ao setor exportador, mas como um mecanismo de controle centralizado da atuação comercial externa; era uma regulamentação para o exercício de uma meta já delineada pelo poder público. Como já dissemos, o PNEMEM é uma consequência, não uma causa do ânimo para o ingresso no seleto clube de países exportadores de armamento e material militar.

3.6 – A decolagem dos fornecimentos externos: negócios comerciais e políticos.

Acabamos de narrar o surgimento e as principais formalidades a serem observadas pelas empresas brasileiras na exportação de material de emprego militar; mas nem sempre tais formalidades eram realmente necessárias. Quando o interesse político e estratégico estava em jogo, certas restrições poderiam ser ignoradas.

Assim, em abril de 1974, o Ministro da Defesa Nacional do Chile, aludindo a conversações já em curso entre autoridades dos dois países (na verdade a comunicação do lado brasileiro referia-se ao Ministro do Estado Maior das Forças Armadas do Brasil), formaliza uma “primeira solicitação de ajuda” para reequipamento destinado a “segurança interna”, em torno de “40 milhões de dólares”, informando ainda que os detalhes já haviam sido acordados com o General Meira Mattos (então vice chefe do EMFA) e que o empréstimo teria um prazo de 15 anos, salientando que também o Embaixador Câmara Canto participava das tratativas de “ajuda e cooperação” ao “novo regime chileno”.

Tal solicitação surgiu antes do estabelecimento formal do PNEMEM, mas de acordo com a chancelaria³⁹¹, já estaria sob a órbita do Grupo Interministerial sobre Política de Exportação de Armamentos e, sendo assim, necessitaria dos trâmites burocráticos para sua conclusão. O chanceler Azeredo da Silveira advertia o presidente que tal operação deveria ser

³⁹¹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Informação para o Presidente da República, 071. Índice: Venda de equipamento militar para o Chile. Secreto. 30/04/74.

“cuidadosamente examinada, sobretudo em função das implicações nas relações do Chile com o Peru [bem como] as demais implicações internacionais”.

O exame cuidadoso da matéria consumiu menos de duas semanas das ponderações de Ernesto Geisel e, em 12 maio de 1974, por autorização presidencial, o Brasil disponibilizou a referida linha de crédito ao Chile³⁹². Com a aprovação, o Ministério da Defesa chileno encaminha ao EMFA sua “Lista Geral de Necessidades para Segurança Interna”, assinada pelo General de Divisão Herman Brady Roche (chefe do Estado Maior da Defesa Nacional), cujos itens que consideramos mais importantes serão apresentados a seguir.

- 44.000 fuzis FAL 7.62
- 150 fuzis FAL mod. 50-41 [conhecido no Brasil como “FAP”, fuzil automático pesado, usado como apoio de fogo]
- 270 metralhadoras MAG 7.62
- 600 escopetas RIOT
- 7.000 revólveres .38
- 140 conjuntos de morteiros [81 e 120 mm]
- Mais de 55 milhões de rodadas de tiros, diversos calibres
- 80.000 bombas de morteiro
- 104.000 capacetes [sendo 47 mil de aço e o restante de fibra]
- Inúmeros itens de intendência
- 100.000 minas antitanque M3
- 200.000 minas anti-pessoal PRB 409
- 12 veículos blindados Cascavel EE-9 com 60 dotações de munição (para cada veículo)
- 6 veículos blindados Urutu EE-11, com 60 dotações de munição (para cada veículo)

A julgar pela lista parcialmente aqui reproduzida, a Segurança Interna do Chile previa uma operação de guerra com ínfimo apreço por questões humanitárias. Saliento esta passagem pela presença, na referida lista, das 200.000 minas “anti-pessoal” solicitadas pelo Ministro Chileno. Tais artefatos, que foram produzidos no Brasil pela Química Tupã e pela antiga Britanitte (atual IBQ) com o custo entre os mais baixos do mercado mundial (em torno de 5 dólares a unidade), representam um dos maiores flagelos em áreas conflagradas, ocasionando sem número de acidentes entre não combatentes e, considerando que eles eram previstos em quadro de “segurança interna”, constitui, na opinião deste pesquisador, um verdadeiro absurdo. Tive informações, as quais não pude averiguar, que parte das minas solicitadas seriam encaminhadas para regiões de comunidades indígenas fronteiriças, por serem tidas como “nações estrangeiras” presentes em território chileno e vizinhos, que não reconheciam

³⁹² Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Comunicação ao Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, secreto, 626.02 (B39)(B46).

os limites de fronteira política dos Estados, conformando (as aludidas minas “anti-pessoal”) uma “barreira” para o trânsito entre elas. Embora este parágrafo possa constituir uma digressão em relação ao objeto da tese, considero fundamental sua presença, dada a gravidade do tema.

Identificar quais foram os itens fornecidos com exatidão é tarefa difícil, mesmo com a liberação, na gestão de Celso Amorim no Ministério da Defesa, de documentos e boletins do EMFA no período. O certo é que as operações em tela estiveram sob a órbita deste Estado Maior, que orientou fabricantes nacionais e as próprias forças armadas brasileiras no sentido de atender ao pedido do vizinho andino; no documento assinado pelo General Humberto de Souza Mello não consta nenhuma restrição aos armamentos solicitados pelo Ministério da Defesa Chileno, o que não significa que tenha sido integralmente atendido.

Mas um fato resta claro na documentação: nem todos os fornecimentos foram pagos, alguns itens foram cedidos pelas nossas FA. No bojo ainda dos entendimentos aqui descritos, que contaram também com a participação do General Hugo Abreu, consta o fornecimento, pela ENGESA, de veículos Cascavel e Urutu (ao menos 48 unidades, portanto volume bem maior ao pedido inicial), 10 aviões T-25 (fabricados pela NEIVA e intermediados pela Mayrink Veiga S/A) que, em princípio destinados a treinamento, recebeu sinalização positiva do Ministro da Aeronáutica do Brasil para, atendendo solicitação do Exército chileno, equipar as mesmas com “Sistema Bélico” produzidos pela AVIBRAS.

O Brasil representou, naquele momento, a principal base de apoio para o regime chileno, uma vez que os EUA, tradicional fornecedor de armas para o país, não poderia prestar mais assistência ao Chile e, por iniciativa do Senador Edward Kennedy, buscava a total proibição da venda de armas e equipamentos militares ao país, em virtude das violações dos direitos humanos promovidos pelo governo de Pinochet.

Enquanto o governo brasileiro procurava atender os pedidos do Alto Comando chileno, outras iniciativas ganhavam corpo. A ENGESA procurava ampliar suas vendas e, em abril de 1974 inicia conversações com a França e o Qatar, numa operação triangular para o fornecimento dos blindados EE-9 Cascavel para o país do Golfo. As conversações, tornadas públicas por noticiário francês e confirmadas pela diretoria da ENGESA, geraram protesto do Itamaraty, especialmente pela divulgação do fornecimento de material para o

Chile e para a Bolívia³⁹³. Apesar das reticências da chancelaria brasileira, o negócio prosseguiu.

O principal negócio, contudo, seria a comercialização de 200 blindados Cascavel para a Líbia (com proposta para a aquisição de mais 300 veículos), que constituiria o primeiro grande cliente internacional da Engenheiros Especializados e grande impulsionador de seu destaque internacional. Firmado em maio de 1974 (a partir de negociações iniciadas em 1973), os fornecimentos seriam viabilizados para o ano seguinte e, com mais este sucesso, a ENGESA torna-se interlocutor principal também da Administração Geisel para a indústria de armamentos.

Mas não era apenas a ENGESA que buscava o mercado internacional. Consciente da necessidade de ampliar sua linha de produtos e participação no mercado, a EMBRAER busca parcerias internacionais, especialmente no setor conhecido como “aviação geral”; tal procura foi realizada através da assinatura do “Contrato de Cooperação Comercial” com a *Piper Aircraft Company* (a versão final do contrato foi assinada em 1975), ato que foi comemorado pelo Executivo Federal e receberia destaque na Comunicação ao Congresso Nacional de 1975. Retornaremos a esta parceria mais adiante, mas este episódio constitui mais um exemplo do apoio governamental para a EMBRAER pois, tão logo consumado o *agreement* com a *Piper*, o governo:

elevou a tarifa de importação para aeronaves similares de 7% para 50%. (...) As exportações da *Cessna* para o Brasil [até então o maior vendedor de aeronaves da categoria no país] vendeu apenas 5 aviões em 1976, enquanto a *Piper* vendeu 352 kits para produção local pela EMBRAER no mesmo ano.³⁹⁴

Além do “festejado” acordo, a EMBRAER produziu em 1974 um total de 106 aeronaves (28 EMB-110 Bandeirante; 54 EMB-200 Ipanema; 24 EMB-326 Xavante).

Esta estratégia, adotada pela parceria Governo Federal-EMBRAER, seria percebida como uma iniciativa exitosa, na medida em que permitiu que o Brasil realizasse o que era, para outros países em desenvolvimento, um desejo. Baranson (1976), em seu relatório para o Departamento de Trabalho dos EUA observou que:

³⁹³ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Informação para o Presidente da República (074). Secreto. Índice: Exportação de armamentos. Notícias sobre operações da ENGESA, 30/04/1974.

³⁹⁴ AUSTIN & KOHN, p. 609.

O Brasil não é o único entre os países em desenvolvimento mais industrializados que desejam desenvolver uma indústria aeronáutica autóctone. Mas ele é talvez o único, porém, em sua abordagem profissional para esse fim. Sua estratégia de fechar efetivamente seu mercado para todos, exceto para a empresa estrangeira disposta a compartilhar tecnologia de ponta, transmitir *design* e engenharia sofisticada, além de instruir os brasileiros em capacidade gerencial mostrou-se extremamente bem-sucedida³⁹⁵. (grifo nosso).

Apesar da crise que já se anunciava, gastos relevantes foram efetuados pelo Exército Brasileiro; só no reaparelhamento foram empenhados e realizados em 1974 mais de trezentos e sessenta milhões de cruzeiros, sendo os mais significativos: motomecanização (137,2 milhões de cruzeiros em equipamento e 86 milhões em suprimentos); armamento e acessórios (55,7 milhões em equipamento e 5 milhões em suprimento); munições (78,9 milhões). Ainda no âmbito do Exército, avançaram as pesquisas para a produção nacional de um “foguetete de saturação de área”, realizado em conjunto com o CTA e a AVIBRAS, que em pouco tempo se transformaria em uma das “estrelas” do arsenal da Indústria de Armamentos Brasileira.

E, enquanto a EMBRAER buscava ampliar seu raio de ação, o Departamento de Pesquisa da Aeronáutica liberava projetos desenvolvidos pelos seus quadros para produção e comercialização pela indústria civil, especialmente a AVIBRAS (produção de foguetes de lançamento no setor aeroespacial), Whinner (fabricação de equipamentos de comunicação), Eletrometal, Nakata e Italmagnésio (fabricação de peças de usinagem fina). Era, em certa medida, uma externalidade também esperada nos projetos governamentais para a indústria de material militar, apontando para algo que, futuramente, seria usado, como veremos nos capítulos finais da tese, contra as iniciativas brasileiras: o *uso dual* de tecnologia. Mas, neste momento, tal questão não estava posta e a indústria de material militar ampliava sua trajetória rumo ao mercado externo.

3.7 – Transição: um novo cenário global.

O ano de 1975 prenuncia, para o governo brasileiro, tempos difíceis. Já na Mensagem ao Congresso Nacional, Geisel adota um tom bem menos otimista que seus antecessores, incrementa o trato de questões políticas, analisando os objetivos da “Revolução” e seus

³⁹⁵ (Baranson, 1976, *apud* EVANS, 1994, pp. 118-119). Tradução do autor. No original: Brazil is not unique amongst the more industrialised of the developing countries in its desire to develop an indigenous aircraft industry. It is perhaps unique, though, in its professional approach to that end. Its strategy of effectively closing entry to its markets for all but the foreign firm prepared to share front-end technology, to impart sophisticated design and engineering capabilities, and to instruct Brazilian nationals in managerial skills has been extremely successful.

presidentes. Assim, anota que “os governos oriundos da Revolução de 1964, todos eles, procuraram ser fiéis ao mesmo ideário político que se tem sintetizado no binômio do Desenvolvimento e da Segurança”, advertindo que, em seu governo, o dístico será quantificado no “máximo de desenvolvimento possível, com um mínimo de segurança indispensável.”

Antecipando eventuais comparações com os presidentes que o precederam, Geisel observa que “o Governo Castelo Branco foi uma busca incessante e tenaz de um compromisso viável entre exigências de Segurança e Desenvolvimento”, enquanto Costa e Silva “tentou liberar o país, talvez prematuramente, das imposições restritivas da Segurança e viu-se obrigado a ceder a elas, em prazo curto”. Já Emílio Médici, segundo o informe presidencial, “com propósito dos mais liberais” esteve constantemente “voltado para as necessidades impostergáveis de manutenção da Segurança Interna”, necessidades estas que, contudo, “não lhe abateram as extraordinárias marcas alcançadas no desenvolvimento do país”, alcançadas na conjugação de uma bem conduzida política econômico-financeira “que soube tirar todo o partido das condições favoráveis da conjuntura internacional e da sucessão de sagras exportáveis que otimizaram o balanço entre a produção e os preços no exterior.” (grifo nossos).

Tal preâmbulo sobre os progressos presidentes do ciclo militar serve de apoio para constatar que “não foram as mesmas, nem de longe, as perspectivas que se ofereceram ao meu governo, desde os primeiros dias, quanto ao panorama econômico mundial (...) quase catastrófico” e que, portanto, uma vez que “o desenvolvimento é, hoje, o termo maior da equação estratégica nacional para o quadro em que vivemos, não [seriam] ociosas considerações que melhor definam o contexto.”. Acenando que as dificuldades serão significativas, confere centralidade aos esforços de desenvolvimento baseados na C&T, consubstanciados no II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (destacado na alocução direta aos congressistas) e, adicionalmente, reitera a importância da Política Externa na superação dos obstáculos previsíveis.

Caracterizada como “construtiva, pragmática, responsável e ecumênica”, o governo Geisel de fato consolidou e ampliou mudanças significativas nas diretrizes da Política Externa Brasileira. Destacadas na Mensagem Presidencial de 1975, temos o aprofundamento das relações com os vizinhos continentais (tivemos oportunidade de observar este fato nas páginas progressas), a adoção da ideia de legitimidade dos anseios do povo africano na busca do “fim da era colonial na África”, no reestabelecimento das relações diplomáticas “com a República

Popular da China, país com qual já iniciamos promissor intercâmbio no plano comercial”, bem como “com todos os países árabes, e com eles desenvolvemos úteis programas de cooperação econômica.”. E, como encerramento de suas propostas e ações no plano internacional, o Presidente destaca que:

Adotamos posições explícitas quanto à situação no Oriente Médio, declarando-nos contrários à ocupação territorial pela força e prestando nosso apoio aos reclamos do povo palestino, no sentido da autodeterminação e de sua soberania. Assim fazendo, fundamo-nos na melhor tradição diplomática brasileira (...).

É importante que não adotemos a postura usual de considerar as afirmações contidas nesta Mensagem como pura peça retórica. Obviamente, o regime militar não fazia uma inflexão progressista, mas, como afirmado pelo próprio presidente, “construtiva, pragmática e ecumênica”. Sua fala é direcionada aos já mencionados objetivos estratégicos geopolíticos e a possibilidades conjunturais, como a “opção árabe” que, traz consigo coerentemente, o apoio à causa palestina e uma postura mais distanciada de Israel. Veremos que tais direcionamentos serão confirmados nas futuras ações de sua administração, bem como de seu sucessor. Mas retomemos o curso do nosso objeto.

3.8 – A indústria militar ganha altitude... e atritos.

Apesar do alerta sobre as dificuldades na economia internacional, o estabelecimento do PNEMEM enquanto fiador do desejo governamental, bem como a movimentação da ENGESA, estimularam iniciativas de outras empresas em busca do mercado internacional de material militar; produziram também os primeiros atritos entre firmas do setor.

O Equador, que a essa altura já era considerado um mercado “aberto” para exportações brasileiras (em outubro de 1974 o MRE considerava que as tensões com o Peru já estavam equacionadas), foi alvo de investida da BERNARDINNI, no sentido de promover a recuperação de seus blindados M3 A1, proposta que, como vimos, havia sido oferecida anteriormente pela ENGESA. Assim, em agosto de 1975, a BERNARDINNI desembarca em Quito para estabelecer as relações iniciais com as FA do país, enviando um extenso relatório de suas atividades às autoridades competentes brasileiras (agora já com o PNEMEM em vigor); a data de chegada (28/08) não foi, contudo, das mais propícias, pois, já no dia primeiro

de setembro ocorre uma tentativa (frustrada) de golpe no Equador³⁹⁶, talvez sinal de mau augúrio.

No citado relatório³⁹⁷ os representantes da BERNARDINNI informam suas comunicações com a Embaixada no Equador, a nomeação do representante local da empresa e os primeiros contatos com autoridades militares equatorianas, bem como esboçam um “plano de ação” com o objetivo de apresentar a empresa para o Alto Comando das Forças Armadas do país e para “oficiais menos graduados, operadores diretos do equipamento [os blindados M3 A1]”. Notifica ainda que as possibilidades de conclusão do negócio com a BERNARDINNI “foram aumentadas pela sensibilidade às garrafas Molotov que sofrem os tanques M3A1 e pelas rachaduras em situação de tiros seguidos que sofrem as torres dos tanques franceses AMX3”.

Não obstante o caráter exploratório e preliminar da visita, a BERNARDINNI já tinha todo um esquema de atuação preparado, descendo a detalhes de faturamento, comissões, financiamento e tributos, como se já estivesse certa da vitória de sua proposta (ignorava, provavelmente, que a ENGESA não era sua única rival no país; além da companhia de Whitaker Ribeiro, a NOVATRAÇÃO já estava articulando, desde maio de 1975, com os militares do Equador, serviços idênticos ao tratado pela empresa). Porém, o trecho mais significativo estava reservado para a parte final do relato, onde se lê:

Nossas negociações foram gravemente prejudicadas pelo comportamento da firma Engesa, que fez promessas mirabolantes às autoridades militares equatorianas, que foram desmentidas de forma humilhante para o Brasil pela comissão que veio para concluir o negócio e que prejudicaram o bom nome dos industriais brasileiros. Somente foi possível dar andamento ao negócio, devido a disposição que mostramos de comprovar todas as nossas afirmações (...)

A afirmação acima bem pode ser considerada a primeira das reclamações e questionamentos que serão dirigidas à ENGESA e, especialmente, ao seu presidente José Luiz Whitaker Ribeiro, personagem este que constituiria, em breve, o “rosto” da indústria bélica brasileira e seu maior “propagandista”. Mas, como também já mostramos, Whitaker já havia estabelecido um relacionamento considerável com as autoridades militares e diplomáticas

³⁹⁶ A tentativa de golpe, desencadeada pelo movimento “Restauração Institucional” (organizado por partidários de Velasco Ibarra), contou com o apoio do chefe do Comando Conjunto das Forças Armadas e do Grupo Mecanizado Azuay, nas proximidades de Quito. Sufocada a sublevação, diversos comandantes militares foram destituídos.

³⁹⁷ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, pasta PNEMEM – Empresa: Bernardini, 626.02 (B40) (B46), 05/09/1975.

brasileiras e, além disso, estava se deslocando pelo mundo com os “panfletos” da indústria nacional de armamentos. O relatório da BERNARDINNI que, como deveria ser esperado, circulou entre todos os órgãos governamentais envolvidos na operação, provocou o posicionamento da Embaixada do Brasil no Equador, que reage negativamente ao conteúdo, ponderando que o plano ali exposto ³⁹⁸:

contemplando uma série de ações a serem executadas no Brasil e no Equador, permanece ao nível de entendimento preliminar entre o Diretor Industrial da Bernardinni e o representante desta empresa em Quito. Vale dizer que, do lado equatoriano, e tanto quanto estou informado, as autoridades de maior hierarquia militar [do Equador] não tem conhecimento do esquema proposto.

A comunicação da Embaixada informa ainda que deveriam ser consideradas as alterações nos principais comandos militares equatorianos (em virtude da sublevação de 1º de setembro) que teriam sido contatados na visita da BERNARDINNI; considera ainda que a intenção de distribuir material de divulgação a oficiais de menor patente, dada as alterações citadas, seria contraproducente e questiona se o representante local da empresa brasileira “ainda estaria em condições de reiniciar [os] entendimentos ao nível que pareceria aconselhável”.

Pelo exposto, podemos perceber que a legação diplomática não considerava a postura da BERNARDINNI adequada ao bom andamento dos negócios no Equador; não podemos afirmar que o diplomata agia contra os interesses da citada empresa, ou em favor de outra qualquer nacional, mas suas observações revelam que aquela empresa não estava preparada para enfrentar o complexo mercado internacional de material bélico. Ainda mais aguda foi a manifestação do General Hugo Abreu que, em comunicação reservada³⁹⁹, desferiu severas críticas contra a empresa e ao conteúdo de seu relatório, afirmando mesmo que a BERNARDINNI ainda não demonstrara condições de executar tal tipo de contrato, nem mesmo no aspecto negocial e que, ademais, seus procedimentos jogavam contra os interesses de expansão da indústria para o exterior. A antiga fabricante de cofres, ao que tudo indica, havia realmente começado com o pé esquerdo.

Enquanto as empresas de material bélico iniciavam seus embates por mercados no exterior, o Governo Federal avançava em seus propósitos estruturantes do espaço nacional, adotando medidas que contribuíssem para fortalecer outras iniciativas estratégicas. Nesse

³⁹⁸ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, telegrama recebido, 24/10/75, 626.02 (B40) (B46).

³⁹⁹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, relatório reservado – PNEMEM, 665.16 (B45).

sentido, em 11 de novembro 1975, através do decreto 76.590/75, foram estabelecidos, como nos mostra Roberto Bernardes⁴⁰⁰, os “Sistemas Integrado de Transportes Aéreos Regionais” (SITAR), que dividiu, o país em cinco regiões distintas, cada uma a ser operada, preferencialmente, por uma única empresa, possibilitando, contudo, algumas intersecções e sobreposições (elas poderiam operar em *pool*). As companhias eleitas foram:

- 1) TAM (Transportes Aéreos Regionais S/A): região Centro-Oeste – parte do Estado de São Paulo e Mato Grosso, com conexões para o Rio de Janeiro e Paraná;
- 2) TABA (Transporte Aéreo da Bacia Amazônica S/A): região Norte-Oeste – Acre, Amazônia, Pará, Mato Grosso, Roraima e Rondônia;
- 3) Nordeste (Linhas Aéreas Regionais S/A): operando na região Nordeste-Leste, incluindo Espírito Santo, estabelecendo conexões com Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília;
- 4) Rio-Sul (Serviços Aéreos Regionais): operando região Sul, mais Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Mencionamos este episódio pois, tão logo definiram-se as regiões e as empresas que operariam cada um dos “sistemas”, foram concedidas linhas especiais de financiamento para a compra de aeronaves “Bandeirante”, que seriam utilizadas no atendimento do setor. Em consequência, as empresas concessionárias dos trechos adquiriram imediatamente cinquenta e dois dos referidos aparelhos. A iniciativa de empréstimo favorecido, assim como as vantagens tributárias na comercialização dos aviões construídos em parceria com a Piper, constitui um bom exemplo do estímulo cuidadosamente organizado e coordenado pelo Governo Federal para as empresas do setor, especialmente para a EMBRAER, constatação também percebida por Renato Dagnino (1989).

É importante notar que outras iniciativas, ainda que não diretamente vinculadas ao segmento de produção armamentista, foram estabelecidas sob os mesmos critérios que justificavam aquela, notadamente os aspectos mais amplos relacionados a segurança e ao desenvolvimento nacional e, entre elas, muitas relacionavam-se, direta ou indiretamente, com os projetos de natureza militar. É o caso do projeto de computador encaminhado pela força naval, anunciado, conforme relatório do Ministério da Marinha⁴⁰¹ :

Espera-se que o protótipo do primeiro minicomputador brasileiro, ora em desenvolvimento, será produzido até junho de 1975, de acordo com projeto

⁴⁰⁰ BERNARDES, 2000, p. 172.

⁴⁰¹ Relatório de atividades do Ministério da Marinha, apresentado na Mensagem ao Congresso Nacional de 1975, p. 175.

iniciado há quatro anos, pelo Ministério da Marinha, contando com apoio do BNDE e da Universidade de São Paulo. O minicomputador é fruto de pesquisa e concepção inteiramente brasileira e atenderá às exigências dos mercados civil e militar.

Este é um dos exemplos de parceria entre Estado e Universidade que desaguam na possibilidade de uso dual do orçamento militar e que, via de regra, envolve em algum momento, a participação da iniciativa privada, associação bastante usual no denominado Complexo Industrial Militar norte-americano, mas pouco explorado no Brasil.

A segunda metade da década de setenta configurou o “grande salto” das indústrias bélicas brasileiras, principalmente no setor exportador; também foi o momento em que se apresentaram questões de sensível importância para a estratégia internacional brasileira. Vamos a elas.

3.9 – A contenção realizada.

Em 24 de março de 1976 um golpe de Estado depôs a Presidente da República Argentina, María Estela Martínez de Perón, implantando a última ditadura militar naquele país (ao menos do ciclo aqui estudado). O movimento golpista portenho pode ser considerado o ápice do processo de contenção implantado na América do Sul e, naturalmente, aproximaria, num primeiro momento⁴⁰², Brasília e Buenos Aires. Além da comunhão ideológica, possuíam outra afinidade, mas de natureza estratégica e que interessava, do ponto de vista geopolítico, aos dois países: o Atlântico Sul.

Já em 14 de abril a embaixada brasileira em Buenos Aires comentava os entendimentos entre o governo brasileiro e os novos mandatários argentinos⁴⁰³, repercutindo noticiário da imprensa argentina, especialmente sobre os “enfoques estratégicos” advindos da nova parceria. No mesmo dia 14 de abril, o diário “O Estado de São Paulo” reportava, em sua página 9, a visita do Ministro da Marinha Brasileira, o Almirante de Esquadra Geraldo de Azevedo Henning ao país vizinho para, segundo o noticiário, “num esforço conjunto consolidar as bases de um plano de ação defensiva para a região.”.

No caso, o referido esforço visava a organização de uma aliança de defesa do Atlântico Sul, tendo em vista o crescimento da “influência cubano-soviética” na África,

⁴⁰² “Num primeiro momento” pois, já em 1977, diferenças motivadas pela construção da Usina de Itaipu levaria ao fechamento da fronteira entre os dois países. Nesse mesmo ano Brasil, Paraguai e Argentina iniciam negociações trilaterais, que culminariam, em 1979, com a assinatura do Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-operativa para o aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus.

⁴⁰³ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, 621 (B29) E (B46).

especialmente em Angola; tal aliança seria composta por Argentina, Brasil, Estados Unidos, Uruguai e Paraguai e, ainda segundo os dados da imprensa, a África do Sul. A presença dos Almirantes James Sagerholme e George Ellis, comandantes da Frota do Atlântico Sul (alegadamente para participar da “Operação Unitas”) corroborava para alimentar as especulações sobre um esforço conjunto. A preocupação com a “presença soviética” no Atlântico Sul não estava restrita apenas aos países confrontantes com esta massa oceânica, mobilizando outros órgãos de imprensa, tão díspares como o “La Prensa Gráfica” (de El Salvador, em junho de 1976) e em mais de uma edição do “Financial Times” (de Londres) e perduraria ainda por alguns anos, como demonstram as informações enviadas pela Embaixada Brasileira em Moscou.

Gestões acerca de uma ação conjunta no referido espaço oceânico aconteceram, formalmente, desde 1969 (por iniciativa da África do Sul), mas o Brasil não firmaria uma aliança com o país sul-africano, uma vez que os interesses brasileiros na África não permitiriam tal aproximação, como perceberam os analistas norte-americanos, tanto que registraram, em outubro de 1976, que dificilmente o governo brasileiro apoiaria uma iniciativa que envolvesse a África do Sul. Como anotamos anteriormente, desde 1972 intensificavam-se as iniciativas brasileiras na África subsaariana e mesmo com a África do Norte; apenas a título de exemplo, em 1973 o Brasil saltou de pouco mais de 11 mil dólares para 52 milhões de dólares em exportações para a Argélia e 214 milhões em 1974.

Do mesmo modo, com outras nações do continente africano, as relações bilaterais ampliavam-se aceleradamente, valendo ainda destacar que 1976 é o ano em que a legação da Nigéria se eleva a condição de embaixada no Brasil; qualquer aliança envolvendo a África do Sul significaria jogar por terra anos de trabalho dedicado à aproximação com as demais nações deste espaço geográfico. O Brasil tinha uma política própria para a África e o Atlântico Sul; poderia admitir conversas e parcerias, mas não renunciaria à condução do processo. Como observou John Kubisch, secretário-assistente para negócios interamericanos na gestão de Richard Nixon: “O Brasil tem esse conceito geopolítico do mundo. Qualquer coisa ao norte das ilhas e da América Central é [responsabilidade] nossa; quanto ao sul, eles não querem nossa interferência.”⁴⁰⁴. (tradução do autor).

Mas o momento não é propício para aprofundarmos a questão do Atlântico Sul, que retornará em outros momentos do período. Voltemos ao foco específico de nosso trabalho.

⁴⁰⁴ *Minutes of a meeting of the Washington Special Actions Group, 20/11/1973, National Archives, Nixon presidential material* Tradução livre do autor. No original: “Brazil has this geopolitical concept of the world. Anything north of the islands and Central America is ours, anything south of that they don’t want us meddle in”. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21/d361> , acesso em 07/01/2017.

3.10 – O Brasil está no jogo.

A instalação dos governos militares na Argentina coincide com o momento em que o Brasil estava apto a, de fato, “entrar no jogo” do comércio mundial de material militar. Possuía uma bem instalada indústria de base, pessoal técnico qualificado (ainda que, de modo geral, nossa mão de obra especializada não fosse numerosa), iniciativas tecnológicas diversificadas, empresas já produzindo equipamentos de emprego militar e atuando no mercado externo e, acima de tudo, um governo disposto a “banciar o jogo”. Nesta seção, mostraremos iniciativas que denotam tal capacidade, bem como a aproximação de outros “jogadores” que perceberam as oportunidades abertas nestes últimos anos da década de 1970.

Já anotamos que empresas brasileiras ligadas a produção de veículos militares (ou fornecedoras de serviços para eles) estavam buscando clientes fora do mercado brasileiro e, no caso da Engesa, com contratos já firmados e em execução na Líbia, isso sem contar, evidentemente, os pedidos do governo chileno que, consideramos, não deve entrar no mesmo catálogo das operações comerciais empresariais. Mas não foram apenas as companhias ligadas às forças terrestres que aceleraram rumo ao comércio internacional.

Em outubro de 1976 a EMBRAER foi qualificada, em concorrência internacional promovida pela Civil Aviation Council of Arab States (CACAS) “para o estabelecimento de uma linha de produção de aviões agrícolas EMB-201A “Ipanema” em proveito das necessidades dos países árabes”, segundo correspondência da empresa para o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima (Secretaria de Promoção Comercial do MRE)⁴⁰⁵. O mercado árabe era um dos alvos preferenciais da indústria brasileira de material militar, mas, nesse caso, a entrada foi feita com um equipamento de uso civil comercial. Vale destacar que a primeira exportação deste avião para uso na agricultura (e uma das primeiras vendas internacionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica) foi para o Ministério da Agricultura e da Pesca do Uruguai; também merece menção a permanência do “Ipanema” no mercado de aviação agrícola (com diversas atualizações); já foram produzidas mais de 1.400 unidades do aparelho, líder de vendas da categoria no Brasil e que, em sua versão mais recente, utiliza o etanol como combustível.

Ainda em dezembro de 1976 a EMBRAER realiza a primeira venda para o Togo, fornecendo três unidades do EMB-326 Xavante. Segundo comunicação da empresa

⁴⁰⁵ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, correspondências recebidas, DGP, n/ref. 014-DSP/77.

aeronáutica para o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty⁴⁰⁶: “(...) trata-se de transação de alta importância comercial para a indústria aeronáutica brasileira, por seu valor intrínseco e também pelas perspectivas que abre para novas exportações para o Togo e o mercado africano em geral”; no memorando a EMBRAER também informa que comitiva viajando no avião presidencial tongolês chegava ao Brasil para acompanhar o embarque das aeronaves, e solicita ao Itamaraty que providenciasse autorizações para o ingresso de mais dezesseis integrantes não relacionados e sem visto; esta pesquisa não identificou outras atividades, comerciais ou técnicas, que justificassem a quantidade de pessoas adicionadas ao pessoal integrante da comitiva de Togo, mas, mesmo assim, o MRE providenciou o pedido. Também vale anotar que o valor da transação seria mesmo “intrínseco”, uma vez que o pagamento pela referida transação constituiu um dilatado atraso; por sinal, outro fornecimento para o Togo, de equipamento não produzido pela EMBRAER, ainda seria motivo de surpresa.

Sabemos que o investimento no setor aeronáutico não pode ser menosprezado; no ano em tela, pelo menos 86% das aeronaves e 90 % dos armamentos e munição da Força Aérea eram fabricados no Brasil, e a indústria aeronáutica brasileira era já reconhecida como um importante (e impressionante) *player*. Já considerada em 1976 a 6ª maior empresa do mundo no setor de aviação geral, mereceu a seguinte nota da *Jane's All the World's Aircraft*⁴⁰⁷:

Um dos mais surpreendentes fatos registrados em 1976 foi a continuidade do rápido crescimento da indústria aeronáutica brasileira. Uma década atrás, ela produzia apenas monomotores leves e de treinamento, que eram descritos e analisados em apenas poucas páginas de nossos anuários daquela época. Hoje a EMBRAER está entre as mais importantes indústrias aeronáuticas do mundo ocidental. Seus produtos incluem uma família de importantes e versáteis aviões turbo-hélices e a indústria aeronáutica brasileira ocupa um total de 7 páginas da presente edição.

Já no início de 1977 a EMBRAER movimentava-se para estabelecer negociações com diversos países, como o Paraguai, que tinha intenção na compra de seis EMB-326 GB Xavante, além de Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, Chile, Colômbia, Uruguai, Nigéria e Zaire, todos os contatos visando principalmente a negociação do Xavante, embora, àquela altura, o avião não despertasse o desejo da maior parte dos clientes, salvo do governo

⁴⁰⁶ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, memorando secreto, 14/12/1976, 665.16 (B46)(A54).

⁴⁰⁷ *Jane's All the World's Aircraft*, *Jane's Yearbooks*, janeiro de 1977. Tradução do autor. No original: One of the most surprising facts recorded in 1976 was the continued rapid growth of the Brazilian aeronautical industry. A decade ago, it produced only light and training single-engine engines, which were described and analyzed in just a few pages of our yearbooks at that time. Today, EMBRAER is among the most important aeronautical industries in the western world. Its products include a family of important and versatile turbo-prop planes and the Brazilian aeronautical industry occupies a total of 7 pages of this edition.

Paraguai e a já citada negociação com Togo. A CACEX oferecia usualmente condições de financiamento.

Não há como negar que as conquistas da EMBRAER foram surpreendentes, assim como é também inegável que as realizações da AVIBRAS, e mesmo da ENGESA, considerando principalmente o exíguo espaço de tempo entre o início de seus projetos e sua produção constituem, igualmente, fatos dignos de nota. Com tais resultados, o estímulo ao desenvolvimento de meios de defesa e segurança pareciam acertados e justificavam sua continuidade. Enquanto isso, a Marinha prosseguia perseguindo sua autonomia tecnológica, firmando contrato com a Computadores e Sistemas Brasileiros S/A (**COBRA**), compartilhando com esta empresa brasileira os avanços da parceria com a USP/BNDES, aproximando-se, portanto, do já citado modelo Estado-Universidade-Empresa (em que pese a natureza estatal da COBRA).

Em março de 1977 a ENGESA procura ampliar sua participação no mercado do Oriente Médio, contando para isso com o apoio da “Promoção Comercial” do MRE. Nesse sentido, o Itamaraty expede orientações para que o serviço diplomático local preste a necessária assistência aos executivos e representantes daquela empresa, sempre anotando o fundamental interesse econômico e comercial para o Brasil e o já conhecido bordão “relevante interesse da Segurança Nacional”⁴⁰⁸.

E, em junho de 1977, fruto desse esforço comercial conjunto, a ENGESA estabelece, por meio de sua subsidiária ENGEXCO, as primeiras negociações com o governo do Iraque, cujo objetivo era de fornecimento de blindados e outros materiais de emprego militar e, em 8 de outubro de 1977 foram realizados testes de campo com os blindados *EE-9 Cascavel*⁴⁰⁹. Iniciava-se um relacionamento que perduraria por mais de uma década, envolvendo diversas empresas brasileiras e o governo do Brasil, com as primeiras vendas desembarcando em solo iraquiano em 1978. No mesmo mês (outubro de 1977), a empresa informou ao Itamaraty⁴¹⁰ os valores em dólares dos contratos formalizados (considerando apenas os produtos fabricados no país, sem contar, portanto, os acessórios e peças importados que estivessem, eventualmente, compondo o produto final); o montante de US\$ 133.069.000,00 explicitava o fornecimento aos governos de Abu Dabhi (três EE-25), Chile (4 contratos), Bolívia (2 contratos) e Líbia (3 contratos), versando sobre o fornecimento dos veículos “Urutu”,

⁴⁰⁸ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, maço secreto, telegrama enviado, embjeda, 09/03/1977.

⁴⁰⁹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, telegramas recebidos, secreto, 665.16 (B46) (E27), outubro/77

⁴¹⁰ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, relatório DR – 045/77, de 07 de junho de 1977, não catalogado

“Cascavel” e EE-25, mais peças de reposição e serviços; como podemos ver, a clientela se ampliava.

Ainda que a pauta de exportação fosse o objetivo primário de governo e o período Geisel tivesse, em política externa, o epíteto “pragmatismo ecumênico”, o complemento “responsável” poderia obstar algumas negociações. Como exemplo de restrições ao “ecumenismo” propalado, em julho de 1977 a EMBRAER recebe sondagens da República Democrática Popular da Coréia do Norte, interessada em adquirir equipamentos da empresa, bem como outros materiais da indústria bélica brasileira, além de demonstrar interesse na importação de bens agrícolas e minerais (açúcar, soja e óleo de soja, minério de ferro, entre outros); da mesma forma, a ENGESA notifica o interesse da Coréia do Norte e de Formosa. Tal interesse suscita a interferência do MRE⁴¹¹, que usualmente negava até mesmo negociações preliminares de material bélico com países com os quais o Brasil não mantinha relações diplomáticas e o caso suscitou intensa troca de informações entre o DPG e DSI do MRE (CIEx) com o Conselho de Segurança Nacional que, em comum acordo, resolvem por negar a permissão para a negociação iniciada pelas duas empresas, notificando especialmente a ENGESA no sentido de “sustar qualquer iniciativa, por exploratória que seja, que vise ao estabelecimento de qualquer contato com ambos os governos.”. Num momento em que se inauguravam relações diplomáticas com a República Popular da China, era de todo conveniente evitar aproximações desta natureza com a área de influência imediata do gigante asiático.

Contudo, em outra área geográfica “menos oriental”, e que o regime brasileiro aceitava mais riscos, “boas notícias” chegavam. Em agosto de 1977, os veículos “Cascavel” e “Urutu” receberam seu “batismo de fogo”. Segundo informado pelo “Boletim do Exército”⁴¹² na sua primeira página, e por despacho telegráfico da Embaixada em Trípoli⁴¹³, durante ofensiva egípcia⁴¹⁴, pelotões de infantaria apoiados por helicópteros e “aviação” atacaram campo de treinamento em Jahhub (“cidade” estratégica desde o império romano tardio, localizada a aproximadamente 40 Km da fronteira e recentemente noticiada pois foi a partir da referida base que se lançou ofensiva contra Trípoli, em 2019). Ao que tudo indica, os

⁴¹¹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, avisos e comunicações, secreto, 665.16 (B46)(E36)

⁴¹² “Noticiário do Exército”, Brasília, 18 de agosto de 1977. Veículo que, por sinal, funcionava naquele momento como plataforma política do Ministro Sylvio Frota; logo abaixo da informação sobre o empenho dos “urutus” e “cascavéis”, apresentava em caixa alta, o dístico “EXÉRCITO UNIDO – EXÉRCITO FORTE”, seguida de mensagem aos “tenentes de hoje, comandantes de amanhã” sobre desvios dos ideais revolucionários e o perigo da infiltração comunista.

⁴¹³ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, telegrama 109052, 02/08/77 – não catalogado.

⁴¹⁴ Trata-se da guerra entre Líbia e Egito, de curta duração (entre 20 e 26 de julho), travada principalmente em região de fronteira.

egípcios desconheciam a existência de galpão com dez blindados brasileiros que foram improvisados em baterias antiaéreas móveis e, num movimento de contra-ataque, dirigiram-se ao acampamento egípcio, dizimando as unidades de infantaria do exército inimigo ali estacionadas. As informações sobre o sucesso dos blindados brasileiros mobilizados são provavelmente superestimadas, mas vale notar que participaram de operações que não reduziram o prestígio dos equipamentos; ao contrário, muito provavelmente sua atuação em situação real serviu de “currículo”. Curioso notar também que os carros da ENGESA combateram no exército de um governo pró soviético, contra um Estado que rompera suas relações militares com Moscou.

Enquanto a repercussão do “batismo de fogo dos urutus e cascáveis” ainda ressoava, prosseguia a “cruzada” brasileira no Oriente Médio. Em correspondência de 21 de outubro de 1977 para o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, a ENGESA informa que está em negociação, através de sua subsidiária ENGEXCO, com os Emirados Árabes Unidos, “no sentido de participar de uma concorrência internacional para fornecimento de um pacote de produtos e serviços. Na mesma comunicação informa que estão também “coordenando a construção de uma fábrica de cimento branco, bem como concessão para exploração petrolífera.”. Aliás, a disposição da ENGESA, particularmente de seu presidente-fundador, José Luiz Whitaker Ribeiro, de entabular negociações internacionais de grande porte é digno de nota. Também notável a disposição em atuar para além do fornecimento de material bélico, agindo como um negociador internacional onde quer que uma oportunidade aparecesse.

Segundo informes do Consulado Brasileiro em Genebra⁴¹⁵, reuniram-se nesta cidade suíça, sob a liderança da ENGESA (leia-se Whitaker Ribeiro), e executivos de outras empresas, inclusive árabes, no sentido de promover intercâmbio comercial e de serviços de construção civil junto a Federação Árabe. O telegrama aponta que tal “oportunidade comercial é a primeira de grande vulto, na Federação dos Emirados Árabes, que se oferece com boas perspectivas a empresas brasileiras”. E informa ainda que, como “resultado dos trabalhos de coordenação da empresa líder (ENGESA)”, o consulado já havia encaminhado a documentação básica de uma série de empresas, destacando-se a Construtora Andrade Gutierrez, Figueiredo Ferraz, Mac Laren estaleiros, entre outras.

Enquanto o cenário do Oriente Médio e África pareciam promissores para a indústria brasileira, outros pontos do globo ampliavam seu distanciamento do país. Assim, repercutindo as movimentações alhures referidas, é publicada a “*Public Law 95-148*”, de 31 de outubro de

⁴¹⁵ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, secreto, telegramas recebidos DPG/DEI, 28/10/1977.

1977, proíbe a concessão de créditos destinados à compra de equipamentos militares aos governos da Argentina, Brasil, El Salvador e Guatemala; também devemos recordar que neste ano ocorre a denúncia do Acordo Militar EUA-Brasil (março de 1977), movimento que renunciava para o Brasil mais uma mudança sensível na arena externa.

Mas esses primeiros sinais de restrição não afetavam, ainda, os planos do governo brasileiro e, em abril de 1978 foi autorizada a comercialização para o Iraque dos blindados produzidos pela ENGESA, fruto das negociações iniciadas em junho de 1977 (ver que o Conselho de Segurança Nacional queria os planos de nacionalização de componentes importados). Segundo informe da Embaixada brasileira em Bagdá, estas operações constituíram “os maiores contratos firmados entre o Ministério da Defesa do Iraque e um fornecedor estrangeiro, havendo os totais atingido a cifra de 108 milhões de dólares”⁴¹⁶. Era, sem dúvida, um grande negócio para uma empresa que adentrara ao ramo de armamentos há pouco mais de dez anos, através da fabricação de um mecanismo de suspensão.

Os contratos formalizavam a venda de cento e trinta blindados EE-9 Cascavel e trinta e sete EE-11 Urutu, no valor de 52 milhões de dólares, acompanhados de munição fornecida pela IMBEL, num total de 91.000 unidades de projéteis 90mm, com valor superior a 23 milhões de dólares (US\$ 23.113.365,00). Mas estes negócios não se referiam apenas aos veículos produzidos pela ENGESA e a munição utilizada por seus veículos. Através de sua *trader* ENGEXCO, como já dissemos, a ENGESA procurou ampliar sua gama de produtos e atividades. Assim, a empresa de Barueri forneceu também, nessa rodada inicial, cento e setenta e sete rádios de comunicação Marconi – VHF-353 mais peças de reposição, cinquenta e dois rádios Mel HF-321, trezentos e trinta e quatro periscópios de visão noturna, cento e trinta periscópios de visão noturna e diurna com telêmetro laser (todos os equipamentos de fabricação inglesa), em um negócio que totalizou mais de 28 milhões de dólares (US\$ 28.384.465,00), aditado com outras compras do gênero para mais de 30 milhões de dólares⁴¹⁷ (US\$ 30.865.329,00). Mas compras de tal monta não passariam despercebidas em um terreno geopoliticamente tão instável, como veremos adiante.

Na esteira da movimentação – e do sucesso – promovidos pela ENGESA, outras companhias iriam buscar penetração no mercado internacional. Assim, em dezembro de 1978 a AVIBRAS pede autorização para iniciar contatos preliminares com diversos países: Venezuela, Equador, México, Nigéria, Gabão, Camarões, Gana, Togo, Argélia, Costa do

⁴¹⁶ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, BRASEMB BAGDÁ, telegramas recebidos, secreto, 665.16 (B46) (E27)

⁴¹⁷ Os detalhes e dados aqui citados foram obtidos da respectiva autorização de exportação, conforme exigência do PNEMEM, estão no Arquivo Central do Itamaraty, em Brasília.

Marfim, Senegal, Mauritânia, Tunísia, Marrocos, Líbia, Arábia Saudita, Iraque, Kweit, Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia. Tudo indicava que o Brasil realmente entrara no clube exclusivo de exportação militar e, como anotamos páginas atrás, outros jogadores se interessavam por uma parceria no país. Na próxima seção, vamos explorar um episódio que poderia mudar, ao menos parcialmente, os rumos da indústria de material bélico.

Um Leopardo no Brasil.

A parceria entre Brasil e Alemanha para a produção de Tanques Principais de Batalha é um evento pouco explorado na história da indústria bélica brasileira, sendo o artigo de Expedito Bastos⁴¹⁸ (pesquisador com um alentado trabalho sobre a indústria de defesa brasileira, por longo tempo vinculado ao Centro de Pesquisas Estratégicas da Universidade Federal de Juiz de Fora), que aborda projetos Teuto-Brasileiros para a produção de blindados sobre lagartas, uma das raras exceções de trabalho sobre este tema específico.

No artigo citado no parágrafo precedente somos informados que o Exército Brasileiro estava desenvolvendo, na década de 1970 e em parceria com empresas privadas, uma família de blindados leves sobre lagartas, bem como estudos sobre repotenciamento de outros veículos (tratamos destes projetos no capítulo 2) e, segundo Expedito Bastos:

estes estudos chamaram a atenção de empresas alemãs que apresentaram uma proposta para coprodução de blindados sobre lagartas e até mesmo a fabricação de carros de combate na classe de 3 a 35 toneladas, interessando-se ainda na participação do repotenciamento dos blindados (...).

Prosseguindo no artigo de Bastos, sabemos que tal iniciativa foi encaminhada por uma parceria entre empresas sediadas no Brasil e na Alemanha e que, de tal sociedade surgiram algumas propostas de produção de blindados leves, que seriam os substitutos dos já ultrapassados M-41 (ainda em utilização no Exército Brasileiro), com a previsão de criar, a partir destes blindados leves, uma família que incluía um caça tanque, um porta-morteiro e um tanque de observação. Também foi apresentada uma proposta para produção de um Tanque Principal de Batalha (MBT, na sigla em inglês), utilizando um chassi MARDER e com canhão de 105 mm, com “custo estimado em cem milhões de marcos (DM) e tempo estimado (desenvolvimento e produção) entre quatro a cinco anos.”. O autor nos informa que

⁴¹⁸ Expedito Carlos Stephani Bastos. Projetos Alemanha-Brasil: Blindados sobre lagartas (propostas apresentadas - 1976 a 1978. Artigo apresentado em 16/06/2012, Portal ESCBDefesa, Disponível em: ecsbdefesa.com.br/?s=alemanha, acesso em 28/09/2018.

este projeto foi “logo em seguida apresentado ao país vizinho (Argentina) e desta forma nasceu o **TAM (Tanque Médio Argentino)**.” (destaque no original), sendo, finalmente, apresentadas configurações de carros de combate leves e o interesse no repotenciamento de veículos.

Segundo o autor, foram diversos os motivos pelos quais tais projetos não foram efetivados, “e o principal deles seria o que estava sendo desenvolvido entre o exército e empresas privadas nacionais”, bem como “a falta de financiamento através de órgãos oficiais brasileiros” e, adicionalmente:

a inviabilidade do mercado para veículos especiais de combate, visto não haver até aquele momento uma decisão por parte das forças armadas que garantissem qualquer encomenda e o mercado internacional estaria obviamente sempre sob o controle das Associadas Alemãs.

Expedito Bastos observa com precisão que os projetos envolvendo empresas nacionais produtoras de veículos militares poderiam configurar o principal obstáculo para o sucesso da proposta alemã, como veremos mais adiante; quanto aos outros motivos, talvez estejam mais coerentes com uma boa justificativa para a saída de cena.

O episódio que iremos apresentar a partir de agora trata exatamente da parceria anotada por Expedito Bastos, oferecendo algumas informações que escaparam aos que lidaram com ela, observações que, sem invalidar o excelente trabalho daquele autor, demonstram a importância de recorrer aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores quando pretendemos compreender a trajetória da produção de material bélico no período proposto em nosso trabalho.

Pela documentação disponível no Arquivo Histórico do MRE em Brasília⁴¹⁹ tivemos contato com a possibilidade de produção, no Brasil, de uma versão do MBT *Leopard*. Tal iniciativa foi proposta por uma empresa, a *Krauss-Maffei do Brasil – Veículos Especiais LTDA*, que surgiu da associação entre a empresa alemã *Krauss-Maffei AG*, a *Gesellschaft Fur Logistischen Service MBH (GLS)*, e a *Prensas Schuler do Brasil S/A*, também de capital alemão, que tinha como sócia local a *Bardella S/A Indústrias Mecânicas*, tradicional grupo empresarial brasileiro atuando no setor de bens de capital, com forte presença na produção de equipamentos para o setor petrolífero (e, através da *Bardella Borrielo*, no fornecimento de

⁴¹⁹ Como faremos uma síntese sobre todo o processo objeto desta subseção, informamos a localização do conjunto de documentos pesquisados. A documentação encontra-se arquivada no Arquivo Central do Itamaraty-BSB: CDO (Coordenação de Documentação Diplomática – Seção de Correspondência Oficial, caixa Nº 300 – pasta -Krauss-Maffei (665.16).

ônibus elétricos para o transporte público municipal), que detinha 50% do capital votante da *Schuler*, o que nos permite concluir que o projeto contava com o conhecimento da *Bardella*.

Registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) no dia 07 de outubro de 1976, com sede em São Paulo (e unidade fabril em Diadema), a *Krauss-Maffei do Brasil – Veículos Especiais LTDA*, tinha como objeto ⁴²⁰:

- a) O comércio, exportação e importação de material bélico, principalmente veículos especiais e correspondentes componentes necessários à consecução do objetivo social;
- b) Efetuar transferência de tecnologia necessárias às condições brasileiras no campo acima;
- c) Assistência a empresas que se dediquem à indústria e ao comércio de material bélico, principalmente veículos especiais para as necessidades brasileiras;
- d) Assistência à novas firmas nacionais interessadas no desenvolvimento da produção de material bélico.

Pelos objetivos apresentados acima, percebe-se que a principal intenção dos alemães era a produção de veículos militares, já antecipando que a transferência de tecnologia - uma das metas perseguidas pelos estrategistas do regime militar para acelerar (e queimar etapas) no desenvolvimento nacional – estava formalmente prevista em suas atividades; da mesma forma, o Contrato Social destacava a disposição em prestar assistência – e, depreende-se, estabelecer parcerias – com outras companhias do setor instaladas no Brasil. Em tese, a nova empresa apresentava todas as características necessárias para ser bem recebida no país; além disso, as informações que traremos a seguir sugerem que a proposta poderia ser quase irrecusável.

Como já dissemos, o objetivo da *Krauss-Maffei Veículos*, apresentado para o Itamaraty, era produzir um tanque principal de batalha, batizado como **B.B.T. (Brazilian Battle Tank)**, uma derivação do MBT *Leopard* com dimensões ligeiramente reduzidas, com objetivo explícito de atender determinadas condições exigidas por clientes estrangeiros.

Na exposição de motivos disponibilizada, os representantes da empresa afirmavam que a Arábia Saudita estava disposta a arcar com o desenvolvimento do protótipo (estimado em US\$ 20 milhões) e, quando o equipamento estivesse pronto para a produção, financiaria a compra de 200 unidades do **BBT** para o Paquistão, por um preço unitário previsto de 1 milhão de dólares. A oferta provocou entusiasmo e o MRE imediatamente disparou medidas no

⁴²⁰ Dados sobre objeto da empresa disponíveis no Contrato Social da empresa, registrado na JUCESP sob nº 8802, de 11/10/76, disponível em meio eletrônico no portal do órgão paulista de registro comercial.

sentido de facilitar a operação da empresa. Nesse sentido, despacha orientações para o Departamento de Polícia Federal e para as autoridades alfandegárias para que fossem liberados técnicos, engenheiros e executivos das empresas e que, especialmente, não houvesse questionamentos sobre projetos, maquetes, plano técnicos e outros materiais que ingressassem no país através dos referidos profissionais.

A pronta atuação descrita acima não é corriqueira no Itamaraty, o que nos permite afirmar que a proposta oferecida era realmente muito interessante e viável. De fato, ela parecia atender a todos os itens importantes para aquele momento: receber uma nova empresa com reconhecida *expertise* num setor de grande interesse, com transferência de tecnologia e desenvolvimento de novos produtos financiados externamente e possibilidade firme de exportação, sendo tanto o aporte de recursos quanto a provável venda externa fornecidos por um país alvo da estratégia de inserção internacional brasileira que, além de tudo possuía reconhecida capacidade de pagamento e era importante exportador de petróleo. Era uma oportunidade nada desprezível.

Estas movimentações, iniciadas em 1976, estenderam-se por boa parte do ano de 1977. Contudo, tal iniciativa não conseguiu prosperar, com os sócios brasileiros retirando-se da empresa em setembro de 1978 (conforme anota registro de alteração de Contrato Social arquivado na JUCESP); a *Krauss-Maffei* ainda tentaria viabilizar seu projeto, oferecendo uma parceria nos mesmos moldes com a IMBEL, entre os anos de 1978 e 1979, empreendimento que também não obteve êxito. A empresa alemã só viria a se instalar no Brasil em 2013, organizando uma unidade em Santa Maria - RS, para prestar assistência técnica aos blindados *Leopard* (versão 1A5), comprados de segunda mão, quando descomissionados de suas divisões blindadas originais, provenientes de acordo entre os governos brasileiro e alemão. Foram compradas 220 viaturas blindadas de combate, 7 viaturas blindadas especializadas de socorro, 4 lança-pontes, 4 de engenharia e 4 viaturas escola de motorista⁴²¹.

Sem entrar no mérito da discussão sobre doutrina do EB e outras observações atinentes ao aspecto propriamente militar do tema, não deixa de ser curioso observar a diferença de dimensão entre as possibilidades existentes quando aconteceu a primeira investida da *Krauss-Maffei* e a efetivada após pouco mais de 30 anos. Deixemos de lado, ao menos por enquanto, a reflexão sobre esta curiosidade pessoal, pois ainda temos duas indagações sobre este capítulo pouco notado da indústria brasileira de armas; vamos a elas.

⁴²¹ Informações disponíveis no Portal do Exército Brasileiro, disponível em: www.eb.mil.br/, acesso em 8 de dezembro de 2020.

Em primeiro lugar, considerando as facilidades financeiras e comerciais existentes, bem como a potencialidade inerente de atingir outros mercados, poderíamos questionar o porquê da intenção de estabelecer tal empresa no Brasil? A resposta emerge da própria documentação: o governo alemão impunha rigorosas restrições para a venda de armamentos para países em conflito (e mesmo para regiões conflagradas) ou que apresentassem elevado grau de instabilidade política. Podemos também observar o significado desta questão avaliando as notícias veiculadas na imprensa brasileira, repercutindo a intenção de venda dos blindados alemães, pouco mais de quatro anos após os eventos aqui descritos (lembramos que este era o prazo estimado para operacionalizar o equipamento que seria produzido no Brasil). Acompanhemos o que dizem as matérias sobre o tema.

Notícia publicada no Jornal do Brasil de 4 de janeiro de 1981, sob o título “Alemanha Ocidental vai vender armas à Arábia Saudita”⁴²², somos informados que:

A Arábia Saudita está interessada na compra de tanques Leopard-2 e outras armas de fabricação alemã, segundo afirmou ontem o semanário Der Spiegel.

Acrescenta que o Chefe de Governo de Bonn, Helmut Schmidt, está disposto a autorizar o negócio e, no caso de que seja efetivado, a Arábia Saudita participaria de “ampla cooperação econômica e financeira”.

O chanceler Helmut Schmidt corre o risco, desse modo, assinala o semanário, de provocar um “escândalo” em política externa, criando novos problemas no seio de seu próprio partido, o Social Democrata (SPD), pois a exportação de armas viola princípios adotados por Bonn de não fornecer armas a zonas de conflito.

A matéria ainda informava que o governo da RFA não havia fornecido armas a “nenhum país árabe em latente estado de guerra com Israel”, mas que a Arábia Saudita oferecera, “no caso da compra de armas alemãs (...), créditos a longo prazo, com juros baixos e participação financeira direta em empresas da Alemanha Ocidental.”.

Poucos dias depois, em 15 de janeiro de 1981, o mesmo Jornal do Brasil publicava longa coluna de seu correspondente em Bonn, agora intitulado “RFA pode vender tanques aos Árabes”⁴²³, relatando que:

Há quarenta anos, tanques alemães fizeram muito sucesso no deserto. Se depender da Arábia Saudita, os blindados made in Germany voltarão a rolar nas areias do deserto, para desgosto de israelenses e muitos influentes sociais-democratas alemães.

⁴²² Jornal do Brasil, domingo, 4/1/81, 1º Caderno – Internacional, p. 12.

⁴²³ Jornal do Brasil, quinta-feira, 15/1/81, 1º Caderno – Internacional, p. 12.

Embora até agora o governo de Ryad não tenha formalizado seu pedido de 300 supermodernos tanques Leopard 2 – considerados superiores a tudo que se oferece atualmente no setor – os alemães já estão travando uma amarga discussão sobre a venda de armas aos árabes. (grifo nosso).

Destacamos o volume do pedido que, considerada fidedigna a fonte da matéria, representa 100 unidades a mais do que a informada como pedido inicial na frustrada operação brasileira; embora seja uma diferença significativa para o caso, parece confirmar a dotação aventada. Mas prossegue o correspondente do JB:

As ações da firma Krauss-Maffei, que produz o **Leo 2**, voltaram a subir fortemente ontem com o anúncio de que a Alemanha iria emprestar mais de 2 bilhões e 500 milhões de dólares da Arábia Saudita para financiar parte do próprio déficit na balança de pagamentos. Essa quantia equivale ao valor de 3.200 tanques, e as fontes oficiais de Bonn não especificaram com que objetivos o Governo Saudita iria “aplicar capitais” na Alemanha. (destaque no original).

A matéria prossegue relatando a forte oposição de muitos setores políticos – e do próprio correspondente – ao anunciado acordo entre os países, principalmente pelo risco que o fornecimento dos *Leopard* representava para o Estado de Israel. Por outro lado, não podemos deixar de cogitar que, frente ao “pacote árabe” oferecido para a Alemanha, parece-nos bastante razoável o entusiasmo demonstrado pelo Itamaraty alguns anos antes.

Continuando em nosso breve passeio jornalístico, ainda nas páginas do Jornal do Brasil, em sua edição de 13 de fevereiro de 1981, consta que “SPD apoia política de Schmidt”⁴²⁴, informando que, “após sete horas de debates noturnos”, a direção do Partido Social-Democrata confirmava a “política do Chanceler Helmut Schimdt nas questões mais controvertidas”, mas que “com relação à exportação de armas, a direção do SPD declarou que se manterão as restrições, a serem também observadas nas negociações atuais de vendas, sobretudo com respeito ao fornecimento de submarinos ao Chile.”. Embora o SPD tenha, aparentemente, resolvido a questão do apoio ao Chanceler, vemos que no tocante ao problema da exportação de material bélico ainda permaneciam as restrições, que “deveriam ser observadas nas negociações atuais”; ainda que não mencionado o fornecimento de blindados, a menção ao Chile, que sofria restrições em virtude das violações aos Direitos Humanos, poderia ser estendida ao país árabe, por motivos semelhantes.

⁴²⁴ Jornal do Brasil, sexta-feira, 13/2/81, 1º Caderno – Internacional, p. 13.

Encerrando o recurso ao material de imprensa, mobilizado para iluminar a questão das dificuldades enfrentadas pela *Krauss-Maffei* para exportação de blindados a partir de sua sede na RFA, temos mais um artigo do Jornal do Brasil, que em sua edição de 23 de abril anunciava: “RFA não promete arma a Riyad”⁴²⁵, esclarecendo, no corpo do texto que:

O Chanceler Helmut Schmidt não poderá garantir, durante sua visita à Arábia Saudita na próxima semana, que a Alemanha Ocidental lhe venderá as armas que deseja, disse um porta-voz do governo. Ainda não foi completado o exame de uma proibição, que já dura dez anos, de exportação de armas para áreas de tensão internacional e, “enquanto não se chegar a uma conclusão, não se poderá dar uma resposta específica aos sauditas”, disse o porta-voz após uma reunião do Gabinete alemão.

A coluna informava ainda que a imprensa alemã divulgava “com destaque que a Arábia Saudita está interessada em adquirir 300 tanques Leopard II, que custam 2 milhões de dólares cada um”, acrescentava que “essa notícia não foi desmentida”.

O “giro de notícias” que executamos neste espaço nos mostra que as condições para a exportação de equipamentos bélicos na RFA era assunto demasiado complexo e, ainda mais importante, que o MBT *Leopard II*⁴²⁶ era um equipamento de elevado valor militar, desejado por diversas forças armadas, com grande capacidade de penetração no mercado internacional e, considerando o que foi exposto, explica-se a tentativa de estabelecer uma linha de produção de um produto similar no Brasil.

É bem verdade que as restrições do governo da então Alemanha Ocidental eram rigorosas e, em 1978 - data um tanto emblemática - foi aprovada emenda que restringia inclusive empresas alemãs com instalações industriais para produção de armamentos em outros países⁴²⁷. Tal restrição pode ter contribuído para reduzir o ímpeto da *Krauss-Maffei*, embora a companhia só tenha encerrado formalmente suas atividades no Brasil alguns anos depois de tal emenda legislativa; por outro lado, uma vez iniciado o processo, seria possível encontrar alternativas que minimizassem o impacto da lei, inclusive com o estabelecimento de participações cruzadas ou do mecanismo de “triangulação”. Mas, sobre tais assuntos, só

⁴²⁵ Jornal do Brasil, quinta-feira, 23/4/81, 1º Caderno – Internacional, p. 12.

⁴²⁶ Apesar das restrições impostas pelo governo da Alemanha, esta versão do *Leopard* foi exportada para diversos países, como Espanha, Grécia, Portugal, Países Baixos, Canadá, Finlândia, Polónia e Singapura, entre outros. Foi ainda fornecido para a Turquia mas, neste caso, cláusula contratual determina que os carros de combate não poderiam ser utilizados no Chipre.

⁴²⁷ A questão foi definida, originalmente, nos “Princípios Políticos do governo federal para a exportação de armas de guerra e outros armamentos”, de 1971. Para o mesmo, ver: ruestungsexport-info.de/fileadmin/media/Dokumente/R%C3%BCstungsexporte___Recht/Politische_Grunds%C3%A4tze/Politische-Grundsatz-1971.pdf.

podemos especular. Para encerrar o episódio entre *Krauss-Maffei* e a Arábia Saudita, vale ressaltar que este país, ainda que muito desejasse possuir o MBT alemão, jamais chegou a operá-lo em suas divisões blindadas.

Dissemos, parágrafos acima, que tínhamos duas indagações a mais sobre o episódio, e a primeira vimos de explorar. Falta-nos elucidar a segunda questão, que ora apresentamos: o que motivou a não continuidade do projeto apresentado pela empresa alemã? Quais as justificativas para não aceitarmos uma proposta que, segundo todas as evidências, era extremamente vantajosa para o governo brasileiro? Para responder a estas questões vamos estabelecer um ligeiro salto temporal, recorrendo a “Mensagem ao Congresso Nacional” enviada em 1980, pelo Presidente Figueiredo.

Na seção destinada aos relatos do Exército temos, no tópico destinado a “Organização e Aparelhamento” (p.158), o destaque a três “providencias adotadas”, sendo, para nosso interesse, importante destacar a terceira delas, que apresentamos agora: “(c): **diretriz ministerial à Indústria de Material Bélico (IMBEL), relativa à fabricação de viaturas blindadas e carros de combate.**” (destaque nosso). Adentrando ao conteúdo de tal diretriz, temos (pp. 158-159):

A diretriz à IMBEL, definiu o pensamento do Ministério do Exército relativo à política de fabricação de blindados e viaturas militares, podendo ser sintetizado em:

- a) **Montagem final** do produto a cargo de **empresas genuinamente brasileiras;**
- b) **Participação da IMBEL em empresas nacionais**, através de composição ou estímulo às mesmas; e
- c) **Associação com empresas de capital estrangeiro, tão somente visando a produção, no País, de conjuntos e componentes de tecnologia complexa, desde que não se faça concorrência predatória a empresas nacionais existentes** e se estabeleçam plano de nacionalização progressiva dos produtos, realizáveis a curto prazo e com o máximo possível de aproveitamento de componentes fabricados no país. (grifos e destaques nossos).

A leitura do trecho apresentado acima, que define “o pensamento do Ministério do Exército” praticamente dispensa comentários sobre sua relação com o assunto explorado nesta seção. Contudo, ressaltamos que a mensagem estabelece uma clara indicação da proteção ao empresariado nacional do setor específico de carros de combate e, igualmente transparente recado para a IMBEL: a participação desta autarquia só seria permitida em “empresas nacionais”.

Não podemos garantir qual era o “pensamento do Ministério do Exército”, como ademais não o podemos fazer em relação a qualquer agente histórico (a rigor, por sinal, um Ministério não pensa, mas sim os seus ocupantes), embora possamos conjecturar que a ideia de autonomia nacional estivesse realmente vinculada, na ótica dos estrategistas da Força Terrestre, a origem do capital das empresas produtoras de equipamentos militares; por outro lado, é igualmente lícito supor que as negociações envolvendo a *Krauss-Maffei* (e a *Prensas Schuler/Bardella*) não prosperaram por pressão (e interesse) das “**empresas genuinamente brasileiras**”.

Tais impressões vão, em certa medida, ao encontro da razão principal expressa por Expedito Bastos (em seu artigo citado no começo desta subseção) para o não prosseguimento das iniciativas alemãs. Discordo apenas quanto ao aparente aspecto de motivação apenas estratégica, existente, sem dúvida, porém desconsidera a significativa influência que as empresas produtoras de carro de combate exerciam sobre o comando da corporação militar, especialmente a ENGESA. Também é verdade que estivemos muito próximos de conseguir viabilizar um MBT com grande capacidade de penetração em mercados estrangeiros, inclusive potencialmente superior ao *Leopard*, mas tal possibilidade ainda estava longe de configurar uma certeza.

Consideramos importante destacar mais alguns trechos da referida mensagem, por sua proximidade ao ponto aqui discutido. Prossegue o texto do Ministério do Exército afirmando permanecer “com a preocupação voltada para o reaparelhamento da Força Terrestre” e que, nesse sentido “o Exército adquiriu na indústria nacional aproximadamente 230 viaturas sobre rodas, 10 carros de combate X1A2, equipamentos diversos e armamento leve de dotação das unidades” (p. 159, grifos nossos). Mais adiante, no espaço dedicado ao “Desenvolvimento Científico e Tecnológico” (p. 160), o comunicado do Ministério do Exército anota que:

Alguns projetos de pesquisa, na área de blindados e armamentos mereceram especial atenção (...). Entre esses podem ser destacados o da metralhadora 7.62 mm, o de tubos redutores para armas coletivas e o da repotencialização dos carros de combate M-41. (grifos nossos).

E, mais adiante na mesma página 160, afirma o relatório que:

A significação do sucesso obtido em tais projetos, todos ligados ao carro de combate M-41, poderá ser avaliada não só do ponto de vista interno como também externo, pois há exércitos de vários outros países equipados com esse tipo de carro de combate. A posse dessa tecnologia permitirá que as indústrias nacionais realizadoras dos projetos possam executar as

modificações e adaptações nos carros de combate daqueles países. (grifo e destaque nossos).

Caminhando para o encerramento desta seção, teceremos algumas últimas observações. Destacamos a aquisição dos carros de combate XIA2 (*Carcará*), considerado o primeiro blindado sobre esteiras fabricado no Brasil, produzido pela Bernardini e derivado diretamente da modernização dos tanques M3-A1 Stuart (que receberam a denominação X1A1); já o citado carro de combate M-41 (recebidos pelo Programa de Ajuda Militar dos EUA, a partir de 1960), foram também modernizados pela Bernardini, recebendo posteriormente a denominação M41-C Caxias, com a produção de 150 unidades para o Exército Brasileiro; segundo consta (não pudemos verificar a exatidão dos números), foram exportados kits de transformação destes veículos para alguns países.

As linhas apresentadas na mensagem sob responsabilidade do Exército parecem apontar uma justificativa para as opções escolhidas, anotando as vantagens diretas para emprego na força, como as indiretas, possibilidade de exportação, por exemplo. Como já dissemos, não podemos afirmar categoricamente o que se passava “na mente” do Alto Comando, mas é bastante razoável admitir que tais considerações dialogavam diretamente com o caso aqui exposto.

Também é importante observar que o MRE caminhava em sentido oposto, provavelmente por uma diretriz pragmática e de resultado a curto prazo; talvez por perceber que aquela era uma oportunidade que “não se podia deixar passar”, não só pelo interesse econômico, mas pelo potencial de aprofundar o relacionamento com o importante país do Oriente Médio. Mas, ainda que o Itamaraty fosse instância relevante, e mesmo decisória no tema aqui debatido, estava subordinado aos desígnios da esfera militar.

De qualquer forma, este era um fato já consumado. E, aproveitando a menção a Mensagem Presidencial de João Figueiredo, passemos ao desenrolar deste último presidente do ciclo militar brasileiro.

3.11 – Adeus às Fardas: Figueiredo e o melancólico fim.

De fato, o General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo assume num momento extremamente delicado em qualquer direção que se pretenda olhar: cenário político e econômico internacional desfavorável, política interna solapando qualquer possibilidade de continuísmo e conjuntura econômica prenunciando o Armagedon. Nem mesmo a visita do

Papa João Paulo II, a primeira de um sumo pontífice ao Brasil, seria capaz de exorcizar o inferno que se avizinhava. O fato do período de seu governo ter produzido as mais ácidas e saborosas construções humorísticas diz muito sobre isso. Realmente, só um experiente oficial da arma de cavalaria poderia conduzir o “cavalo paraguaio” que um dia fora vendido como um “puro sangue” ...

Ao contrário do período presidencial de Figueiredo, que parecia interminável, serei breve na descrição de seu governo. A nomeação de Mário Henrique Simonsen para o Planejamento prenunciava a adoção de medidas restritivas/recessivas que, obviamente, desagradou diversos setores da iniciativa privada; com poucos meses no governo, Simonsen cedeu seu lugar a Delfim Netto, que deixou a pasta da Agricultura para tentar descascar o abacaxi econômico. O “Czar da economia” não logrou êxito em estabelecer uma estratégia que promovesse ajuste com desenvolvimento nos moldes esperados e, a partir de 1981, teve de encaminhar um modelo de ajuste de corte nitidamente recessivo, que seria aplicado até o final da gestão do último general-presidente do ciclo de 1964. Porém, a Indústria Bélica viveu, nesse período, o auge de seu processo de internacionalização, epílogo de uma derrocada prestes a acontecer.

Ao “cair o pano” sobre o regime militar brasileiro, um novo momento parecia alvorecer, com o advento da chamada “Nova República”, encarnada pelo mineiro Tancredo Neves e inaugurada por um antigo potentado da extinta ARENA, José Sarney.

3.12 – Os círculos se fecham.

João Batista Figueiredo encerra o ciclo dos militares, como sabemos, sintetizando a agonia de um regime que, ao menos supomos, não tinha mais lugar no mundo. No campo diplomático e das relações internacionais, não existiam mais as aparências e muito menos as condições objetivas para sustentar uma Política Externa de grande alcance, nem mesmo uma retórica triunfalista.

Além dos fatores internos, o cenário internacional atinge em cheio a gestão de Figueiredo desde seu início. Não custa recordar que o denominado segundo choque do petróleo ocorre nesse ano e, ainda em 1979, o Banco Central americano empreende súbito aumento nas taxas de juros. A eleição de Ronald Reagan, de modo contra-intuitivo, não ajudou a melhorar a situação brasileira.

Conhecida como “Diplomacia do Universalismo”, foi certamente a menos impressionante entre as praticadas pelos cinco gerais-presidentes, centrando esforços nas relações com a Argentina e América Latina. Embora pareça contraditório o título com a redução no escopo de atuação, o nome de batismo da PEB no período é bastante sugestivo, pois não aponta em nenhum direcionamento expressivo.

Contudo, trata-se do período em que a escala de exportação da Indústria Bélica Brasileira conhecerá sua maior expansão. E conhece uma conquista considerável, o encaminhamento para a superação de longínquos problemas e rivalidades com a região platina – mais apropriadamente, as querelas com a Argentina –, algo favorecido também pela mesma situação internacional que afligia o Brasil e que os resultados da gestão econômica catastrófica de Buenos Aires e a Guerra das Malvinas reforçariam⁴²⁸. Também digna de nota foi a condução da crise com o Suriname, solucionada através de gestões diplomáticas bastante favoráveis ao Brasil; cito particularmente este evento pois, conforme os arquivos disponíveis, a linha da atuação norte-americana – sob os auspícios da era Reagan – era de intervenção militar conjunta. O interessante é que a missão dos EUA que concebeu tal ação não foi proposta pelos canais diplomáticos, mas em contato direto com setores militares e da Presidência da República. Por uma incomum lucidez, o MRE foi chamado a opinar e, habilmente, demonstrou que tal ação deveria ser conduzida por outros meios, mais favoráveis ao Brasil.

Não devemos estranhar que a seção dedicada ao Presidente João Figueiredo possua o espaço mais reduzido neste capítulo sobre nossa Política Externa, pois, como dissemos, sintetiza a agonia de um regime. Cabe, contudo, esclarecer que, por questões que bem mereceriam um estudo, nossa diplomacia passa relativamente incólume pelo período dos militares, uma sensação captada por Tancredo Neves que assim a expressa: “se há um ponto na política brasileira que encontrou consenso em todas as correntes de pensamento, esse ponto é a política externa levada a efeito pelo Itamaraty”⁴²⁹. Mas ainda é cedo para falarmos sobre este político mineiro; prossigamos com o governo Figueiredo.

É perceptível, a esta altura, que os postos diplomáticos ampliam seu envolvimento nas operações relativas ao PNEMEM; a Embaixada Brasileira na Nigéria, por exemplo, atua enfaticamente para os entendimentos entre as forças armadas deste país e a ENGESA, bem

⁴²⁸ Optamos por não oferecer uma abordagem mais alentada sobre este conflito anglo-argentino que, não obstante sua importância no cenário maior de nossa história regional, e mesmo nas relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, não acrescentaria dados significativos para o objetivo aqui perseguido. Para mais sobre o tema, ver: Martins Filho (2022), Espósito Neto (2006) e Walsh (1997).

⁴²⁹ RICUPERO, 2010.

como outros fabricantes de armamento leve, como podemos verificar nas comunicações enviadas por aquela legação⁴³⁰ e, tal movimentação diplomática surte efeito. Já em janeiro de 1979 a ENGESA (através da ENGEXCO) inicia os preparativos para demonstração de seus produtos e de terceiros ao governo da Nigéria. Além das viaturas produzidas pela empresa, também comporiam a apresentação os equipamentos produzidos pela IMBEL (armamento leve, rodadas de tiro, fogo de apoio – granadas de bocal e morteiros – entre outros materiais), produtos da A. Moreno & Cia Ltda (material de intendência, uso pessoal), Indústria e Comércio Beretta S/A (armas leves, pessoal), Química Tupan (granadas e minas “anti-pessoal” e “anti-carro”), Forjas Taurus (arma leve, pessoal), INPEL (paraquedas), Diana Paolucci S/A (intendência, mochilas, barracas), DAM Ind. Com. Ltda (capacetes de comunicação), Confecções Magister Ltda (intendência, fardas), entre outras empresas.

Enquanto a ENGEXCO atuava como *trader* na África, aprofundavam-se as relações no Oriente Médio. Em telegrama enviado pela Embaixada em Bagdá, é informada a “participação da Construtora Norberto Odebrecht em projetos de construção de armazéns de munição para o Ministério da Defesa do Iraque”. Segundo o diplomata encarregado da promoção comercial no referido posto⁴³¹:

Em companhia do Dr. José Luiz Whitaker Ribeiro, presidente da Engesa, visitou-me hoje o Dr. Norberto Odebrecht, presidente da Construtora Norberto Odebrecht, havendo-me informado de que, na semana que permaneceu no Iraque, visitou bases aéreas militares em território iraquiano com objetivo de examinar projetos do Ministério da Defesa relativos à construção de armazéns de munições para a Força Aérea deste país. Neste sentido, a Engesa, que mantém relacionamento em alto nível com autoridades do ministério da defesa, está realizando gestões para que a Norberto Odebrecht seja convidada a participar dos projetos, independente de concorrências públicas. (Grifo nosso).

De fato, a internacionalização da construtora brasileira tem início em 1979 e, de acordo com dados fornecidos pela empresa, as obras da companhia no exterior representavam, em 1985, 30% dos contratos em carteira e somaram, desde então, mais de US\$ 16 bilhões em faturamento. Considerando a forte presença da N.O. no Oriente Médio, a partir da visita citada, podemos considerar que a influência da ENGESA foi de fato significativa no andamento das negociações.

Pouco mais de um ano após as primeiras entregas da ENGESA, a revista Newsweek de junho de 1979 divulga que o governo iraquiano havia adquirido, no Brasil, 500 carros de

⁴³⁰ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, depstel brasemb lagos, secreto, 18/10/78.

⁴³¹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, 26/05/79, maço secreto, não catalogado.

combate, informação que foi repercutida com destaque pelos meios de comunicação israelenses.

Enquanto isso, em dezembro de 1979 a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) faz seu primeiro fornecimento a Coreia do Sul (rodadas de calibre .45) no valor de 550.000 dólares. Novos fornecimentos acontecerão em 1980, com valor aproximado de 791.000 dólares. (conforme NF arquivada em AHMRE-BSB- pasta especial PNEMEM), intermediada pela “Korea Continental Corporation”).

Mas é importante reafirmar que os fornecimentos não eram autorizados indiscriminadamente. Um exemplo é a iniciativa de venda de blindados para o Chade, negados pelo Itamaraty (acompanhado pelo CSN). A justificativa diplomática para a rejeição era o estado de constante beligerância e intervenção envolvendo Líbia, Nigéria e Argélia, uma vez que “Não seria de descartar a hipótese de que o fornecimento de material militar ao Chade pudesse sensibilizar negativamente os três países, os quais, como sabe Vossa Excelência, são destacados parceiros comerciais do Brasil na África.”⁴³².

O período abordado neste capítulo nos mostra que as operações brasileiras no setor industrial militar avançavam, permitindo inclusive a utilização desta como alavanca de negócios em outras áreas. O próximo capítulo trará o auge de tal processo.

⁴³² Arquivo Central do Itamaraty-BSB, exposição de motivos ao Conselho de Segurança Nacional, 5 de dezembro de 1979, 665.16 (B46) (A45).

CAPÍTULO 4:

Apogeu de um projeto e declínio de um regime.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1980, com 177 páginas e enviada em 1º de março, foi elaborada em tom bem menos otimista que as demais do ciclo militar, o que nos permite depreender que o esgotamento do modelo proposto pelos generais de 64 era, muito provavelmente, irreversível. Admitindo que 1979 fora marcado por profundas modificações tanto no setor econômico quanto no político, a comunicação presidencial destacava a indiscutível preponderância desta sobre aquela, decorrente de “profundas modificações estruturais e de comportamento”, enquanto na economia nacional ajustavam-se drasticamente “parâmetros fundamentais (...)– mas sobretudo para atender sérios desequilíbrios decorrentes, em sua maior parte, de reiteradas e crescentes pressões negativas oriundas do exterior”⁴³³, informando ainda que, em relação ao cenário externo “não nos desviaremos da linha flexível do ‘pragmatismo responsável’ inaugurado pelo Presidente Ernesto Geisel⁴³⁴” mas que, não obstante tais óbices, entendia possível (ao menos no discurso apresentado), a retomada do crescimento em níveis satisfatórios.

Nesta Mensagem ao Congresso é destacado pela primeira vez, desde que o tema fora realçado ainda no início da gestão de Castelo Branco, que a principal preocupação do governo era com a inflação⁴³⁵, tema que, por sinal, seria a tônica do debate público na década de 1980. Nesta comunicação de Figueiredo ao Parlamento também seriam apontados tópicos – igualmente presentes nas análises de imprensa e acadêmicas – que procuravam dar conta dos motivos da escalada de preços, apontados na nota governamental como o sistema de subsídios ao consumo, o déficit do setor público e os desequilíbrios no planejamento das empresas estatais, via de regra financiados mediante o recurso a fontes de financiamento internacionais, bem como os efeitos da denominada “crise do petróleo [e da] inflação importada”⁴³⁶.

O cenário internacional, segundo em número de páginas na introdução da Mensagem era, de fato, elemento crítico para o período. De um lado, o aperto monetário estabelecido por

⁴³³ Mensagem ao Congresso Nacional, 1980, p. 7.

⁴³⁴ Mensagem ao Congresso Nacional, 1980, p. 7-8.

⁴³⁵ Uma ideia da importância do tema inflação pode ser aferida pela quantidade de páginas dedicadas ao tema na Introdução da Mensagem ao Congresso; das 22 páginas que compõem o comunicado, o tema em questão consome 50% de seu espaço (11 páginas), seguido da Política Externa (6 páginas), Política Interna (4 páginas) e Política Social (1 página).

⁴³⁶ Mensagem ao Congresso Nacional, 1980, p.9.

Paul Volcker nos meses finais de 1979⁴³⁷ prenunciavam sérias dificuldades para o Brasil (assim como para o conjunto da América Latina) e, de outro lado, a segunda onda de aumento nos preços do petróleo, ocorrida no mesmo ano, indicava a necessidade de promover ações que garantissem o bom relacionamento com os países produtores do combustível e a entrada de moeda estrangeira que sustentasse o planejamento do governo; quanto ao primeiro elemento citado – a elevação da taxa de juros -, não havia muito o que pudesse ser feito (a moratória foi, via de regra, a solução encontrada) mas, quanto ao segundo, a indústria militar poderia colaborar, como veremos em momento oportuno. Assim, não é sem intenção que a política externa ocupe posição de destaque no texto; também não é casual que a África e o Oriente Médio continuem a merecer a centralidade no discurso (elogioso e alinhado, por sinal), pois tais espaços constituíam uma das principais esperanças de superar as dificuldades que se avizinhavam, como também teremos oportunidade de apreciar.

4.1 – Além das armas.

A utilização do setor de armamentos como ferramenta para alavancar outros setores de interesse comercial não é uma novidade e, como já vimos, o Brasil já havia utilizado tal expediente para a abertura de novos canais e possibilidades de negócios. Nesse sentido, o primeiro relatório⁴³⁸ produzido pela chancelaria para a Presidência da República em 1980 estava relacionada ao projeto chileno de construção das Centrais Hidrelétricas de Colbún-Machicura⁴³⁹. Segundo o informe, a Embaixada Brasileira em Santiago fora incumbida de encaminhar o interesse do governo brasileiro na execução da referida obra, bem como o fornecimento dos equipamentos (elétricos e hidromecânicos), mediante uma proposta na modalidade *turn-key* executada por empresa brasileira.

Porém, a concorrência internacional (prática tradicional empregada pelo governo do Chile em obras públicas) para a realização do projeto hidrelétrico já estava em curso, com interesse demonstrado por empresas norte-americanas, alemãs, japonesas e francesas, sendo

⁴³⁷ Os efeitos da inflação externa estão diretamente relacionados com a alta nas taxas de juros norte-americanas, promovida por Paul Volcker a partir dos meses finais de 1979. A estratégia de aperto monetário estabelecida impactou diretamente os países da América Latina, fazendo com que Volcker fosse apontado como o responsável pela denominada *década perdida* e pela *crise da dívida* vivida pelo subcontinente. Para os efeitos na América Latina, ver CORDEIRO, 2010.

⁴³⁸ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informação para o Presidente da República (desp. 01), secreto-exclusivo. Índice: Relações Brasil-Chile. Construção das hidrelétricas de Colbun-Machicura, 9 de janeiro de 1980.

⁴³⁹ Naquele momento tais centrais seriam as maiores existentes no Chile e foi considerada obra de grande porte; o contrato era de US\$ 1 bilhão. A Odebrecht já trabalhava nas obras de desvio do rio Maule, para abastecimento do reservatório da usina.

que a proposta aventada pelo governo brasileiro exigiria a anulação do certame encaminhado pela agência responsável, a *Endesa Chile* que, conforme relata telegrama diplomático de 28 de dezembro de 1979⁴⁴⁰ era “sistematicamente favorável ao sistema de concorrências públicas e que sobre o assunto a opinião da referida entidade, conquanto órgão técnico e não político, seria levada em ponderável consideração (...)”, asseverando ainda que o Ministro da Fazenda Sérgio de Castro (considerado o principal idealizador da política econômica chilena, fervoroso adepto do “livre mercado”) esposava as mesmas ideias da *Endesa*.

Apesar da observação acima e para dar cumprimento ao solicitado, o Embaixador brasileiro iniciou uma série de conversações com autoridades chilenas, destacando-se o Chanceler Hernán Cubillos Sallato e o General Santiago Sinclair (chefe da “Casa Militar” da Presidência do Chile e homem de confiança de Augusto Pinochet). Destas conversas, destaca o chefe diplomático brasileiro, conforme relatado no já referido informe ao presidente:

Em ambas as conversas, tanto com o chanceler Cubillos quanto com o General Sinclair, o nome do consórcio **ENGESA-CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT** foi levantado, em contextos diferentes, pelas duas autoridades chilenas como um “concorrente recomendado” para a construção do referido complexo hidrelétrico. O General Sinclair foi mais além: perguntou ao embaixador em Santiago quando o governo brasileiro passaria a dar apoio ostensivo ao consórcio **ENGESA-NORBERTO ODEBRECHT**. (Destques no original).

E, prossegue Saraiva Guerreiro em seu informe ao mandatário brasileiro:

A despeito das considerações da Embaixada em Santiago sobre a posição preferencial desfrutada pelo consórcio junto às autoridades chilenas, parece ser flagrante a simpatia do General Sinclair, aliás coordenador a nível ministerial da execução do projeto das hidrelétricas, para com o consórcio brasileiro formado pela ENGESA e pela CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT. (Destques no original).

Antes de prosseguirmos na análise deste documento, considero importante anotar a precedência do nome da ENGESA no consórcio proposto com a Odebrecht; talvez por, naquele momento, o nome da produtora de blindados ser mais conhecido internacionalmente, uma vez que a construtora brasileira ainda não havia realizado nenhuma obra de vulto no exterior, mas, talvez também pela importância da ENGESA em delicados assuntos

⁴⁴⁰ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Telegrama recebido, DEPSTEL EMBSANTIAGO, secreto-exclusivo-urgentíssimo, promoção comercial, 950-62000, 28/12/1979.

envolvendo o governo de Augusto Pinochet. Feita a anotação, prossigamos com o informe da chancelaria brasileira.

Segundo a avaliação da Embaixada em Santiago, o que estaria favorecendo a preferência de algumas autoridades chilenas em favor de uma empresa brasileira seria a contrapartida política de engajamento político do Brasil como aliado em problemas fronteiriços chilenos. Ponto delicado, pois tais questões não excluía a, ainda que improvável, ação bélica, especialmente a tensão com a Argentina na região do Canal Beagle e, naquele momento, qualquer envolvimento do Brasil em contenciosos envolvendo o país portenho impactaria outros relevantes aspectos da Política Externa Brasileira, como veremos adiante.

Não obstante a sensível questão política, o Chanceler brasileiro acreditava na possibilidade do êxito das pretensões comerciais brasileiras, ponderando que:

Quero crer, entretanto, que, (1) com o constante apoio do Governo Brasileiro ao Governo Chileno, consubstanciado, entre outros aspectos, pelo continuado fornecimento de material de uso militar àquele país, em momentos difíceis de sua situação política internacional e de seu relacionamento com os países limítrofes, e (2) com a próxima visita oficial de Vossa Excelência àquele país, numa demonstração inequívoca de amizade ao Chile, estariam plenamente satisfeitas eventuais exigências de ordem política do Governo chileno para adjudicar a uma empresa brasileira as obras das referidas hidrelétricas. (grifo nosso).

Mas a solução do presente caso não seria simples. O governo chileno realmente desejava um posicionamento político do Brasil pró-Chile nas questões envolvendo a Argentina; o que se propunha, veladamente, era uma posição política para a viabilização de um acordo comercial, algo que normalmente a diplomacia brasileira rejeita, especialmente envolvendo concessões políticas substantivas relacionadas a vizinhos de tamanha importância e, como o chanceler Saraiva Guerreiro arguiu: “é óbvio que seria nitidamente contrário ao interesse do Brasil tomar partido, ou aparentar tomar partido, nas disputas chilenas com seus vizinhos.”

Confirmando a avaliação da chancelaria brasileira, no final do mês fevereiro de 1980, foi informado pela Embaixada em Santiago⁴⁴¹ que os representantes da ENGESA e da Odebrecht estiveram no posto diplomático brasileiro, relatando que o General Santiago Sinclair os comunicara, formalmente que “o governo chileno decidira não negociar

⁴⁴¹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Telegrama recebido, DEPSTEL EMBSANTIAGO, secreto-exclusivo-urgentíssimo, promoção comercial, 110-41100, 27/12/1980.

diretamente com o consórcio constituído pelas duas firmas (...), preferindo selecionar a construtora ou construtoras mediante processo de licitação.”. Ainda segundo os prepostos das empresas brasileiras, “perplexos diante da inesperada e súbita definição desfavorável do governo chileno”, o General Sinclair justificou a decisão em virtude da “hesitação do governo brasileiro em apoiar a ENGESA/ODEBRECHT exclusivamente, bem como a inexistência de premissas políticas para a negociação direta com aquele consórcio.” (grifo nosso).

A construção de Colbún-Machicura desenvolveu-se de fato através de licitação, da qual a Odebrecht participou, com o apoio da Embaixada brasileira local e o resultado não foi favorável para as pretensões brasileiras. Conforme informe ao Presidente da República⁴⁴², o consórcio francês vencedor do processo licitatório não conseguiu ultimar as negociações, sendo então convocado o consórcio comandado pela norte-americana Atkinsons que, avaliada pela Odebrecht, parecia não ser melhor que a proposta brasileira. O MRE, tomando conhecimento dos desdobramentos, determinou que o Chefe do Departamento de Promoção Comercial (Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima) intercedesse junto ao chanceler chileno, René Galdames. Porém, os tempos eram outros...

Segundo comunicação do chefe da Promoção Comercial, ao ser informado sobre eventuais repercussões negativas no Brasil com a escolha dos americanos, limitou-se Galdames a informar que o “Presidente Pinochet pretendia manter-se neutro na questão”, procurando “dar tratamento meramente técnico ao assunto.”. A recepção, agora de relativa indiferença (ao contrário do apresentado ao início das gestões), tinha um motivo de base: a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos EUA, que iniciara uma política de abrandamento em relação ao regime chileno (no que foi seguido por alguns países europeus) algo que reduzia a relevância do Brasil para o Chile.

Porém, apesar do novo *status* internacional que o Chile parecia adquirir, não seria conveniente ignorar os fatores políticos que envolviam seu relacionamento com o Brasil, ao menos no terreno regional (inclusive com relação a Beagle). Tanto que Saraiva Guerreiro, poucos dias após as conversas de Flecha de Lima, recebe uma consulta da Embaixada do Chile em Brasília sobre sua disponibilidade para receber missão de alto nível para explicar os critérios que teriam embasado a decisão chilena; em resposta razoavelmente dura, o chanceler brasileiro encaminha mensagem ao Embaixador do Chile afirmando que parecia:

⁴⁴² Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informação para o Presidente da República (desp. 095), secreto. Índice: Complexo hidroelétrico de Colbun-Machicura. Proposta brasileira, 20 de março de 1981.

redundante repetir as explicações técnicas apresentadas, pelo que não achava necessário receber missão chilena para repetir a argumentação dada ao Embaixador Paulo Tarso, a menos que houvesse algum fato novo que justificasse a vinda de tal missão.

A finalização do processo decisório de Colbún-Machicura ainda levaria alguns meses e sua execução foi realizada por diversas empresas. A pretensão brasileira de arrematar a execução “de porteira fechada” (*turn key*) não foi alcançada, mas, por outro lado, cumpre anotar que o projeto executivo ficou a cargo da Promon Engenharia S/A), em consórcio com a chilena Omega Engenharia S/A, permanecendo a Odebrecht encarregada das obras de desvio do rio Maule. Assim, podemos imaginar que as gestões brasileiras, ainda que não atingindo o pleno êxito, conseguiram integrar empresas de engenharia de obras e de consultoria no projeto; também importante anotar que a relativa soberba do Chile, no curto prazo, teve de ser bastante reduzida, em virtude de profunda e severa crise econômica que se abateu sobre o país em 1982.

A menção a este evento em nosso trabalho, além da vinculação de uma empresa de armamento com outros esforços exportadores pesquisados em nosso período e de sua importância para a engenharia brasileira deve-se, também, ao fato de ter sido mobilizado, em anos recentes, tanto em notícias de imprensa⁴⁴³ como, mais recentemente, em livro da jornalista Malu Gaspar⁴⁴⁴ e, talvez, nossa apresentação possa auxiliar a compreender um pouco melhor como se deram as ações e negociações aqui sucintamente exploradas. Como última indagação deste pequeno desvio de objeto: não seria o caso de olharmos mais atentamente para todos os estímulos governamentais, para além dos setores aqui citados? Será que apenas as empresas do setor bélico e da construção civil estiveram envolvidas em atividades “pouco republicanas”? Mas este não é o espaço adequado para tais questionamentos; voltemos ao curso de nossa narrativa, que envolve questões bem mais complexas do que a construção de centrais hidrelétricas.

4.2 – Ampliando a “opção árabe”.

As negociações com o Chile, embora o primeiro a merecer um informe presidencial, não foi o assunto mais importante deste início de ano, e tampouco mereceu a atenção da imprensa naquele momento (a bem da verdade esse foi um caso de baixa repercussão, e só

⁴⁴³ Por exemplo, Élio Gaspari na Folha de São Paulo já fazia essa conexão em novembro de 2008 e, novamente, em 19/08/2015, secundado por artigo de Vinícius Torres Freire.

⁴⁴⁴ A organização: *A Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo*. Companhia das Letras, 2020.

seria lembrado e recuperado décadas depois, como acabamos de mostrar); naqueles primeiros dias de 1980, outras movimentações despertavam o interesse dos veículos de comunicação. As atenções jornalísticas voltavam-se a outro tipo de viagem, também de característica comercial: o périplo do governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, pelo Oriente Médio, que merecerá algumas linhas mais adiante. Porém, outra manchete causaria um relativo alvoroço: “Itamaraty revela acordo de cooperação nuclear entre Brasil e Iraque”⁴⁴⁵.

A manchete acima foi publicada na Folha de São Paulo, mas o acordo nuclear com o Iraque foi bastante noticiado à época por todos os principais órgãos de comunicação, repercutindo ainda por muitos anos. É conveniente observarmos como – e quando – ele aparece na imprensa brasileira. As primeiras notícias impressas sobre o referido acordo foram publicadas, não apenas pela Folha, mas por todos os grandes veículos, no dia 8 de janeiro de 1980 e frisavam, sempre citando o comunicado oficial do MRE, que o acordo era limitado a aspectos que não estavam vinculados a tecnologia sensível da produção nuclear.

Mas vamos observar como as negociações entre Brasil e Iraque se desenrolaram a partir de um outro ponto de observação: os documentos oriundos do Poder Executivo Federal.

Coerente com o exposto na Mensagem ao Congresso Nacional, observamos que as relações entre Brasil e Iraque ampliavam-se sensivelmente, não só nas negociações de armamentos e outros produtos e serviços nacionais; a documentação indica que os entendimentos governo a governo assumiam um caráter de, ao menos, quase aliados, muito embora, também aqui, era aconselhável que “mãos não aparecessem” e, nesse sentido, o governo brasileiro enviou para o Iraque o então Coronel Bussy Clésio Nogueira, na qualidade de conselheiro militar. O referido oficial foi “transferido para a reserva temporária”, no intuito de isolar o caráter oficial de sua presença junto ao governo de Saddam Hussein; uma operação dessa natureza caracteriza uma ação encoberta de complexo esclarecimento, especialmente quando verificamos, na consulta a documentação, que o militar em questão possui poucas referências e citações nos quadros do EB e, a julgar pelos fatos em tela, sugere que a missão tocava assuntos extremamente sensíveis⁴⁴⁶.

⁴⁴⁵ Jornal Folha de São Paulo, terça-feira, 8 de janeiro de 1980, Caderno Nacional, p. 6.

⁴⁴⁶ A atuação do militar aqui aludida está registrada nos arquivos do MRE em Brasília, junto aos documentos que tratam dos temas abordados neste espaço da tese, que, em nota a Embaixada do país em questão, solicita o MRE colaboração com o citado coronel. Contudo, os documentos que informam sobre os detalhes da operação não possuem data e nem timbre de nenhum órgão governamental, mas possuem diversas anotações “manuais” de conhecidas figuras da República, algumas das quais ainda influentes em administrações posteriores ao regime militar. Uma das anotações permite identificar a natureza “encoberta” da ação, sendo que neste caso é possível presumir a data de 5 de fevereiro de 1981.

Entre os assuntos sensíveis entabulados entre Bagdá e Brasília estava o que era, em certa medida, obsessão para os militares brasileiros e ponto nevrálgico nas relações internacionais do período: a questão nuclear. Este tema aparece em telegrama intitulado “Programa Nuclear Brasil-Iraque” de 28 de janeiro de 1980; nele, Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebrás, solicita entendimentos para que “o encontro dos especialistas da Comissão Iraquiana de Energia Nuclear com membros da estatal [brasileira de energia nuclear] possa ser devidamente preparado, (...) e que o programa possa ter andamento.”⁴⁴⁷. A parceria entre os países começara a se articular em 1978, quando autoridades iraquianas, recepcionando em Bagdá o Ministro Shigeaki Ueki (Minas e Energia), informam o interesse em estabelecer uma cooperação na área nuclear, esclarecendo ainda que o vice-presidente da Comissão de Energia Nuclear do Iraque já havia iniciado conversações com o presidente da Nuclebrás, que “indicou estaria aquela empresa preparada para considerar cooperação tanto na área de pesquisa tecnológica e de formação de pessoal, quanto na área de prestação de serviços de engenharia de projetos, fabricação de componentes e, a médio prazo, de serviços industriais na área de combustível nuclear.”⁴⁴⁸.

A Nuclebrás estava animada com as possibilidades abertas com o Iraque, esclarecendo ao Ministério de Minas e Energia (MME) que:

a cooperação com o Iraque poderia ser estritamente bilateral no campo da pesquisa tecnológica e da formação de pessoal, que poderia ser tripartite – incluindo direta ou indiretamente nossos parceiros no programa nuclear brasileiro – no que se referisse a outras áreas mencionadas.

O que a diretoria da Nuclebrás acreditava, ao incluir os “parceiros do programa nuclear brasileiro”, era compor uma aliança com a Kraftwerkunion (KWU)⁴⁴⁹, empresa alemã que pretendia participar de licitação no Iraque para a compra de um reator nuclear. Segundo relatos da estatal brasileira de energia nuclear, a KWU “consultada a respeito em nível técnico comercial, demonstrara receptividade à ideia de uma cooperação brasileira com o Iraque”, considerando ainda uma “eventual participação direta ou indireta brasileira em sua oferta naquela concorrência.”. A iniciativa da Nuclebrás de procurar a KWU, no afã de avançar

⁴⁴⁷ Arquivo central do Itamaraty-BSB , telegramas enviados brasembbagda, secreto, 664.2 (B15)(E27).

⁴⁴⁸ Arquivo Central do Itamaraty-BSB , anexo às informações para o Presidente da República, reservado e exclusivo, histórico das conversações, 66EXP, 26/04/1979.

⁴⁴⁹ A Kraftwerk Union AG foi o resultado da associação entre a Siemens e a AEG, com foco no projeto e fabricação de usinas nucleares. Participava da construção das Usinas de Angra dos Reis, daí as facilidades de comunicação entre a empresa alemã e a Nuclebrás.

celeremente seus projetos, foi um erro tático no desenrolar da parceria entre Brasil e Iraque no setor, como adiante será perceptível.

Mas a empolgação era justificável. Em outubro de 1978, o vice-presidente da Comissão de Energia Nuclear do Iraque voltou ao Brasil, desta vez acompanhado de dois técnicos, para prosseguir nas conversações com a Nuclebrás, incluindo no roteiro a visita a outros institutos de pesquisa do setor, bem como as obras no âmbito do programa brasileiro de energia nuclear. Ao concluir o périplo técnico, foi entregue um anteprojeto do que poderia constituir um convênio entre a Comissão Brasileira de Energia Nuclear e sua contraparte iraquiana; tal proposta era de caráter abrangente, e previa cooperação em diversas áreas, como o intercâmbio de especialistas, equipamentos, materiais e informações; também cobria um ponto muito mais sensível: suprimento, enriquecimento, fabricação e processamento de combustível nuclear.

Em resposta ao anteprojeto apresentado pela comitiva iraquiana, o Ministro Shigeaki Ueki sugere que seja encaminhada uma “carta que indicaria a disposição do Brasil de cooperação [com o Iraque] no campo nuclear” e que estaríamos “preparados, em princípio a entrar em negociações (...) para explorar a possibilidade de concluir acordos e contratos” nas áreas de:

- a) Suprimento de serviços de engenharia e equipamentos para reatores de potência;
- b) Suprimento de serviços de fabricação de elementos de combustível,
- c) intercâmbio de pessoal e informação técnica [licenciamento de instalações e treinamento de pessoal];
- d) Intercâmbio em prospecção e exploração de urânio.

Assim como a Nuclebrás, o Ministério das Minas e Energia estava muito interessado na aproximação com o Iraque. O país do Oriente Médio fornecia, na época, 50% do petróleo importado pelo Brasil; num período de choques de petróleo, e com a efervescência geopolítica já perceptível na região – avolumavam-se os protestos no Irã⁴⁵⁰ –era previsível uma nova rodada de altas nos preços. Com efeito, em menos de um ano uma nova crise do insumo bateria em nossa porta e, no intuito de aproveitar o momento favorável, o Ministro das Minas e Energias sugeria o envio, rapidamente, de uma delegação de técnicos brasileiros para “adiantar os entendimentos”.

⁴⁵⁰ Após a Revolução Iraniana de 1979, a frente que se mobilizou para a deposição do Xá Reza Pahlavi iniciou uma série de distensões e atritos, culminando com seu esfacelamento e vigorosa repressão por parte das forças de segurança comandadas pelos líderes islâmicos. Sobre os acontecimentos pós revolucionários no Irã, ver Amirahmad & Parvin (2019).

Contudo, o Conselho de Segurança Nacional tinha ressalvas quanto ao acordo com o Iraque. Em janeiro de 1979 o CSN emitiu um “aviso” ao Itamaraty alegando:

considerar impraticável a aceitação da minuta de acordo sugerida pela parte iraquiana, devido à amplitude de seu escopo, que incluiria assuntos como enriquecimento de urânio e reprocessamento de combustível irradiado. (Grifo nosso).

O CSN propunha que um acordo mais modesto fosse proposto ao Iraque, restringindo a cooperação bilateral a atividades básicas, como treinamento de pessoal. Por seu turno, o MME insistia na manutenção de sua proposta original, alertando que sua posição refletia a “necessidade de manter o Brasil um relacionamento especial com o Iraque, dada a acrescida importância daquele país como supridor de petróleo, num contexto internacional conturbado pelos acontecimentos do Irã.”. O Itamaraty, nesse momento, fecha a questão, acompanhando o parecer do Conselho de Segurança Nacional, considerando que não julgava conveniente:

naquele momento, uma comunicação oficial do Governo brasileiro ao Governo do Iraque sobre a matéria, a qual poderia ser objeto de conversações adicionais por ocasião da visita do Vice-Presidente do Iraque, prevista para maio do ano em curso. (grifo nosso).

Assim, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil formaliza as seguintes observações ao Presidente da República:

- a) Evitar a formalização imediata de um entendimento concreto com o Iraque em matéria de cooperação nuclear, nos termos do proposto pelo MME;
- b) Ainda que reconhecida a inegável importância do Iraque como nosso fornecedor de petróleo e parceiro comercial, temos que, por outro lado, atuar com extrema cautela (...), sob o risco de atrairmos suspeitas e críticas prejudiciais a nossos interesses próprios na matéria;
- c) No que se refere a nossas relações com a RFA na área nuclear, tudo o que houve foram sondagens a nível de empresas (entre a Nuclebrás e a KWU), e isto com referência à participação da KWU em uma concorrência aberta pelo Iraque para a compra de reator.

O golpe fatal desferido pela chancelaria brasileira ao ímpeto do MME e da Nuclebrás, contudo, veio da área política, nas relações “a nível de governos”. O Chanceler brasileiro informa que, em conversa reservada com o Secretário de Estado alemão Peter Helmes

(quando da visita ao Brasil do Chanceler Helmut Schmidt, em abril de 1979)⁴⁵¹, reagindo a uma interpelação sobre “a intenção do Brasil de responder mais positivamente às solicitações de outros países de cooperação na área nuclear” recebeu, como resposta, que “seria conveniente muita cautela no que dissesse respeito ao Iraque” (o Iraque não havia sido mencionado na conversa, segundo relato do representante do Brasil) algo que, na opinião do Ministro das Relações Exteriores brasileiro “certamente deve refletir a opinião alemã ocidental de que o Iraque teria posição ‘radical’ no Oriente Médio.”. E indica mais, ainda segundo o chefe da diplomacia brasileira: demonstra que a menção específica ao Iraque ocorreu “certamente por dispor de informação sobre a sondagem à KWU pela Nuclebrás.”. Como dissemos linhas atrás, ao “abrir” para a KWU entendimentos com o Iraque, a estatal brasileira de energia nuclear cometeu um erro tático, que pode ser considerado mesmo primário em assuntos desta natureza; porém, não é nosso objetivo explorar o equívoco em questão, mas compreender melhor os movimentos dos agentes, especialmente os que ocupavam a Esplanada dos Ministérios em Brasília.

Os fatos aqui relatados refletem uma tensão inter-burocrática vinculada antes a velocidade e forma do que a objetivos. Para o Ministério das Minas e Energias, uma solução que contemplasse o principal fornecedor de petróleo conformaria um arranjo ótimo para seus problemas; para a Nuclebrás, significaria um avanço significativo para seus projetos, contando com um sócio *rico* e disposto a *jogar pesado* na questão nuclear. Já para o Itamaraty, que não negava a pretensão de potência (salvo em seus discursos públicos), preocupava o impacto imediato, especialmente sobre os vizinhos sul-americanos, de um possível vazamento das atividades Brasil-Iraque. Também não agradava ao Itamaraty ser alijado de entendimentos na área internacional, questão inclusive que seria tratada formalmente entre Saraiwa Guerreiro e o Presidente da República. Entre os militares dificilmente encontraremos algum que não visse como necessário o domínio completo da tecnologia nuclear; a diferença é que havia, em número significativo, os que defendiam a necessidade urgente da posse “da bomba” (poder dissuasor por excelência) e aqueles que acreditavam num desenvolvimento mais lento, seguro e isolado. Para compreender os termos de tais debates, recorro a Geraldo Lesbat Cavagnari, criticando os desdobramentos pós-Guerra Fria de nossa capacidade militar⁴⁵²:

⁴⁵¹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informação para o Presidente da República (desp. 037, 038 e anexos), secreto-exclusivo. Índice: Visita do chanceler Schmidt ao Brasil. Conversa do Ministro das Relações Exteriores com o Secretário de Estado Peter Hermes. 17 de abril de 1979.

⁴⁵² CAVAGNARI, 2005, pp. 21-22..

O Brasil impôs limites ao desenvolvimento do componente militar da sua capacidade estratégica, ao renunciar à posse das armas de destruição em massa – nucleares, químicas e biológicas. Essa autolimitação implica que, na condição de grande potência regional, só lhe resta desenvolver uma capacidade militar convencional para combates de alta intensidade. Mas é nessa opção que reside a dificuldade maior: o custo de manutenção de uma capacidade militar convencional para combates de alta intensidade é maior do que o de manutenção de uma capacidade militar nuclear, ou de uma capacidade militar de destruição em massa. A dificuldade decorre da necessidade de que o país teria para manter eficaz sua capacidade para combates de alta intensidade – ou seja: para manter essa eficácia, ele teria de investir num desenvolvimento tecnológico permanente e crescente das armas empregadas em tais combates. Daí o paradoxo: não há uma razão direta entre custo de manutenção e nível de destruição. (grifos nosso).

O excerto de Cavagnari é ilustrativo do pensamento militar no período do regime de 64⁴⁵³, uma vez que, de fato, enquanto elemento de barganha e pressão, a posse de equipamentos e artefatos nucleares sejam mais baratos e mais eficientes. Mas, o mais importante para nosso objetivo, é perceber as aproximações permitidas a partir do desenvolvimento das negociações em torno das indústrias militares; também marca, apesar das reticências ao projeto nuclear conjunto, o aprofundamento nas relações entre os dois países; para o Brasil, o Iraque aparecia como o “mecenas” para nossos produtores de material militar e para o desenvolvimento de tecnologias sensíveis consideradas fundamentais por nossos estrategistas.

Encerrando esta breve incursão na questão da cooperação em energia nuclear, considero apropriado mencionar que a Líbia também tinha grande interesse na cooperação com o Brasil nessa área. Entre os dias 17 e 19 de setembro de 1980 ocorreu em Brasília a segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia e, segundo informe diplomático, havia fortes indícios de que o “interesse maior, por parte dos líbios, reside no exame da possibilidade de cooperação nuclear, que fora colocada com insistência no curso da I reunião, em 1978 (...)”⁴⁵⁴. Na avaliação da chancelaria brasileira:

⁴⁵³ A questão do interesse brasileiro na confecção de uma “bomba atômica” é controversa; Cavagnari foi um oficial de Estado Maior que pugnou pela necessidade da posse da arma; outros analistas e atores políticos igualmente defendiam a tese (basta lembrar as afirmações de Enéas Carneiro, ainda que este possa ser considerado anedótico, vocaliza a aspiração de muitos). Matias Spektor, por outro lado, sustenta que era minoritária a disposição dos militares brasileiros em construir um artefato bélico nuclear (Spektor, 2016). Não interessa, para este trabalho, adentrar a discussão do tema que, contudo, ainda merece um esforço de pesquisa e análise, na opinião deste doutorando.

⁴⁵⁴ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informação para o Presidente da República (desp.256), secreto. Índice: II Reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia. 16 de setembro de 1980.

Desde que seja mantido o sigilo que requer a matéria, e omitida qualquer menção a respeito na Ata Final da Reunião, creio poderíamos ouvir o que nos tem a propor a Líbia. Não parece inconveniente que o membro da Delegação líbia, funcionário do Ministério da Eletricidade, que se ocupa do programa nuclear do seu país, mantenha conversações reservadas com funcionários deste ministério e de outros órgãos da administração competentes, e visite as obras de Angra I, conforme expressamente solicitado ao Embaixador do Brasil em Trípoli. De qualquer forma, não deveríamos tomar qualquer compromisso preciso na ocasião. (grifos nossos).

A menção ao eventual interesse líbio provoca algumas rápidas reflexões. Em primeiro lugar, demonstra que no final da década de 1970 o Brasil era visto como um país que poderia contribuir no desenvolvimento nuclear de nações pouco desenvolvidas e, a julgar pelos dois casos aqui citados, colaborar na utilização com interesses bélicos; em segundo lugar, que o MRE não se opunha, de imediato, a tais cooperações, desde que mantido o necessário sigilo. Ainda que tal acordo de cooperação não tenha prosperado, talvez pela data pouco propícia para tais acordos, revela que existiam conversações e movimentações na área de energia nuclear e, ainda que escape a proposta desta tese explorar tais operações, pois fugiria demais ao nosso escopo, é provável que ainda existam muitas fronteiras por explorar neste campo.

Mas informamos que, no início de janeiro de 1980 foi amplamente noticiado outra missão de negócios no Oriente Médio; vamos a ela. Enquanto as autoridades em Brasília estudavam como proceder no assunto nuclear com o Iraque, o Governador de São Paulo⁴⁵⁵ chefiava delegação estadual em visita comercial naquele país e na Arábia Saudita. Sempre acompanhado do embaixador Murilo Gurgel Valente (que recebera recomendação expressa da chancelaria brasileira para acompanhar todos os movimentos e conversações de Maluf), o chefe do executivo paulista tratou de assuntos compatíveis ao estado que governava, adentrando, porém, em duas áreas de *alcance exclusivo do governo federal*: petróleo e material bélico.

Acompanhado por representantes da ENGESA e AVIBRÁS, conferenciou com o Ministro da Defesa saudita, insistindo para que aquele governo “considere o Brasil como alternativa para o suprimento de armamentos, oferecendo blindados e foguetes produzidos por aquelas firmas.”⁴⁵⁶; segundo o embaixador que acompanhava a delegação, o Ministro saudita “demonstrou interesse em considerar atentamente essa hipótese”, tanto que marcou

⁴⁵⁵ Os informes sobre a passagem do governador de São Paulo foram obtidos no Arquivo Histórico do MRE em Brasília. Telegramas das embaixadas em Bagdá, Jedah , entre 10/01/80 e 13/01/80, msgs 00012DX, 00002Z,00367^a.

⁴⁵⁶ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Telegramas recebidos. BRASEMB JEDDAH, confidencial urgentíssimo, msg 12B de 10/01/80.

“imediatamente uma reunião dos representantes das duas empresas com técnicos do Ministério e um oficial do Estado Maior das Forças Armadas Sauditas” e, “a julgar pela opinião dos empresários, que se mostraram muito entusiasmados, a visita foi um êxito.”. No Iraque, acompanhado pelo diplomata de ligação local, o Governador de São Paulo foi recebido por Saddam Hussein, que declara “a orientação do governo iraquiano no sentido de estreitar ainda mais os laços de cooperação com o Brasil no desenvolvimento do Iraque”⁴⁵⁷ e que as relações comerciais do país são sempre feitas “de governo a governo, deplorando a ação direta de intermediários ou agentes [de empresas]”; e fez “expressa alusão” ao projeto de construção do Metrô de Bagdá⁴⁵⁸.

Considerarei importante a citação ao *tour malufista* pois, além de constituir parte do anedotário político da época – que infelizmente não será tratado nesse espaço – foi alvo de grande cobertura da mídia em geral. Além disso, demonstra o grau de interesse e importância que aquela região do globo terrestre adquiria para o Brasil; também demonstra, como perceptível pela preocupação em manter sempre um diplomata de alta hierarquia acompanhando todas as movimentações do governador, que ele não gozava da confiança dos mandatários de Brasília. E, mais importante ainda, a única citação individualizada de empresários que acompanhavam a comitiva foi justamente dos chefes da ENGESA e da AVIBRÁS⁴⁵⁹, que participaram pessoalmente de importante reunião na Arábia Saudita; podemos aludir, quanto a este último aspecto, que a menção era por tratar-se de exportação de material militar, algo que é da esfera federal mas, por outro lado, outros assuntos sensíveis, como petróleo, finanças e relações políticas, não mereceram o mesmo destaque e, pelo indicado na documentação, a presença de Whitaker Ribeiro e João Verdi favoreciam a aproximação com os anfitriões da viagem de Maluf.

É muito difícil precisar o resultado concreto da comitiva estadual paulista, mas, a partir desta missão o Iraque inicia uma aproximação maior com a indústria bélica brasileira, além da famosa venda dos “Passats” brasileiros. De qualquer forma, as viagens e negociações com o país de Saddam Hussein rendiam frutos, configurando um potencial importador de

⁴⁵⁷ Arquivo Central do Itamaraty -BSB . Telegramas recebidos. BRASEMB BAGDA, confidencial urgentíssimo, msg 28A de 14/01/80.

⁴⁵⁸ De fato, por recomendação expressa de Saddam, a *Engevix* e a *Companhia do Metropolitano de São Paulo* foram indicadas para o principal trecho da linha do futuro Metrô de Bagdá, desenvolvendo o projeto e os memoriais. A obra não foi realizada em virtude da Guerra com o Irã.

⁴⁵⁹ Além dos presidentes da Avibrás e Engesa, mais 29 empresários compunham a comitiva de Paulo Maluf, entre presidentes e altos executivos de organizações como Arcoflex, Banco Bamerindus, CBPO, Cetenco, Cica, Constram, Mendes Junior, Mercedes Benz, Promon e Volkswagen. Não deixa de ser emblemática a centralidade concedida aos chefes das duas empresas de armamento; veremos que, por intermédio da Engesa, ao menos a Arcoflex receberá encomendas do Iraque.

produtos com valor agregado, algo de relevante interesse para o governo brasileiro, além de constituir uma possível garantia de suprimento de petróleo com baixo ônus cambial.

Já em fevereiro de 1980 a ENGESA, por intermédio de sua *trader* ENGEXCO, forneceu para o Iraque 65.000 pares de coturno, de fabricação da empresa *Arco-Flex*, que, como vimos, era integrante da comitiva malufista, no valor de US\$ 900.000,00. Em comunicação ao MRE⁴⁶⁰, a empresa informou ainda trabalhar para o fornecimento de maiores quantidades de material de intendência (coturno, em sistema de pool, e fardamento produzidos pela *Sparta-Seridó*, em negócios que “poderiam ultrapassar 50 milhões de dólares”); na mesma, sinaliza, por último, que negociava “em nome da Casa da Moeda do Brasil” contrato em *turn-key* para “fornecimento ao Iraque de instalações para a fabricação de toda a gama de artigos produzidos por aquela instituição [Casa da Moeda]⁴⁶¹”. Whitaker Ribeiro demonstrava uma singular avidez por estabelecer rapidamente variados negócios na região.

Assim como o presidente da ENGESA – e, em certa medida ao contrário dos tomadores de decisão em Brasília, que procuravam “cadenciar o jogo” - os iraquianos tinham pressa. Não obstante a cautela proposta pelo círculo central do poder brasileiro, e atendendo a pedido do governo do Iraque, desembarcava em Bagdá, em maio de 1980, Missão Militar Brasileira com o objetivo de analisar as possibilidades de “cooperação entre os dois países na área de equipamento bélico e correlatos”⁴⁶². Integrada por oficiais das três Armas, a comissão indicou que “o levantamento levado a cabo em colaboração com militares [do Iraque] resultara na elaboração de lista de produtos e serviços que poderiam ser fornecidos pelo Brasil”. O rol de itens é extenso, e abrangia fornecimento de equipagem para uso do Exército, da Marinha e da Força Aérea, incluindo desde material de intendência, comunicações e munição até outros suprimentos de aplicação militar indireta, como construção civil, modificações em aeronaves, peças e produtos semimanufaturados.

O pacote de fornecimento era por demais atraente para não ser atendido pelo Brasil; por outro lado, sabiam os militares que a urgência iraquiana na mobilização tinha objetivo de aplicação real e imediata, o que tornava a negociação questão delicada e de evidente impacto na política externa brasileira. Tendo em vista a celeridade exigida pelo comprador, a questão foi imediatamente levada ao conhecimento do Presidente da República, que prontamente

⁴⁶⁰ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , memorando secreto DPG,24/02/1980, 665.16 (E24)

⁴⁶¹ A ENGESA era representante da Casa da Moeda do Brasil em diversos países, especialmente entre os países árabes.

⁴⁶² Arquivo Central do Itamaraty -BSB , memorando secreto-urgente, 19/09/80, 665.16 (B46)(E27).

ordenou uma reunião com a participação dos Ministérios do Exército, Marinha, Aeronáutica, MRE e do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; a decisão presidencial foi no sentido de considerar o suprimento solicitado “aconselhável sob todos os pontos de vista”, determinando que “providências sobre a matéria fossem adotadas de imediato”. Determina ainda que “as empresas envolvidas na transação não estariam obrigadas a solicitar autorizações para negociações preliminares” (grifo no original). As referidas autorizações eram exigência da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar, como já anotamos; contudo, os demais trâmites do PNEMEM deveriam ser observados.

Por fim, fica decidido que todas as operações deveriam ser transmitidas ao MRE, para que este pudesse encaminhar o correto tratamento político da questão; o Itamaraty teria, de fato, muito o que trabalhar neste ponto. Movimentações desta natureza dificilmente conseguem guardar segredo absoluto, especialmente pelo extenso fluxo diplomático, militar e empresarial na região, sem contar o tráfego de materiais (alguns de dimensões difíceis de ocultar) que dificilmente escaparia aos olhos dos observadores internacionais.

Prova do exposto acima é que, ainda durante essa fase de consultas e entendimentos, a Embaixada Brasileira em Teerã envia urgentes pedidos de orientação sobre a resposta aos questionamentos que vinha recebendo do governo iraniano sobre entendimentos brasileiros com o Iraque sobre a venda de armamentos. Segundo orientação de Brasília, a Embaixada deveria “dizer à Chancelaria Iraniana que o Brasil não está negociando *package* de armamentos com o Iraque.”⁴⁶³; a negativa é uma postura natural de chancelaria em casos desse tipo; obviamente, os iranianos não acreditavam na resposta e, em breve, seria impossível ocultar tal negociação. Esta seria uma das inúmeras consultas que as embaixadas fariam ao MRE, repercutindo interpelações de diplomatas e militares de outros países, seja por informações de seus serviços internos ou por noticiário e artigos da imprensa internacional e brasileira; é significativo, para nossos objetivos, a comunicação despachada, posteriormente, pelo Itamaraty a respeito de tais questionamentos. Vejamos qual foi a indicação do Departamento de Promoção Comercial, endossada pela Chancelaria, sobre o tema.

Em despacho de outubro de 1981⁴⁶⁴, informa o Itamaraty que:

Qualquer ação de política externa contém em si uma margem de ônus; até mesmo a doação de alimentos a um país faminto pode ter repercussões

⁴⁶³ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , repstel 418, Brasemb Bagdá, docs 940 (E9X E27) e 665.16 (B46) (E27).

⁴⁶⁴ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , despacho DOP/174, secreto, 23/10/81.

negativas internamente e no campo da política internacional. O Brasil, na medida em que amplia sua ação internacional, aumenta essa margem de ônus, que cabe à Diplomacia reduzir ao mínimo possível. Mas, de qualquer forma, um país que aspira a um estágio de pelo menos potência média não pode ser hipersensível. (grifo nosso).

A orientação emanada da chancelaria denota um elevado senso de realismo, ao mesmo tempo que denota concordância de princípios com a já aludida aspiração de potência, que estabelece um patamar mínimo esperado para o país, a potência média; também deixa transparecer que a rota estabelecida será mantida, ainda que consciente de eventuais atritos e tensões que provavelmente adviriam de tal opção. Veremos, nas próximas páginas, que as pretensões brasileiras, especialmente aquelas vinculadas direta ou indiretamente ao setor de defesa e segurança, apresentariam, de fato, fortes reações da comunidade nacional e internacional.

Mas nem todos os eventos do ano eram alvissareiros. Em abril de 1980 o Governo do Togo já estava inadimplente em relação ao pagamento de sua compra (de 1976) junto à EMBRAER, o que suscitou a interpelação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB – Divisão de Seguro de Crédito à Exportação), no sentido de solicitar a interferência da representação diplomática brasileira em Lomé, objetivando a normalização dos pagamentos, bem como obter esclarecimentos sobre a origem dos constantes atrasos no resgate dos títulos. A resposta da legação brasileira foi direta⁴⁶⁵: o Ministro das Finanças do Togo reconhecia que devia e:

esperava uma atitude compreensiva de nossa parte (...) pedia apenas paciência [acrescentando que], para dar mostras de sua boa vontade, comprometeu-se a pagar, brevemente, as cambiais vencidas, mas que muito dificilmente poderia saldar as demais nos prazos estipulados no contrato (...).

Contudo, as aquisições de material bélico brasileiro por Togo não foram todas comprometidas pela inadimplência com a EMBRAER, uma vez que o país possuía blindados EE-9 *Cascavel* e, quanto a este equipamento, não havia reclamações relativas a possível falta de pagamentos; é possível que a ausência de protesto se deva ao curioso fato de que, ao menos oficialmente, a ENGESA nunca tinha vendido tais veículos para aquele país, fato que levantou a suspeita de que talvez algum país aliado tivesse fornecido as referidas viaturas⁴⁶⁶. A inadimplência dos compradores externos (e, em breve, dos internos) constituiria um golpe

⁴⁶⁵ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , correspondência diplomática, 18/06/1980, 665.16 (B46) (A54).

⁴⁶⁶ Conforme despacho telegráfico, Arquivo Central do Itamaraty -BSB , 665.16 (B46)(A54)

duríssimo para significativa parcela da Indústria Brasileira de Armamentos; da mesma forma, os fornecimentos indiretos de armamentos seriam objeto de severas críticas da opinião pública internacional e da oposição política no Brasil aos militares e a uma de suas diletas criações.

Mas *questões comezinhas*, como inadimplência e eventuais usos não declarados de armas produzidas no Brasil, não eram motivos suficientes para aplacar o ânimo dos industriais brasileiros. Enquanto os executivos das empresas de material militar aceleravam suas investidas internacionais, o Itamaraty era mobilizado pela ENGESA no sentido de socorrer a vizinha Guiana. O Ministro dos Transportes guianês, em missão oficial no Brasil, entrou em contato com a *Engenheiros Especializados* no sentido de adquirir seis veículos *Urutu* que, em virtude das encomendas já em processamento, a fabricante não teria condições de as entregar em tempo hábil para a utilização prevista pelo interessado. Segundo relatório expedido pela Divisão de Assuntos Políticos do MRE⁴⁶⁷: “O governo da Guiana necessita dos referidos veículos até agosto vindouro para as eleições gerais que deverão realizar-se no final do ano em curso”; a necessidade de um veículo de aplicação militar para a realização de um processo eleitoral democrático não deixa de ser intrigante, mas as razões da necessidade serão adiante esclarecidas.

É importante observar que a divisão que intervém no caso em tela é a de “Assuntos Políticos” e não a “Promoção Comercial” e isso não é um detalhe qualquer; já comentamos que os Produtos de Defesa (PD) e, mais especialmente os Produtos Estratégicos de Defesa (PED) constituem um item importante da Política Externa, tanto como agente das transações comerciais, mas, e talvez principalmente, como elemento de negociação política. Como descreve o *paper* produzido pela Agência Brasileira De Desenvolvimento Industrial (ABDI):

Nestes produtos [Estratégicos de Defesa] a demanda, seja doméstica ou externa, é determinada por fatores estratégicos e geopolíticos, relegando a um segundo plano as questões relacionadas à eficiência econômica, como custos, condições de financiamento e prazos de entrega.⁴⁶⁸

E esta era uma questão de natureza política e geopolítica que interessava equacionar; desta forma e para “resolver o problema”, o Embaixador da Guiana sugeria que o Exército Brasileiro cedesse os seis veículos solicitados, numa operação de venda que seria “quitada” através do recebimento, pelo EB, dos veículos produzidos pela ENGESA e pagos pela Guiana, que utilizaria os recursos da linha de crédito especial “em favor daquele país”

⁴⁶⁷ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , memorando, secreto, 22 de maio de 1980, não catalogado

⁴⁶⁸ ABDI, 2011, p.8 – grifos nossos.

(oriundos da CACEX); mais adiante serão elucidadas as datas de aquisição futura do governo guianês, bem como outros detalhes. Mas vejamos o que diz a Divisão Política do MRE sobre o assunto que, expondo os motivos pelos quais deveriam ser envidados esforços no sentido de atender a demanda, prossegue no referido memorando, destacando:

- 1) O especial interesse do Primeiro-Ministro Forbes Burnham em obter os referidos veículos (a visita do Ministro dos Transportes da Guiana à ENGESA foi objeto de recomendação do próprio Primeiro-Ministro guianense);
- 2) O fato de os veículos poderem ser úteis à normal realizações das eleições do corrente ano, em que, mais uma vez, o Primeiro-Ministro Forbes Burnham estará disputando o poder com Cheddi Jagan, líder do Partido Progressista do Povo (PPP) e da oposição e comunista ortodoxo, que mantém estreitas vinculações com a União Soviética. (Grifo nosso).

Na operação proposta surge um óbice. Os gestores da CACEX sugerem cautela na renovação da “linha de crédito especial” concedida ao governo da Guiana, especialmente pela instabilidade tanto interna quanto de fronteiras. A Embaixada Brasileira em Quito reage a possibilidade de ver negada a concessão creditícia, encaminhando para Brasília telegrama urgente em que pondera⁴⁶⁹:

Como se recorda Vossa Excelência, a primeira linha de crédito foi aberta em 1978 [portanto, governo Geisel], após cuidadosa análise da conjuntura política deste país. Decorreu de decisão do mais alto nível do Governo Brasileiro. As facilidades creditícias postas à disposição da Guiana sendo totalmente utilizadas, abriu para o Brasil um mercado novo e promissor, com importantes conotações políticas. Por outro lado, a renovação da linha de crédito em questão constou, com destaque, das discussões e da ata da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiana, realizada em Brasília a 29 e 30 de janeiro de 1980.

Parece-me, assim, que o assunto deveria continuar a ser examinado sob o duplo aspecto do interesse comercial e Razões de Estado. (Grifos nosso).

É interessante observar, mais uma vez, a presença de notórios diplomatas que estarão presentes no cenário político nacional mais de uma década depois dos fatos aqui relatados, acompanhando de perto esta operação, apensando informações “de acordo” e recomendando “com ênfase” o atendimento do pedido. Forbes Burnham, que ocupava o poder desde 1966, venceria as eleições em 14 de dezembro de 1980, num pleito marcado por denúncias de fraude, prisões e baixa participação nas urnas; não pudemos precisar, em nossa pesquisa, até que ponto os blindados brasileiros contribuíram para o sucesso do processo eleitoral no país,

⁴⁶⁹ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , telegrama recebido, secreto, 665.16 (B46)(E45)

mas o fato é que a CACEX renovou as linhas de crédito do país e, em futuro próximo, seis viaturas da ENGESA seriam entregues ao Exército Brasileiro. Em outros casos o financiamento dos negócios também enfrentava problemas, como a concessão creditícia ao Chipre, com diferentes soluções; mas estes serão abordados no momento oportuno. Agora, outro evento mais relevante merece nossa atenção.

4.3 – Alguns entraves e muitas possibilidades.

De modo geral, o final da década parecia apresentar um saldo positivo para o Brasil no cenário externo: a política regional bem encaminhada, especialmente com a Argentina nas questões de Itaipu e de energia nuclear⁴⁷⁰, inclusive com acenos de Havana para a normalização diplomática com Brasília⁴⁷¹, bem como referências elogiosas do então vice-primeiro ministro chinês Deng Xiaoping para Robert MacNamara (presidente do Banco Mundial) “o Brasil lhe parecia ser a experiência recente mais interessante de desenvolvimento econômico no mundo”⁴⁷² e exportações, especialmente de material militar em alta. Apesar de óbices previstos, soluções também poderiam ser esperadas.

As oportunidades pareciam ainda mais promissoras junto aos países árabes, sobretudo no Iraque, país com o qual o Brasil nutria grandes expectativas. Além da manutenção no fornecimento de petróleo iraquiano no volume e nos níveis em que vinha ocorrendo, relatório do Ministério das Relações Exteriores dava conta que era esperada uma inédita parceria, sugerida pelo ministro Delfim Neto (quando de sua viagem a Bagdá), para a criação de “uma cooperação bilateral na área financeira, através da criação de um banco conjunto e de uma empresa bilateral de seguros, para apoio ao intercâmbio bilateral”⁴⁷³ e, segundo o mesmo informe, tal iniciativa deveria ser concretizada em virtude “da decisão, tomada, segundo informação do nosso Embaixador em Bagdá, ao nível do próprio conselho do Comando Revolucionário Iraquiano – de aceitar a sugestão de Delfim Neto”. Um empreendimento dessa

⁴⁷⁰ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , diversos informes ao presidente (números 14, 49, 80, 97, 115, entre outros) todos de 1980.

⁴⁷¹ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Telegramas recebidos, série FAO HAVANA, secreto-exclusivo urgente, (02 e 07 /9/80) e Informação para o Presidente da República (desp.253), secreto-exclusivo. Índice: Interesse cubano na reaproximação com o Brasil. 11 de setembro de 1980. Na ocasião, Fidel Castro conversou pessoalmente com o chefe da delegação brasileira e, pelo teor apresentado na descrição das conversas, transparece o nítido desejo do reestabelecimento das relações diplomáticas com o Brasil.

⁴⁷² Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Informação para o Presidente da República (desp.137), secreto. Índice: Relações Brasil-RPC. 13 de maio de 1980. A título de ilustração, o PIB brasileiro era aproximadamente 20% maior que o da China e o PIB per capita brasileiro era 10 vezes superior ao chinês em 1980.

⁴⁷³ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Informação para o Presidente da República (desp.248), ostensivo. Índice: Brasil-Iraque. Cooperação financeira. Reunião de Cúpula da OPEP. 03 de setembro de 1980.

natureza seria, sem dúvida, uma original parceria inovadora no que chamamos “relações Sul-Sul”, especialmente por envolver a criação de uma organização financeira que atuaria na delicada questão de crédito e seguros.

Assim, apesar do céu turbulento que se anunciava, com elevação dos juros internacionais e a nova “crise do petróleo”, o Brasil parecia em condições de equacionar seus problemas. Porém, como dissemos anteriormente, as tensões no Golfo Pérsico aumentavam e, em 22 de setembro de 1980, Irã e Iraque envolveram-se em confrontação militar na área fronteiriça dominada pelo Canal Shatt el-Arab, por onde escoava a totalidade da produção de petróleo iraquiana, dando início a Guerra Irã x Iraque, que duraria mais de sete anos (22 de setembro de 1980 – 20 de agosto de 1988). Em consequência das escaramuças iniciais, por um breve período a exportação de petróleo do Iraque para o Brasil foi suspensa, mas algum tempo depois foi retomada, com os envios do óleo sendo despachadas via Arábia Saudita e, como seria de se esperar, tal evento alteraria os planos não militares para a região.

De fato, a inaudita proposta de parceria financeira seria efetivada, embora não na dimensão imaginada, com a criação do Banco Brasileiro Iraquiano S/A, mas as iniciativas que conheceriam maior prosperidade no Iraque seriam os projetos de infraestrutura já iniciados e que permaneceriam em execução e, obviamente, o fornecimento de material militar brasileiro, que ganharia enorme relevância e atingiria o auge de sua produção, no que pode ser considerado o período de ouro da exportação de equipamentos bélicos do país. É bem verdade que o esforço exportador já avançava, inclusive para outros mercados, como o asiático, que também oferecia, ao que tudo indicava, boas possibilidades. Como exemplo temos os novos fornecimentos para a Coreia do Sul, realizadas pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC, intermediada novamente pela Korea Continental Corporation) no montante de US\$ 791.000,00; mas nada seria comparável ao que estava por vir, demandada pelo “parceiro” Iraque.

Para o setor industrial militar brasileiro, a “névoa da guerra” prenunciava tempos ensolarados e, considerando que o ambiente externo lhe era favorável, o interno também não era, ao menos em tese, tímido. No que talvez tenha sido o último grande momento de otimismo com o mercado interno (leia-se aquisições e investimento governamentais, principalmente), o ano de 1980 apresentou marcas significativas para a dimensão de nosso mercado. A IMBEL, que ainda procurava se estruturar na promoção do parque fabril baseado na indústria privada, incrementava suas atividades industriais e comerciais, inaugurando novas usinas para a produção de explosivos e propelentes de interesse militar, faturando

pouco mais de US\$ 37 milhões (dos quais US\$ 14 milhões de exportação) e importando US\$ 1,5 milhão – valores baixos se considerarmos o total das exportações brasileiras, mas significativo para uma autarquia que ainda não completara 10 anos.

Por sinal, a substituição de importações para abastecimento das necessidades militares endógenas foi um caso de sucesso pois, já nesse período, representavam pouco mais de 10% do total, sendo adquiridos junto a indústria nacional a maior parte dos serviços, produtos e equipamentos, como a compra de blindados sobre rodas, adquiridos junto a ENGESA (e repotenciamento de blindados sobre lagartas, efetuados pela Bernardini), veículos de logística e transporte, material de engenharia (desde a simples bússola até embarcações fluviais e veículos lançadores de ponte); também o material de comunicação e processamento de dados foram adquiridos junto aos fabricantes brasileiros e, o que seria muito importante para a nova década que se iniciaria, empenhou especial ênfase ao desenvolvimento de projetos de foguetes e lançadores.

Com tal pano de fundo, o Brasil lançaria suas cartas para a próxima etapa da história de sua indústria militar. Vamos a ela.

4.4 – Um pequeno alívio.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1981, com 236 páginas e enviada em 1º de março, ainda que preservando um viés negativo, como a do ano anterior, apresentou uma perspectiva mais otimista, especialmente com resultados inesperados na área econômica, particularmente o incremento de 8% na taxa de crescimento do país (segundo estimativas apresentadas pelo IBGE no final do período), destacando a elevação da produção agropecuária e industrial, bem como o crescimento do comércio exterior (expressivo, pois ampliou-se em 32% sobre o ano anterior, tendo a exportação de produtos industriais liderado tal avanço, com crescimento de 39%). Como na mensagem enviada em 1980, os temas de economia e política externa foram os que mereceram maior destaque, representando mais de 50% da introdução discursiva, desta vez com ligeira predominância dos aspectos da PEB, revelador do turbulento cenário internacional vivido naquele momento histórico.

De fato, o aspecto externo revestia-se de particular importância, considerando a questão do petróleo, agravada com a Guerra Irã-Iraque, a deterioração dos termos da relação Norte-Sul e a negligência do governo norte-americano com o Brasil e a América do Sul, sendo notório que os Estados Unidos não são citados, individualmente, em nenhum momento

da introdução da *Mensagem*. De fato, a potência do Norte foi englobada junto aos *demais países industrializados*, que, não obstante a reiteração de que o Brasil continuava a considerar-se vinculado a tal grupo (representados pelo *ocidente* + Japão, no discurso presidencial), foram alvo de críticas pelo modo pouco ativo como tratavam a questão dos países pobres e em desenvolvimento.

Por outro lado, manifesta o fortalecimento de posições vinculadas aos países que compunham as *nações não desenvolvidas* e com o bloco socialista, algo próximo ao que será posteriormente conhecido como *relações Sul-Sul* embora, evidentemente, sem atestar um conteúdo ideológico de proximidade. Nesse sentido, é interessante anotar o comprometimento desejado com as “nações vizinhas da América Latina e África”⁴⁷⁴, reforçando laços de unidade de interesses e, adicionalmente, corroborando a tese de vizinhança com o continente africano – separado apenas pelo “rio chamado Atlântico”, nos moldes propostos por Golbery do Couto e Silva, advogando inclusive o combate ao *apartheid* na África do Sul e, assim como na mensagem de 1980, asseverando a condição brasileira de país latino-americano: nos dizeres de Figueiredo, alinhando o Brasil com “o nosso modo de ser latino-americano”⁴⁷⁵.

O discurso em relação aos países árabes era ainda mais contundente, mais bem demonstrado pela transcrição de trechos da mensagem. A fala do presidente assevera que “no plano político, reiteramos a posição brasileira de princípio quanto à questão do Oriente Médio. Somos a favor da desocupação dos territórios árabes tomados pela força.” (grifo nosso). E, pouco adiante afirma que:

Defendemos o direito do povo palestino à autodeterminação, à criação de um Estado soberano e o retorno a seus lares. Reconhecemos que a Organização para Libertação da Palestina (OLP) representa o povo palestino e deve participar do processo que venha a deliberar sobre o destino da Palestina⁴⁷⁶. (grifo nosso).

É interessante notar que João Figueiredo, até a primeira metade de seu mandato recuperava, em seus discursos, o *Pragmatismo* que nomeou a política proposta por Ernesto Geisel, conectando diretamente sua PEB com a do antecessor. De fato, nada mais pragmático que o derradeiro chefe do regime militar brasileiro defender teses contra o racismo na África do Sul, colocando-se, ainda que veladamente, em condição de país latino-americano

⁴⁷⁴ Mensagem ao Congresso Nacional, introdução, p. IX.

⁴⁷⁵ Mensagem ao Congresso Nacional, introdução, p. X. Podemos notar aqui uma sensível mudança de tom em relação aos predecessores de Figueiredo que, não obstante um discurso de *irmandade latina*, mantinham um viés de diferença.

⁴⁷⁶ Mensagem ao Congresso Nacional de 1981, introdução, p. XI.

dependente, na luta anticolonial, contra o sionismo e pró Palestina, num momento em que era impossível sustentar veleidades de país apartado da periferia do sistema internacional.

Rumos pragmáticos.

Os negócios não podiam parar, uma vez que a situação parecia favorável a exportação de material militar; momentos de guerra localizada tendem a favorecer esta indústria e, independente da guerra que se desenrolava no Golfo Pérsico, outros clientes ingressavam na carteira dos exportadores de material militar do Brasil. Assim, em fevereiro de 1981 a ENGEXCO celebra contrato de venda com o Governo da Tunísia (doze EE-9 Cascavel e sete EE-3 Jararaca, mais insumos e equipamentos utilizados nas viaturas, no valor de US\$ 7.524.240,00, com pagamento integral no ato da apresentação dos documentos de embarque)⁴⁷⁷, país que também recebeu fornecimento da *Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC)* – 3.400.000 cartuchos calibre 7.62 e 500.000 calibre 9 mm Luger/Parabellum), no valor de US\$ 1.200.000,00, também com pagamento por carta de crédito à vista. Em outra negociação, entre janeiro e abril de 1981, a *CBC* faz novos fornecimentos para a Coréia do Sul, em mais uma concorrência vencida pela “Korea Continental Corporation”⁴⁷⁸. Desta vez, dois fornecimentos (670.000 cartuchos calibre “.50”, no valor de US\$ 1.100.000,00 e 245.000 cartuchos calibres “.45” e “.50”, no valor de US\$ 110.000,00)⁴⁷⁹; a Coréia do Sul, como já dissemos, chegou a ser cogitada como promissor cliente para o conjunto da Indústria de Material Militar Brasileira, mas a penetração nesse mercado permaneceria marginal.

Enquanto mercados potenciais acenavam, o Iraque representava, cada vez mais, o paraíso da indústria de armamentos do Brasil. Assim, a *CBC* inicia, em maio de 1981, negociações preliminares para a venda de munição de uso exclusivo militar ao Iraque no valor de US\$ 20.000.000,00⁴⁸⁰ e, entre abril e maio de 1981 a *Bernardini*, intermediada pela *Corema Empresa de Exportação Ltda*, negocia a compra de 300 carcaças do carro M-41 (dos EUA)⁴⁸¹, para ser repotencializado e vendido (entre 60 e 100 unidades) para o governo do Iraque. A negociação deixa claro ao governo brasileiro que o fornecimento pagará a compra efetuada junto aos Estados Unidos, não impactando, dessa forma, a balança comercial,

⁴⁷⁷ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , PNEMEM, maço secreto, 665.16 (B46)(A36), 04/02/198.

⁴⁷⁸ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , PNEMEM, maço secreto, 665.16 (B46)(E24), 05/01/1981e 08/04/1981.

⁴⁷⁹ Apesar dos calibres das duas remessas serem os mesmos, possuíam diferentes especificações/detalhes técnicos, cuja descrição é dispensável para este trabalho, mas explica a aparente discrepância dos valores unitários.

⁴⁸⁰ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , PNEMEM, secreto, 665.16 (B46)(E27), 13/05/1981.

⁴⁸¹ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , PNEMEM, maço secreto, 665.16 (B46)(E27), 14/05/1981.

informação que sinaliza a preocupação com a saída de divisas naquele momento. Ressaltamos aqui que a Bernardini realizou um tenaz esforço para aproveitar o bom momento das vendas internacionais de material bélico, mas, conquanto apresentasse considerável *expertise* e sucesso em modernizar blindados e carros de combate, não logrou êxito significativo nas exportações, mesmo quando veio a produzir veículos originais oriundos de suas próprias pranchetas, assunto que retomaremos em momento oportuno.

Os exemplos de negócios realizados ou (no caso da Bernardini) prospectados, mencionados nos últimos parágrafos, indicam que naquele ano já se iniciava a intensa movimentação que caracterizaria a indústria de material militar brasileira na década de 1980, atuando em diferentes contextos e regiões, num momento de relativa retração do comércio internacional; a conquista de mercados parecia firme e prenunciava um crescimento consistente. Com a insinuação internacional brasileira neste sensível setor, era de se esperar que surgissem novas propostas de parceria – presumivelmente reações negativas também se manifestariam -por parte de outros países e empresas produtoras de material de emprego militar, especialmente no segmento armamentista, e tal cenário passaria a exigir mais acuidade no trato de questões de natureza política em virtude da natureza dessas operações.

A reflexão política precisava levar em consideração aspectos que poderiam impactar o espaço já conquistado, ainda que surgissem oportunidades auspiciosas sob o ponto de vista técnico ou militar; as decisões precisariam ponderar as vantagens em um amplo espectro de considerações. Nesse sentido, já em janeiro de 1981, o MRE identifica o desenrolar de uma associação que, considerava a chancelaria, seria deletéria para os interesses mais amplos do país: a aproximação de Israel com a Força Aérea e a Marinha Brasileira.

Tal possibilidade que, como veremos em breve, geraria de fato reações negativas cerca de dois anos depois, foi imediatamente interpelada pelo Itamaraty, que, em comunicação com a Presidência da República advertia que⁴⁸²:

Dentro do quadro geral da política brasileira de exportação e importação de armamentos e das diretrizes sobre a matéria, as relações do Brasil com Israel, no que toca ao comércio e à produção de material bélico, devem ser examinadas de maneira consentânea com a situação daquele país no cenário mundial e, em particular, nos contextos africanos e do Oriente Médio em que ele se situa e que lhe são conhecidamente hostis.

⁴⁸² Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Informação para o Presidente da República (desp. 054), secreto. Índice: Relações do Brasil com os países árabes e africanos. Inconvenientes do comércio de armas com Israel. 22/01/1981.

E, mais adiante no mesmo relatório considera que:

Do ponto de vista mais amplo dos interesses brasileiros – políticos e econômicos – com respeito aos países árabes e aos países da África Subsaariana, impõem-se de maneira insofismável sobre outras considerações e mesmo sobre vantagens, eventualmente oferecidas ao Brasil, de natureza limitadamente comercial ou tecnológica, no âmbito das relações bilaterais.

Na ótica da chancelaria brasileira as associações propostas interessavam principalmente aos israelenses, pois:

O empenho israelense nesse sentido transparece e se justifica, do ponto de vista de Israel, quando se leva em conta o atual estágio da indústria bélica brasileira e o mercado potencial que ela vai com esforço conquistando, principalmente entre os países em desenvolvimento, mormente os latino-americanos.

Embora alguns países da América Latina já tivessem obtido material militar israelense em momentos passados, o Brasil começava a figurar como importante fornecedor e poderia, em futuro próximo, oferecer com vantagens boa parte do que fora anteriormente produzido por Israel, o que tornaria a parceria mais interessante para este país do que para o Brasil. Além disso, outros compradores ainda não contemplados na pauta de exportação de Israel começavam a manter relações com o Brasil e poderiam receber, ainda que indiretamente, produtos israelenses. Mas a questão não era, como insistentemente marcado pela nota do Chanceler Saraiva Guerreiro, apenas de natureza comercial ou, eventualmente, de parceria tecnológica entre a indústria de Israel e nossas Forças Armadas (especificamente a FAB e a Marinha).

O Itamaraty adotava uma postura francamente realista naquele período e, considerando os interesses de projeção internacional brasileira, sabia que a aproximação com Israel não poderia compensar o desgaste político - e igualmente não seria capaz de substituir eventuais perdas de parcerias e negócios – que uma vinculação dessa natureza muito provavelmente provocaria. Assim, sob a dupla perspectiva – política e comercial -adverte a chancelaria que:

Os países afro-asiáticos, em sua quase totalidade, não mantêm relações diplomáticas ou outras quaisquer com Israel, pois que repudiam, seja por solidariedade aos países árabes que, à exceção do Egito, nem reconhecem o Estado de Israel, seja, no caso dos africanos, pelas notórias ligações do

governo de Tel Aviv com o governo de Pretória, inclusive nos planos militar e nuclear.

E, endurecendo o vocabulário da argumentação, enfatiza ainda que:

tanto Israel como a República da África do Sul têm sido e continuam a ser alvo da censura internacional, nas Nações Unidas e em outros foros, pela sua política colonialista e racista – assim considerado o sionismo – com o maciço e veemente apoio dos países árabes e africanos. (grifo nosso).

Associando Israel e África do Sul num mesmo plano, conectados por uma política colonialista, racista e sionista, o Chanceler brasileiro constrói uma retórica de força, que proporciona um quadro impactante – a depender do observador, repulsivo – que deveria desaconselhar qualquer aproximação; ao mesmo tempo, ao invocar as Nações Unidas “e outros foros”, marca uma opção multilateral no assunto, que, na eventualidade de uma conjugação exitosa de esforços como a pretendida, transformaria a escolha em um quase acordo bilateral e, de certa forma, uma declaração de apoio. E, antevendo as consequências da escolha, anota o informe ao Presidente da República que:

Desse modo, no momento em que, desfazendo equívocos e corrigindo rumos, consegue o Governo brasileiro desenvolver um diálogo profícuo com os países africanos e consolidar suas relações, hoje felizmente privilegiadas, com os países árabes, uma associação com Israel ainda que somente aparente, no delicado campo da compra, venda, troca ou produção conjunta de armamentos, resultaria extremamente danosa para nossa relação com aqueles países já sensibilizados pela nossa atual posição e pelos nossos bem sucedidos gestos de aproximação (...).

Saraiva Guerreiro não é explícito sobre quais seriam os equívocos e que rumos foram corrigidos (correção de rumos, por sinal, foi o termo usado por Amado Cervo para anunciar a mudança de orientação da PEB no governo de Costa e Silva), mas é lícito imaginar que se trata de uma postura mais atuante e afinada com os países em desenvolvimento e periféricos. E, sob esse prisma, manter o foco no bom relacionamento com as regiões mencionadas no último excerto, evitando a aproximação excessiva com países que representariam o “centro” do sistema, seria uma medida que reforçaria a opção do governo brasileiro, um ganho eminentemente político e geopolítico e, além disso, preservaria as conquistas comerciais e a ampliação dos negócios que se desenhavam no horizonte.

Assim, concluindo sua análise e emitindo seu parecer sobre o caso, que, como veremos a seguir, contava com o apoio de mais um importante órgão da administração federal, afirma o Chanceler brasileiro que:

Parecem-me tais encontros (...) altamente inconvenientes. Não podem eventuais vantagens técnicas ou financeiras, no caso, compensar o grande desgaste político, com efeitos, inclusive comerciais, graves, no campo específico dos armamentos, ao reduzirem ou anularem a disposição de países do Oriente Médio e da África de comprarem equipamentos militares brasileiros.

Estendemos o conhecimento dessa opinião ao Estado Maior do Exército [EME], que nos deu a conhecer seu próprio parecer sobre o assunto, igualmente negativo. (Grifos nosso).

O grau superlativo da inconveniência da relação proposta deixa claro a posição do Itamaraty e, igualmente importante, alerta que o Alto Comando da Força Terrestre compartilha a opinião do MRE, uma associação burocrática que, naquele momento, adquiria um significado ainda mais importante; de fato, uma parceria brasileiro-israelense iria de encontro aos esforços brasileiros de projeção, delineados sobretudo em direção aos países “não desenvolvidos” – especialmente África e Oriente Médio, bem como das nações do campo socialista, notadamente China e URSS. A situação em tela teria ainda outros capítulos, como em breve será disposto, mas a posição do Itamaraty permaneceria inalterada.

Antes de avançarmos, cabe aqui uma observação. Muitos comentaristas criticaram (e de certa forma ainda criticam) a posição do Itamaraty e do Exército neste caso, afirmando que o governo “jogou” para os interesses da indústria brasileira, mais especificamente para “garantir o privilégio” notadamente da ENGESA, sem considerar a importância que a parceria com Israel teria na aquisição de equipamentos e tecnologia de um país supostamente muito superior ao Brasil (na verdade, o principal interesse dos militares interessados na parceria girava em torno de um míssil, o Gabriel, que será oportunamente tratado nesta tese). Em primeiro lugar, devemos questionar se, caso fosse o único interesse do MRE e do EME proteger uma determinada indústria ou grupo industrial brasileiro e nacional, seria tão questionável e danoso aos interesses nacionais; além disso, precisamos avaliar como seria exatamente a proposta e as informações disponíveis para os tomadores de decisão, antes de emitirmos um juízo sobre o ato. Além disso, esse informe ao Presidente da República nos mostra que a questão adquiria contornos mais profundos, de Política Externa, além de uma política pública específica ou mesmo na defesa de interesses particulares que, cumpre alertar, não estava de fato de fora das considerações da Chancelaria brasileira.

Decisões de tal alçada devem ser consideradas à luz de uma análise ampla das orientações estabelecidas para o país e das possíveis consequências sobre estes objetivos e diretrizes. É sempre muito perigoso aceitar propostas que, compreendidas apenas superficialmente, especialmente quando ancoradas no senso comum e em avaliações de vantagem imediata, nos levam a subestimar consequências e lances futuros. Escolher um lado por vezes é inevitável, mas, sendo este o caso, ele deve, preferencialmente, representar o melhor “custo-benefício” possível mediante o cotejamento do momento e das forças envolvidas, o que nos remete a algumas últimas observações sobre este fato.

No início da década de 1980 temos a inauguração da administração de Ronald Reagan nos EUA, que sinalizava um relativo descaso com a América do Sul – mesmo Chile e Argentina, tidos à época como países que receberiam atenção especial do novo governo norte-americano, em breve descobririam que tal “condescendência” teria limites muito estreitos – e acenava, para outros quadrantes planetários com iniciativas que, no mais das vezes, chocavam-se com as diretivas de interesse do Brasil, inclusive com apoio explícito e declarado das ações de força de Israel. Além disso, Reagan anunciava a disposição em reaquecer a disputa com a União Soviética⁴⁸³ (país com o qual o Brasil iniciava uma rodada de interesses comerciais), enquanto procurava manter a China como parceira tática, dentro da estratégia traçada desde Kissinger, ainda na gestão de Richard Nixon.

Sobre a China, vale ressaltar, data desses anos o incremento das relações, sobretudo comerciais, mas que, de qualquer forma, adquiriam contornos de ação política. Restabelecido o relacionamento diplomático com este país em 1974, a partir de 1979 intensificam-se as comunicações entre os dois países e significativo número de missões comerciais chinesas visitando o Brasil em 1980, contando inclusive com a concessão, pelo Banco do Brasil, de um empréstimo de US\$ 100 milhões ao Banco da China e, em 1981, foi acertada a abertura de escritórios de representação comercial em São Paulo, Rio de Janeiro, Xangai e Cantão.

O que queremos destacar aqui é que a estratégia brasileira seguia um curso delineado e preciso no aspecto da inserção internacional do país e as principais, promissoras e lucrativas

⁴⁸³ Um aspecto importante a notar é que, em novembro de 1980, os EUA enviaram ao Brasil proposta de instalação de equipamento para rastreamento de satélite que permitiriam posicionar com ainda maior precisão os satélites de navegação operados pela Defense Mapping Agency do Departamento de Defesa. Em virtude do potencial de elevação da “capacidade de tiro” das forças estratégicas norte-americanas, notadamente em relação ao Pacto de Varsóvia, concedidas por tais instalações, o Itamaraty desaconselha veementemente a permissão para tal equipamento, em virtude das repercussões políticas advindas de tal associação, que seria entendida como “um sinal de aliança militar”, segundo informe da chancelaria (Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Informe ao Presidente da República, 106, secreto, março de 1981). A proposta americana pode ser apreciada na comunicação n° 320 da Embaixada dos EUA para a Chancelaria (Arquivo Central do Itamaraty -BSB , 670.3 (B75)(B13), de 24/11/1980).

alianças não passavam mais pelo alinhamento baseado em premissas que já não se verificavam. Ao contrário, tais pressupostos provavelmente comprometeriam os avanços e conquistas estabelecidas; nesse sentido, considero importante a menção a um fato que em geral não é anotado nos estudos sobre o tema: a não participação do Brasil no Simpósio Interamericano de 1981, realizado em Buenos Aires no mês de maio. Tal simpósio, ainda que de caráter não governamental, contaria com a presença de representantes da África do Sul e teria, entre seus temas, a constituição do Pacto Militar de Defesa do Atlântico Sul, reunião que, convidado, o Brasil se absteve de participar, justamente pela presença de enviados sul-africanos, o que poderia configurar um recuo na posição brasileira anticolonial e de rejeição ao *apartheid*.

Não foi por acaso que tal encontro tenha sido marcado para maio de 1981. Neste mês já estava agendada reunião entre os presidentes João Figueiredo e Roberto Viola (da Argentina), realizada em Paso de Los Libres e Uruguaiana, para a celebração de acordos e notas conjuntas entre os dois países, contando com a participação dos respectivos chanceleres e ministros da área econômica, militar e da indústria. Na ocasião, acompanhando a recomendação do Itamaraty (e que obrigou a uma mudança de última hora no discurso de Viola), os mandatários de ambos os países expressaram em nota conjunta⁴⁸⁴ “seu repúdio a todas as formas de colonialismo e de discriminação racial, especialmente a prática do *apartheid*”, manifestam especial ênfase “ante a sobrevivência colonial na Namíbia” e reforçaram a importância do Atlântico Sul “área de interesse direto e imediato para as nações em desenvolvimento que o margeiam [e ressaltaram] a alta conveniência de mantê-lo a salvo de tensões e confrontações internacionais, de modo a preservar seu caráter de instrumento pacífico de intercâmbio e do desenvolvimento destas nações, de acordo com os propósitos e princípios da carta das Nações Unidas” (grifos nossos).

A nota demarca uma posição de interesse claro, afastada da nova fase de disputa com a URSS desencadeada por Reagan e marcada por uma posição multilateral, ao destacar a carta da ONU (afastando a questão do Atlântico Sul, portanto, da órbita da OEA). Esta passagem reflete mais que um exercício de retórica; a postura adotada em Paso de Los Libres foi uma resposta a setores que advogavam outro direcionamento em política externa, e pode ser capturado através de dois artigos publicados na imprensa argentina e brasileira, ambas publicadas em 28 de maio de 1981.

⁴⁸⁴ Comunicado de Imprensa, Brasil-Argentina, divulgado em Paso de los Libres, em 26 de maio de 1981. Resenha da Política Exterior do Brasil, FUNAG, 1981.

Em artigo assinado por Jesús Iglesias Rouco, do jornal La Prensa (de Buenos Aires), são desferidas contundentes críticas ao encontro dos dois presidentes, afirmando que “a União Soviética não só foi a grande como a única beneficiária da reunião” e que o documento apresentado poderia ser subscrito “por todos os países (...) que atualmente são dirigidos desde Havana pelo Senhor Castro”, afirmando que ao negligenciar o Atlântico Sul e condenar a intervenção dos EUA ou da OEA em assuntos da América Central (particularmente El Salvador), estariam os dois presidentes adotando um postulado que “serve para que se oponha antecipadamente a intervenção que países latino-americanos e Washington poderiam eventualmente utilizar para frear a interferência cubana.”.

Já o espaço “Notas e Informações”⁴⁸⁵ do Jornal o Estado de São Paulo sustenta que o comunicado conjunto de Figueiredo-Viola “descerra para um público surpreso os reais conteúdos do novo **perfil latino-americano**” (destaque no original), que chega ao ponto de “esquecer que o Atlântico Sul é importante não apenas para as ‘nações em desenvolvimento que o margeiam, mas para o comércio de todos os países industrializados do Norte, hoje os grandes inimigos.”. Afirmando que tal política comum é “antes de mais nada terceiro-mundista”, acusando-a de neutralista em relação aos problemas de El Salvador, “favorece a África Negra e condena a África do Sul” e “finalmente, mas não por último, dá mais um passo no sentido de isolarem-se, Brasil e Argentina, do Estado de Israel”, afirmando que se o “sionismo fora pretexto no passado” agora era a “crise libanesa” o subterfúgio para tal isolamento. Afirmava ainda que:

reclamar o mar do Sul para os ribeirinhos latino-americanos e os da África Negra, é assumir posição meramente retórica e de prestígio (...), a qual só se compreende à luz do que significa o alheamento da crise de El Salvador e da posição, senão anti, pelo menos não favorável a Israel.

Ambos os artigos renderiam excelentes oportunidades de análise quanto ao seu claro conteúdo anticomunista e mesmo implicitamente racista, mas tal esforço escapa ao propósito deste espaço. O importante é sinalizar que a direção proposta a partir de Brasília e mais particularmente do MRE não era unânime mesmo entre presumíveis apoiadores. Também serve como alerta para notícias que não esclarecem adequadamente os dilemas enfrentados, principalmente na arena internacional.

As informações acima nos mostram que não eram questões simples a enfrentar e, seguramente, não poderiam se restringir a um ou outro ponto eventualmente favorável numa

⁴⁸⁵ Jornal O Estado de São Paulo, quinta-feira, página 3, 28 de maio de 1981.

questão extremamente específica, ainda que importante. Mas, além das questões da “grande política”, um outro fato parece nos mostrar que a opção pelo zelo nas relações com o mundo árabe tinha sua razão de ser e, nesse caso, vinculado umbilicalmente a produção de equipamento bélico brasileiro; vamos a ele.

Em 21 de setembro de 1981 a AVIBRAS comunica ao Ministério das Relações Exteriores⁴⁸⁶ que celebrara contrato com o Governo do Iraque para o fornecimento de:

veículo lançador múltiplo universal (trinta e seis unidades do AV-LMU), containers reusáveis de lançamento dos foguetes 127mm (quatrocentas e trinta e duas unidades), veículo municionador (dezoito unidades), motor-foguete (82.000 no total, nos padrões SS-30, SS-40 e SS-60) (...)

Tratava-se do que se tornaria conhecido como Sistema Astros (artilharia de saturação) e fazia parte da negociação o “acordo de transferência de tecnologia (dos itens)”. bem como assistência técnica. O valor total do contrato foi estipulado em US\$ 503.959.000,00, sendo US\$ 85.000.000,00 referentes ao pagamento pela transferência de tecnologia. As condições de pagamento foram estipuladas em 15% do valor dos materiais e 40% do valor da transferência de tecnologia (aproximadamente US\$ 97.000.000,00) no ato da efetivação do contrato (adiantamento) e o restante através de Carta de Crédito, pagável contra a entrega dos materiais e do restante da transferência de tecnologia. Não menos importante, este contrato não foi celebrado na forma de *countertrade*; a AVIBRAS recebeu o adiantamento em dinheiro, bem como as demais parcelas (posteriormente veremos detalhes do negócio). Este seria um equipamento realmente dedicado ao mercado externo, pois o Exército Brasileiro só adquiriu unidades deste Sistema de Artilharia no início dos anos 90. A Figura 5 mostra a configuração total do Sistema Astros II, em prospecto de divulgação internacional produzido pela AVIBRAS; é importante observar que todo o sistema (os lançadores múltiplos, o carro remuncionador e o Equipamento de Direção de Tiro) está apoiado numa mesma plataforma e constituiu, de fato, uma excelente realização tecnológica, eficiente e comercialmente viável.

⁴⁸⁶ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Comunicação AVIBRAS C-114/PRE/81, ao MRE [Paulo Tarso Flecha de Lima, DPG], 21/09/1981, secreto, 665.161(B46)(E27).

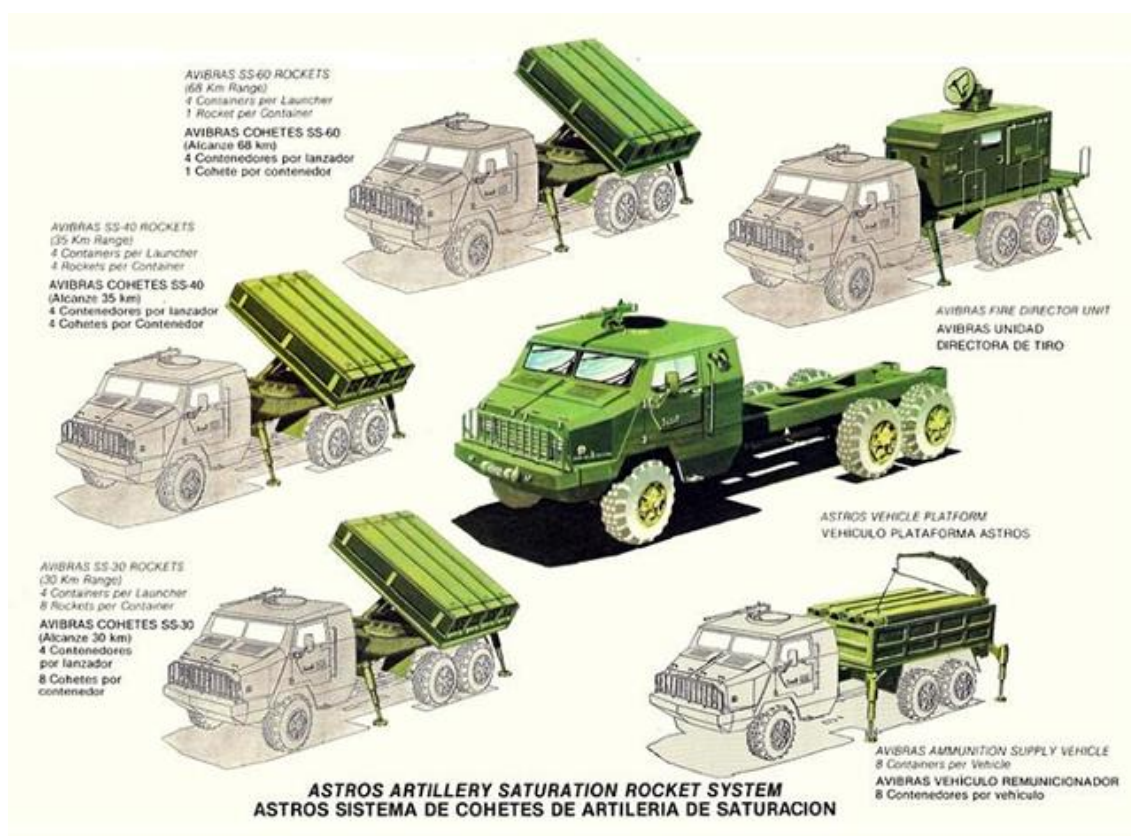


FIGURA 5 ASTROS: prospecto publicitário de divulgação. Figura 5 - Configuração total do Sistema Astros II. Fonte: Avibrás, via portal Lexicar Brasil.⁴⁸⁷

Com esta transação a AVIBRAS tornava-se, naquele momento o maior exportador (em um único contrato) de material bélico brasileiro e colocaria a empresa em condições de produzir um dos equipamentos mais eficientes da indústria de armas brasileira. O valor é também bastante significativo; a título de exemplo, pouco mais de 5 anos depois da assinatura do contrato em tela, o presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Franz Josef Sauer, foi escolhido o “Trader do Ano” pela Associação Nacional dos Operadores de Comércio Exterior. Incensado pela imprensa brasileira, o título foi concedido, segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo⁴⁸⁸ em virtude da:

sua atuação na montagem da operação de countertrade – envolvendo a troca de 25.000 barris/dia de petróleo, por um período de dois anos, por cem mil unidades do Passat, além de peças de reposição, no valor de US\$ 630 milhões – acertada em fevereiro deste ano com o governo do Iraque. (Grifo nosso).

⁴⁸⁷ Lexicar Brasil, disponível em: www.lexicarbrasil.com.br/avibras/, consulta em 23 de maio de 2018.

⁴⁸⁸ Jornal Folha de São Paulo, quinta-feira, 21 de novembro de 1985, Caderno Carga Aérea e Comércio Exterior.

Obviamente não é nossa intenção negar os méritos do mais alto executivo da Volkswagen, que foi presidida durante vinte anos por Sauer e conheceu, de fato uma gestão inovadora sob seu comando, inclusive exportando veículos produzidos no Brasil para outros países, inclusive para os EUA, fornecendo o sedan *Voyage*, lá rebatizado *Fox*. O que buscamos ressaltar, aqui, é a proximidade de valores de exportação contratados com uma empresa com sede e tecnologia brasileira, basicamente neófito, em comparação com uma transnacional alemã; também chamamos a atenção para o fato de, em nenhum momento, verificarmos a menção ao esforço governamental brasileiro no processo de exportação geral da indústria brasileira e, nesse caso específico, a verdadeira autoria das possibilidades abertas com o Iraque.

As reportagens em nenhum momento citam o esforço do MRE e outros órgãos da administração federal no Iraque e, especificamente no caso das vendas da Volks, não citam as tratativas pessoais do Itamaraty (e mesmo do governador de São Paulo) desde 1980, bem como passam ao largo do Ministério da Indústria e Comércio, que intercedeu diretamente em favor da montadora alemã desde 1981, que iniciou, em 1983, as exportações do citado automóvel para o Iraque. Também pouco foi noticiado que a transação citada na reportagem não era uma novidade e fora articulada, muito antes, pelo governo brasileiro; ainda menos comentado é que este contrato de exportação foi suspenso, em 1986, pois devido ao excesso de reserva, a Petrobras declinou da troca de petróleo por moeda, fato que levou a Volkswagen a transferir os veículos já produzidos para as concessionárias brasileiras, comercializados aqui com o nome de *Passat LSE*, ou, como ficou conhecido, *Passat Iraque*.

Finalmente, em nenhum momento encontrei, nos meios de comunicação, críticas ao processo que, afinal de contas, não foi completamente coroado de êxito, uma vez que, como dito linhas atrás, a empresa alemã foi obrigada a desovar (gerando uma obrigação para suas concessionárias) o estoque dos veículos destinados à exportação, um modelo que, naquela época, não era exatamente a pedida do consumidor brasileiro, pois o *Passat* exportado era uma versão de quatro portas, configuração que não gozava, por aqui, do mesmo prestígio verificado atualmente; a clientela nacional ainda preferia versões de duas portas para um veículo considerado esportivo; além disso, as cores oferecidas igualmente não agradavam o público no Brasil (na Figura 6, abaixo, exemplo da configuração “desovada” no mercado nacional). Este comentário reveste-se de importância pois, via de regra, os negócios entabulados com o Iraque, quando francamente associado a ações do Estado brasileiro,

costumam ser apresentados como prova do fracasso de ações governamentais, porém, quando vinculados a empresas que também mereceram estímulo e apoio estatal, tal observação desaparece.



Figura 6 – PASSAT. Versão de “teste drive”, utilizado à época pela Revista Quatro Rodas. Fonte: portal Quatro Rodas⁴⁸⁹.

De qualquer forma, o que nos interessa é a exportação de material militar, que conhece a partir daqui um forte incremento, como os primeiros contratos aqui apresentados podem demonstrar; o contrato da AVIBRAS não seria executado com tranquilidade, mas seria levado a termo e simboliza, mais do que qualquer outro, o início da década de ouro da exportação brasileira de armamentos. Mas nem só de Iraque vivia nossa indústria.

4.5 – Outros destinos.

Ao final de 1981 a ENGESA - sempre ela - estabeleceu um cronograma de visitas de autoridades militares do Chipre e da China ao Brasil (notificado ao MRE em setembro de 1981). Quando da visita da comitiva cipriota, a imprensa divulgou, provavelmente pautada por Whitaker Ribeiro, o interesse de “comprar [material bélico brasileiro] um pouquinho de tudo, segundo informou Luis Guilherme Whitaker [diretor da ENGESA, irmão de José

⁴⁸⁹ Portal Quatro Rodas, disponível em: quatorrodas.abril.com.br/noticias/grandes-brasileiros-volkswagen-passat-lse/, consultado em 7 de janeiro de 2019.

Luiz].” A visita da comissão cipriota colaborou para que a ENGESA vencesse as resistências da CACEX quanto ao financiamento da operação com a Ilha Mediterrânea, concretizando uma venda de material no valor de US\$ 22.400.000,00 (blindados e munição de fabricação da ENGESA e granadas da Química Tupã, estas intermediadas pela Engexco de Whitaker Ribeiro).

O otimismo com o desempenho industrial de base militar desdobrava-se também na imprensa, que noticiava o incremento do setor e as bem conduzidas gestões diplomáticas de apoio, como podemos observar na edição dominical do *Jornal do Brasil*, em longa coluna assinada pelo jornalista Antônio Augusto Oliveira, intitulada “Brasil dobra este ano a exportação de armas”⁴⁹⁰. Segundo a matéria:

O Brasil vai encerrar o ano com uma marca recorde: é agora o quinto exportador de armas do mundo, segundo a revista inglesa *International Defense Review*, conseguindo duplicar o bilhão de dólares faturados no ano passado, em um mercado global que gira em torno de 500 bilhões de dólares. A indústria bélica brasileira é composta atualmente por mais de uma centena de empresas que empregam mais de 100 mil operários e técnicos especializados, produzindo desde fardas e cantis a blindados de 30 toneladas, mísseis e jatos de combate.

Sabemos os cuidados necessários com informações de imprensa, sempre sujeitas ao momento político e, por vezes, municiada por informações não averiguadas com o devido critério; o número de empresas e funcionários envolvidos com a produção de material militar naquele período ainda é bastante controverso, assunto que retornaremos em momento apropriado. Mas, por mais restrições que possamos fazer, um tema que não tivesse um impacto minimamente considerável não seria objeto de tantas e tão extensas reportagens e, provavelmente, não chamaria a atenção da imprensa – e de atores – do exterior; também, como demonstram as informações já disponibilizadas em nosso texto, e outras que se sucederão, mostram que a gama de produtos exportáveis cobria, de fato, o anunciado na reportagem. Mas Antônio Oliveira informava ainda que:

A expansão da indústria bélica brasileira já começa a preocupar muitos tradicionais exportadores de armas do mundo, principalmente porque ela tem se mostrado muito dinâmica tanto em terra como no mar e ar. Em menos de 10 anos, um antiquado sistema de arsenais militares (...) cedeu lugar para uma florescente indústria bélica (...). A indústria está em quinto lugar no mundo como exportadora de armas e também em quinto lugar como exportadora de produtos manufaturados brasileiros.

⁴⁹⁰ *Jornal do Brasil*, domingo, 30/08/81, 1º Caderno - Economia, p. 28.

Em que pese a reduzida dimensão absoluta das exportações brasileiras de material militar (e houve realmente um exagero do colunista na abrangência da capacidade brasileira de produzir equipamentos competitivos “em terra como no mar e ar”), sua posição relativa não deve ser desprezada, especialmente, como anota o texto jornalístico, considerando o tempo em que tal colocação foi atingida; também é digno de nota seu lugar no conjunto das exportações industriais do Brasil, fato pouco discutido nos trabalhos sobre o tema.

A citada reportagem versou sobre muitos outros aspectos, que não precisam ser aqui descritos por já constarem de nosso trabalho em diferentes seções, mas uma última observação fornecida na matéria é de nosso interesse e, por essa razão, merece destaque. Pontua Antônio Augusto Oliveira que:

O governo brasileiro ajuda e incentiva essas indústrias a exportar armas brasileiras não apenas através de promoção e exposições [a indústria bélica brasileira seria um dos destaques da *5ª Brasil Export*, realizada nos EUA em agosto de 1981], como também evitando que entraves diplomáticos ou políticos possam obstruir bons negócios que quase sempre acontecem com as vendas de armas norte-americanas, francesas ou soviéticas. (Grifos nossos).

A ajuda governamental evitando entraves diplomáticos e políticos são óbices que, como já vimos e veremos em outras oportunidades, foi de fato valiosa e permaneceu durante todo o regime militar e, até quase ao final do nosso recorte cronológico, foi oferecida ao setor de armamentos. Neste trecho, com certeza, não podemos dizer que o jornalista do *JB* tenha exagerado.

Os anos oitentas prometiam muitas emoções para a indústria de material militar; vamos acompanhar a evolução da indústria militar nesta turbulenta década.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1982, com 314 páginas e enviada em 1º de março, carrega, em sua introdução, profunda mudança em relação ao conteúdo das mensagens anteriores. Nela percebe-se, claramente, o sinal do esgotamento de um discurso e de um modelo, admitido implicitamente nas palavras que tentam justificar, quase que a desculpar-se, pelo fim de um ciclo que não se poderia sustentar. Nela já não mais se encontram arroubos triunfalistas, embora ainda procure sustentar, em alguns poucos trechos, a capacidade criadora do povo brasileiro; também não projeta nossa condição de potência nem nosso papel singular no cenário internacional, sendo este invocado mais como a origem das agruras e óbices enfrentados —o desequilíbrio da balança de pagamentos foi apontado como principal

empecilho à manutenção do crescimento econômico -, ainda que reconhecendo o exterior como o campo necessário para superar parte das dificuldades.

Justamente por isso, não ataca as questões econômicas e financeiras com a mesma perspectiva de controle da situação e capacidade de encontrar soluções capazes de, a um só tempo, enfrentar e superar o problema, projetando, concomitantemente, novas ondas de desenvolvimento e crescimento palpáveis. Da mesma forma, a política externa desaparece de seu trecho introdutório, deslocando o eixo da atenção para o aspecto do comércio internacional, com a busca incessante de incremento de seu lado exportador e da retração de sua face importadora, ancorados numa postura proativa de busca de mercados e, talvez principalmente, no manejo da taxa de câmbio.

Assim, sobressai no texto as ações de âmbito interno, chamando a atenção para questões antes negligenciadas ou com reduzido espaço no discurso. Tais tópicos compuseram o prisma otimista da mensagem que, algo inédito nas comunicações dos generais-presidentes, chama a atenção para uma questão considerada na mensagem como vital e impostergável: o meio ambiente, e não apenas no seu aspecto conservacionista das *regiões naturais* (Amazônia e outros ecossistemas), mas também no tocante a qualidade de vida urbana. Mas tal apelo ambiental não aparece como objetivo independente; numa interessante manobra discursiva ele surge como introdução para abordar um tema crítico: a crise de energia, provocada pelo duplo choque do petróleo (de 73 e 79), que adquiriu, segundo a informação presidencial, caráter universal.

E, neste ponto, foi possível ostentar a marca de um governo realizador, através do incremento da produção interna de petróleo, mas, principalmente, a busca por outras fontes de energia, especialmente as renováveis, representadas pelo potencial hidrelétrico, tendo Itaipu como grande ícone de engenharia do governo militar e o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) como combustível substituto da gasolina, mobilizados como exemplo da capacidade e resiliência nacional pois, como anotado na mensagem⁴⁹¹:

Que o êxito desses empreendimentos revela o pioneirismo do brasileiro, bem como sua excepcional capacidade de adaptação às circunstâncias novas que as mudanças econômicas, tecnológicas e sociais nos oferecem.

Além da interessante união entre a defesa ambiental e a política energética, a Mensagem ao Congresso Nacional desafia proclamadas realizações no campo social, frutos de

⁴⁹¹ Mensagem ao Congresso Nacional de 1982, introdução, p. XV.

um interesse dito “humanístico” da Administração Federal, que não serão aqui pormenorizadas por desviar demais do objeto deste trabalho, mas que podem ser sintetizadas em excerto do próprio texto:

O direito a um meio ambiente sadio, o direito a posse e aquisição de propriedade rural, o direito à saúde, o direito à alimentação, o direito à moradia, o direito à previdência social e à assistência médica, nada disso é encarado, pelo governo, somente como regras programáticas, à espera de ocasional e incerta realizabilidade [sic].

As medidas e os programas já citados (...) [demonstram], que esses direitos são entendidos, pela Administração, como normas auto-executáveis, como normas vinculativas, que obrigam, de modo indeclinável, o poder público.⁴⁹²

A notável inflexão na mensagem de 1982 pode ser aferida pelo espaço dedicado a questões sociais e ambientais, superior a 50% do texto introdutório, seguida pela política interna (pouco mais de 20%), questões econômicas, por volta de 15% e a conjuntura internacional – apontada como principal responsável pela crise que se assentava -, também em torno de 15%; sobre política externa nenhuma linha foi escrita na introdução da Mensagem ao Congresso de 1982. Sem dúvida uma mudança significativa em relação aos informes oferecidos à apreciação da Casa Legislativa, presumivelmente não motivada por uma transformação ideológica do Poder Executivo, mas previda pelas circunstâncias políticas e sociais que caracterizaram o ocaso do regime militar de 1964. Contudo, não obstante tal posição pública de corte defensivo, algumas das ações ofensivas elaboradas durante as gestões anteriores continuaram a pleno vapor, sendo o interesse na indústria de material militar uma delas, especialmente seu potencial exportador, uma vez que a velocidade dos gastos internos no setor de defesa sofria sensível redução.

Mas os problemas anunciados pelo governo, inclusive o restritivo cenário externo, não pareciam aplicáveis às indústrias bélicas, tanto que a participação brasileira no comércio internacional de armamentos chama a atenção da imprensa internacional. Em janeiro de 1982, o “*Turkish Daily News*”⁴⁹³ relata que o governo brasileiro desenvolveu seu próprio complexo industrial-militar – “um multibilionário grupo de empresas que supre as forças armadas de várias nações, desde projeteis até aviões, (...) reputado como quinto ou sexto maior exportador de armas” (informações semelhantes ao que foi sustentado na matéria do *Jornal do Brasil* de 30/08/81, citada linhas atrás), anunciando ainda que suas empresas atraem delegações da China, países africanos e latino-americanos; divulga ainda que:

⁴⁹² Mensagem ao Congresso Nacional de 1982, introdução, p. XX-XXI.

⁴⁹³ *Brazilian Arms Industry breaks into the world Market in a grand fashion*, 14/01/82, p.2

o chanceler brasileiro nega interesse em desenvolver armas nucleares, contrariando a declaração do Vice-Almirante argentino Carlos Castro Madero sobre uma eventual cooperação entre Brasil e Argentina para construção de uma bomba atômica⁴⁹⁴.

Um apontamento importante: em nota de rodapé da reportagem, a matéria aponta que “existem indícios de que o Brasil está fornecendo armamentos para o Chipre”. Tais indícios seriam publicamente confirmados pela “Military Balance”⁴⁹⁵, que divulga a entrega de 20 carros blindados EE-9 Cascavel para o Chipre. E, em edição de 17 de outubro de 1982, o diário de notícias “O Estado de São Paulo”, em sua página 15, divulga apelo de Raul Denktash, líder dos cipriotas turcos, ao Brasil, na sede da ONU: “Parem de vender armas”, informando que dezenas de equipamentos blindados já haviam desembarcado na ilha e mais de uma centena já haviam sido encomendados. A questão cipriota não era desprezível; ocupada pela Turquia desde 1974, o Chipre representou mais um foco de tensão numa região já bastante conturbada e levou ao afastamento parcial da Grécia da OTAN (Grécia e Turquia ainda mantinham fortes traços de rivalidade). Como podemos ver, a movimentação da base industrial militar dava-se em ambiente de elevada complexidade.

De qualquer forma, ainda que precisemos relativizar o grau superlativo conferido ao setor industrial militar brasileiro pelas publicações turcas, ao que tudo indica o Brasil já era realmente visto como um exportador de armas digno de atenção. Tanto que, em telegrama enviado pela Embaixada em Abu Dhabi, foi notificado que um cidadão brasileiro, que se encontrava no país na qualidade de supervisor de futebol, apresentava-se como almirante e buscava vender armas brasileiras, inclusive já tendo entrado em contato com o Ministério da Defesa dos Emirados.

Na Embaixada em questão, segundo o diplomata autor do telegrama, o oficial da reserva “insinua de forma pouco sutil ser membro da comunidade de informações, tendo-me oferecido seus serviços de informante, oferta que obviamente não aceitei.”⁴⁹⁶. Em resposta ao comunicado, o Itamaraty informou que o cidadão era capitão de mar e guerra da reserva e, segundo o comando do *Sistema Nacional de Informações* (SISNI), não fazia parte da comunidade de informações brasileira. A menção a este pitoresco episódio, além de fornecer bons subsídios ao anedotário nacional, oferece, ainda assim, a dimensão a que estava

⁴⁹⁴ Notícia divulgada pelo mesmo Turkish Daily News em edição de 13/01/82.

⁴⁹⁵ The Military Balance, MilTech 9/82, International Institute for Strategic Studies, 1982, p. 191

⁴⁹⁶ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , telegrama recebido, secreto, 17/03/82, 665.16 ((B46)(E6)

chegando as possibilidades comerciais das “armas brasileiras”; mas voltemos aos desdobramentos reais da incursão no mercado internacional.

Em março de 1982 a empresa *Novatração* pede autorização para estabelecer entendimentos com diversos países, para fornecimento de lagartas, rodas de apoio e “pneus a prova de balas”; a lista de países é grande, incluindo Bangladesh, Burma, Taiwan, Indonésia, Laos, Paquistão, Filipinas, Malásia, Guatemala, México, Paraguai e, destacado pelo analista do MRE, a Coréia do Sul que poderia tornar-se um outro mercado promissor para empresas brasileiras do setor, como já dissemos. Na mesma direção, a *Forjas Taurus* solicita permissão para negociar com a Coréia do Sul, além de China (“continental”), Japão, Coréia do Norte, Hong Kong, Suriname e Honduras⁴⁹⁷. No primeiro semestre de 1982 começam as remessas da AVIBRAS para o Iraque (ainda em fase de implantação do contrato assinado em 1981) e os Emirados Árabes Unidos manifestam interesse em adquirir veículos lançadores de foguete, direcionando consulta sobre a possibilidade de fornecimento pela ENGESA de tais equipamentos, recebendo informação do DPG-MRE que os mesmos poderiam ser adquiridos junto a AVIBRAS. O mercado estava aquecido...

Em julho de 1982, como resultado provável das eleições realizadas em 1980 na Guiana, a ENGEXCO solicita autorização de embarque e venda de seis veículos EE-9 Cascavel, vinte caminhões EE-25 (6X6), trinta caminhões EE-25 (4X4), vinte caminhões EE-15 (4X4), além de munição, granadas (*Química Tupã*), entre outros itens, integralizando o valor de US\$ 9.931.500,00, sendo que 10% pagos diretamente pelo importador ao fornecedor, a título de adiantamento e o saldo financiado pela CACEX; aparentemente o órgão sensibilizou-se com as alegações postas nas exposições de motivos governamentais citadas anteriormente; e o Exército Brasileiro recebeu o pagamento pelos carros de combate cedidos ao vizinho setentrional⁴⁹⁸.

A escalada das exportações de equipamentos militares do Brasil começava realmente a incomodar. Alguns dos itens incorporados aos produtos da ENGESA eram de fabricação estrangeira, como as metralhadoras “7.62” e “.50” (produzidas pela Fabrique Nationale Herstal -FN, da Bélgica) e peças para munição de 90 mm (produzidas pela Poudreries Réunies de Belgique) e, em julho de 1982, tais empresas relataram que não poderiam mais fornecer os componentes para a ENGESA, uma vez que seus produtos eram exportados para o Iraque, em conflito com o Irã, sendo portanto incompatível com as diretrizes impostas por Bruxelas para a exportação de material militar (diversos outros países adotavam – e adotam ainda -

⁴⁹⁷ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , correspondências recebidas, secreto, 25/06/1982, 665.16 (B46)(00)

⁴⁹⁸ Arquivo Central do Itamaraty-BSB , maço secreto, 23 de julho de 1982, 665.16 (B46)(B6)

restrições semelhantes). A solução proposta pelo DPG-MRE foi simples: solicitar que o governo brasileiro expedisse um certificado de usuário final, no sentido de “driblar” o inconveniente criado pelo governo belga⁴⁹⁹. Ainda que os despachos superiores alertassem para o fato de a sugestão implicar em “declarações falsas”, as entregas ao Iraque continuaram sendo feitas. E, a julgar pelos comentários apensos ao despacho do Itamaraty, tal proposta não pareceu surpreender ou causar incômodo mais sério para os operadores das relações exteriores brasileiros.

Exportar era a palavra de ordem no início da década e as empresas produtoras de material militar, notadamente aquelas produtoras de armamento, eram ao mesmo tempo instadas pelo governo - e pela necessidade - a procurar incrementar suas vendas externas. A IMBEL, ainda que constituindo uma autarquia federal, não escapava a esta demanda, buscando, desde 1980, adequar sua programação e investimentos para atingir tal intento sob o comando de seu presidente, General Arnaldo Calderari, estruturando, em 1981 uma *trading*, da qual seria sócia minoritária, destinada especificamente para exportação dos produtos da IMBEL, a CODECE (Companhia de Comércio Exterior, em parceria com a *Mayrink Veiga* e a *Paembra*, ambas ativas neste tipo de comércio). Porém, as exportações da autarquia não decolavam e seus relatórios financeiros apresentavam sucessivos prejuízos; oficialmente, estes foram os motivos que levaram o Ministro do Exército (General Walter Pires) a destituir o General Calderari do comando da IMBEL, nomeando para o cargo o presidente da ENGESA, José Luiz Whitaker Ribeiro.

É muito difícil, para não dizer quase impossível, determinar a razão determinante para a escolha do principal executivo (e maior acionista) de uma empresa privada para um cargo que, além de representar o risco de nítido conflito de interesses, acumularia uma função “estatal” com a direção da sua própria empresa. Buscar elementos da iniciativa privada para exercer funções estratégicas num projeto de governo é bastante usual (um excelente exemplo disso é Robert McNamara); porém, da maneira como foi feito, sem a desvinculação de sua atividade anterior, é, igualmente, pouco usual, especialmente porque a dimensão da tarefa sugere que a liderança da autarquia deveria ser executada com dedicação integral e exclusiva.

Ainda assim, a nomeação de Whitaker foi considerada natural e, mais que isso, muito acertada! A imprensa da época noticiou o fato como fundamental, pois traria a eficiência do setor privado para uma estatal, além da expertise comercial do futuro presidente (e toda a gama de afirmações que estamos habituados a ouvir até hoje...). Provavelmente os vínculos de

⁴⁹⁹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB , informação para o Secretário Geral, secreto, 665.16 (B46), 27/07/1982

Whitaker com o Poder Executivo, os interesses cruzados e a ânsia do empresário paulista em ser o grande titã da indústria bélica brasileira tiveram seu peso na decisão, mas são especulações que, embora lícitas, não podem ser confirmadas. Enfim, o presidente da ENGESA assumiria o comando da IMBEL, num movimento que, como também é bastante frequente em soluções desse tipo, não foi de fato benéfico para nenhum dos lados, uma vez que outros jogadores estavam à mesa; por outro lado, a movimentação em torno da IMBEL demonstra que o segmento militar estava entre os principais objetivos da Administração naquele momento. Mas essa é uma história para outro ponto desta tese; voltemos ao nosso caminho cronológico.

A exportação vinculada ao setor militar, como temos afirmado, não se restringia aos armamentos, embora estes fossem, obviamente, os de maior destaque e valor monetário. Já citamos alguns casos de fornecimento de material militar não vinculado ao setor armamentista; outra operação que merece destaque ocorre em dezembro de 1982, quando é autorizada, no âmbito do PNEMEM, uma venda na área de comunicações: a SITELTRA (Sistema de Telecomunicações e Tráfego LTDA, posteriormente S/A de capital fechada), celebra contrato de venda de sistema de telecomunicações, incluindo serviços de instalação e treinamento para o Governo da Tunísia, numa operação de US\$ 480.000,00, pagos à vista⁵⁰⁰. A SITELTRA foi originalmente uma subsidiária da AEG-Telefunken, cujo controle havia sido recentemente adquirido pela gaúcha Máquinas Condor S/A, especializada em movimentação e armazenagem, que buscava diversificar sua base de atuação. A área de comunicações é extremamente sensível para as Forças Armadas e a SITELTRA era a fornecedora de equipamentos e componentes para o Exército Brasileiro e trabalharia na comunicação da Esquadra, razão pela qual suas exportações exigiam aprovação dos órgãos que administravam a política de exportação de material militar. A aposta no setor parecia acertada.

Apesar dos problemas enfrentados por Brasília, os esforços para a indústria militar pareciam não sofrer abalos... Mas, antes de prosseguirmos, é necessário um último tópico para o ano de 1982.

⁵⁰⁰ Arquivo Central do Itamaraty-BSB , exposição de motivos 098/82, com aprovação presidencial anotada e assinada, 13/12/82.

4.6 – Austeridade interna e consolidação externa.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1983, com 311 páginas e enviada em 1º de março, foi elaborada em tom mais melancólico que sua anterior, aproximando-se de uma retórica dramática, em que o pouco de otimismo advém da chamada segunda etapa da abertura democrática. Sua introdução que, como as outras, reflete o estado de espírito do governante e sua percepção da opinião pública é reveladora de um ambiente amplamente desfavorável aos ocupantes do poder central e, ao mesmo tempo, da admissão da impossibilidade de estabelecer uma agenda propositiva.

Novamente expõe o cenário internacional como fonte das dificuldades do país, apontando que as nações industrializadas levantaram muros protecionistas destrutivos para o conjunto dos países em desenvolvimento, deteriorando os termos de troca e, acrescido da profunda restrição creditícia externa impediu, ao contrário do ocorrido em meados dos anos setentas, o financiamento do desenvolvimento via endividamento externo. Resumidamente, informava que não se vislumbrava uma saída a curto prazo para a crise econômica instalada no Brasil e que, dada a carência de recursos e possibilidade de financiamentos, os países periféricos teriam que, assim como o Brasil, recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e suas receitas de recuperação, algo que, conseqüentemente, repercutiria negativamente no país e, portanto, esperava-se momentos de grande dificuldade para o conjunto da população brasileira. Na introdução da mensagem enviada ao parlamento resta claro tal observação, ao afirmar que:

As perspectivas da política econômica nos próximos anos irão acarretar sacrifício para toda a sociedade, visto que é imperioso ajustar o dispêndio global da economia a um volume mais reduzido de recursos. O engajamento consciente do povo brasileiro e de todos os escalões do governo nessa política de austeridade será indispensável para que o programa de estabilização chegue a bom termo⁵⁰¹.

O texto não poderia ser mais direto, apresentando um novo binômio: *austeridade e sacrifício*. Nenhuma nota otimista sobre desenvolvimento, salvo a ligeira recuperação do crescimento industrial. Nenhum plano de ação econômica ou social impactante, nenhuma promessa de desenvolvimento para o Brasil Grande; por outro lado, também nenhuma menção ao aspecto da segurança interna, das ameaças ao regime que, segundo os detentores do poder, refletia a vontade profunda do povo brasileiro; também nenhuma nota sobre política externa.

⁵⁰¹ Mensagem ao Congresso Nacional de 1983, introdução, p. XII.

O binômio inspirador do golpe de 1964 “Segurança e Desenvolvimento” parecia definitivamente solapado, substituído por aquele citado logo ao início deste parágrafo.

O único momento de relativo júbilo, apropriadamente vinculado a uma ação firme e decidida do governo federal, foi a suposta garantia do avanço e aprimoramento do regime democrático, *democrático e liberal*, vivamente sublinhado na fala presidencial; ainda assim, advertindo que os novos mandatários regionais e parlamentares eleitos deveriam estar preparados e demonstrar capacidade para “responder, com inteligência e bom senso, às grandes questões que lhe serão propostas.”⁵⁰². Mesmo o conteúdo positivo do texto traí um alerta relativizador do otimismo.

Assim, o ano de 1983 parece principiar com augúrios pouco estimulantes. Vejamos se tal atmosfera refletiu-se no foco mais ajustado de nosso objeto.

Em fevereiro de 1983 a CACEX informa⁵⁰³ que “decidiu conceder ao ‘Guyana National Cooperative Bank’ uma nova linha de crédito de US\$ 20.000.000,00, que será aplicada exclusivamente no financiamento de exportações da EMBRAER, AVIBRAS e ENGEXCO”, informando ainda que “os textos para formalização do acordo já foram encaminhados ao banqueiro, através de portador da ENGEXCO” e que as condições de utilização de crédito eram as seguintes: “10% à vista e o saldo de noventa por cento em até nove anos, em parcelas semestrais”. Além da utilização de emissário ligado ao grupo ENGESA para formalização de um contrato bancário, a mesma comunicação apresenta mais um dado interessante; o referido órgão do Banco do Brasil destaca que:

quanto à linha de crédito anterior, que teve seu prazo de utilização vencido em 30 de outubro de 82, (...), já comunicamos que sua revalidação depende de negociações quanto aos títulos não pagos no valor de US\$ 4.100.000,00 aproximadamente (...).

Não deixa de ser intrigante, do ponto de vista das boas práticas de crédito e bancárias, a concessão de um novo empréstimo a um cliente inadimplente quanto a débito anterior, especialmente quando não existam ao menos negociações referentes ao saldo não honrado de um contrato similar. Por outro lado, como já anotamos, estamos numa seara que não responde necessariamente aos mesmos apelos de outras áreas de comércio e, o que eventualmente pode parecer um contrassenso é, no mais das vezes, uma ponte para conquistar objetivos mais

⁵⁰² Mensagem ao Congresso Nacional de 1983, introdução, p. XVIII.

⁵⁰³ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Telegramas Recebidos, Exportação de Material de emprego militar, secreto, 665J6 (B46)(B6), 24/02/83.

amplos. Porém, a ação mais importante para os objetivos delineados da PEB, com interesses para o setor em tela, aconteceu no segundo semestre de 1983, como veremos.

4.7 – África e Oriente Médio: consolidando a “correção de rumos”.

Em novembro de 1983 foi realizada missão oficial presidencial para cinco países africanos – a primeira visita de um presidente brasileiro para a região, estabelecendo encontros na Argélia, Guiné-Bissau, Senegal, Cabo Verde e Nigéria– que adquiriu contornos de ápice de um processo de aproximação continental iniciada anos antes, com a orientação brasileira de apoio aos processos políticos em curso na África; a posição geográfica dos países também foi pensada no sentido de privilegiar a dimensão atlântica dos países (exceção da Argélia), o que configura mais uma diretriz já consolidada na estratégia do Brasil. Os países da África Subsaariana foram escolhidos, como dito, por sua dimensão atlântica, coincidência linguística e interesses políticos e comerciais; foram escolhas estratégicas de viés geopolítico; quanto a Argélia, que escapa ao perfil dos demais citados países, o principal motivo da visita foi a posição estratégica que o país ocupava no Norte da África, especialmente em relação a Líbia. Decerto também interessava incrementar o relacionamento comercial com os argelinos, que sofrera um relativo desgaste nos últimos anos, mas o papel político que a Argélia conhecia naquele momento constituía o principal motivo da escala em Argel.

A Líbia, país com o qual o Brasil tinha fortes envolvimento, especialmente no campo de fornecimento de material militar, além de projetos comuns razoavelmente importantes nos campos da mineração e do petróleo, mas que adotava uma política um tanto temerária e que inspirava cuidados. O envolvimento com fornecimento bélico era de tal monta que um dos canais utilizados pela burocracia governamental da Líbia para enviar mensagens ao governo brasileiro era a ENGESA, conforme anota informação do Chanceler Saraiva Guerreiro⁵⁰⁴.

A Líbia vinha insistindo em ampliar seu grau de relacionamento com o Brasil, insistindo em visita oficial de dirigentes líbios ao Brasil, inclusive com a sugestão de um encontro com o presidente Figueiredo, em Brasília, “do próprio Líder da Revolução, Coronel Muamar Al Gadáfi”⁵⁰⁵, para estreitar a cooperação nas áreas já citadas e estudar a possibilidade de expansão para outros setores. Ponderava, contudo, o Chanceler brasileiro que

⁵⁰⁴ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Informação para o Presidente da República, Índice: visita ao Brasil do major Abdessalam Jalud, secreto, 12 de janeiro de 1983.

⁵⁰⁵ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Informação para o Presidente da República, Índice: visita ao Brasil do major Abdessalam Jalud, secreto, 12 de janeiro de 1983.

tal “proposta [fora] recebida com natural reticência de nossa parte”, considerando mesmo “a visita inoportuna”, uma vez que o Itamaraty estava:

consciente das repercussões negativas que poderia despertar junto a nossos tradicionais parceiros ocidentais e também vários africanos e árabes que revelam desconfiança, quando não hostilidade, aos desígnios políticos do regime do Coronel Gadáfi. (Grifos nossos).

Pela nota da chancelaria, podemos perceber que o mandatário da Líbia cultivara restrições e animosidades num amplo e variado espectro do sistema internacional e, conseqüentemente, uma aproximação mais enfática e pública com o Brasil atenderia tanto a interesses de ordem prática (ampliação das parcerias comerciais e técnicas) quanto, e talvez principalmente, políticas. Para o Brasil, contudo, não obstante as boas possibilidades que poderiam advir de tal aproximação, teria um custo provavelmente muito elevado e, por mais pragmática que fosse a diretriz nacional, limites haviam de ser postos; assim, lançando mão de um famoso dito popular, o Itamaraty “cozinhou o galo” líbio, evitando um gesto que poderia sinalizar apoio às iniciativas de Kadafi⁵⁰⁶ e, como veremos posteriormente, as reticências e evasivas do MRE eram acertadas, e a condução da questão Líbia demonstrou-se acertada.

Mas voltemos ao périplo africano do presidente Figueiredo. De maneira geral, considerando os objetivos perseguidos, a viagem foi bem-sucedida, gerando, no que tange especificamente ao nosso objeto, ao menos uma iniciativa que merece ser anotada. No bojo das negociações, o Itamaraty prepara um relatório ao Presidente da República, visando a sua passagem pela Nigéria⁵⁰⁷ notificando o interesse do país africano em estabelecer “um amplo programa de cooperação militar” que, no entender da chancelaria “deve merecer nosso interesse e simpatia não só pelos seus aspectos intrinsecamente castrenses, mas, sobretudo, pelo valor que poderá ter do ponto de vista geopolítico⁵⁰⁸ e como instrumento de nossas exportações.” (grifo nosso).

Antecipando que o programa contemplaria ações no âmbito das três forças e da indústria militar, salienta ainda que “a formalização, a nível governamental, da colaboração militar entre os dois países em muito ampliará as possibilidades de vendas de material de emprego militar, até agora só materializada no terreno das armas leves.”. Neste momento as

⁵⁰⁶ No Brasil a grafia do nome do líder líbio aparece como Kadáfi, Gaddafi, Kadhafi. Optamos por utilizar livremente tais formas gráficas.

⁵⁰⁷ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , protocolo de informação ao presidente, 665.16 (B46) (A56)

⁵⁰⁸ É interessante notar que na redação final apresentada o termo “geopolítico” foi substituído por “político”. O termo geopolítico, naquela ocasião, estava um tanto desgastado.

negociações da ENGESA com a Nigéria, iniciadas em fins de 1978 caminhavam para a decisão final, com grande interesse da Polícia Federal do país nos blindados da empresa brasileira, bem como a ENGEPRON iniciava gestões para a venda de navios de patrulha fluvial.

Quando da visita do Presidente João Figueiredo a Nigéria (15 a 17 de novembro de 1983), as intenções iniciais evoluíram para um “Protocolo de Entendimento” entre os dois países⁵⁰⁹. Basicamente o protocolo firmado versava sobre as contribuições que o Brasil forneceria a Nigéria no âmbito da estruturação das forças armadas, indústria de armamentos, inclusive naval e aeronáutica (vendas diretas e instalação local de linhas de produção para veículos e aeronaves) e treinamento de oficiais. O protocolo afigurava-se bastante ambicioso, mas, na ocasião, parecia factível ao governo brasileiro, especialmente pelo bom momento que os negócios neste setor atravessavam; ainda que não como o pretendido, tais entendimentos avançariam no correr dos anos seguintes.

O mercado africano apresentava boas possibilidades para além dos países visitados por Figueiredo; a ENGESA, através da ENGEXCO, procurou atuar como *trader* em diversas modalidades de contrato, como já dito e, aproveitando a disposição governamental em ampliar o comércio com o continente, avançou sobre outros clientes. O Gabão, por exemplo, efetuou compras globais junto ao braço exportador da ENGESA no valor de US\$ 25.000.000,00 (não só em blindados e munição, como também aviões e casas pré-fabricadas); importante assinalar que, até este momento o material bélico era o único setor brasileiro presente neste país africano, do qual o país importava petróleo em pequena quantidade, mantendo um saldo francamente favorável ao Brasil. E, ainda em novembro de 1983, a ENGESA (também por intermédio da ENGEXCO) finalizou contrato de vendas no valor de US\$ 174.600.000,00 para o Zaire. [cento e cinquenta EE-9 Cascavel, cento e cinquenta EE-11 Urutu, duzentos caminhões EE-25 6X6, duzentas viaturas EE-34; MUNICÃO: 32.000 tiros 90mm, todos de fabricação da ENGESA; 5.340.000 cartuchos 7.62, fabricados pela CBC, além 14.400 granadas produzidas pela Química Tupã]⁵¹⁰.

O importante ao observarmos os exemplos de operação acima, tanto na comercialização direta quanto no âmbito de acordos mais amplos de cooperação, é notar que a capacidade militar (operacional e industrial) era percebida positivamente pelas nações alvo da diplomacia nacional e foi mobilizada no sentido de inserir o Brasil em determinados países

⁵⁰⁹ “*Protocol of Understanding on Military Cooperation between The Government of The Federal Republic of Nigeria and The Government of The Federative Republic of Brazil*”, disponível no Arquivo Central do Itamaraty -BSB , 665.16 (B46) (A56)

⁵¹⁰ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , DPG/PNEMEM 09/11/83, 665.16 (B46)(A55)

que atendiam a estratégia geral do país; é igualmente relevante ressaltar que o Brasil conheceu grande ascendência no continente africano na década de 80, perdendo espaço, posteriormente, para a China.

Enquanto a política para a África mostrava-se exitosa, num mercado que oferecia boas oportunidades para o Brasil, uma outra região, ainda mais promissora do ponto de vista comercial, continuava a render frutos... E algumas tensões.

Oriente Médio: relações favoráveis...

A “joia da coroa” da indústria de material militar naqueles idos da década de 80, bem como a principal aposta da Política Externa Brasileira era, sem dúvida, o Oriente Médio e países árabes; esta região representou a possibilidade de muito mais que “mil e uma noites” de fartura e bons negócios, sem contar, obviamente, um regular e satisfatório suprimento de petróleo. Apesar de alguns percalços, ao menos durante a primeira metade dos anos oitentas a fábula parecia realizar-se apenas em sua dimensão onírica e, desse modo, indicava que o direcionamento impresso pelo Brasil estava correto. Vamos anotar alguns eventos importantes dessa promissora relação.

Com o prosseguimento da luta entre Irã e Iraque, seria natural que o fornecimento para este país, já bastante envolvido com nossa indústria de material militar, continuasse em alta; assim, em novembro de 1983 a ENGESA exportou para o Iraque um valor de US\$ 390.957.682,00 [trezentos e vinte e quatro EE-9 Cascavel (com 324 torres Browning PT.50), 380.000 tiros de de munição 90mm – fornecedor ENGESA; 60.000 granadas fumígenas – fornecedor Química Tupã; 4.800.000 cartuchos 7.63x51 (Nato comum, traçante, perfurante e incendiário) – fornecedor CBC; 324 jogos de camuflagem – fornecedor Weroto Peças Plásticas Industriais Ltda; oitocentos e dez metralhadoras (7.62 e .50) – fornecedor FN (Bélgica); trezentos e noventa sistemas de rádio comunicação – fornecedor Marconi Company (Inglaterra); entre outros produtos de menor monta⁵¹¹]. Ainda no segundo semestre a ENGESA pede autorização para testes com a bomba “BINC 300” (oito unidades), fabricadas pela DF Vasconcelos, atendendo a solicitação do Alto Comando Iraquiano (as “BINC 300” são bombas incendiárias, produzidas com Napalm e são utilizadas pela FAB). Como podemos observar neste resumo de artigos exportados (ou testados), a gama de materiais com potencial exportador é bastante amplo; embora o segmento de armamentos seja o de maior destaque, é

⁵¹¹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB , DPG/PNEMEM 09/11/83, 665.16 (B46)(E27)

indiscutível que uma vez conquistado o mercado com equipamentos de aplicação direta, outros fornecimentos tornam-se bastante facilitados.

Além do fornecimento para o Iraque, a ENGESA fechou um contrato de venda de 66 unidades do *EE-11 Urutu* para os Emirados Árabes Unidos, num contrato de US\$ 20.000.000,00 (pagos à vista) e, em nota assinada pelo Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, Danilo Venturini, consta também vendas para o Suriname, porém de quantidades e valores não discriminados⁵¹² (voltaremos a este país sul-americano adiante). Também foram realizadas vendas para o Kwait, que será abordada mais abaixo, no bojo de outro ocorrência por nós destacada.

O mercado para a indústria bélica estava realmente aquecido, especialmente no Oriente Médio, mas nem todos os potenciais clientes poderiam ser atendidos; as características próprias da exportação de material militar aconselhavam refutar algumas operações, que poderiam inclusive causar problemas na região e nas relações internacionais em geral. Este era o caso do Irã.

Em fevereiro de 1983 o Diretor Geral para Assuntos Políticos da Europa e América da Chancelaria iraniana realizou visita de trabalho em Caracas, Buenos Aires e Brasília, mantendo, na capital brasileira, reuniões com departamentos do MRE e com Saraiva Guerreiro, que assim relata o teor das conversações⁵¹³:

O visitante definiu como objetivo central de sua viagem apresentar as diretrizes da política externa da República Islâmica, voltadas à solidariedade com os demais países do Terceiro Mundo e à equidistância das Superpotências. Nesse contexto transmitiu-me mensagem do Chanceler Velayatti com a manifestação do desejo iraniano de ampliar e diversificar as relações com o Brasil em todos os campos. Mencionou, ainda, cooperação em armamento, inclusive pesquisa conjunta. (grifo nosso).

A introdução ao tema já denota que o principal interesse do Irã era a cooperação no setor bélico, interesse obviamente natural, uma vez que o país estava em guerra e seu oponente utilizava armamento de fabricação brasileira; as demais exortações, como solidariedade terceiro-mundista e posição “neutra” constituem o famoso “quebra gelo” de qualquer reunião, tanto que o relatório trata exclusivamente de relações na órbita industrial-militar, embora a postura “independente” viesse ao encontro dos interesses iranianos. Mas tal

⁵¹² Arquivo Central do Itamaraty-BSB , exposição de motivos PNEMEM, 665 (B14) (E6)

⁵¹³ Arquivo Central do Itamaraty-BSB , Informação ao Presidente da República (047). Índice: Visita de Diplomata Iraniano. Venda de material de Emprego Militar, secreto, 09 de fevereiro de 1983.

colaboração na sensível questão de armamentos não era uma opção que o Brasil poderia assumir com facilidade. Assim respondeu Saraiva Guerreiro ao diplomata iraniano:

Expressei o interesse do Governo brasileiro em igual aproximação com o Irã, ressaltando, porém, haver dificuldade no campo da cooperação militar. Esclareci que cooperação da mesma natureza não se aplicava ao Iraque, país com o qual as relações comerciais vêm de longa data, e haviam conduzido, muito antes do conflito, à celebração de contratos de venda de equipamento militar por empresas privadas brasileiras, e aos correspondentes compromissos de assistência técnica. Não excluí inteiramente, contudo, a possibilidade de entendimento comercial no caso de material não sensível.

De fato, a decisão de estabelecer uma parceria de tal natureza com o Irã precisava ser ponderada e, mesmo contrariando alguns interesses, deveria ser evitada. Como afirmou o Chanceler brasileiro: “com efeito, a liberação das vendas de material de emprego militar ao Irã, defendida por alguns setores empresariais brasileiros, antepõem-se argumentos contrários.”. Os setores empresariais que defendiam estabelecer entendimentos com o Irã não são explicitados pelo chefe do MRE, mas provavelmente eram aqueles que não estavam contemplados nas vendas para o Iraque; por outro lado, os argumentos que pesavam contra são facilmente identificáveis.

A primeira consideração reside no fato de o relacionamento no campo militar (seja no fornecimento de material, cooperação ou alianças) exige uma considerável dose de confiança recíproca, especialmente quando seu principal cliente está em guerra com o potencial comprador que surge e, ademais, quando as novas possibilidades são um tanto incertas. Além disso, o Iraque também era atendido em outras esferas por empresas brasileiras e, especialmente no setor de construção civil, a presença de um grande contingente de trabalhadores nacionais em solo iraquiano, bem como o elevado valor ainda por receber por serviços e produtos fornecidos, conferiam a Bagdá um poder de pressão sobre o Brasil que deveria ser levado em alta conta.

Também era preciso considerar a imagem externa do Brasil, que adotou, pública e formalmente, a posição de neutralidade no conflito, inclusive apoiando resolução da Assembleia Geral da ONU em favor do imediato cessar-fogo e exortando os Estados-membros a evitar ações que pudessem contribuir para a continuidade da guerra. Já constituía um exercício difícil de justificar as constantes entregas de armas ao Iraque – que, como já anotado, era sustentado sob o argumento de contratos prévios ao conflito –; caso tais fornecimentos fossem também direcionados a Teerã, a manutenção do argumento seria

insustentável, gerando uma situação diplomática um tanto constrangedora, com previsível perda de substância na posição política brasileira.

Assim, não obstante a potencial vantagem de conquistar mais um parceiro no setor de produção militar, não convinha, naquele momento, estreitar relações com o regime dos aiatolás. Contudo, ressalta Saraiva Guerreiro que:

Não obstante os riscos apontados, convém-nos não vedar inteiramente um canal comercial promissor a médio e longo prazo. Haveria que explorar as possibilidades de fornecimento ao Irã de material não sensível, de emprego não caracterizadamente militar, com as cautelas naturais que a situação requer.

As relações com o Irã estavam “frias” desde 1978, com a deterioração política perceptível e a posterior vitória da Revolução Islâmica, fato que levou o Brasil a não designar embaixador para aquele país. Contudo, apesar da guerra, que caminhava para seu terceiro ano, havia nítidos sinais de normalização da vida política e econômica naquele país e, com a regularização das atividades cotidianas, Teerã passou a figurar como área de interesse (e grande concorrência) das empresas de países industrializados, seduzidos por uma conta que poderia chegar a US\$ 15 bilhões de dólares, valor bastante significativo naquele início de década.

O novo regime político instalado no Irã foi melhor para os interesses brasileiros e sinais eram constantemente emitidos, pela chancelaria iraniana, no sentido de um fortalecimento de relações com o Brasil. Tais fatos suscitaram o envio de mais um relatório do Itamaraty ao Presidente da República⁵¹⁴, no qual o Chancelar brasileiro informava que:

As vendas brasileiras ao Irã registram hoje valores mais expressivos do que antes da Revolução Islâmica e abrangem não apenas itens tradicionais (açúcar refinado, soja), como bens manufaturados e semimanufaturados (máquinas e equipamentos, fios e cabos elétricos, chapas e barras de aço). A Petrobrás, que reiniciou em dezembro último os carregamentos de petróleo iraniano, interrompidos desde janeiro de 1981, vê perspectivas animadoras para a colocação no Irã de equipamentos para a exploração de petróleo e bens correlatos. Grupos empresariais brasileiros também revelam otimismo quanto à potencialidade de um mercado que no regime anterior se direcionava essencialmente para os Estados Unidos da América e a Europa e hoje pretende relacionar-se prioritariamente com os países em via de desenvolvimento.

⁵¹⁴ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Informação ao Presidente da República (114). Índice: Relações Brasil-Irã, confidencial, 20 de abril de 1983.

De fato, como podemos observar na Figura 7, as exportações brasileiras para o Irã conheceram um aumento não desprezível e, logo no início da década, a pauta já incorpora itens manufaturados (Figura 8) dignos de menção. Também é forçoso anotar que Teerã precisava diversificar sua agenda de importação, uma vez que a tensão com os EUA inviabilizava a busca deste mercado específico e a Europa não poderia ser considerada um abastecedor confiável, assim como a União Soviética pois, não obstante a condição de primeiro país a reconhecer a Revolução Islâmica, era considerada incompatível com os princípios do Islã⁵¹⁵ (com o grande fornecimento de armamentos convencionais para o Iraque tal percepção seguramente ampliou-se).

Figura 7 – **Exportações Globais para o Irã 1977/1983 (em US\$ milhões FOB)**

1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
96	121	72	239	194	218	348

Fontes: IPEADATA E MRE. Elaboração Própria

Figura 8 – **Exportação de Manufaturados – Irã 1981/1983 (em US\$ milhões FOB)**

1981	1982	1983
46	32	284

Fonte: IPEADATA. Elaboração Própria

A própria Constituição referendada em 1979, em seu Capítulo Décimo, que define as diretrizes da Política Externa, declara no artigo 152 que: “a Política Externa da República Islâmica do Irã baseia-se, ..., [no] não-alinhamento com as potências dominantes e relações mútuas de paz com os Estados não-hostis.”. Não devemos, especialmente considerando os anos iniciais da Revolução no Irã, considerar os apelos de ordem religiosa como meros aspectos retóricos de mandatários; naquele momento a legitimação do regime exigia também atos políticos consistentes com a proclamação de fé.

⁵¹⁵ A Constituição da República Islâmica do Irã de 1979 declarava, logo em seu artigo primeiro basear-se num “governo de verdade e justiça do Alcorão” e em seu artigo segundo, caput, que “A Revolução Islâmica é um sistema baseado na fé” e, em seu artigo terceiro (§ 16) declara que o governo da República adotará todos os meios no sentido de: “organizar a política externa baseada em critérios islâmicos”. Fonte: Embaixada da República Islâmica do Irã no Brasil.

Assim, procurar estabelecer relações mais profundas com o governo brasileiro era uma atitude que respondia a demandas práticas do governo de Teerã, ao mesmo tempo que dialogava coerentemente com suas diretrizes políticas e discursivas. Também para o Brasil, em virtude das amplas oportunidades comerciais que pareciam configurar-se, especialmente no tocante a produtos manufaturados (como as tabelas acima permitem vislumbrar), mas também pela oportunidade política – a ampliação das relações internacionais numa região alvo da diplomacia brasileira – uma reaproximação em mais alto nível com o Irã afigurava-se importante. Nesse sentido, conclui o Chanceler brasileiro que:

Por todos esses motivos, creio chegado o momento de se completar o processo de normalização das relações com o Irã mediante a designação de Embaixador para a chefia de nossa Missão Diplomática em Teerã. Esse gesto, que se faria sem prejuízo para o relacionamento com o Iraque, país que continuará a merecer atenção especial da diplomacia brasileira, poderá favorecer as transações comerciais com a República Islâmica, de muito interesse para setores da indústria nacional. (Grifos nossos).

É muito importante notar que, durante toda a explanação que justificaria o reestabelecimento pleno das relações com o Irã, a questão das exportações, destacando o incremento da pauta industrial e do “interesse para setores da indústria nacional”, é o argumento de força utilizado pela chancelaria brasileira e, como pudemos ver na tabela 2, era razoável imaginar que a indústria seria realmente beneficiada; importa ainda ressaltar que tais quesitos indicam um projeto de objetivos claros e bem definidos. E, embora sem nomear quais setores tinham interesse em tal aproximação, o conjunto do relatório deixa transparecer que a Indústria de Material Militar era um destes segmentos, provavelmente dos mais interessados.

Mas, embora coerente, tal exercício de equilibrismo diplomático entre dois países beligerantes, sobretudo quando o equilibrista é também fornecedor de material bélico para uma das partes e ainda mais quando esta merecerá “atenção especial da diplomacia”, constitui missão de muito difícil execução. O principal interesse do Irã, como demonstrado nas duas visitas de integrantes de alto nível da administração do país, era a cooperação e o fornecimento de material bélico, algo que abriria, sem dúvida, novas frentes exportadoras, de outros setores, mas na dependência daquelas. Ao estabelecer um tratamento preferencial, refletido na intensa parceria armamentista concedida ao Iraque, o Brasil colocou-se, de certa forma, em posição que ia de encontro ao preconizado no já citado artigo 152 da Constituição do Irã, o de constituir “relações mútuas com os Estados não-hostis”; apoiar o Iraque, naquele

momento, impediria o aprofundamento, como desejado pelo MRE, das relações com o Irã. Na verdade, como veremos, a ligação entre Brasil e Irã sofreria algum desgaste em virtude da opção brasileira por Bagdá e, a partir de 1984 tal fato levará a uma redução constante do quantum exportado para a República Islâmica e as relações mais intensas entre este país e o Brasil ainda precisaria de mais de uma década para adquirir contornos mais pujantes.

Mas também é importante que anotemos que ao Brasil e ao MRE não restavam muitas alternativas neste caso. Pelos motivos já expostos (grande contingente de brasileiros no Iraque, diversas iniciativas empresariais, notadamente no setor bélico, já iniciadas e as significativas somas financeiras a receber), tornava-se muito difícil mudar os rumos da condução diplomática naquela região, ainda que já estivesse claro a baixa probabilidade de sucesso das forças iraquianas no conflito, mesmo quando, ao final de 1983, restou perceptível a superioridade militar do Irã, que inspirou temores de uma vitória de Teerã (tal apreensão levou o Encarregado de Negócios dos EUA no Brasil a solicitar ao Itamaraty e ao governo a intervenção junto a Saddam Hussein, no sentido de evitar uma escalada iraquiana no conflito⁵¹⁶). Também não podemos imaginar como encaminhar de outra forma este caso; questões dessa natureza são tomadas conforme as circunstâncias se apresentam; o Iraque aproximou-se do Brasil em circunstâncias que não permitiam imaginar os futuros desdobramentos políticos e militares na região.

Oriente Médio: tensões...

Vimos que as relações com o Oriente Médio caminhavam bem, inclusive com a intenção iraniana de ampliar os negócios com o Brasil; porém, algumas tensões adviriam na região. A esfera comercial era bastante favorável, e, no terreno do material militar apresentava bons resultados para a ENGESA e, lateralmente, para outras empresas brasileiras; já a AVIBRAS começava a sentir os efeitos de um salto muito grande (e rápido) de demandas produtivas. Ofício da Secretaria Geral do MRE⁵¹⁷ informa a preocupação das autoridades iraquianas com atrasos na entrega das encomendas dos contratos celebrados em 1981 (referentes ao Sistema de Artilharia já citado), especialmente porque o teatro de operações da Guerra com o Irã apresentava-se bastante desfavorável para as forças militares iraquianas. Tal retardo era, obviamente, péssimo para o Ministério da Defesa do Iraque e visto com muita

⁵¹⁶ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Informação ao Presidente da República (354). Índice: Conflito Irã-Iraque. Gestão. Encarregado de Negócios dos Estados Unidos da América. Secreto, 20 de dezembro de 1983.

⁵¹⁷ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , DPG/DOP, secreto, 665.16 (B46)(E27).

apreensão em Brasília, o que provocou a convocação do presidente da empresa, João Verdi, para explicações. Na “conversa” o MRE assevera ao principal executivo da AVIBRAS “a extrema importância que o governo brasileiro atribui ao fiel cumprimento dos compromissos assumidos com o Iraque, especialmente em área tão sensível como é o da venda de material militar”. Tal problema se estenderia até 1984, quando foi solucionado, como veremos em breve, com significativa ajuda do governo brasileiro e iraquiano.

Mas, além deste inconveniente pontual nas relações bilaterais (um tanto grave para a parte compradora), um aspecto de relevância mais geral envolvendo o conjunto de países árabes surgiria. Vamos a ele.

No segundo semestre de 1983 mais uma questão ainda perturbava o setor de material bélico: a cooperação brasileiro-israelense no campo militar. Tratou-se da possibilidade de compra de aeronaves israelenses, inclusive para equipar o navio aeródromo *Minas Gerais* e, o que causava mais indignação, a negociação entre a Marinha Brasileira e a *Israel Aircraft Industries* para a aquisição e transferência de tecnologia do míssil anti-navio *Gabriel*; como já adiantamos anteriormente, não agradava aos países árabes a cooperação neste setor entre brasileiros e israelenses, entendido como um movimento que fortalecia política, econômica e militarmente o Estado de Israel, possibilidade que suscitou intensa movimentação diplomática oficial e *extraoficial*.

Em 22 setembro de 1983 a embaixada do Kwait em Brasília encaminha ofício a José Luiz Whitaker Ribeiro (lembrando que o empresário, naquele momento, presidia a IMBEL e a ENGESA, cumulativamente); cópia desta correspondência está disponível no arquivo histórico do Itamaraty em Brasília⁵¹⁸. Na comunicação, o Embaixador do Kwait relata ao presidente da ENGESA/IMBEL que:

Há algum tempo, a imprensa brasileira divulgou um pronunciamento [do Ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca] sobre a possibilidade do Brasil comprar de Israel o foguete GABRIEL. Essa publicação causou profunda inquietação aos Embaixadores Árabes acreditados junto ao governo brasileiro, que em seguida contataram o Ministério das Relações Exteriores enfatizando seu receio sobre a concretização desse fato.

Lembrando que tal fato enviava um sinal de mudança do eixo da orientação diplomática brasileira em relação ao Oriente Médio e ao mundo árabe, continua o Embaixador:

⁵¹⁸ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , 665.16 (B46) (E5)

Como posteriormente não foi divulgado um comunicado oficial que confirmasse ou negasse a possibilidade do Brasil adquirir o foguete anteriormente mencionado, esperamos tomar conhecimento de uma decisão oficial e clara relacionada a esse assunto, assim como ansiamos que o mesmo tome seu rumo certo, para nosso conforto e tranquilidade.

Neste trecho observamos, pelo teor das palavras escritas, um tom razoavelmente imperativo “esperamos tomar conhecimento de uma decisão oficial e clara” que, de certa forma, exige uma postura oficial do Governo em assunto interno e relacionado a segurança nacional. Ao mesmo tempo, declara que existe um “rumo certo” a ser tomado pelo Brasil. Porém, em outro ponto da correspondência, o representante do Kwait procura demonstrar que a preocupação dos países árabes é tomada em nome da causa palestina:

Israel ainda ocupa território de quatro países árabes, ignorando, desta forma, todas as inúmeras Resoluções da ONU – das quais o Brasil está de acordo – solicitando que retire suas forças invasoras dos territórios árabes ocupados e que devolva ao povo palestino seus direitos legítimos de estabelecer sua pátria independente em seu território.

Assim, reafirmando a “injusta atitude israelense” como justificativa para a reação conjunta dos representantes árabes, uma vez que “Israel é o principal motivo da contínua tensão no Oriente Médio”, o Embaixador do Kwait lembra que “as relações entre o Brasil e os países árabes evoluíram sobremaneira nos últimos 8 anos, nas mais diversas áreas (...)”, acrescentando, mais adiante, “que as mesmas [relações] se baseiam numa colaboração mútua, para benefício de todos, e se desenvolvem numa atmosfera de amizade, respeito e compreensão”. O tom de “nós” ou “eles” é perceptível no texto. Também é digno de nota que, no caso dos Estados Unidos, tais considerações sobre um bom relacionamento com Israel não se aplicavam, por motivos óbvios. Esta é uma informação que deveria ser considerada e aprendida nas relações internacionais do Brasil...

A questão do míssil Gabriel envolveu o alto escalão do governo, e foi motivo de comunicação do Chanceler Saraiva Guerreiro ao General Danilo Venturini, então Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional⁵¹⁹. Na missiva em tela, aludindo inclusive a correspondência recebida por Whitaker Ribeiro, o chefe do MRE relata que as comunicações sobre o caso já extravasavam a esfera governamental, manifestando a:

preocupação com que o assunto vem sendo acompanhado pelos países árabes, os quais, no dizer do Embaixador [do Kwait], considerariam aquela

⁵¹⁹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, comunicação secreta, 1 de novembro de 1983, 692.2 (E4) (B46)

iniciativa uma mudança estratégica na política brasileira, com reflexos negativos para as boas e cordiais relações que o Brasil mantém com o Mundo Árabe, em particular, e com os demais países em desenvolvimento.

Conforme observou Saraiva Guerreiro, não constituía fato novo que os países árabes se preocupavam com a “abertura de um canal tão sensível de cooperação entre o Brasil e Israel”, lembrando ainda que o assunto já fora motivo de “gestão conjunta” entre representantes de países árabes e o Itamaraty em junho de 1983. O chanceler brasileiro aponta ainda um dado que, sob sua ótica, mereceria um registro especial:

O que me parece merecer registro especial é a circunstância de o representante do Coveite [forma como era designado o Kwait, à época] dirigir um documento sobre o assunto ao presidente da ENGESA, que está tentando concluir, com aquele país, um negócio em torno de 200 milhões de dólares. (...) Com trunfo de tal porte nas mãos de seu governo, a carta do Embaixador decerto representa mais do que um exercício de retórica.

E mais adiante esclarece que:

É pertinente assinalar que a ENGESA está enfrentando, no Coveite, a concorrência de rivais poderosos [*Panhard* [da França], *Alvis* [da Inglaterra] e *FNC, Dragon e Cadillac Gage* [estas três últimas dos EUA)]. Assim sendo, não faltariam fornecedores alternativos caso uma eventual conclusão do negócio com a *Israel Aircraft Industries* levasse as autoridades coveitianas a examinarem a proposta brasileira de um ponto de vista político.

Asseverando que a questão não poderia ser considerada apenas pela comparação entre uma venda ao Kwait e os interesses do Ministério da Marinha, “em dispor do armamento que necessita no mais breve prazo possível”, o Chanceler brasileiro considerava que seria prudente “recordar que a manifestação do Embaixador Al-Ansari [do Kwait] não é uma reação isolada”, mas, ao contrário:

Reflete uma postura comum a vários países árabes que, além da gestão conjunta já mencionada, e de carta a mim dirigida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, vêm demonstrando, em diversas oportunidades, crescente preocupação em face das negociações entre a Marinha e a *Israel Aircraft Industries*.

Ramiro Saraiva Guerreiro ressalta que a “manutenção de um parque industrial militar eficiente” guarda relação fundamental de dependência com as vendas externas e produzem “influência direta na Segurança Nacional”, e que tais encomendas externas “entre as quais as

colocadas ou esperada de parte de nossos clientes árabes e de outros países suscetíveis de reagir negativamente a entendimentos nossos com Israel” são de uma ordem de grandeza ainda “não oferecida por outros compradores”. Afirma ainda que a compra de material bélico pelos países em questão vinha contribuindo de forma decisiva no desenvolvimento do setor armamentista brasileiro e na “consolidação de grandes fabricantes nacionais no mercado” e que, através de solicitações cada vez mais sofisticadas, vinham ensejando um “contínuo aperfeiçoamento tecnológico do produto brasileiro, com evidentes repercussões nas esferas econômico-comercial e militar do País.”.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil deixava patente que não era indiferente “as necessidades urgentes de reequipamento da Marinha”, mas, buscando combinar tal premência com “a conveniência da manutenção da boa clientela entre os países árabes”, explorou, junto ao governo francês “a possibilidade de uma alternativa que permitisse o desenvolvimento de um míssil nacional de acordo com os parâmetros daquele Ministério [da Marinha do Brasil]”. Segundo Saraiva Guerreiro, o resultado de suas iniciativas era promissor, informando que o Chanceler Claude Cheysson [da França] havia assegurado “verbalmente e por escrito, a disposição das autoridades de seu país no sentido de facilitar a transferência da tecnologia pertinente, que aliás já vêm tendo curso entre empresas dos dois países”. Informa ainda que tinha conhecimento que a própria Marinha “tem mantido contatos tanto com o produtor do míssil EXOCET quanto com o fabricante brasileiro empenhado em desenvolver um artefato semelhante (...)”. Saraiva Guerreiro não explicita a empresa nem o míssil que o “fabricante brasileiro” desenvolvia, mas é bastante provável que a ENGESA estivesse envolvida no negócio.

O mercado mundial de armamentos é extremamente complexo e delicado, mas operar no Oriente Médio neste setor oferece uma gama nada desprezível de complicadores adicionais; entretanto, ainda que a questão do míssil israelense pudesse inspirar receio para futuros contratos, os negócios continuavam. Em novembro mesmo a ENGEXCO embarcava para o Kwait equipamentos de fabricação da D.F. Vasconcelos, da FNH belga, AVIMO e outras, além de blindados de sua fabricação (quarenta e seis *EE-3 Jararaca* e trinta e seis *EE-11 Urutu*). Talvez o embarque tenha sido garantido pela viagem que Whitaker realizou, em outubro, para aquele país, em que manteve conversações pessoais com o Ministro Salem Al-Sabah (membro da família real do país). E outras exportações, através da ENGEXCO e de outras companhias brasileiras adentrariam ao país árabe, como as da Forjas Taurus, que obteve autorização de exportação, também em novembro de 1983, de uma encomenda de

cinco mil pistolas Taurus 9 mm e igual quantidade de submetralhadoras MT-12, num contrato de US\$ 3.500.000,00.

E mais algumas preocupações...

Enquanto no Oriente Médio surgiam preocupações relacionadas a indústria de armamentos que poderiam ser administradas com uma boa dose de diplomacia e alguns ajustes internos – afinal de contas foram tensões que puderam ser geridas a partir dos gabinetes – outras regiões apresentaram problemas que extrapolavam as salas da burocracia e exigiriam mais que apenas palavras para sua solução.

Em 20 de abril de 1983 o jornal Folha de São Paulo apresenta matéria de primeira página intitulada “Aviões líbios levavam armas para a Nicarágua”⁵²⁰. A notícia tratava da apreensão, no dia anterior, de quatro aeronaves civis da Líbia (três detidas em Manaus e uma em Recife) que, solicitando sobrevoos a território brasileiro para transporte de carga declarada como “auxílio médico”, mas que, na verdade, transportava armamentos e explosivos. Na coluna “Brasília”⁵²¹, do citado veículo de comunicação, destaca o colunista Flávio de Almeida Salles que o episódio da apreensão dos aviões líbios não teria desdobramentos sérios e, considerando a condição de país exportador de armamentos, concluiu que “a questão do sobrevoos das armas deverá ser decidida, assim, diante de cada caso específico e sem perder de vista os interesses futuros do Brasil.”.

O jornalista da *Folha* estava equivocado. O caso revestia-se de preocupações e desdobramentos indesejáveis para a diplomacia brasileira, ainda mais que, em declaração para a imprensa⁵²², o Coronel Kadhafi lamenta a “desonestidade do responsável pelo Departamento da Aviação Civil [da Líbia], que não comunicou às autoridades brasileiras amigas, sobre a carga dos aviões líbios com destino a Nicarágua”, mas pontuava também que:

A Líbia não esconde a sua responsabilidade perante ao mundo de ficar ao lado do povo da Nicarágua, esta é uma causa não somente justa, mas sacra. A Líbia continuará apoiando todos os povos que lutam pela liberdade, paz e progresso.
O líder Kadhafi lamenta se o imperialismo conseguir usar e colocar os Estados da América Latina uns contra os outros, como está colocando agora os Estados Árabes e Africanos.

⁵²⁰ Jornal Folha de São Paulo, quarta-feira, 20 de abril de 1983, capa.

⁵²¹ Jornal Folha de São Paulo, 20 de abril de 1983, coluna Brasília, p. 2.

⁵²² Nota diplomática por via telegráfica, Bureau Popular da Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia (em Brasília), disponível no Arquivo Central do Itamaraty -BSB , 611.311, 20/03/1983.

Este caso ainda guarda algumas questões nebulosas. Por exemplo, discutiu-se na imprensa que a informação foi repassada para as autoridades aeronáuticas brasileiras por agentes do governo dos EUA, que lutavam contra as guerrilhas de esquerda na América Central. Pode ser que a CIA, ou qualquer outra das inúmeras agências norte-americanas, tenha passado a mensagem; por outro lado, é usual, ou ao menos deveria ser, a conferência de cargas por autoridades do país por onde transitam grandes cargas.

Naquele momento o episódio foi explorado pela oposição ao governo brasileiro como um caso clássico de “submissão aos interesses dos EUA”, ou “agir a serviço de Reagan”, tudo sem observar o “interesse do Brasil”⁵²³. Claro que esta foi uma oportunidade explorada por Washington, e igualmente óbvio que alguma pressão foi exercida em Brasília, mas a questão Líbia, como dissemos linhas atrás, já inspirava cuidados da diplomacia brasileira. Neste caso, como em tantos outros, o Brasil não estava respondendo apenas aos desígnios da “metrópole”, mas jogando seu jogo.

Outra questão não elucidada é se havia armamento fabricado no Brasil entre a carga apreendida. Oficialmente a FAB divulgou que o carregamento era composto por fuzis russos, canhões franceses, munição da Ucrânia, um jato L39-Albatroz desmontado (o L39 é um treinador básico/avançado fabricado pela Tchecoslováquia, que poderia atuar em missões de aproximação e apoio/ataque ao solo) e foguetes de 70 e 140mm; estes últimos sugerem que, na carga, havia ao menos a possibilidade um equipamento brasileiro, o foguete de 70 mm, cujas características coincidiam com modelo produzido pela AVIBRAS e único na categoria cadastrado junto ao arsenal líbio.

Não nos alongaremos neste caso, que se arrastou por 50 dias, com debates diários na imprensa e grande mobilização governamental (a carga e os aviões foram restituídos para a Líbia). Trouxemos este acontecimento em virtude da importância do evento – que gerou um incidente diplomático considerável – e que, para alguns, foi o responsável pelo cancelamento da compra de 100 aviões Tucano da EMBRAER (um contrato bilionário que, de fato, nunca foi efetivado); também é importante ressaltar que o Brasil estava no radar internacional, por questões sensíveis e ligadas ao setor industrial militar.

As relações bilaterais sofreram um relativo desgaste, ainda que as exportações brasileiras, com exceção do ano de 1984, não tenham sofrido redução sensível e, mesmo assim, o valor total exportado era de reduzida monta (vis a vis outros clientes internacionais).

⁵²³ Ayrton Soares (PT) e Alberto Goldman (PMDB) escreveram colunas com tais argumentações na imprensa da época. Ver, por exemplo, O Estado de São Paulo de 24 de abril de 1983, p. 7.

Mas este episódio deve ser avaliado à luz de muitas variáveis, pois análises reducionistas e simplistas, especialmente em relações internacionais, tendem a eclipsar importantes considerações; como mostramos anteriormente, o Itamaraty já fazia ressalvas quanto a uma maior aproximação com o governo de Trípoli. É certo que não devemos desconsiderar a provável pressão exercida pelos EUA, que, de qualquer forma, não poderia simplesmente ser ignorada, tanto pelas óbvias implicações políticas quanto pelo interesse comercial (vale lembrar que os EUA eram, de muito longe, o principal destino das exportações brasileiras, com participação de aproximadamente 50% da pauta representada por produtos manufaturados). E existe ainda um outro ponto, que será conectado com o próximo tema: a Líbia insinuava-se em países latino-americanos e, o que era considerado pior para a geopolítica brasileira, em vizinhos sul-americanos. Passemos ao próximo caso.

Afastando-nos dos desertos do Oriente e dos entreveros com a Líbia, retornemos para a América do Sul, voltando nossa atenção, em primeiro lugar para o Suriname; menor país em extensão territorial do continente, era, ao mesmo tempo, foco de grande atenção em Brasília. Este país, que conquistou sua independência em 1975, vinha de um recente golpe de Estado, perpetrado entre 1980 e 1982 e liderado por Desiré (Dési) Delano Bouterse, então tenente-coronel, que assumiu a direção do Conselho Militar Nacional (dirigente de fato do Suriname) e declarou o país como uma república socialista. O golpe e a orientação política declarada isolaram internacionalmente o Suriname, que procurou reforçar os laços com países do entorno latino-americano e de outras nações que pudessem minimizar a pressão externa (e interna) exercida sobre seu governo.

Um destes países foi o Brasil que, não obstante a esperada divergência ideológica, mostrou-se bastante sensível aos apelos de seu vizinho setentrional. Mencionamos há algumas páginas atrás que o General Danilo Venturini, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, havia autorizado a exportação de material militar para o Suriname, fruto de conversações iniciadas ainda em dezembro de 1982. O militar brasileiro deslocou-se, em abril de 1983 a Paramaribo, onde, em conversações com Bouterse, estabeleceu uma gama de atividades conjuntas entre os dois países, que abrangiam a cooperação em diversos setores, notadamente o militar.

Era um terreno delicado. Enquanto o governo do Suriname discutia as possibilidades com o Brasil, enviava ao mesmo tempo missão para Havana e, em março de 1983, assinava acordo de cooperação econômica e comercial com a Líbia que, como já dissemos, procurava ampliar sua área de influência na América Latina. Tais iniciativas incomodavam os tomadores

de decisão em Brasília, e o Chanceler Saraiva Guerreiro determinou ao Encarregado de Negócios do Brasil em Paramaribo que indagasse “em alto nível, o sentido e os objetivos [das missões surinamesas em Havana e Trípoli] e como se coadunava com a missão do Ministro Venturini”⁵²⁴. O que ocorria naquele país é que, naquele momento, disputavam o controle do processo político interno correntes, representadas pelo próprio grupo de Bouterse, uma ala “nacionalista moderada”, um grupo classificado pelos analistas brasileiros como de extrema-esquerda e ainda um “grupo militar” que, como podemos prever, defendia a ampliação do espaço reservado para a “defesa nacional”; a disputa dava-se, portanto, na dimensão dos assuntos internos do Suriname.

Dada a forma como chegou ao poder e a natureza do governo surinamês, era natural que o componente militar tivesse forte ascendência na definição dos rumos do país. O já referenciado informe ao Presidente da República de 9 de maio dá conta de que, em conversa com o chefe do Estado Maior das Forças Armadas do Suriname, parecia bastante provável que a opção preferencial seria por uma colaboração com o Brasil, informando ainda que, previamente a viagem ao Brasil do Primeiro-Ministro para tratar dos acordos de cooperação, seriam realizadas reuniões com “os senhores Paone e Vulcano, da ENGESA” e que o referido comandante do Estado Maior “se entrevistaria, antes, com o Encarregado de Negócios [brasileiro] a fim de reportar-lhe os entendimentos com a ENGESA e discutir mais detalhadamente a programação no Brasil.” (grifo no original). Pelo parecer do MRE, tudo indicava que a opção preferencial era realmente pelo Brasil e, segundo nos faz crer a centralidade conferida aos representantes da ENGESA, também para o fornecimento de armamentos recaia sobre o Brasil.

De fato, o caminho adotado pelo Suriname foi no sentido de fortalecer a posição de Dési Bouterse e uma orientação “moderada” de centro, como se pode perceber na ausência de críticas aos EUA no Plano Trienal de Governo apresentado por Bouterse; também podemos anotar o sucesso do “grupo militar” ao obter registro público e oficial, no referido programa de governo item sobre a “expansão da capacidade de defesa nacional”. Segundo novo informe ao Presidente da República⁵²⁵:

É corrente a avaliação, em Paramaribo, de que o programa anunciado foi sensivelmente mais equilibrado do que seria esperado e que, pelo menos na

⁵²⁴ Arquivo Central do Itamaraty -BSB . Informação ao Presidente da República (135), Índice: Suriname. Cooperação militar com Cuba. Política Externa. Secreto-urgentíssimo, 9 de maio de 1983.

⁵²⁵ Arquivo Central do Itamaraty -BSB . Informação ao Presidente da República (138), Índice: Suriname. Programa de Governo. Confidencial, 10 de maio de 1983.

etapa de formulação, os homens que se situam mais no centro do espectro político surinamense preponderam sobre a facção de extrema-esquerda. Parcela expressiva da sociedade surinamense vem atribuindo esse fato às recentes iniciativas do governo brasileiro, na medida em que, por sua oferta, o Brasil teria dado uma alternativa de peso ao grupo mais moderado.

Tudo indicava que o Brasil tinha, ao menos, minimizado a possibilidade de perda de influência sobre o seu vizinho. E, mais uma vez, a utilização do fornecimento de material militar (novamente contando com a participação da ENGESA) parece ter sido uma contribuição fundamental para os objetivos traçados em Brasília. Aparentemente aplainada a questão com o Suriname, outro vizinho, desta vez meridional, causa apreensão aos estrategistas brasileiros ao final de 1983; vejamos o ocorrido.

“Argentina já pode fazer a bomba” foi a manchete da página inicial do jornal *Folha de São Paulo*, no dia 19 de novembro de 1983⁵²⁶. A matéria, assinada pelo jornalista Clóvis Rossi, informa em seu primeiro parágrafo que a “Argentina já dispõe de todas as condições tecnológicas para fabricar a bomba atômica, ou seja, domina o ciclo completo do combustível nuclear”, destacando ainda que o Presidente da Argentina, Reynaldo Bignone, enviara carta ao presidente Figueiredo – ainda em viagem oficial na África - informando que o seu país adquirira “capacidade técnica para enriquecimento de urânio”, que teria respondido a manifestação portenha “manifestando a satisfação pelo êxito logrado por essa república irmã, no domínio de importante etapa do ciclo do combustível nuclear.”

A saudação protocolar do presidente brasileiro contrasta com o título da manchete “bomba” – que por sinal integrou as primeiras páginas dos principais jornais do país – indício de que o tema renderia ainda muitos comentários. Não que os avanços portenhos em matéria nuclear fossem uma novidade, pois eram claras já de longa data o interesse da Argentina na conquista da tecnologia nuclear, e os EUA já haviam declarado, em outubro de 1983 que nosso vizinho do Sul já teria domínio do ciclo de combustível e provavelmente já tinha inclusive artefato bélico atômico. Mas a notícia, agora oficial, era um complicador geopolítico que poderia desestabilizar, em favor da Argentina, o tabuleiro regional, preocupando não apenas o Brasil, mas também o Chile.

Como era de se esperar, a notícia rendeu dias seguidos de comentários e análises que, da “satisfação” inicial manifestada por Figueiredo, evoluiu para as também esperadas respostas – tanto da área civil quanto militar do governo – de que o Brasil em breve também dominaria o ciclo completo de combustível nuclear. As comunicações de autoridades foram

⁵²⁶ Folha de São Paulo, sábado, 19 de novembro de 1983, manchete de primeira página, com continuação na p. 04.

desde o relativo desdém de José Luiz Whitaker Ribeiro, presidente da IMBEL/ENGESA, afirmando que de dominar o ciclo completo até a produção de armamentos existia uma grande distância⁵²⁷, até a postura bem mais agressiva do general Leônidas Pires Gonçalves (o futuro Ministro do Exército Brasileiro assumia naquele momento o comando do III Exército, com sede em Porto Alegre) que afirmou, também no jornal *Folha de São Paulo*⁵²⁸, que “em breve o Brasil também dominará o ciclo do urânio, tecnologia que permite produzir a bomba atômica” e, conforme a mesma notícia, destacava que: “A corrida armamentista, segundo o general, é a solução para o Ocidente, enquanto não se encontra um ponto de equilíbrio”. Esclarecendo que para o Brasil a preocupação básica deveria ser dirigida “às conquistas internas, entre elas a Amazônia”, estabelecia na sequência a demonstração de que o conflito com o bloco socialista ainda permanecia, pois, ao comentar o poderio soviético, declarou o comandante militar que “O que o Presidente Reagan está tentando fazer é neutralizar uma ameaça de fato crescente”. Numa clara alusão ao caráter militar dado ao episódio, o general Leônidas não escondia que o tema era, eminentemente, uma questão bélica.

Entre os dois extremos apresentados, e passado um mês do anúncio da Argentina, o Ministro das Minas e Energias, César Cals, anuncia que “a prioridade do programa nuclear [brasileiro] passou a ser o desenvolvimento do ‘ciclo do combustível’, em detrimento da construção de usinas”⁵²⁹, postura um tanto distinta da declarada cerca de três anos antes, quando o próprio ministro havia declarado que não considerava “mais urgente a implantação do ciclo de combustível nuclear no país”⁵³⁰, no bojo do anúncio de redução do orçamento da Nuclebrás. É significativo que, na mesma coluna da *Folha* de 1983, logo abaixo da matéria que tratava da agora prioridade conferida por Cals ao desenvolvimento do ciclo do urânio, era noticiado que o major-brigadeiro Hugo Piva (especialista na área de foguetes e designado naquele ano para dirigir o Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos) havia declarado que, não obstante o interesse pacífico do país na exploração da energia nuclear:

Certamente o Brasil está capacitado a fazer a bomba atômica. Se o governo brasileiro tomasse essa decisão hoje, nós teríamos condições de desenvolver a bomba num prazo de cinco a dez anos, naturalmente juntando todos os cientistas que se dedicam atualmente a outras atividades.

⁵²⁷ Folha de São Paulo, quarta-feira, 30 de novembro de 1983, caderno de política p. 04.

⁵²⁸ Folha de São Paulo, terça-feira, 29 de novembro de 1983, matéria de primeira página e continuação no caderno de política, p. 06.

⁵²⁹ Folha de São Paulo, quarta-feira, 14 de dezembro de 1983, caderno de política, p. 07.

⁵³⁰ Jornal do Brasil, terça-feira, 12 de fevereiro de 1980, matéria de primeira página e continuação no caderno de economia, p. 17.

Embora afirmando que o Brasil “não caminhava nessa direção”, o brigadeiro Piva sustentava que “o País teria a capacidade de produzi-la caso houvesse uma decisão política do governo” e, ao final da matéria, numa alusão pouco discreta ao Programa Espacial Brasileiro, afirmou que este caminhava no:

sentido de lançarmos satélites artificiais para observação da Terra, na área de meteorologia, comunicações e coleta de dados. É lógico que se tivermos um veículo lançador de satélites torna-se relativamente fácil transformar esse foguete numa peça balística. O desenvolvimento de tecnologias sofisticadas nos leva ao domínio de conhecimentos que são empregados na produção de armamentos.

As colocações do oficial da aeronáutica podem ser tomadas como uma resposta clara ao eventual “risco Argentina” e, certamente, uma admissão de “sentir o golpe” do vizinho meridional; na verdade, num espectro mais amplo, o Brigadeiro Piva fornecia combustível para os que olhavam com desconfiança para o Brasil, tanto pelo desenvolvimento de sua capacidade nuclear quanto espacial e seria, poucos anos depois, mobilizada contra o Brasil, como teremos oportunidade de acompanhar no capítulo 5 desta tese.

Mas, saindo do noticiário em direção a avaliação interna do governo sobre o tema, percebemos que o êxito argentino causou reação do MRE, que, em Informação ao Presidente da República, alerta para as diversas dimensões do fato e sugere algumas medidas de caráter imediato. Cumpre advertir que, até sua redação final, o relatório conheceu três versões (ao menos as que tive acesso), partindo de uma postura mais incisiva até uma, por assim dizer, mais contida. Optei por basear-me principalmente na primeira versão que, a meu ver, representa mais fielmente o impacto “nuclear argentino”, mas deixando claro que todas as variantes desta informação ao Presidente guardam a sensação de urgência e cautela devida ao caso; advirto também que, por manterem essencialmente as mesmas preocupações, apenas com mais acauteladas palavras, abordarei os dois “rascunhos” e o texto final como se fossem um único e mesmo documento. Mas, passemos, sem mais delongas, ao escrutínio da análise do ministro Saraiva Guerreiro; sustenta a fonte⁵³¹ que:

O anúncio argentino sobre o domínio (...) da tecnologia de enriquecimento de urânio – independente de suas motivações internas – produziu um fato novo, que necessita ser cuidadosamente avaliado. (...) Até o presente, o Brasil e a Argentina são considerados os países mais importantes da região no campo nuclear (...) [e] são os únicos países latino-americanos que têm

⁵³¹ Arquivo Central do Itamaraty -BSB . Informação ao Presidente da República (359), Índice: Energia Nuclear. Brasil-Argentina. Programa Nuclear Brasileiro. Secreto, 27 de dezembro de 1983.

tido assento continuado na Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica.

O domínio da tecnologia de enriquecimento pela Argentina cria, contudo, nova situação, em que o Brasil corre o risco de se ver relegado a posição de ainda maior desvantagem perante a Argentina, em termos do próprio equilíbrio básico que devemos sempre manter com aquele país em área de tão grande significado em múltiplos sentidos, com algum efeito igualmente em termos políticos globais. (grifos nossos).

O excerto resumido das considerações iniciais de Saraiva Guerreiro demonstra que o anúncio da Argentina preocupava realmente o MRE e, por extensão, outros órgãos estratégicos do governo. Perder a liderança regional para a Argentina no campo nuclear— e destaque-se o “significado em múltiplos sentidos” citado no informe— produziria um efeito capaz de minar os esforços desenvolvidos nas duas últimas décadas no sentido de consolidar o papel de “líder” das nações sul-americanas. Assim, ainda que compreendendo a “desaceleração do Programa Nuclear Brasileiro” em virtude das dificuldades econômico-financeiras pelas quais vinha passando o país, pondera a chancelaria brasileira que:

No momento, entretanto, em que a Argentina anuncia seu êxito tecnológico, o risco de que o programa brasileiro sofra reduções adicionais poderá ter sérias consequências, irreparáveis mesmo, para os interesses do país. Creio que os ajustes que se fazem imperativos no programa brasileiro deveriam assim preservar uma continuidade básica efetiva, com o avanço dos seus segmentos autônomos, e a sustentação mínima dos projetos existentes no âmbito do acordo com a RFA. (grifos nossos).

Aos olhos da Chancelaria brasileira, a dimensão conferida ao domínio do ciclo de combustível pela Argentina, como podemos ver, é bastante ampla, a ponto de produzir “consequências irreparáveis aos interesses do país”; poderíamos argumentar que o grau superlativo conferido pelo chefe do MRE é exagerado pois, como observou Whitaker Ribeiro, do domínio do ciclo até a produção de um artefato bélico nuclear existe uma longa distância, sem contar que a Argentina atravessava problemas internos que, provavelmente, impediriam avanços mais significativos no campo em tela. Porém, o que nos interessa é a percepção dos agentes e como eles reagiram a cada evento concreto e, nesse caso, importa que este fato foi percebido como uma derrota, que poderia provocar danos insuperáveis na estratégia de construção de um país relevante no cenário internacional, uma potência, ao menos média e líder incontestado no cenário regional.

Existe um outro elemento muito importante no texto de Saraiva Guerreiro, talvez até mais importante, para nosso propósito: o diplomata faz um veemente apelo para que fossem

preservados “o avanço de seus segmentos autônomos” e a manutenção “mínima dos projetos com a RFA”; observemos com atenção a dicotomia avanço-mínima, que pode escapar a uma leitura rápida. Nosso chanceler defende que, em virtude das condições financeiras enfrentadas pelo Estado brasileiro, seria aceitável uma redução ao mínimo indispensável no acordo estabelecido com a “Alemanha Ocidental”, mas que, por outro lado, sustentássemos o **avanço nos segmentos autônomos**, estabelecendo um par de grandezas opostas que marcam, sutilmente, diferentes relevâncias. O grau “menor” justifica-se pela continuidade de um programa que, embora necessário, poderia ter seu prazo de continuidade dilatado, em primeiro lugar porque, caso contrário, o contrato seria cancelado e, em segundo lugar, porquê o investimento feito seria, em grande parte, perdido na ocorrência do referido distrato.

Resta-nos voltar os olhos ao “avanço” que deveria ser preservado; retornemos ao Chanceler Saraiva Guerreiro, que assim avaliou a questão:

Com relação à pesquisa autônoma no ciclo do combustível, é obviamente importante seu desenvolvimento e, na medida do possível, sua aceleração, para que não tardemos a repor a situação de equilíbrio com a Argentina. (grifos nossos).

E, explorando o acordo com a Alemanha sob o prisma da pesquisa autônoma, prossegue Saraiva Guerreiro que, além da “capacitação em projetos e engenharia de reatores de potência”, seria ainda interessante manter os investimentos, ainda que em escala mínima, para que fosse mantida a confiança no projeto brasileiro, caso tal fosse cancelado poderia gerar:

A perda de confiabilidade de nosso programa nuclear que daí resultaria [do cancelamento do contrato com a RFA] teria certamente efeitos danosos para o próprio esforço de pesquisa autônoma, que ficaria mais exposto a interpretações malévolas e a pressões políticas por parte das grandes potências nucleares. Parece-me, ademais, que mesmo no que se refere ao ciclo de combustível valeria dar segmento, ainda que em ritmo adequado às nossas circunstâncias econômicas e energéticas atuais, aos projetos em andamento no âmbito do acordo com a RFA – tanto pelo significado político que isso teria quanto porque, suponho, não sejam esses aspectos da cooperação Brasil-RFA isentos de benefícios em termos de nossa capacitação em escala industrial. (grifos nossos).

O que a argumentação até aqui apresentada por Saraiva Guerreiro deixa claro é que o interesse maior residia no domínio do ciclo dentro do esforço de pesquisa autônoma, aquela que corria paralelamente ao acordo com a RFA; isso fornece, ao menos, uma pista de que o

desejo brasileiro ultrapassava a dimensão pública que se dava ao programa nuclear, mesmo que, naquele momento específico, tal interesse não ultrapassasse o domínio tecnológico e a geração de energia (esta seguramente não era esperada, em escala suficiente para as necessidades nacionais, no curto prazo). Também denota que, naquele momento, o imperioso seria o investimento na pesquisa do ciclo (que, pelo que podemos depreender da fala do chanceler, caminhava principalmente de forma autônoma) e não na construção de novas usinas (previstas no acordo com a RFA, que exigia a construção de pelo menos oito unidades). E aqui, nesta comunicação de dezembro, podemos intuir a ideia força – talvez mesmo uma das origens - que inspirou a mudança de discurso do ministro César Cals em janeiro do ano seguinte (já referenciada), de que “a prioridade do programa nuclear [brasileiro] passou a ser o desenvolvimento do ‘ciclo do combustível’, em detrimento da construção de usinas”.

Com base nas observações expostas, a chancelaria brasileira externa ao Presidente da República seu julgamento sobre o tema:

Permita-me Vossa Excelência, portanto, expor-lhe aqui minha percepção de que o programa nuclear brasileiro, em ambas as suas vertentes, me parece por todas as razões – à luz do fato novo criado pela Argentina, mas também pela própria necessidade de conquista de autonomia no setor – algo digno de esforço prioritário com vistas a um grau básico de continuidade capaz de permitir-nos o domínio do ciclo e a capacitação industrial para a construção de reatores. (grifos nossos).

E conclui o Chanceler brasileiro, numa clara demonstração de projeto perseguido a longo prazo, seu parecer: “Parece-me que não podemos raciocinar apenas com base na conjuntura de curto prazo, sem avaliarmos as necessidades futuras para as quais temos desde já de tomar as providências minimamente necessárias.”. A motivação política, ao menos para parte considerável do grupo no poder, sobrepunha-se, ainda, às considerações de outra natureza.

Por mais de um mês o anúncio argentino ocupou o noticiário e as ações do governo brasileiro; mas a posse de Raul Alfonsín na Presidência da Argentina, bem como os diversos problemas que acompanharam seu governo e, não menos importante, as dificuldades financeiras e a crise terminal do regime militar brasileiro contribuíram, seguramente, para arrefecer este foco de preocupação entre os dois países.

Contudo, o tema não desapareceria em definitivo, como demonstrou a revelação, em 1986, de que a Marinha Brasileira havia instalado uma fábrica de combustível nuclear para

submarinos na cidade de Sorocaba (interior de São Paulo), reforçada com as pouco diplomáticas afirmações do Ministro da Marinha do Brasil que afirmou, para o Jornal do Brasil que: “Temos que pensar no ano 2000, no próximo século. O processo para se chegar à propulsão nuclear é secreto (...). Nunca neguei que estamos trabalhando nesse sentido, mas existem coisas nas forças armadas que têm que ser sigilosas (...).”⁵³². Na realidade, as prevenções de lado a lado persistem até hoje, como revelam as “informações” prestadas por diplomatas argentinos aos EUA (em 2009 a Embaixada Argentina em Washington afirmava que Buenos Aires mantinha sinais de alerta quanto aos projetos brasileiros e as relações entre Brasília e Teerã) e, mais recentemente, com as declarações do Deputado Eduardo Bolsonaro, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Mas, naquele momento, o assunto esfriou e as relações com a Argentina conheceriam, em breve, momentos de maior harmonia.

Não obstante, apesar das tensões e problemas enfrentados, o ano pode ser considerado positivo para as pretensões brasileiras. Os três alvos prioritários – Oriente Médio, África e América do Sul - foram atingidos, com a participação presidencial em viagens oficiais relativamente exitosas. No setor industrial militar existiam negócios bem encaminhados e vendas externas em elevação e, ainda em 1983, outros três fatos precisam ser destacados, ocorridos ainda no primeiro semestre, sobre a EMBRAER: o protótipo de demonstração do EMB-312 *Tucano* realizou extensa programação de voo, em missão que visitou 22 países e 3 continentes (América, Europa e África), demonstrando sua viabilidade, a companhia inaugurou sua filial na França (Embraer Aviation International) e foi apresentado oficialmente o EMB-120 Brasília, grande sucesso da Empresa Brasileira de Aeronáutica e que seria considerado, dez anos depois, o avião regional mais utilizado no mundo; por fim, em dezembro de 1983 estavam prontos para embarque as primeiras unidades do Sistema Astros para o Iraque, com atraso e ainda abaixo do volume contratado mas, apesar disso, em condições de rápido emprego e de repercussões que logo se fariam sentir. Assim, o ano se encerrava com as áreas de atrito relativamente sanadas e perspectivas otimistas, ao menos para o setor aqui eleito. Acompanhem seus próximos passos.

⁵³² Jornal do Brasil, sexta-feira, 5/9/86, Caderno de Economia, p. 17.

CAPÍTULO 5:

Transições.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1984, com 349 páginas e enviada em 1º de março, ainda que persistindo na observação da origem primordialmente forânea dos problemas brasileiros, retoma algum otimismo com o futuro, ainda que um porvir não previsível e com a retomada da prosperidade nacional, também incerta quanto ao seu caráter temporal. Revestiu-se antes de justificativas do que explicações; baseou sua esperança e suas expectativas nas obras realizadas num passado recente e nas potencialidades alegadas – ou imaginadas – erigidas ao longo de um tempo que já não mais existia. E, mais uma vez, furtou-se de elencar ações concretas, ou ao menos planos que pudessem sinalizar o caminho que tomaríamos, tanto no plano doméstico quanto internacional. Deveriam os diversos agentes, particularmente aqueles afeitos ao nosso objeto, perceber que era o momento de acautelar-se, reduzir suas pretensões e adotar uma postura conservadora? Seria isso possível? Os sinais emitidos corroborariam ou iriam de encontro ao anunciado pelo mandatário supremo da nação? Observemos como se desenrolaram os fatos para tentar elucidar tais questões.

Duas preocupações ocupavam o pensamento – e o imaginário – naqueles primórdios da década de 1980. O imaginário de boa parte da população mundial estava voltado para o “pesadelo nuclear”, com a possibilidade de aniquilação total do planeta numa eventual guerra entre as potências atômicas, dramatizado no filme “*O Dia Seguinte*”⁵³³, cuja repercussão oferece uma excelente noção da ansiedade que o tema gerava. No espaço latino-americano a crise econômica e financeira, a dívida externa e os problemas políticos e sociais enfrentados naquele período configuravam o cerne da preocupação popular e dos tomadores de decisão da região; ambas as questões se entrelaçam em nosso objeto de estudo.

O tratamento da crise econômica trouxe iniciativas de caráter cooperativo entre os diversos países da América Latina, que reforçava o objetivo brasileiro de “aperfeiçoamento da cooperação entre os países da região”⁵³⁴ e conduziu a uma tentativa de formalização de atuação conjunta do continente no enfrentamento da questão que, além dos óbvios problemas sociais que tal situação gerava, impactavam significativamente na capacidade de investimento em projetos estatais; de outro lado, o temor de uma escalada nuclear gerou a sensação de

⁵³³ *The Day After* (1983), direção de Nicholas Meyer. O filme teve grande repercussão mundial e sensibilizou particularmente o público norte-americano.

⁵³⁴ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Informação ao Presidente da República (052), Índice: América Latina. Conjuntura Econômico-Financeira. Mesa Redonda, de alto nível. Proposta do Uruguai. Ostensivo, 21 de fevereiro de 1984.

necessidade premente de discutir propostas de desarmamento que, na ótica de Brasília, serviria antes de mais nada para congelar as posições de poder mundial, em benefício dos países centrais (tanto na órbita capitalista quanto socialista) e em detrimento aos países periféricos⁵³⁵. No entendimento da chancelaria brasileira, as denominadas “superpotências” aproveitavam a ânsia popular por iniciativas que afastassem o risco de uma guerra geral para cercear o desenvolvimento em áreas críticas (como o desenvolvimento de armamento convencional e de iniciativas, mesmo de uso pacífico, da energia nuclear).

De fato, as iniciativas para promover o desarmamento foram conduzidas sub-repticiamente em conjunto com pressões no sentido de aceitação do TNP por países ainda não signatários. O principal argumento dos países que pressionavam aqueles que perseguiram a autonomia nuclear para a aceitação do referido protocolo eram as denominadas “garantias negativas” que previam a não utilização de equipamentos bélicos nucleares em regiões ou zonas desnuclearizadas (o que, na prática, representava a América Latina); porém, a Guerra das Malvinas suscitou suspeitas quanto ao respeito, na prática, da eficácia de tais garantias, uma vez que, naquele momento pairavam dúvidas sobre a observação, pela Inglaterra, de respeito àquele dispositivo.

Assim, a posição brasileira foi pela continuidade dos programas brasileiros nos moldes em curso, esquivando-se de assumir compromissos que contrariassem tal interesse, mesmo sabendo que tal postura daria ensejo a oposição política interna e externa, com provável repercussão negativa nos órgãos de imprensa. Dessa forma, avançaram os projetos brasileiros de desenvolvimento de armamentos e, principalmente, o esforço exportador de material de emprego militar. Acompanhem os desdobramentos desta história.

5.1 – Questão nuclear: novas perspectivas para um projeto em crise.

O Programa Nuclear Brasileiro estava, a esta altura, enfrentando problemas de ordem prática e “moral”: poucos recursos para continuidade dos projetos, bem como para sanar problemas surgidos nas usinas, por um lado e, por outro lado, críticas à condução dada pela Nuclebrás (pouca transparência, dúvidas quanto a intenção pacífica do uso da energia) e acerca da real necessidade de um programa dessa natureza.

⁵³⁵Sobre este aspecto das iniciativas relativas ao desarmamento existem diversos documentos no Arquivo Central do Itamaraty em Brasília; entre eles, as Informações ao Presidente da República, como os enviados em 1984 sob nº 063, 064 e 065.

Quanto ao segundo aspecto dos problemas aludidos no parágrafo anterior, que denominei “moral”, não nos deteremos. Praticamente desde o anúncio da cooperação Alemanha-Brasil, o projeto - que envolvia a construção de oito usinas nucleares (as três primeiras em Angra dos Reis) – foi alvo de críticas e, em setembro de 1978, é instalada uma CPI sobre o acordo e a construção de Angra-1. Porém, o que devemos destacar é uma notícia veiculada em 1985; a capa do jornal Folha de São Paulo de 3 de setembro daquele ano destacou matéria com o título: “Programa nuclear brasileiro admite uso militar.”.

O título era um exagero, pois induzia a acreditar que o objetivo era eminentemente militar e, conseqüentemente, o país estava no caminho da produção de um artefato bélico nuclear. A reportagem referia-se a um relatório da CNEN, cujo teor informava que os trabalhos de pesquisa e produção de energia nuclear envolviam “algumas tecnologias e matérias desenvolvidas para fins pacíficos que podem ser necessárias a um desenvolvimento militar.”. É óbvio que título e conteúdo não se encontravam, mas foi o suficiente para que uma série de manifestações contrárias ocorressem, especialmente no meio jornalístico, mas também em outros fóruns e levou o Presidente José Sarney a ordenar a instalação de uma comissão para reavaliar o programa brasileiro; para nosso objetivo, o mais importante é ressaltar que todas as argumentações de força caminhavam para coincidir o esforço nuclear ao esforço industrial militar brasileiro, lançando dúvidas sobre os objetivos de tal empreitada. Mas, como dissemos, não nos aprofundaremos nesta questão, que será discutida no espaço de conclusão e considerações finais. Retomemos ao curso do ano de 1984, para observarmos o primeiro aspecto problemático por nós enunciado.

A restrição orçamentária governamental ameaçava a continuidade dos programas em andamento com a RFA e os parceiros alemães percebiam a fragilidade da situação brasileira, tanto que, em reunião da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o delegado da RFA, Reinhard Loosch, em abordagem reservada ao delegado brasileiro, Rex Nazaré Alves (presidente da Nuclebras), manifestou que “as autoridades de seu país estavam agora, pela primeira vez, seriamente preocupadas com o destino do acordo com o Brasil”⁵³⁶, observando ainda que seria “necessário, em seu entender, alguma declaração das autoridades brasileiras no sentido de que o programa nuclear (...) teria assegurado um mínimo de recursos financeiros para sua implementação.”. Reinhard Loosch argumentou, por fim, que

⁵³⁶ Arquivo Central do Itamaraty -BSB . Telegrama Recebido, BRASEMB Viena, confidencial, confidencial, MSG 105Z, 23/02/84.

sem uma declaração desta natureza, o noticiário de imprensa e as especulações recentes em torno das dificuldades daquele programa poderiam causar efeito negativo importante (“a psychological breaking-point”) junto a comunidade de bancos alemães, de maneira a retrai-los de forma definitiva em relação a novos financiamentos.

A inquietação alemã tinha fundamento. De fato, ainda no primeiro semestre de 1984 a Nuclebrás solicitou à SEPLAN um aporte adicional de Cr\$ 200 bilhões (por volta de US\$ 120 milhões⁵³⁷) ao seu limite orçamentário, sem os quais “estaria na iminência de ser obrigada a comunicar a seus credores e sócios alemães sua impossibilidade de cumprir importantes compromissos com eles assumidos.”⁵³⁸. Além de significar virtualmente o fracasso do programa, tal ocorrência teria implicações diretas para o Brasil e suas relações exteriores; sobre este tema, informa o Chanceler Saraiva Guerreiro ao Presidente da República que, na ocorrência da inadimplência, “estariam prejudicados os esforços que o país vem realizando para capacitar-se em área que terá, em futuro próximo, papel importante no quadro energético nacional.”, acrescentando que seria fundamental assegurar ao programa um nível mínimo de continuidade, para preservar, no plano externo “a própria confiabilidade do país, em termos inclusive de desenvolvimento tecnológico e industrial nessa área.”.

Para Saraiva Guerreiro, “um eventual comprometimento do programa nuclear da NUCLEBRÁS terá repercussões internacionais, mormente no quadro das relações com a RFA” (grifo nosso) e, como considerou conveniente salientar, “a cooperação com esse país vem se realizando com êxito num cenário internacional cada vez mais adverso à transferência de tecnologia nuclear.”, julgando ainda útil “recordar os difíceis obstáculos e pressões internacionais que o Brasil e a RFA se dispuseram a enfrentar para concluir o Acordo Nuclear.”. Convém atentar para o destaque “programa nuclear da NUCLEBRÁS”, o que já indica que a questão era sobre o programa público desenvolvido pelo governo brasileiro e, caso ocorresse uma demonstração de falha em tal desenvolvimento, poderiam ocorrer reflexos no contexto político regional latino-americano; ainda segundo o chanceler brasileiro:

A recente autonomia argentina no campo do enriquecimento do urânio gerou um novo quadro na região, no qual, com um eventual insucesso da NUCLEBRÁS, o Brasil poderia ver-se em posição de muito visível desvantagem em relação àquele país, numa área – a de energia nuclear – em que convém manter certo equilíbrio com a nação argentina.

⁵³⁷ Consideramos um câmbio médio aproximado de Cr\$ 1.700,00 por dólar, para o mês de junho de 1984.

⁵³⁸ Arquivo Central do Itamaraty -BSB . Informação para o Presidente da República (0156). Índice: Programa Nuclear Brasileiro. Nuclebrás. Secreto, sem data.

Como podemos ver, a comparação com a Argentina ainda era uma das métricas para avaliar o poder relativo brasileiro e, nesse sentido, garantir a continuidade do programa nuclear preservaria “ao mesmo tempo a posição brasileira em foros internacionais (...), mas sobretudo em relação ao papel do Brasil como parceiro confiável para cooperação bilateral no uso pacífico da energia nuclear”, acrescentando ainda que:

Hoje, a credibilidade do Brasil no quadro dos vários acordos de cooperação nuclear com vários países em diferentes regiões do mundo, notadamente na América Latina, constitui instrumento valioso, como sabe Vossa Excelência, no relacionamento bilateral do país.

O Brasil celebrara, desde o início de seu programa nuclear e especialmente após a criação da Nuclebrás, diversos acordos de cooperação, destacando-se no período pós associação com a Alemanha os convênios com o Iraque (janeiro de 1980), Argentina (maio de 1980), Colômbia (março de 1981), Peru (junho de 1981), Espanha (maio de 1983) e com a Venezuela (novembro de 1983); com efeito, o chanceler tinha razão ao afirmar que o domínio de tecnologias sensíveis e estratégicas serviriam a propósitos mais amplos de política externa, especialmente na relação com países fora do centro da economia mundial. Porém, além dos já citados acordos, dois casos de relações com países estrangeiros envolvendo a energia nuclear devem ser destacados por nós, ambos identificados pelo Itamaraty como promissores e mesmo fundamentais para a continuidade do programa brasileiro. Vamos a eles.

Abordaremos, em primeiro lugar, as negociações empreendidas com a República Popular da China (RPC). Os primeiros entendimentos concretos entre os dois países na área nuclear data de 1982, quando a CNEN entabulou negociações para a compra de urânio enriquecido junto a indústria nuclear chinesa. Com a promulgação do Non-Proliferation Act por Jimmy Carter⁵³⁹, o Itamaraty estabeleceu a urgência em acelerar acordos bilaterais que garantissem os suprimentos necessários ao programa brasileiro; foi nesse contexto que se deu a primeira aproximação Brasília-Pequim para aquisição do combustível.

Contudo, desde esta primeira aproximação, as autoridades chinesas demonstravam o interesse numa colaboração mais estreita com o governo brasileiro, desenvolvendo parcerias em um espectro maior nas atividades nucleares e, com efeito, o fornecimento de urânio enriquecido sem as exigências usuais de outros fornecedores, indicava de fato a disposição

⁵³⁹ Pubic Law 95-242, 10 de março de 1978. Alegadamente uma legislação que visava a não proliferação de explosivos nucleares, impunha uma série de restrições ao fornecimento de material, inclusive fomentando restrições fora dos EUA. Recebeu severas críticas de diversos países, notadamente na Europa. Texto da lei disponível no portal *United States Publishing Office* (*govinfo*): <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-92/pdf/STATUTE-92-Pg120.pdf>.

chinesa de estabelecer uma cooperação que atendia aos interesses brasileiros. Na avaliação da Chancelaria brasileira⁵⁴⁰:

Do ponto de vista brasileiro, uma intensificação dos contatos com a RPC no âmbito da indústria e da pesquisa nucleares poderia representar o surgimento de oportunidades em diferentes setores. No campo comercial, por exemplo, haveria a possibilidade de o Brasil vir a fornecer serviços de engenharia de projetos no programa de construção de reatores da RPC (...).

E, adiante, o chanceler acrescenta que:

A condição específica da RPC de país não membro do TNP, que mantém, no plano internacional uma postura própria, independente dos conhecidos esquemas políticos internacionais de controle no campo nuclear, é evidentemente um outro aspecto, talvez o primordial, a ser levado em consideração com vistas a uma intensificação das relações bilaterais no campo nuclear. (grifos nosso).

As duas perspectivas seriam perfeitas para o Brasil. De um lado, a possibilidade de novos negócios em um setor – a engenharia de projetos – que já se afigurava como importante fator de penetração nos mercados internacionais e, de outro lado, como apontado por Saraiva Guerreiro, talvez o mais importante, era a disposição da China de não acompanhar os ditames das potências nucleares ocidentais e soviética, o que permitiria que ambos os programas brasileiros (incluindo aqui o paralelo) prosseguissem. Naquele momento a RPC ganhava maior notoriedade e presença no cenário nuclear, inclusive com a proximidade de seu ingresso na AIEA e na composição da sua Junta de Governadores, mas deixava sempre patente que não acompanharia os ditames do TNP e outras iniciativas correlatas; a China jogava seu próprio jogo, com as consequências que hoje conhecemos.

Assim, o Itamaraty estabelece contatos com a chancelaria chinesa sobre a possibilidade de estabelecimento de um acordo no setor, recebendo sinal positivo desta. Em curtíssimo espaço de tempo o MRE estrutura uma pequena delegação com destino a Pequim, para estabelecer as negociações com as autoridades chinesas, de modo que, quando da viagem do Presidente Figueiredo a China, pudesse ser celebrado oficialmente o memorando de entendimento entre as partes. Os dois lados do negócio tinham pressa, tanto que a autorização presidencial para o deslocamento para Pequim datou de 8 de maio de 1984 e a finalização das reuniões, com o preparo da minuta do *Memorandum* de entendimentos, ocorreu em 17 de

⁵⁴⁰ Arquivo Central do Itamaraty -BSB . Informação para o Presidente da República (0102). Índice: Brasil-RPC. Energia Nuclear. Secreto-Exclusivo, 4 de abril de 1984.

maio do mesmo ano⁵⁴¹ e, em outubro de 1984, foi celebrado o primeiro Acordo sobre Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China.

A manifestação pública do referido acordo pretendia sinalizar a disposição brasileira de manter o curso de seu programa nuclear, independente das pressões que se avolumavam. E a celeridade impressa pelo Itamaraty pode ser compreendida a partir da próxima negociação, que apresentamos abaixo. Uma negociação que não chegou a termo, pouco explorada pela historiografia, mas que lança mais algumas luzes sobre a condução deste processo nos derradeiros anos do regime militar brasileiro.

Em fevereiro de 1984, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil informou ao Presidente da República⁵⁴² que “por ocasião das mais recentes reuniões da Junta de Governadores da AIEA”, o delegado paquistanês (Munir Khan, também Presidente da Comissão de Energia Atômica do Paquistão) vinha procurando o chefe da delegação brasileira “para abordar a possibilidade de cooperação entre os dois países no campo nuclear.”. Ainda segundo a comunicação da chancelaria brasileira:

Argumenta aquela autoridade paquistanesa que seu país já conseguiu, de forma autônoma, importantes progressos na tecnologia atômica, da mesma forma que o Brasil já dispõe de uma indústria de porte para equipamentos nucleares. Haveria assim, em seu entender, condições para que ambos os países pudessem buscar uma complementação no campo nuclear. A cooperação bilateral nesse setor será feita em bases sigilosas.

A sondagem do Paquistão era mais um sinal de que o Brasil era levado a sério no contexto da tecnologia nuclear, especialmente por relacionar um país que sabidamente, embora não oficialmente, buscava a construção de um artefato bélico atômico. Era uma parceria que deveria ser considerada e, nesse sentido, explana Saraiva Guerreiro:

Pelas oportunidades que de fato poderá apresentar para o Brasil, a proposta paquistanesa acima descrita merece ser devidamente considerada. Com efeito, resistindo a pressões internacionais, o Paquistão já conseguiu, ao que tudo indica, construir secretamente uma usina de enriquecimento de urânio, (...). Em seus contatos em Viena com o delegado brasileiro, o delegado paquistanês afirmou, sem rodeios, que seu país já possui uma centrífuga com alta rotação, de 60.000 rpm, o que vai muito além do que até agora conseguimos em nossos esforços no IPEN.

⁵⁴¹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Telegramas recebidos, secreto-urgentíssimo, BRASEMB Pequim (279 A – 1852), 17 de maio de 1984.

⁵⁴² Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Informação ao Presidente da República (0040). Índice: Viagem do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Paquistão. Secreto-Exclusivo, 13 de fevereiro de 1984.

As palavras iniciais do Chanceler traíam uma tendência de aprovação ao proposto pelo delegado paquistanês, especialmente pela sinalização de que o Brasil poderia participar efetivamente do programa daquele país, inclusive com fornecimento de equipamentos para a próxima central nuclear que o Paquistão pretendia construir. Assim, prosseguindo com o que, a seu ver, constituía uma oportunidade digna de consideração, afirmava que:

Os benefícios de uma cooperação nuclear com o Paquistão, no campo, por exemplo, do enriquecimento de urânio, seriam sem dúvida extremamente positivos, na medida em que poderia contribuir para acelerar a conquista pelo Brasil do domínio dessa tecnologia e também gerar oportunidade para a fabricação de equipamentos pela NUCLEP.

A empolgação com as possibilidades precisaria, contudo, ser matizada com eventuais óbices que a cooperação com um país que potencialmente possuía as condições para se tornar uma nação nuclearmente armada exigiam. Assim, Saraiva Guerreiro advertia que “esses eventuais benefícios deverão ser cuidadosamente sopesados com as possíveis consequências de um envolvimento brasileiro, ainda que sigiloso (...)”, uma vez que “sobre esse país, como se sabe, paira a forte suspeita de que os esforços técnicos e científicos por eles realizados no campo nuclear incluem o aproveitamento militar da capacidade obtida nessa área.”.

Asseverando que tinha plena consciência dos inconvenientes que poderiam advir de tais contatos, “ainda que extremamente secretos e sigilosos com o Paquistão”, o Chanceler brasileiro insistiu que não poderia deixar de assinalar “o quão importante considero que o Brasil se assegure com toda rapidez possível, ainda no governo de Vossa Excelência, um nível básico de capacitação autônoma no domínio do ciclo nuclear” (grifos nossos). É muito provável que Saraiva Guerreiro sabia, ou ao menos supunha, que a troca de governo – e de regime – traria obstáculos ao processo desencadeado pelos militares nos setores sensíveis do jogo internacional e, como é aconselhável em disputas políticas acirradas, o ideal seria tornar as escolhas irreversíveis, desestimulando ou ao menos tornando muito caro qualquer mudança de planos ou rompimento de acordos.

Mas avançar nas negociações com o Paquistão exigiria uma justificativa de força, que, para Saraiva Guerreiro, podia ser resumida em dois aspectos essenciais; para o chanceler, atingir os objetivos possíveis com tal aliança seriam: “em primeiro lugar o próprio significado intrínseco do domínio da tecnologia nuclear, para os interesses soberanos do país, a médio e longo prazo” e, de outra parte, não poder ignorar que a: “Argentina, não obstante todas as situações de instabilidade que tem vivido e a gravíssima crise econômica que ora atravessa,

tem mantido e continuará a manter, com caráter de prioridade, seus programas na área nuclear (...). Eram duas considerações fatais para o pensamento militar brasileiro.

Assim, o Ministro das Relações Exteriores, informando que já havia conjugado opiniões e linhas de ações com Rex Nazaré Alves (presidente da CNEN), solicita autorização presidencial para avançar no projeto, aproveitando sua programada viagem ao Paquistão. O presidente Figueiredo após seu “de acordo” ao proposto.

A parceria proposta teve, pelo que pudemos identificar em nossa pesquisa, um avanço significativo, especialmente por tratar de óbices que, de fato, impactavam igualmente ambos os países. Os negociadores brasileiros trataram da parceria diretamente com o físico Munir Ahmad Khan, presidente da Comissão de Energia Atômica do Paquistão e considerado o “pai da bomba atômica” daquele país, algo que seguramente exigiria discrição e sigilo quase absoluto; considerando a exiguidade de tempo entre as negociações e o fim do governo do general Figueiredo, seria muito difícil levar adiante um projeto com tamanhas implicações políticas.

É verdade que, em nenhum momento, localizamos informações oficiais que pudessem nos fazer crer que os planejadores brasileiros pensavam em construir um artefato bélico baseado na energia nuclear, salvo como elemento combustível para a Armada; contudo, não podemos descartar a hipótese de uso pacífico para aquele momento, o que não significaria renunciar à possibilidade. Ao mesmo tempo, as autoridades dos países aqui citados tinham por certo que, subjacente a crescente pressão norte-americana e soviética para o “desarmamento global”, estava a manutenção de um status que só interessava àquelas potências. Conforme anotou Saraiva Guerreiro⁵⁴³:

à medida que o Brasil assume novas responsabilidades internacionais, nossas necessidades, interesses e motivações tendem a contrariar as políticas das potências nucleares. (...) Assim é que o Brasil, ao defender seus interesses, tem enfrentado crescentes resistências e, até mesmo, a oposição das potências nucleares.

Para o MRE, bem como para o governo brasileiro de então, as pressões pelo desarmamento e pela “não-proliferação”, cuja expressão maior era o TNP, buscavam, antes de tudo, perpetuar uma situação intrinsecamente discriminatória, na medida que impediam a aquisição de armas nucleares aos países que não as possuíam (proliferação horizontal), enquanto permitiam a proliferação dos arsenais das potências nucleares (proliferação vertical).

Nas palavras do chanceler:

⁵⁴³ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Informação ao Presidente da República (065). Índice: Política Brasileira de Desarmamento. Confidencial, 27 de fevereiro de 1984.

As exigências crescentes de salvaguardas discriminatórias nos acordos de transferência de tecnologia nuclear são subproduto da política de não proliferação horizontal adotada pelos países militarmente nucleares. Têm ocasionado o desvirtuamento das funções da AIEA que, concebida originalmente como agência promotora da cooperação internacional no campo da aplicação pacífica da energia nuclear, assume feições de organismo inibidor da transferência de tecnologia nessa área.

De fato, as propostas emanadas da Agência não constituíam um arcabouço de segurança confiável para países não nucleares, como as suspeitas levantadas por ocasião da Guerra das Malvinas quanto ao desrespeito das cláusulas de garantia da AIEA suscitaram. Assim, conectando os fóruns multilaterais aos interesses das superpotências, especialmente os EUA, o MRE explicita a necessidade das relações bilaterais com nações em situação similar a brasileira e, implicitamente, que o Brasil não deveria, sob risco de perda de sua soberania, abdicar de qualquer aspecto do desenvolvimento da tecnologia nuclear.

Ademais, a movimentação dos EUA extrapolava a questão nuclear, inclusive com a proposta de cooperação industrial militar com o Brasil, cujo memorando de entendimento, em sua *Proposta de Acordo Geral de Segurança das Informações Militares* levava, inevitavelmente, a um virtual bloqueio das exportações de material militar brasileiro. Assim, ambas as instâncias, a nuclear e a bélica, funcionavam como um torniquete nas pretensões brasileiras de autonomia em ambos os setores; este era um embate que estava apenas começando e cujos desdobramentos teremos oportunidade de observar no transcurso final da tese.

Estas propostas de parceria (China e Paquistão) foi uma das últimas ações empreendidas para manter o projeto de potência ainda em curso. Tais iniciativas, especialmente com o Paquistão não teriam, em abstrato, repercussões tão negativas para o Brasil, na minha avaliação. Porém, o determinante nessas decisões são, em geral, as circunstâncias; naquele momento, nada de inovador iria prosperar. Prossigamos com outros eventos que, estes sim, poderiam manter o rumo originalmente traçado.

5.2 – Opções promissoras (e alguns percalços).

Com seu Sistema de Artilharia de Saturação (*ASTROS*) em condições de operação, e as primeiras unidades já atuando no Iraque (as entregas contratadas para este país, como abordaremos em breve, estavam atrasadas, mas o produto já estava pronto para novas vendas),

a AVIBRAS aponta suas baterias para o comprador mais rico do Oriente Médio: a Arábia Saudita. Assim, conforme relatório do Itamaraty enviado ao Presidente da República⁵⁴⁴:

após longo trabalho de promoção junto às autoridades militares da Arábia Saudita, a AVIBRAS – Indústria Aeroespacial S/A trouxe ao Brasil, em fevereiro do corrente ano [1984], missão integrada pelos Generais Hamed Mohamad Mardini, Comandante da Escola de Artilharia, e Ahmad Talal Al-Jihany, chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Defesa, além de dois outros oficiais superiores.

A apresentação do Sistema *ASTROS* se mostrou muito convincente e os representantes sauditas agendaram com a fabricante brasileira a realização de testes em solo árabe, que seriam realizados, conforme o desejo dos visitantes o mais breve possível, ainda em 1983. Além da reunião na sede da AVIBRAS, os integrantes da comitiva da Arábia Saudita reuniram-se com os dirigentes do Centro Tecnológico do Exército, onde, ainda conforme o citado relatório, manifestaram que: “além do objetivo direto de manter contato com a AVIBRAS, cabia-lhes também, indiretamente, o exame da possibilidade de cooperação com o Brasil no campo da tecnologia militar.”.

Estes primeiros contatos com o setor de produção de material militar brasileiro parecem ter impressionado de fato o Ministério da Defesa saudita pois, em maio do mesmo ano a Fábrica Militar de Kharj (estabelecimento industrial pertencente ao MD da Arábia Saudita), “manifestou espontaneamente, interesse em manter contatos com fabricantes brasileiros de explosivos e munições, com vistas ao estudo da possibilidade de cooperação tecnológica e industrial para a produção daqueles materiais.”. E, entre os dias 15 e 24 de julho de 1984, nova comitiva, desta vez chefiada pelo general Yousif Ibrahim Al-Salum (diretor geral da indústria bélica saudita), para visitar indústrias dos setores que mais interessavam para as FA de seu país. Foram eleitas oito empresas, a saber: AVIBRAS, ENGESA, EMBRAER, IMBEL, *Química Tupã*, *Britanite*, *CBC* e *Valparaíba*, estabelecendo opções de compra de material com todas elas (imediatamente foi acertada a compra de materiais da *Química Tupã*, num valor de US\$ 10 milhões) e, ao final de sua estada o General saudita manifestou “sua admiração pelo desenvolvimento alcançado pelo Brasil e salientou que o país estaria, sem dúvida, capacitado a transferir tecnologia à Arábia Saudita em diversas áreas.”.

As visitas das comitivas árabes, fruto do trabalho de prospecção da AVIBRAS, renderam frutos muito além do esperado pelas autoridades brasileiras (a expectativa inicial,

⁵⁴⁴ Arquivo Central do Itamaraty -BSB . Informação ao Presidente da República (0249), Índice: Visita ao Brasil do Segundo Vice Primeiro-Ministro da Defesa e Aviação da Arábia Saudita. Secreto, 29 de agosto de 1984.

consideradas as aludidas opções de compra assinadas pelo representante da Arábia Saudita, situavam-se entre US\$ 60 e 80 milhões, além da possibilidade de concretizar negócios com equipamentos de valor agregado muito superior); ainda mais importante foi, após as referidas visitas, o anúncio de que o Príncipe Sultan Bin Abdul Aziz (Ministro da Defesa e Aviação, além de sucessor do trono da Arábia Saudita) aceitava o convite para visitar o Brasil, constituindo, segundo o Chanceler brasileiro “o evento mais importante no esforço de aproximação com a Arábia Saudita no plano industrial militar” e, pontuando suas conclusões no informe ao Presidente da República, avalia Saraiva Guerreiro que:

Como vê Vossa Excelência, tudo indica que a Arábia Saudita oferece boas oportunidades para exportações bélicas brasileiras, seja de produtos acabados, seja de tecnologia. Nesse contexto, a visita do Príncipe Sultan parece revestir-se de fundamental importância, na medida em que poderia criar clima político favorável ao desenvolvimento da cooperação militar entre os dois países.

Nada mal para um setor que buscava, há uma década, estabelecer negócios com aquele país; bastante positivo também para o governo brasileiro, que procurava alternativas para melhorar a balança comercial com aquela nação árabe. Também é importante reforçar que esta aproximação foi fruto principalmente do esforço da AVIBRAS que, por sinal, foi a portadora em primeira mão para o Itamaraty da anuência do Príncipe Abdul Aziz, inclusive com a definição da data em que tal ocorreria (outubro de 1984).

Os testes de desempenho com as baterias *Astros*, realizadas às expensas do governo da Arábia Saudita nos dias 22 e 23 de setembro de 1984, foram, na avaliação do Ministério da Defesa daquele país, plenamente exitosas, oferecendo perspectivas ainda mais otimistas com a próxima visita do Ministro da Defesa ao Brasil; retornaremos a este tema um pouco mais adiante. Antes, vamos recuar para os primeiros meses do ano de 1984, acompanhar alguns outros pontos importantes.

Em 12 de fevereiro de 1984 a ENGESA anunciava publicamente que o Ministério do Exército já recebera e aprovara “as especificações técnicas definitivas do futuro carro de combate principal [*MBT*, na sigla em inglês], o impressionante EE-T1 [*OSÓRIO*], equipamento de 35 toneladas, o primeiro tanque de batalha sobre esteira produzido pela ENGESA.”⁵⁴⁵. A longa matéria do *Estadão*, intitulada “Brasil produzirá tanque pesado”, afirmava que o veículo estaria em condições de rodagem em junho daquele ano, a torre do sistema de armas em novembro, sendo sua arma principal padrão um canhão de 105 mm (com

⁵⁴⁵ O Estado de São Paulo, domingo, 12 de fevereiro de 1984, p. 6.

a opção de incorporação de um canhão de 120 mm), sendo “ambas as peças produzidas com tecnologia própria” e, reproduzindo ainda a afirmação de fonte da área técnica da empresa, relatava que “o produto terá condições de sair da linha de fabricação com índice de 100% de nacionalização, evitando-se assim o colapso de abastecimento em caso de uma crise que gere um eventual boicote de suprimentos vindos do exterior.”.

No caso específico da indústria de armamentos, a *independência tecnológica e produtiva* não é um mero detalhe. Como já vimos – e veremos ainda – a dependência de terceiros países no fornecimento de partes sensíveis, especialmente as relacionadas ao sistema de armas - pode gerar a completa impossibilidade de produção, uma vez que, via de regra, os fornecedores exigem o “certificado de uso final” ao país comprador, exigência que impede a exportação do equipamento que receberá tal suporte, sem contar que, em caso de conflito externo, a supressão de fornecimento pode inviabilizar o emprego do armamento no cenário de guerra (algo semelhante aconteceu na Argentina, durante a Guerra das Malvinas, quando, em virtude do embargo da Comunidade Europeia, unidades blindadas permaneceram estacionadas em Córdoba por ausência de material alemão). O *Osório* era um projeto em que foram depositadas as principais fichas e esperanças da empresa de Whitaker Ribeiro, tanto que, para sua produção, a ENGESA adquiriu a FNV (antiga Fábrica Nacional de Vagões), para abrigar a área de produção de seu mais novo produto.

Ainda segundo a reportagem do *Estado*, o *Osório* começaria a ser entregue dentro de 18 meses, ou seja, a partir de maio de 1986; o que a coluna não esclarecia era: entregue para quem? Indiretamente, depreendia-se da matéria que o primeiro comprador seria o EB, uma vez que o autor da matéria informava que teriam sido aprovadas as especificações do “futuro carro de combate principal da força terrestre brasileira”, mas, nesse caso, havia um problema: um carro com as características do *Osório* não estavam nos planos doutrinários do exército.

O EB apostava (e apoiava) a iniciativa de Bernardini (MB3-*Tamoyo*), igualmente um blindado sobre lagartas, com grande índice de nacionalização, barato e de fácil operação mas que, contudo, não era capaz de atender o mercado externo em virtude das próprias características que agradavam aos militares brasileiros (apenas como uma comparação, enquanto o *Osório* utilizava suspensão hidropneumática - uma solução inovadora para a época e pouco utilizada em veículos de sua categoria – com excelente desempenho, como como podemos ver na Figura 9), a primeira versão do *Tamoyo* ainda usava o sistema de barra de torção, sem contar outros avanços do modelo da ENGESA, especialmente na eletrônica embarcada).

Talvez não por acaso o jornalista Roberto Godoy sustentasse em sua matéria para o Estado de São Paulo que “embora o detalhamento do projeto [do *Osório*] tenha sido montado a partir das necessidades do Exército Brasileiro”, informação que, como sabemos, não era exatamente correta, insistia ainda o articulista que: “todo o veículo está voltado também para atender à expectativa do mercado internacional.”. Na verdade, o mercado externo era a única expectativa que poderia tornar o dispendioso projeto do *Osório* viável e, mais que isso, em caso de sucesso, fazer da ENGESA uma corporação multibilionária.



Figura 9 – Potencialidade da suspensão hidropneumática do Osório, quando do teste de desempenho das versões iniciais. Este modelo de suspensão apresentava uma série de vantagens em relação aos tradicionais sistemas de barras de torção. Fonte: ENGESA, via portal Forças de Defesa⁵⁴⁶.

Mas a grandiloquência e publicidade concedida aos feitos da indústria militar brasileira não passariam despercebidos do resto do mundo e, como veremos a seguir, demonstra que especialistas internacionais conheciam bem a realidade das FA brasileiras. Em 29 março de 1984 o diário “The Baghdad Observer”, então único jornal editado em língua inglesa no Iraque, publicou, com destaque, notícia veiculada pela Agência Reuters intitulada “*Brazil’s eyes on third world light tank Market*”. Essencialmente a matéria abordava o desenvolvimento do novo produto da ENGESA, o tanque EE-T1 Osório (o artigo denominava

⁵⁴⁶ Disponível no Portal Forças de Defesa, aba Forças Terrestres: www.forte.jor.br/2015/12/27/engesa-ee-t1-osorio/, acesso em 22 de abril de 2017.

simplesmente “Osório”) afirmando que a empresa oferecia [como principal diferencial] “a garantia de manutenção e peças de reposição, independente da ideologia do país [comprador]”, afirmação um tanto ousada, considerando o momento político mundial, mas ao mesmo tempo interessante do ponto de vista comercial, uma vez que armamentos “de ponta” eram normalmente negados pelos principais países produtores para não membros de coalizões militares (OTAN e Pacto de Varsóvia).

Por outro lado, o artigo faz uma observação que demonstra uma aguda percepção de realidade, ao afirmar que “[caso o Osório] não ‘decole’ no Oriente Médio, o resultado será um desastre comercial.”, sinal que o analista sabia que o EB não poderia – ou não queria – adquirir o MBT da ENGESA, ou ao menos não o faria em quantidade suficiente para justificar o custo de desenvolvimento e produção do equipamento. Mas existe ainda mais um aspecto que podemos depreender da matéria: não era posta dúvida sobre a capacidade de produzir o MBT, o que indica que a esta altura a ENGESA era considerada capaz de entregar o que prometia.

De fato, o único mercado capaz de absorver em quantidade suficiente para tornar, além de comercial, economicamente viável o projeto Osório era o Oriente Médio, região em que a configuração do veículo teria plena condição de uso, com países dispostos e capacidade de pagamento para a aquisição do blindado; ainda que o Exército Brasileiro tivesse interesse num MBT, considerando que o mesmo estivesse de acordo com a Doutrina proposta, não teria condições de adquiri-lo em quantidade suficiente para tornar compensadora sua produção. Por outro lado, a Arábia Saudita era, a prazo relativamente curto, um mercado que já tornara pública sua intenção de renovar suas divisões blindadas, além de, na eventualidade de sucesso na comercialização com este cliente, tornaria bastante provável o interesse de outros países do Oriente Médio, até como mecanismo de manutenção do equilíbrio de forças na região; como veremos, não seria tarefa fácil, mas, mesmo assim, a ENGESA acreditava no sucesso deste novo carro de combate.

Como anotamos linhas acima, a esta altura a ENGESA já adquirira credibilidade junto ao mercado, tanto no que diz respeito a qualidade de seus produtos quanto a capacidade de honrar os compromissos assumidos, por méritos próprios mas também por seu relacionamento especial com o governo, a esta altura já evidenciada, o que garantia, ou ao menos parecia garantir, que a empresa teria condições de cumprir os contratos celebrados, algo extremamente importante neste tipo de negócio. Isso se torna ainda mais claro quando temos conhecimento dos contratos já assinados e possibilidades de venda (via de regra dependentes

de financiamento brasileiro); o “Relatório de Posicionamento de Contratos e Pedidos de Financiamento – ENGESA”⁵⁴⁷ encaminhada pelo MRE para o grupo PNEMEM dimensiona, para o período 81-83, o exposto. Elencamos abaixo alguns casos que consideramos interessante destacar.

- O Gabão, que como vimos anteriormente já havia adquirido através da ENGEXCO uma série de itens no valor global de US\$ 25 milhões (financiados e, até onde foi possível verificar na pesquisa, com os pagamentos em dia), solicitava uma nova aquisição (12 *Jararacas*, radio-comunicação e munição), no valor aproximado de US\$ 2, 6 milhões, o menor contrato do relatório. Para o negócio já havia depositado 5% de seu valor total, aguardando financiamento via linha comercial já estabelecida pela CACEX;
- O Zimbábue, que havia demonstrado interesse firme de compra no valor de US\$ 59,9 milhões (veículos, sistemas Laser e outros), concordando com um pagamento antecipado de 10% do montante e financiamento (com garantias do BC do país) do saldo. Destaca-se da nota que, pela avaliação dos negociadores, o Brasil era considerado por este país como “fonte de fornecimento de material militar extremamente importante” e que tal compra se dava em detrimento de propostas francesas, soviéticas e inglesas;
- O Chipre, que já havia concretizado compras no valor de US\$ 10 milhões e propunha novos contratos cujo montante global seria de aproximadamente US\$ 73,2 milhões no triênio (72 veículos EE-9 *Cascavel*, 15 carros EE-3 *Jararaca*, munição, equipamentos de rádio comunicação, acessórios e peças), também na modalidade 10% (dow payment) e o saldo financiado via CACEX. Guardemos esta informação sobre o Chipre; ela será mobilizada novamente em breve.

Além destes, destacamos ainda dois casos de interesse demonstrado, em virtude da proposta de pagamento sugerida pelos compradores:

- O Paraguai, que já tinha assinado contrato para a aquisição de veículos ENGESA no valor de US\$ 19, 75 milhões, também com 10% a título de antecipação mas que haviam sugerido o financiamento do saldo devedor através da parte paraguaia da energia gerada por Itaipu; uma vez que tal proposta não foi aceita, solicitaram financiamento junto ao Banco do Brasil/CACEX;

⁵⁴⁷ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , Relatórios PNEMEM, pasta ENGESA, janeiro de 1984.

- Por fim, a Guiné-Conacri, que assinou carta de intenção de compra no valor de US\$ 12 milhões, oferecendo, como mecanismo de financiamento de suas importações, a possibilidade de conceder ao Brasil a exploração de cobre e diamantes no país.

Os itens acima oferecem um quadro sintético das possibilidades abertas pela ENGESA, ao mesmo tempo em que sugerem que o esforço de inserção do Brasil em áreas chave da PEB (África e América do Sul) consolidavam-se, com o fornecimento de material militar constituindo-se como importante fator para atingir tal intento, inclusive com a possibilidade de adquirir posição de muita força em alguns países, ainda que de menor expressão no contexto internacional que, ainda assim, pode ser considerado importante pois, como em todas as caminhadas, poderia ser o primeiro (e mais importante) passo.

Enquanto a ENGESA parecia atender bem aos interesses brasileiros nas duas margens do Atlântico Sul, o outro mercado focalizado – Oriente Médio – ainda apresentava algumas questões que mereciam atenção. Em telegrama enviado pela Embaixada brasileira em Bagdá⁵⁴⁸, é reproduzida extensa carta da Diretoria de Armamento do Ministério da Defesa do Iraque, tratando sobre os atrasos na entrega das unidades ASTROS e foguetes relacionados, em que percebe-se uma postura compreensiva por parte das autoridades iraquianas, inclusive com anuência no pagamento de US\$ 21.500.000,00 (realizado pela *State Organization for Technical Industries*, estatal iraquiana responsável por contratos de transferência de tecnologia), que representaria um suporte considerável para as atividades da empresa aeroespacial brasileira. De sua parte, a AVIBRAS garantia que poderia enviar imediatamente oito unidades do ASTROS, bem como já encaminharia significativa parcela de documentação pertinente ao processo de transferência de tecnologia.

A questão relativa ao contrato da AVIBRAS continuava a merecer cuidadosa atenção governamental, simbolizada pela visita do chefe da Divisão de Promoção Comercial do MRE ao Iraque, oportunidade em que este reiterou às autoridades iraquianas o compromisso do governo brasileiro em apoiar as atividades da empresa brasileira, especialmente apoio financeiro para suas necessidades de caixa de curto prazo, através da CACEX-Banco do Brasil e do BNDES, sob a forma de participação acionária (US\$ 40.000.000,00).

Tais apoios – fundamentais no negócio de armamentos, como já afirmamos - suscitam extensa comunicação entre autoridades governamentais, tendo o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, secundado pelo Conselho de Segurança Nacional, recorrido diretamente ao Presidente João Figueiredo, no sentido de atuar junto aos órgãos estatais

⁵⁴⁸ Arquivo Central do Itamaraty -BSB , telegramas recebidos, secreto, 28/04/84, 665J6 (B46) (E27)

ligados ao campo econômico e financeiro do país para a consumação do suporte a AVIBRÁS, recorrendo inclusive a razões de Segurança Nacional como justificativa do pleito. Tais comunicações resultaram realmente exitosas, convencendo o Ministro Ernane Galvêas da necessidade do aporte para a fabricante do Sistema Astros, no valor de US\$ 23.000.000,00 (dólares de 1984), que foram, por ordem do ministro, disponibilizados pelo Banco do Brasil. É interessante notar, aqui como em outras oportunidades já apresentadas, que as pastas ministeriais de fazenda e planejamento pouco aparecem nas considerações dos formuladores da política de material militar; durante o período do regime militar, quando eventualmente algum órgão ligado ao setor financeiro negava um pleito do setor, recorria-se ao Presidente da República para receberem o conhecido “cumpra-se”.

Retomando o caso aqui relatado, observamos que, de fato, a situação da fabricante do ASTROS era extremamente sensível; apenas para antecipar o que significou para a empresa o referido contrato, seu “Passivo Circulante” aumentou em sete vezes no período de 1982-83 e o “Exigível a Longo Prazo” aumentou em cinco vezes no período; é bem verdade que o “lado do Ativo” também aumentou consideravelmente, mas muito em função do incremento do “exigível”, cuja conta “adiantamento de clientes” representou mais de 90% do total (conforme Demonstrações Financeiras publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16 de março de 1984), lembrando que, além disso, o Iraque havia custeado a fase de desenvolvimento do projeto do sistema de artilharia de saturação⁵⁴⁹. De qualquer forma, as ações surtiram efeito e em breve o Sistema Astros II apareceria no teatro de operações da guerra entre o Iraque e o Irã, com efeitos que serão abordados na sequência deste trabalho.

Enquanto a AVIBRAS agia no sentido de viabilizar a entrega de seu equipamento, a ENGESA, principalmente na figura de seu principal dirigente, José Luiz Whitaker Ribeiro, continuava sua “cruzada” para aumentar a influência e prestígio da marca. Em telegrama enviado pela Embaixada em Bagdá⁵⁵⁰, temos notícia que o Presidente da ENGESA e Diretor Executivo da IMBEL, organizou e liderou a visita de uma comitiva de empresas brasileiras ao Iraque, composta por representantes, além da própria ENGESA e IMBEL, da Companhia Vale do Rio Doce, Norberto Odebrecht (através da Brasrail Construction e Brasrail

⁵⁴⁹ Segundo informação do próprio fundador da AVIBRAS, João Verdi, em entrevista para a Folha de São Paulo (concedida em 8 de dezembro de 2007, Caderno Especial Brasil, p A 13), “o custo do projeto, de quase US\$ 2 bilhões, foi bancado pelo Iraque”. O Iraque aportou consideráveis somas no projeto, porém esta pesquisa não encontrou dados que corroborassem o valor afirmado por Verdi, o que não significa, evidentemente, que tal gasto não tenha, de fato, ocorrido. Como quase tudo neste setor, devemos nos acautelar com as afirmações prestadas pelas partes interessadas.

⁵⁵⁰ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, comunicações diplomáticas, 12/09/94 e 9/10/84, 665.16 (B46) (E27) e 400 (B46) (E27)

Consortium), CBC, Forjas Taurus e Transbrasil. Uma comitiva nada desprezível para a época e que denota o prestígio de Whitaker Ribeiro junto a clientes no exterior (e empresários no Brasil), bem como o papel de negociador e, de certa forma, representante dos interesses do governo brasileiro em muitas praças nas quais a ENGESA estava presente.

O Iraque estava realmente no radar do Brasil. Além da solicitação do governo iraquiano de cotação (através da ENGEXCO) para o fornecimento de inúmeros materiais de intendência (como um milhão de pares de botas, dois milhões de cobertores de inverno, entre diversos outros itens), em setembro de 1984, a INTERBRAS finalizava um contrato de venda de 215.000 toneladas de açúcar para o país de Saddam Hussein, num negócio de mais de 40 milhões de dólares⁵⁵¹; era um mercado “suculento” mas, como sempre em tais circunstâncias, arriscado. Vale ressaltar que a INTERBRAS foi uma *trader* da Petrobras, criada no governo Geisel e que atuou com grande desenvoltura no mercado internacional, com escritórios em diversas cidades do mundo e intensa atividade nos anos 80 e, segundo os dados do balanço da estatal, teve grau zero de inadimplência de seus clientes; foi extinta no governo de Fernando Collor de Mello. Por sinal, a Interbras-Petrobras bem mereceria um estudo mais alentado, pois poderia fornecer valiosos subsídios para compreender os mecanismos da inserção comercial internacional do Brasil.

Enquanto agentes brasileiros procuravam ampliar, de forma velada, a participação do país no mercado externo de armamentos, o noticiário internacional continuava divulgando dados nacionais. Matérias na imprensa turca davam conta que “[em 1983] da venda de armas, Israel ganhou US\$ 1, 5 bilhão e o Brasil US\$ 1 bilhão”⁵⁵²; a menção de dados de Israel e Brasil na mesma manchete pode não ser uma simples coincidência. Dois dias depois, o jornal “Tercuman” anunciava que os “[gregos cipriotas] comprou mísseis e tanques”, destacando em subtítulo os “Tanques ‘Kaskavel’ EE-9 de fabricação brasileira” e asseverando que “o potencial de ataque do Exército de Segurança Nacional Grego é constituído pelos ‘tanques’ ‘Super Kaskavel EE-9’, que substituíram os tanques soviéticos (...). Quarenta desses tanques participaram da parada de 15 de outubro, mas o número exato do arsenal é mantido em sigilo.”

É interessante notar que, oficialmente, foram vendidas apenas vinte unidades do “Kaskavel” para o Chipre, mas, segundo cobertura fotográfica do jornal, contam 40 unidades

⁵⁵¹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB , comunicações diplomáticas, 20/03/94, 665.16 (B46) e 665.81 (B46) (E27) de 04/09/84

⁵⁵² Manchete do jornal diário “*Gunaydin*” de Istambul, p. 1, 6/03/1984

do mesmo⁵⁵³; como demonstramos há alguns parágrafos atrás, no relatório disponibilizado pelo MRE, de fato o fornecimento para o Chipre foi bem superior ao divulgado pelos mecanismos oficiais, fato que permite a suposição de que nem todas as vendas de material bélico foram devidamente classificadas pelos canais competentes. Mas, além da ENGESA, também a Forjas Taurus esteve presente no Chipre em 1984, com a venda de 5.000 submetralhadoras 9mm e 5.000 pistolas 9 mm, num contrato de US\$ 3.5000.000,00 pagos à vista⁵⁵⁴, valores que, mesmo considerando a pequena monta em relação ao total exportado pelo Brasil, é bastante significativo para a empresa individualmente, além, é claro, de constituir mais uma peça que poderia ser mobilizada como instrumento político.

Além das coberturas jornalísticas, outros agentes preocupavam-se com as exportações de equipamentos militares do Brasil. No período, adidos militares iranianos procuravam interpelar colegas brasileiros sobre a questão da exportação de armas brasileiras para o Iraque⁵⁵⁵, num movimento que, creio, visava muito mais saber a extensão do envolvimento do que propriamente a veracidade das informações, uma vez que as relações Brasil-Iraque já eram de conhecimento público. Alguns exemplos demonstram que o fato não era desconhecido, ao menos do público especializado, como podemos ver na matéria da revista “Jane’s Defense Weekly”⁵⁵⁶ que apresenta a seguinte manchete: “Brazilian rocket contract with Iraq”, informando que tal negócio girava em torno de US\$ 600 milhões [muito próximo do valor real, como vimos] e que 20 unidades do sistema ASTROS-2 estavam prontas para embarque” (embarque que, de fato, ocorreu). As autoridades brasileiras negavam, oficialmente, através do MRE, o negócio com a AVIBRAS na dimensão declarada pela “Jane’s”, deixando claro que eventuais negócios foram realizados antes de iniciada a guerra entre os países e que as entregas atendiam a obrigação pelo cumprimento de tais contratos.

Mas o mais emblemático do tema é a publicação iraniana, produzida em março de 1984 pelo Quartel General do Supremo Conselho de Defesa do Irã⁵⁵⁷, editado em inglês e árabe. A publicação observa que o Brasil é um dos parceiros importantes do Iraque e, mais interessante ainda é a ilustração de capa (Figura 10). Podemos observar, no “*bottom*” inferior no lado esquerdo da gandola da caricatura de Saddam Hussein, o contorno de um

⁵⁵³ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, recortes, “noticiário sobre o Brasil”, 665.16 (00) (E25)

⁵⁵⁴ Arquivo Central do Itamaraty-BSB. Pedido de autorização de exportação, PNEMEM, 28/09/94, 665.15 (B46) (E25)

⁵⁵⁵ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, 19/07/1984, 665.16 (B46)

⁵⁵⁶ volume 2, número 22 de 8 de dezembro de 1984

⁵⁵⁷ War Information: Effect of the Iraqi imposed war on Iraq’s Economy, disponível para consulta na Diretoria de Arquivos do MRE-BSB

“míssil/foguete” e, inscrito em seu interior, as iniciais “BR”. Difícil não conectar tal “insígnia” com o equipamento produzido pela AVIBRAS.

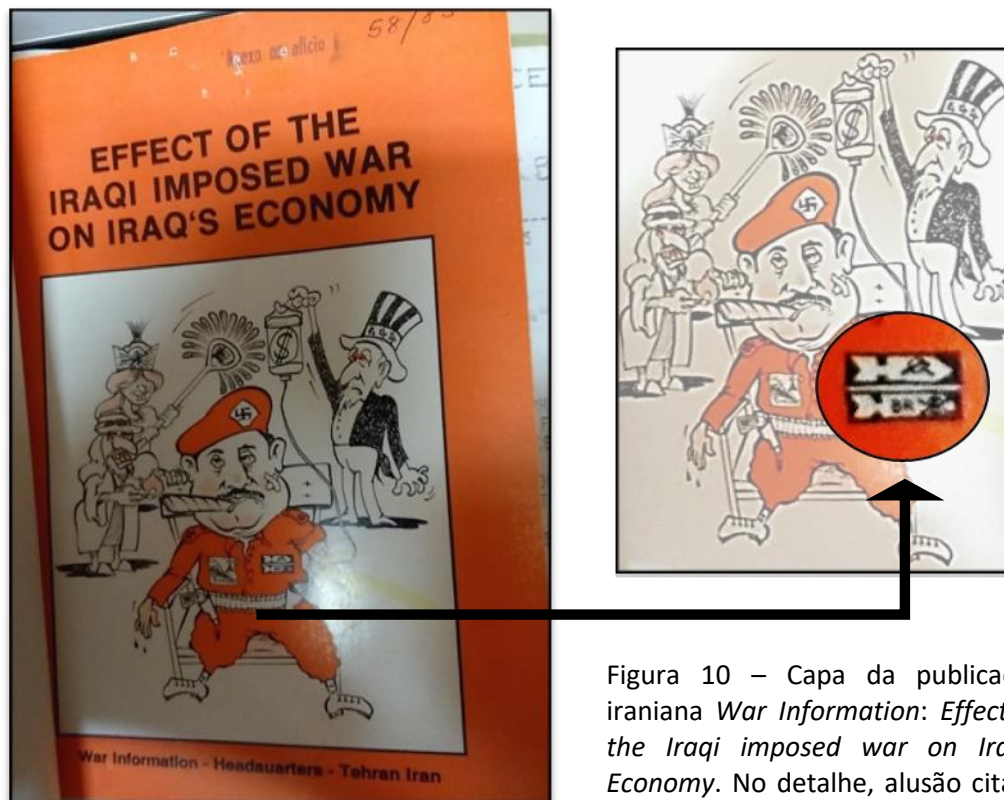


Figura 10 – Capa da publicação iraniana *War Information: Effect of the Iraqi imposed war on Iraq's Economy*. No detalhe, alusão citada no texto.

Um pequeno exemplo ilustra o cenário político do Oriente Médio naquele quadrante temporal. Enquanto os iranianos publicavam suas “impressões” sobre o Iraque e seus aliados ocidentais, o Catar emitia sinais de aproximação com o Brasil. Correspondência diplomática⁵⁵⁸ apresenta uma breve exposição de detalhes sobre o país e sua provável importância para o Brasil. Segundo a correspondência “trata-se de um país pequeno mas bastante rico, [cuja] renda per capita é o dobro da dos EUA”, possuía excelente saldo positivo na balança comercial que fazia do Catar um país que “detém uma excelente liquidez [para uma população] de apenas 280.000 habitantes”. Acrescenta a correspondência que:

Além disso, [segundo o diplomata responsável pela comunicação], outro aspecto que cabe considerar é o fato ser um importante comprador de MEM [material de emprego militar; o Catar adquiriu entre 81 e 84 mais de 1 bilhão de dólares do referido material] sendo que dois terços dos quais são transferidos ao Iraque sob a forma de ajuda militar. Há a possibilidade, inclusive, da presente iniciativa do Governo do Catar estar ligada ao bom

⁵⁵⁸ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, correspondência diplomática, secreto, não catalogado

relacionamento que mantemos com o Iraque, em especial no que se refere à venda de MEM áquele país. (grifo original no documento).

O relato informa ainda que a balança comercial do Brasil com o Catar era extremamente desfavorável (para o Brasil) mas que, não obstante o valor absoluto modesto (14 milhões no triênio considerado), as exportações brasileiras para o país árabe representavam “o maior volume de produtos adquirido pelo Catar de países em desenvolvimento”, basicamente pela compra de minério de ferro e gêneros alimentícios. Destaca ainda que o relacionamento entre o Catar e a CEE não se encontrava em boas condições, uma vez que a Comunidade Europeia se recusava a reduzir as taxas de importação de petróleo refinado aos países do Golfo. Outro fato anotado como importante “foi a deterioração das relações entre Doha e Paris, em decorrência da chegada dos socialistas ao poder na França”; a questão da CEE e da “chegada dos socialistas ao poder na França” contribuíram, ainda segundo o autor do relatório, para que o “Catar procurasse novos parceiros comerciais fora da CEE.”.

Na avaliação oferecida para Brasília, o relatório traz que “apesar de não poder ser considerado um centro financeiro do mesmo porte do Coveite ou de Bahrein, o Catar opera 14 bancos e pode se tornar um importante comprador de MEM do Brasil, com financiamento próprio.”. Ao final do documento, o diplomata responsável pela análise conclui que: “Considerando, portanto, os aspectos acima expostos, que considero favoráveis a uma aproximação com o Catar, e o fato de a iniciativa ter partido deles próprios, creio que essa é uma oportunidade que deveríamos explorar sem maior perda de tempo.”. O Brasil estava com uma presença cada vez maior no Oriente Médio, em grande medida por conta da indústria de material militar, que invadia a região abrindo caminho para outros setores produtivos nacionais e, ao menos era o que se afigurava naquele momento, a opção árabe da inserção internacional brasileira parecia acertada. Este é um bom momento para retomarmos um assunto, já iniciado páginas atrás: a visita do príncipe saudita.

Enquanto na política interna o Brasil debatia a proximidade da disputa entre Paulo Maluf e Tancredo Neves, via colégio eleitoral, para a sucessão do general-presidente João Figueiredo, desembarcava em Brasília, no dia 8 de outubro de 1984, a comitiva chefiada pelo Príncipe Sultan Bin Abdul Aziz, para formalizar a proposta de cooperação industrial-militar entre a Arábia Saudita e o Brasil, já acertada entre as partes e, ainda para que o Ministro da Defesa e Aviação daquele país pudesse conhecer mais de perto as instalações e produtos produzidos pelas empresas brasileiras produtoras de Material de Emprego Militar. Política

interna e externa encontravam-se lado a lado em território nacional e nas páginas dos principais jornais; é muito interessante observar que todas as matérias sobre a visita da comitiva árabe dividiam espaço com as notícias sobre os arranjos políticos entre os competidores ao Palácio do Planalto.

Mas nosso foco deve ser a visita árabe. Já no dia 9 de outubro, em cerimônia no Palácio do Itamaraty, foi assinado o “Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita”⁵⁵⁹. O texto do “Protocolo” foi de iniciativa e redação inteiramente brasileira (e que foi aceito integralmente pela contraparte) era bastante genérico, com duração de cinco anos (prorrogáveis), anotando, em seu preâmbulo, que o mesmo se baseava no fato de que os signatários “compartilham princípios e posições similares sobre temas centrais da agenda internacional, e sobre a fluidez e significação do diálogo diplomático”. O acordo previa ainda que, para cada caso específico de cooperação seriam objeto de protocolos adicionais e que seria estimulada a transferência de tecnologia e construção conjunta de unidades industriais, salientando que, não obstante a natureza Estado a Estado do acordo, “as indústrias de cada país poderão tomar iniciativas para explorar as possibilidades de cooperação e propor programas específicos aos Governos” (artigo V do Protocolo, grifos nossos); veremos logo adiante que tais iniciativas pareciam já em andamento.

Mas, ainda que amplo, o acordo entre os países ensejava um relativo otimismo com a concretização de algumas iniciativas; segundo diplomatas, instados por jornalistas a analisar as possibilidades abertas com a assinatura do documento, “a cooperação com os sauditas permitirá o ingresso de armas brasileiras no sofisticado e rentável mercado do Oriente Médio.”⁵⁶⁰. Segundo noticiou o jornal *Folha de São Paulo* o acordo permitiria a: “montagem de armas brasileiras em território saudita (especialmente o foguete Astros, da Avibrás) e deverá assegurar financiamento para o desenvolvimento tecnológico de novos projetos nacionais de armamentos.”⁵⁶¹.

Encerradas as formalidades em Brasília, a missão da Arábia Saudita deslocou-se, em 10 de outubro, a São José dos Campos, para encontros e reuniões com as empresas produtoras de armamentos instaladas naquela cidade do interior paulista, especialmente a AVIBRÁS, a ENGESA e a EMBRAER. Em entrevista coletiva concedida na cidade, o príncipe saudita evitou comentários sobre os equipamentos apresentados, procurando salientar a importância

⁵⁵⁹ O texto do protocolo, bem como a exposição de motivos ao Presidente da República encontram-se arquivadas no Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informação ao Presidente da República nº 281.

⁵⁶⁰ O Estado de São Paulo, terça-feira, 9 de outubro de 1984, p. 5.

⁵⁶¹ Folha de São Paulo, quarta-feira, 10 de outubro de 1984, primeira página e página 8 (Caderno de Política).

dos projetos de investimento em comum, demonstrando, todavia, ter se impressionado muito com o MBT *Osório* e revelando também que estava “atraído pelo notável *Astros II*, da Avibrás.”⁵⁶²; a missão árabe fazia, de fato, uma viagem de trabalho e estruturação de negócios, empolgando os executivos das empresas envolvidas, principalmente da AVIBRÁS que declarou serem “raras visitas deste nível, em termos de delegação estrangeira interessada em negócios”, acrescentando ainda que “agora a Arábia Saudita será um cliente permanente, não interessando o volume hoje, mas os que certamente resultarão.”⁵⁶³. O próximo e derradeiro percurso seria o Rio de Janeiro, pois havia também o interesse em conhecer as embarcações produzidas pelo estaleiro MacLaren que, em caso de êxito com o novo (potencial) parceiro da indústria militar brasileira, elevaria significativamente os montantes envolvidos nas transações.

Enquanto a comitiva do Príncipe Abdul Aziz atravessava o Brasil, autoridades e empresários da indústria militar brasileira atravessavam o Oceano, animados com as perspectivas que surgiam para a indústria bélica. No início de outubro, o Ministro da Marinha, almirante Alfredo Karam, inicia uma viagem para a Líbia – àquela altura já superado o incidente com o carregamento de armas para a Nicarágua - com o objetivo geral de ampliar as oportunidades de parcerias na área militar entre os dois países e, como objetivo principal, estabelecer um acordo de cooperação na indústria naval, não apenas embarcações, mas armamentos e equipamentos que interessavam aos líbios (e também ao Ministério da Defesa da Arábia Saudita). Um dos aspectos cruciais da missão, admitido pelo próprio Ministro, era a “obtenção de recursos, através da cooperação, para o plano de reaparelhamento naval brasileiro. Este plano é fundamental para a Marinha, que tem vários equipamentos com mais de 40 anos.”⁵⁶⁴. Os anos de 1984 e 1985 foram o auge da indústria naval brasileira, em especial na Marinha Mercante, mas inúmeras dificuldades já eram perceptíveis e, importante frisar, na área militar os empreendimentos não apresentavam a mesma pujança que os ligados ao Exército e a Aeronáutica; assim, contar com o apoio de sócios interessados – e endinheirados - constituía um imperativo para manter os projetos imaginados desde a década de 1970.

Já alertamos que não entraremos no aspecto da construção naval brasileira, mas, considerando a importância da missão do Almirante Karam, bem como o momento em que ela ocorre, não poderíamos deixar de citar a iniciativa. Mas além das tratativas com a Líbia,

⁵⁶² O Estado de São Paulo, sexta-feira, 12 de outubro de 1984, p. 5.

⁵⁶³ O Estado de São Paulo, quinta-feira, 11 de outubro de 1994, p. 7.

⁵⁶⁴ O Estado de São Paulo, sábado, 6 de outubro de 1984, p. 2.

outra operação estava em curso – quase que concomitantemente com a presença da comitiva árabe no Brasil – e neste caso com perspectiva um tanto mais animadora: a ida de uma missão industrial-comercial brasileira ao Oriente Médio, liderada por José Luiz Whitaker Ribeiro (acumulando, como já mencionado, a presidência da ENGESA e da IMBEL). Programada para visitar diversos países, os principais pontos do roteiro eram o Iraque, Líbia, Jordânia e, como alvo prioritário, a Arábia Saudita, obviamente em virtude do acordo recém firmado entre este país e o Brasil.

Segundo informação de uma fonte lotada no Departamento de Promoção Comercial do MRE, em notícia publicada no jornal O Estado de São Paulo, a missão de Whitaker iria “tratar prioritariamente dos interesses do primeiro cliente perene da indústria de armamentos do Brasil, a Arábia Saudita”, afirmando ainda que “os termos em que foram firmados os compromissos de cooperação industrial-militar entre os governos dos dois países permitirão o estabelecimento de um canal permanente de boas transações no campo do material de defesa.”⁵⁶⁵. Como vemos, a Arábia Saudita tornava-se a grande esperança da indústria de material militar brasileiro, não só pelas já acertadas compras do *Astros II*, mas principalmente pela aparente vantagem que adquiriria o MBT *Osório* na competição pelo contrato de reequipamento da força blindada da Arábia Saudita; por sinal, naquele mês seria definida a participação no primeiro teste de desempenho do *Osório* nas areias do deserto árabe.

Como podemos observar nos excertos citados, a imprensa ainda mantinha razoável perspectiva positiva com o conjunto da indústria militar e com os planos governamentais no setor; veremos se tal se manteria com o advento da administração da República que se seguiria. No apagar das luzes do regime militar, uma última iniciativa aconteceria: em dezembro de 1984, Luiz Augusto Bernardini visita o Iraque, para estabelecer conversações sobre adaptações em equipamentos e veículos do Exército iraquiano, atentos a possibilidades que, ao menos na visão da Bernardini, ainda existiam no Iraque⁵⁶⁶; tal tentativa não obteve o êxito esperado pela empresa.

Mas, a essa altura, o ocupante da cadeira presidencial já começava a empacotar sua mudança do Palácio da Alvorada. Passemos ao novo ciclo que se abria na política brasileira, após o período dos generais-presidentes.

⁵⁶⁵ O Estado de São Paulo, sexta-feira, 12 de outubro de 1984, p.5.

⁵⁶⁶ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, telegramas recebidos, embagda, 7/12/84, 665.16 (B46) (E27)).

5.3 – Nova República? A presidência de José Sarney ou velhos atores para novos cenários.

O advogado José Sarney de Araújo Costa assume seu mandato presidencial, eleito de forma indireta como vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, com a tarefa de promover a “redemocratização” do país, resolver a crise econômica e mitigar as graves questões sociais pendentes no Brasil. Tarefa nada simples, mas que, para muitos, descortinava-se com o retorno dos civis ao comando da República. Infelizmente, a troca da farda pelo fardão não foi suficiente para debelar todos os problemas postos ao novo presidente.

Decompor a complexa equação política necessária para compreender o governo de José Sarney é empreitada que não pretendo abraçar, pois demandaria uma tese apenas para ela. Apontarei, quando necessário, pontos específicos que ajudem a desvendar algum aspecto na minha pesquisa, mas sempre de modo sucinto. No campo político e social, o governo da Nova República acenava com pedidos para o estabelecimento de uma trégua entre os diversos grupos de interesse, para que o Brasil pudesse costurar um *pacto social*, especialmente, mas não exclusivamente, com a área sindical; tal acordo foi considerado por muitos analistas como uma tentativa brasileira de reeditar os *Pactos de la Moncloa*⁵⁶⁷.

Na economia, a história poderia ser resumida quase que exclusivamente ao controle da inflação, que teria como obra de maior efeito a edição do programa de estabilidade denominado “Plano Cruzado”, de perfil heterodoxo (a negociação da dívida externa foi outra preocupação característica do período). Este plano, que parecia ter descoberto o rito para expulsar os demônios da economia brasileira contou com impressionante adesão popular e uma quase unanimidade de opiniões; tínhamos novamente as “multidões em cena” – apropriando-me do título da professora Maria Helena Capelato – multidões que fiscalizaram em nome do Presidente e, meses depois, apedrejaram Sarney.

Apesar de tumultuado, o período em tela não aparentava produzir danos significativos ao setor abordado na pesquisa. Mas o fluxo de caixa não é feito de aparências, embora contabilmente mágicas sejam possíveis. Num segmento extremamente dependente da demanda e de subsídios governamentais, a instabilidade política e econômica deve provocar resultados, no mínimo, negativos, mas, ainda assim, os anos Sarney não permitiriam supor uma derrocada das empresas em análise; ao contrário, ao menos até a primeira metade desta

⁵⁶⁷ Os Pactos de Moncloa foram os acordos entre o governo da Espanha, as lideranças políticas, empresariais e os sindicatos de trabalhadores, com o objetivo de estabelecer uma agenda que permitisse a “transição democrática” naquele país, recém saído do longo período de governo de Francisco Franco.

administração, a impressão era de desenvolvimento, especialmente graças ao mercado externo e a projetos ousados dele derivados, o que nos conduz aos aspectos relativos à Política Externa do primeiro governo da Nova República.

Velhos problemas para uma Nova República.

O novo período inaugurado com o fim do ciclo militar de 1964, a Nova República, teve, em seu início, a expectativa de grandes mudanças em nossa vida internacional. Ainda que ocupada por um prócer da ARENA/PDS, novas possibilidades pareciam promissoras e muitos, como este autor, acreditaram que grandes transformações apareciam no horizonte, não necessariamente pela vitória da denominada Aliança Democrática, mas pelo processo desencadeado a partir das lutas pela redemocratização. Desilusões à parte, prossigamos com o objeto deste capítulo.

Os problemas externos que deveriam ser enfrentados pelo novo governo eram consideráveis, sendo o maior de todos, obviamente, a questão da dívida – assunto de órbita econômica é verdade, mas que ensejava também negociações políticas que deveriam, ao menos esperava-se, ser conduzidas pelo MRE. Talvez a indicação do banqueiro Olavo Egydio Setúbal para o cargo de Chanceler tenha inclusive a marca da esperada gestão compartilhada do problema da dívida externa; uma nota interessante sobre este Ministro das Relações Exteriores é que ele afirma, em seu discurso de posse, que daria continuidade à Política Externa dos militares, algo aparentemente um tanto controverso, dado o momento, mas que pode indicar estratégias de transição não traumáticas; talvez a escolha do ex-prefeito de São Paulo, para além de eventuais acordos políticos (lembrando que a pasta das Relações Exteriores é uma moeda de troca pouco valiosa), tivesse também o interesse em desmontar o Itamaraty moldado no regime militar. De qualquer forma, a agenda econômica dominava a pauta e, a primeira ideia do novo Chanceler foi a de organizar um “clube de devedores”, que, embora em tese muito interessante, não obteve resultados práticos importantes.

Neste momento não ampliaremos a discussão deste tópico em especial, em benefício da visão panorâmica que se pretende neste espaço. Vamos nos direcionar para o que podemos considerar como o principal traço do período, uma inclinação *latino-americanista*, expressa, em boa medida, pela visita que Sarney realizou a todos os países da América do Sul. Assim, especialmente com o estabelecimento do diálogo com a Argentina e a assinatura da Ata para a Integração Brasil-Argentina e o Programa de Cooperação Econômica, abriu-se caminho para

a construção de parcerias estratégicas de âmbito sub-regional. Esse movimento de aproximação com a Argentina tornará possível, em 1986, o estabelecimento de um acordo de cooperação, assinado entre José Sarney e Raul Alfonsín (Presidente da República Argentina), para o projeto e a construção de uma aeronave comercial, que seria desenvolvida pela EMBRAER e a Fábrica Militar de Aviones (FMA – convém informar que a FMA não era uma estatal, como a EMBRAER, mas um departamento da Força Aérea da Argentina). Deste acordo surgiu o projeto CBA-123 (Cooperação Brasil Argentina – 123, que seria rebatizado para Vector, mais atrativo para o mercado internacional, principal objetivo comercial deste projeto), iniciativa que demonstra, uma vez mais, a convergência entre ação de Estado, as Relações Internacionais e seu reflexo nos negócios empresariais

O governo Sarney navegou por águas tormentosas e de surpreendentes correntes internacionais. Destarte, apresentarei alguns apontamentos que merecem destaque, para posterior detalhamento. Ainda dentro dos quadros do relacionamento com nosso vizinho meridional, merece destaque a conclusão dos acordos de Itaipu e, muito importante, a desconstrução dos aspectos mais polêmicos e duvidosos dos programas nucleares dos dois países, arranjo que podemos considerar um dos mais espetaculares casos de sucesso de evolução em relações diplomáticas, nas quais foram dinamizadas as gestões conjuntas no campo desta forma de energia, especialmente com o intuito de formar uma coalizão que neutralizasse as sucessivas críticas e suspeitas sobre os programas de ambos os países.. As gestões iniciadas no período Sarney conduziram ainda à criação do Mercosul.

Nas relações com os EUA, os momentos foram difíceis e de delicada operação. A era Reagan-Bush conhece novo deslocamento geopolítico, com o objetivo de dissipar definitivamente o poder soviético e o paulatino esmaecimento da importância estratégica da América do Sul; por outro lado, questões de ordem comercial e financeira serão tratadas sob uma ótica de “enquadramento” dos países de baixo desenvolvimento. Eram de fato outros tempos no concerto das nações. Uma série de contenciosos surgiram, inclusive na órbita do GATT⁵⁶⁸, bem como divergências com o Brasil em outros temas, dos quais dois devem ser destacados: com impacto geral, a negociação da dívida externa via FMI (medida provavelmente adotada por Washington para desviar do Congresso norte-americano a decisão de solução aos devedores) e, nas relações bilaterais, a abertura de investigação contra o Brasil

⁵⁶⁸ O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), foi sucedido pela Organização Mundial do Comércio. A pressão norte-americano era para que o GATT arbitrasse questões ligadas a serviços, propriedade intelectual, entre outros pontos; os EUA são apontados por diversos analistas como o principal responsável pelo insucesso de pleno estabelecimento da instituição.

em virtude de nossa Lei de Reserva de Mercado de Informática⁵⁶⁹, procedimento iniciado, numa clara demonstração de insensibilidade política, no dia 7 de setembro de 1985. Estes seriam os primeiros grandes entraves na arena externa da Nova República e repercutiriam diretamente no setor eleito para nosso estudo, como veremos posteriormente.

5.4 – Holofotes.

Podemos considerar o ano anterior como o ápice das iniciativas no setor de defesa em geral e para a indústria de armamentos em particular: aquisições, propostas de acordos e parcerias internacionais formalizadas ou em andamento, exportações crescentes, bem como pedidos firmes protocolados, produtos potencialmente avançados saindo das pranchetas dos projetistas; enfim, sinais de que o curso adotado, ao menos neste segmento estava correto e consolidado.

Mas, como seria de esperar, a maior visibilidade (e publicidade) da indústria de armamentos, especialmente sua crescente participação no mercado internacional, faria com que o Brasil entrasse nas considerações de analistas, jornalistas e estrategistas internos e externos; assim, o ano de 1985 traz, logo em seus primeiros dias, notícias de imprensa que incomodaram o governo do Iraque. Em telegrama enviado da embaixada em Bagdá⁵⁷⁰ relatando encontro entre o chefe da DPG, Paulo Tarso Flecha de Lima e autoridades iraquianas, informava sobre o mal-estar causado pelos meios de comunicação do Brasil, que divulgaram dados das exportações brasileiras de material bélico:

contrárias aos interesses brasileiros, revelando particularidades sobre quantidades e preços de bens negociados, mas, particularmente, determinadas condições de favorecimento a nós concedidas, que as autoridades iraquianas têm pedido manter em sigilo. É o caso das contrapartidas (Head of Agreement entre a Somo e a Petrobras) e a venda de armamentos e aviões.

O mesmo telegrama informa ainda que:

⁵⁶⁹ Lei Federal nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, que estabeleceu os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Informática, que previa, entre outros dispositivos, a concessão de benefícios tributários e financeiros em favor de empresas nacionais e o controle das importações de bens e serviços de informática por oito anos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17232.htm, consultado em 27 de novembro de 2020.

⁵⁷⁰ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, 07/01/85, secreto, telegrama recebido em Bagdá, secreto, documentos avulsos ainda não catalogados

Essas notícias vêm sendo publicadas no Brasil, em geral pela própria iniciativa dos dirigentes das empresas envolvidas, transcritas em outros órgãos da imprensa internacional, principalmente especializada, como *Middle East Economic Digest*, *Jane's Defense Weekly*, etc. Há de se convir que nem sempre os interesses de uma boa imagem da empresa brasileira vendedora coincidem com os interesses do governo do Iraque.

De fato, tanto os noticiários impressos quanto televisivos divulgavam as exportações da ENGESA e da AVIBRAS, com detalhes quanto à quantidade (de carros blindados, de munição – granadas e foguetes), destino, data do embarque no Porto de Santos e até mesmo o navio que faria o transporte dos equipamentos - o cargueiro *Jilfar*⁵⁷¹, informações obviamente negativas para um país em guerra. Como reflexo do noticiário, o governo do Iraque introduziu no contrato de fornecimento cláusula de exigência de embarque em navios de consórcio árabe do qual detinha 25% de participação, numa clara demonstração de quebra de confiança.

A informação diplomática que dava conta de que as notícias tinham como fonte as próprias empresas exportadoras foram veementemente negadas pelas mesmas; porém, a julgar pela prática, bastante usual no caso da ENGESA, mas também presente na AVIBRAS, de buscar exposição midiática produzindo, de certa forma, “avisos de pauta”, favoreciam a percepção nesse sentido nos círculos oficiais. Por outro lado, caso as empresas de fato não tenham divulgado os dados da exportação, resta o vazamento produzido no interior da administração portuária, o que revela, igualmente, crítica falha de segurança e, em ambos os casos, grave erro de conduta.

Um outro exemplo de problemas gerado pela publicidade excessiva ocorreu ainda em janeiro de 1985. O equipamento de Direção de Tiro do *Astros II* era adquirido junto a filial de Roma da *Contraves SPA* (a matriz da empresa é Suíça) e, com o anúncio da exportação de baterias daquele sistema de artilharia para o Iraque, as exportações do dispositivo fabricado pela empresa europeia para a AVIBRAS deveriam ser suspensas, em virtude de dispositivo legal do governo suíço que proibia a venda de armamento para países em guerra. A compra efetuada pela empresa aeroespacial brasileira estava em termos de “*End Use Certificate*”, contrato que, como sabemos, impede a firma compradora de vender, ainda que como componente, para outros países. Tal situação seria catastrófica para a AVIBRAS e precisou da intervenção do MRE, que operacionalizou uma saída convencional, via negociação

⁵⁷¹ As informações apareceram nos jornais O Estado de São Paulo (capa e página 2, da edição de 29 de dezembro de 1984), bem como no, na mesma data, no Gazeta do Povo; entre 01 e 02 de janeiro no Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil; o teor e detalhes do embarque só poderiam ser conhecidos com acesso aos documentos do embarque ou se informados pelas próprias empresas. O jornal Folha de São Paulo foi o único pesquisado que não repercutiu a notícia do embarque de armamentos.

diplomática com a Itália, para que tal exportação de equipamento não passasse pela matriz da *Contraves*⁵⁷², permitindo assim a continuidade do fornecimento para o Iraque e outros países.

Os dois casos apresentados nos mostram, mais uma vez, que a operação em mercados internacionais, especialmente quando estão envolvidos equipamentos sensíveis e com valor tecnológico agregado, apresentam óbices e surpresas que demandam um tratamento específico e especializado; também nos permitem sugerir que, sem a presença do Estado, muito dificilmente as empresas conseguem -, contando apenas com seus recursos - lograr êxito em suas negociações, notadamente aquelas que podem interferir no interesse de suas concorrentes estrangeiras ou provocar distúrbios em espaços já consolidados. Também nos faz refletir sobre o adequado nível de exposição midiática e publicitária de iniciativas empresariais que demandam a presença e o apoio do Estado, pois, não obstante a possível criação de uma atmosfera favorável junto a opinião pública, gera, e esse parece ser um axioma, fornece munição para críticos e opositores mobilizarem contratados projetos privados e públicos. Retomaremos esta questão ao final da tese.

As observações tecidas acima serão particularmente relevantes a partir deste momento do nosso trabalho e serão, ao menos parcialmente, responsáveis pelos rumos e pelo desfecho que conheceria o projeto desenvolvido para o setor de Material de Emprego Militar no Brasil. A mudança de governo, que marca também o encerramento do ciclo de generais-presidentes, produziu uma atmosfera de questionamento a quase todos os empreendimentos vinculados ao regime encerrado, particularmente quando vinculados a dotações orçamentárias (via de regra associadas, pelos que se opunham a tais iniciativas, a favorecimento ilícito e corrupção). Devemos ter em mente que o país atravessava profunda crise econômica e social e, como normalmente ocorre em tais situações, a busca por culpados torna-se exercício quase obrigatório nos agentes que trabalham com os humores da opinião pública. Sob a ótica deste doutorando tal processo sobrevalorizou ações de natureza fiscal e econômica que, ainda que merecessem críticas e debates, não afetavam, na profundidade desejada, questões mais importantes e de impacto muito mais perene no tecido social; a própria natureza do regime, talvez o principal motivo das mazelas por que passava o país foram, na minha opinião, apenas timidamente tocadas no debate público. Mas, ainda que importante, tal observação não deve ser aprofundada neste espaço; voltemos ao curso dos acontecimentos vinculados ao objeto desta tese.

⁵⁷² Arquivo Central do Itamaraty -BSB , telegrama recebido em Brasília, secreto, 17/01/1985, 665.16 (B46) e telegrama enviado, secreto, 25/01/1985, brasembroma, 665.16 (B46) (E27).

Naqueles primeiros anos da Nova República, o distanciamento do estamento militar - e mesmo o repúdio aos atos praticados pelo regime de 64 - constituíam pedra de toque para todos os que procuravam os responsáveis pela crise que afetava o Brasil (para aqueles que lerem esta tese nos anos de sua produção - 2016/2021 - tal afirmativa pode parecer incompreensível e pouco crível), a ditadura militar não possuía muitos defensores com projeção pública, conquanto possamos especular que ainda reverberasse positivamente em razoável parcela da população. Politicamente, portanto, desmontar os vínculos com as ações - e com os personagens - oriundos dos governos anteriores era, sempre que possível, uma necessidade do governo (embora, ironicamente, o presidente e muito de seus auxiliares mais diretos, como Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, e o próprio chanceler Olavo Setúbal e seu sucessor, Abreu Sodré, fossem próceres ou figuras proeminentes dos governos do regime militar e de seu partido de sustentação, a ARENA); também para a oposição ao governo Sarney era interessante tal vinculação, uma vez que poderia ser mobilizada como símbolo da permanência das “condenáveis” diretrizes e vícios herdados do passado recente.

A indústria bélica seria, naturalmente, um dos alvos da mudança nos rumos da incômoda herança, pois envolvia ao mesmo tempo a corporação militar (essencialmente o exército), uma burocracia civil (o MRE) e empresas privadas com visíveis vínculos e relacionamento com os governos anteriores. Assim, em meio a pressões oriundas do meio político e até mesmo do meio militar, José Luiz Whitaker Ribeiro foi demitido da presidência da IMBEL, em 24 de maio de 1985. O acúmulo das funções de presidência da ENGESA e da autarquia federal constituiu um flanco que seria explorado, por razões óbvias, mas que merecem algumas linhas para melhor iluminar o caso. Com efeito, não parecia aconselhável tal duplicidade de função pois, com ou sem razão, seria lícito supor que Whitaker utilizaria sua posição na IMBEL para fortalecer a empresa privada de sua propriedade; mas o fato que tornou insustentável a situação do empresário paulista foram as denúncias envolvendo conflito de interesses, suspeitas de benefícios indevidos e outras acusações desferidas por seu antecessor na IMBEL, o general de exército Arnaldo Calderari.

As palavras do general Calderari, publicadas em primeira mão pelo *Jornal do Brasil*,⁵⁷³ em 30 de maio de 1985, foram exploradas tanto por opositores ao regime militar da própria base governista de Sarney quanto pela oposição ao próprio presidente e seriam mobilizadas posteriormente pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em inquirição a José Luiz Whitaker sobre a indústria bélica brasileira e, mais precisamente, a

⁵⁷³ *Jornal do Brasil*, quinta-feira, quinta-feira, 30/05/85, 1º Caderno (Negócios & Finanças), p.21.

IMBEL, movimentos que já prenunciavam que também o Itamaraty seria, a partir de então, monitorado em suas relações com as empresas do setor.

Tudo o que a área militar não queria, naquele momento, era estimular querelas envolvendo orçamento de segurança e defesa, em primeiro lugar por não gozarem, naquele momento, de prestígio suficiente para bancar algum nome de sua predileção em uma autarquia diretamente vinculada ao Ministério do Exército e, talvez mais importante, foi apresentado pelo Conselho de Segurança Nacional ao Presidente, em junho daquele ano, o projeto *Calha Norte*, que envolveria significativa soma de recursos governamentais para o estabelecimento de uma grande área de “proteção” na região amazônica contra eventuais “reflexos do conflito leste-oeste” e que poderia, caso tudo corresse bem, significar novos contratos para a indústria de defesa. Antiga aspiração do Alto Comando, com nítida dimensão geopolítica, o projeto *Calha Norte* deveria ser mantido em sigilo, ao menos até bem avançada sua implantação, mas o vazamento de informações levou a uma série de controvérsias sobre o plano que, ainda assim prosseguiu, contando inclusive com apoio inicial da imprensa, ainda que repercutisse posições contrárias ao projeto, especialmente no tocante ao tratamento dispensado a populações indígenas. Não obstante o relativo apoio inicial, o Projeto Calha Norte sofreria significativo desgaste, acompanhando o próprio desgaste do Governo Sarney, não logrando sua implementação no prazo previsto; contudo, a própria aprovação oficial do projeto demonstra que, apesar do relativo enfraquecimento, as concepções de Segurança e Desenvolvimento ainda impactavam o cenário decisório brasileiro.

O Calha Norte foi a grande ação que, em certa medida, dialoga com o objeto desta tese. O ano de 1985 não trouxe notícias concretas positivas para o mercado de material militar, embora a imprensa ainda publicasse algumas matérias de coloração otimista, como a possibilidade de fornecimento de blindados Urutu para as FA norte-americanas (de fato, a empresa paulista participou de concorrência naquele país, com avaliação positiva, embora não tenha vencido a concorrência), novos acordos de transferência de tecnologia, retomada de negócios com a Líbia – que deveria contar inclusive as compras de aeronaves da EMBRAER, a certeza de êxito comercial no mercado externo do *Osório* e o sucesso em feiras internacionais do sistema *Astros*, da AVIBRÁS, inclusive destacando seu Equipamento de Direção de Tiro FILA (*Fighting Intruders at Low Altitude*, o mesmo dispositivo que, como mostramos há alguns parágrafos, precisou da intervenção do MRE junto a autoridades italianas para garantir sua reexportação para o Iraque).

Definitivamente, 1985 não foi um ano para grandes comemorações no setor, mas os contratos já firmados e em andamento, assim como as expectativas com os novos lançamentos permitiriam a aposta no futuro.

5.5 – Cruzados.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1986, com 148 páginas e enviada em 1º de março foi a primeira assinada pelo presidente José Sarney, sendo também a inauguradora do período que conhecemos como *Nova República*. Submetida ao Parlamento exatamente no dia seguinte a divulgação do *Plano Cruzado* (por sinal implantado através de um mecanismo da ditadura militar, o decreto-lei), este plano pretendia eliminar a inflação através de congelamento de preços, eliminação da correção monetária e criação de uma nova moeda, entre outros pontos. Marcada com o tom de otimismo, vinculado em grande medida pela esperança de sucesso do novo programa, expressa também uma característica importante: a ideia de conciliação e relativo esquecimento do passado recente; as questões envolvendo o período ditatorial foi apenas sutil e subliminarmente mencionada, optando-se pelo recurso do apelo positivo em contraposição a aspectos negativos (por exemplo, enfatizar democracia e não mencionar a palavra ditadura).

Ao contrário das últimas mensagens do governo Figueiredo, essa retoma o conteúdo propositivo, da capacidade autóctone de superar as dificuldades e retomar o crescimento. O aspecto internacional é retomado, tanto no que diz respeito ao setor exportador quanto no que tange a nossa capacidade diplomática, salientando que o Brasil, nação emergente (novo aforismo para países em vias de desenvolvimento) seria capaz de operar ativamente as relações Norte/Sul bem como as Leste/Oeste, colocando-nos em condição de “multiplicar nossa presença internacional [uma vez que] não há, no mundo de hoje poder sem sua vertente externa.”⁵⁷⁴.

A aposta no futuro era, mais uma vez, sancionada. Na sua comunicação, a presidência exortava os congressistas:

Neste país não há lugar para pessimismo, não há lugar para derrotismo. Estamos vencendo dificuldades, superando obstáculos. Estamos ultrapassando desafios. (...). Vamos modernizar o Brasil, aprimorar suas instituições, ampliar os direitos do cidadão e tornar mais justa a sociedade.

⁵⁷⁴ Mensagem ao Congresso Nacional de 1986, introdução, p. 21.

Também é significativo que, nesta mensagem, desapareceu a seção específica “Forças Armadas”, agora dispersa, cada pasta, entre os demais ministérios. Era, de fato, um momento de euforia, uma vitória sobre o passado ainda recente. O futuro diria se justificável.

Notamos que 1985 não ofereceu grandes novidades no setor de armamentos, com poucas notícias de imprensa e um relativo distanciamento do MRE das questões que envolviam a indústria bélica. Mas o ano de 1986, que marcou nascimento da nova moeda, o “cruzado”, foi também o batismo de fogo⁵⁷⁵, ao menos televisivo, do Sistema *Astros II*. Em 17 de fevereiro o Jornal Nacional, da TV Globo, apresentou reportagem que mostrava o disparo de cargas do sistema de artilharia brasileira, rechaçando o progresso da ofensiva das tropas iranianas, demonstrando, desta forma, o poder de fogo do armamento. A notícia também foi objeto de informação ao Presidente da República⁵⁷⁶, em que o Ministro (interino) das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima que, além da repercussão do fato, destacava que o “Sistema Astros II é o Estado da Arte no gênero”, recebendo elogios inclusive de autoridades do Departamento de Defesa dos EUA, acrescentando ainda que “a superioridade do Sistema Astros II sobre um sistema comum de artilharia é quantitativa e qualitativa”.

Enquanto a AVIBRÁS abria fogo na guerra Irã-Iraque, o chanceler Roberto de Abreu Sodré aterrissava em solo árabe. A visita do ministro brasileiro tinha, na exposição de motivos, a importância daquele mercado, as questões políticas regionais e a busca por ampliação dos negócios e da cooperação bilateral, mas a pauta que mereceu destaque, por sinal a única a receber relato especial para o presidente Sarney, foi a cooperação militar. Na nota enviada ao presidente⁵⁷⁷, informa a chancelaria que em audiência com o Ministro Da Defesa e Aviação da Arábia Saudita, o nosso já conhecido Príncipe Sultan, o ministro Sodré reiterava o interesse brasileiro na Acordo de Cooperação assinado em 1984, mencionando ainda a satisfação do governo brasileiro com as “aquisições já efetuadas pela Arábia Saudita, bem como a atenção com que acompanhamos as negociações em curso com vistas a novas operações”.

Por seu turno, o Príncipe Sultan referiu-se à compra de seu país dos lançadores do Sistema *Astros II* e, além disso, fizera menção “específica aos testes já realizados com o

⁵⁷⁵ O batismo de fogo, de fato, ocorrera antes, em Angola, nos combates contra a UNITA. Porém, em situação de conflito interestatal, a primeira utilização foi na guerra entre Irã e Iraque.

⁵⁷⁶ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Informação ao Presidente da República (0092). Índice: Material de Emprego Militar. Sistema Astros II. Secreto, 20 de março de 1986.

⁵⁷⁷ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Informação ao Presidente da República, (0154). Índice: Visita do Ministro Abreu Sodré à Arábia Saudita. Entrevista com o Ministro da Defesa. Material de Emprego Militar. Secreto, 28 de abril de 1986.

tanque Osório que, na versão testada o canhão original foi trocado por arma mais potente, de 120 mm [a versão padrão dispunha de canhão de 105 mm].”; O Ministro da Defesa acrescentava ainda que “findo o Ramadã, deverá sugerir novas alterações para o tanque Osório e que ele conta, após novos testes no verão Boreal, formalizar a transação.” (grifos nossos), complementando que “poderia ser acertada mesmo a fabricação parcial desse carro de combate na Arábia Saudita”. Evidentemente a “confirmação” do Ministro da Defesa sobre a “formalização da transação” com o *Osório*, vindo de alta autoridade, foi recebida com entusiasmo e justificaria a euforia e confiança nas possibilidades abertas.

Tudo indicava que, após um ano de “baixa intensidade”, a movimentação das empresas de material militar brasileiras voltavam a se intensificar, com o governo brasileiro, especialmente o MRE, retomando a iniciativa comercial e a postura proativa. Além da missão na Arábia Saudita, a equipe do Chanceler percorreu outros países da região, enquanto os postos diplomáticos permaneciam atentos a possibilidades de negócio.

Um bom exemplo da ação diplomática foi a desenvolvida pela legação brasileira em Seul que, ao saber que as forças armadas da Coreia do Sul pretendiam renovar sua esquadra de aviões, percebeu a possibilidade de participação da EMBRAER e, imediatamente, estabeleceu as conexões necessárias para o início das tratativas envolvendo a concorrência internacional; também a ENGESA e a Bernardini (esta em associação com a KIA) procuravam participar de licitações, envolvendo fornecimento de canhões de 155 mm, igualmente apoiadas por nossa missão diplomática. Naquele momento, a Coreia do Sul queria estreitar o relacionamento de caráter militar com o Brasil que, entretanto, não prosperou (por iniciativa brasileira, que nutria sérias desconfianças em relação aos interesses coreanos).

Do lado empresarial, a ENGESA, recebeu do Ministério da Aeronáutica a incumbência de assumir o projeto do míssil *Piranha*, que deveria equipar os jatos *AMX* (originalmente sob responsabilidade da *DF Vasconcelos*), prometia o desenvolvimento de uma “família” de mísseis táticos de médio alcance, bem como o desenvolvimento de um dispositivo antiaéreo e do míssil antitanque *Leo* (nome dado em homenagem ao Ministro do Exército, o General de Exército Leônidas Pires Gonçalves) sendo este último vencido em licitação do EB, em parceria com a italiana *Oto Melara* (todos os projetos aqui elencados estariam a cargo da subsidiária *Engemissil*); desnecessário dizer que também o *Leo* era anunciado como um produto de exportação (Figura 11). A ENGESA não possuía experiência na fabricação de foguetes e mísseis, mas desafios (por menos aconselháveis que fossem) pareciam fornecer combustível para a empresa paulista de blindados.

LEO ANTI-TANK MISSILE SYSTEM



ÓRBITA and OTO Melara S.p.A. have jointly developed the anti-tank missile system LEO, in compliance with a requirement of Brazilian Army and matching also the most updated and NATO requested performances. The LEO System is characterized by high operation agility and manoeuvrability (small overall weight and dimensions) and proper efficiency against present and future battle tanks (range, average speed, warhead).

The system is man portable and intended to be used by infantry. It consists of an ammunition, in its container-launcher, and of a fire post. The guidance is of the beam rider type. The missile fitted in launching tube has subsonic speed.



The fire post includes a tripod, a projector and sighting optics. The missile is provided with a two stage, solid propellant rocket engine. The first stage ends its action inside the launching tube. The second stage is ignited at a safe distance from the operator and thrusts the missile to the maximum speed.

The guidance beam is obtained by a laser modulating emitter operating in near infrared band. The generation of the guidance link is in the launching post and the receiver in the rear of the missile body, thus obtaining a very high jamming protection. Missile guidance is ensured by a loop of servos which correct the missile trajectory as a function of the deviations from the line of sight.

The sighting method in fair weather is through an optical sight, and by night through a thermal imaging camera.

The missile configuration is of the conical nose and tail. Folding stabilizers are mounted on rear stakes to provide high manoeuvring capabilities and aerodynamical damping. The warhead is of the hollow charge type with high piercing capability. The maximum range is about 3,000 meters. The guidance ensures a processable signal at 2,000 meters in worst conditions of optical visibility, humidity, temperature and turbulence. The missile can also be used as a rocket and its minimum range is 70 meters. The LEO, as secondary mission target, is able to engage support armoured vehicles or helicopters, in the hypothesis of attack to own emplacement or close emplacements. The LEO System has been designed for being man transported. Vehicle and helicopter versions are under study.



TECHNICAL DATA

AMMUNITION (MISSILE AND CANISTER)		LAUNCHING POST	
Weight	20 kg	Total weight, without ammunition	23 kg
Length	1,395 mm	Max range - all weather	3,000 m
Diameter	220 mm	- fair weather	700 m
MISSILE		Min range	9 m
Configuration	Canard, roll free	Time of flight	9 to sec to 2,000 m
Weight at launch	14.9 kg	16 sec to 3,005 m	95%
Warhead	4.1 kg	H+I probability (over 400 m)	2 sec from target acquisition
Length	1,360 mm		
Caliber	130 mm		





Órbita Sistemas Aero Espaciais S.A.
Rod. Pres. Dutra km 137 (P.O. Box 791)
12200 - São José dos Campos - SP - Brazil
Phone: (0123) 212705
Telex: (0123) 3649 ENES BR



Worldwide Sales by:
ENGEXCO EXPORTADORA S.A.
Av. Tucunaré, 125/211 (P.O. Box 152)
06400 Barueri, SP - Brazil
Phone: (011) 421-4711
Telex: (0111) 30479 ENES BR



0 LEO 278 A

Figura 11 – Prospecto de divulgação internacional do sistema de mísseis anti-tanque Leo, que, apesar de toda a propaganda, só foi entregue trinta anos depois de sua concepção, já por outra empresa. Fonte: Portal Forças de Defesa⁵⁷⁸.

Além dos produtos citados, mais um projeto – este dentro da expertise da ENGESA – seria lançado. Em 1985, uma equipe comercial da ENGESA que estava em Bagdá, ao ser questionada pelo Alto Comando das Forças Armadas Iraquianas se a empresa teria condições de produzir um carro de reconhecimento blindado sobre esteira, semelhante ao *Wiesel* (que estava em desenvolvimento pela *Porsche* na Alemanha, leve, para operar em forças aerotransportadas), teve resposta afirmativa. Whitaker acolheu prontamente o desafio e determinou que os engenheiros da empresa projetassem o mais rápido possível o desejado veículo e, de fato, no segundo semestre de 1986 o EE-T4 *Ogum* (Figura 12) estava pronto para os testes no Iraque, bem antes, inclusive, que seu único concorrente, o já citado *Wiesel*,

⁵⁷⁸ Imagem disponível no portal Forças de Defesa, aba “Poder Terrestre”, www.forte.jor.br/2018/09/01/brasil-leva-mais-de-30-anos-para-desenvolver-missil-anticarro/, consultado em 12 de abril de 2019.

que só entregaria suas primeiras unidades no final de 1989⁵⁷⁹. A demanda esperada do *Ogum* era entre 200 e 600 veículos, mas, ao fim, nenhuma unidade foi vendida, ficando o produto apenas na fase dos protótipos.



Figura 12 – Ogum. Protótipo testado no Iraque. (Foto: Engesa, disponível no portal Forças de Defes)

Ainda na ENGESA, em março de 1986, foi testada tecnologia alemã, com acordo de transferência, de mais um armamento que visava tanto o reequipamento do exército quanto a citada concorrência na Coreia do Sul.

Segundo noticiava o “Estadão”:

A ENGESA, através de sua subsidiária Engex, de Salvador, fabricará os canhões obus 155mm, de tecnologia austríaca⁵⁸⁰, e que serão destinados ao Exército Brasileiro e também à exportação. O presidente da empresa, José Luiz Whitaker, e o chefe do Departamento de Material Bélico, General José Albuquerque, despacharam ontem com o ministro Leônidas Pires Gonçalves, para dele ouvir o parecer final.

⁵⁷⁹ O portal Forças Terrestres, do qual este autor buscou informações e a foto apresentado sobre este veículo, apresentam maiores detalhes sobre o Ogum. Disponível em: www.forte.jor.br/2020/04/30/o-blindado-engesa-ee-t4-ogum-2/ (consultado em 10/09/2019).

⁵⁸⁰ Tratava-se da empresa *Noricun of Austria*, do grupo *Voest Alpine*, na época ainda um conglomerado austríaco de economia mista.

Whitaker estava, revela a matéria, entusiasmado com o novo empreendimento pois, “segundo suas palavras, a transferência de tecnologia a ser fornecida pela empresa austríaca [...] será da ordem de 100%.”, salientando que “o mercado principal será o externo”, embora, “naturalmente, vários lotes sejam destinados ao Exército”. O articulista, em tom informativo/justificativo assinala a importância da empreita já que, “afinal de contas, há cerca de seis anos a força terrestre foi obrigada a comprar na Coreia do Sul um lote de aproximadamente 50 obuses 155 mm, de fabricação norte-americana, diante da impossibilidade de conseguir o equipamento junto às empresas nacionais.”.

Como de costume, a ENGESA afirma que seu principal objetivo é o mercado externo; também, como de costume, a imprensa não questiona, embora, a bem da verdade, a esta altura já não era mais unanimidade os louvores ao setor industrial militar. E, igualmente usual, flanqueando o presidente da ENGESA, temos o General Albuquerque, companhia que pouco tempo depois, seria questionada, como uma das provas das ligações indevidas entre o empresário paulista e o governo, especialmente com o exército. Devemos anotar que o “Estadão” nunca abandonou completamente a defesa do setor, embora posteriormente reduzisse a importância da ENGESA para o país; contudo, na ocasião, o jornal mais uma vez apresentava a Engenheiros Especializados como a empresa que resolveria um problema.

Os bons tempos pareciam estar voltando; mercado externo, novos projetos como o Calha Norte, reequipamento do exército; enquanto durasse a lua de mel do Plano Cruzado, ninguém questionaria detalhes sobre tais iniciativas; o momento era para boas novas. Assim, pouco depois do anúncio da operação a *Noricun*, o noticiário impresso volta a tratar do reaparelhamento do Exército e da produção de armamentos. Roberto Lopes, em matéria no jornal *Folha de São Paulo*⁵⁸¹, informa que, segundo previsão do General José Albuquerque, “o Exército deve definir, até agosto ou setembro, que tipo de mísseis reforçarão seu arsenal”, e, asseverava o chefe do Departamento de Material Bélico do Exército que:

O fato de o Exército não ter recursos para adquirir todos os novos equipamentos militares produzidos pela indústria nacional, não significa que estejamos despreparados para usá-los (...). O emprego de cada um desses novos armamentos está cuidadosamente planejado.

O artigo jornalístico importa, sobretudo, por alguns motivos que nos ajudarão a construir o cenário em que se desenrolavam os negócios no setor; embora sem recursos orçamentários, procurava mostrar que tudo o que se fazia atendia a imperativos de

⁵⁸¹ Folha de São Paulo, domingo, 1º de julho de 1986, Política, 1º caderno, p. 9.

planejamento (e segurança nacional), o que justificaria o relacionamento entre Estado e empresas. Prosseguindo na matéria, Roberto Lopes, concordando e complementando a frase do General Albuquerque, considerava que o ideal seria que o EB tivesse recursos para a aquisição de pelo menos “algumas unidades de cada nova arma produzida no Brasil”, mas que, não sendo possível, o Exército aceitava um “oferecimento” da ENGESA: “em cada venda de tanques médios ‘Osório’ para o exterior, 5% do número de blindados exportados serão oferecidos, gratuitamente, para o Exército Brasileiro.” (grifo nosso). Comentando a “generosidade” da empresa de blindados, o General Albuquerque afirma que “uma coisa é preciso que fique bem clara (...): nós não pedimos nada, mas aceitamos, claro.”. A “benevolência” da ENGESA não mencionava os esforços governamentais – tanto do MRE quanto dos órgãos do exército – feitos em prol da companhia de carros de combate.

Mas, retornando ao noticiário, prossegue o articulista informando que:

como a Arábia Saudita está se preparando para fechar a compra de um grande número de lotes desse carro – de quinhentas a mil unidades – o acerto entre a Engesa e o Exército dá (...) a perspectiva de equipar todo um regimento de carros de combate. Na pior das hipóteses, o Exército receberá 25 ‘Osórios’, quantidade suficiente para a formação de dois esquadrões desse blindado. O Exército já definiu que seus primeiros ‘Osórios’ vão equipar as unidades de carros de combate sediadas no Rio de Janeiro.

Note-se que a matéria da Folha dá como certa a venda para a Arábia Saudita, já que “na pior das hipóteses” o Exército Brasileiro receberia vinte e cinco unidades do *Osório*, que já tinham inclusive destino certo: a guarnição do Rio de Janeiro. Esta observação é muito importante, pois não encontramos vozes dissidentes em relação ao sucesso da negociação e, igualmente importante, poucas vozes se levantavam contra a “opção árabe”, imaginada anos antes pelos formuladores de Brasília.

Reforçando a justificativa para o envolvimento entre a empresa privada e um órgão permanente de Estado, o General Albuquerque recorre ao imperativo da exportação, sustentando que:

A primeira coisa que precisa ser explicada a nossos eventuais compradores no Exterior, é como o governo brasileiro permite o desenvolvimento de uma grande indústria de armamentos privada, e confia em seus produtos (...) depois, é necessário explicar porque, se confiamos nesses produtos, e os reputamos entre os melhores do mundo, nós próprios não usamos.

Com essa assertiva, o militar alinha que apoiar a indústria é estimular a exportação, evitando destacar o apoio a interesses empresariais, sob o manto da importância que as vendas externas teriam para o país, ou seja, o suporte era ao interesse nacional, público, não o privado. Parece-nos que argumentos assim expressos são usuais até hoje, embora nem sempre sustentando os mesmos atores; digressões de lado, continuemos com a narrativa.

Prossegue a matéria, em tom noticioso, que, “ainda no campo dos blindados”, o Exército incentivava a indústria nacional para a produção de um “canhão autopropulsado, isto é, um blindado sobre rodas – que é a especialidade brasileira” (grifo nosso), veículo este que, significativamente, deveria aproveitar a “experiência da Engesa” na fabricação do EE-17 (o *Sucuri*), viatura que apresentou alguns problemas mecânicos e que, talvez também significativo, não havia alcançado o sucesso de vendas esperado.

Caminhando para o final da reportagem, uma questão relevante seria sutilmente apresentada. Roberto Lopes informa que a “renovação do material de artilharia é mais complicada”, e que o interesse do EB estava concentrado no desenvolvimento “pela indústria privada, de um míssil antiaéreo para alvos a baixa altitude, e na fabricação do míssil ‘Barracuda’, com alcance de setenta quilômetros.”. Como vimos, a ENGESA estava já apresentando uma série de iniciativas nesse sentido e, pelo modo como foi construída a informação jornalística, insinua o embate que ocorria, àquela altura não publicamente, entre ENGESA E A AVIBRAS.

O fecho da matéria, subintitulado “Astros II” informa que havia o interesse do EB no sistema de foguetes “Astros II”, “fabricados pela Avibrás e de boa aceitação no estrangeiro, mas aí, a falta de recursos é, de novo, o maior problema”. Prossegue o jornalista informando que o Exército queria que a “Avibrás lhe cedesse uma bateria desses carros [seis veículos lançadores], pagando, apenas, pelos foguetes. Não houve resposta.”. Informa Roberto Lopes que corriam rumores de que a fabricante dos foguetes teria oferecido “uma bateria de ‘Astros II’, de graça, ao Exército, em troca do desenvolvimento de uma filosofia de emprego desse novo armamento”, questão que, segundo o articulista provocava reação imediata do General Albuquerque: “não recebemos essa proposta. Eles sempre nos dizem que vão nos fazer uma boa proposta, mas querem 10 milhões de dólares por uma bateria desses carros. Isso, infelizmente, nós não temos para dar.” (grifo nosso).

Podemos perceber, pelas colocações expostas, que havia uma distinção entre a “generosidade” da ENGESA e a “proposta onerosa” da AVIBRÁS, que pode sugerir uma parceria real com a primeira; ou que Whitaker dominava melhor a arte de influenciar pessoas,

ao menos em maior grau que o seu – agora – concorrente João Verdi. E a controvérsia velada entre as empresas tinha razão de ser: enquanto a ENGESA iniciava seus passos no desenvolvimento de mísseis e foguetes já amealhava concorrências governamentais, a AVIBRÁS, que tinha SEU ASTROS II “testado e aprovado” em situação real, com vendas já realizadas e promessas firmes de compra colocadas, anunciando ainda a fase final de desenvolvimento do míssil terra-mar *Barracuda* e um ambicioso projeto de armamento “antitanque”, tinha dificuldades em colocar seus produtos no rol de compras governamentais. Esta foi uma querela, ao final, sem vencedores e será abordada posteriormente nesta tese; por ora, fica a nota sobre a questão, que em breve teria desdobramentos.

Porém, quanto mais visível a competitividade dos equipamentos militares brasileiros, maior – e mais agudas - se tornavam as críticas internacionais. Em artigo publicado pelo jornal francês *Libération* no dia 7 de maio de 1986 (e reproduzido na edição de 8 de maio do diário O Estado de São Paulo⁵⁸²) sob o título “A investida dos mercadores de armas brasileiros”, o correspondente do diário parisiense informava que “o Brasil quer tornar-se uma grande potência militar e, para isso, o governo brasileiro não se contentará em figurar entre os mercadores de armas do mais alto nível do planeta. Ele quer dominar a bomba atômica e o espaço.”.

O jornalista Jean Jacques Sevilla, correspondente em Brasília do *Libération*, afirmava, com base em fontes da própria imprensa brasileira, que o objetivo da viagem do chanceler Abreu Sodré para a Arábia Saudita e Kwait fora o de resolver as últimas pendências para a assinatura do “contrato do século”, relacionado a venda de “mil tanques, com sistema de lança-foguetes, num negócio estimado em três bilhões de dólares” e que a visita aos países do Golfo poderia “ampliar a lista dos clientes seduzidos pela indústria de guerra brasileira.”.

Ainda segundo o correspondente francês, os negócios das empresas brasileiras eram amplamente facilitados pelos “serviços comerciais do Itamaraty”, que estariam prestes a divulgar, por intermédio das legações no exterior “um catálogo de 140 páginas, abundantemente ilustrado, intitulado ‘Material Brasileiro de Defesa’. “Publicado em quatro idiomas”, prosseguia, daria amplo espaço aos equipamentos que “fizeram a notoriedade internacional das máquinas ‘Made in Brazil’, carros blindados sobre rodas, como o Urutu, o Cascavel e o Jararaca”. Sustentava ainda que o caça subsônico AMX, que não deveria conseguir escala internacional, seria um “primeiro passo para a formação de joint-ventures mais audaciosas para a construção de um avião supersônico de interceptação.” E, finalizando

⁵⁸² O Estado de São Paulo, quinta-feira, 8 de maio de 1986, coluna “militares”, p. 6.

a matéria, Jean Sevilla ponderava que o dinamismo das empresas privadas brasileiras do setor estava “intimamente ligado aos importantes investimentos feitos pelo governo brasileiro para o domínio das armas nucleares e espaciais”, acrescentando ainda que “assim, o Brasil terá a tecnologia necessária para a fabricação de mísseis intercontinentais.”.

A reportagem do *Libération* recebeu, na mesma coluna do *Estadão*, vigorosa réplica do jornalista Roberto Godoy, que afirmava estarem, “mais uma vez, equivocados em relação á indústria bélica brasileira” e que:

a visita do Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, a diversos países do Oriente Médio, não teve nenhum vínculo comercial direto, servindo para a prática de reafirmação da política externa do Brasil na região, que é a de manter o apoio às nações árabes, apesar de problemas como a queda do preço do barril de petróleo e o boicote dos EUA à Líbia. (grifo nosso).

Roberto Godoy acrescentou que o “contrato do século” não existia mas que:

aparentemente a visita de cortesia do chanceler brasileiro à Arábia Saudita (...) estimulou o surgimento de uma vasta especulação entre a concorrência europeia, ameaçada pela crescente presença da indústria de defesa brasileira entre os integrantes do terceiro mundo. Essa preocupação vazou e repercutiu na imprensa metropolitana. (grifo nosso).

Sabemos, conforme demonstra documentação apresentada há pouco, que a viagem do chanceler Abreu Sodré não foi de natureza turística, uma “visita de cortesia à Arábia Saudita”, como relatou o articulista do *Estadão* e, de fato, a efetivação dos contratos seriam, para um país como o Brasil, um “negócio do século”, multibilionário e que poderia consolidar e ampliar a participação brasileira no mercado mundial de armamento e material militar. Também é verdade que a linha perseguida pelo diário francês era um tanto “apocalíptica”, enveredando por uma narrativa que, não obstante ser muito provavelmente subjacente ao desejo de boa parte da população (e, notadamente de setores da corporação militar) – o domínio da tecnologia bélica nuclear e seus vetores intercontinentais – estava ainda muito longe de ser conquistada, tanto em termos tecnológicos quanto políticos. E, ao contrário do que preconizou Roberto Godoy, não nos parece que o *Libération* estivesse repercutindo as “preocupações da metrópole”, uma vez que o jornal (fundado em 1973 com o apoio de Jean Paul Sartre) era tido, à época, como uma publicação de extrema-esquerda; uma curiosidade é que atualmente o *Libération* é controlado por Édouard de Rothschild... Bem distante da alegada inspiração maoísta que teria motivado o *Libé*.

Porém, se as notícias da imprensa internacional incomodavam, outros atores, que não tornavam públicas suas argumentações, tinham a capacidade de, mais do que incomodar, criar objeções as quais o país não poderia desconsiderar. Os grifos que estabelecemos na réplica de Roberto Godoy ao *Libération* servem para marcar os reais adversários das pretensões brasileiras; “apesar (...) do boicote dos EUA à Líbia” e “repercutiu na imprensa metropolitana” eram mais do que peças de retórica nacionalista e refletiam pressões internacionais que se avolumavam. A Europa, embora não monoliticamente, alinhava-se com algumas posições norte-americanas, como as relacionadas com a “Lei da Informática” e de um possível mecanismo de proteção à indústria farmacêutica gestada nos gabinetes de Brasília, que, conforme asseverou o chefe da delegação alemã na XIII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica a diplomatas brasileiros “teriam repercussões graves e desfavoráveis nos investimentos estrangeiros no Brasil.”⁵⁸³.

A metrópole europeia pressionava por um lado, mas, de maneira ainda mais assertiva agia a política externa dos EUA. A administração de Ronald Reagan foi marcada pelo endurecimento de posições em relação ao inimigo maior soviético, mas também nos termos do diálogo com outras nações, estabelecendo um discurso que refletia uma política global próxima ao unilateralismo e de caráter hegemônico.

Com relação a União Soviética, existia um posicionamento explícito de que o objetivo estratégico norte-americano não era mais a paridade, mas a superioridade militar sobre a potência socialista, que a expressiva ampliação de gastos e a expansão militar sem precedentes em tempos de paz, sob o comando do Secretário de Defesa Caspar Weinberger (que elevou em 50% o orçamento de sua pasta), não deixava margem a dúvidas. Mesmo o déficit fiscal norte-americano, que preocupava amplos setores da opinião pública e do Congresso, que sugeria a redução das despesas com o aparato armamentista, sensibilizava a Casa Branca. Ao contrário, o próprio Weinberger sustentava, publicamente, que este era o preço para a paz, uma vez que a dissuasão proporcionada por tais gastos (e que o projeto “Guerra nas Estrelas” constituía o maior exemplo) era “em última análise, a base de toda a segurança”⁵⁸⁴.

⁵⁸³ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Informação para o Presidente da República (00362). Índice: Investimentos estrangeiros no Brasil. Preocupações da Indústria alemã (R.F.A), confidencial, 20 de outubro de 1986.

⁵⁸⁴ Esta afirmação foi tornada pública em entrevista realizada para o programa “*American Interests*”. Na mesma entrevista, outras análises aqui exaradas encontram. Disponível em: repository.library.georgetown.edu/handle/10822/552598?show=full.

Mas a União Soviética era o principal, mas não único alvo da estratégia. Disposto a atuar em todos os quadrantes para impedir qualquer contestação aos “interesses americanos”, uma nova abordagem para o conjunto do “terceiro mundo” foi posta em prática e, esperava-se, toda a manifestação de poder norte-americano deveria ser seguida por seus aliados (ou dependentes) Neste ponto, retornamos ao caso específico do Brasil e ao primeiro trecho que destacamos da reportagem de Roberto Godoy: o “boicote dos EUA à Líbia”. Em resposta ao Presidente da República⁵⁸⁵, relativa à “hipótese de sanções norte-americanas ao Brasil em função de venda de armamentos à Líbia”, o chanceler Abreu Sodré informa que:

- (1) Já havia tomado conhecimento, por intermédio de nossa Delegação junto à OEA, da questão colocada pelo Coronel John Barnes, Vice-chefe do Estado-Maior da Junta [Interamericana de Defesa];
- (2) Com efeito, foi a Delegação informada, pelo Brigadeiro Rosalvo Malaguti [chefe da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa - RBJID], de que o Coronel Tancredo Bruno Porto, também da RBJID, lhe transmitira comentário “tipo pergunta” daquele oficial norte-americano, sobre “que reação poderia haver no Brasil e em outros países do Continente se os EUA decidissem aplicar sanções ao Brasil pela venda de material bélico ao governo da Líbia.”.

Como a informação da Chancelaria é uma resposta a questionamento da Presidência da República, claro está que a hipótese de sanção era ventilada por mais de um canal de comunicação, provavelmente “tão discreta” quanto a acima mencionada. Neste primeiro momento, a reação do Chanceler brasileiro é firme e incisiva, e informa que havia determinado a Delegação Brasileira junto a OEA que desse conhecimento ao Brigadeiro Malaguti de sua reação, posta nos seguintes termos:

Fiquei profundamente contrariado com as expressões do Coronel Barnes. Lamento que oficial norte-americano, com cargo de projeção internacional, possa fazer esse tipo de comentário tão improdutivo e inadequado. Se o que ele levantou foi uma hipótese longínqua, seu gesto é desnecessário e só faz sentido como uma provocação incompreensível. Se as suas palavras insinuam uma ameaça, serão inaceitáveis, pois, além de ser inconcebível sanção a atos de soberania do Brasil, trariam repercussões extremamente negativas ao relacionamento bilateral entre os dois países. Em suma, o gesto me pareceu leviano e incompatível com a tradição de respeito mútuo que sempre prevaleceu nas relações entre Brasil e EUA. (grifos nossos).

⁵⁸⁵ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Informação para o Presidente da República (0172). Índice: Líbia. Armamento. Comentário de oficial norte-americano. Secreto, 15 de maio de 1985.

A enérgica reação de Abreu Sodré revela uma posição de altivez e autonomia, caminhando na direção do confronto, caso confirmada a hipótese de sanção norte-americana contra “atos de soberania do Brasil”. Vejamos como prosseguiu este caso.

Como já dissemos, os contenciosos brasileiros com os EUA, especialmente em relação a reserva de mercado de informática, já prenunciavam possibilidades de sanções norte-americanas e uma saída negociada parecia cada vez mais distante. Tal questão, acrescida da necessidade de equacionar o problema da dívida externa e a esperança de compor, em bons termos, a relação com os Estados Unidos da América fez com que se preparasse uma visita de Sarney a Washington, programada para o dia 10 de setembro de 1986, onde se encontraria com altas autoridades políticas e com o Presidente Reagan. No dia 5 de agosto, portanto pouco menos de um mês antes da referida viagem, nova informação do MRE é encaminhada ao Presidente da República⁵⁸⁶, dando conta que:

As empresas “ENGESA” e “BRITANITE Indústrias Químicas LTDA” solicitaram, no contexto de negociações para venda de material de emprego militar de sua fabricação e de acordo com as normas da PNEMEM, autorização para a vinda ao Brasil de missões técnico-comerciais líbias (...).

Esclarecendo a situação, prossegue o texto informando que:

No plano político global, persiste, como é de conhecimento de Vossa Excelência, uma grande tensão entre os Estados Unidos da América e a Líbia, país que, além de estar praticamente isolado dentro do mundo árabe, sofre igualmente um esfriamento em suas relações com os países da Europa Ocidental, que ostensivamente não vendem material bélico ao governo de Trípoli, embora o possam fazer via triangulação. (grifo nosso).

A ressalva sobre a hipótese de triangulação na venda de equipamentos europeus para o governo de Trípoli será testada mais adiante nesta tese. O que importa agora é a argumentação de isolamento – praticamente mundial, considerando a explanação proveniente do MRE – da Líbia, fato que justifica a opinião da Chancelaria brasileira:

Nessas condições, tendo em vista não só as atuais condições de isolamento político da Líbia, mas, sobretudo, a fim de evitar que uma questão menor possa vir a servir de pretexto para a criação de dificuldades no plano das conversações de Vossa Excelência com o Presidente Ronald Reagan, sou de opinião que seja adiada, sem prazo determinado, a concessão de tais

⁵⁸⁶ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Informação para o Presidente da República (00260). Índice: Exportação de material de emprego militar. Líbia. Autorização para vinda de missões técnicas. Confidencial, 5 de agosto de 1986.

autorizações, sem que, porém, esta decisão signifique uma proibição definitiva de exportação de material de emprego militar para aquele país.

É importante notar que, ao declarar que a decisão de não permitir a visita técnica não significava uma “proibição definitiva”, deixava claro que, ao menos por um espaço (indeterminado) de tempo, as exportações de material para a Líbia deveriam ser, de fato, proibidas. É interessante notar que um ato que, há menos de seis meses, era considerada “inconcebível sanção a atos de soberania brasileira” constituíam, agora, “uma questão menor”; a resposta de José Sarney, acompanhando a “opinião” do Itamaraty, foi uma concisa mensagem: “No momento não é oportuno”. Aparentemente o senso de realidade impunha-se ao imperativo da vontade.

Talvez por uma ironia do destino, talvez por pouca cautela, o tempo em que se aproximava o amadurecimento final e as perspectivas de boas colheitas para a indústria de material militar brasileira coincidia com intensas e volumosas tempestades. Prossigamos.

5.6 – Brasil Constituinte.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1987, com 211 páginas e enviada em 1º de março, já não ostentava o mesmo discurso otimista da anterior, embora não acusasse o golpe de fracasso do plano econômico implantado em 1986. Apresentando alguns números positivos, dedicou especial atenção a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que deveria consolidar o processo de “conciliação nacional” e apresentando a *moratória por tempo indeterminado* dos pagamentos do serviço da dívida externa brasileira como uma medida que carregava a marca da soberania nacional.

A mensagem não apresenta, em sua introdução, nada que indicasse ação ou direção decidida de realização. Mais uma vez a inserção internacional do Brasil, especialmente em seu aspecto político, desaparece; é um texto que denota incerteza e insegurança. É bastante apropriado para abrir a seção final de um capítulo e ao mesmo tempo epitáfio de um sonho de grandeza e potência. Mas nem tudo estava (ainda) acabado.

Jogando por uma bola.

Confiante nas possibilidades abertas em diversos flancos, como as esperadas compras do governo brasileiro e, especialmente, a Arábia Saudita e seus vizinhos, foi decidido entre os

principais parceiros da indústria bélica avançar em direção a sonhos mais altos. Assim, em 30 de janeiro de 1987, foi criada a Órbita Sistemas Aeroespaciais S/A, anunciada pela ENGESA como *fato relevante* nos principais jornais do país; a nova empresa do setor armamentista brasileiro tinha como sócios majoritários a ENGESA e a EMBRAER (40% cada uma) e os restantes 20% distribuídos entre a IMBEL, ESCA Engenharia de Sistemas S/A e Parcon Participações e Consultorias S/C LTDA, foi construída em área pertencente à União em São José dos Campos, no Vale do Paraíba. A Órbita deveria absorver os projetos de desenvolvimento de mísseis (já citados), com foco inicial nas compras governamentais já estipuladas, especialmente o míssil anti-tanque *Leo*, que deveria receber um aporte de aproximadamente US\$ 30 milhões do Exército Brasileiro. Outra oportunidade de compra governamental – o fornecimento de helicópteros para a aviação do exército – seria aproveitada pela ENGESA, desta vez em parceria com o governo de Minas Gerais e a francesa *Aerospatiale*, na Helibrás, com o alegado motivo de revitalizar a empresa, a fim de torna-la “ao mesmo tempo competitiva e capaz de atender aos seus objetivos iniciais com eficiência.”⁵⁸⁷. Mas estes novos empreendimentos de Whitaker Ribeiro serão novamente mobilizados, no próximo capítulo; vamos a outras questões pertinentes a este momento de nossa história.

Enquanto as empresas brasileiras de material militar se movimentavam, a pressão internacional aumentava. Em 2 de janeiro de 1987 o governo dos Estados Unidos da América anunciou a “retirada de 28 produtos da lista brasileira de concessões tarifárias, outorgadas no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP)”⁵⁸⁸; medida decorrente do processo de revisão geral do aludido sistema preferencial e que provocou uma redução na ordem de US\$ 420 milhões no volume de comércio do Brasil para os EUA. Foi uma manobra de sagacidade norte-americana: com a aprovação da Nova Lei de Comércio, os EUA estenderam a vigência do SGP, mas introduziram uma cláusula de manutenção das vantagens tarifárias, desde que observada a reciprocidade, ou seja, o país beneficiário deveria oferecer concessões e melhoria de acesso para bens e serviços norte-americanos; no caso brasileiro, evidentemente, tratava-se de eliminar eventuais barreiras relativas à informática e outras garantias. Para alguns países, o leque de opções de pressão é significativamente diversificado... Outros mecanismos ainda seriam conhecidos pelo governo brasileiro.

⁵⁸⁷ Declaração de José Luiz Whitaker Ribeiro para o jornal O Estado de São Paulo, quarta-feira, 22 de abril de 1987, p. 5.

⁵⁸⁸ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Informação para o Presidente da República (073). Índice: Comércio. Brasil-EUA.SGP. Revisão global. Confidencial, 9 de março de 1987.

Mas não eram apenas os EUA que criavam empecilhos para o Brasil. Países da Europa também iniciavam uma ofensiva sobre a transferência ou venda de determinados itens, mormente quando relacionados a “Alta Tecnologia”, bens que, como sabemos, eram fundamentais para as empresas produtoras de armamento. Via de regra os obstáculos se davam na forma de “garantia governamental de que o referido produto não será revendido sem consentimento”⁵⁸⁹, iniciativa que poderia inviabilizar boa parte das exportações brasileiras de material militar. Tais determinações parecem sinalizar que, a despeito da ainda pequena participação brasileira no mercado internacional e a ainda singela capacidade de produção de armas sofisticadas no país, já exigia maiores cuidados – e ações – no sentido de bloquear futuros desenvolvimentos.

A despeito das pressões internacionais, o Brasil ainda estava no jogo, e, em 22 de fevereiro de 1987, telegrama enviado pela embaixada em Abu Dhabi⁵⁹⁰ informava a partida do General Mohamed Al-Badi e comitiva com destino ao Brasil. Para o remetente esta viagem representava “o primeiro e mais importante passo no estabelecimento de relações mutuamente proveitosas entre a Indústria Bélica Brasileira e as Forças Armadas deste país”. O diplomata remetente do telegrama afirmou que suas fontes locais indicavam “grande potencialidade do Brasil” na exportação de material de defesa para os Emirados. No caso da concorrência para aquisição de blindados, informava que o veículo italiano “Oto Melara” desistira de participar dos testes de campo e que o “AMX” francês, por diversos motivos, teria sido vetado pelo Exército local, acrescentando que “desse modo, o único concorrente viável do ‘tanque Osório’ seria o “Leopard” alemão.”. Entretanto, o veículo da Alemanha só poderia ser exportado desarmado, o que constituía naturalmente um problema para a força terrestre do país árabe. Ainda segundo o telegrama, fontes ligadas as Forças Armadas dos Emirados “disseram-me que o ideal desejado em Abu-Dhabi seria o chassi do Leopard com a torre e o canhão do Osório.”.

O diplomata prossegue afirmando que a comitiva demonstrava ainda “muito interesse em conhecer os projetos de mísseis e foguetes antitanque e antiaéreos, tendo sido incluído na comitiva um oficial da defesa antiaérea especialmente por esse motivo”, relatando ainda, mais adiante que embora composta exclusivamente por militares, a delegação do General possivelmente deveria também “tratar com as autoridades brasileiras do futuro da

⁵⁸⁹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB . Informação para o Presidente da República (0189). Índice: Comércio. Brasil-RFA.Alta Tecnologia. Secreto, 26 de maio de 1987.

⁵⁹⁰ Arquivo Central do Itamaraty-BSB , telegramas recebidos, secreto, 22/02/1987, 665.16 (B46) (B6)

‘Cooperação Industrial’ entre os dois países, especialmente no setor da Indústria Bélica e transferência de tecnologia nesse setor.”.

A notícia vinda dos Emirados Árabes Unidos seria, por si só, motivo de renovada esperança para o setor, que seria reforçada pelo excelente desempenho do blindado *Osório* nos testes finais realizados na Arábia Saudita nos primeiros dias de julho de 1987 (na Figura 12, a versão final do *Osório*, no teste realizado na Arábia Saudita). A expectativa era grande, no aguardo do resultado da concorrência árabe, mas, em virtude das já citadas declarações do Príncipe Sultan e da aparente “vitória” do MBT brasileiro nos campos de prova, os envolvidos no processo – privados e públicos – davam como certo o desfecho positivo do negócio.



Figura 13 – O *Osório*, em sua versão final de teste. Fonte: ENGESA, via portal Forças de Defesa⁵⁹¹.

Considerando que as exportações totais de material militar foram, em 1987, da ordem de US\$ 383 milhões, com diversas empresas exportando para, pelo menos 40 países (conforme dados obtidos nos arquivos da PNEMEM), a possibilidade aberta na Arábia Saudita – um negócio que envolveria, inicialmente, US\$ 1 bilhão – transformava-se realmente na salvação do projeto industrial militar brasileiro.

O leitor percebeu que o único negócio (aparentemente) concreto apresentado foi este, o da venda do *Osório* para a Arábia Saudita. E tal se dá por um motivo simples: este era o único negócio - considerando inclusive as já citadas pressões internacionais que se avolumavam - capaz de viabilizar a continuidade da ENGESA e, em certa medida, do setor como um todo. Estávamos na defensiva... E jogávamos por uma única bola.

⁵⁹¹ Disponível no Portal Forças de Defesa, aba Forças Terrestres: www.forte.jor.br/2015/12/27/engesa-ee-t1-osorio/, acesso em 22 de abril de 2017.

CAPÍTULO 6:

Uma pá de cal: o fim de um projeto de potência.

“Entre o pensamento e a realidade, entre o impulso e a ação, cai a sombra.”

(T. S. Eliot)

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1988, com 222 páginas e enviada em 1º de março, enfatizou as duas únicas marcas que a gestão José Sarney poderia, ao menos, tentar considerar como realização do seu governo: a concretização do *slogan* “tudo pelo social” e a construção das *instituições democráticas* que, esperava-se, preparariam o solo da estabilidade política, do debate livre e das garantias individuais e políticas. Aquela ancorada em projetos que, em alguns casos, lançaram realmente bases promissoras (como a estruturação do que hoje conhecemos como Sistema Único de Saúde – SUS ou o sistema de seguro-desemprego), quanto a construção da democracia, segunda realização propalada pelo chefe do executivo, foi consubstanciada nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, cuja promulgação, em 5 de outubro de 1988, deveria balizar a vida da sociedade brasileira sem os instrumentos do período ditatorial.

No âmbito da política externa, basicamente comemorava-se a atuação no plano regional e algumas iniciativas vinculadas ao Atlântico Sul, mas nada parecido com a euforia de outrora. Na economia, o principal óbice apontado foi a dívida externa e o déficit público, que conduziram a alteração na gestão orçamentária; foi instituído o *orçamento unificado*, submetido ao controle do Congresso Nacional e tal instrumento além de regular os gastos tradicionais, englobavam todos os subsídios, os programas de financiamento à produção e à exportação, enfim, com este novo processo orçamentário todas as receitas e gastos da União, bem como os montantes e finalidades dos gastos públicos passariam a subordinar-se ao Congresso Nacional.

Tais alterações produziram impactos no setor industrial militar, uma vez que eliminava, ou ao menos pretendia eliminar, as fontes autônomas de criação de despesas, indispensáveis para a manutenção do segmento. Por sinal a mensagem é extremamente enxuta quanto às realizações das FA, que já não dispunham de um espaço próprio que as destacasse do todo, mas apareciam isoladas, em ordem alfabética, junto aos outros ministérios; de fato, naquele momento histórico, os militares e seu entorno estavam na berlinda... e isso cobraria um preço aos que gravitavam a corporação castrense.

6.1 – Últimas voltas.

O ano de 1988 se abre para os produtores brasileiros de armamentos com sinais que reforçavam o momento delicado por que passava o país. Considerando o período circunscrito ao capítulo anterior como difícil para a economia brasileira, mas promissor para o setor industrial-militar, esta seção narrativa promove o encontro definitivo com a realidade.

O balanço do biênio anterior (1987-1986) apresentava significativa queda nas vendas de material bélico, noticiada pelo jornal *O Estado de São Paulo* em pequena coluna (produzida pela sucursal do Rio de Janeiro da *Agência Estado*), intitulada “Brasil vendeu menos armas no ano passado”⁵⁹², em que o diário paulista repercute informações da prestigiosa *Janes Defence Weekly* sobre o comércio brasileiro do setor, anotando que “Avibrás, Engesa e Embraer, as principais empresas do setor no País sofreram forte queda no seu faturamento. De acordo com a revista venderam um total de US\$ 800 milhões no ano passado, contra US\$ 1,5 bilhão em 1986”: uma expressiva queda de quase 50% no faturamento global das principais empresas exportadoras de armas brasileiras.

Logo no dia seguinte, em artigo que poderíamos considerar uma resposta ao pequeno texto produzido pela *Agência Estado-Rio*, o jornalista Roberto Godoy, no mesmo *O Estado de São Paulo* publica matéria intitulada “Líbia pode até financiar os novos mísseis”⁵⁹³, noticiando que:

O principal interesse da missão militar da Líbia que está no Brasil é o desenvolvimento de toda uma ‘família’ de mísseis balísticos da série MB/EE, com alcance de cem, 600 e mil quilômetros, transportando ogivas convencionais de até uma tonelada. A série está sendo projetada na Órbita – Sistemas Espaciais, empresa que a delegação chefiada pelo diretor-geral de suprimentos, Mohamed Ali, visita hoje (...)⁵⁹⁴

Frisando que fontes da “área técnica do Departamento de Material Bélico (DMB) do Ministério do Exército” informaram que o citado dirigente da Líbia havia demonstrado interesse no projeto, destaca ainda que, segundo essas mesmas fontes, o governo líbio estava “disposto a financiar o programa, comprar uma pré-série e formalizar, depois, uma encomenda, garantindo, porém, acesso à tecnologia.”. Roberto Godoy ainda cuida em

⁵⁹² O Estado de São Paulo – Caderno Economia, quinta-feira, 21 de janeiro de 1988, p. 26.

⁵⁹³ O Estado de São Paulo – na Coluna “Militares”, sexta-feira – 22 de janeiro de 1988, p.2.

⁵⁹⁴ Vale ressaltar que apenas em 2020 o Brasil conseguiu produzir um míssil tático de cruzeiro com alcance de 300 Km e portando ogivas de 200 Kg, o AV-TM (MTC-300), produzido pela AVIBRÁS, também conhecido como projeto ASTROS 2020. Vetor de dissuasão extra regional, poderá ser empregado pelo EB, MB e, com possibilidade de uso como bateria antiaérea. Como sempre, divulga-se muito seu potencial exportador como um dos motivos da importância do investimento.

informar que “a missão é formada por elementos de alto nível: o chefe. Mohamed Alli, se reporta diretamente ao líder Muammar Kadhafi, e tem autoridade para contratar qualquer encomenda de material bélico.”, acrescentando ainda que:

o produto que tem despertado maior atenção entre o grupo é o tanque de batalha Osório EE-T1, com canhão de 120 milímetros, a mesma versão vencedora das provas técnicas e dos testes realizados pela Arábia Saudita no ano passado na penúltima etapa da seleção de um novo carro de combate para o exército local. (grifo nosso).

Não podemos deixar de anotar que, na mesma coluna “militares” deste 22 de janeiro, notícia veiculada sob responsabilidade da sucursal de Brasília da *Agência Estado* nos informava que, “segundo uma fonte ligada ao setor de armamento”:

A Líbia mostra-se interessada no carro de combate **Osório**, caracterizado como tanque principal de batalha (...), que já está sendo negociado com a Arábia Saudita. O governo líbio aguardou o resultado dos testes do **Osório** em território saudita e, ao ser declarado vencedor, resolveu adquiri-lo. Demorou para tomar essa decisão aproximadamente 15 dias. (destaque no original e grifos nossos).

Ainda neste bloco da coluna “Militares”, também de responsabilidade da sucursal de Brasília, consta ainda que “a aquisição de mísseis ar-ar **Mel-1** e o terra-terra **Leo** também está sendo especulada.” (destaques no original). A nota da sucursal salienta que ambos os projetos estavam sob a responsabilidade da “Órbita, empresa composta por capital da Engesa e da Embraer”, informando ainda que “caso o governo líbio necessite com urgência desses mísseis, poderá pagar antecipadamente parte da encomenda, estando, desse modo, financiando o desenvolvimento final e o início da produção desses mísseis.”. Para demonstrar que esse modelo de negócios (o financiamento do desenvolvimento do sistema de armas) não constituía uma novidade, prossegue a notícia afirmando que:

No caso de uma outra empresa nacional, a **Avibrás**, o governo iraquiano, segundo a fonte, financiou o desenvolvimento final do sistema lança-mísseis terra-terra Astros e pôde recebê-los com maior rapidez, a ponto de, no momento, contar com três versões distintas: uma de 30 km de alcance, outra de 40 km e, uma última, de 50 km. (destaque no original).

O bloco em questão finaliza sua reportagem informando que, em virtude das cláusulas de sigilo envolvendo negócios dessa natureza, não seriam emitidas publicações oficiais, mas que:

A preço de mercado, entretanto, estima-se a venda dos **Osórios** em mais de cem tanques, ao preço de 300 a 500 milhões de dólares. Caso sejam comprados 200 tanques, o valor pode ser de até 800 milhões de dólares. E caso os mísseis sejam adquiridos, os valores poderão chegar a um bilhão de dólares. (destaque no original).

Em tese, é de se esperar que as duas notícias obtiveram informações de distintas fontes e, seja qual for a origem, ambas apresentavam excelentes perspectivas para a IAB em geral e para a ENGESA em particular. E, igualmente, sob quaisquer das abordagens, os negócios seriam bilionários. Mas voltemos ao artigo assinado por Roberto Godoy, o principal setorista para a indústria bélica do diário paulista.

Insistindo na avançada carga tecnológica presente nos projetos em questão (a família de mísseis e o *MBT Osório*), o jornalista do *Estadão* expunha que, “na opinião de um oficial engenheiro” do EB, o desenvolvimento da “família MB/EE exigirá no mínimo cinco anos para os primeiros disparos a contar da data da assinatura do contrato, prevendo investimentos subsequentes da ordem de US\$ 400 milhões por ano.”. É interessante notar que as informações técnicas foram obtidas apenas de dirigentes da ENGESA (e do próprio José Luiz Whitaker Ribeiro), esquecendo que a *Órbita* não era uma empresa “exclusiva” do conglomerado ENGESA, como bem apontara a sucursal de Brasília do *Estado de São Paulo*. Portanto, numa aritmética elementar, o texto da matéria informa indiretamente que, pelos próximos cinco anos, a ENGESA teria uma entrada de recursos, considerado apenas o projeto dos “mísseis balísticos” (sic), de dois bilhões de dólares, um fluxo de caixa considerável para um setor que, em seu conjunto, tinha faturado menos da metade deste valor no último ano.

Não nos cabe analisar se as matérias veiculadas pelo jornal paulista careciam de informações fidedignas, ou se elas falharam pela ausência de investigação mais cuidadosa, mas os dados foram apresentados, sem dúvida alguma, de forma bastante positiva para a ENGESA. No caso da matéria de Roberto Godoy, em primeiro lugar, ao usar a expressão “versão vencedora” para os testes do *Osório* na Arábia Saudita induz ao raciocínio de que este equipamento seria comprado por aquele país e já estava nos planos de aquisição da Líbia, algo que, por si, já permitiria um significativo incremento do faturamento da produtora do blindado, garantindo, assim, a continuidade de seus negócios de forma razoavelmente tranquila (lembrando que o segundo bloco noticioso do mesmo jornal, dava como certa as negociações do *Osório* com a Arábia Saudita); ao inserir a esta possibilidade de venda mais um artefato ainda em desenvolvimento – e que já teria um investidor estrangeiro - e, além de tudo, era de grande valor agregado e elevado potencial exportador, poderíamos cravar que a

ENGESA seria uma *blue chip*⁵⁹⁵ do mercado brasileiro. É certo que não podemos julgar a reportagem do *Estadão*, mas podemos afirmar uma coisa: Whitaker Ribeiro era um grande publicitário.

Mas, embora possamos constatar que o teor das citadas reportagens foi bastante generoso com a ENGESA, ela estava sedimentada em acontecimentos recentes e fatos pregressos concretos. Já vimos que a Líbia foi um dos primeiros compradores dos carros de combate da ENGESA – e o primeiro a utilizar o veículo em situação real –, adquirindo algumas centenas de *Cascavéis* e *Urutus* e, ao menos pelas informações existentes, atendendo satisfatoriamente ao cliente; assim, uma nova aproximação das FA líbias com a empresa brasileira seria uma possibilidade bastante admissível. A visita da delegação chefiada por Mohamed Ali realmente aconteceu – a convite da ENGESA, é importante destacar – e manteve conversações tanto com o Departamento de Material Bélico do Exército Brasileiro quanto com o chanceler brasileiro Roberto de Abreu Sodré e tais encontros versaram, entre outras questões, sobre a compra de material bélico brasileiro.

O Brasil tentava recuperar o bom relacionamento entre os países. Contudo, as relações com Trípoli vinham estremeçadas desde o episódio da “apreensão” de material bélico líbio em 1983, conforme vimos anteriormente, e o momento político não era o mesmo daquele relativamente distante período, em que a diplomacia brasileira promoveu a defesa da decisão de nacionalização do petróleo empreendida por Kadhaffi nos idos de 1973-1974; além disso, havia um complicador comercial pois, para a Líbia, interessava concretizar operações na fórmula petróleo-produto, algo que não era conveniente naquele momento para o Brasil, até porque o volume transacionado entre os países não seria suficiente para pagar as importações e investimentos objeto da negociação.

Além disso, a experiência com as transações do Iraque tornava a formalização de um acordo dessa natureza um tanto mais complexo para ambas as partes. Especialmente do lado líbio, a publicidade que tais operações geravam no Brasil eram nitidamente inconvenientes; aliás, a divulgação do interesse da Líbia nos projetos em tela gerou uma reação negativa da diplomacia do país, às voltas com um difícil e delicado cenário externo. A esta altura, a utilização do expediente de “vazamento de informações” para reforçar uma posição de mercado era contraproducente, uma vez, ao contrário de outros momentos, já não existia mais o mesmo ânimo com as iniciativas empresariais deste setor. Mas, de qualquer forma, a

⁵⁹⁵ De fato, na hipótese de que todas as previsões otimistas da companhia e das matérias aqui apresentadas se confirmassem, teríamos uma empresa que poderia ser tranquilamente enquadrada neste jargão do mercado de capitais. Contudo, creio que, para o presente caso, o termo caberia melhor em sua acepção original: o jogo de poker.

ENGESA precisava fortalecer sua imagem para prosseguir com a luta por captação de crédito, bem como para ganhar tempo junto aos seus credores e, assim, qualquer iniciativa que pudesse abrilhantar suas perspectivas de faturamento eram válidas.

O mês inaugural de 1988 também marca o início da construção das instalações do Primeiro Batalhão de Aviação do Exército (1º BAvEx), cujas obras deveriam ser aceleradas, uma vez que a concorrência internacional para o fornecimento de aeronaves de asas rotativas seria finalizada e seus resultados divulgados em fevereiro daquele mesmo ano. Porém, antes de prosseguirmos na concorrência em si, vamos empreender um pequeno recuo temporal, para entendermos melhor a questão.

Ao estabelecer os critérios que deveriam nortear o processo licitatório de aquisição das aeronaves de asas rotativas, foram incluídas algumas exigências, como a participação de empresa brasileira de capital nacional em caso de consórcio, garantia de transferência de tecnologia, progressiva nacionalização de peças e componentes, além de outras cláusulas compensatórias (*off set*). Para o Ministro do Exército (Leônidas Pires Gonçalves), em entrevista concedida ao *Jornal do Comércio* em 1987: “[a empresa] que demonstrar a possibilidade de uma progressiva nacionalização terá a preferência.”⁵⁹⁶.

Contudo, para alguns agentes e observadores do setor não deveria ser considerada a instalação de uma fábrica de helicópteros no Brasil. Entre os críticos da iniciativa estava o Ministro da Aeronáutica Brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima que afirmou, na mesma edição do *Jornal do Comércio*: “o país não comporta ainda a instalação de uma fábrica de helicópteros, devido à pequena demanda no setor.”. É provável que o ministro Moreira Lima não percebesse, ainda, a importância crescente que tais equipamentos estavam adquirindo no mercado civil (basta lembrar que, atualmente, a cidade de São Paulo possui a maior frota de helicópteros por cidade no mundo e o Brasil, a quarta). Mas sua manifestação pública indica que os diversos grupos burocráticos do estamento militar já não demonstravam a mesma coesão de outrora; e, isso é importante, mais do que uma disputa entre burocracias, denota uma dissociação de natureza política.

Deixando de lado as divergências ministeriais, retornemos ao processo de aquisição para o Batalhão de Aviação do Exército. Com efeito, no primeiro semestre de 1987 foi declarado vencedor o consórcio *Aerospatiale-Helibrás-Engesa*, estabelecendo o contrato de fornecimento de cinquenta e dois helicópteros (nos modelos *HB 350 Esquilo L1* (16 unidades – reconhecimento e ataque) e 36 unidades da família *Dauphin*, o *AS365k Panther*, para

⁵⁹⁶ *Jornal do Comércio* (RJ), sexta-feira, 24 de abril de 1987, p. 22.

transporte de tropa)⁵⁹⁷, com as entregas iniciais previstas para abril de 1989 e com valor total de US\$ 230 milhões. Porém, vivíamos um tempo em que decisões governamentais poderiam ser contestadas e, assim, a concorrência gerou protestos dos demais participantes do certame promovido para suprimento da aviação do Exército.

Participaram da concorrência, como competidores principais, os consórcios compostos pelas norte-americanas *Bell-Textron Helicopter* (em associação com a *Motoravia Representações*⁵⁹⁸); a *Sikorsky-United Technologies Corporation* (em parceria com a *Powerpack Representações*⁵⁹⁹); a *IAR-Centrul* (da Romênia, associada com a brasileira *Mayrink Veiga*) e a alemã *Messerschmitt-Bolkow-Blohm* (em consórcio com a *Prólogo S/A*⁶⁰⁰), todas apresentando versões de equipamentos que atendiam aos objetivos primários da divisão aérea da Força Terrestre e com propostas de razoável similaridade a apresentada pelo consórcio vencedor⁶⁰¹.

As fabricantes norte-americanas produziam helicópteros extremamente confiáveis, com larga experiência de produção e uso em combate real - especialmente na Guerra do Vietnã, conflito recente e que bem poderia ser considerado um teatro próximo ao que se esperava para a ação no EB, uma vez que o próprio Centro de Comunicação Social do Exército admitia, em nota distribuída à imprensa um ano antes do resultado final da licitação, que a “Aviação do Exército poderia, em caráter especial, participar de operações psicológicas e contra guerrilhas”⁶⁰²; a *IAR-Centrul* representava o esforço romeno de ganhar espaço no setor, mas produzia sob licença helicópteros franceses que, a bem da verdade, seria uma replicação do modelo adotado na parceria da *Helibrás*, não apresentando vantagens significativas do ponto de vista do produto oferecido pelo consórcio franco-brasileiro; por fim, a *Messerschmitt* alemã, conquanto fora pioneira na evolução de helicópteros leves, poderia ser considerada uma companhia sem o mesmo lastro de outras competidoras (apesar

⁵⁹⁷ Segundo dados fornecidos pela *Helibrás*, o total efetivamente negociado e entregue foram 6 unidades do Esquilo e 36 helicópteros Panther, perfazendo um total de 42 aparelhos.

⁵⁹⁸ A *Motoravia* foi a responsável pela introdução da aeronave AVRO-748 no Brasil, que substituiriam os DC-3 na aviação regional.

⁵⁹⁹ A *Powerpack Representações* ainda está em atividade, e é a representante da *Sikorsky* no Brasil.

⁶⁰⁰ A *Prólogo S/A* Produtos Eletrônicos foi uma estatal brasileira, subsidiária integral da IMBEL, que operava no âmbito da Secretaria Especial de Informática e intimamente ligada ao SNI. Seu objetivo era a pesquisa, industrialização e comercialização de produtos eletrônicos; produzia também “espoletas de proximidade”.

⁶⁰¹ Também participaram a italiana Augusta e a inglesa Westland, mas com propostas pouco competitivas. A soviética Mil também demonstrou interesse, igualmente com poucas condições de vitória. Na primeira fase da licitação apresentaram envelopes apenas a Augusta, a Bell, a Sikorsky, IAR, a Messerschmitt e a Aerospatiale/Helibrás/Engesa. A classificação final foi: 1º) Aerospatiale/Helibrás/Engesa; 2º) *Bell Helicopter*; 3º) *Messerschmitt*; 4º) *Sikorsky*; 5º) *Centrul*.

⁶⁰² *Jornal do Comércio* (RJ), sábado, 15 de fevereiro de 1986, p. 10. A nota do Centro de Comunicação Social do Exército foi confirmada e reafirmada pelo Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, dias depois.

de ter produzido aeronaves de asa fixa muito famosas na Segunda Guerra Mundial, naquele momento não poderia ser considerada no mesmo nível que as empresas americanas). Assim, podemos afirmar que os concorrentes mais fortes ao contrato oferecido pela *Aerospatiale-Helibrás-Engesa* eram, de fato, as empresas dos Estados Unidos, mas, mesmo assim, todas as participantes questionaram a escolha. Vejamos suas alegações.

De forma geral, as empresas perdedoras reclamaram dos critérios pouco claros da licitação e da ausência de justificativas para a exclusão de suas propostas, especialmente pelo valor do contrato declarado vencedor. De fato, apenas a oferta da *Sikorsky* apresentava um montante superior (cerca de US\$ 250 milhões), enquanto a *Bell* havia estipulado o valor de US\$ 209 milhões e a concorrente romena um preço final de US\$ 219 milhões. Contudo, ainda que o momento permitisse questionamentos, os agentes envolvidos nesta licitação ainda dispunham de força suficiente para frear alguns movimentos contrários e, recorrendo aos critérios estabelecidos e a argumentação de “interesse nacional”, restou derrotada a tentativa de anular a licitação.

O episódio da concorrência para aquisição de helicópteros para a aviação do EB constituiu a última grande operação envolvendo equipamentos bélicos com densidade tecnológica visando a modernização e o reequipamento da força terrestre no período aqui abordado. Igualmente, foi o encerramento de uma fase em que o desenvolvimento autárquico e a industrialização com participação nacional constituiu um objetivo algo factível; também pode marcar o epílogo da aura de credibilidade e força da ENGESA como elemento definidor para o setor de armamento no Brasil. Naquele momento, como já anotamos, a *Helibrás* não era considerada confiável para cumprir as exigências e demandas dos planejadores da autonomia nacional e, muito provavelmente, a participação da empresa de Whitaker Ribeiro foi a grande responsável pela definição do consórcio vencedor, como demonstra a reportagem do jornal o Estado de São Paulo que exploraremos a seguir.

A coluna “Militares”, produzida pela sucursal Rio da Agência Estado, em matéria intitulada “Helicópteros do Exército chegam depois de junho”⁶⁰³, informava que os primeiros helicópteros para o Batalhão de Aviação do Exército de Taubaté chegariam no segundo semestre de 1988 e que “a escolha do consórcio constituído pela *Aérospatiale*, *Engesa* e *Helibrás* para o fornecimento dos 52 helicópteros para a fase inicial da aviação foi influenciada decisivamente pela garantia da transferência de tecnologia.”. É importante notar que o nome da ENGESA, na constituição do nome do consórcio, aparece antes que o da

⁶⁰³ O Estado de São Paulo, domingo, 21 de fevereiro de 1988 – Caderno Política – p.9.

Helibrás e tal colocação não era acidental, como veremos na continuidade da matéria. Elucidando a questão da transferência tecnológica, relatava a coluna que:

A Helibrás não cumpriu o compromisso assumido com o Ministério da Aeronáutica, no final da década passada, para a transferência de tecnologia. Esta informação foi dada por um diretor da empresa, que atua em Paris. Ele reconheceu que o projeto Helibrás, em termos tecnológicos, para o Brasil, foi um fracasso. [grifo nosso].

Essa quase confissão de culpa do executivo da Helibrás para um veículo de grande circulação não deve ser desprezada. De fato, até aquele momento a fabricante mineira de helicópteros não empolgava o *mercado* de empresas de material militar – e muito menos o de aviação civil – especialmente se comparado com as demais companhias do setor de material bélico que, ao menos considerando o noticiário dos últimos dez anos, apresentavam produtos viáveis tanto do ponto de vista comercial quanto industrial. Enquanto as principais firmas mostravam grande potencial exportador e no mercado interno, a *Helibrás* não conseguia emplacar grandes notícias. Aliado a isso, não cumprir com as metas estipuladas junto ao governo central seguramente contribuía para que qualquer nova operação com esta empresa fosse considerada duvidosa. Tal dúvida foi solucionada, acompanhando ainda a notícia do Estadão, pois:

Desta vez, o consórcio tem a participação de uma empresa com credibilidade na área militar, a Engesa, e que está realmente interessada em produzir helicópteros no futuro. A participação da Engesa beneficiou a Helibrás e a própria Aérospatiale. E tornou definitivamente viável um dos projetos prioritários do Exército brasileiro, a aviação, que vai lhe garantir maior mobilidade. (grifos nosso).

Não deixa de ser interessante notar que, passados 30 anos do aqui descrito, a “linha do tempo” que narra a trajetória cronológica da empresa no país, apresentada no portal da Helibrás⁶⁰⁴, destaca a vitória nesta concorrência, porém eliminando o nome da ENGESA no consórcio vencedor. A exclusão da participação que, como vimos, demonstrou ser imprescindível para o sucesso do consórcio binacional é, sem dúvida, absolutamente condenável do ponto de vista do correto tratamento histórico (e a informação aparece no espaço do site dedicado à história da corporação); para o marketing da empresa pode ser aconselhável dissociar seu nome de uma empresa que já não mais existe e foi alvo de críticas

⁶⁰⁴ Portal Helibras, aba história, disponível em: helibras.com.br/website/po/ref/Hist%C3%B3ria_90.html, acesso em 28 de junho de 2019.

e suspeitas de condução indevida dos seus negócios. O mais importante, contudo, é perceber como diferentes momentos produzem diferentes comportamentos... e futuras narrativas.

Esta operação exitosa da empresa de Whitaker Ribeiro constituiu a última em que as notícias positivas se concretizaram. Também para o setor industrial militar significaria a derradeira grande movimentação comercial por muitos anos; as questões envolvendo o governo federal (especialmente, mas não exclusivamente, o Itamaraty e as forças armadas), as empresas de defesa e seus clientes ganhariam, definitivamente, outros contornos a partir de então.

Acuado em todos os flancos, no interno, com a severa crise econômica, que obrigava a equilibrar as demandas internas por controle de gastos públicos e combate à inflação (sem contar a desgastada imagem política), ao mesmo tempo em que negociava a rolagem da dívida com os credores internacionais (particularmente com o FMI) e, também no plano externo, em que os EUA aumentavam a pressão comercial, era quase inexistente a possibilidade do governo federal dedicar a atenção outrora destinada aos empresários do setor bélico, que começavam a enfrentar a insolvência de seus clientes, notadamente o Iraque. Não por acaso, em seu discurso na III Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em junho de 1988 e destinada a discutir o desarmamento, o presidente José Sarney destaca a decisão brasileira de manter sua trajetória (em conjunto com a Argentina e em nítida oposição ao conjunto de propostas defendidas a partir de Washington) em busca do desenvolvimento da questão nuclear e reclama o fim do intervencionismo estatal das grandes potências, apelando para a atenção que deveria ser dada aos problemas sociais dos países pobres⁶⁰⁵.

Além disso, o Brasil vivenciava um quadro político interno em que os apelos do “pacto para concluir a transição”⁶⁰⁶ não encontravam eco nem na classe política e muito menos na sociedade, o que dificultava o estabelecimento de ações que pudessem manter satisfatoriamente a engrenagem posta em curso nos anos do regime militar; tudo isso num momento em que os ambiciosos projetos das principais estrelas do setor de material militar demandavam urgente entrada de recursos financeiros para prosseguir em suas atividades.

⁶⁰⁵ O posicionamento brasileiro na sessão especial da AGNU aqui aludidas pode ser verificado no discurso presidencial de abertura (Biblioteca da Presidência da República, disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/47.pdf/view>, consulta em 14 de novembro de 2018); as diretrizes do Itamaraty constam da documentação disponível no Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Diretoria Central de Arquivos, Informações ao Presidente da República, maio de 1988.

⁶⁰⁶ A expressão “pacto pela transição”, “pacto social” foram constantes durante o governo de José Sarney. Era um chamado à conciliação das diversas forças políticas para concluir a transição do regime militar para o regime democrático; o “pacto social” foi considerado por alguns uma proposta que teria o mesmo objetivo e configurado em moldes similares ao espanhol *Pacto de Moncloa*.

As dificuldades de caixa, a inadimplência de compradores e a conjuntura nacional, que naquele momento faziam as questões que envolvessem militares adquirirem contornos políticos complicados, que inviabilizavam soluções capazes de resolver plenamente os problemas do setor (poderíamos dizer que as FA se tornaram, por assim dizer, “radioativas”, e qualquer aproximação era, no mínimo, desaconselhável). A partir deste momento, abrimos uma nova etapa deste último ciclo de nosso trabalho.

6.2 – “Eu não quero nada com os milicos...”⁶⁰⁷

A frase que abre esta seção foi a resposta proferida pelo presidente do BNDES, Márcio Fortes, ao ser interpelado por jornalistas sobre os problemas de caixa enfrentados pela ENGESA. Tal afirmação seria impronunciável poucos anos antes, por sua óbvia conotação política e, também, por marcar uma posição de distanciamento em relação a corporação castrense e uma de suas diletas criações; desnuda uma mudança em curso no relacionamento entre as diversas esferas do poder e destas com a classe industrial-militar; conforme anotou o *Estadão* “o empresário José Luiz Whitaker, que sempre esteve bem com os governos (revolucionários ou não), está agora enfrentando algumas dificuldades com suas empresas, a poderosa ENGESA e a Órbita.”⁶⁰⁸.

Confrontada por severas dificuldades de caixa, premida pelos desencaixes vultosos na elaboração dos novos projetos da empresa, com pedidos entregues e não recebidos e sem perspectivas reais de realizar algum novo faturamento em curto prazo, a ENGESA, que fechara o primeiro trimestre de 1988 com prejuízo na ordem de Cz\$ 1, 5 bilhões de prejuízo, precisava urgentemente de algum alívio financeiro, algo que, naquele momento, só poderia ser fornecido pelo BNDES, uma vez que na banca privada seria necessário algum fato novo que pudesse ser oferecido como garantia de um eventual empréstimo.

Como habitual em tais situações, a alternativa encontrada pela empresa paulista foi a redução de custos fixos e, destes, o ainda mais usual: o corte na folha de pagamentos; no segundo trimestre do ano a ENGESA demitiu 600 de seus funcionários, dispensando cerca de outros 400 da Órbita sendo que deste total 100 eram engenheiros (quando uma empresa reduz gastos com pessoal fundamental para sua área fim é sinal, normalmente, de que as coisas vão muito mal). Tal situação deixa em estado de alerta o Sindicato dos Metalúrgicos de São José

⁶⁰⁷ Márcio João de Andrade Fortes, presidente do BNDES, em O Estado de São Paulo, quarta-feira, 13 de julho de 1988, Geral, p.3.

⁶⁰⁸ O Estado de São Paulo, terça-feira, 26 de julho de 1988, coluna Gente & Negócios, p.27.

dos Campos, que inicia gestões para a ampliação dos direitos indenizatórios aos trabalhadores dispensados e, dispostos a contribuir com a discussão para a superação da crise da empresa, sugere que o BNDES ofereça um empréstimo de salvamento.

Mas não era apenas a ENGESA que enfrentava problemas e não é lícito afirmar que o governo federal não se mobilizou para solucioná-los; até a Petrobrás tentou auxiliar na questão, inserindo nas negociações de um contrato de fornecimento de petróleo iraquiano para o Brasil, firmado em 15 de julho de 1988 para a compra de 50 mil barris de petróleo/dia, a dívida de US\$ 420 milhões não saldados pelo Iraque junto à ENGESA, AVIBRÁS e Construtora Mendes Junior. Porém, tais esforços não encontraram acolhida positiva.

Talvez não seja uma coincidência que o momento em que fragilidades e dificuldades das empresas de material militar tenham surgido com mais vigor no noticiário ocorressem em sincronia com os momentos finais da guerra entre Irã e Iraque. Após exaustivas negociações, que começaram em março de 1988 (quando o Conselho de Segurança da ONU exigiu o cessar fogo), o armistício entre os dois beligerantes foi definido para 20 de agosto do mesmo ano, quando todas as hostilidades deveriam cessar. O evento que significou o maior engajamento das indústrias bélicas brasileiras chegava ao fim e, como anotou Roberto Godoy em matéria de O Estado de São Paulo:

os últimos tiros da guerra do Golfo serão provavelmente disparados pelos canhões de 203 milímetros fornecidos pelos EUA aos iranianos no início dos anos 70 e pelos lançadores múltiplos Astros II, comprados pelos iraquianos no Brasil desde 83.⁶⁰⁹.

Enquanto as artilharias de Irã e Iraque cobriam a retirada de suas tropas do campo de batalha, os lançadores da AVIBRAS anunciavam, com sua salva de tiros, a retirada da indústria bélica brasileira do cenário internacional. Não seria o final definitivo, muito menos o fim da utilização dos equipamentos produzidos pela indústria brasileira – seja em conflitos interestatais ou em questões internas -, mas seria o final um tanto melancólico de um projeto que parecia colocar o Brasil no seletto clube das potências militares.

Porém, naquele momento, não se percebia (ou não se admitia ainda) o *debacle* do setor; não se negavam os problemas, mas estes eram vistos como conjunturais e superáveis. O próprio fim da guerra no Oriente Médio não era compreendido necessariamente como um entrave; antes, a cessação das hostilidades foi vislumbrada como um estímulo aos negócios entre o Brasil e Iraque em alguns setores – o industrial militar entre eles. Em retrospecto, tal

⁶⁰⁹ O Estado de São Paulo, domingo, 14 de agosto de 1988, caderno Economia, p.42.

expectativa pode parecer paradoxal, uma vez que é de se esperar que as economias dos beligerantes estivessem exauridas e uma reconstrução não fosse viável em curto prazo; porém, alguns indícios favoreciam as análises brasileiras que davam conta de uma rápida recuperação iraquiana e que tal retomada teria reflexos positivos no comércio bilateral.

Antes do início da guerra o Iraque era o segundo maior exportador de petróleo entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, consolidando um faturamento em torno de 10% do total das receitas da OPEP, situação que foi reduzida pela metade durante os anos de combate mas que, esperava-se, seria recuperado no imediato pós-guerra: mais do que uma aposta no comportamento inelástico da demanda mundial de petróleo, tais análises acreditavam que o Iraque rapidamente retomaria a parcela de mercado perdida em decorrência do conflito. Com isso, também esperavam que fosse concretizada a proposta apresentada por Saddam Hussein para um ambicioso programa de reconstrução nacional, que envolveria construção de infraestrutura de transportes, desenvolvimento de centros industriais e a manutenção dos efetivos militares, acompanhada de permanente modernização das forças armadas do país.

No Itamaraty, confiante nas *boas relações* estabelecidas entre Bagdá e Brasília desde a posse de Saddam e durante todo o conflito, tais notícias geraram expectativas positivas, ensejando especialmente no Departamento de Promoção Comercial a percepção que o programa de recuperação do Iraque beneficiaria diretamente a indústria brasileira, particularmente para a indústria bélica nacional e para o setor de construção civil, a esta altura já bastante envolvido em obras no Oriente Médio e até mesmo para a Petrobrás, que poderia ser beneficiada na reconstrução e recuperação dos campos de exploração iraquianos. Tal perspectiva, mais uma vez estimulada desde o MRE, poderia ser mobilizada pelas empresas para justificar novas rodadas de aporte financeiro, contando ainda, como reforço ao pedido, com a entrada de divisas que seriam geradas com o renovado apetite de Saddam.

Porém, estávamos distantes do período em que as justificativas geopolíticas ou de desenvolvimento de setores específicos apresentados pelo MRE ou pela área militar recebiam uma chancela de autorização automática. No segundo semestre de 1988, mesmo com o anúncio de que a ENGESA havia sido indicada como beneficiária de aportes da ordem de US\$ 23,6 milhões de dólares no leilão da dívida externa (pouco mais de 50% da alegada necessidade de capital da companhia paulista), o BNDES relutava em conceder novos financiamentos e empréstimos, alegando que a empresa de Whitaker Ribeiro se recusava a fornecer informações ao banco, enquanto a ENGESA afirmava que, por se tratar de empresa

de material bélico, não deveria ser obrigada a abrir mão de seu sigilo, alegando que tais obrigações seriam devidas somente ao Ministério do Exército. Mesmo com as argumentações da ENGESA, o BNDES não autorizou, naquele ano, novos aportes... De fato, o banco “não queria conversa com milicos”.

No mesmo período em que o BNDES negou o aporte solicitado pela ENGESA, matéria publicada no *Estadão* noticiava: “País volta a vender armas para o Iraque”⁶¹⁰. No texto, assinado mais uma vez por Roberto Godoy, lemos no primeiro parágrafo que “O exército do Iraque poderá ser a primeira força a utilizar o novo blindado brasileiro EE-T4 Ogum, produzido pela ENGESA” e, pouco adiante afiançava que “o veículo leve sobre lagartas apresentado em 1986 é o principal item das negociações iniciadas pela empresa para retomar o fornecimento de equipamento militar para os iraquianos.” (grifo nosso). Prossegue a publicação informando que:

O alto comando de Bagdá decidiu expandir seus contratos com a Avibrás Aeroespacial para a compra das novas ogivas múltiplas destinadas a elevar o poder de fogo dos lançadores de foguetes de saturação Astros-II. Em caráter adiantado está sendo definida também a licença de fabricação de um lote mínimo de 40 aviões de treinamento EMB-312 Tucano, da Embraer. O superintendente da companhia, engenheiro Ozílio Carlos da Silva, está no Iraque acertando os detalhes da transação, estimada, isoladamente, em mais de US\$ 100 milhões. (grifos nossos).

A primeira observação que devemos ressaltar é que, nos parágrafos de abertura da notícia, são apresentadas as três principais companhias do segmento industrial militar brasileiro, que naquele momento estavam igualmente enfrentando problemas financeiros e em busca de crédito. E, ainda segundo a coluna do *Estadão*, o trio teria recebido de um suposto bom cliente propostas vultosas de compra; nada mal para empresas em busca de soluções rápidas de caixa. Mas, antes de tecer outras observações, vamos prosseguir um pouco mais com a reportagem.

Relatando que o “Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores avalia em US\$ 300 milhões de dólares o valor do pacote de exportação de armas, sistema de defesa e serviços de apoio” que estava sendo discutido entre Brasil e Iraque, informa ainda que, segundo a Embaixada iraquiana, um grupo de oficiais do exército do país visitara a ENGESA para conhecer “o programa de desenvolvimento do Ogum (...), do blindado EE-3 Jararaca e do tanque principal de batalha EE-T1 Osório, na versão II”, e que os

⁶¹⁰ O Estado de São Paulo, sábado, 10 de dezembro de 1988, caderno Economia, p.27.

especialistas iraquianos ainda conheceram “o míssil anti-carro Leo, dirigido por laser com alcance de 2.500 metros, que a empresa Órbita, mantida por um consórcio encabeçado pela Engesa e Embraer, começa a entregar em 1989 para o Exército Brasileiro.”. A reportagem esclarece que a missão militar tinha uma “necessidade específica: a modernização de seus blindados EE-9 Cascavel”, mas salienta, no encerramento da notícia, que “os iraquianos, todavia, revelaram particular interesse pelo pequeno e ágil Ogum, de 4.9 toneladas (...)”.

É necessário ponderar sobre alguns pontos da matéria jornalística apresentada, além dos já delineados. Quanto a avaliação do MRE sobre o valor dos contratos de exportação em tela, importa anotar que o Itamaraty dificilmente faria uma análise desse tipo; como vimos, o ministério recebia, por força do PNEMEM, a descrição de todas as etapas da negociação envolvendo produtos militares e, de fato, as negociações relatadas na imprensa foram previamente informadas ao setor competente da pasta de relações exteriores. Mas é importante notar que o MRE é citado quase como um avalista da informação e, de fato, procurou agir dessa forma; o referido ministério tinha real interesse em apoiar o setor, ainda imbuído dos imperativos de “interesse nacional”, sem contar o esforço de anos desenvolvido pelo Departamento de Promoção Comercial. O Itamaraty seria o último a desembarcar do projeto industrial militar brasileiro.

Também é de notar que a reportagem destaca os equipamentos da ENGESA como os que despertavam maior interesse ao governo de Saddam Hussein. Sabemos que não se pode determinar o que “se passa na mente” de um agente, embora seja lícito supor que qualquer equipamento militar seja algo que interesse a um integrante de forças armadas. Porém, salvo a modernização dos veículos *Cascavel*, já em uso no exército iraquiano, os demais produtos citados na matéria, exceto o *Jararaca*, eram protótipos da empresa (ou do consórcio *Órbita*) que ainda estavam a procura de viabilização e, mesmo o *EE-3 Jararaca* era um produto já em produção mas em busca de clientes. A ENGESA realmente solicitou— e conseguiu — autorização para exportação de protótipos dos blindados citados para testes em Bagdá, mas possibilidades concretas de venda estavam muito distantes; quanto aos produtos da *Órbita*, esses eram ainda mais distantes, uma vez que a empresa não conseguia encaminhar devidamente seus projetos. Esta passagem do noticiário transmitia muito mais um protocolo de intenções do que uma informação concreta.

O final do ano de 1988 não era muito favorável para os negócios. Vejamos como começou o ano de 1989, mais uma vez apresentado a partir da Mensagem ao Congresso Nacional.

6.3 – Sonhos de um plano de verão.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1989, com 191 páginas e enviada em 15 de fevereiro, foi escrita em tom de moderado otimismo e, novamente, apresentada na esteira do anúncio de mais um plano econômico, o “Plano Verão”, que, como seus antecessores, não logrou êxito em combater o que era apontado como o grande problema do país: a inflação. A bem da verdade, quase ninguém mais via com otimismo as ações de governo; o que realmente animava a sociedade em geral eram as eleições diretas para a Presidência da República, previstas para o final do ano (a primeira após a implantação da ditadura militar e igualmente inaugural realização em dois turnos). Mas o discurso não podia assumir tal princípio; é de se esperar que ele apresente iniciativas e perspectivas positivas, afinal, ao contrário de Figueiredo, José Sarney pretendia continuar na vida política. O mais importante é perceber qual a agenda proposta, as diretrizes indicadas e as eventuais mudanças e continuidades.

A pauta manteve, em diversos aspectos, as tendências que já se desenhavam anteriormente, como a ação conjunta com os países periféricos, notadamente a América do Sul e a África, bem como a questão ambiental, apontada como o *grande debate do futuro* (eis uma previsão acertada).

É interessante notar que a mensagem alude a importantes conquistas consolidadas e era vinculada a recursos humanos e tecnologia para o desenvolvimento, inventariando-as:

Neste período, dominamos a tecnologia sensível do enriquecimento do urânio, avançamos na pesquisa de fibras óticas, supercondutores, tecnologias de satélites e comunicações, veículos lançadores, computadores, reatores, aeronaves e em muitos outros setores⁶¹¹.

Não é possível saber sobre os “outros setores” mencionados na mensagem presidencial, mas uma observação atenta dos itens elencados como dignos de nota remete, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento das indústrias produtoras de material militar ou a projetos de interesse militar e, de maneira ampla, é tributária dos projetos gestados durante o regime militar de 64. Mas, se por um lado as conquistas advindas de projetos de natureza bélica poderiam ser consideradas positivas, por outro lado, o aspecto relativo às Forças Armadas propriamente ditas foi ainda mais reduzido nessa comunicação, demonstrando mais

⁶¹¹ Mensagem ao Congresso Nacional de 1989, introdução, p. XII.

uma vez que a vinculação com a corporação militar não era, ao menos politicamente, aconselhável.

Com o foco ajustado para questões de natureza econômica, sobre o desempenho da economia em sentido amplo e sobre a inflação em particular, a mensagem do presidente destaca que observávamos um intenso reajustamento e reorganização de escala mundial, destacando a formação e consolidação de blocos regionais, indicando que se tornara urgente “preparar o Brasil para essa nova fase da economia mundial, na qual apenas os mais eficientes se destacarão.”. Tal eficiência seria atingida, na opinião de Brasília – e repercutindo idênticos clamores de parcela da classe política e da imprensa em geral – promovendo *ajustes estruturais e contenção de gastos* que conduziram à *modernização* do país e, para alcançar essas metas o governo Sarney apresentou o “Programa de Modernização e Ajustamento” (PMA).

O PMA tinha como meta central a redução pela metade do déficit do setor público – o déficit público era apontado como a principal causa da inércia inflacionária⁶¹² - e foi implementado através da suspensão temporária dos reajustes dos salários dos servidores públicos federais⁶¹³, redução do prazo de recolhimento de impostos, bem como de estoques reguladores e estabelecendo um teto de gastos para despesas de custeio de capital. Tais medidas, alinhadas com a também reclamada Reforma Administrativa do Serviço Público (esta última proposta ainda em 1985), deveriam conduzir o Estado e o país ao estágio de *modernidade* que solucionaria os principais problemas da nação.

Promovendo restrição de gastos, aumento de tarifas públicas e outras medidas de contenção, os setores que demandavam apoio estatal para sua manutenção, notadamente a indústria, como era o caso da produção bélica e militar, enfrentariam problemas. Bem menos afetados por tais atos do governo federal foi o setor agropecuário, para o qual foi dirigida uma política de preços mínimos, a manutenção da política de crédito (basicamente via Banco do Brasil) e apoio para a exportação.

Ainda assim, neste final de década, apesar das já perceptíveis dificuldades enfrentadas pelo setor de produção de material militar, notadamente no segmento armamentista, as Forças

⁶¹² O debate sobre a inflação é riquíssimo no Brasil. No quadro em tela, esgrimiam-se as chamadas correntes ortodoxas e heterodoxas, monetaristas e desenvolvimentistas, entre outras tantas “alcunhas”. Não cabe neste espaço discutir a questão, mas, para os interessados no tema, com distintas abordagens e momentos de produção, ver: Munhoz (in Szmrecsányi & Silva, 2007), Barbosa & Simonsen (1989) e Bacha (in Tavares & David, 1982). Também consultar Bresser Pereira, importante personagem do período, com diversos artigos sobre o assunto.

⁶¹³ A Unidade de Referência de Preço (URP), instituída pelo Decreto 2.335 de 1987 e serviu como referência para o reajuste de preços e salários. Importante frisar que não se tratava de aumento salarial, mas reposição salarial, uma vez que a inflação mensal girava na casa dos dois dígitos. A inflação de dezembro de 1987 até dezembro de 1988 havia sido de 980,21%.

Armadas ainda procuravam sustentar seu apoio às indústrias bélicas brasileiras e ao esforço de nacionalização dos suprimentos operacionais. Assim, o Ministério do Exército informa que:

Mesmo com ligeira desvantagem inicial no preço, foi dada prioridade à aquisição de material produzido no País. Em virtude disto, podem ser considerados como auto-suficientes os setores de viaturas de emprego militar, todo o armamento leve e sua munição, conjuntos rádio de campanha para as ligações até o nível de Divisão de Exército e detectores de minas.⁶¹⁴

Na mesma mensagem, o comandante da força terrestre afirma ainda que:

Na área de material, procurou-se assegurar a qualidade pela continuada modernização dos equipamentos e pela adoção das seguintes ações:

- desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma doutrina própria e adequada, particularmente a estratégia de emprego;
- estímulo à indústria nacional, particularmente a indústria bélica;
- estímulo ao desenvolvimento de tecnologia autóctone que permita o atendimento das necessidades atuais e futuras do Exército. (grifo nosso).⁶¹⁵

O aperfeiçoamento da doutrina precisaria ser realizado com um orçamento bem mais curto, o que de imediato não ajudaria muito a indústria nacional, mesmo a bélica. E, de todo modo, tal aprimoramento, não por conta do custo, mas das novas bases imaginadas para o emprego do exército tiravam o Osório das metas de aquisição (obviamente que, caso concretizado o negócio com a Arábia Saudita, o MBT da ENGESA seria utilizado, uma vez que seria incorporado sem custo para o EB). Mas o ano de 1989 estava por começar e, como todo início de ano, é conveniente o otimismo. Vamos verificar se justificável.

O dia primeiro de janeiro de 1989 foi inaugurado com uma nota de imprensa que, ao contrário das apresentadas nos anos anteriores, não transmitia o tom triunfalista da ENGESA e anunciava um severo revés da empresa. Pela primeira vez, a companhia de blindados fora considerada uma das grandes perdedoras de 1988 e foi assim apresentada pelo caderno de Economia de *O Estado de São Paulo*⁶¹⁶:

Engesa, a maior indústria bélica do Brasil, errou o alvo. Perdeu um contrato milionário com a Arábia Saudita – para vender 800 tanques Osório – que ficou no projeto. Dos árabes, só veio um investimento de US\$ 23,6 milhões, insuficiente para resolver sua crise financeira. Agora, a empresa espera novas encomendas do Iraque, para repor o equipamento perdido na guerra com o Irã. Mas o assunto por lá, no momento, é trégua.

⁶¹⁴ Mensagem ao Congresso Nacional de 1990, Ministério do Exército, p. 40.

⁶¹⁵ Mensagem ao Congresso Nacional de 1990, Ministério do Exército, p. 39.

⁶¹⁶ O Estado de São Paulo, domingo, 1 de janeiro de 1989, caderno de Economia, p.30.

Em nenhum momento anterior a ENGESA havia sido tratada como uma perdedora, e, no caso, a empresa foi citada como a responsável pelo fracasso comercial. Também, ao contrário de recente notícia, o aporte de capital árabe que, como vimos, era considerado como substancial para o equilíbrio financeiro da companhia, agora estava sendo tratado como insuficiente. A não concretização do negócio com a Arábia Saudita tornava evidente que a operação que poderia devolver a pujança da ENGESA não ocorreria e, para piorar a situação, a segunda possibilidade de retorno aos áureos tempos – as vendas para o Iraque – tinham poucas possibilidades de êxito. A empresa parecia estar por um fio.

As esperanças para o setor não eram das melhores. O Brasil era suspeito de colaborar na construção das instalações para produção de armas químicas na Líbia, país com íntimas relações com a ENGESA (assim como com a AVIBRAS) e de fornecimento de material irregular na América Central, suspeitas ampliadas com a divulgação de documentos da CACEX que davam conta da utilização da rubrica “material de transporte” nas exportações de equipamento bélico. Tais informações constituíam óbices para a atuação do Itamaraty no apoio ao comércio, obrigando-o a repetidas manobras de desmentidos e evasivas. Ainda assim o MRE buscou ao menos receber a fatura devida pelo Iraque, envolvendo inclusive o Ministro Leônidas Pires Gonçalves que, em reunião agendada com o embaixador iraquiano procura equacionar a questão.

A maré de más notícias parecia cada vez mais alta e, no final do mês de março foi requerida, pela *Rontan Eletro Metalúrgica LTDA*, a falência da ENGESA em virtude dos sucessivos atrasos de pagamento. A notícia não poderia chegar em pior momento, não apenas para a fabricante de veículos, mas para a indústria militar em geral, produzindo rápida intervenção dos agentes oficiais de créditos e uma célere negociação entre a diretoria de ambas as empresas, que possibilitou contornar mais esse revés. De fato, em 29 de março de 1989, declaração publicada em veículos de grande circulação, assinada pelas companhias envolvidas na requisição falimentar, informa ao mercado que a ação de falência havia sido retirada em virtude de “desencontro de informações [e que] a ENGESA continua merecedora do crédito que sempre lhe foi dado”⁶¹⁷.

O desmentido oficial do pedido de falência estava dado, mas a credibilidade da ENGESA, já um tanto arranhada, sofreu mais um golpe, que a demissão de 750 funcionários da empresa, transcorridos exatos trinta dias da assinatura da nota conjunta com a *Rontan*,

⁶¹⁷ O Estado de São Paulo, quinta-feira, 30 de março de 1989, Caderno Atas e Editais, p. 33.

apenas fez aprofundar as desconfianças sobre a viabilidade da companhia. Reduzido seu quadro funcional a pouco mais de 30% de seu período mais produtivo, era muito pouco crível que os problemas enfrentados pela companhia de Whitaker Ribeiro fossem apenas uma instabilidade momentânea.

Contudo, ainda existia esperança – e publicidade, uma das grandes habilidades do presidente da ENGESA e, portanto, a luta pela sobrevivência da empresa ainda não estava encerrada; tampouco a disposição do MRE em apoiar a indústria brasileira. Tendo o Osório como a grande possibilidade de recuperação, notícia publicada no *Estado de São Paulo* divulgava que o “Tanque pode render até US\$ 7 bilhões”⁶¹⁸, e informava que:

A decisão do governo saudita de comprar do Brasil 318 tanques de batalha EE-T1 [Osório], no valor de US\$ 2,2 bilhões é o início de uma reação em cadeia que resultará, a curto prazo na venda de mais 440 unidades para outros dois países, o Kwait e os Emirados Árabes. Além disso, há a opção formal do Exército Saudita pela encomenda de um segundo lote, igual ao primeiro, em 1992. Com isso o volume total da operação chegará à casa dos US\$ 7,2 bilhões ao longo dos próximos três anos.

A notícia nos dá conta ainda que o “Alto Comando Kwaitiano está negociando paralelamente o fornecimento em separado de 100 a 150 blindados sobre roda EE-9 Cascavel e EE-11 Urutu”, ou seja, seria um negócio gigantesco, especialmente se considerarmos o momento vivido pela ENGESA. Ainda segundo a reportagem, as forças sauditas teriam optado por dividir o lote de compras de seus blindados, adquirindo os veículos norte-americano M1 Abrams e o Osório da ENGESA e, conforme indicava a matéria, para a conclusão da venda restavam apenas “pequenos detalhes, de caráter operacional, para a assinatura do contrato”, asseverando ainda que tal chancela seria realizada “em Riad, no prazo máximo de dez semanas.”

Esta reportagem do *Estadão* complementava notícias que vinham sendo veiculadas sobre a decisão da Arábia Saudita e promoveram pelo menos um efeito: as ações da ENGESA tiveram uma valorização superior a 90% em menos de uma semana – algo que nos deveria alertar sobre o real significado das valorizações no mercado de capitais; embora um contrato com tal valor, especialmente envolvendo compradores com reconhecida credibilidade e capacidade de solvência, impacte positivamente o *valuation* de uma companhia, é fundamental que ele se concretize; via de regra notícias não são contabilizadas nos resultados

⁶¹⁸ O Estado de São Paulo, terça-feira, 22 de agosto de 1989, Caderno Economia & Negócios, capa.

financeiros. Por outro lado, notícias podem alavancar uma firma e, disso, a ENGESA também precisava.

Mas é importante esclarecer que a matéria não era um artigo de ficção; otimista, talvez, mas baseada em fatos e pronunciamentos que permitiam antever uma possibilidade de êxito, pois, em tese, a compra dos blindados pela Arábia Saudita ainda não estava concluída, e caso a opção fosse por uma participação dos blindados brasileiros, não era tão difícil que outras vendas ocorressem, principalmente no Oriente Médio. O MRE estava engajado nesse processo, bem como os ministérios militares e, não menos importante, a diplomacia árabe não afastava a possibilidade de o negócio ser concluído em bases próximas ao divulgado pelo diário paulista.

De fato, o Itamaraty e o Ministério do Exército dedicaram esforços consideráveis para a viabilização da compra, com participação direta do próprio Ministro do Exército, do Secretário Geral do Itamaraty, Paulo Tarso de Lima e outras altas patentes e embaixadores com experiência em Oriente Médio, inclusive com a presença, em Riad, do chefe do Departamento de Oriente Próximo do MRE e de José Luiz Whitaker Ribeiro. Pelo que se pode depreender dos documentos enviados para a chancelaria brasileira, havia de fato a sensação de que os esforços poderiam chegar a bom termo.

Porém, como já dissemos, a negociação diplomática não era favorável ao Brasil; é preciso ter claro que este não era um negócio normal – na medida em que possamos considerar normal a negociação de armamentos. O Brasil enfrentava contenciosos com os EUA, que não pareciam caminhar para a normalização; além disso, não era de interesse para os norte-americanos que um país fora do circuito já estabelecido fornecesse equipamentos militares mais avançados numa região de tamanha importância geopolítica. O episódio não se encerraria sem hesitação, especialmente pelo lado saudita, tanto que o contrato de venda do Osório para a Arábia Saudita, previsto para no máximo dez semanas, ainda esperava por assinatura trinta e cinco semanas depois da matéria do Estadão e, como veremos adiante, ainda era motivo de especulação.

Mas, como já adiantamos, a “recessão” no mercado mundial de equipamentos militares, aliada a grande defasagem cambial e a crise econômica que afetavam o Brasil não atingiam apenas a ENGESA, embora esta fosse a que enfrentava maiores dificuldades, além de ser a de maior visibilidade; em momentos como esse é normal observarmos movimentos de fusões e aquisições, reestruturação organizacional além, é claro, de encerramento de atividades.

Assim, na mesma semana em que era comemorada a “decisão” árabe pela compra do *Osório*, um *fato relevante* era apresentado junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informando que a empresa *DFV Participações S/A*⁶¹⁹ adquirira 70% do capital votante da *Companhia Brasileira de Cartuchos* (CBC), permanecendo os 30% restantes das ações ordinárias em poder da IMBEL; a CBC obteria, em breve, o virtual monopólio da venda de munições no Brasil.

E, em 23 de agosto de 1989, portanto no dia seguinte da “confirmação” das vendas do *Osório* para a Arábia Saudita, foi anunciada a aquisição da *Engesa Eletrônica S/A* pela *Moddata S.A. Engenharia de Telecomunicações e Informática*, pelo valor de US\$ 32 milhões, quantia que, pelo que se especulava no mercado, era necessária para equilibrar as contas da ENGESA. Oficialmente, o *Grupo Engesa* alegava que a companhia alienada não contribuía para seu principal negócio e que a operação tinha o objetivo de concentrar esforços na produção de armamentos; por outro lado, para a Moddata - empresa criada em 1976 para atuar no ramo de telefonia e que em 1986 abriu seu capital para atuar no setor de informática - a aquisição representava além da obtenção de tecnologia, a *expertise* no mercado exportador que a ENGESA poderia fornecer.

É verdade que a denominada desverticalização entrava em pauta no cotidiano corporativo nos idos da década de 1980 e esta operação poderia ser enquadrada dentro das definições de *core competence* e *core business*, mas estamos falando de ENGESA, o que merece sempre um olhar mais cuidadoso. No ramo industrial de armamentos em que operava a empresa de Whitaker Ribeiro, cabem dois questionamentos: é lícito supor que uma divisão de eletrônica e tecnologia de informação não compunha uma competência fundamental de produção, indispensável para o sucesso do produto (tanto na produção de veículos quanto para os projetos em andamento na *Órbita*)? Além disso, considerando as possibilidades abertas pela “Lei de Reserva de Mercado da Informática” (em que pese seu previsto término para 1992) e levando em conta ainda o apetite do presidente da ENGESA por contratos governamentais, podemos supor que a venda da empresa seguia apenas considerações de ordem gerencial? A resposta precisa a estas questões demandaria um estudo específico, mas sugerem que apontaria antes para a necessidades de caixa que a um novo modelo de gestão do negócio.

⁶¹⁹ Apesar do acrônimo sugerir, a citada companhia não possui nenhuma relação com a DF Vasconcelos. A DFV Participações S/A era controlada da Arbi Participações S/A, posteriormente denominada Boulders Participações LTDA, empresas envolvidas em diversas operações nebulosas e que serão abordadas posteriormente nesta tese.

A hipótese de necessidade de caixa ganha força quando, poucos dias depois, em 7 de novembro daquele ano, novo *fato relevante* foi comunicado para a CVM, desta vez informando que a ENGESA e a *Engexco Exportadora S.A.* haviam concluído as negociações para a alienação da totalidade de sua participação no capital votante da *FNV – Veículos e Equipamentos S.A.* (a ENGESA e a *Engexco* possuíam pouco mais de 73% das ações ordinárias desta empresa); a compradora, sugestivamente, era a *Arab South America Investment Company Ltd* (Asaic, já citada nesta tese) e o valor da transação foi estipulado em NCz\$ 120.471.465,60 (aproximadamente US\$ 22 milhões), alienação esta que, segundo os cálculos da diretoria da ENGESA, significaria um lucro contábil da ordem de NCz\$ 30 milhões (em torno de US\$ 5,5 milhões).

Também neste caso podemos elencar os mesmos questionamentos apostos na venda da *Engesa Eletrônica*, talvez até com mais ênfase, uma vez que a FNV poderia ser ainda mais importante nos projetos em curso da ENGESA; por outro lado, a aquisição pelo grupo árabe pode sugerir que a negociação em torno do *Osório* caminhava favoravelmente para a empresa brasileira de blindados, e tal operação colocaria os dois países envolvidos na futura produção de armamentos projetados nas instalações de São José dos Campos e Barueri.

Ainda assim, o prazo de dez semanas para a concretização da venda do MBT brasileiro passava e, mais uma vez, a urgente necessidade de caixa da ENGESA, que naquela altura era de mais de US\$ 190 milhões (dívidas financeiras, sem contar a rubrica fornecedores e outras), parece constituir a melhor justificativa para a operação. Vale ressaltar que, deste valor, cerca de US\$ 30 milhões correspondiam a financiamento contraído junto ao BNDES, instituição com a qual a ENGESA estava inadimplente desde janeiro de 1987, mas cujo débito estava congelado até 31 de dezembro de 1989 em virtude do compromisso de pagamento assumido quando do recebimento das primeiras parcelas da venda do *Osório* para a Arábia Saudita; os restantes US\$ 160 milhões correspondiam a dívidas contraídas com a rede bancária em geral.

Com essas movimentações no setor industrial militar, chegava ao fim o ano de 1989. O último ano da década seria inaugurado por uma nova administração federal – e pelas derradeiras ações no acalentado projeto de edificar um pujante parque industrial-militar brasileiro. Vamos a ele, começando, mais uma vez, pela mensagem presidencial ao parlamento.

6.4 – Transição em transe.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1990, com 361 páginas e enviada em 15 de fevereiro, última de José Sarney, apresenta-se com nuances de desolada resignação. Hostilizado por praticamente a totalidade da população, politicamente isolado e sem resultados materiais positivos para exhibir, o presidente da redemocratização refugia-se neste mesmo processo – que, de fato, aconteceria independente de sua vontade – para apresentar sua maior conquista. Discorreu longamente sobre as eleições que garantiu, as liberdades de organização política e sindical, o processo constituinte e as eleições realizadas durante sua gestão, declarando ainda que dera início a um novo tempo, em que “os trabalhadores organizam-se e têm liberdade para reivindicar de maneira firme. Deflagraram-se mais de dez mil greves (...)” e assegurando que “os dissídios nunca mais serão caso de polícia”, afirmava ainda que não ocorrera “nenhuma prontidão militar, nenhum ruído quanto a hierarquia e a disciplina. Nenhuma manifestação terrorista conspiratória. Nenhuma violência.”⁶²⁰. Talvez o presidente do Pacto Social tenha se esquecido da invasão à Companhia Siderúrgica de Volta Redonda, tomada de assalto por tropas do Exército durante a ocupação grevista (greve que, por sinal, tinha o objetivo de incorporar a jornada de trabalho definida na Constituição de 1988 e a reposição de perdas salariais do Plano Bresser – ambas *realizações* de Sarney) e, em singular amnésia, tenha omitido a explosão do monumento aos operários mortos na referida ação militar⁶²¹. O agora autoproclamado paladino das liberdades e da democracia, José Ribamar Sarney, um dos condestáveis da ditadura militar de 64, aparentemente não tinha esquecido os seus métodos.

Quanto aos seus fracassos, o presidente imputava-os, antes de tudo, a traidores e oportunistas que aproveitaram os bons momentos por ele proporcionados, mas recusaram apoio nas horas críticas. Para o novo tempo que se abria, ele apresentava a nova esperança do Brasil, a posse do presidente eleito em 1989: Fernando Collor, sobre quem falaremos a seguir.

⁶²⁰ Mensagem ao Congresso Nacional de 1990, introdução, pp. XIII-XIV.

⁶²¹ A ocupação pelos operários em greve ocorreu em 7 de novembro de 1988, pouco mais de um mês da promulgação da Constituição e, em 9 de novembro, tropas da 1ª Brigada Motorizada, da Polícia do Exército e do Choque da PM do Rio de Janeiro invadiram a Siderúrgica, com a morte de três trabalhadores e dezenas de feridos. Além da ação na empresa, também foi dispersada pelas forças militares ato pró grevistas no centro de Volta Redonda; o monumento citado foi projetado por Oscar Niemeyer na comemoração de 1º de Maio de 1989 que, na madrugada do dia 2 foi parcialmente destruída com explosivos, atentado ainda não completamente esclarecido.

6.5 - Com apenas um tiro: Fernando Collor e o liberalismo das oligarquias.

O jornalista e economista Fernando Affonso Collor de Mello, filho de tradicional família de políticos, cuja base eleitoral era o estado de Alagoas, proprietária de meios de comunicação – inclusive retransmissão da TV Globo – iniciou sua carreira política precocemente, boa parte dela enquanto filiado do Partido Democrático Social (PDS, legenda vinculada aos integrantes e apoiadores do regime militar), razão pela qual o ex-governador Leonel Brizola nominá-lo como “filhote da ditadura”. Primeiro presidente eleito pelo voto popular direto depois do regime militar de 1964, Fernando Collor de Mello, que se apresentou durante a campanha presidencial como um candidato “moderno”, livre dos vícios da política brasileira e, por sua juventude, o único candidato com força, coragem e vigor para encarar e vencer os obstáculos enfrentados pelo país; assume seu mandato tendo como prioridade o combate à inflação, aos privilégios, à corrupção e à má administração. Segundo seu próprio discurso, a proposta era fazer um governo voltado para os “sem camisa e sem sapato”, conectando, assim, o enfrentamento e a superação das adversidades anteriormente aludidas ao equacionamento dos graves problemas sociais “endêmicos” do Brasil.

A eleição e a posse de Fernando Collor (Itamar Franco, vice-presidente que assumirá a Presidência após o afastamento do presidente eleito, será considerado nesta tese dentro do período Collor) coincidem com o momento de grave crise dos países socialistas, com a “Queda do Muro de Berlim” simbolizando o iminente fim do Bloco Soviético e das propostas de inspiração marxista em geral; um momento de refluxo da esquerda. Nesse sentido, a “modernidade” do jovem presidente eleito dialogava diretamente com estes eventos, conduzindo ao alinhamento com postulados contrários ao “estatismo” (no discurso do candidato Fernando Collor era necessário “lancetar o Estado” pois “a origem da crise brasileira, maior crise da História da República, é o Estado”), favoráveis a “globalização” e apóstolo da livre empresa e do livre mercado como dogma de salvação, um movimento que se tornou conhecido como neoliberalismo.

Como veremos, o liberalismo de Collor foi um tanto matizado. Diga-se de passagem, este presidente nunca deixou evidente ou declarada sua filiação a esta corrente do pensamento econômico, mesmo porque sua proposta era de Reconstrução Nacional (nome dado ao partido pelo qual lançou sua candidatura), sugerindo reformas estruturais no Estado e intervenções na economia e na sociedade, sem renunciar ao crescimento econômico. Definir a linha de pensamento de Collor é algo impossível, talvez até mesmo para o próprio.

Ingressando na Administração Collor, temos como primeiro grande ato de governo o confisco/congelamento de ativos financeiros, no bojo do que ficou conhecido como Plano Collor (Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, posteriormente Plano Collor I). A retenção de ativos e, grosso modo, estabelecia um valor monetário fixo com disponibilidade imediata dos saldos de depósitos à vista e cadernetas de poupança e, para os demais ativos financeiros e aplicações, permitia o saque equivalente a 20% do saldo. A estratégia de redução drástica da liquidez para combater a inflação durou poucos meses; ainda em 1990 a taxa de inflação retornaria aos dois dígitos mensais. De fato, o que se produziu foi uma redução da base monetária, sem conter a expansão da moeda, estratégia que, segundo alguns críticos, tornava inócua a medida adotada.

Neste momento, duas outras iniciativas devem ser destacadas: uma por apresentar uma proposta de política pública para o desenvolvimento, e, a outra, pelas consequências duradouras que ensejaria. A primeira delas é a portaria que estabeleceu as “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior” (portaria MEFP nº 365, de junho de 1990), expedida pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (ocupado pela professora Zélia Cardoso de Mello, que, ao início da gestão, recebera o epíteto de “Czarina da economia”).

Conhecida como PICE, tal projeto pretendia ampliar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira. De notar que a referida portaria anunciava que a ação governamental e a intervenção regulatória seriam norteadas de forma “**substancialmente diferentes daquelas vigentes ao longo do processo de substituição de importações**” e propunha ainda o afastamento da função central do Estado, transferindo para a iniciativa privada e, num segundo momento, ao capital estrangeiro, a formação de poupança para investimentos. Não devemos nos aprofundar nas minúcias das Diretrizes propostas, mas é possível antecipar que o PICE não produziu efeitos significativos, ao menos nos termos postos pelo governo. Outra iniciativa provocou resultados mais duradouros – sequelas, para alguns -, que abordaremos a seguir.

O Programa Nacional de Desestatização (eufemismo para privatização), criado pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, está, em certa medida, coerente com a Política Industrial citada no parágrafo anterior, na medida em que esperava “reordenar a posição estratégica do Estado na economia” e “contribuir para a modernização do parque industrial do País” (grifo nosso), além de concorrer para a redução da dívida pública. Associar privatização e modernização não nos parece acidental, e tal associação seria ainda mobilizada por um

período que ultrapassou a gestão Collor de Mello. Ainda que não completamente (no período Collor-Itamar Franco foram privatizadas 33 empresas federais), o programa de privatizações avançou consideravelmente no Brasil; as alienações de empresas públicas não contribuíram substancialmente para reduzir a dívida pública, mas afetaram profundamente o ambiente de negócios no país. Lembramos aqui que o destino da EMBRAER foi selado a partir das considerações deste “outro PND”.

Modernidade subordinada.

A gestão de Fernando Collor de Mello em Política Externa foi, como de resto em sua breve permanência na Presidência da República, marcada por atos de autopromoção, grande encenação e arroubos de soberba. Pela impressão deixada, podemos imaginar que pretendia estabelecer uma Diplomacia Presidencial, que intitulou “Autonomia pela Modernização”. Disposto a demonstrar seu dinamismo e “modernidade”, o ex-governador de Alagoas empreendeu, ainda antes da posse, frenética viagem ao exterior, visitando 12 países na qualidade de primeiro presidente eleito após o regime militar e disposto a enterrar definitivamente o mesmo.

O mundo vivia o clima do “Fim da História”, com a queda do Muro de Berlim e a aparente vitória do modelo democrático-liberal inspirado em Reagan, Bush e Thatcher. O fenômeno conhecido como “globalização” parecia oferecer o vestuário perfeito para o jovem político alagoano, elevado a personagem central da vida política brasileira, que pautaria sua proposta de ação internacional no trinômio inserção competitiva, reestruturação econômica e política ambiental. Também nesse âmbito, Collor demonstraria uma incrível habilidade para demolir, infelizmente acompanhada de completa inépcia para edificar.

Apesar da curta duração de seu mandato, podemos verificar ao menos quatro estágios na Política Externa de Collor. Não pretendemos explorar em minúcias tais fases, mas, logo no início, é perceptível uma tentativa de aproximação com os EUA, um americanismo matizado. Assim, uma das primeiras demonstrações da “modernidade collorida”, que servia ao mesmo tempo para marcar a ruptura com o período dos militares e acenar para a “nova era das relações internacionais” foi o episódio de “enterrar” o poço da Serra do Cachimbo, supostamente local de testes nucleares das Forças Armadas Brasileiras. Propagandeado como ato de mudança – o diário O Estado de São Paulo anunciou, em manchete: “Collor enterra

construção de bomba”⁶²² – a cena protagonizada pelo moderno presidente apenas dava continuidade lógica ao processo iniciado no governo Sarney, mas também serve para apontar o afastamento do Estado no desenvolvimento tecnológico e, de supor, do investimento estatal em setores estratégicos.

Da mesma forma, o avanço na criação do MERCOSUL, previsto para 1998 e antecipado em acordo celebrado entre Collor e Menem, também denota uma continuidade, simples ratificação de gestões anteriores. Igualmente, a recusa em participar militarmente da Primeira Guerra do Golfo aponta para mais um continuísmo de sua gestão, mais uma prova de que seu americanismo não conseguia impor-se a uma estratégia já antiga de apoiar sem participar de envolvimento bélicos, embora, nesse caso, a neutralidade estivesse também relacionada a tentativa de receber débitos iraquianos. Talvez o momento mais alvissareiro para o presidente brasileiro tenha sido a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (apelidada de Rio-92 e Eco-92), em que ao menos um dos três pontos-chaves de sua Política Externa teve repercussão internacional, ainda que de poucos resultados concretos para o Brasil. De toda forma, Collor teria poucos meses para celebrar tal conquista.

O sucessor de Fernando Collor, o mineiro Itamar Franco, não será objeto de estudo especial nessa tese, apenas nas poucas intervenções que se façam necessárias para ilustrar algum fato relevante, uma vez que o ponto final cronológico desta tese coincide com o primeiro ano do curto mandato de Itamar, lembrando, contudo, que a privatização da EMBRAER teve participação direta deste último presidente citado.

A eficiência do desmanche.

A nova gestão da República prometia, como já dissemos, rigor com os gastos do governo, com a corrupção e com os “apadrinhamentos” públicos e privados, prometendo ainda o zelo com a eficiência na economia, num discurso que se aproximava de outros proferidos na História do Brasil, antes e depois dos tempos de Collor... Por vezes parece que temos, no país, surtos de moralidade em roupagens liberais...

A eficiência proclamada teve, basicamente, o viés das privatizações e dissoluções de estatais, como a PROLOGO S/A (subsidiária da IMBEL), cujo processo de dissolução “por

⁶²² Jornal O Estado de São Paulo, quinta-feira, 20 de setembro de 1990, caderno Nacional, p.20.

tratar-se de empresa deficitária”⁶²³ foi iniciada ainda no ano inaugural do governo Collor, bem como o encaminhamento de outras alienações de empresas e patrimônio público, como a CELMA e a EMBRAER, que serão abordadas adiante. Em geral tais decisões foram baseadas em critérios exclusivamente financeiros e, usualmente, não foram muito rigorosas quanto ao retorno que deveria ser proporcionado no processo de desestatização. O importante era “diminuir o tamanho do Estado”, para o bem do povo brasileiro; aparentemente, mais uma regularidade de nossa História.

O ano, como seria de esperar, não contou com nenhum grande evento no setor de defesa, e foi marcado, basicamente, por uma luta pela sobrevivência, com as instalações produzindo cada vez menos; a rigor, foram concluídas algumas ações, como a entrega do último lote de helicópteros para o Batalhão de Aviação do Exército e oito aeronaves AMX, também já destinadas. A IMBEL e outras empresas igualmente concluíram suas encomendas, quase todas relativas ao mercado nacional, e reduziram sua produção para o atendimento cotidiano.

A EMBRAER apresentou uma realização, mas vinculada ao segmento de aviação civil: o primeiro voo do protótipo do *CBA-123 Vector*, em 18 de julho de 1990. Lançado com razoável repercussão de mídia (esta primeira decolagem foi acompanhada pelo presidentes Fernando Collor e Carlos Saúl Menem Akil, da Argentina) e, segundo as informações divulgadas, já existiam mais de cento e cinquenta pedidos da aeronave. Abordaremos mais tal projeto em momento oportuno, mas podemos adiantar que o *Vector* não conseguiu sucesso comercial e foi cancelado; curiosamente, a euforia inicial com o moderno avião foi apresentado ao mundo no mesmo ano em que o Presidente do Brasil iniciava sua gestão e foi cancelado em 1992, igualmente ano em que a gestão Collor foi “cancelada”.

Já as demandas do setor de defesa e segurança não pareciam estar, ao menos publicamente, no radar do novo presidente, o que não significa que foram completamente ignoradas. De fato, os últimos episódios dessa aventura ainda seriam encenados, e passariam ainda pelo MRE e por um SNI “repaginado”. Vamos ao último ato de nossa narrativa.

⁶²³ Mensagem ao Congresso Nacional, 1991, p. 92.

Um novo SNI.

Através da Medida-Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, foi instituída a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)⁶²⁴, regulamentada pelo Decreto nº 99.373, de 4 de julho de 1990. A SAE foi concebida com a finalidade de exercer a Secretaria-Executiva do Conselho de Governo e teve, como principal função, atuar como uma substituta do Serviço Nacional de Informações (SNI), que àquela altura já era uma sigla desgastada e, em certa medida, representante do “velho” que deveria ser extirpado no governo Fernando Collor. A Secretaria, vinculada diretamente ao Presidente da República, assumiria amplas funções, inclusive a elaboração de políticas públicas, na definição de estratégias de desenvolvimento e de defesa nacional; entre suas atividades figurava ainda a coordenação, formulação e supervisão da Política Nacional de Energia Nuclear, a Agência Espacial Brasileira e, em substituição ao Conselho de Segurança Nacional, a condução da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (a PNEMEM e seus procedimentos burocráticos, na prática, não sofreram grandes alterações, ainda que a SAE, naquele momento, não fosse muito influenciada pelo estamento militar).

A Secretaria deveria ter um papel central no projeto de reformulação do Estado proposto pela Presidência da República e, esperava-se, atuar em conjunto com o Ministério da Economia no sentido de promover as reformas que colocariam o Brasil no rumo da modernidade. Os elementos disponíveis nos permitem sustentar que, ao menos no que diz respeito ao nosso interesse específico, não existiu a sintonia necessária entre a SAE e a equipe econômica, o que teremos oportunidade de constatar adiante; também podemos afirmar que a Secretaria de Assuntos Estratégicos não logrou êxito na maior parte de suas atribuições, por motivos que, todavia, não serão alvo deste estudo. Mas algo deve ser dito em benefício da SAE: ela teve, ao menos em minha opinião, o mérito de retirar das Forças Armadas o protagonismo, ainda que formal, na definição da estratégia de segurança e defesa nacional; podemos considerar que foi uma tentativa de trazer ao âmbito civil os temas que eram, em passado ainda bastante próximo, quase exclusivamente decididos em âmbito militar.

⁶²⁴ O titular nomeado para a Secretaria de Assuntos Estratégicos foi Pedro Paulo Leoni Ramos, economista e consultor de concessão de serviços públicos. Oriundo de uma família com fortes vínculos com o setor cultural, foi um dos “personagens símbolo” vinculados ao projeto “modernizador” de Fernando Collor.

6.6 – A estratégia e os efeitos de um novo modelo.

Os efeitos do *Plano Collor* sobre o emprego industrial foram quase imediatos, gerando uma série de demissões, uma vez que o enxugamento da liquidez (com o congelamento de ativos) provocou o cancelamento de encomendas no atacado e a postergação de novas compras no varejo; esta situação não poderia deixar de afetar o setor de material bélico. Assim, no dia 20 de março de 1990 a ENGESA demitiu 500 funcionários de sua fábrica em São José dos Campos, correspondente a quase 50% do quadro remanescente da companhia, alegando que a falta de recursos de crédito, aliado ao impasse nas negociações com a Arábia Saudita, impossibilitavam a manutenção da folha de pagamento no patamar em que se encontrava.

Mas a notícia mais preocupante, para aqueles que se interessavam pelo negócio da ENGESA, viria no dia seguinte ao anúncio das demissões. Em 21 de março de 1990 a empresa comunicou à Bolsa de Valores de São Paulo que havia requerido um pedido de *concordata preventiva*, protocolada junto ao Fórum de Barueri (sede da companhia). Tal comunicado suscitou a reação da própria Presidência da República, que solicitou imediata avaliação da questão junto a Secretaria de Assuntos Estratégicos, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores. Coube ao Itamaraty o encaminhamento do caso, que, em comunicação para o Presidente da República, externa a importância de procurar uma solução que contemplasse a sobrevivência da empresa. Pondera o chanceler Francisco Rezek⁶²⁵:

Refiro-me os entendimentos que, por determinação de Vossa Excelência, vêm sendo mantidos por este Ministério e a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, em coordenação com outros órgãos governamentais, a fim de avaliar a repercussão, nos planos político, econômico e comercial da recente decisão da ENGESA, de solicitar concordata, assim como propor as medidas que se mostrar conveniente e oportuno adotar, com vistas a assegurar à empresa a possibilidade de equacionar seus problemas atuais de caixa.

Do ponto de vista do Itamaraty, levando em conta o interesse estratégico da ENGESA, dado seu grau de envolvimento em fornecimento de material de emprego militar a uma série de países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, caberia assinalar, de antemão, que o não cumprimento desses compromissos poderia ter sérias repercussões negativas em nossas relações comerciais e na imagem exportadora do país e, em alguns casos, implicar até mesmo a necessidade de gestões em alto nível político.

⁶²⁵ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informação para o Presidente da República (DPG, 082), secreto. Índice: exportação de material de emprego militar. Situação da ENGESA, 16 de abril de 1990.

O trecho de abertura da análise proposta pelo Chanceler ao Presidente da República não deixa dúvidas sobre o encaminhamento considerado mais adequado pelo MRE, órgão que capitanearia os esforços daqueles que consideravam indispensável a manutenção das atividades da ENGESA. Na verdade, o escopo era muito mais abrangente que o salvamento da produtora de blindados, mas esta constituía, em virtude de sua visibilidade e da própria demanda presidencial, um excelente argumento para a promoção da indústria militar como um todo. Mas voltemos ao documento.

Asseverando que o quadro em que se encontrava a questão, especialmente os esforços que estavam empreendendo para a conclusão do contrato de venda do *Osório*, que deveria repercutir “positivamente na saúde financeira da ENGESA” a chancelaria lembra ao Presidente os demais contratos de exportação da empresa, destacando que alguns já estavam assinados “com respaldo do Tesouro Nacional e outros em fase de negociação, para os quais esse respaldo também será requerido.” (grifo nosso). A menção ao Tesouro Nacional já anunciava que seria necessário suporte financeiro para atingir os objetivos propostos, mas que os benefícios seriam compensatórios para além do aspecto comercial e financeiro.

Os contratos já assinados pela ENGESA não eram desprezíveis, e a chancelaria deixaria expresso os mais relevantes. O primeiro digno de menção foi o fornecimento, para a Venezuela, de 578 viaturas e expressiva quantidade de munição no montante de US\$ 75 milhões, “autorizados pelo sistema PNEMEM e que contaram com financiamento da extinta CACEX”, (financiamento este que foi negado quando da reformulação do pedido em 1988, mas que continuava pendente de definição) lembrando que a ENGESA já recebera cerca de US\$ 12 milhões (*down payment*) e que tal operação estava amparada por *performance bonds* e *refundment bonds*⁶²⁶, emitidas com a garantia do Tesouro Nacional e, caso o negócio não pudesse ser levado a termo o Tesouro Nacional teria, de qualquer forma, que honrar os compromissos e, assim, seria pouco racional não apoiar a conclusão da venda. Nesse sentido, Rezek destaca que seria imperativo “assegurar o financiamento do Banco do Brasil para a operação” para que fosse mantido “o perfeito entendimento ora existente com as Forças Armadas Venezuelanas.”.

O outro contrato merecedor de apreço foi o celebrado com o governo de Angola, para quem a ENGESA já havia exportado veículos no valor de US\$ 130 milhões, restando ainda o fornecimento de “63 caminhões, 6 Urutus e peças de reposição no valor de US\$ 10.338.650,00, cobertos por convênio de crédito recíproco que expira em maio de 1990 e

⁶²⁶ Para *Dow Payment*, *performance bonds* e *refundment bonds*, ver glossário.

depende de renovação”, e que seria, portanto, “importante que o Banco do Brasil assegurasse a extensão dos prazos e a consequente renovação de crédito com Angola, o que viabilizaria as citadas exportações pendentes.”. O terceiro país elencado por Francisco Rezek em seu arrazoado inicial foi a Jordânia, com o qual a ENGESA (através de sua subsidiária Engexco) havia firmado dois contratos de exportação no valor aproximado de US\$ 41 milhões para o fornecimento de 82 veículos Urutu, 500 EE-12 (o *jipe* militar da ENGESA) e peças de reposição.

Como estes contratos foram estabelecidos ao abrigo do Convênio de Crédito Brasil-Jordânia, que havia expirado em outubro de 1989, sem que a referida transação fosse inteiramente executada, a ENGESA não foi autorizada a embarcar o saldo remanescente de 264 veículos EE-12. Lembrando que a empresa paulista já havia recebido cerca de US\$ 3.300.000,00 a título de *down payment*, Rezek informa que “as autoridades militares jordanianas têm manifestado à Embaixada do Brasil em Amã a urgência de uma decisão sobre a renovação do Convênio de Crédito que viabilize a entrega dentro dos contratos firmados.”. Acrescenta ainda o chanceler brasileiro:

Vale assinalar que os efeitos negativos do inadimplemento da ENGESA, em relação aos três países acima citados, estariam inibindo a decisão de outros governos de confirmar suas encomendas. Assim sendo, [é fundamental] uma solução favorável das autoridades financeiras brasileiras em relação aos créditos pendentes àqueles fornecimentos, que sem dúvida contribuiria para aliviar os problemas financeiros da ENGESA e [viabilizaria] novos contratos. (grifo nosso).

É importante observar os três países selecionados pelo MRE como exemplos para o presidente: um país sul-americano, um africano e um do Oriente Médio, estabelecendo uma composição geográfica que representava os principais mercados consumidores das indústrias de material militar do Brasil e que também compunham importantes regiões para a Política Externa Brasileira. Porém, o mais importante no relatório enviado ao Presidente da República, era fortalecer o argumento da necessidade de apoio financeiro para a ENGESA e, nesse sentido, Francisco Rezek reforça a relevância do aspecto comercial do pleito “de modo particular, em relação aos seguintes mercados”:

- **Equador:** contrato para fornecimento de um veículo oficina, peças de reposição e equipamentos no valor de US\$ 1.876.373,00, dos quais US\$ 1.074.000,00 em *down payment*;
- **Líbia:** veículos blindados leves, peças de reposição, canhões e munição no valor total de US\$ 71.432.426,00;

- **Malásia:** munição no valor de US\$ 3.860.000,00, cujo primeiro lote de US\$ 980.000,00, pronto para embarque, não dispõe de fundos para o frete e o saldo de US\$ 2.800.000,00 tem a entrega programada até 30/06/90 (grifo nosso);
- **Peru:** interesse manifestado na compra de blindados leves Jararaca, Cascavel e Urutu, “jeeps” e caminhões militares no valor aproximado de US\$ 50 milhões;
- **Zimbábue:** interesse em ampliar as aquisições já efetuadas de blindados Urutu, armamento e munição, as quais somaram US\$ 42 milhões e que poderiam agora alcançar a cifra de US\$ 70 milhões, para pagamento à vista e contra entrega.

Porém, todos os negócios – ou possibilidades de negócios – apresentados seriam apenas a introdução para operações consideradas pelo MRE (e, por conexão, pela SAE) como as mais importantes. Segundo informou o chanceler brasileiro, das possibilidades existentes:

o contrato mais importante, que estaria sendo obstaculizado pela instabilidade financeira da ENGESA, diz respeito ao Kuaite [sic], com cujo governo a empresa finalizou, em junho de 1989, as negociações para o contrato de venda de blindados Cascavel e Jararaca, no valor de US\$ 229 milhões.

Esta passagem merece algumas observações, uma vez que indica que “o contrato mais importante” era o relativo a negociação de veículos de combate com o Kuwait. Não obstante o montante individual estimado, superior em relação aos demais listados anteriormente, este talvez não fosse o principal interesse nesta operação em particular. De um lado, seria a primeira venda significativa do *Jararaca*, veículo que apesar de já “pronto” para uso, ainda não lograra cativar clientes e o fornecimento para aquele emirado do Golfo Pérsico seria uma excelente vitrine para este carro de combate.

Mas, além do interesse imediato da ENGESA – a primeira venda de um novo produto e, adicionalmente, uma bem-vinda entrada de caixa – existia também o interesse do MRE no êxito desta negociação. Do ponto de vista da Promoção Comercial do Itamaraty o Kuwait era um excelente parceiro potencial, que, apesar do estabelecimento de relações diplomáticas desde 1968, e da existência de missão diplomática e Acordo de Cooperação desde 1975, ainda não havia estabelecido relações bilaterais significativas (relações estas que se intensificaram, de fato, a partir de meados da década de 90). E o fornecimento de material militar poderia, mais uma vez, estabelecer a “cabeça de ponte” para outras operações brasileiras naquele emirado. Contudo, segundo a percepção do Itamaraty, o contrato não chegou a ser assinado porque:

o governo kuaitiano recebeu informações conclusivas de sua Embaixada em Brasília, a respeito da debilidade financeira da ENGESA. Desde então, o Kuaite [sic] começou a buscar alternativas para os fornecimentos brasileiros, junto à Suíça e à Áustria, havendo fabricantes concorrentes destes países sido convidados a participar de testes em junho de 1990.

Na tentativa de evitar o fracasso das negociações, o MRE convidou o Primeiro-Ministro do Kuwait para uma visita ao Brasil, ocasião que, esperava-se, poderiam oferecer garantias sólidas do cumprimento do acordado com a ENGESA. Ainda que oficialmente aceito, não foi “honrado” no prazo esperado pelo Itamaraty. A visita de uma autoridade daquele emirado ainda demoraria dois anos e, na questão em tela, o Kuwait tinha pressa. Em breve tal pressa teria sua razão de ser, como a invasão do território kuwaitiano pelo Iraque deixaria claro. Retornemos ao relatório.

O Itamaraty sabia que o calcanhar de Aquiles da indústria bélica brasileira em geral (e da ENGESA em particular) era o baixo rigor administrativo e financeiro, as constantes solicitações de socorro governamental e os atrasos no cumprimento dos contratos. A imagem, não totalmente equivocada, de empresas indiferentes ao risco e pouco preocupadas com o rigor e a devida cautela na tomada de decisões, pois, rezava o senso comum, sempre poderiam contar com a mão salvadora do Estado, facilitava muito o trabalho dos que preferiam ver a Administração fora desses negócios. Antecipando a recorrência de tais argumentos, o informe da chancelaria adverte a Presidência da República que:

Em qualquer hipótese, seria importante assegurar que todas as medidas a serem adotadas pelo Governo brasileiro – quer as de caráter conjuntural, com o objetivo de circunscrever as presentes dificuldades da ENGESA à situação de empresa concordatária e viabilizar-lhe as entregas já contratadas, quer de médio e longo prazos, com vistas a garantir a credibilidade da indústria bélica nacional – tenham por contrapartida o fiel atendimento das encomendas negociadas, no que respeita a qualidade, quantidades e prazos. Seria, portanto, aconselhável prever instrumentos de controle e fiscalização capazes de permitir o acompanhamento das atividades da empresa voltada ao cumprimento dos compromissos assumidos. (grifo nosso).

Esta passagem do documento deixa claro que, do ponto de vista do MRE, a indústria bélica nacional deveria receber suporte de curto, médio e longo prazos que garantissem sua viabilidade e credibilidade, mas que tal suporte deveria ser conduzido de modo diverso do que fora até então. Com esta abordagem o Chanceler reconhece os problemas e indica que medidas deveriam ser tomadas, evitando uma possível vinculação explícita com as empresas do setor e, ao mesmo tempo, preservava o rigor e cautela que deveriam cercar a operação que

se pretendia iniciar, uma vez que o alcance das medidas propostas poderia repercutir além da mera questão comercial.

Antes de prosseguirmos, devemos anotar que qualquer ação de Estado na arena externa deve ser sempre muito bem calculada e, em se tratando de exportação de material bélico, tais cuidados merecem ainda mais atenção. Em primeiro lugar, por óbvio, é esperado que exista uma confiança por parte do país adquirente de que seu contraparte não interponha obstáculos à continuidade do fornecimento; porém, no caso aqui em pauta, o apoio financeiro governamental, que não teria como ser oculto, bem como as gestões de suporte do Itamaraty, envolvendo inclusive as legações brasileiras no exterior, suscitariam um grau de comprometimento político em relação aos governos estrangeiros que, na eventualidade de um rompimento ou interrupção de contrato, poderia gerar graves consequências inclusive no campo diplomático.

Não resta dúvida que os citados problemas envolvendo a ENGESA (e o setor de material militar) compunham uma situação delicada, mas que deveria ser enfrentada em virtude dos ganhos imediatos e potenciais para o país. Assim, formulando seu parecer e já indicando de onde partiriam os principais obstáculos ao equacionamento do problema, Francisco Rezek afirmou que:

À luz do exposto, quero crer, Senhor Presidente, que a ação das autoridades financeiras brasileiras, com vistas a assegurar os créditos à exportações previstas para a Venezuela, Angola e Jordânia, em muito contribuiriam para obviar as presentes dificuldades por que passa a ENGESA, permitindo-lhe um fluxo de caixa imediato, o qual não deixaria também de constituir-se num apoio financeiro indireto, que traduziria o respaldo do Governo brasileiro às nossas exportações de material de emprego militar aos referidos países. (grifos nossos).

Em um único e contínuo movimento, numa peça de retórica ao mesmo tempo sutil e incisiva, a Chancelaria brasileira golpeava seus oponentes na burocracia palaciana e definia a postura que o governo brasileiro deveria assumir sobre o tema: enquadrar a área econômica e mostrar ao mundo que defenderia nossas posições no mercado mundial de material militar. E, num deslocamento de esmerada sagacidade, afastando-se da polarização negativa com seus vizinhos de Esplanada, acena com os positivos ganhos advindos de uma bem planejada ação no cenário exposto:

Tal atitude, por outro lado, certamente ganharia repercussão junto a outros governos, clientes potenciais da nossa indústria de MEM, cujas prováveis

encomendas viriam adicionar substancial fluxo de caixa às carências atuais das principais empresas do setor.

Podemos observar que o excerto acima desloca da ENGESA para o conjunto do setor de produção de material militar os benefícios de uma sólida gestão governamental em apoio ao segmento bélico. E, encaminhando para a conclusão de seu relatório, pondera o Ministro das Relações Exteriores:

Este argumento aplicar-se-ia, de modo particular e imediato, à Arábia Saudita e ao Kuaite, cujos contratos negociados, especialmente o primeiro deles, por seu porte e alcance, seriam capazes de produzir alteração substancial no quadro financeiro da ENGESA. De acordo com informações colhidas pelas Missões Diplomáticas do Brasil em Riade e no Kuaite, trata-se de governos particularmente sensíveis ao fato de seus fornecedores de MEM serem empresas que possam eventualmente contar com o respaldo do governo de seus países.

Como já dissemos, especialmente quando do fornecimento de material militar, espera-se um bom relacionamento entre os países e do fornecedor com seu governo e, quando o cliente é do Oriente Médio essa questão é ainda mais relevante. Mas, além do fortalecimento do setor, o que o Itamaraty procurava demonstrar era a importância que o país – e por extensão seu presidente – poderia adquirir junto a parceiros externos e, nesse sentido, expressa que os mesmos argumentos aplicáveis aos dois países árabes seriam aplicáveis a todos os demais citados no relatório, afirmando que, segundo altas autoridades militares venezuelanas “o Governo brasileiro passou a ser, a seus olhos, o protagonista mais importante na operação com as Forças Armadas do seu país.”. Altos mandatários, em geral, nutrem especial apreço por protagonismo; no caso do presidente Collor tal distinção, esperava-se, seria ainda mais estimada.

Encerrando o relatório, Francisco Rezek expressa seu parecer sobre o caso:

Cito, finalmente, que a concordata da ENGESA ocorre em um momento em que a empresa vinha tentando consolidar sua posição em outros mercados, como o angolano, onde enfrentou acirrada concorrência dos países do Leste e, dentre os europeus ocidentais, com a Espanha. Estes fabricantes (...) procurarão utilizar-se de todos os argumentos com o objetivo de minar os fornecimentos brasileiros. Uma decisão favorável das autoridades brasileiras, em apoio das exportações previstas (...) constituir-se-ia, portanto, em medida salutar, com vistas a prevenir a perda de mercados tão dificilmente conquistados. (grifo nosso).

O chanceler brasileiro perceberia, meses mais tarde, que nem todas as “autoridades brasileiras”, especialmente as vinculadas ao setor econômico e financeiro, compartilhavam de sua avaliação sobre a importância de manutenção da indústria bélica brasileira e seus arduamente conquistados mercados, como veremos muito em breve.

Enquanto o grupo de trabalho liderados pela dupla MRE/SAE cuidava das questões envolvendo a ENGESA e a indústria bélica brasileira, o chanceler Francisco Rezek empreendeu viagem a Washington, em missão oficial, entre os dias 10 e 11 de maio. A relação entre Brasil e Estados Unidos nos anos finais da década de oitenta fora relativamente tensa, num quadro em que o diálogo tornou-se difícil e portanto, *muitas arestas precisavam ser aparadas*; propriedade intelectual, TNP e dívida externa, compunham os pontos mais conhecidos dos “contenciosos” entre os dois países, mas neste encontro o secretário de estado norte-americano James Baker III deixa claro também sua preocupação em relação a exportação de material bélico brasileiro; voltaremos em breve a este tópico específico, mas vejamos primeiro alguns fatos que mereceram a atenção da alta cúpula do MRE e que repercutiam nas conversas em Washington.

Dissemos no início do parágrafo anterior que o Itamaraty e a Secretaria de Assuntos estratégicos continuavam a trabalhar para solucionar os urgentes problemas da indústria de material militar e, nesse sentido, Francisco Rezek volta ao tema com o Presidente da República. Em relatório de 16 de maio de 1990⁶²⁷, informa o chanceler brasileiro que:

A precária situação financeira das principais exportadoras brasileiras de material bélico, assim como o interesse nacional na recuperação das referidas empresas, cuja sobrevivência e desenvolvimento constituem matéria vinculada à segurança nacional, trazem à baila a questão da ampliação dos negócios da Engesa e da Avibrás no Oriente Próximo, particularmente com dois países da área: o Irã e a Líbia.

Recente viagem do Chefe do Departamento do Oriente Próximo a Teerã, assim como contatos mantidos pela missão que representou o governo do Irã à posse de Vossa Excelência, permitiram verificar a existência de considerável interesse do governo daquele país na abertura de negociações com a Engesa e a Avibrás, para a aquisição de material militar. (grifo nosso).

Os parágrafos de abertura do informe ao presidente, acima transcritos, apresentam uma vinculação inexistente no anteriormente citado: ela relaciona o interesse nacional a recuperação das empresas exportadores de MEM e, além disso, retoma a expressão “Segurança Nacional”, algo que havia submergido nos momentos imediatamente posteriores

⁶²⁷ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informação para o Presidente da República (DEOP 146), Índice: Política Nacional de venda de material militar. Líbia e Irã, secreto, 16 de maio de 1990.

ao fim do regime militar; a menção a um termo caro ao regime encerrado não deve ser menosprezado, pois indica que tal conceito ainda poderia ser mobilizado para justificar ações do executivo. Devemos ter em mente que esse “diálogo” foi travado entre o Chanceler e o Presidente da República, numa comunicação secreta e é sempre muito arriscado considerar as palavras, quando usadas na política, sempre como figuras retóricas: as palavras, em política, têm muito poder.

Porém, apelar apenas para interesses da segurança nacional talvez não fosse suficiente. E, aproveitando a exigência legal, no âmbito do PNEMEM, de parecer do MRE para a autorização de exportação de equipamentos bélicos e, concomitantemente, construindo um estímulo adicional aos elevados interesses da República, são apresentados dois compradores estrangeiros, um deles novo na carteira de vendas externas e que poderia ser considerado inusitado: o Irã. A Líbia, como já vimos, foi uma das primeiras e mais importantes clientes da indústria brasileira de material militar, mas o Irã, sob o “regime dos Aiatolás”⁶²⁸, era um novo e promissor cliente; vamos trabalhar um pouco mais com este informe, discutindo inicialmente esta possibilidade inaugural de negócio com o Irã.

Outro ponto que merece destaque é que, ao demonstrar interesse pelo armamento utilizado por seu inimigo na recém-encerrada guerra, o Irã oferece, de certo modo, um atestado da eficiência dos equipamentos brasileiros; a artilharia que fora alvo de críticas na ilustração dos tempos do conflito era agora desejada pelos militares iranianos. Expondo os motivos pelos quais ainda não exportávamos para o Irã, Francisco Rezek informa que:

Apesar da disponibilidade financeira do governo de Teerã, até hoje, em virtude da situação algo atípica daquele país na comunidade internacional e de seu longo estado de beligerância com o Iraque, o principal cliente árabe da indústria bélica nacional, o mercado iraniano, com suas crescentes possibilidades, ainda não havia sido analisado e desenvolvido pelas referidas empresas.

De fato, como sabemos, não havia condições políticas e nem mesmo comerciais para uma insinuação no mercado iraniano até então. O Iraque, quando de seus primeiros contatos com as indústrias (e com o governo) do Brasil, ainda não fazia parte do que seria denominado “eixo do mal”⁶²⁹ e, enquanto inimigo da revolução iraniana, poderia ser abastecido sem

⁶²⁸ Regime dos Aiatolás é a designação dada por parcela da mídia, círculos políticos e mesmo acadêmicos para designar o regime de Estado e governo pós revolucionário iraniano.

⁶²⁹ “Eixo do mal” foi o termo utilizado pelo presidente George W. Bush no discurso do Estado da União, pronunciado em 29 de janeiro de 2002, sob forte influência dos atentados de 11 de setembro do ano anterior, o

maiores constrangimentos; além disso, como também já vimos, a disposição do governo de Bagdá em financiar o desenvolvimento do nosso principal sistema de artilharia, adquirir os até então mais importantes produtos da ENGESA, sem contar os demais itens da pauta de exportação brasileira e, talvez principalmente, sua importância no fornecimento de petróleo, afastava naturalmente qualquer possibilidade de estabelecer relações de igual natureza com o Irã.

Contudo, outros eram os tempos e, como ponderou o chanceler brasileiro:

Julgo que essa situação poderia agora ser reexaminada, mormente à luz de três fatos novos: o termo das hostilidades armadas entre Teerã e Bagdá; a renitente inadimplência iraquiana no que toca às suas relações financeiras com aquelas duas empresas; e o surgimento de indícios que demonstrariam, após o desaparecimento do Iman Khomeini, que a fase mais radical da revolução iraniana está em vias de ser ultrapassada.

A inadimplência iraquiana era de fato um problema, que a não renovação dos convênios com Bagdá tornava de ainda mais difícil liquidação; além disso, os movimentos de Saddam Hussein já inspiravam sérias desconfianças na diplomacia em geral; também as questões geopolíticas tinham de ser pesadas, bem como o reflexo na política regional, um tanto complexa especialmente por envolver os interesses norte-americanos. O chanceler brasileiro assim delimita o risco no fornecimento ao Irã:

(...) importa notar que, tirante o caso específico do “MBT” Osório, manufaturado pela ENGESA, os demais produtos oferecidos por aquela empresa e pela Avibrás não são de molde a alterar o equilíbrio estratégico da área, circundado por países equipados com armamentos ofensivos de alta sofisticação tecnológica.

Veremos que não eram sem fundamento as preocupações com os fornecimentos militares em geral, uma vez que não envolviam apenas os interesses das partes envolvidas, como será esclarecido pouco mais adiante. E, completando a análise dos eventuais impactos na balança de poder regional, completa Francisco Rezek:

No que concerne ao caso da Líbia, mercado esse cujo atendimento proporcionou, na década dos setenta, o início da transformação da ENGESA em grande exportadora de material militar, continua aquela empresa a fornecer ao governo de Trípoli blindados leves, veículos de reconhecimento, canhões, jipes (...). Sou favorável à continuidade desse comércio, mas vejo

“eixo do mal” era composto por Irã, Iraque e Coréia do Norte. Para o discurso, ver <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/stateoftheunion/2002/index.html>.

com dúvidas a ampliação dos negócios de sorte a englobar o “MBT” Osório e os sistemas ‘Astros II’, de artilharia de campanha de longo alcance.

É interessante notar que, naquela altura, o governo líbio inspirava mais cuidado que o “regime dos Aiatolás”, até porque o Irã acabara de sair de um longo conflito, ocasião em que, geralmente, os países evitam ao máximo iniciar novas operações militares ofensivas (embora o Iraque quebrasse, em breve, tal protocolo informal). E, esclarecendo essa diferença de tratamento entre os dois países:

(...) em se tratando, no caso Líbio, de país dotado de governo dominado por personalidade errática, julgo que a eventual modificação do equilíbrio estratégico da área, menos provida de engenhos bélicos que o Golfo Pérsico, poderia provocar, por parte de países amigos do Brasil, porém hostis ao regime de Trípoli, reparos a vendas de nossa indústria privada de material militar.

Convém registrar ainda mais um fato que indica o interesse do Irã na aquisição de materiais brasileiros. Em 25 de julho de 1990, Francisco Rezek emite mais uma Informação ao Presidente, dando conta que⁶³⁰:

O Embaixador do Irã, Senhor Mahmoud Movahedi, informou o Itamaraty de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros de seu país empreenderá viagem de trabalho à Argentina e ao Chile, nos últimos dez dias do mês de outubro. O Chanceler Ali Akbar Velayati gostaria de estender sua viagem ao Brasil, visitando Brasília e o Estado de São Paulo. Nesta capital desejaria ser recebido por Vossa Excelência, e em São José dos Campos se avistaria com dirigentes de empresas sediadas naquele município. (grifo nosso).

Do ponto de vista diplomático, foi um tanto deselegante por parte do Irã informar que havia agendado visita ao Chile e Argentina e desejaria “incluir” o Brasil (normalmente, quando uma autoridade de uma região tão distante programa visita a um outro continente, monta sua programação toda de uma vez, incluindo a maior quantidade de países possíveis na lista); também seria muito estranho o chanceler iraniano vir ao Brasil e visitar apenas São José dos Campos. Mas as regras cerimoniais da diplomacia não interessam ao nosso estudo, e sim a clara intenção de visitar especificamente a cidade sede da indústria de armamentos brasileira.

⁶³⁰ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informação para o Presidente da República (DEOP 265), Índice: Projeto de visita de trabalho do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, confidencial, 25 de julho de 1990.

Considerando que, a julgar pela comunicação apresentada, tal encontro fora incluído posteriormente ao programado pela chancelaria iraniana, provavelmente por interesse do setor de defesa do Irã, parece lícito imaginar que a cidade do interior paulista era, se não o único, o principal motivo da escala brasileira na viagem de Ali Velayati.

Animado com as perspectivas de negócios, o chanceler brasileiro afirma que:

Sou de parecer que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã deve ser convidado oficialmente a realizar visita de trabalho ao Brasil, já que se tem revelado grande o interesse daquele país em fazer empresas nacionais participarem da execução do Plano Quinquenal recentemente aprovado pelo ‘Majlis’ (Parlamento local).

Rezek finaliza sua comunicação vaticinando:

O Irã, finda a guerra com o Iraque e terminado o bloqueio de seus portos, retorna ao mercado internacional como o segundo maior exportador de petróleo; mercê das restrições comerciais impostas pelos Estados Unidos da América e países do MCE ao governo de Teerã, procura estes novos fornecedores de produtos manufaturados, iniciativa que poderá privilegiar a indústria brasileira.

Apesar da natureza delicada das operações com o Irã, a experiência pregressa de fornecimento de material militar, especialmente em se tratando de “países árabes”, permitia supor que uma nova rodada “virtuosa” de negócios se iniciaria com o setor bélico, mas com potencial de desdobramento para outros segmentos empresariais; não obstante o caráter sensível deste novo relacionamento, havia motivos para celebrar a oportunidade.

Mas os anos noventas eram, de fato, muito mais complexos para a atuação nesse setor do que foram as décadas pregressas, não permitindo erros de análise, especialmente quando envolviam regiões conturbadas como as aqui apresentadas. Mas existe ainda um ponto a destacar: além da Arábia Saudita, estes informes ao Presidente da República deixam claro que no mínimo mais dois países demonstraram interesse no Osório, além de outros equipamentos, como o Sistema Astros, da Avibras. Considerando o que pudemos alcançar em nossa pesquisa, este MBT poderia, de fato, tornar-se mais um sucesso de vendas da ENGESA, ainda que, em virtude do seu potencial desestabilizador para combates em terra inviabilizasse sua comercialização indiscriminada, ao menos num primeiro momento. O Osório talvez colocasse o Brasil em outro patamar no mercado mundial de armamentos, algo que seria de grande valia para outras ações externas nacionais e constituiria uma “vitória” do planejamento militar brasileiro.

6.7 – Uma iniciativa para a América.

Comentamos, poucas páginas atrás, sobre o encontro em Washington entre o Chanceler brasileiro e o Secretário de Estado dos EUA, avisando que retornaríamos a ele. Este é o momento de retomar tal reunião, que dialoga diretamente com o informe aqui escrutinado por nossa pesquisa. O compromisso diplomático, que contou com a participação de assessores de Baker III nas áreas de segurança e economia, tratou de uma dezena de tópicos, mas nos concentraremos apenas nos que abordam temas relacionados ao nosso objeto. O primeiro que merece nossa atenção, e posto em discussão pelo Secretário de Estado norte-americano, diz respeito a “proliferação de mísseis balísticos e armas convencionais”⁶³¹.

Segundo relata o chanceler brasileiro, “O Secretário Baker manifestou preocupação com o fornecimento, pelo Brasil, de tecnologia que permitisse a países como a Líbia e o Iraque o desenvolvimento de mísseis balísticos”; ainda acompanhando o informe de Francisco Rezes, Baker III reconhecia que Kaddafi aparentemente se esforçava para alterar sua imagem internacional, conseguindo com isso a retomada das conversações com alguns interlocutores, mas manifestou ceticismo “com relação às reais intenções de Kaddafi”, argumentando a:

procedência das preocupações norte-americanas em relação à fábrica química de Rabta, apresentada pelo governo líbio como destinada a produção de medicamentos mas, na verdade, rodeada de mísseis anti-aéreos que revelavam os reais objetivos da sua produção.

De fato, o próprio Kaddafi reconheceria, em dezembro de 2003, que a Líbia tentou produzir armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares)⁶³², mas que aceitaria promover um programa de desativação do programa de produção de tais armamentos, sob inspeção internacional, salientando ainda que, a partir daquele momento restringiria o alcance dos mísseis de defesa líbios a 300 Km⁶³³. Mas nosso foco não é o acerto (ou erro) das análises de inteligência dos EUA; para nós o mais importante é a menção ao

⁶³¹ O encontro foi apresentado em relatório especial por Francisco Rezek ao presidente Fernando Collor, disponível em Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informações ao Presidente da República, (G/ 141), secreto, Índice: Brasil-EUA. Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Washington, 16 de maio de 1990.

⁶³² A fábrica de Rabta foi planejada por uma companhia estatal da República Federal Alemã (RFA), segundo notícias publicadas por El País em 30 de janeiro de 1989 e 7 de março de 1990. O governo da “Alemanha Ocidental” confirmou tal fornecimento. É interessante notar as investidas por parte de empresas alemãs na produção de equipamentos sensíveis no terceiro mundo, como foi o caso do projeto de produção do MBT Leopard em território brasileiro, citado no capítulo 3 desta tese.

⁶³³ Notícia amplamente divulgada na imprensa, como em matéria publicada pela Rede BBC-Brasil, em 20 de dezembro de 2003, disponível em: ww.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/12/031220_libia2rg, consulta em 10 de fevereiro de 2019.

tema líbio pelo Secretário de Estado, o que revela uma preocupação real de Washington com as relações entre as indústrias brasileiras de defesa e o país comandado por Kaddafi; comentaremos adiante esta questão, mas, antes disso, convém anotar outra preocupação de Baker III.

O Secretário norte-americano comunica ao seu congênere brasileiro a inquietação com o relacionamento Brasil-Iraque, especialmente quanto ao “fornecimento de foguetes de artilharia e aviões de reabastecimento no ar”, referindo-se, genericamente, em como “a disposição brasileira no sentido de colaborar para a não proliferação de mísseis auxiliaria o Brasil em seus pleitos por conseguir acesso desimpedido à alta tecnologia.”. Tal “acesso desimpedido” oferece a chance de conectar outro assunto alvo da diplomacia norte-americana: transferência de tecnologia e salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), TNP e Tlatelolco.

Sobre este tema, Rezek ressaltou para sua contraparte norte-americana que “a natureza dos compromissos constitucionais do Brasil em relação ao uso pacífico da energia nuclear e ao novo papel que o Congresso brasileiro desempenha na fiscalização do executivo em matéria de energia nuclear” constituía uma garantia de que o Brasil “não apresentava o risco de *dual use* da energia nuclear ou da alta tecnologia transferida ao país”. Mas Baker insistia, segundo o chanceler brasileiro, com as “preocupações dos EUA em matéria de proliferação nuclear e de mísseis”, asseverando que a “aceitação irrestrita, pelo Brasil, das salvaguardas da AIEA (...) seria determinante para que não apenas os EUA, mas outros países desenvolvidos, dessem ao Brasil acesso à alta tecnologia.”.

Aproveitando a discussão sobre a transferência de tecnologia, Rezek procurou obter apoio na pronta liberação para o licenciamento do *Processador Vetorial*, antiga demanda da EMBRAER; como era de se esperar, Baker acenou com a possibilidade de realizar gestões para obter uma decisão favorável e que contava para isso com apoio da embaixadora Carla Hills (assessora para assuntos de comércio da Casa Branca), embora lembrando a “resistência que ainda oferece o Departamento de Defesa”.

Ainda em Washington, o chanceler brasileiro reuniu-se com o General Brent Scowcroft, assessor para assuntos de segurança nacional do presidente Bush. Esta conversa repassou os mesmos temas acima narrados, com a garantia declarada por Rezek que o Brasil, apesar “das fortes pressões das indústrias para conseguir novas vendas”, não avançaria em tratativas sobre venda de equipamento militar para a Líbia; como vimos, esta era uma meia verdade, que ensejou uma resposta que poderia ser tida como irônica, pois, segundo o assessor

de Bush, era preciso muita coragem para recusar uma oportunidade de negócio “em um mercado que se encolhe em razão do desarmamento”.

As discussões envolvendo a indústria militar brasileira, especialmente ligadas aos sistemas de mísseis e foguetes e correlatos, como o *Processador Vetorial* da IBM, eram mais relevantes do que pode parecer a um observador pouco atento, tanto que, na administração Reagan, foram vetadas quaisquer transferências vinculadas a estes equipamentos. A administração Bush, especialmente o Departamento de Estado, procuraram equacionar estes termos, uma vez que considerava necessário acenar com algumas vantagens para o Brasil, em troca de apoio em determinadas áreas, especialmente as ligadas ao cenário hemisférico.

Porém, além das reticências do Departamento de Defesa, citadas por Baker III, havia uma considerável pressão de setores formadores de opinião, repercutida por importantes veículos de comunicação, que defendiam a suspensão de qualquer assistência, comércio e, principalmente, a transferência de tecnologia para países não vinculados a programas de *não proliferação de armamentos*, e, com especial ênfase, aos suprimentos que poderiam servir de base para a produção de armas nucleares e de Mísseis Balísticos Intercontinental (Intercontinental Ballistic Missile, ICBM, na sigla em inglês).

Para as vozes contrárias a exportação de produtos norte-americanos para o Brasil, o fornecimento de materiais especiais capazes de incrementar a produção de foguetes e mísseis, bem como a liberação do “supercomputador” da IBM permitiriam, em breve espaço de tempo, a aquisição da tecnologia necessária para a produção de equipamentos de longo alcance capazes de carregar ogivas nucleares. Em audição na Câmara dos Representantes em Washington⁶³⁴, Gary Milhollin, destacado militante contra a disseminação de armas, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin (onde fundou o Projeto Wisconsin de Controle de Armas Nucleares) e Princeton, acusava o governo dos EUA e as empresas americanas ligadas a tais programas, de negligentes com a “Segurança Nacional”.

Como podemos ver pela sucinta narrativa apresentada nos últimos parágrafos, a solução dos problemas da IAB não era tarefa simples. Com os mais importantes e promissores clientes do segmento situados numa região geográfica conturbada, de extrema relevância geopolítica para as potências em geral e sofrendo constantes ataques tanto no plano interno quanto no internacional, conseguir estabelecer uma estratégia capaz de garantir a sobrevivência das empresas de material militar era missão quase impossível. Mesmo assim os

⁶³⁴ U.S. Government Print Office, 1991.

atores envolvidos em tal processo ainda trabalhavam com a expectativa de conseguir superar os óbices enfrentados e garantir a continuidade dos negócios.

A estratégia adotada pelo Itamaraty para arrefecer a resistência dos EUA pode ser considerada de arguta habilidade pois, realizando uma leitura realista do contexto internacional, procurou afastar-se ou minimizar o relacionamento com clientes que poderiam minar a posição brasileira, notadamente a Líbia e o Iraque e soube, ao mesmo tempo, conduzir com a discrição necessária as negociações com Teerã (tanto que em nenhum momento transpirou, nas conversas com Washington, as tratativas com o Irã) e, ainda, conseguiu aproveitar questões políticas para reduzir zonas de atrito e conseguir avanços na área comercial, algo pouco usual na diplomacia brasileira pois, há até bem pouco tempo, pelo menos, o MRE não subordinava suas decisões políticas em prol de necessidades comerciais.

Emblemático do relativo sucesso das gestões do MRE foi o resultado da visita oficial da já citada embaixadora Carla Hills a Brasília, nos primeiros dias de junho de 1990. A Assessora para Assuntos de Comércio da Presidência dos EUA costurou com as autoridades brasileiras a solução de algumas questões pendentes no âmbito comercial e anunciou a autorização do governo norte-americano para o licenciamento, ainda que com algumas restrições, do Processador Vetorial da IBM e outras demandas do setor de material militar; em linhas gerais, parecia que o Brasil conseguiria atenuar as resistências da potência do Norte e, ao menos parcialmente, lograr êxito na manutenção do parque bélico nacional⁶³⁵.

Mas o relativo sucesso do MRE nas conversações com o Departamento de Estado não poderia ser resultado apenas do talento de seus negociadores. A própria visita de Carla Hills a Brasília, ponto inicial de um périplo por outros países da América do Sul, tinha outros objetivos, e a flexibilização das restrições impostas por Reagan atendiam também ao projeto de nova configuração internacional imaginada pelos formuladores políticos em Washington.

Assim, poucos dias após a visita da Assessora para Assuntos de Comércio, o Presidente dos EUA anunciou a “Iniciativa para as Américas”⁶³⁶, que previa um intenso programa de cooperação com os países latino-americanos nas áreas de comércio, investimentos e tratamento da dívida externa (neste último tópico a Casa Branca apoiaria soluções para redução da dívida privada e governamental dos países da região para com os Estados Unidos); tal “Iniciativa” tinha o objetivo de preparar um programa de integração de livre comércio hemisférico, que receberia, em dezembro de 1994 a denominação “Área de

⁶³⁵ A reunião com a representante norte americana e seus resultados constam de documentação arquivada no Arquivo Central do Itamaraty -BSB, Informação para o Presidente da República (DCI 201), Índice: Brasil-EUA. Visita da Embaixadora Carla Hills ao Brasil, 21 de junho de 1990.

⁶³⁶ *The Enterprise for the Americas Initiative Act*, anunciado em 27 de junho de 1990.

Livre Comércio das Américas”, proposta extremamente polêmica, que não conseguiria ser implementada.

A movimentação do Departamento de Estado e da cúpula civil em Washington refletia a percepção de que a configuração política e de poder mundial alterava-se profundamente e, nesse sentido, urgia adaptar os EUA para o novo cenário, em que a disputa entre as superpotências perderia espaço, exigindo novas formas de atuação internacional, mantendo a hegemonia e a liderança norte-americana.

Terminava assim o ciclo da *aliança para a contenção*, que, esperava-se, seria substituído por um mecanismo mais sutil, a *cooptação pela persuasão*, obviamente quando possível, pois os eventos na América Central nos mostraram que o convencimento também poderia ser imposto através de manobras menos “delicadas”. Apesar da importância dos temas e fatos esboçados nestes dois últimos parágrafos, não é pertinente, para os objetivos deste trabalho, esmiuçar as especificidades destes eventos. Porém, é importante termos em mente que eles abriam possibilidades que poderiam ser exploradas pelo Brasil, inclusive nas questões relativas ao segmento de material militar.

6.8 – Detalhes não tão pequenos.

Como reza o dito popular, *o diabo mora nos detalhes*. O primeiro “detalhe” digno de nota é que o Departamento de Defesa, como vimos, não concordava com o relaxamento proposto, ao menos quando se tratava de “facilitar” a vida de produtores de material bélico estrangeiros e, para apoiar sua opção, podia contar com o apoio inclusive de formadores de opinião, como o já citado professor Gary Milhollin. Um segundo “detalhe” importante reside no fato de os EUA possuírem, em Riad, forte presença governamental, contando com mais de 400 funcionários, entre diplomatas e assessores militares, especialmente nas áreas de planejamento, TI e telecomunicações; era uma “força-tarefa” que seguramente favorecia os pleitos do órgão de defesa americano (por sinal, não é tão incomum o choque entre as pretensões do Departamento de Defesa e as ponderações da diplomacia norte-americana, como nos mostram as *memórias* de George Kennan⁶³⁷).

Apesar da pressão do Departamento de Defesa dos EUA sobre o governo saudita, os setores encarregados de solucionar o fornecimento dos blindados da ENGESA acreditavam

⁶³⁷ Kennan, George Frost. *Memoirs, 1925-1950*. Boston: Little, Brown, 1967. Considero que um dos mais emblemáticos casos da dissociação aludida no parágrafo podem ser observadas no citado livro, em suas páginas 151 e seguintes.

que seria possível avançar nas negociações, instando o presidente Collor a conversar diretamente com o rei Fahd, da Arábia Saudita; o contato telefônico entre as duas autoridades se deu em junho e, ao menos no discurso oficial da Secretaria de Assuntos Estratégicos e do Itamaraty, as tratativas prosseguiram normalmente, após o diálogo de alto nível. Porém, mais dois “detalhes” viriam a solapar definitivamente as pretensões brasileiras e, conseqüentemente, selar o destino da empresa paulista de carros de combate e de quase todo o setor industrial militar, como veremos a seguir.

Como dissemos, o presidente Fernando Collor emitira (em junho) sinais do apoio governamental brasileiro para as operações da ENGESA, medida que deveria tranquilizar a parte compradora (externa) sobre a continuidade da produção dos equipamentos em pauta. Porém, menos de um mês depois da intervenção presidencial, o BNDES torna público, conforme matéria publicada em *O Estado de São Paulo*, que estava “executando judicialmente as empresas Engesa Química e Engenheiros Especializados S/A para cobrar dívidas vencidas há mais de um ano, equivalentes a US\$ 30 milhões.”⁶³⁸. O diário paulista informava ainda que, segundo o vice-presidente do BNDES, José Pio Borges, o banco teria “entrado com ação na justiça há dois meses, mas está pronto a examinar a proposta, já formulada verbalmente pelas duas empresas, de reescalonamento da dívida e pagamento imediato de uma parcela de US\$ 4 milhões.”.

Mas a ENGESA havia entrado com pedido de concordata em março daquele ano e, portanto, a ação do Banco de Desenvolvimento havia sido proposta durante a vigência do prazo que desobrigava a empresa do pagamento imediato de seus débitos; contudo, Pio Borges arguiu que “a execução judicial independe da concordata, porque visa cobrar a dívida dos fiadores da ENGESA”, admitindo, entretanto que “um acordo que inclua o pagamento imediato de parte da dívida interessa ao banco: ‘só queremos receber nosso dinheiro’, [afirmou o vice-presidente do BNDES].”. O dado que, mais uma vez, reveste-se de singular curiosidade é que, nesse mesmo momento, a chancelaria havia solicitado urgentes gestões junto ao Presidente para que fossem autorizadas linhas de crédito para reestruturar o fluxo de caixa da produtora de blindados, especialmente para concluir o contrato de fornecimento com a Venezuela⁶³⁹; obviamente, após a divulgação do BNDES, tal solicitação foi cancelada.

Esta é mais uma passagem que merece uma pausa para reflexão e análise. Acompanhando as datas informadas por José Pio Borges na reportagem do *Estadão*, vemos

⁶³⁸ O Estado de São Paulo, sexta-feira, 27 de julho de 1990 – Caderno Economia, p.3.

⁶³⁹ Arquivo Central do Itamaraty-BSB, Informação para o Presidente da República, (DPG, 277), secreto. Índice: Exportações brasileiras de material de defesa. Venezuela. ENGESA E AVIBRÁS, 27 de julho de 1990.

que o procedimento judicial interposto pelo BNDES, ainda que sobre os fiadores da ENGESA, mas com óbvias repercussões sobre a empresa, podemos calcular que a propositura da Ação de Execução Judicial se deu na segunda metade de maio de 1990, portanto decorridos quase dois meses da constituição do grupo de trabalho liderado pelo MRE e pela SAE, determinada pelo próprio presidente Fernando Collor de Mello, cujo objetivo era analisar e propor soluções para o caso da ENGESA e, por extensão, dos principais fornecedores brasileiros de Material Militar. Também importante lembrar que o referido grupo era encabeçado pela equipe do Itamaraty e de Assuntos Estratégicos, mas contava com a participação e colaboração de outros órgãos da administração, vinculados aos ministérios militares e da equipe econômica.

Ressalta evidente da documentação que, para os órgãos líderes do grupo, era de interesse estratégico preservar a continuidade das empresas de material militar, seja pela manutenção das boas relações diplomáticas e comerciais, seja pelo valor tecnológico e de segurança nacional proporcionado pelas indústrias do segmento e, aspecto importante, considerando o envolvimento pessoal do Presidente na solução de questões pertinentes ao caso, podemos deduzir que a decisão governamental ia ao encontro dos interesses da ENGESA e dos demais participantes da indústria brasileira de material militar. Mas também percebemos, pelo teor dos documentos, que existia uma disputa interburocrática (talvez motivada por princípios teóricos ou ideológicos), opondo os defensores de uma solução favorável aos produtores de material bélico e a equipe econômica comandada por Zélia Cardoso de Mello.

Vamos recordar os apelos de Francisco Rezek, no relatório enviado ao presidente em 16 de abril, no sentido de assegurar “a ação das autoridades financeiras brasileiras, com vistas a assegurar os créditos a exportações”, que traduziria “o respaldo do Governo brasileiro às nossas exportações de material de emprego militar”, bem como o caráter fundamental de uma “uma solução favorável das autoridades financeiras brasileiras”. Apenas um mês após a súplica do chanceler, o BNDES, um dos órgãos que participava das tratativas sobre o tema, adota uma iniciativa que evidentemente lançaria, no mínimo, dúvidas sobre a disposição governamental em garantir não só as exportações como a sobrevivência mesmo das empresas.

Este episódio talvez represente o comportamento errático do governo Collor em seu conjunto, talvez retrate apenas a disputa pela hegemonia na condução dos negócios de Estado; não podemos ter certeza da motivação dos agentes. Mas, inegavelmente, a equipe econômica caminhou em direção contrária ao que foi proposto pelo MRE e pela SAE e, de certo modo,

desautorizou o próprio Presidente da República. Naquele momento, o time comandado pela “gerente da economia” era portador de quase todas as “fichas do jogo” e nele estavam depositadas as esperanças de êxito governamental; mesmo contrariando decisões da mais alta autoridade e agindo de forma independente, num caso que deveria ser objeto de deliberação colegiada, não era politicamente aconselhável contrariar a decisão tomada pelo BNDES. Ainda assim, esse não foi o “detalhe” final para o problema enfrentado especialmente pela ENGESA e, menos de um ano depois, a superministra Zélia seria retirada do cargo, substituída pelo Embaixador Marcílio Marques Moreira. Mas, a esta altura, pouco poderia ser feito pela principal indústria de material militar brasileira.

O evento que, podemos dizer, encerra definitivamente as possibilidades de sucesso da operação de salvamento tratada nos parágrafos anteriores ocorreu poucos dias depois dos últimos fatos narrados envolvendo o BNDES e a ENGESA. No dia dois de agosto de 1990, tropas iraquianas invadem o Kuwait, dando início ao que seria conhecido como a Guerra do Golfo e que levou a formação de uma coalizão de países, lideradas pelos EUA, para expulsar o Iraque do território ocupado. Não é necessário adentrar em detalhes do conflito, mas explicar em que medida tal evento impactou as tentativas de prosseguir com as operações comerciais da indústria brasileira de material militar.

O Brasil condenou formalmente a invasão do Kuwait, concordando com as sanções coercitivas (de natureza econômica), mas ficaria neutro em relação a ação bélica, apelando sempre para a resolução pacífica. Mas o que importa para nosso caso é que, com as hostilidades, a Arábia Saudita foi estabelecida como uma das bases mais importantes da operação militar e, com isso, a presença militar e política norte-americana foi imensamente ampliada; considerando que dividir o fornecimento da nova divisão blindada árabe já seria uma missão extremamente difícil, com esse evento ela se tornaria virtualmente impossível. Além disso, o Brasil demorou demais a estabelecer uma presença direta de alto nível em Riad, como fizeram diversos países (Japão, China, Argentina, entre outros), orientação que, talvez, pudesse exercer alguma influência nas futuras decisões árabes⁶⁴⁰. Tal manobra, ainda que de incerto resultado, não foi implementada. E o Osório não desembarcaria mais nas areias do deserto.

A Guerra do Golfo também forneceu munição aos que contestavam, especialmente no cenário internacional, a indústria bélica brasileira, considerada um fator de desestabilização e promotora de perigosos avanços rumo a proliferação de armamentos convencionais e de

⁶⁴⁰ Considero que a avaliação do MRE sobre o conflito no Oriente Médio restou um tanto equivocada. Mereceria uma avaliação mais detalhada, todavia, tal escaparia muito ao objetivo aqui estabelecido.

destruição em massa. Retomando rapidamente a já citada audiência na Câmara dos Representantes dos EUA, cito algumas passagens (repercutidas no noticiário norte-americano) que dimensionam o que foi dito. Na audiência, analisando as “facilidades” oferecidas pelo Departamento de Estado norte-americano ao Brasil para a compra de insumos destinados a produção aeroespacial, afirmou-se que⁶⁴¹:

Se o Brasil lançar o foguete com sucesso (...) dará um passo gigante em sua capacidade de lançar satélites e construir ICBM's [mísseis balísticos intercontinentais]. Até agora, todos os foguetes que o Brasil construiu, mesmo para seu programa espacial civil, foram convertidos em mísseis para exportação. E o Iraque e a Líbia têm sido os melhores clientes do Brasil. Esses casulos [*casings*] irão para a própria entidade brasileira [no caso, CTA/EMBRAER], (...) ajudando o Iraque a melhorar os mísseis agora dirigidos contra as tropas americanas. (tradução livre do autor).

Prosseguindo com o “risco Brasil” e deixando claro que o Pentágono divergia da política adotada pelo Departamento de Estado, seguem-se mais acusações:

Agora está claro que o [Departamento de] Estado concedeu a licença [de exportação] por engano. Desde que o Brasil é um notório risco para a proliferação – rejeita o Tratado de Não Proliferação Nuclear e possui um programa secreto de desenvolvimento de mísseis e armas nucleares – é difícil imaginar como qualquer parte do governo dos EUA poderia, de forma inteligente, concordar em prestar assistência ao Brasil em tal empreendimento. O fato do [Departamento de] Estado concordar com isso demonstra que algo está seriamente errado com o processo de análise de exportação⁶⁴². (tradução do autor).

A longa sessão da Casa dos Representantes prossegue desferindo severas críticas ao apoio do Departamento de Estado e do Departamento de Comércio da Casa Branca ao Brasil, citando também a autorização de venda do “supercomputador da IBM” (o já citado Processador Vetorial) para a EMBRAER, “a ferramenta mais poderosa para o desenvolvimento de armas nucleares e mísseis balísticos”⁶⁴³. Seria exaustivo e desnecessário

⁶⁴¹ U.S. Government Print Office, 1991, p. 7 e 8. No original: “If Brazil successfully launches the rocket (...) it will take a Giant step forward in its ability both to launch satellites and to build ICBM's. So far, Every rocket that Brazil has built, even for its civilian space program, has been converted into a missile for export. So far, Iraq and Libya have been Brazil a best consumer. These casings will go to the very entity in Brazil which (...) helping Iraq improve the missiles that are now aimed at U.S. troops.”

⁶⁴² Idem, p.15. No original: It is now clear that State granted the license in error. Since Brazil is a notorious proliferation risk – it reject the Nuclear Non-Proliferation Treaty and has secret missile and nuclear weapon development programs – it is difficult to imagine how any part of the U.S. government could intelligently agree to assist Brazil in such venture. The fact that State did agree shows that something is seriously wrong with the export review process.

⁶⁴³ U.S. Government Print Office, 1991, p. 21.

citar todos os depoimentos e considerações sobre o caso; nossa intenção foi oferecer uma breve amostra do ânimo e das tensões existentes sobre a indústria bélica brasileira. Cumpre anotar ainda que estes parágrafos trataram especificamente do risco referente ao programa espacial e aeronáutico brasileiro; poderíamos aprofundar falando sobre outras objeções levantadas contra a suposta “leniência” das áreas políticas para com o desenvolvimento industrial militar brasileiro que, também supostamente, buscava autonomia na produção de “armas de destruição em massa”; também é dever anotar que tal objetivo até hoje não foi comprovado, ainda que controvérsias existam e, seguramente, parte das FA brasileiras desejassem possuir tal arsenal.

A partir desse momento, sob pressão internacional, com o principal mercado agora “ocupado” por antagonistas ao projeto industrial do país e ainda sofrendo um boicote velado por setores governamentais brasileiro – sem contar a ausência de apoio político e social – não restavam muitas esperanças para o parque bélico do Brasil. Em pouco mais de dois anos o peso destas forças reduziriam a Indústria de Material Militar Brasileira a quase inexistência. Acompanhem os derradeiros anos dessa história.

6.9 – A desconstrução nacional.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1991, com 212 páginas e enviada em 15 de fevereiro, a primeira do presidente eleito em 1989, mantém ainda o tom do discurso de sua campanha, com seu apelo para a *modernização* e combate à inflação, no bojo do que era propalado como o “Projeto de Reconstrução Nacional”, anunciadas como medidas profundas que recolocariam o Brasil no caminho do desenvolvimento, algo um tanto duvidoso, uma vez que o plano original já havia demonstrado incapacidade de equacionar os desafios e o denominado Plano Collor II já nascera sob o signo da incredulidade. Os congelamentos propostos (inclusive cambiais), o *tarifaço* e a abertura para importações (via desoneração), entre outros pontos do plano, produziram impactos negativos na economia nacional em geral, particularmente no setor industrial, que já sofria com retração a partir do segundo trimestre de 1990.

No campo político fica nítida, na mensagem, a tentativa de atrair o corpo parlamentar, que a esta altura já demonstrava desgaste em sua relação com o Planalto. Com medidas que antecipavam ainda mais sacrifícios, a possibilidade de construir uma aliança capaz de sustentar um ambiente favorável a recuperação das atividades era quase nula; as

consequências dos mal elaborados planos e da inépcia política logo seriam conhecidas. Na esfera econômica, mas com forte conotação política, prosseguia a tarefa também “modernizadora” das privatizações e “dissoluções” de empresas estatais deficitárias.

O ano de 1991 pode ser considerado o início do ciclo de privatizações no Brasil, algumas rumorosas, de grande impacto noticioso, mas de outras que não foram alvo de atenção mais detalhada. O início de processo de alienação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), bem como da EMBRAER, foram objeto de acalorados debates, mas outras empresas de menor apelo público foram objeto do “Plano Nacional de Desestatização”, vendidas ainda no terceiro trimestre de 1991 - através de leilão - outro ponto controverso, pois a quase totalidade das ações adquiridas pelos compradores foram efetuadas com as chamadas “moedas podres”⁶⁴⁴. Neste ano, quatro foram as empresas privatizadas, a saber: USIMINAS, Mafersa S/A, Cosinor e, conectada com o setor objeto de nosso estudo, a CELMA.

A Companhia Eletromecânica CELMA S/A foi arrematada no dia primeiro de novembro de 1990 pelo valor de Cr\$ 61,382 bilhões, motivo de comemoração pois “o preço de venda ficou 24,5% acima do valor mínimo estabelecido pelo governo.”⁶⁴⁵. A empresa de manutenção e revisão geral de motores de aviação foi adquirida pelo Consórcio formado por Andrade Gutierrez, Banco Safra, Banco Boavista (cada uma adquiriu 21,4% do capital votante) e General Electric (GE), com 10% do capital com direito a voto e, segundo informação do citado diário paulista, a gigante norte-americana: “considerava a CELMA uma das ‘blue-chips’ da privatização.”. A comemoração pelo valor de venda bem poderia ser questionada pela ampla utilização de “moedas podres” na compra desta *blue-chip*, pois todos os adquirentes declararam a utilização quase integral de tais títulos; talvez também pudéssemos questionar o que podemos denominar de “exclusão velada” dos pequenos investidores, uma vez que o lote mínimo estabelecido pelo governo excluía, de fato, a possibilidade de participação destes.

Mas o ano não teve apenas privatizações como matéria de interesse para nosso estudo. Dentro de um processo que teve início nos últimos meses de 1990, mas que adquiriu dinâmica formal a partir de março de 1991, o governo federal decidiu que assumiria o passivo e o controle acionário do que restava do Grupo ENGESA (Engesa S/A, Pró-Engesa Participações

⁶⁴⁴ As denominadas “moedas podres” eram compostas por instrumentos de dívidas federais, como debêntures da Siderbrás, Títulos da Dívida Agrária (TODA), dívidas de estatais e diversos papéis da dívida externa brasileira, todas passíveis de aquisição com grande deságio. Uma dimensão do significado dessas moedas podres pode ser aferido no montante recebidos em 1991 no referido processo: dos cerca de Cr\$ 771 bilhões auferidos com as quatro privatizações, apenas Cr\$ 83 milhões foram pagos em moeda corrente; em outras palavras, a quase totalidade do valor foi pago com os referidos instrumentos de dívida.

⁶⁴⁵ Jornal *Folha de São Paulo*, sábado, 2 de novembro, Caderno Brasil, p. “1”-12.

S/A e Engesa Química S/A). Neste mês os sócios José Luiz Whitaker Ribeiro, seu irmão José Guilherme, José Luiz Nolf, Luiz Aratangi e Vito Antonio di Grassi (que detinham em conjunto mais de 80% do capital votante da ENGESA) concordaram em transferir suas ações para a IMBEL, que deveria executar o projeto de saneamento da empresa, preparando-a para futura venda junto a iniciativa privada. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*: “essa foi a solução encontrada para sanear financeiramente a empresa e torná-la atrativa para os investidores estrangeiros. A ideia do governo é mudar o perfil acionário da Engesa e mantê-la competitiva no mercado.”⁶⁴⁶.

A notícia do *Estadão* é importante também por marcar uma paulatina mudança de tom em relação a ENGESA, que se tornaria cada vez mais contundente, condenando as atividades e relações da empresa com sucessivos governos. E o fato é ainda mais importante porque marca a saída de cena do icônico “comandante” do segmento bélico brasileiro, anunciando ainda o ocaso do projeto de construção de potência imaginado pelo regime militar, refletido na desestruturação da outrora empresa símbolo da indústria brasileira de material militar.

Outros detalhes sobre a ENGESA serão abordados posteriormente, mas podemos estabelecer uma reflexão, talvez um questionamento, aproveitando a menção, linhas atrás, do programa de privatizações. Considerando que a ENGESA, em virtude da transferência de suas ações para a IMBEL tornara-se, na prática, uma empresa estatal, por que não incluir a mesma no referido plano de desestatização? Obviamente seriam necessários ajustes legais e outros atos administrativos para integrar a fabricante paulista no processo, mas, seria impossível? Afinal, as dívidas da empresa poderiam, tal qual outras integrantes do acervo das “privatizáveis”, ser arrematada com recurso aos mesmos instrumentos, facilitando enormemente a sua aquisição e, considerando ainda o interesse de diversos países nos produtos desenvolvidos, talvez fosse possível encontrar neles compradores interessados.

Mas não podemos responder a esta pergunta. Em primeiro lugar por estarmos trabalhando no âmbito formal de uma tese da História, algo que desaconselha tal tipo de especulação; em segundo lugar porque, provavelmente, a resposta a tais perguntas seja impossível. De qualquer forma, não pude me furtar a indicar tal conjectura.

Deixando as conjecturas de lado, o encerramento do ano de 1991 apresentou notícias bastante desabonadoras para o segmento. Manchete do jornal *O Estado de São Paulo* vaticina que: “Fábricas de armas estão falidas”⁶⁴⁷. O diário que em outros tempos exibia colunas de louvores aos feitos da indústria bélica, agora afirmava que o sonho dos militares, acalentado

⁶⁴⁶ Jornal *O Estado de São Paulo*, domingo, 29 de setembro de 1993, Caderno Economia, p. 16.

⁶⁴⁷ Jornal *O Estado de São Paulo*, domingo, 08 de dezembro de 1991, Geral, p. 5.

“por mais de uma década” (seria um tanto mais preciso escrever por mais de duas décadas), “se transformou em pesadelo”. Sustentando que seria “praticamente impossível calcular quanto as indústrias de armamentos ganharam indiretamente com isenção de impostos e incentivos à exportação, fora os investimentos diretos do governo e os empréstimos dos bancos oficiais”, informava que existiam “indícios, no entanto, de que o resultado foi bem menos compensador do que o propagandeado pelos defensores da indústria bélica.” (obviamente o diário paulista não fez sua autocrítica); os indícios apresentados pelo autor da matéria baseavam-se nas informações do Professor Roberto Dagnino, que sustentava, ainda segundo o jornalista que, em seu melhor ano, “o setor exportou US\$ 570 milhões (...) quase um sexto dos US\$ 3 bilhões que cálculos oficiais chegaram a estimar como necessários para manter de pé o projeto militar”.

Focalizando dois dos alvos principais da agora considerada pouco compensadora indústria bélica brasileira, sustenta ainda o artigo que “em alguns casos, como a Engenheiros Especializados S/A (Engesa), foi desastroso (com uma dívida de mais de US\$ 450 milhões)” e que “outra empresa de porte do setor, a Embraer, (...) também vive dificuldades: projetos parados ou adiados, uma dívida de US\$ 600 milhões e a perspectiva de encerrar o ano com prejuízo”.

6.10 – Os indícios de resultados por uma outra ótica.

Sintomaticamente, coluna vizinha à matéria apresentada ao final da seção anterior anunciava: “**McNamara quer reduzir despesas**”, citando documento intitulado “**O Mundo pós Guerra-Fria e suas implicações para as despesas militares nos países em desenvolvimento**” (destaque no original da reportagem), no qual o ex-Secretário de Defesa dos EUA defendia a redução pela metade, até o ano 2000, das despesas militares no terceiro mundo. Segundo a nota enviada por Paulo Sotero, correspondente em Washington, “o documento mostra que o corte desses gastos nos países pobres é essencial não apenas para o desenvolvimento da região como também para a estabilidade do mundo.”.

Não podemos deixar de observar que a preocupação de McNamara com a pobreza dos países do terceiro mundo e a imperiosa necessidade de cortes nos gastos com Defesa tenha

sido expressa menos de seis meses após o relatório do *Office of Technology Assessment* (OTA)⁶⁴⁸, que argumentava em seu prefácio que:

O fim da Guerra Fria reduziu sensivelmente a demanda por armas nos EUA, na União Soviética e na maioria dos governos europeus. Nos Estados Unidos e em outros lugares, algumas empresas de defesa buscam aumentar suas vendas internacionais como parte de uma estratégia para se ajustar à uma nova realidade de orçamentos de compra mais baixos e menor demanda doméstica por seus produtos. Mas, em virtude do excesso de capacidade na produção mundial de defesa, a competição é feroz e os acordos de vendas são complexos, ignorando cada vez mais os acordos governo a governo.⁶⁴⁹ (grifos nosso).

Um pouco adiante, ainda em seu prefácio, prossegue o relatório:

O Congresso [dos EUA] enfrenta duas questões muito importantes e interconectadas: 1) controlar a proliferação de armas modernas e tecnologia de defesa e 2) a saúde das indústrias de defesa dos EUA. Este relatório, o produto final da avaliação do OTA sobre a colaboração internacional em tecnologia de defesa, explora a forma e a dinâmica da indústria internacional de defesa, os meandros da transferência de tecnologia e vendas de equipamentos e as implicações para a política dos EUA. Um relatório improvisado, “Armando nossos aliados: cooperação e competição em tecnologia de defesa”, foi publicado em maio de 1990.⁶⁵⁰ (grifo nosso).

Esclarecendo quem são os participantes desse intrincado jogo de transferência e venda de equipamentos e tecnologia de defesa, o relatório informa que:

Em 1988, Índia, Egito, Indonésia, Coreia do Sul e Brasil produziam 43 diferentes “armas principais” sob licenciamento internacional (...). Como consequência, várias dessas nações atingiram uma significativa capacidade industrial de defesa e entraram no negócio de exportação de armas. Entre 1978 e 1988, as armas exportadas por Israel, Brasil, Espanha e Coreia do Sul ascenderam a US\$ 16 bilhões. A multiplicidade de fontes (países avançados

⁶⁴⁸ U.S. Congress, Office of Technology Assessment. *Global Arms Trade, OTA-ISC-460*. (Washington, DC, U.S. Government Printing Office, June 1991).

⁶⁴⁹ Tradução do autor. No original: The end of the Cold War has brought profoundly decreased demand for weapons by the United States, the Soviet Union, and most European governments. In the United States, and elsewhere, some defense companies are seeking to increase their international sales as part of a strategy to adjust to the new realities of lower procurement budgets and less domestic demand for their products. But because of worldwide overcapacity in defense production, competition is fierce and sales arrangements are complex, increasingly bypassing government-to-government agreements. (Prefácio).

⁶⁵⁰ Tradução do autor. No original: Congress faces two very important and interconnected issues: 1) controlling the proliferation of modern weapons and defense technology and 2) the health of the U.S. defense industries. This report, the final product of OTA’s assessment on international collaboration in defense technology, explores the form and dynamics of the international defense industry, the intricacies of technology transfer and equipment sales, and the implications for U.S. policy. An interim report, *Arming Our Allies: Cooperation and Competition in Defense Technology*, was published in May 1990. (prefácio).

e desenvolvidos) produziu um mercado de compradores dentro do qual uma gama de modernos equipamentos de defesa está geralmente disponível para qualquer nação que possa pagar por eles.⁶⁵¹ (pp. 8-9).

Ajustando um pouco mais o foco, esclarece ainda o comunicado do OTA que:

Nações com indústrias de defesa em desenvolvimento trouxeram uma expansão significativa da capacidade de produção de defesa em todo o mundo, o que não é surpreendente, considerando sua crescente presença tecnológica e industrial nos mercados civis internacionais. Esses países estão agora entrando no comércio internacional de armas ou têm estratégias ativas para fazê-lo. Alguns, como Brasil e Israel, já marcaram presença, exportando (respectivamente) 90 e 55 por cento de sua produção. (...). A maioria provavelmente adotará uma abordagem de duplo-uso para a tecnologia de defesa, procurando alavancar a tecnologia civil para fins de defesa e produzindo sistemas de armas de alta qualidade, mas não de última geração.⁶⁵² (p. 26).

Conjugadas as informações acima, podemos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, não parece acidental constar, no mesmo bloco de matérias do jornal *O Estado de São Paulo*, a falência da “indústria de armamentos brasileiras”, um verdadeiro sorvedouro de recursos públicos e que não entregava benefícios para o país, ao lado da notícia que divulgava a receita de McNamara para o desenvolvimento dos países pobres e, ao mesmo tempo, para atingir a estabilidade mundial. Poderíamos questionar o porquê de o jornal paulista não questionar como a paz mundial seria atingida com o fim de fornecimento militar de países que representavam cerca de 5% das vendas globais de armamentos.

Questionável também a ausência de uma opinião contrária, ao menos do ponto de vista estratégico, para as conclusões apresentadas e, talvez pior, a ausência de informações sobre as avaliações norte-americanas sobre o assunto, pois o mesmo correspondente que apresentou o receiptário do presidente do Banco Mundial poderia ter comentado o relatório do OTA, já

⁶⁵¹ Tradução do autor. No original: In 1988, for example, India, Egypt, Indonesia, South Korea, Taiwan, and Brazil were producing 43 different major weapons under international licensing agreements (...). As a consequence, several of these nations have attained significant defense industrial capacity and have entered the arms export business. Between 1978 and 1988, the arms exported by Israel, Brazil, Spain, and South Korea amounted to \$16 billion. The multiplicity of sources (both advanced and developed countries) has produced a buyers' market in which a range of modern defense equipment is generally available to any nation that can pay for it.

⁶⁵² Tradução do autor. No original: Nations with developing defense industries have brought about a significant expansion of worldwidedefense production capacity, which is not surprising considering their growing technological and industrial presence in international civilian markets. These countries are now entering the international arms trade or have active strategies to do so. Some, like Brazil and Israel, have already made their presence felt, exporting (respectively) 90 and 55 percent of their production (...). Most will likely adopt a dual-use approach to defense technology, i.e., seeking to leverage civilian technology for defense purposes and producing high quality, but not state-of-the-art, weapon systems. (p. 26).

estava disponível, uma vez que era tema de discussão pública no Congresso dos EUA. Obviamente poderíamos ainda especular sobre o motivo de aceitar sem questionamentos as palavras de Robert McNamara, um dos grandes artífices da escalada na Guerra do Vietnã, justificada por uma informação provavelmente falseada (o incidente do Golfo de Tonkin que, segundo documentos recentemente desclassificados, foi manipulado por McNamara para convencer o presidente Johnson a “escalar” a presença norte-americano no conflito) e que constituiu o maior desastre militar dos EUA.

Além disso, o relatório do *Office of Technology Assessment* parece confirmar que a presença dos produtores de defesa dos países em desenvolvimento contrariava realmente os interesses... mas dos EUA. Como demonstra a análise do *OTA*, o esmaecimento da Guerra Fria conduzia a uma redução na demanda interna norte-americana por armas (para uso das FA) e, provavelmente, reduziria também o consumo externo. E deixa claro o que deveria ser a preocupação do Congresso norte-americano: “a saúde das indústrias de defesa dos EUA”, pressionadas por fornecedores que já ocupavam um espaço de US\$ 16 bilhões e, ainda na avaliação do *OTA*, promoveriam um desenvolvimento tecnológico dual, que impactaria o mercado civil e militar.

Considero legítimas objeções, sejam de consciência (pacifismo), sejam de ordem econômica ou de prioridade de investimento, desde que, evidentemente, tais considerações sejam também explícitas. O que parece pouco apropriado é não explorar adequadamente todas as dimensões de um fato. Mas tal apreciação não impacta a narrativa aqui proposta e, com as notícias e informações oferecidas, temos um quadro de como se encerrava o ano de 1991. Vamos observar como se desenrolou o final de nossa trajetória.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1992, com 261 páginas e enviada em 17 de fevereiro, foi a última do breve período de Fernando Collor no comando da nação. A inflação, a mesma da qual o ocupante do executivo só dispunha de um tiro para eliminar, continuava, como nas mensagens presidenciais desde seu antecessor, constituindo o principal problema de governo. Como a pontaria do jovem presidente não foi um primor de precisão, era necessário apelar para a “disciplina e sacrifício” do povo que, como ele mesmo admitia, não tinha “boas lembranças de ocasiões anteriores em que nossos governantes pediram sacrifícios” e, demonstrando um formidável exercício de retórica, aponta que a diferença agora é que o sacrifício era exigido por um presidente eleito pelo voto popular, na vigência de instituições independentes e com direito a ampla e livre manifestação; logo, os sacrifícios exigidos pelo

governante nada mais eram do que “esforços necessários para a realização dos objetivos que a sociedade definia.”⁶⁵³.

É impressionante o caráter masoquista da sociedade, especialmente da sua parcela mais vulnerável, usuais sacrificados em tais situações. Por outro lado, muito brevemente o direito de manifestação popular referido por Collor seria exercido, talvez por esquecimento dos objetivos definidos pela própria população brasileira. Mas esta é outra história...

O ano de 1992 poderia ser marcado pelo sucesso da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad – no Rio de Janeiro), pelo fim do conflito Leste-Oeste e, para alguns, pelo fim da História. Seguramente fatos relevantes, mas, para o Brasil, a pauta dos noticiários seria dominada por temas domésticos e bem menos otimistas que os dois eventos internacionais citados.

No dia 26 de maio, em entrevista que mereceu a capa da revista Veja de 13 de maio de 1992, Pedro Collor de Mello (irmão do Presidente), expõe um esquema de corrupção envolvendo o tesoureiro da campanha presidencial e o próprio Fernando Collor, que culminou com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1º de julho de 1992, para investigar o caso. A instalação da CPI conduziu a um processo de grandes manifestações populares contra Collor, intensa movimentação política e a abertura de um processo de impedimento (impeachment) do Presidente da República, que renunciaria ao seu mandato no dia 29 de dezembro daquele ano.

Podemos imaginar que, com a verdadeira paralisia administrativa do governo federal (inevitável com a instalação da CPI e principalmente com a abertura do processo de impeachment), a situação da indústria militar se tornaria um caso praticamente insolúvel. Mesmo o pagamento parcial das dívidas da concordatária ENGESA, que evitaria a decretação de sua falência, bem como os rumores de uma possível aquisição por parte de um consórcio envolvendo capitais estrangeiros e nacionais, não alterariam significativamente as desconfianças sobre a empresa.

Por seu turno, a AVIBRAS, que conseguiu sobreviver a concordata mantendo um núcleo composto por 550 engenheiros e técnicos, definido por João Verdi como “célula multiplicadora”⁶⁵⁴ da tecnologia acumulada, ainda faria um fornecimento para a Arábia Saudita no valor de US\$ 70 milhões (venda de 10.000 foguetes de saturação para o Sistema Astros II), mas já enfrentava grande dificuldade em colocar novas encomendas; contudo, a

⁶⁵³ Mensagem ao Congresso Nacional de 1992, introdução, p. XII.

⁶⁵⁴ João Verdi de Carvalho Leite a Roberto Godoy, em O Estado de São Paulo, domingo, 15 de novembro de 1992, Internacional, p. 17.

continuidade do Programa Espacial Brasileiro poderia preservar a importância da empresa, que permaneceu fornecendo foguetes para esta iniciativa.

As demais empresas que tinham no setor bélico suas atividades principais igualmente sofrem retração e, no espaço de aproximadamente uma década não mais existiriam. Sem notícias dignas de comemoração para o setor industrial-militar, o ano de 1992, que transcorreria sob o signo da turbulência política, se encerrava com a incerta expectativa sobre o novo mandatário nacional, Itamar Franco, que assumiu a Presidência da República em substituição a Fernando Collor.

6.11 – O fim dessa história: “apenas mais uma falência”.

A Mensagem ao Congresso Nacional de 1993, com 217 páginas e enviada em 15 de fevereiro, já assinada por Itamar Franco foi, como seria de esperar, sucinta e descompromissada por realizações governamentais pretéritas, mas, por outro lado, procurando denotar uma diretriz em franca oposição ao seu antecessor. Conquanto possamos afiançar, do conforto do relativo distanciamento, a natureza antes discursiva que praticada da citada incompatibilidade de propostas entre Itamar e Collor, é também forçoso reconhecer que ele conduziu o processo governamental com muito mais habilidade que seu companheiro de chapa, organizando, como poucas vezes foi possível, uma “frente” partidária e política que viabilizou o seu curto mandato e, em breve, garantiria, um ano após a publicação desta Mensagem ao Congresso, a aprovação de mais um plano de estabilização.

Com esta bem urdida aliança, Itamar Franco impulsionou polêmicas mudanças e reformas, especialmente o programa de privatizações, que impactaram sensivelmente o parque industrial militar, como veremos adiante. Na comunicação ao parlamento, o presidente encaminha a questão da Política Externa Brasileira concentrando sua atenção nas atividades de consolidação do MERCOSUL e, pela primeira vez em uma mensagem presidencial, destaca o aprofundamento dos laços com a China. O mais importante, contudo, é que a análise registra as mudanças em plano global e vincula tais processos a necessidade de uma postura cautelosa dos países latino-americanos em defesa de sua segurança e soberania⁶⁵⁵, e, de tal conexão, assevera que:

⁶⁵⁵ Mensagem ao Congresso Nacional, introdução, p. XVII.

a guerra moderna [exige a] mobilização de todos os recursos nacionais. Isso significa destinar investimentos crescentes às pesquisas científicas e tecnológicas, não só de aplicação militar direta, mas sobretudo as destinadas à produção agrícola e industrial. Não nos foi possível atribuir todos os recursos necessários aos laboratórios nacionais de pesquisa (...).

Os recursos necessários não seriam, por longo período, destinados ao setor de material militar, sejam laboratórios ou plantas industriais. As privatizações e o congelamento de recursos para tal indústria selará o final de um ciclo de atividades que deveriam, na visão dos idealizadores do projeto, conduzir o Brasil a condição de potência, autossuficiente não apenas na indústria bélica, mas também em todo o setor industrial e tecnológico a ela associado. As próximas páginas apresentarão as derradeiras linhas desta narrativa, que retornaria em outro momento histórico e político, com uma roupagem também um pouco diferente, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Mas não faremos esta volta para o futuro; caminhemos para a reta final de nosso período.

Ainda que pouco provável, a “salvação” da ENGESA era considerada uma possibilidade. Entre junho e julho de 1993 especulou-se o interesse na aquisição da companhia pelo banco de investimento Brasilinterpart Intermediações e Participações S/A, em associação com a Overseas Finance and Management Corporation, empresa com sede na Arábia Saudita. A união de um bem relacionado grupo brasileiro com uma empresa árabe na aquisição da fabricante de blindados fazia sentido, pois conectava a empresa com o Brasil e o melhor mercado de exportação dos produtos da ENGESA, merecendo uma matéria na seção “Negócios” do *Estadão*, com o título: “Grupo Árabe terá participação na Engesa.”⁶⁵⁶.

A reportagem esclarece que a *Overseas* seria sócia minoritária da *Brasilinterpart* e que, segundo o departamento jurídico do banco de investimento brasileiro “outras empresas nacionais e estrangeiras seriam convidadas a entrar no negócio. ‘Mas o controle majoritário irá permanecer nas mãos dos brasileiros’.”. Sem detalhar qual seria o plano de recuperação da ENGESA, as informações davam conta de uma eventual troca de compras de equipamentos por ações para atrair sócios-clientes interessados, ficando estabelecido que, caso as dívidas da companhia alienada superassem US\$ 350 milhões, o negócio não seria concretizado; a *Brasilinterpart* alegava ter conhecimento de que o passivo da empresa era superior a esse

⁶⁵⁶ Jornal O Estado de São Paulo, quarta-feira, 15 de julho de 1993, caderno Economia, p. 12.

montante, mas esperava conseguir uma renegociação favorável com os credores, de modo a limitar o exigível ao valor do teto proposto.

A operação parece apontar para um “balão de ensaio”: caso as inúmeras restrições e propostas dos compradores fossem viáveis, o contrato seria celebrado, mas, caso contrário, era como se não existisse a oferta; nesse ponto nada que fuja ao normal de negócios do gênero, porém, algumas questões merecem detalhamento. A Brasilinterpart, que tem como negócio principal o setor imobiliário (embora tenha participado em outras atividades, como indústria naval e banco comercial), uma organização que contava com aporte do BNDES e bom trânsito entre autoridades e empresas brasileiras e estrangeiras⁶⁵⁷; poderia, de fato, tentar acordos que reduzissem o passivo, especialmente os vinculados a dívidas fiscais. Uma auditoria entregue no dia 15 de outubro de 1993, no entanto, apontou para um endividamento que poderia beirar os US\$ 600 milhões; nesse nível, os proponentes consideraram inviável prosseguir e, em 18 de outubro daquele ano foi decretada a falência da ENGESA.

O editorial do jornal O Estado de São Paulo, do dia 8 de novembro de 1993 destaca, em seu título: “**Apenas mais uma falência.**”⁶⁵⁸. O texto destaca, logo em seu primeiro parágrafo que: “Muito dinheiro público foi despejado na Engesa sem que a saúde financeira deste fabricante de material bélico fosse recuperada.”, relatando, ainda que:

Nos **governos ditos militares**, mas também no do civil José Sarney, as feridas administrativas da Engesa eram curadas com dinheiro público liberado em nome da Segurança Nacional. Agora sinaliza-se que o general Zenildo Zoroastro de Lucena considera a produção da empresa vital para a defesa da soberania nacional. Deve haver nisso erro de informação, equívoco de interpretação ou exagero de argumentação. Por mais que o país esteja deprimido, por mais que nossos valores estejam depreciados, a soberania nacional não repousa sobre os alicerces de uma companhia falida (...). (Destaque nosso).

O primeiro comentário que posso tecer sobre este trecho do *Estadão* não está relacionado ao caso da falência da ENGESA, mas aos “governos ditos militares”; gostaria realmente de saber como o órgão de imprensa paulista classifica o regime instalado com o golpe de 1964. Deslocando-me da curiosidade, outro ponto merece reflexão: não consegui encontrar, durante a pesquisa, consultando mais de vinte anos no acervo deste jornal (bem

⁶⁵⁷ A Brasilinterpart foi fundada em 1979, sendo controlada por diversas figuras conhecidas do mundo dos negócios (e da política) brasileiros, como José Papa Junior, Theóphilo de Azevedo Santos, Mario Garnerio e, no momento da proposta em tela era presidida por Wilson Mendes Caldeira, ex-cunhado de José Luiz Whitaker Ribeiro.

⁶⁵⁸ O Estado de São Paulo, 8 de novembro de 1993, Notas e informações, p.3.

como de outros com grande circulação), qualquer menção ou suspeita sobre as injeções de recursos públicos que curavam a empresa de material bélico citada, até já bem próximo o seu fim; muito ao contrário, por sinal, como tivemos oportunidade de acompanhar ao longo da tese. Mas não pretendemos realizar uma análise jornalística neste trabalho, apenas iluminar com mais intensidade como nosso objeto era apresentado em relevantes veículos de imprensa, durante os vários momentos de nossa jornada.

A falência da ENGESA - Engenheiros Especializados S/A simbolizou o ponto final de um projeto imaginado três décadas antes. Também sinaliza que nosso recorte cronológico chega ao fim. Mas não ao fim da História.

CONCLUSÃO

Já se disse que a História é feita no presente, de inquietações e questionamentos postos pelo presente. Com efeito, por diversos momentos durante a elaboração desta pesquisa, o presente assombrou meus pensamentos... E, certamente, determinou os rumos conferidos a minhas mais indagações, mais do que em qualquer outro momento de minha jornada de estudos nessa pujante área do conhecimento.

O teor das discussões encadeadas até este ponto diz respeito, entre outros aspectos, a atividades que envolvem, direta ou indiretamente, variados setores da sociedade; sob certa perspectiva, até mesmo sua integralidade. Afinal, quando direcionamos nosso olhar para o ambiente empresarial, em especial o corporativo, podemos distinguir os reflexos das decisões governamentais, o horizonte de lutas sociais, as movimentações de grupos de interesse, as perspectivas de coletividades humanas, os anseios individuais, e tantas mais dimensões da vida cotidiana e suas nuances. Destarte, quando consideramos em minúcia a tessitura das empresas, refletimos, via de consequência, também sobre a sociedade que a cerca.

Uma tese, no entanto, é, necessariamente, discricionária. Não se pode pretender abarcar, com o devido rigor científico e adequado embasamento teórico, todas as matizes de um tema ou todos os ângulos de um objeto selecionados à análise.

Sabedor de tal impossibilidade e frente a ela, procurando eleger aspectos prioritários nos limites da experiência ora relatada, avalio como de singular relevância perceber que a política sempre está presente nas ações humanas e de Estado, mesmo as mediadas por um enfoque ditatorial, como aquele que perpassa boa parte do íterim abordado neste trabalho. Tal observação, aparentemente pueril, merece ser aqui referida; afinal, no caso de nossa história recente, o período dos generais no poder é, não raro, retratado com espeque em afirmações superficiais, tais como a de que o golpe militar atendeu a interesses imperialistas, de uma burguesia nacional, de uma proposta liberal. Ainda que tais assertivas possam, em alguma medida, refletir condições factuais, não logram compreender (e, por defluência, explicar) seus enredos articulatórios, atentando para a complexidade das variantes e determinações que os constituem.

À evidência, tudo o quanto exposto no presente expediente argumentativo refere-se tão só aos conteúdos selecionados por nosso arbítrio e abordados por nosso viés de pesquisa, além de repercutir, por conseguinte, uma avaliação parcial, individual, e não interpretações definitivas (estas, aliás, inexistentes no mundo real). Desenvolvemos as nossas próprias

ilações e sustentamos as nossas próprias conclusões – não propomos (e nem poderíamos propor) *a conclusão*.

No entanto, em que pese tal constatação, compartilho da ideia de que encerrar uma tese (ou mesmo uma dissertação) sem um desfecho concludente implica fugir ao debate, promover argumentos vagos e genéricos, mero resumo narrativo de um trabalho pretensamente finalizado, que, se por um lado, não expõe o autor, por outro, desestimula a formulação de novas perspectivas e, sobremaneira, frustra a possibilidade de elaboração de propostas originais de ação concreta, de todo necessárias – ou mesmo exigidas – de qualquer disciplina acadêmica, especialmente no âmbito de instituições públicas de ensino.

Antes, porém, de expor nossas impressões e inferências, inclusive com o fito de propiciar um encadeamento lógico, cumpre-nos recuperar as indagações que impulsionaram nossa pesquisa e as hipóteses que orientaram nossa tese.

Conforme descrito no capítulo inaugural, a primeira indagação teve como objetivo alcançar a motivação do investimento no segmento selecionado, que, como vimos, encaminhou a premissa básica: o objetivo de construção do *Brasil Potência* forneceu os elementos fundamentais para o modelo de indústria então implantado. De fato, as iniciativas governamentais, especialmente – mas não exclusivamente – a partir do segundo presidente do ciclo militar, encaminharam ações que privilegiaram a produção doméstica de material de emprego militar, bem como o desenvolvimento de tecnologias sensíveis que poderiam ser, direta ou indiretamente, empregadas no esforço bélico. A decisão pelo desenvolvimento autóctone, ainda que baseado em contratos de transferência de tecnologia, assumiu um caráter autárquico, que contemplava tanto os objetivos de conquistas nos campos científico e tecnológico quanto uma relativa independência na produção de equipamentos, fundamental para superar eventuais pressões externas, que inviabilizariam o projeto geopolítico e, por consequência, a edificação da potência regional e a futura projeção ampliada de seu poder.

Como também tivemos oportunidade de abordar no capítulo inicial, a percepção da necessidade de desenvolvimento e de produção doméstica de equipamentos de emprego militar impunha-se há bastante tempo, e, com o avanço das teses típicas da Guerra Fria, tal sentimento recebeu o impulso necessário para, uma vez guindada a corporação militar ao centro do poder decisório nacional, fomentar a implantação acelerada de um parque industrial capaz de fornecer o aparato necessário ao combate do *inimigo vermelho*, tanto em sua dimensão interna quanto nos limites de atuação direta do Brasil, ou seja, em suas fronteiras.

Todavia, ainda que as considerações acima dispostas corroborem a premissa básica, elas não explicam o caráter das iniciativas ou o perfil das empresas que se estabeleceram como protagonistas dessa narrativa, uma vez que os maiores expoentes do setor não haviam tomado parte nas tramas que conduziram ao golpe civil-militar de 1964 (a EMBRAER, a propósito, sequer existia). Por outro lado, organizações já estabelecidas, como aquelas que compunham o GPMI, e mesmo companhias estrangeiras estavam, em tese, melhor posicionadas para usufruir da oportunidade de negócios propiciada pelo poder público. Diante de tal contextura, revigora-se a pergunta formulada nos momentos iniciais de nosso trabalho: por que foram estas “jovens empresas” alcançaram o topo no segmento e em tão reduzido espaço de tempo?

A resposta para esse questionamento seguramente revela-se na intersecção de diferentes perspectivas. Partindo dos elementos coletados em pesquisa, acredito poder apontar as mais influentes. Em primeiro lugar, insta recuperar uma argumentação encontrada nos preceitos que emanavam de instituições basilares e que informava o pensamento e a visão dos comandantes do regime. Como asseverava Golbery – e claramente reverberavam os manuais de doutrina da ESG:

(...) o desenvolvimento do Brasil vinha sendo retardado por motivos suscetíveis de remoção, à espera que se utilizasse **a energia motriz contida nas elites capazes de assumir os encargos de direção do esforço nacional**, e, mais adiante, [propor] a substituição de um dos traços mais peculiares (e dos mais arraigados) do Caráter Nacional – o individualismo – que se desejava superar.

O destaque do excerto acima aponta para uma importante alusão: não se esperava, àquela altura, que *elites* quaisquer estivessem preparadas para o projeto concebido pelo comando do regime, inclusive face à constatação da influência de um “arraigado individualismo”. Urgia, em verdade, identificar os agentes que poderiam empreender nessa nova fase do país, as “elites capazes de assumir os encargos de direção do esforço nacional”. É preciso ter claro que o desenvolvimento que se perseguia era, sempre que possível, de caráter nacional e, no mais das vezes, autárquico. Nos setores estratégicos, notava-se, sem grande esforço, que os entes já estabelecidos não comungavam do objetivo de construção de potência nos moldes então preconizados.

Consoante enfatizamos outrora, os atores que primeiro se posicionaram no setor de interesse para este trabalho procuraram conquistar seu espaço em parceria com agentes externos – algo que significaria, em larga medida, a submissão, *a priori*, dos interesses

estratégicos de Estado (ideados pelos militares) aos objetivos de atores internacionais. Não estou afirmando, por óbvio, a prevalência de um sentimento de repúdio ao estrangeiro, pois, como observado por Fiori (1994), a estratégia de industrialização estava baseada na conjugação (e na aliança) entre capitais privados e internacionais e o Estado. O que tencionamos sublinhar neste ponto cinge-se ao fato de que, em determinados segmentos, a opção nacional seria privilegiada, pois, como observou Roberto Bernardes (2000, p. 207):

Identificamos os interesses dos militares cristalizados nos objetivos da Defesa e Segurança nacionais e idealizados em torno do projeto “Brasil Potência”, que orientaram os esforços desses atores na instalação de uma indústria armamentista e aeroespacial nacional, que proporcionasse a tão sonhada autonomia tecnológica e produtiva assegurando a soberania nacional militar (...).

Considerando, portanto, a confluência dos aspectos aqui revisitados, encontraríamos os fundamentos a demonstrar e justificar a opção pelo investimento nas “jovens” empresas de capital privado e em iniciativas de caráter estatal. Para a consecução do ambicionado projeto, estes eram os agentes que deveriam ser mobilizados; possivelmente levando-se em conta que empresas em estágio inicial tendem a uma maior aceitação do risco e, ante a ausência de um nicho de mercado consolidado, estão mais suscetíveis a mudança de orientação e plano de negócios. Ademais, o desafio técnico-científico do projeto demandava a reunião de capacidades em Ciência e Tecnologia que essas empresas recém-formadas possuíam. Nesse sentido, talvez o mais emblemático dos casos seja o da AVIBRAS, que poderia ser considerada, nos dias de hoje, uma *startup* de alto conteúdo tecnológico, para a qual renderia um consistente *IPO*. Não nos soa despidendo enfatizar que, atualmente, empresas deficitárias conseguem se manter com o recurso a constantes emissões (aumento de capital), situação inexistente à época das organizações aqui estudadas.

Sob prisma diverso, mas acerca do mesmo panorama, julgamos razoável ponderar que as empresas estatais a surgir no bojo do projeto “Brasil Potência” assemelhavam-se às privadas. Em particular, cogitamos quanto ao exemplo da EMBRAER, igualmente associável ao perfil de uma *startup*, havendo demonstrado similares ímpeto e ousadia para ingressar em um mercado que, em tese, não se coadunaria com economias periféricas.

Nos lindes do espaço-tempo minudenciado em nosso perquirição, configurou-se uma *conjunção astral* que oportunamente reunia o interesse do grupo dirigente (com suas verbas orçamentárias, capacidade técnica e viabilidade política), jovens empresas que buscavam consolidação em um mercado de potencial alta lucratividade (e que estavam dispostas aos

riscos e possibilidades inerentes a tal associação) e uma burocracia de Estado capacitada para gerenciar e executar os projetos que conduziram ao objetivo final de desenvolvimento e *grandeza*.

De fato, como se viu, as ações implementadas produziram não apenas um setor capaz de modificar o cenário nacional de ciência e tecnologia, mas também uma base empresarial comercialmente viável e (não menos importante) com predicados propícios à internacionalização. Sem considerar, por ora, o conhecido desfecho dessa aventura rumo ao *círculo das grandes potências*, não há como negar que as várias iniciativas implementadas mudaram, ao menos em perspectiva, o *status* nacional em importantes setores produtivos, como sinalizam, inclusive, os diversos trabalhos forâneos que procuraram analisar o invulgar “caso brasileiro”.

Releva anotar que, caso a presente narrativa encerrasse seu recorte cronológico em 1983, ou, de outra maneira, aos olhos de seus contemporâneos espectadores, seria lícito afirmar que a conjugação adrede referida fora, enfim, coroada de êxito, ao menos em suas intenções principais e essenciais (sem atentar, obviamente, às críticas sobre a pertinência e o caráter das inversões estatais abordadas nesta tese; desaprovação que, por sinal, também ganha impulso a partir do citado ano). Mas nosso objetivo não inclui julgar as decisões que levaram ao investimento público nos setores descritos; minha intenção, frise-se, é compreender e analisar a trajetória e o processamento deste particular empenho na construção do “Brasil Potência”. Tornemos, assim, aos fatos e às elucubrações que considero mais importantes no plano da presente narrativa.

Citei, parágrafos atrás, o potencial de internacionalização das empresas envolvidas com a produção de material militar – que, efetivamente, se mostrou passível de concretização. Tal circunstância constituiu (e, aqui, reside uma das minhas conclusões centrais) o motivo da grande visibilidade angariada pelo setor e, simultaneamente, uma das principais causas de sua posterior debacle.

Rememoremos que o principal impulso para as primeiras investidas no mercado internacional de material militar veio de um órgão tipicamente de Estado, o MRE, organizando-se, a partir da Chancelaria, todo um aparato de suporte e estímulo para as exportações dessa indústria. O PNEMEM foi a norma visível, mas a estrutura era muito maior do que a normatização poderia revelar. A atuação da cúpula do Itamaraty foi, portanto, decisiva para os rumos da história aqui relatada.

Um dos dados de grande interesse em nossa análise foi a relativa autonomia demonstrada pelo Itamaraty para encaminhar o início do processo em questão, uma consistente sinalização da confiança e do prestígio ostentados pelo órgão junto às instâncias decisórias do Planalto. Outrossim, vale observar que, no momento sob exame, a atuação internacional não estava tão disseminada fora do âmbito do Estado. Atualmente, as organizações privadas e mesmo governamentais operam com desembaraço nos diversos mercados; mas, à época referida, a presença do corpo diplomático era praticamente a única que poderia garantir uma ação integrada e global para conquistar a “clientela” estrangeira, sobretudo em um mercado tão sensível.

É bastante provável que o Itamaraty, acompanhando os contornos delineados durante a gestão Costa e Silva (os quais perdurariam, ao menos, até o governo Figueiredo), fosse, por ocasião das coordenações de Gibson Barboza para a internacionalização do material de emprego militar, o órgão governamental de mais acentuado viés nacionalista, rivalizando mesmo com o Alto Comando das FA – um nacionalismo que caminhou *pari passu* com as propostas de construção do “Brasil Potência”.

Como exemplo do quanto arrazoado acerca da perspectiva nacionalista, é emblemático o discurso proferido por Mário Gibson Barboza⁶⁵⁹, na Escola Superior de Guerra, em 1970⁶⁶⁰, quando, recorrendo à mensagem do presidente americano Richard Nixon ao Congresso dos EUA, em que este afirmava constituir o objetivo da nação “em primeiro lugar, apoiar nossos interesses”, para, mais à frente, concluir: “veremos nossos compromissos à luz de uma cuidadosa avaliação dos nossos interesses nacionais”. Nas palavras de Gibson Barboza:

A isso chamaríamos no Brasil de nacionalismo (...). Gostaria de ressaltar, neste passo, que não me consta nos Estados Unidos haja quem se preocupe em identificar nacionalistas, como se essa fosse uma aceitável linha ideológica de divisão da nação (...). Ora, como não podemos aceitar a existência de um conluio de proporções mundiais para reconhecer a um país forte o direito de ser nacionalista e negá-lo ao mais fraco, a conclusão inevitável parece ser a de que o nacionalismo emergente nas potências médias e pequenas constitui uma consequência natural e irrecusável.

Ainda no mesmo discurso, não faltaria ensejo a um apontamento sintomático da proximidade mantida com as propostas emanadas da própria ESG⁶⁶¹:

⁶⁵⁹ Gibson Barboza foi estagiário da ESG em 1951.

⁶⁶⁰ Lima & Farias (2018), pp. 311-312.

⁶⁶¹ Lima & Farias (2018), pp. 309-310.

Seja qual for a medida de grandeza de um Estado, deve ele sempre ter em conta, se deseja sobreviver ou progredir, em uma palavra, se quer afirmar-se, a justa medida na aplicação externa do seu **poder nacional** (...). Um Estado estará condenado à imobilização, o que equivale também ao desastre, numa época como a atual, de verdadeira aceleração do processo histórico, se deixar de utilizar o respectivo poder nacional até o seu limite exato, seja por timidez, seja por exagerada prudência no evitar os confrontos inevitáveis da vida internacional. (grifos e destaques nossos).

Por fim, arrematando tal digressão discursiva, sustentaria o chanceler brasileiro⁶⁶²:

Precisamos, no Itamaraty, antes de tudo, renovar nossos métodos de trabalho (...). Levantamentos de mercado; prospecção de possibilidades; representação adequada nos países e nas organizações internacionais; abertura de caminhos para a expansão nacional (...).

A manifestação enunciada poderia ser, enquanto tal, considerada mera peça de retórica, descolada da ação concreta, não fossem tais proposições corroboradas pelas demais fontes mobilizadas à condução de nossa pesquisa, o que, inclusive, ressalta a importância do entroncamento documental. Naquele momento, a experiência recente com os Estados Unidos (que, além da já mencionada recusa de venda de aeronaves militares, destinara tratamento pouco amistoso até mesmo à importação de fuzis *M-16*) ampliou a percepção, tanto nos meios militares quanto diplomáticos, da dificuldade em se dispor, efetivamente, do apoio estadunidense para o programa de modernização militar. Assim, a fim de se viabilizar o intento de ampliação do papel internacional do país, urgia a criação de uma indústria nacional de material militar e, ato contínuo, sua colocação à prova no vibrante e competitivo mercado externo.

Outra das ocorrências a manifestar a centralidade experimentada pelo Itamaraty junto ao comando da República foi a decisão governamental de não aceitar os termos de *Tlatelolco* e do *TNP*— ensaiada desde Castelo Branco, corroborada com Costa e Silva e definitivamente declarada no Governo Médici. Intimamente relacionado com o desenvolvimento estratégico e militar (em que pese a reafirmação de “uso pacífico”, o elemento militar obviamente compunha a essência da decisão), os fóruns em que se debatiam as questões da energia nuclear eram eminentemente diplomáticos.

Desse modo, foi inevitável que o MRE assumisse posições e empreendesse iniciativas que conduzissem a nação rumo ao acalentado plano do “Brasil Grande”. Encontrando uma

⁶⁶² Lima & Farias (2018), p. 324.

parceria na iniciativa privada que pudesse atuar como *precursora* de suas ações, estaria formada a base para uma trajetória – esperava-se – exitosa.

Tal autonomia, contudo, não poderia deixar de suscitar tensões interburocráticas. Na pasta da Economia (embora não possamos, evidentemente, generalizar), não despertavam confiança os rumos expressos pelo Itamaraty; todavia, quando o assunto tangenciava o “engrandecimento nacional”, a força de Delfim Netto era bastante atomizada. Por outro lado, o mesmo não se poderia dizer quanto aos setores militares, especialmente em relação ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), mas também com respeito aos ministérios da área e às forças singulares. Adicionalmente, embora nítido, convém destacar que, enquanto o MRE atuava como peça-chave para o projeto de longo prazo, as FA e o CSN constituíam importantes fontes do poder interno, além de igualmente relevantes ao plano de potência. Não seria fácil – e, de fato, não se mostrou possível – atuar junto a este particular campo sem conceder ao menos relativa primazia às ponderações do segmento da burocracia fardada do Estado. Posteriormente, a mesma configuração refletiria parte dos óbices por enfrentar.

A força dos setores militares revelou-se enquanto consequência natural nos domínios do governo, ainda mais em uma arena em que as FA figuravam como componente central. As objeções iniciais quanto ao fornecimento de material militar na América Central e no Peru elucidam a dimensão desta assertiva. Sob prisma diverso, como a decisão de inserir o setor industrial militar na arena internacional não poderia prescindir da participação do MRE, conjugaram-se os esforços de ambos os flancos para avançar em direção ao objetivo pretendido.

Destarte, amparado por tal associação estatal, o setor industrial-militar, comandado pela ENGESA em seus lances iniciais (e com profunda influência desta por quase todo o período), adquiriu a força necessária para empreender seu voo no restrito mercado internacional de material bélico. Claro está que, sem condições técnicas factuais à utilização dos equipamentos brasileiros em situação real, mesmo os esforços de Estado não garantiriam o sucesso, também inegável, das vendas internas. Com isso, pretendo propor que: sim, conseguimos produzir aparatos e insumos eficientes e capazes de nos colocar no rol de exportadores de material de uso militar, com potencial de incremento e melhorias, que, provavelmente, poderiam rivalizar com os produtos de expoentes tradicionais.

Assim, respondo a mais uma pergunta suscitada no correr de minha investigação. Tanto a gênese quanto a evolução das empresas e sua capacidade de inserção internacional são tributárias diretas da ação do Estado, que, através de estímulos e incentivos diretos ou

indiretos, aliados a planejamento e decisão política, obteve êxito em selecionar agentes privados e públicos dispostos e capacitados a enfrentar a tarefa proposta, conseguindo, em exíguo espaço de tempo, fazer com que o país migrasse de uma situação de absoluta dependência e quase inexistência de plantas aptas para o desenvolvimento desses produtos para a condição de aspirante a *player*, que merecia ser assim apreciado, e demonstrando que um país “periférico” poderia atingir o patamar de desenvolvedor de atividades inovadoras e com conteúdo tecnológico. Fazendo minhas as palavras de Mariana Mazzucato, em “O Estado Empreendedor”: “foi a mão visível do Estado que fez essas inovações acontecerem. Inovações que não teriam ocorrido se ficássemos esperando que o mercado e o setor comercial fizessem isso sozinhos (...)”⁶⁶³, ou, como diria Keynes (citado, também, por Mazzucato): “o importante para o governo (...) [é] fazer coisas que no momento não são feitas de forma alguma.”⁶⁶⁴.

Sabemos também que, nos primeiros anos da década de 1970, o comércio mundial teve forte incremento, dado que constituiu uma das principais explicações para a performance exportadora da indústria brasileira em geral. Mas, importa ressaltar, o setor sob escrutínio não fora beneficiado por este aumento; o relativo sucesso exportador esteve vinculado, antes, a uma bem planejada ação de *marketing* para produtos que atendiam às necessidades de consumidores que não eram convenientemente contempladas pelos fornecedores tradicionais, muito em virtude dos preços de seus equipamentos, mas também por outros motivos de ordem técnica e operacional. Evidentemente, os já citados estímulos estatais contribuíram em grande medida para o êxito de tal empreitada, mas devemos perceber, como subjacente ao proposto por Carol Evans (ver capítulo 1), que os fatores de sucesso foram vinculados, também, a uma série de ações gerenciais, que denotaram adequada capacidade empresarial e recursos humanos aptos a projetar e produzir itens de (ao menos) razoável conteúdo tecnológico e valor agregado.

Pelo exposto até o momento, poderíamos deduzir que o plano pensado para o país deveria ser bem-sucedido e consistente ao longo do tempo. Mas, não tendo sido esse o caso, tornemos à derradeira questão posta na abertura deste trabalho: o que provocou, ao fim do período, o fracasso do projeto e a falência – ou quase falência – das organizações que figuraram em nossa narrativa?

⁶⁶³ MAZZUCATO (2014), p. 26-27.

⁶⁶⁴ KEYNES (1926) (*in* Essays in Persuasion-1933, p. 317). Tradução livre do autor. No original: The important thing for Government is not to do things which individuals are doing already, and to do them a little better or a little worse; but to do things which at present are not done at all.

A réplica a esta arguição encontra amparo em variadas constatações, algumas bastante conhecidas e outras que não são corriqueiramente mobilizadas pela bibliografia afeta ao nosso tema. Começemos pelas mais usuais.

Atinentes à economia de modo geral, conforme advogam alguns dos autores mobilizados ao longo da tese (e nominalmente citados na Introdução e no Capítulo 1), encontramos fatores de decisiva influência para o esgotamento do modelo imaginado pelos militares, dentre os quais evidenciamos os recorrentes e substanciais déficits comerciais, a vulnerabilidade no setor energético (uma vez que, além da opção pelo transporte rodoviário, já nos anos de 1950, o crescimento mais acentuado do milagre se deu em setores intensivos em consumo de energia) e a constante necessidade de investimento estrangeiro e endividamento externo para manter as altas taxas de acumulação de capital e consumo. Muito embora estas razões mais gerais não tivessem impacto direto sobre o setor de material militar, obviamente contribuíram para reduzir a margem de novas inversões, assim como a capacidade de empenho para aquisições de material bélico. Não é demais lembrar que, no Brasil, o Estado é a principal fonte de recursos para C&T, assim como em P&D, e, com os desequilíbrios que se avolumaram desde meados dos anos 1970, os setores estratégicos sofreram um contínuo enfraquecimento. Roberto Bernardes (2000, p. 80) observa que “a crise interna e externa (...) expôs a fragilidade de grande parte dos esforços privados em P&D e C&T, e a dependência do sistema de C&T do Estado e de empresas estatais.”

Outra questão relevante, ainda que não diretamente conectada à esfera da economia, foi a pouco eficiente coordenação entre as diversas instâncias governamentais/institucionais para dirigir o esforço de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, desígnio fundamental ao acalentado projeto “Brasil Potência”. Esta imperícia afetou o setor de armamentos, mas, com especial intensidade, o campo de pesquisa e produção nuclear, bem como o complexo eletrônico e de informática (TI). Recorrendo vez mais a Roberto Bernardes (2000, p. 80): “Salientaram-se, também as consequências negativas da dicotomia institucional entre os órgãos encarregados de formular a política científica e tecnológica e o desenvolvimento industrial.”. Na avaliação pessoal deste doutorando, a aspiração de grandeza demandaria articulação ainda maior do que a proposta por Bernardes. O regime militar não lograria consumir, devidamente, uma “Via Prussiana” brasileira⁶⁶⁵.

⁶⁶⁵ Utilizo o termo “Via Prussiana”, evidentemente, como um recurso retórico/literário. Não o adotei como o conceito exigiria; para saber mais sobre tal, ver: Lukács (2020) e Gramsci (2002), e, para um autor brasileiro com alentada discussão sobre o tema, vinculando tal conceito ao caso brasileiro, COUTINHO (2011). Também MOORE (1983), para uma discussão sobre as relações no campo e as origens sociais da ditadura e da democracia.

Mais não nos delongaremos em questões de ordem geral, suficientemente exploradas pela bibliografia. Caminhemos ao encontro dos problemas específicos enfrentados pelo setor objeto de nosso estudo.

Focalizando os aspectos diretamente relacionados ao campo de material bélico, especialmente a produção de armamentos, e acompanhando algumas das conclusões correntes na bibliografia sobre o tema, encontramos alguns pontos sobre os quais pairam poucas dúvidas. Em primeiro lugar, tem-se que o terço final da década de 1980, quase coincidente com o esmaecimento da Guerra Fria, foi acompanhado por um recuo no mercado internacional de armamentos, fato que tornou tal comércio muito mais competitivo e, como mostramos nos capítulos finais da tese, sujeito a ainda maior interferência governamental dos principais países produtores em defesa de sua própria indústria. A defesa dos fabricantes brasileiros demandaria uma postura diplomática que, por um lado, teria de esgrimir contra o poderio da Secretaria de Estado norte-americana contando com escassos recursos, e, de outro, no *front* interno, haveria de lidar com uma reação negativa da área econômica (que, então, já dispunha de meios para bloquear as iniciativas do MRE). Além disso, a situação um tanto enfraquecida da área militar impedia seus representantes de exercer pressão em prol do parque bélico nacional.

Outro ponto que dialoga com a falta de coordenação entre setores governamentais, citada linhas atrás, diz respeito ao relacionamento estabelecido entre as empresas e os órgãos de Estado. Vimos, no Capítulo 3, os lances iniciais da parceria entre o MRE e a ENGESA, que envolveram outros integrantes das indústrias de meio militar; não explicitamos – ao menos não detalhadamente – a conexão destas com outras instâncias governamentais, particularmente com as FA e, por extensão, com o Alto Comando e a chefia do Conselho de Segurança Nacional. Embora o relacionamento *próximo* (para utilizar um eufemismo, necessário, dado o caráter deste texto) entre militares e indústria de defesa de qualquer país com significativa produção bélica constitua uma prática absolutamente normal, tal proximidade não deve e não pode significar um risco aos objetivos estratégicos de maior envergadura do Estado.

No caso brasileiro – e, daqui em diante, reclamando este doutorando a integral responsabilidade pela elaboração das conclusões expressas – tal aproximação resultou em uma série de decisões que, em variados níveis, impactaram negativamente o desenvolvimento eficiente do setor, além de favorecer diversas iniciativas “duplicadas”, que só conseguiram

dividir os já reduzidos recursos disponíveis para aplicação na indústria bélica. Pontuemos alguns.

Aludimos, no Capítulo 3, à intenção de produção, em solo brasileiro, do *MBT Leopard*, associação da *Krauss-Maffei* com a *Bardella*, que, embora contasse com entusiástico apoio do MRE, foi abatida já em seu nascedouro pelas altas instâncias federais, consubstanciando motivo de *velada* proibição na Mensagem ao Congresso Nacional de 1980 (conforme registramos no citado capítulo). E, neste breve relato, identificamos um dos problemas advindos da relação excessivamente íntima entre fabricantes e compradores públicos; ou, mais do que isso, da inapta articulação de esforços e da ausência de uma bem estruturada concepção estratégica, tanto em seu sentido estrito (estratégia nacional e militar) quanto em termos de fortalecimento da base empresarial.

Ao impedir o estabelecimento da parceria teuto-brasileira para a produção do *Leopard*, baseado em projetos incipientes (como o *Tamoyo*, da Bernardini, ou, em estágio ainda mais embrionário, o *Osório*, da Engesa), não só deixamos de produzir um carro de combate que ainda não fabricávamos, como perdemos a oportunidade de adicionar algumas centenas de milhões de dólares em nossa balança comercial e, talvez mais importante, de ofertar mais uma “cabeça de ponte” para a diplomacia brasileira no Oriente Médio. Em poucas palavras, uma ação que, não obstante eventual justificativa em prol da indústria nacional (que, por fim, não se concretizou – como uma análise realmente isenta prenunciaria) carece de inteligência na ampliação de nosso parque industrial e empresarial.

Recordemos que, a partir de 1997, o Exército Brasileiro adota o equipamento alemão, recebendo o primeiro lote de *Leopard 1-A1* para suas unidades de blindados; e, em 2016, a *Krauss-Maffei* constitui uma instalação fabril para a manutenção dos carros de combate adquiridos pelo Brasil (sob a denominação *KMW do Brasil Sistemas de Defesa LTDA*), que, conforme plano de negócios da companhia, pretende atingir a América do Sul. A título de ilustração, atentemos aos seguintes dados complementares: os blindados adquiridos da Alemanha (para alguns, equipamentos de “segunda mão”) custaram aos cofres públicos mais de R\$ 200 milhões; além disso, o Exército Brasileiro estabeleceu um contrato de manutenção com a *KMW*, em 2017, no valor de sessenta milhões de euros (aproximadamente R\$ 350 milhões na cotação de 2022); em 2014, a realização da Copa do Mundo exigiu em investimento de defesa, apenas no quesito lançadores e mísseis adquiridos no mercado internacional, US\$ 12 milhões (aproximadamente 62 milhões de reais, na cotação de 2022); e, mais recentemente, no início de 2022, com mísseis e munição, inclusive para os “nossos”

Leopard, cinco milhões e trezentos mil euros (aproximadamente R\$ 30 milhões), também adquiridos de fornecedores estrangeiros. E esta representa apenas uma ínfima amostra dos dispêndios... Para os que defendiam ser o gasto estatal exagerado, acredito que os números pareçam bastante consideráveis e, *estranhamente*, muito pouco explorados nos meios de comunicação e mesmo em outros ambientes antes tão refratários a ideia de tais despesas.

Respiremos e retomemos o curso de nossas ponderações.

Além das movimentações que visavam impedir a instalação de novas plantas associadas ao capital externo, a disputa predatória entre as empresas já instaladas também contribuíram para o enfraquecimento do setor como um todo; e, nesse caso, a falta de uma articulação adequada na condução do projeto imaginado cobrou, mais uma vez, um elevado preço. A disputa entre a ENGESA e a Bernardini em torno do fornecimento de um carro de combate (*Tamoyo X Osório*) ilustra vivamente o embate. Outro exemplo, ainda mais incisivo, foi a criação da *Órbita*, associação capitaneada pela ENGESA, com a clara intenção de se apropriar de uma fatia de mercado já explorada pela AVIBRAS; algo que, além de dificultar a concentração de recursos na já instalada empresa aeroespacial, ainda serviu como munição para os críticos dos programas brasileiros de produção militar.

Entendemos que as disputas entre as empresas de material bélico se davam em torno das minguantes cifras disponíveis para o consumo interno de equipamentos. Constitui-se, no entanto – e miseravelmente – no típico movimento autofágico, em que, via de regra, nenhum dos contendores consegue a vitória. Também podemos perceber indícios de que as empresas, especialmente a ENGESA, tinham como certo o socorro estatal, que mitigaria as constantes necessidades de aporte para manter suas operações e sanar seus recorrentes problemas de fluxo de caixa. Tais observações indicam, com razoável clareza, que houve, no mínimo, uma grave falha no sistema de gerenciamento de risco das companhias envolvidas; crítica extensível, a propósito, aos gestores públicos ligados ao setor.

Apesar dos consideráveis impactos negativos gerados pelas contexturas referidas nos últimos parágrafos, ainda mais contundentes foram os golpes desferidos pela imprensa e pelos círculos políticos. Este, por sinal, deve figurar entre os principais motivos das constantes inserções de material jornalístico ao longo da tese. Além de, por óbvio, enriquecer a narrativa com variadas fontes, pudemos acompanhar a evolução do tratamento dispensado pelos meios de comunicação às iniciativas em favor do desenvolvimento de indústrias estratégicas e de material militar (enquanto formadores e catalisadores da opinião pública).

Não seria a primeira vez que iniciativas governamentais e setores ou grupos empresariais, inicialmente incensados pelos veículos de imprensa, saudados enquanto emblemas de “um novo tempo”, representantes de uma “nova política” e uma rigorosa “ética nos negócios”, ou, até mesmo, artífices de eventos que deixariam um inaudito “legado” ao país, passariam, pouco tempo depois, à condição de expoentes do “mau uso do dinheiro público”, símbolos da “ineficiência estatal” e da “corrupção endêmica inerente ao gigantismo do Estado brasileiro”.

O virtual derretimento do regime de 1964, com o subsequente – e justificável – figurino de causador de todos os males da nação, forneceu combustível adicional para o combate a quase toda e qualquer atividade que tivesse vinculação com o ciclo ditatorial dos generais-presidentes (ou tivesse neste se originado). Como disse anteriormente, os militares estavam na berlinda e eram alvos fáceis em análises e conclusões acerca dos problemas que afligiam o país; a crise era de sua responsabilidade exclusiva.

Ressalto que não estou afirmando que tal postura é exclusiva de nossos canais de informação, ou que advogo em favor de qualquer tipo de censura ou cerceamento dos profissionais de imprensa. Contudo, no bojo de nossa investigação, revelou-se como um dos maiores adversários do setor, praticamente desacreditando qualquer opção de continuidade das atividades em questão. Eventualmente poderíamos aqui também cogitar que as empresas e as instituições afetadas não cuidaram devidamente de seu sistema de assessoria e relações públicas – circunstância que, para esta pesquisa, seria impossível alcançar. Nada obstante, considero pouco crível tal suposição à vista da expressiva dificuldade a ser enfrentada pelos personagens de nossa narrativa, inclusive por conta dos relativamente restritos meios à disposição para a tentativa de reverter os danos causados à sua imagem e aos seus negócios.

Mister se faz ressaltar, ainda, as variadas tensões e os diversos óbices gerados no cenário internacional, oriundos especialmente dos Estados Unidos da América. Este país, em particular, mesmo diante dos sinais de conciliação de interesses emanados de sua instância diplomática, agiu decisivamente para invalidar o curso de desenvolvimento planejado no Brasil. Por vezes, argumentavam que estaríamos fornecendo meios de combate para potenciais adversários dos EUA (embora, em nenhum momento, houvessem oferecido alguma contrapartida por uma eventual retirada brasileira do mercado); outras vezes, as justificativas aproximavam-se de um alegado potencial risco de permitir ao Brasil o domínio de tecnologias sensíveis (talvez em virtude da iminência de compormos um novo “eixo do mal”); alegações, enfim, normalmente atreladas a pressupostos da Segurança Nacional estadunidense.

Eram ações de grande envergadura, difíceis de solucionar. Mas não podemos dizer que não existiam opções de ação. Mostramos, em diferentes momentos da tese, que oportunidades se apresentaram ao país, algumas de elevado risco político, outras que poderiam arranhar algum interesse preestabelecido, mas todas com potencial, em tese, de promover um desfecho diverso para esta narrativa. Contudo, não estabelecerei, agora, um exercício contrafactual. Intento, tão só, atrair a atenção de nosso interlocutor para as alternativas existentes e a disposição dos tomadores de decisão em Brasília.

Assim, creio ser possível afirmar que a derrocada do setor bélico no Brasil ocorreu, principalmente, por força da mudança das condições políticas e, em menor grau, econômicas, que sobrevieram ao fim do regime militar – alterações essas que as empresas ligadas ao setor não tinham condições de manejar e seus apoiadores no seio do Estado já não dispunham de força para conciliar.

A indústria de armamentos e equipamentos militares, após uma década do final de nosso recorte cronológico, voltou a ganhar espaço – não na mesma envergadura, nem com o mesmo vigor demonstrados nas linhas desta tese – e, desta feita, quase sempre vinculada a empresas estrangeiras, quando não de capital exclusivamente externo. Com exceção da AVIBRAS, que conseguiu superar os problemas enfrentados na década de 1990 e permanece desenvolvendo novos produtos, como o ASTROS 2020, além de manter a parceria já estabelecida com o IAE e DCTA (órgãos brasileiros de tecnologia aeroespacial) para a produção de motores-foguete do veículo suborbital VSB-30, e de celebrar um memorando de intenções com a FAB para o desenvolvimento de uma família de mísseis de cruzeiro (artefatos que fornecem uma capacidade militar de bater alvos profundos em território inimigo), nenhuma outra empresa relevante possui controle acionário totalmente brasileiro. A EMBRAER, ainda que sob controle legal brasileiro, tem, em sua composição de capital, importantes sócios estrangeiros, e pode, a qualquer momento, ter seu controle alienado para outros investidores, como prova a recente intenção – cancelada – de aquisição pela *Boeing*. Os demais setores estratégicos foram quase completamente abandonados, com o projeto de energia nuclear ainda operando, mas sem resultados práticos significativos. Exaure-se o entusiasmo desenvolvimentista, aproxima-se a conclusão de nosso estudo.

Procurei mobilizar e articular, ao longo da presente tese, os principais eventos relativos ao estabelecimento de uma capacidade industrial militar e estratégica no Brasil, atentando para suas motivações, condicionantes, possibilidades e determinações, como um

dos cenários possíveis à compreensão do projeto de construção do “Brasil Potência”. Não me cabe determinar se tal plano deveria, realmente, ter-se interrompido, embora possa afirmar que países com maior potencial militar e estratégico são, de modo geral, aqueles que *determinam o jogo* entre as nações. Talvez seja o caso de refletirmos sobre a advertência de Rui Barbosa, para quem “o exército pode passar cem anos sem ser usado, mas não pode passar um minuto sem estar preparado.”⁶⁶⁶. Deixo ao alvitre de nosso leitor a análise de possibilidades.

Não podemos falar em “legado” – do ponto de vista material – ao divisar a incursão brasileira nos domínios de tecnologias sensíveis e estratégicas. Podemos refletir sobre as realizações e os esforços empreendidos, podemos referir as conquistas alcançadas por técnicos, engenheiros e cientistas brasileiros, podemos distinguir a demonstração de capacidade em desbravar novos horizontes (mesmo em se tratando de um “país periférico”). Confesso que, em reiteradas oportunidades, temi causar a impressão de devotar apoio ao regime militar instalado em 1964, pelo fato de declarar concordância, em diversas passagens, com ações empreendidas por seus representantes, ou por fazer, em outros tantos momentos, menções positivas a agentes públicos. Contemplou-me, todavia, perceber que, embora não aprovasse o regime de exceção, constatava a capacidade de realização do Estado, as possibilidades que um direcionamento adequado poderia oferecer à conquista de objetivos importantes para a nação, aqui entendida como os cidadãos que, afinal, materializam o seu cerne.

A História não resta inerte – e nunca restará. Não podemos (sequer concebemos) divisar seu fim. Atenho-me, então, ao anseio de que a narrativa ora apresentada cumpra, ao menos, o rasteiro dever de enfatizar que a História é um processo sempre prenhe de possibilidades e passível de legítimas interpretações.

⁶⁶⁶ Citação colhida junto ao portal da infantaria paraquedista, disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/01/confira-10-fatos-sobre-o-alistamento-militar/infantaria-pqdt-eb.jpg/view>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura Editores; NUPRI; USP, 1996. v. 1.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): diplomacia para o desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Editores; NUPRI; USP, 1996. v. 2.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP, 2000. v. 3.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP, 2000. v. 4.

ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam (comp.). **1964. Do golpe à democracia**. São Paulo: Hedra, 2015.

AMARANTE, José Carlos Albano do. Indústria de defesa. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 90, n. 800, p. 55-64, 2004. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5970/5189>. Acesso em: 06 out. 2020.

APOIO SINDICAL. **Revista do Sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos**, Caçapava e Jacareí. Nº 1, março de 1989.

BACKHEUSER, Everardo. **Geografia Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2003.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Balanco da economia brasileira: 1940-1980**. São Paulo: LCTE, 2006.

BANDEIRA, Moniz. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina – o continente nas relações Brasil-Argentina (1930-1992)**. São Paulo: Ensaio, 1993.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Projetos Alemanha-Brasil: Blindados sobre lagartas (propostas apresentadas - 1976 a 1978** (e demais artigos do mesmo portal). Portal ESCBDefesa, Disponível em: ecsbdefesa.com.br.

BERNARDES, Roberto. **EMBRAER – eles entre o Estado e o mercado**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BORTONE, Elaine de Almeida. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)**. 2018. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. **Discurso em solenidade de entrega dos diplomas aos alunos que concluíram o Curso Especial do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata**. 1964. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/copy_of_25.pdf/view. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. **Mensagem ao Congresso Nacional, enviada por ocasião da abertura da sessão legislativa**. 1965. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1965/view>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. **Mensagem ao Congresso Nacional, enviada por ocasião da abertura da sessão legislativa**. 1966. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1966/view>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. **Mensagem ao Congresso Nacional, enviada por ocasião da abertura da sessão legislativa**. 1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1967/view>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. Ato Institucional n. 1, de 09 de abril de 1964. Rio de Janeiro, GB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 jan. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2134.htm. Acesso em: 16 set. 2020.

BRASIL. Decreto n. 40.835, de 24 de janeiro de 1957. Rio de Janeiro, GB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d40835.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Decreto n. 54.105, de 06 de agosto de 1964. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54105-6-agosto-1964-394232-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. Decreto n. 55.194, de 10 de dezembro de 1964. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55194-10-dezembro-1964-395529-publicacaooriginal-49663-pe.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. Decreto n. 55.275, de 22 de dezembro de 1964. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55275.htm. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. Decreto n. 66.732, de 16 de junho de 1970. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 278, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0278.htm#art1. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.299, de 21 de novembro de 1986. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2299.htm#art178. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Brasília, 17 out. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. Lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 4.375, de 17 de agosto de 1964. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4375.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Lei n. 4.448, de 29 de outubro de 1964. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4448.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Lei n. 4.476, de 12 de novembro de 1964. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4476.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Plano de Integridade do MRE (Ciclo 2020/2021)**. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/etica-e-integridade/programa-de-integridade/planos-de-integridade/arquivos/plano-de-integridade-domre.pdf/view>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Anais da República: 1964-1968**. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/RP_AnaisRepublica_digitalizados.asp. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Anais da República: 1970 - Livro 8**. 1970. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1970/1970%20Livro%208.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia Brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora 34, 1998 (3 ed).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Brazilian Arms industry**. Journal of International Affairs, v. 40, n.1, pp. 101-114, Nova York, 1986.

BRIGAGÃO, Clóvis e PROENÇA JR, Domício (orgs.). **Panorama brasileiro de paz e segurança**. São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

_____. **Brasil e o mundo: novas visões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Economia, planejamento e nacionalismo**. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Unesp, 2008.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CELSONO, Afonso. **Porque me ufano do meu país: right or wrong, my country**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, [19--]. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4127/1/021730_COMPLETO.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CONCA, Ken. **Manufacturing Insecurity: The Rise and Fall of Brazil's Military-Industrial Complex**. Boulder, Co: Lynne Rienner, 1997.

CONCA, Ken. **O Brasil na economia global de armamentos**. In Domicio Proença Jr, Uma avaliação da indústria bélica brasileira: defesa, indústria e tecnologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

CONTADOR, Vicente. **Modelo econômico e projeto de nação-potência: Brasil 1964-1985**. 2007. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-01022008-104912/publico/TESE_VICENTE_CONTADOR.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

CORDEIRO, Fábio Cereda. **O FMI, a política interna dos EUA e a crise dos anos 80**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2010.

CORREIO DA MANHÃ (RJ). **Operação Gorila reúne cinco mil**. *Armas*. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 25 nov. 1966. 1º Caderno, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1966_22589.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Edusp, 2016.

COSTA, Wanderley Messias da; VASCONCELOS, Daniel Bruno (org.). **Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos**. São Paulo: Humanitas, 2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAGNINO, Renato Peixoto. **A indústria de armamentos brasileira: uma tentativa de avaliação**. 1989. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1576717>. Acesso em: 21 jun. 2016.

DEGL'LESPOSTI, Eduardo Henrique Becker. **A Indústria de Defesa Brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa**. Dissertação (Mestrado em Economia) apresentada em 2006. Araraquara. UNESP.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora Unb, 2000.

ELIOT, T. S. **Poems 1909-1925**. London: Faber And Faber Limited., 1934. Disponível em: <https://archive.org/details/poems19091925030616mbp/page/n131/mode/2up>. Acesso em: 23 mar. 2020.

EVANS, Carol Vervain. **Defence Industrialization in the NICs: case studies from Brazil and India**. London: Phd International Relations, London School of Economics and Political Science, 1993.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro: ESG, 1981.

_____. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

FILHO, João Roberto Martins. **O Brasil na Guerra das Malvinas: entre dois fogos**. São Paulo: Alameda, 2022.

FRANKO-JONES, Patrice. **The Brazilian Defense Industry**. Boulder, Co: Westview Press, 1992.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros Falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GAPAR, Malu. **A organização: A Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o Milagre Econômico (1969/1973)**. 2011. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30092011-170055/publico/2011_CarlosAlbertoGiannasi.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

GRASSI, Quirino. **Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, em 30 de julho de 1973**. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/poder/2014/05/31/image2014-05-31-112614.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

HARMER, Tanya. **Allende's Chile and the inter-american Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

HEINSFELD, Adelar. **Pensamento geopolítico: da geopolítica clássica às novas geopolíticas**. Passo Fundo: Clio, 2008.

HOBDAY, Peter. **Saudi Arabia Today: an introduction to the richest oil power**. London: Macmillan Press, 1978.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ). **Indústria colabora com Forças Armadas**. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 05 e 06 jan. 1965. 1º Caderno, p. 2. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_15&pasta=ano%20196&pesq=Vit%C3%B3rio%20Ferraz&pagfis=34533. Acesso em: 27 ago. 2020.

KAPSTEIN, Ethan B. **The Brazilian defense industry and the international system**. *Political Science Quarterly*, v. 105, n. 04, pp.579-596. Nova York, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC Rio, 2006.

LEMONS, Renato Luis do Couto Neto e. **O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)**. In: IX SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: GRAMSCI NA PESQUISA HISTÓRICA, 2016, Niterói. **Anais do IX Simpósio Nacional Estado e Poder: Gramsci na pesquisa histórica**. Niterói: Núcleo de Pesquisas Sobre Estado e Poder no Brasil – ICHF/UFF, 2016. p. 148-162.

LOUREIRO, Maria Rita (org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **Verbetes: Jovens Turcos**. In: Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). FGV CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **História Econômica e Social do Brasil - O Brasil desde a República**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAGALHÃES, Gildo. **Pandiá Calógeras e as Fontes de Energia na República Velha**. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 53-61. 2018. Disponível em revistasusp.br/revistaintelligere. Acesso em 16 de julho de 2019.

MANTEGA, Guido. **O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes**. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis: Vozes, 1997. Cap. 3. p. 107-157.

MARTINI, Fernando Ribas de. **Construir navios é preciso, persistir não é preciso: a construção naval militar no Brasil entre 1850 e 1910, na esteira da Revolução Industrial**. 2014. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23012015-103524/publico/2014_FernandoRibasDeMartini_VCorr.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Paulo: Alameda, 1996.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1977.

_____. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1979.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO FILHO, Murilo. **O pior já passou**. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n. 0663, p. 4-7, 02 jan. 1965. Semanal. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=60778>. Acesso em: 25 set. 2020.

MIRANDA, Idenilza. **O vôo da EMBRAER: a competitividade na indústria de alta tecnologia**. São Paulo: Ed. Papagaio/EDUSP, 2007.

MORAES, João Quartim de. **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**. Campinas: Unicamp - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. (Coleção Trajetória – n. 7).

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

MOURA, Almério Lourival de. **As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

NAPOLITANO, Marcos. **1964. História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

NETO, Tomaz Espósito. **A Política Externa Brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982)**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, PUC/SP, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Marly Job de. **A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas (1964-1985)**. 2007. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-07022008-114141/publico/TESE_MARLY_JOB_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

PIM, Joám Evans. **Evolución del complejo industrial de defensa en Brasil: breves apuntes para una revisión necesaria**. *Strategic Evaluation - International Journal of Defence & Conflict Analysis*, Corunha. n. 1, p. 321-352. 2007. Disponível em: <https://ecsbdefesa.com.br/evolucion-del-complejo-industrial-de-defensa-en-brasil/>. Acesso em: 12 jul. 2016.

PONCE, André Luiz Godoy. **Florão da América: o projeto do Brasil Grande, a política externa e a diplomacia presidencial durante o regime militar (1964-1973)**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15072015-122800/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

PROENÇA JR, Domício e DINIZ, Eugênio. **Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Os militares e a defesa no Brasil. A indústria de armamentos**. 1994. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê**. 1928. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000023968&bbm/7041#page/6/mode/2up>. Acesso em: 30 nov. 2016.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

_____. **À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)**. Novos Estudos CEBRAP (87) – 2010 (Julho). Disponível em: SciELO - Brasil <https://www.scielo.br/j/nec/a/dMhycMmYn4jhCsghTxJc3js/?lang>. Acesso em: 05 julho. 2019.

RIO BRANCO, Barão do. **Discursos**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948.

SANTOS, Rubens. Collor enterra construção de bomba. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 20 set. 1990. p. 20. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900920-35460-nac-0020-999-20-not>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SARAIVA, José Drummond. **Indústria Brasileira de armamentos: reflexões sobre novos rumos**. Núcleo de Estudos Estratégicos, UNICAMP. Campinas, SP, 1992.

SILBERFELD, Jean-Claude Eduardo. **O grupo permanente de mobilização industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - 1964-1967**. 1984. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Entrevista concedida ao Jornal da Tarde, em janeiro de 1989**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/frases.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Entrevista concedida ao periódico *El País*, em setembro de 2007**. Disponível em: https://elpais.com/diario/2007/09/16/internacional/1189893602_850215.html. Acesso em: 15 maio 2019.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional: O poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. - 3. Ed. – Brasília: Ed. UNB, 1981.

SILVA, Ozires. **A decolagem de um sonho: a história da criação da EMBRAER**. São Paulo: Lemos Editorial, 2005.

SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. **Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

STUDART, Hugo; CAMARGO, Cláudio; ELIA. **Por que o Brasil precisa de defesa**. IstoÉ, São Paulo, n. 1974, 29 ago. 2007. Semanal. Disponível em: https://istoe.com.br/2249_POR+QUE+O+BRASIL+PRECISA+DE+DEFESA/. Acesso em: 23 maio 2019.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOSTA, Octavio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRUBEK, David M.; VIEIRA, Jorge Hilário Gouvêa; SÁ, Paulo Fernandes de. **Direito, planejamento e desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro: 1965-1970**. São Paulo: Saraiva, 2012.

VARGAS, Eugenio Garcia. **O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 40, nº 1. Brasília, jan/jun: 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473291997000100002&script=sci_arttext.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O regime militar e a projeção mundial do Brasil. Autonomia nacional, desenvolvimento econômico e potência média (1964-1985)**. São Paulo: Edições 70, 2020.

WALSH, Marcelo Vieira. **A atuação do Brasil frente à crise das Malvinas/Falklands (1982)**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, UNB, Brasília, 1997.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, País do Futuro**. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1941. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/paisdofuturo.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALMEIDA PINTO, J.R. de, RAMALHO DA ROCHA A.J, PINHO DA SILVA R. Doring. **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004.

ARON, Raymond. **A república imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1975.

AGNEW, John A. **Geopolitics: re-visioning world politics**. London: Routledge, 2003.

BARBERO, Maria Inés. **Historiografía y problemas de La Historia de empresas. Historia de empresas: aproximaciones historiográficas y problemas em debate**. Buenos Aires: CEAL, 1993.

BBC Brasil. **Exército dos EUA participará de exercício militar na Amazônia a convite do Brasil**. Notícia publicada e consultada em 4 de maio de 2017, disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39802863>.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o desafio do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CÂMARA, Eduardo Gomes. **A construção naval militar brasileira no Século XX**. Rio de Janeiro: edição do próprio autor, 2011.

CAMPOS, Roberto. **Economia, planejamento e nacionalismo**. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 – 3ª edição.

CHAUVEAU, Agmès. **Questões para a História do Tempo Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CARVALHO, Gabriel Alves de Miranda. **Acumulação de capital e inovação tecnológica: a experiência brasileira durante o regime militar (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) apresentada em 2006. USP. São Paulo.

CORRÊA, M. Pio. **O mundo em que vivi**. 2ª Ed. Vol II. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

DAUMAS, Maurice (dir). **Histoire Générale des Techniques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

DAUMAS, Maurice et al. **Les Techniques de la civilization industrielle: énergie et matériaux**. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. **Caminhos que se bifurcam: ideias, atores, estratégias e interesses na política científica e tecnológica do regime militar**. São Paulo: 2009 (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo.

FARES, Seme Taleb. **O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque**. Rev. bras. polít. int. [online]. 2007, vol.50, n.2, pp.129-145. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S00343292007000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 06 mar. 2019.

FERNANDES, Fernanda de Moura. **De Golpe a Golpe: política exterior e regime político no Brasil e no Chile (1964-1973)**. Curitiba: Juruá, 2009.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9 ,n.20, pp. 05-74; jan/abr 2017.

GARCIA, Eugenio Vargas. **O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 40, nº 1. Brasília, jan/jun: 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473291997000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 06 out. 2020.

GRANDIN, Greg. **The last colonial massacre. Latin America in the Cold War**. Chicago and London: University of Chicago Press, 2004.

HIRST, Mônica. **Brasil-Estados Unidos na transição democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIRST, Mônica. **The United States and Brazil: a long road of unmet expectations**. London e New York: Routledge, 2005.

HIRST, Mônica. **Understanding Brazil-United States relations**. Brasília: FUNAG, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KATS, James E (ed). **Arms Productions in developing countries: an analysis of decision-making**. London: Lexington Books, 1984.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LADEIRA JUNIOR, Paulo Cesar. **A ascensão e Queda. Os desafios ao crescimento das empresas de defesa Avibras e Engesa**. Dissertação (Mestrado em Administração) apresentada em 2013. Rio de Janeiro. UFRJ.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política externa brasileña contemporánea**. América Latina/Internacional, v. 1, n° 2, 1994.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Aspiração Internacional e Política Externa**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 46, n° 2, ano XIX, janeiro/março, 2005.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), apresentada em 2001. UNICAMP. Campinas.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2003.

MARTINS, Estevão C. de Rezende; SARAIVA, Miriam G. (orgs.). **Brasil-União Européia-América do Sul: anos 2010-2020**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). **Política Econômica nos Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. **Política Externa Brasileira e o Regime Militar: 1964-1984**. Campinas: Primeira Versão – IFCH/UNICAMP, n° 38, 1991.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MORAES, R. F. **Ascensão e queda das exportações brasileiras de equipamentos militares**. Boletim de Economia e Política Internacional, Brasília, n. 3, jul./ago. 2010. Disponível em: ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/00709_boletim_internacional03.pdf. Acesso em: 12 jul. 2017.

MORAES, R. F. **O mercado internacional de equipamentos militares: negócios e política externa**. Brasília: Ipea, mar. 2011. (Texto para Discussão, n. 1.596). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100709_boletim_internacional03.pdf. Acesso em: 12 jul. 2017.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOTOYAMA, Shozo [et al]. **Prelúdio para uma História: ciência e tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NEEDLER, Martin C. **The United States and the Latin American Revolution**. Califórnia: UCLA Latin American Center Publications, 1977.

NOVAIS, Fernando A. e FORASTIERI, Rogério (organização e introdução). **Nova História em perspectiva**. V. 1 e 2. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**. - 2. Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PEREIRA, AnaLuciaDanilevicz. **Relações Exteriores do Brasil III (1964-1990) – Do Regime Militar à Nova República**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PEREIRA OLIVEIRA, Nilda Nazaré. **Do ITA à EMBRAER: a idéia de progresso dos militares brasileiros para a indústria aeronáutica**. Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História, ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 2004.

PINHEIRO, Letícia. **Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e prática da política externa brasileira contemporânea**. Contexto Internacional, v. 22, nº 2, julho/dezembro, 2000, p. 305-335.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, SACHS Ignacy e Wilhelm, Jorge (org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas – da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. – 2. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Relações Internacionais – Dois Séculos de História: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias)**. 4 v. Brasília: Funag/Ibri, 2001.

SCHILLING, Paulo R. **O expansionismo brasileiro: a geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty**. São Paulo: Global, 1981.

SHAPIRO, Helen. **Engines of Growth: The state and transnational auto companies in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 1994.

SILVA, Hélio. **O poder militar**. São Paulo: L&PM, 1984.

SIMONSEN, M. H. & Campos, R. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil: de Castello a Tancredo (1964 - 1985)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SMITH, Joseph. **Brazil and the United States: convergence and divergence**. Athens: University of Georgia Press, 2010.

SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). **Sociedade Política no Brasil pós 64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de. **A especialização do lugar: São José dos Campos como centro da tecnologia aeroespacial no país**. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada em 2008. USP. São Paulo.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

TAVARES, Maria da Conceição [ET AL]. **O papel do BNDE na industrialização do Brasil: os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o Desenvolvimento, 2007. (Memórias do Desenvolvimento – Ano 1, nº 1).

TURNER, Frederick C. **Hegemonia regional e o caso do Brasil**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol 13, nº 1 jan/jun 91. Disponível em <http://publique.rdc.puc-rio/contexto-internacional>.

VARGAS, Milton (org). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: EDUNESP/CEETEPS, 1994.

VARGAS, Milton. **Para uma filosofia da tecnologia**. São Paulo: Alfa-Omega, 1994.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. Tese (Doutorado em Ciências - História) apresentada em 2009. USP. São Paulo.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro – multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1998.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Da Guerra fria à crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1990.

WATSON, Adam. **The evolution of international society: a comparative historical analysis**. London, New York: Routledge, 1999.

WATSON, Adam. **The limits of independence: relations between states in the modern world**. London, New York: Routledge, 1997.

GLOSSÁRIO

ACORDO: termo de uso razoavelmente livre, frequentemente empregado nos negócios diplomáticos internacionais, em relações de natureza bilateral ou multilateral, firmadas entre países ou com organizações internacionais. Como exemplo, cite-se o “Acordo Geral de Tarifas de Comércio”. Em acréscimo, ver, em Referências Bibliográficas, Ministério das Relações Exteriores, 2008.

ATO INTERNACIONAL: denominação genérica para o documento formal, firmado entre pessoas jurídicas afetas ao Direito Internacional Público. Os atos internacionais recebem diversas denominações, em geral definidas pelo seu conteúdo, mas que necessariamente observam o rigor formal e a legitimidade das partes. Uma excelente fonte para o entendimento deste e de outros temas do Direito Internacional Público é a obra de José Francisco Rezek, constante da Bibliografia. Em acréscimo, ver as indicações do verbete “ACORDO”.

AVIÔNICA: designa os componentes eletrônicos, sistemas elétricos, computacionais, entre outros. Podemos considerar a tecnologia embarcada, de uma aeronave.

BLUE CHIP: termo associado, no mercado de capitais, a empresas financeiramente sólidas, reconhecidas no mercado, consolidadas no setor e que demonstrem capacidade de sobreviver a condições adversas. As ações de tais empresas são normalmente consideradas de “primeira linha” e, via de regra, fazem parte dos principais índices, como Dow Jones e IBOVESPA.

CADEIA DE COMANDO: sequência hierárquica de comandantes, por meio da qual é exercido o comando.

COMUNICADO CONJUNTO: declaração pública, normalmente emanada por ocasião de visita oficial de mandatários ou altos funcionários, com teor determinado e definido previamente entre as partes que o emitem.

CONVENÇÃO: instrumento internacional que denomina atos multilaterais, normalmente originados de conferências internacionais e que definem regras sobre assuntos de interesse

geral. Um exemplo de regulação por convenção são as normas concernentes à aviação civil. Existem, ainda, alguns acordos bilaterais regidos por convenção – mas estes são muito raros.

CORE BUSINESS: negócio principal de uma dada companhia, que não deve ser confundido com setor ou ramo de atividade; o core business da ENGESA é a produção de carros de combate, enquanto o da IMBEL é a fabricação de armas leves de uso pessoal. Assim, embora pertençam a um mesmo ramo de atividade – a Indústria de Defesa – o core business de cada uma é diferente.

CORE COMPETENCE: competência central, ou essencial, é um conceito oriundo da Teoria da Administração (Gestão). Recursos que uma organização possui (pessoal, patentes, processos, p,ex.), que a diferenciem da concorrência e seja de difícil imitação. O conceito foi proposto nos anos 90, mas sua aplicação pode ser encontrada em companhias já bastante consolidadas, como McDonald's e Apple.

DOCTRINA: conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentados principalmente na experiência e destinados a estabelecer linhas de pensamento e a orientar ações, expostos de forma integrada e harmônica.

DOCTRINA MILITAR: conjunto harmônico de ideias e entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas. Englobam, ainda, a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares.

DOCTRINA DE SEGURANÇA: conjunto de conceitos básicos, princípios gerais, processos e normas de comportamento que permitem orientar os estudos, a formulação e o desdobramento de uma política de segurança.

DOW PAYMENT: adiantamento realizado, via de regra, em aquisições de elevado valor cujo saldo será financiado. Nesta modalidade, caso a negociação não se complete em virtude do comprador, este perde o referido pagamento inicial.

EBIT: sigla em inglês para Earning Before Interest and Taxes, e identifica uma mensuração de lucro excluídos os resultados financeiros e os resultados não operacionais.

ESPAÇO VITAL: conceito desenvolvido pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que pode ser definido como o espaço geográfico que possibilita manobras de sobrevivência e soberania, bem como a expansão territorial, caso seja necessário. Termo muito utilizado pela Geopolítica Clássica, tornou-se vinculado ao ideário nazista.

ESTRATÉGIA: arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem. Esta é uma definição geral, que possui diversos desdobramentos, como os abaixo descritos. Lembro que as definições de estratégia aqui apresentadas estão em conformidade com as conceituações das FFAA.

ESTRATÉGIA MILITAR: arte e ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o Poder Militar durante os conflitos, considerados os óbices existentes ou potenciais, visando a consecução ou manutenção dos objetivos fixados pelo nível político.

ESTRATÉGIA NACIONAL: arte de preparar e de aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, alcançar e preservar os objetivos nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional.

ESTRATÉGIA DA AÇÃO DIRETA: método da estratégia nacional caracterizado pelo emprego ou pela simples ameaça de emprego do Poder Nacional, com predominância da expressão militar, para coagir o adversário a aceitar uma solução para o conflito. **2.** Método da estratégia militar em que, no desenvolvimento das ações, predomina o emprego da massa e se busca o aniquilamento do inimigo pela batalha imediata.

ESTRATÉGIA DA AÇÃO INDIRETA: método da estratégia nacional caracterizado pelo emprego predominante de qualquer uma das expressões do Poder Nacional que não a militar, para persuadir ou coagir o adversário a aceitar determinada solução para o conflito. **2.** Método da estratégia militar em que é enfatizado o emprego da agressão psicológica, a fim de se buscar a submissão do inimigo, quebrando-lhe a vontade de lutar.

ESTRATÉGIA DA DISSUASÃO: estratégia que se caracteriza pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar.

ESTRATÉGIA DA PRESENÇA: estratégia caracterizada pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias. É efetivada não só pela criteriosa articulação das organizações militares no território, como também preponderantemente pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário.

ESTRATÉGIA DA PROJEÇÃO DE PODER: estratégia que se desenvolve por meio da participação militar além fronteiras, em situações que possibilitem o respeito internacional ao País, por iniciativa própria ou atendendo a solicitações provenientes de acordos externos, visando dissuadir potenciais agressores e apoiar os interesses nacionais.

HEARTLAND: termo cunhado por Halford John Mackinder para nomear sua teoria geopolítica, a qual afirmava que a partir de uma sólida posição na porção centro-oriental da Europa, no caso a Rússia, seria possível dominar o mundo. A divulgação de suas ideias tem início com a publicação de “O Pivô Geográfico da História”, para a Real Sociedade Britânica de Geografia, sendo desenvolvidas posteriormente em seu livro “Ideais Democráticos e Realidade”. Em linhas gerais, Mackinder defende que existe uma relação de forças entre as potências da terra e do mar e que, para se obter uma garantia de segurança em escala global, seria necessário, em primeiro lugar, controlar o *Heartland*, para, depois, controlar o mundo. Assim, na análise geopolítica, entende-se *heartland* como uma região central, vital em aspectos militares, políticos e econômicos, equivalente ao centro de um tabuleiro, posição que permite o ataque em todas as direções e que, ao mesmo tempo, restringe as possibilidades de movimento e ofensiva do adversário. A teoria de Mackinder esteve presente nas considerações de estrategistas até o surgimento dos mísseis intercontinentais, quando então começa a perder força.

HIPÓTESE BÁSICA: designação dada, na elaboração dos planos de operações e outros planos militares, a uma suposição acerca da situação existente ou uma pressuposição sobre o

futuro curso dos acontecimentos. Substitui uma informação indispensável, não disponível no momento em que é necessária, para permitir ao comandante completar o planejamento.

HIPÓTESE DE GUERRA: segundo o glossário do EMFA, publicado em 1971, é uma suposição admissível de emprego de força militar numa situação de conflito. A primeira hipótese de guerra nas orientações de segurança propostos pela ESG e pelo alto comando das FFAA era a hipótese de guerra revolucionária na América do Sul. Aliás, não foram previstas hipóteses de guerra fora do espaço sul-americano e do Atlântico sul no período.

IPO (*Initial Public Offering*): designa a Oferta Pública Inicial de ações de uma companhia, quando ela abre seu capital, tornando-a, no Brasil, uma Sociedade Anônima de Capital Aberto. Nos EUA diz-se que a empresa deixa de ser “privada” para tornar-se “pública”.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO: designação para atos redigidos de forma simplificada, destinados a registrar princípios gerais que orientarão as relações entre as partes, seja nos planos político, econômico, cultural ou em outros.

NEGAÇÃO DE USO DO MAR: tarefa básica do Poder Naval que consiste em dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo inimigo, ou a exploração deste controle por meio da destruição ou neutralização de suas forças navais, do ataque às suas linhas de comunicação marítimas e aos pontos de apoio. Teoricamente, a presença de submarinos de propulsão nuclear garante a negação aqui aludida. Na Guerra das Malvinas (1982), a Armada Britânica utiliza este expediente nuclear para impedir a movimentação da Marinha Argentina, literalmente impedindo sua saída do porto. Neste conflito, o cruzador General Belgrano, escoltado por dois *Destroyer* foi posto a pique pela ação de um único submarino nuclear inglês, sem que a força naval argentina percebesse sua presença. A negação do uso do mar está no cerne do projeto sub da Marinha de Guerra Brasileira, que conta com a incorporação de submarino nuclear.

OBJETIVOS NACIONAIS ATUAIS (ONA): ligado a aspectos conjunturais, são determinados em grande medida pelo Poder Nacional e buscam a superação de obstáculos e a preparação para atingir os Objetivos Nacionais Permanentes. Interessante notar que, sobre os ONA, era possível haver discordância, pois estes tratavam da realidade imediata. Por outro

lado, quanto aos ONP, em tese, não poderia haver divergência. Sobre o tema, a partir da ótica da segurança nacional, ver a obra de Couto e Silva e os fundamentos da doutrina, ambos presentes nas Referências Bibliográficas desta dissertação.

OBJETIVOS NACIONAIS PERMANENTES (ONP): para os formuladores da Doutrina de Segurança Nacional, os ONP são os interesses vitais e as aspirações íntimas da nação, portanto são objetivos que persistem numa perspectiva de longa duração e cuja alcance não pode ser medido em termos temporais relativos. Ligados à soberania, buscam por independência tecnológica, poder relativo do país e outros temas similares. A obra de Golbery do Couto e Silva, citada na Bibliografia, ainda é a melhor fonte para a compreensão do termo, sob o ponto de vista da DSN.

OFFSET: contrato que prevê um sistema de compensações, que oferece contrapartidas que exige que o vendedor transfira algum benefício ou vantagem econômica para o comprador; no caso desta tese, geralmente, transferência de tecnologia, nacionalização, entre outros.

OPERAÇÃO: ação militar, para a execução de uma missão de natureza estratégica ou tática de combate ou logística, em adestramento ou instrução. Outras modalidades de operação envolvem agências não militares, ou a conjugação de elementos civis e militares.

OPERAÇÕES DE FORÇAS ESPECIAIS: operações conduzidas normalmente em ambiente de guerra irregular, em áreas conflagradas ou não, dentro ou fora do país, prioritariamente com finalidade estratégica, desenvolvidas a médio ou a longo prazo, podendo ocorrer em ambiente amigo ou inimigo, interno ou externo.

OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO: ações coordenadas que concorrem para a consecução de objetivos políticos e militares. Executadas com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão. Atuam sobre os campos cognitivo, informacional e físico do oponente, e, também, sobre os processos e os sistemas nos quais elas trafegam, ao mesmo tempo em que procuram proteger forças amigas e os respectivos processos e sistemas de tomada de decisão. (Glossário das Forças Armadas, Ministério da Defesa, 2007).

PERFORMANCE BOND: modalidade de garantia internacional, que assegura o cumprimento de termos e condições negociadas entre as partes de um contrato.

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI): termo cunhado por San Tiago Dantas, chanceler do presidente João Goulart, mas cujas linhas centrais foram lançadas durante a presidência de Jânio Quadros. Para os formuladores da PEI, o Brasil deveria romper os condicionantes da Guerra Fria, desenvolver relações comerciais com todos os países, independentemente de seu posicionamento ideológico, adotar uma postura anticolonialista, manter uma atitude de solidariedade com os países em desenvolvimento e fortalecer os laços de cooperação latino-americanos. Tal postura significava um relativo distanciamento em relação aos Estados Unidos. O site da Fundação Alexandre de Gusmão disponibiliza textos sobre o tema, em: www.funag.gov.br.

PROJEÇÃO DE PODER: ver: Estratégia de Projeção de Poder.

PROTOCOLO: termo utilizado para acordos bilaterais e multilaterais. Em geral, reveste-se de menor rigor formal, adquirindo muitas vezes a forma de “intenções”, para indicar o início de um compromisso internacional.

REFUNDMENT BOND: modalidade de garantia internacional, que garante o reembolso de valores pagos a fornecedor caso não ocorra a entrega do objeto contratual, mercadoria, bens ou serviços.

SETOR DE OPERAÇÕES: ver: Operações de Informação.

SUBVERSÃO: (esta definição é a consagrada pelas FFAA e está presente no Glossário das Forças Armadas, produzido em 2007, pelo Estado-Maior de Defesa do Ministério da Defesa)

1. Forma de guerra irregular que visa minar a estrutura militar, econômica, psicossocial e política de um regime. **2.** Conjunto de ações, de caráter predominantemente psicológico, que busca – de maneira lenta, progressiva, insidiosa e, pelo menos inicialmente, de modo clandestino e sem violência – a conquista física e espiritual da população, por intermédio da destruição das bases da comunidade existente, da decadência, da perda da consciência moral, da falta de fé nos governantes e do desprezo vigentes que levam o povo a aspirar uma forma

de comunidade inteiramente diferente. **3.** Processo amplo e continuado de fundo ideológico que, comportando ações em todos os campos de poder nacional, visa a substituição do regime vigente por outro que esteja de acordo com a ideologia que lhe serve de base.

TRATADO: ato bilateral ou multilateral ao qual se deseja atribuir especial relevância política. Nessa categoria, encontram-se, por exemplo, o TIAR e o Tratado da Bacia do Prata.

TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA (TIAR): também conhecido como Tratado do Rio, assinado em 1947, na cidade do Rio de Janeiro, é um arranjo de defesa entre os países do continente americano, que previa a assistência coletiva para a defesa militar dos Estados-membros, em caso de ataque por países extracontinentais. A íntegra do Tratado pode ser consultada no site da OEA: <http://www.oas.org/>.

TURN KEY JOB: modalidade de contrato onde apenas um fornecedor é selecionado para executar o projeto. Pode envolver todas as etapas, desde a concepção até a execução, passando pelas compras necessárias (que podem ser realizadas com capital próprio ou com recursos da contratante, a depender das cláusulas contratuais) ou apenas de gestão de projeto, basicamente o mesmo, porém sem a execução.